SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

JORNAL OFICIAL
ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mato Grosso , 30 de Maio de 2014 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO IX | Nº 1983

ESTADO DE MATO GROSSO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

RECURSOS HUMANOS E COMPRAS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2013

OBJETO: Fica Aditada a Cláusula quarta – Prazo de Vigência do contrato n°049/2013, sendo o prazo prorrogado para mais quatro meses, ou seja, até a data de 30/08/2014, mantidas as demais condições do contrato.

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: IMEJ – INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ENSINO JURÍDICO.

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

Diretoria da AMM
biênio 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 – Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 – Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 – Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 – Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 – Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 – José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Publicado por:
Luciana Pereira dos Santos
Código Identificador:FA4F8BF1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 025/2012

3º TERMO ADITIVO SEM REFLEXO FINANCEIRO AO CONTRATO N° 025/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ACORIZAL ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E, A EMPRESA CONSTRUTORA CRISTALINO LTDA, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL - MT, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.571/0001-05 situada a Av. Nossa Senhora de Brotas S/nº, Bairro Nova Acorizal-MT, doravante denominada CONTRATANTE, respectivamente, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o senhor **ARCÍLIO JESUS DA CRUZ**, portador do CPF nº 393.810.721-91 e Carteira de Identidade RG nº 0475330-5 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua José de Gusmão e Silva, n° 49, Centro, CEP: 78.480-000, Acorizal - MT, e de outro lado a empresa **CONSTRUTORA CRISTALINO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.702.035/0001-11, Inscrição Estadual sob o nº 13.312.097-0com sede á Rua Barão de Melgaço nº 2.350 – Ed. Barão Center – sala 112 – Centro Sul – CEP: 78.020-800 – Cuiabá – MT, doravante denominada CONTRATADA, respectivamente, neste ato representado pelo senhor **ANÉSIO RIBEIRO JUNIOR,** portador da Carteira de Identidade nº 14218569 SSP/MT, OAB-MT 9.491 e do CPF nº 045.079.698-16, residente e domiciliado á Rua Cascadura nº 186, Bairro Jardim Guanabara em Cuiabá – MT, resolvem celebrar o **3º TERMO ADITIVO COM REFLEXO FINANCEIRO ao CONTRATO Nº 025/2012**, mediante as Cláusulas e seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITAMENTO SEM REFLEXOS FINANCEIROS DEMONSTRATIVO DA NOVA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO OS NOVOS QUANTITATIVOS

ITEM ADITIVO NEGATIVO SERVIÇOS / PLANILHA ORIGINAL VALOR DO GRUPO
3.0 Parque Infantil R$ -26.337,60
6.4 Quadra Coberta R$ -39.611,58
Total R$ -65.949,18

Como se observa no quadro acima, a alteração não modificou o valor global contratado, representando uma alteração de quantitativos sem reflexo financeiro ao valor total da obra. Aparentemente, as modificações não trouxeram nenhum prejuízo ao erário, visto que a obra será executada pelo mesmo valor inicialmente contratado.

No quadro a seguir destacam-se os serviços que foram substituídos, sem, no entanto produzirem qualquer reflexo financeiro ao valor global, conforme antes referenciado.

ITEM ADITIVO POSITIVO SERVIÇOS SEM REFLEXOS FINANCEIROS VALOR DO GRUPO
6.0 Quadra Poliesportiva – Serviços complementares R$ -37.928,46
14.0 Instalação Elétrica Geral Praça - Praça Iluminação e Instalações Elétricas R$ -28.020,72
Total R$ -65.949,18

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo sem Reflexo financeiro ao Instrumento Particular de Contrato que tem por objeto **Construção de Complexo de Esporte e Lazer , no Município de Acorizal – MT,** objeto do contrato de Repasse nº 015/2012- firmado com a Secretária de Estado das Cidades – SECID/MT, referente à Tomada de Preço nº 010/2012, em 02 (duas)

vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Acorizal-MT , 27 de novembro de 2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL
Arcílio Jesus da Cruz

CONTRATADA: CONSTRUTORA CRISTALINO LTDA
Anésio Ribeiro Junior
TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Soniel Ribeiro Taques
Código Identificador:1E2DCD7E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 028/2014
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2607/2014; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 29/05/2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço Por, por item cotado, teve como vencedor do item 1 a empresa Auto Posto Martini Ltda e do item 2 Comércio de Combustível de Água Boa Ltda

Água Boa, 29 de maio de 2014.

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:7C4B6FE5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório: 086/2014.
Pregão Presencial: 035/2014.
Objeto: Contratação de empresa para execução de vários serviços com demanda em algumas Secretarias da Prefeitura Municipal.
Informamos alterações no edital do processo citado, sendo mantida data e hora inicialmente estabelecida para a abertura dos envelopes de proposta de preço e habilitação.

Água Boa, 29 de maio de 2014.

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:66DA27BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO E REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO PRESENCIAL 029/2014
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2607/2014; torna público que o resultado da sessão que se realizaria na data de 29/05/2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço Por, por item cotado, foi: DESERTO.
Reabre-se o prazo para apresentação dos envelopes de Proposta de Preço e Habilitação para o dia 24/06/2014 ás 08h30min, com alteração nas clausulas editalicias.

Água Boa, 29 de maio de 2014.

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:81BE4626

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 020/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.
AVISO DE LICITAÇÃO.
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.
MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 020/2014.
OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra na construção da Escola Municipal Tropical.
REALIZAÇÃO: 18/06/2014.
HORAS: 08h30min.
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e dos emails licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 29 de maio de 2014.

VERA LUCIA FRIES
Presidente da Comissão de Licitação.

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:DE665DDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA

ONDE SÊ LÊ:
RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PARA ALIENAÇÃO 004/2014.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Concorrência para Alienação nº. 004/2014 realizada no dia 19/05/2014, teve como vencedores:
Item 32, Quadra 45, Lote 05, Vencedor – JORDIMAR RODRIGUES DA SILVA
Item 33, Quadra 45, Lote 06, Vencedor – JORDIMAR RODRIGUES DA SILVA
Item 39, Quadra 45, Lote 12, Vencedor – EUNICE INES FREITAS DA COSTA CECCATTO
Item 40, Quadra 45, Lote 13, Vencedor – TALITA PEREIRA MORAIS MIRANDA
Item 160, Quadra 57, Lote 07, Vencedor – JOAQUIM DOS ANJOS FERREIRA DA PAIXAO
Item 164, Quadra 57, Lote 11, Vencedor – RODRIGO DA CCOSTA GOMES
Item 174, Quadra 47, Lote 18, Vencedor – ACCADROLI E CIA LTDA

Água Boa, 19 de maio de 2014.

VERA LUCIA FRIES
Presidente da Comissão de Licitação

LEIA-SE:
RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PARA ALIENAÇÃO 003/2014.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Concorrência para Alienação nº. 003/2014 realizada no dia 19/05/2014, teve como vencedores:

Item 06, Quadra 50, Lote 10, Vencedor – HOFFMANN & CIA LTDA-EPP
Item 32, Quadra 45, Lote 05, Vencedor – JORDIMAR RODRIGUES DA SILVA
Item 33, Quadra 45, Lote 06, Vencedor – JORDIMAR RODRIGUES DA SILVA
Item 39, Quadra 45, Lote 12, Vencedor – EUNICE INES FREITAS DA COSTA CECCATTO
Item 40, Quadra 45, Lote 13, Vencedor – TALITA PEREIRA MORAIS MIRANDA
Item 160, Quadra 57, Lote 07, Vencedor – JOAQUIM DOS ANJOS FERREIRA DA PAIXAO
Item 164, Quadra 57, Lote 11, Vencedor – RODRIGO DA CCOSTA GOMES
Item 174, Quadra 47, Lote 18, Vencedor – ACCADROLI E CIA LTDA

Água Boa, 29 de maio de 2014.

VERA LUCIA FRIES
Presidente da Comissão de Licitação

Retifique-se por ter saído incorreto.

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:3ECDDB36

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL 2.188/2.014.

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL 978/2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: Executivo Municipal.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº. 978/2000, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica garantido ao Profissional da Educação Básica Municipal no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar, Secretário de Unidade Escolar, Coordenadores das Unidades Escolares, Técnicos Administrativo Educacional na Secretaria Municipal de Educação e no Conselho Municipal de Educação, Professores na Secretaria Municipal de Educação na função de Coordenador Pedagógico e Coordenador da Educação Integral, presidência do Conselho Municipal de Educação e professores na função de técnicos pedagógicos no Conselho Municipal de Educação o recebimento de um percentual incidente sobre o subsídio do cargo original pelo regime de Dedicação Exclusiva, previsto no artigo 39 da Lei Complementar Municipal nº 931/99.

Art. 2º Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº. 978/2000, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 2º O percentual que incidirá sobre o subsídio do cargo de Diretor das Unidades Escolares terá como base o número de alunos.
I - o Diretor da Unidade Escolar perceberá sobre o subsídio do seu cargo original o seguinte percentual:
a) 40% (quarenta por cento) nas Unidades Escolares de Educação Infantil com atendimento até 500 alunos;
b) 40% (quarenta por cento) nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental com atendimento até 500 alunos;
c) 45% (quarenta e cinco por cento) nas Unidades Escolares com atendimento acima de 501 alunos.

Art. 3º Inclui os parágrafos 3º e 4º ao artigo 2º da Lei Municipal 978/2000, com a seguinte redação:

Art.2º

§ 3º. Nas unidades escolares de Educação Infantil com até 150 alunos, o diretor exercerá funções de Coordenação e Secretaria Escolar.
§ 4º. Nas unidades escolares de Ensino Fundamental com até 150 alunos, o diretor exercerá funções de Coordenação e Secretaria Escolar.

Art. 4º Altera o artigo 3º da Lei Municipal nº. 978/2000, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º O percentual que incidirá sobre o subsídio do cargo de Secretário das Unidades Escolares terá como base o número de alunos.
I - o Secretário da Unidade Escolar perceberá sobre o subsídio do seu cargo original o seguinte percentual:
a) até 150 alunos o Diretor exercerá a função de Secretário nas Unidades Escolares de Educação Infantil;
b) até 150 alunos o Diretor exercerá a função de Secretário nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental;
c) 40% (quarenta por cento) nas Unidades Escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental com atendimento de 151 a 500 alunos.
d) 45% (quarenta e cinco por cento) nas Unidades Escolares com atendimento acima de 501 alunos.

Art. 5º Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº. 978/2000, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 4º O percentual que incidirá sobre o subsídio do cargo de Coordenador das Unidades Escolares terá como base o número de alunos.
I - o Coordenador da Unidade Escolar perceberá sobre o subsídio do seu cargo original o seguinte percentual:
a) até 150 alunos o Diretor exercerá a função de Coordenador nas Unidades Escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
b) 30% (trinta por cento) nas Unidades Escolares de Educação Infantil acima de 150 alunos;
c) 30% (trinta por cento) nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental com atendimento de 151 á 500 alunos;
d) 30% (trinta por cento) nas Unidades Escolares com atendimento acima de 501 alunos.

Art. 6º Altera o artigo 5º da Lei Municipal nº. 978/2000, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 5º O percentual que incidirá sobre o subsídio dos servidores efetivos nos cargos de Dedicação Exclusiva da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação será:
§ 1º. Dedicação Exclusiva, de 40% (quarenta por cento), que incidirá sobre o subsídio do Coordenador Pedagógico nas Áreas de:
I – Educação Infantil;
II - Educação Inclusiva;
III - Alfabetização;
IV - Linguagem;
V – Matemática;
VI - Ciências Naturais;
VII - Ciências Sociais.
§ 2º. Dedicação Exclusiva, de 40% (quarenta por cento), que incidirá sobre o subsídio do Técnico Administrativo Educacional na função de:
I - Técnico de Escrituração Escolar;
II – Técnico de Recursos Humanos;
III – Técnico de Licitação e Compra;
IV – Técnico de Programas e Convênios;
§ 3º. Dedicação Exclusiva, de 40% (quarenta por cento), que incidirá sobre o subsídio do Técnico Administrativo Educacional e dos professores que exercem a função de técnicos pedagógicos no Conselho Municipal de Educação.

Art. 7º Inclui o artigo 6º à Lei Municipal nº. 978/2000, com a seguinte redação:

Art. 6º O percentual que incidirá sobre o subsídio dos Cargos de Diretor Administrativo, Diretor Pedagógico e Diretor do Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação será de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 8º Inclui o artigo 7º à Lei Municipal nº. 978/2000, com a seguinte redação:

Art. 7º O percentual que incidirá sobre o subsídio do Cargo de Coordenador da Educação Integral será de 40% (quarenta por cento).

Art. 9º Inclui o artigo 8º à Lei Municipal nº. 978/2000, com a seguinte redação:

Art. 8º O percentual que incidirá sobre o subsídio do Profissional efetivo da Educação Básica Municipal na função de Presidente do Conselho Municipal de Educação será de 40% (quarenta por cento).

Art. 10. Os demais dispositivos da Lei Municipal n.º 978/2000 permanecerão em vigor.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a reedição da Lei Municipal n.º 978/2000, com as alterações da presente Lei.

Art. 12. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA/MT
Em 28 de maio de 2.014.

ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luquezia Lopes Martins
Código Identificador:8740A2B5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 063/14 AQUISIÇÃO DE VEICULOS

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supra citado, tipo menor preço por Item cujo objeto trata-se **Aquisição de um veiculo capacidade mínima de 15 passageiros; Um veículo pick-up, ano de fabricação e modelo 2014: motor 1.4 flexpower; Uma carreta semi reboque; Um caminhão 6x2 ano/modelo 2014, 0km; Uma carroceria carga seca tipo furgão; Aquisição de 03 motocicletas**, sagrou-se vencedora as seguintes empresas: **VILLE DE FRANCE VEÍCULOS LTDA,** com valor total do **LOTE** 0**1** em **R$ 127.000,00 (Cento e Vinte e Sete mil reais), JHV IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA,** com valor total do **LOTE 02** em **R$ 140.00,00 (Cento e Quarenta mil reais) e FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA,** com valor total do **LOTE 03** em **R$ 295.00,00 (Duzentos e Noventa e Cinco mil reais). Os lotes 04, 05, 06 e 07 foram Fracassados/Frustados.** Informações mais detalhada com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3481-2885. e_mail: lici.altoaia@gmail.com.br

Alto Araguaia – MT. 29 de Maio de 2014.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:5E396560

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA

Primeiro termo aditivo ao contrato: 110/2014
Contratada: Construtora Tripolo ltda
Objeto: Aplicação de Lama Asfáltica em Diversas Áreas deste Município.
Da alteração de cláusula: Fica alterada a cláusula 1.1 do contrato original suprimindo o LOTE 01 – Aplicação de lama asfáltica nos bairros: Nossa Senhora Aparecida; Boiadeiro; Cohab I e II e Setor Castro.
Do valor e dotação orçamentária: Em virtude da alteração da CLÁUSULA 1.1 acima especificado fica suprimido o valor de R$ 739.059,24 (setecentos e trinta e nove mil e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos). O valor acima descrito será anulado na seguinte dotação orçamentária:
06.003-15.451.0009.1012-4.4.90.51.00.00 – 633 – Fonte 224 – Sec. de Infraestrutura e Serviços Urbanos.
Data: 29/05/2014

Alto Araguaia 29/05/2014

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:AC85FF0B

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 089-14- AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL

Objeto: Registro de Preços para **aquisição de oleo diesel e reagente antipoluente para uso de diversas secretarias**.
Dia: 13/06/2014.
Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia **13/06/2014**.
Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.
Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **13 de Junho de 2014**, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Alto Araguaia - MT, 29 de Maio de 2014.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:8C511007

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA - MT
INEXIGIBILIDADE 005/2014 – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO 002/2014 EDITAL COMPLEMENTAR 002/2014

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação e Comissão de Credenciamento, torna público, para quem possa interessar, que referente ao processo supracitado será expedido o edital complementar com algumas alterações em seu objeto. Credenciamento de profissionais habilitados na área de Odontologia para prestarem serviços, no Município de Alto Araguaia. Os credenciamentos serão estendindo até o dia 06/06/2014 de segunda-feira a sexta-feira nos seguintes horários 13:00 às 18:00 (horário de

Brasília), na sede da Prefeitura Municipal (Setor de Licitação) situada na Av. Carlos Hugueney, 572 - centro. Informações mais detalhada pelo Fone (66) 3481-2885 e no e_mail lici.altoaia@gmail.com.br.

Alto Araguaia – MT, 29 de Maio de 2014.

ANTÔNIO BARCELOS CESÁRIO
Presidente da CPL

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:3772660F

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE 007/2014 – EDITAL RESUMIDO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que realizará às **16:00 horas (Brasília), do dia 06/06/2014**, licitação na modalidade supracitada, do tipo menor preço por Lote, com regime de execução indireta e sob empreitada por preço Unitário, que tem por objeto: **SERVIÇO DE ADEQUAÇÃO DE PRÉDIO PARA INSTALAÇÕES PROVISÓRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL, E SERVIÇOS DE PINTURA DE MEIO-FIO, ARVORES E POSTES EM DIVERSAS RUAS DESTE MUNICÍPIO.** INFORMAÇÃO MAIS DETALHADA, EDITAL E PROJETO COMPLETOS PODERÃO SER SOLICITADAS NO ENDEREÇO supracitado, de Segunda a Sexta–feira, das 13:00 às 18:00 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, pelo tel. (66) 3481-2885, site www.altoaraguaia.mt.gov.br: e_mail: lici.altoaia@gmail.com.br -

Alto Araguaia – MT, 29 de Maio de 2014.

ANTÔNIO BARCELOS CESÁRIO
Presidente da CPL

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:EA42EACC

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2014

Objeto: Prestação de serviços consistente na assistência à saúde e serviços auxiliares de diagnósticos nas diversas áreas de especialização médica.
Dia: 13/06/2014.
Entrega dos Envelopes: Até as **14:30** horas (Brasília), do dia **13/06/2014**.
Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.
Abertura do envelope Nº 01: Às **14:30** horas, do dia **13 de Junho de 2014**, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Alto Araguaia - MT, 29 de Maio de 2014.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:F4FD43F0

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2014 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Srº. JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, tendo em vista a justificativa apresentada pela Secretária Mun. de Administração, sobre a locação de imóvel, com dispensa de licitação, fulcrada no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, do Srº. Leonardo Borges de Oliveira Rezende, para a locação de imóvel instalado em um terreno na zona urbana desta cidade, com área construída total de 1228,12m², com os seguintes limites: de frente para a Rua Silvio José de Castro Maia; lado direito com Francisco Silvério da Costa; lado esquerdo com Comiva; e aos fundos com Judith Borges de Oliveira. Sobre o qual está edificada um imóvel de alvenaria e tijolos, coberto de telhas francesas, piso de cerâmica, portas de vidro, forro de PVC, dividida em 03 (três) partes, entre elas 1ª (primeira) comercial, 2ª (segunda) áreas de garagem e 3ª (terceira) KIT NETs; sendo 06 (seis) unidades com instalações: elétricas, de água e sanitárias completas. Localizado à Rua Silvio José de Castro Maia, nº 991, Centro, Cep 78.780-000, Alto Araguaia – MT, para fins de instalação provisória da prefeitura municipal.
Ficou acertada a importância total de R$ 35.700,00 (Trinta e cinco mil e setecentos reais), valor bruto, a serem pagos em 07 (sete) parcela mensais iguais no valor de R$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais), até 31/12/2014, resolve RATIFICAR a justificativa apresentada e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.
Alto Araguaia - MT., 29 de Maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:AB191A8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE SINDICÂNCIA

Objeto: Apurar os motivos pelo os quais não foram cumpridos os prazos dos pagamentos previsto na Cláusula Terceira do contrato nº 256/2013.
Portaria: 075/2014.
Decisão Final: Arquivamento da presente sindicância, visto que perdeu a sua finalidade para a qual se propôs, ante a ausência de inadimplência de pagamento dos meses que mencionam, conforme restou devidamente demonstrado nos autos.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:BF6E4658

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE SINDICÂNCIA – PROCESSO 615/2013.

Objeto: apurar responsabilidade do Auto de Infração nº 2011017546, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso – CREA, no valor de R$ 144,60 (cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).
Portaria: 534/2013
Decisão Final: Arquivamento da presente sindicância, e, caso a defesa apresentada aos termos da autuação nº 2011017546 seja julgada improcedente, que seja novamente instaurada a sindicância para apurar a responsabilidade do servidor responsável pela fiscalização da execução do contrato 210/2010.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:826D3A5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.415, DE 20 DE MAIO DE 2014

"Altera o inciso IV do artigo 48 da Lei Municipal n. 2.575, de 20 de outubro de 2009 que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alto Araguaia".

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º A redação do inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n. 2.575, de 20 de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 48.
IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 20,11% (vinte inteiros e onze centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 12,19% (doze inteiros e dezenove centésimos por cento) relativo ao custo normal e 7,92% (sete inteiros e noventa e dois centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.
Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2014.
Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.
Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Araguaia, 20 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	ALÍQUOTA
2014	7,92%
2015	8,20%
2016	8,47%
2017	8,75%
2018	9,02%
2019	9,30%
2020	9,57%
2021	9,85%
2022	10,12%
2023	10,40%
2024	10,68%
2025	10,95%
2026	11,23%
2027	11,50%
2028	11,78%
2029	12,05%
2030	12,33%
2031	12,60%
2032	12,88%
2033	13,15%
2034	13,43%
2035	13,71%
2036	13,98%
2037	14,26%
2038	14,53%
2039	14,81%
2040	15,08%
2041	15,36%
2042	15,63%
2043	15,91%

Publicado por:
Sebastião Elias Filho
Código Identificador:4FA5A0D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 369, DE 19 DE MAIO DE 2014.

"Nomeia Assessor Especial I".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Srª. JOSIANE RIBEIRO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Especial I, a partir de 19 de maio de 2014.

Art. 2º A Servidora nomeada no artigo anterior prestará suas funções na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu Setor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 19 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

SANDRA PANIAGO B. DE OLIVEIRA
Secretária Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:7DD26CE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 370, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"Dispõe sobre remoção de funcionário".

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração do Município de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

Resolve:

Art. 1º Remover a servidora RAQUEL ALEGRE AMORIM, Atendente, Lotada na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas atividades na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, no Setor de Contabilidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 21 de maio de 2014.

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:0FFACA97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 371, DE 21 DE MAIO DE 2014

"Autoriza abertura de Sindicância".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Processo de Sindicância para apurar responsabilidade para fins de quitação da multa de trânsito aplicada ao veículo IVECO/3510/Ambulância, Placa JZW-7165, no valor de R$ 127,69 (cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos), por motivo de o condutor não usar cinto de segurança, na BR 364 KM-1, no dia 08/01/2009.

Art. 2º Designar a Comissão Processante para dar cumprimento ao processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação.

Art. 3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 21 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:4109AFBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 372, DE 23 DE MAIO DE 2014.

"Dispõe sobre Licença para Interesse Particular".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o artigo 101 da Subseção X – Da Licença para Tratar de Interesse Particular, da Lei Municipal n.º 1.079/97.

Considerando o processo nº 525/2014.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença para Interesse Particular à Senhora LEILA MARQUES SILVEIRA DE FREITAS, Contínua, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme artigo 101 da Subseção X – Da Licença para Tratar de Interesse Particular, da Lei Municipal n.º 1.079/97, a partir de 02 de maio de 2014.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de maio de 2014.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de maio de 2014.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ABILENE ANTÔNIA B. QUEIROZ
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:691272E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 373, DE 23 DE MAIO DE 2014.

"Dispõe sobre Licença para Interesse Particular".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o artigo 101 da Subseção X - Da Licença para Tratar de Interesse Particular, da Lei Municipal n.º 1.079/97.

Considerando o Processo Administrativo nº 1793/2013, onde houve negativa de concessão de Licença Particular da requerente, a partir de 01 de abril de 2014, conforme se estrai do requerimento datado de 28 de novembro de 2013;

Considerando finalmente a decisão Liminar concedendo a requerente o direito a Licença para Tratar de Interesse Particular, por Motivo de Acompanhamento do Cônjuge, sem remuneração, pelo prazo de dois anos, a teor do que dispõe a R. Decisão proferida no Processo nº 846-86.2014.811.0020 - Código 57971, exarada pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Alto Araguaia.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença para Interesse Particular à Senhora TATIANA ALBUQUERQUE GULO, Assistente Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme artigo 101 da Subseção X - Da Licença para Tratar de Interesse Particular, da Lei Municipal n.º 1.079/97, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de abril de 2014.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de maio de 2014.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

SANDRA PANIAGO B. DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:CA529BC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 052, DE 19 DE MAIO DE 2014.

"Altera o Art. 2° do Decreto 069/2012".

O Prefeito do Município de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,...

RESOLVE:

Art. 1° Alterar o Art. 2° do Decreto 069/2012, de 10 de outubro de 2012, que dispõe sobre criação e nomeação dos membros do COMITÊ DE INVESTIMENTOS do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Alto Araguaia – PREVIMAR, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Compõem o Conselho de Investimento do PREVIMAR: a Srª. NEIA CARVALHO SILVA MAIA, inscrita no CPF n.º 304.199.301-59; a Srª JULIANA PAGANINI SCANFERLA, inscrita no CPF n.º 372.882.988-92; e o Sr. SEBASTIÃO ELIAS FILHO, inscrito no CPF n.º 304.207.841-87, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Investimento dos recursos previdenciários".

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 19 de maio de 2014.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:7DEC6C83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.406, DE 13 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para pagamento de Serviços Gerais executados na Secretaria Municipal de Infraestrutura".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal pagar até 50 (cinquenta) prestadores de Serviços Gerais, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º Os contratados no termo dessa Lei receberão vencimentos equivalentes aos cargos iguais ou similares definidos na Lei Municipal n.º 2742/2010.

Art. 3º A autorização mencionados no Artigo lº desta Lei serão contratados emergencialmente através do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:6E97C57F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.410, DE 13 DE MAIO DE 2014

"Autoriza adiantamento para cobrir despesa de evento".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Essa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal, fazer um adiantamento no valor de R$ 1.260,00 (um mil e duzentos e sessenta reais), em nome do Senhor Carlos Henrique Rezende Carvalho, para custear despesas com alimentação e inscrição de 06 (seis) atletas que irão participar da 9ª Copa Cidade de Tênis, que será realizado em Cuiabá-MT, entre os dias 15 a 18 de maio de 2014.

Art. 2º As despesas correrão conforme a seguinte dotação orçamentária:

11.001.27.812.0028.2064. - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica.

Art. 3º A prestação de conta do adiantamento mencionado no Artigo 1º desta Lei, será feito num prazo de 03 (três) dias após a realização do evento.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:78033DCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.411, DE 13 DE MAIO DE 2014.

"Altera as vagas de Professor e Contínuo do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Essa lei autoriza o Poder Executivo Municipal altera as vagas de Professor de 22 vagas para 25 vagas e Contínuo de 03 vagas para 07 vagas, constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:C63ABAC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.413, DE 21 DE MAIO DE 2014

"Autoriza adiantamento para cobrir despesa de evento".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Essa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal, fazer um adiantamento no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), em nome do Senhor Max Fabio Santos da Silva, para custear despesas com inscrição da candidata POLYANNE FERREIRA REZENDE, para participar do Concurso Miss Mato Grosso Juvenil 2014, que será realizado no dia 30 e 31 de maio de 2014.

Art. 2º As despesas correrão conforme a seguinte dotação orçamentária:

11.001.27.812.0028.2064. - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica.

Art. 3º A prestação de conta do adiantamento mencionado no Artigo 1º desta Lei, será feito num prazo de 03 (três) dias após a realização do evento.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 21 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:1EB875DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.414, DE 20 DE MAIO DE 2014

"Autoriza a doação de bens inservíveis do Patrimônio Público Municipal e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ºFica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder à doação de bens considerada inservível ao Patrimônio Público, bem como os gerados pelo desgaste natural, originário desta Prefeitura, ao Rotary Club de Santa Rita/Alto Araguaia, entidade filantrópica em atividade no Município, a teor do que dispõe o artigo 15, do Decreto nº 99.658/1990.

§ 1ºConsidera-se inservível para efeito desta Lei, os bens que não podem ser utilizados pelo Município para o fim a que se destina devido à perda de suas características, especialmente material como pneu usado, óleo queimado, ferro-velho, equipamentos de informáticae eletrodomésticos e mobiliário cuja recuperação seja considerados antieconômicos reconhecidos pela Comissão Patrimonial do Município, através de laudo circunstanciado de avaliação.

§ 2ºA entidade beneficiada destinará a renda auferida na alienação dos objetos doados na compra de cadeiras de rodas, cadeiras de banho, andadores e muletas, de modo a justificar o interesse social, conforme determina o art. 17, caput e inc. II,a, da Lei n° 8.666/93, devendo, apresentar ao município as correspondentes notas fiscais de compra.

§ 3º A Comissão Patrimonial fica responsável pela veracidade do laudo de avaliação dos bens a serem doados, nos termos do § 1º do art. 1º desta Lei.

Art. 2ºFica o Poder ExecutivoMunicipal autorizado a celebrar termo de doação para execução desta lei, observada a legislação pertinente para cada caso.

Art. 3ºEsta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 20 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:3A1BE73E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.415, DE 20 DE MAIO DE 2014

"Altera o inciso IV do artigo 48 da Lei Municipal n. 2.575, de 20 de outubro de 2009 que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alto Araguaia".

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n. 2.575, de 20 de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48.

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 20,11% (vinte inteiros e onze centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 12,19% (doze inteiros e dezenove centésimos por cento) relativo ao custo normal e 7,92% (sete inteiros e noventa e dois centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2014.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Araguaia, 20 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO I
ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	ALÍQUOTA
2014	7,92%
2015	8,20%
2016	8,47%
2017	8,75%
2018	9,02%
2019	9,30%
2020	9,57%
2021	9,85%
2022	10,12%
2023	10,40%
2024	10,68%
2025	10,95%
2026	11,23%
2027	11,50%
2028	11,78%
2029	12,05%
2030	12,33%
2031	12,60%
2032	12,88%
2033	13,15%
2034	13,43%
2035	13,71%
2036	13,98%
2037	14,26%
2038	14,53%
2039	14,81%
2040	15,08%
2041	15,36%
2042	15,63%
2043	15,91%

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:D477864D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.416, DE 20 DE MAIO DE 2014.

"Autoriza o Poder Executivo a adquirir presentes e doá-los aos noivos no Casamento Comunitário".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a comprar presentes, no valor de até R$ 7.000,00 (sete mil reais), e doá-los aos casais inscritos no Casamento Comunitário, que será realizado durante as festividades do XVII Festival Náutico e XV Festival Cultural de Alto Araguaia/MT.

Art. 2º A despesa mencionada no artigo anterior será coberta com a seguinte dotação orçamentária:

09.001.08.244.0035.2063. - 3.3.90..32.00.00 - Material de Distribuição Gratuita.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 20 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:16429AC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.417, DE 20 DE MAIO DE 2014

"Autoriza o pagamento de Premiação do Concurso Miss e Mister da Melhor Idade".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, senhor Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal efetuar o pagamento de Premiação no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para as 05 (cinco) primeiras colocadas no concurso Miss e Mister da Melhor Idade, a realizar-se no mês de junho de 2014.

Art. 2º A despesa mencionada no art. 1º desta Lei será coberta com seguinte dotação orçamentária:

09.001.08.241.0036.2060. - 3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Cientifica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 20 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:A6270311

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 033/2014

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA QUINTINO BOCAIUVA n.º 682 – CENTRO
Fone: 66 3481 1777 – Fax: 3481 1777 - CEP. 78780-000

PORTARIA N° 033/2014
"Dispõe sobre nomeação de funcionário"
A Secretária Municipal de Saúde de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, MARTHA SILVIA ZAIDEN MAIA BRANDÃO no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Art. 1° - Nomear a servidora Gianny Valkíria de Souza Obando para ficar em função da Secretaria Municipal de Saúde na elaboração do relatório de gestão referente ao ano de 2013 no período de 28/05 /2014 a 26/06/2014 no turno vespertino.
Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3° - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 27 de maio de 2014.

MARTHA S. Z. MAIA BRANDÃO
Secretária Munic. de Saúde

Publicado por:
Alessandra de Andrade Campos Tafarello
Código Identificador:EAC8B72B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2014

OBJETO: "Aquisição de 01 (um) motor compacto plus com cabeçote (remanufaturado), peça genuína Mercedes Benz, com garantia de um ano sem limite de quilometragem e prestação de serviços de mão de obra para a instalação, a ser utilizado no veiculo Caminhão Mercedes Benz L 1620.".

Favorecido: GOIAS CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

Valor Global: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso V da Lei n.º 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Anexa aos auto do processo de Dispensa de Licitação nº 003/2014.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer jurídico constantes do Processo de Dispensa de Licitação Nº 003/2014, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Alto Boa Vista – MT, em 29 de Maio de 2014.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Edgar Frederico da Silva
Código Identificador:63DEDE3B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 18, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 29.000,00 (VINTE E NOVE MIL REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 946/13 de 22 de outubro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 29.000,00** (vinte e nove mil reais)**,** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.011	3.3.90.39.00	18.000,00
2.086	3.3.90.39.00	11.000,00
TOTAL		29.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.013	3.3.90.34.00. 0.00.00.0999	18.000,00
2.061	3.3.90.30.00.00.00.00.0999	11.000,00
TOTAL		29.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos 22 dias do mês de abril 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:3EE7ACDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 019, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 29.908,00 (VINTE E NOVE MIL E NOVECENTOS OITO REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 957/13 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 29.908,000** (vinte e nove mil e novecentos e oito reais)**,** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.038	3.3.90.93.00.00.00.00.0202	16.600,00
2.056	3.3.90.36.00.00.00.00.0201	3.000,00
2.056	3.3.90.33.00.00.00.00.0201	3.808,00
2.009	3.3.90.30.00.00.00.00.0999	5.000,00
2.056	3.3.90.39.00.00.00.00.0201	1.500,00
TOTAL		**29.908,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.037	3.3.90.30.00.00.00.00.0999	19.600,00
1.037	3.3.90.91.00.00.00.00.0999	10.308,00
TOTAL		**29.908,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos vinte três dias do mês de abril 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:B75C5C8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 020, DE 24 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 102.300,00 (CENTO E DOIS MIL E TREZENTOS REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 957/13 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 102.300,00** (cento e dois mil e trezentos reais)**,** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.006	3.3.90.35.00.00.00.00.0999	80.000,00
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00.0201	15.000,00
2.020	3.3.90.30.00.00.00.00.0101	3.500,00
2.006	3.3.90.36.00.00.00.00.0999	3.800,00
TOTAL		**102.300,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.080	3.3.90.30.00.00.00.00.0999	8.000,00
2.080	3.3.90.91.00.00.00.00.0999	5.000,00
2.080	3.3.90.91.00.00.00.00.0999	8.000,00
1.038	4.4.90.52.00.00.00.00.0201	15.000,00
1.005	4.6.90.71.00.00.00.00.0999	62.000,00
1.033	4.4.90.52.00.00.00.00.0201	3.500,00
1.106	4.4.90.52.00.00.00.00.0999	3.800,00
TOTAL		**102.300,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos vinte quatro dias do mês de abril de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:3892DA88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 021, DE 25 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 70.600,00 (SETENTA MIL E SEISCENTOS REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 957/13 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 70.600,000** (setenta mil e seiscentos reais)**,** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.013	3.3.90.39.00. 0.00.00.0999	65.000,00
2.056	3.3.90.36.00.00.00.00.0201	2.600,00
2.072	3.3.90.36.00.00.00.00.0999	3.000,00
TOTAL		**70.600,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.012	4.4.90.51.00.00.00.00.0024	25.000,00
1.012	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	10.000,00
1.023	4.4.90.51.00.00.00.00.0024	4.000,00
2.011	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	26.000,00
1.038	4.4.90.52.00.00.00.00.0201	2.600,00
2.061	3.3.90.36.00.00.00.00.0201	3.000,00
TOTAL		**70.600,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos vinte cinco dias do mês de abril 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:91F45D92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 022, DE 25 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 957/13 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 8.000,000** (oito mil reais)**,** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.089	3.3.90.30.00.00.00.00.0301	8.000,00
TOTAL		**8.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.044	4.4.90.52.00.00.00.00.1000	8.000,00
TOTAL		8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos vinte cinco dias do mês de abril 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:A3C2C54B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 023, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 146.500,00 (CENTRO E QUARENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 957/13 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 146.500,00** (cento e quarenta e seis mil e quinhentos reais)**,** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.009	3.3.90.39.00. 0.00.00.0999	11.000,00
2.013	3.3.90.36.00.00.00.00.0202	54.000,00
2.056	3.3.90.36.00.00.00.00.0201	5.000,00
1.008	4.4.90.52.00.00.00.00.0999	6.500,00
2.056	3.3.90.39.00.00.00.00.0201	70.000,00
TOTAL		**146.500,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.046	4.4.90.52.00.00.00.00.0999	6.000,00
1.047	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	5.000,00
1.008	4.4.90.52.00.00.00.00.0999	6.000,00
1.015	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	5.000,00
1.018	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	2.500,00
1.019	4.4.90.51.00.00.00.00.0024	3.000,00
1.020	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	4.000,00
1.022	4.4.90.51.00.00.00.00.0024	1.500,00
1.022	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	1.500,00
1.026	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	1.500,00
2.013	3.3.90.39.00.00.00.00.0000	29.000,00
1.011	4.4.90.51.00.00.00.00.0000	6.500,00
1.038	4.4.90.52.00.00.00.00.0000	40.000,00
2.058	3.3.90.39.00.00.00.00.0000	35.000,00
TOTAL		**146.500,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos vinte nove dias do mês de abril 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:D1D4A5B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 024, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 356.851,09 (TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E NOVE CENTAVOS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER, CULTURA E TURISMO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 963/14, de 30 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 356.851,09 (trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e nove centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.011	3.1.90.04.00. 00.00.0999	5.600,00
2.013	3.1.90.04.00. 00.00.0999	5.800,00
2.021	3.1.90.04.00. 00.00.0999	23.000,00
2.022	3.1.90.04.00. 00.00.0999	5.500,00
2.034	3.1.90.04.00. 00.00.0999	11.000,00
2.040	3.1.90.11.00. 00.00.0999	7.900,00
2.039	3.1.90.04.00. 00.00.0999	21.000,00
2.040	3.1.90.11.00. 00.00.0999	4.800,00
2.048	3.1.90.04.00. 00.00.0999	8.500,00
2.056	3.1.90.11.00. 00.00.0999	185.000,00
2.056	3.1.90.04.00. 00.00.0999	4.800,00
2.074	3.1.90.11.00. 00.00.0999	8.900,00
2.076	3.1.90.11.00. 00.00.0999	19.000,00
2.039	3.1.90.13.00. 00.00.0999	4.200,00
2.048	3.1.90.13.00. 00.00.0999	1.600,00
2.056	3.1.90.13.00. 00.00.0999	38.000,00
2.074	3.1.90.13.00. 00.00.0999	1.851,09
2.048	3.1.90.09.00. 00.00.0999	200,00
2.076	3.1.90.09.00. 00.00.0999	200,00

TOTAL	**356.851,09**

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, os resultantes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2013, resultante da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos trinta dias do mês de abril de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:BA5EDFE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 025, DE 02 DE MAIO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 143.400,00 (CENTRO E QUARENTA E TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 957/13 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 143.400,00** (cento e quarenta e três mil e quatrocentos reais)**,** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.013	3.3.90.36.00. 0.00.00.0999	12.000,00
2.037	3.3.90.30.00.00.00.00.0202	30.000,00
2.055	3.3.90.30.00.00.00.00.0201	20.000,00
2.053	4.4.90.52.00.00.00.00.0201	37.000,00
2.056	3.3.90.36.00.00.00.00.0201	1.000,00
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00.0201	9.000,00
2.011	3.3.90.39.00.00.00.00.0999	29.400,00
2.013	3.3.90.30.00.00.00.00.0999	5.000,00
TOTAL		143.400,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.017	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	12.000,00
2.037	3.3.90.30.00.00.00.00.0201	30.000,00
2.055	3.3.90.30.00.00.00.00.0202	20.000,00
2.054	4.4.90.52.00.00.00.00.0201	5.000,00
1.038	4.4.90.52.00.00.00.00.0201	42.000,00
1.017	4.4.90.51.00.00.00.00.0024	20.000,00
1.017	4.4.90.51.00.00.00.00.0999	9.400,00
1.017	4.4.90.51.00.00.00.00.0024	5.000,00
TOTAL		143.400,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos dois dias do mês de maio 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:9572348B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 097, DE 26 DE MAIO DE 2014.

"Designa Comissão para avaliação de imóvel".

Cezalpino Mendes Teixeira Júnior, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar comissão composta pelos servidores:

RONALDO PASZKO DE BRITO, Gerência do Meio Ambiente - CPF. nº 224.024.878-52;
DIVINO ROSA DE MIRANDA, Gerência de Infraestrutura - CPF. nº 496.046.191-87;
ELIANE BERGOLI, Fiscal de Obras e Posturas - CPF**.** nº 452.102.841-15;
BENEDITA DE OLIVEIRA GOUVEIA, Fiscal de Tributos - CPF 475.730.071-91, **sob a presidência do primeiro**, para proceder à avaliação de 01 (um) lote de terra na zona urbana desta cidade conforme segue:

1- Sendo parte da quadra nº 125 – Vila Morena com área de 76 x 100 m (setenta e seis metros por cem metros), iguais a 7.600 m²(sete mil e seiscentos metros quadrados) localizada na Av. Manoel Carvalho Bastos, objeto da Matrícula nº 4.904, do Registro Geral da Comarca de Alto Garças – MT, de propriedade do Espólio de Onofre Nunes Cabral.

Parágrafo único. O lote citado no caput deste artigo serão adquiridos pelo município de Alto Garças – MT, para construção de uma Quadra Poliesportiva.

Art. 2º A Comissão ora designada agirá com total independência, sem dolo e nem malícia, objetivando a imparcialidade da justiça.

Art. 3º A presente Comissão deverá elaborar um Laudo Circunstanciado da
Avaliação com prazo de 05 (cinco) dias a partir da data da publicação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças -MT, em 26 de Maio de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:A2A11DA6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2014
CONTRATADO: VANILZA DE OLIVEIRA JORCELINO
OBJETO: O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar as **Cláusulas Terceira**, especificamente quanto à prorrogação do prazo, estendendo sua vigência até **20/12/2014, e Quinta quanto à indicação dos recursos.** As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas, fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art.37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o art. 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e Lei Municipal n° 887 de 19/12/2011; que dispõe sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:2048F4EF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2014
CONTRATADO: VANILZA DE OLIVEIRA JORCELINO
OBJETO: O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar as **Cláusulas Terceira**, especificamente quanto à prorrogação do prazo, estendendo sua vigência até **20/12/2014, e Quinta quanto à indicação dos recursos.** As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas, fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art.37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o art. 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e Lei Municipal n° 887 de 19/12/2011; que dispõe sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:52A5B255

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2014
CONTRATADO: SILVANA CORREIA DA SILVA
OBJETO: O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar a **Cláusula Terceira**, especificamente quanto à prorrogação do prazo, estendendo sua vigência até **20/12/2014, e Quinta quanto à indicação dos recursos.** As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas, fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art.37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o art. 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e Lei Municipal n° 887 de 19/12/2011; que dispõe sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:1285DD01

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 040/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: Mayanne Gomes Martins
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Apoio Administrativo Educacional/Vigilância**, fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e Lei Municipal nº 887/2011, que dispõe sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 21/06/2014
ASSINATURA DO CONTRATO: 01/04/2014
VALOR: R$ 1.954,80

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:15CCD19D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO: Nº 041/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Simone de Oliveira Silva**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:00D3FD2C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 042/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Mariuza Batista da Silva**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:F50D7819

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 043/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Jane Camila Xavier da Costa Resende**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:579B8712

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 044/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Altamira Almeida de Souza Leme**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:617EE8A1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 045/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Erica Aldi Nogueira dos Santos**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:61BC6C2A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 046/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Elivania Rodrigues Alves**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:2C4A70F2

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 047/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Cidiana Fátima Catulé de Souza**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que**

tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina, sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:0C3A39FA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 048/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Suzany Pereira de Moraes**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:7961EDC6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 049/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Suellen Aparecida Araújo de Oliveira**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:594EE603

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 050/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Regina Pereira da Silva**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:50D7430B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 051/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Luciana Pereira da Silva**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:CF44A90C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 052/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Geize Bites Campos**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:C47C8DB0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 053/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Cleidiane Ramos dos Santos Klippel**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:0E595786

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 054/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Joyciana Luiza Rodrigues Ribeiro**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:DE5D541E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 055/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Jéssica Diniz Ramos da Silva**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:54BCFC50

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 056/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Belionisia Maria de Jesus Soares**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014

VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:2289FD02

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 057/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Valdivina Pedro da Silva**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:8E426281

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 058/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Maria José Mello de Almeida**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:E4B47F7E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 059/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Ana Paula de Almeida Couto**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:24BC3A85

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 060/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Rubia Tomaz da Silva**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:46053AEF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 061/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Rosemary dos Santos Rodrigues**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,**

fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 01/04/2014
VALOR: 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:B2CB6F8E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 062/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: Claudiner Carvalho Fernandes
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Apoio Administrativo Educacional/Manutenção de Infraestrutura**, fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e Lei Municipal nº 887/2011, que dispõe sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA DO CONTRATO: 01/04/2014
VALOR: R$ 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:77A2431E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 063/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: Gracielly Araújo Carvalho
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Apoio Administrativo Educacional/Manutenção de Infraestrutura**, fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e Lei Municipal nº 887/2011, que dispõe sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 01/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA DO CONTRATO: 01/04/2014
VALOR: R$ 6.274,66

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:523A1AFB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 064/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: Elizângela Agostini
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Professor II - Pedagogia**, fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e Lei Municipal nº 887/2011, que dispõe sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 07/04/2014 a 07/06/2014
ASSINATURA DO CONTRATO: 07/04/2014
VALOR: R$ 2.099,82

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:A3CE93C5

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 065/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Marcilene Miranda de Souza Costa**
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 08/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 08/04/2014
VALOR: 6.081,59

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:045A1E4D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 066/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: **Agdalva Moraes Barreto**

OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Técnico Administrativo Educacional com Atribuição de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil,** fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71 incisos IV e X e com o art.80 inciso VI da Lei Orgânica do Município; com a Lei 873 de 24/10/2011, e parágrafo único art. 1º da lei 874 de 08/11/2011; conforme **Mandado de Segurança com pedido de Liminar Inaudita Altera Pars Processo nº 466 – 18.2014.811.0035 – ID34414, Código 32868, de 26/03/2014, que tramita pela vara Única da Comarca de Alto Garças – MT, que determina,** sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 08/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA: 08/04/2014
VALOR: 6.081,59

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:4625501E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 067/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT
CONTRATADA: Rosenir Vicente Rodrigues
OBJETO: O Contratado prestará ao contratante, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Apoio Administrativo Educacional/Manutenção de Infraestrutura**, fundamentado na legislação pertinente em vigor no que consta o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e Lei Municipal nº 887/2011, que dispõe sobre a formalização dos contratos temporários com a Administração Pública.
DURAÇÃO: 08/04/2014 a 20/12/2014
ASSINATURA DO CONTRATO: 08/04/2014
VALOR: R$ 6.081,59

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vera Lucia Bessa de Carvalho
Código Identificador:43F662E8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 206/2014

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:
Art. 1º. – Empossar o Sr. **LENILSON BATISTA BARROS,** portador do **RG N° 1033933-7 SSP/MT** e do **CPF N° 709.124.751-53**, para exercer o cargo de **Controlador Interno**, em caráter de **estágio probatório**, junto à Controladoria Geral do Município, conforme aprovação no concurso público realizado em 16/01/2011, Homologado pelo Decreto Municipal 06/2011 de 17/02/2011, publicado no **Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso, prorrogado por dois anos pelo Decreto 03 de 15/02/2013, publicado pela AMM, em 19/02/2013 ano VIII Edição 1661, EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2014, AMM, 09/05/2014 Edição 1968.**
Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.
Publica-se;
Registra-se;
Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Mun. de Alto Paraguai – MT, 15 de maio de 2014.

Publicado por:
Vailde Luciana de Oliveira
Código Identificador:4F843329

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE

Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, tendo em vista o disposto no **Art. 11, da Lei Municipal Nº 11 de 19 de novembro de 1990, Empossa** nesta data o senhor **LENILSON BATISTA BARROS,** nomeado para exercer o Cargo Efetivo de **Controlador Interno, Classe "A", Nível "01"**, junto à **Controladoria Geral do Município**, habilitado no concurso público, realizado em 16 de janeiro de 2011, **Homologado pelo Decreto Municipal nº 06/2011 de 17 de fevereiro de 2011**, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso - **AMM**, do dia **24 de fevereiro de 2011, VI – Nº 1163 pagina 4, prorrogado**, **por 02 (dois) anos pelo Decreto 03 de 15 de fevereiro de 2013,** publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso - **AMM**, do dia **19 de fevereiro de 2013, VIII – Nº 1661 pagina 10, EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2014, AMM, 09/05/2014 Edição 1968**. O empossado apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo público, bem como se compromete a observar a legislação em vigor, o disposto nos artigos de 11 a 22 da Lei Municipal Nº. 11 de 19/11/1990. Regulamentando o presente TERMO, declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública, bem como declaração de bens. Para constar, eu **JURANDIR FERRER DE FIGUEIREDO**, efetivo na função de **Técnico – Técnico em Contabilidade – Matricula: 64**. Lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado por mim, pelo **Prefeito Municipal Adair José Alves Moreira**, e pelo empossado abaixo assinado.

Alto Paraguai-MT, 15 de maio de 2014.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA LENILSON BATISTA BARROS
Prefeito Municipal Controlador Interno

JURANDIR FERRER DE FIGUEIREDO
D.R.H. Téc. Em Contabilidade Mat. 64

Publicado por:
Vailde Luciana de Oliveira
Código Identificador:A2F6A649

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N.º 0104/2014.

SÚMULA**:** "Altera a Tabela XII da Lei Complementar nº 008/2008, regulamentando a cobrança da Taxa de Expediente e Serviços Diversos do Município de Apiacás".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores, sanciona e promulga a seguinte Lei.:

Art. 1º - Fica alterada a tabela XII da Lei Complementar 008/2008, o Código Tributário Municipal de Apiacás, conforme anexo.
Art. 2º - Fica autorizada a reedição da Lei Complementar 008/2008.
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de maio de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
PREFEITO MUNICIPAL

TABELA XII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

Especificação	Valores em UPFM
1. 2ª via de Alvará	5
2. Depósito, por dia: a) móveis e mercadorias b) semoventes, por animal	 5 10
3. Emissão de documento de arrecadação	
4. Autenticação de plantas ou documentos, por folhas ou unidades	5
5. Certidão por unidade ou folha	5
6. Registro de ferro de gado	10
7. Solicitação de desmembramento por unidade	20
8. Atestados e declarações diversas	10
9. Outros serviços não especificados	44

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:B8D26284

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 0876/2014.

SUMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu **Adalto José Zago**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover suplementação pelo excesso de arrecadação, no valor de até R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), no orçamento programa do Fundo Municipal de Saúde para 2014, com respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 2º - A suplementação pelo excesso de arrecadação prevista no artigo primeiro desta Lei será realizada nas seguintes dotações orçamentárias:
06.002.10.302.0093.1.051.4.490.51.00 (181) R$ 900.000,00

Art. 3º - Para atender eventual diferença da captação dos recursos pelo excesso de arrecadação, autorizado no Art. 1º desta lei, serão anulados parcialmente ou totalmente ao final do exercício, os saldos remanescentes das dotações até o respectivo limite efetivamente realizado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Apiacás MT, 28 de maio 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:7D147AA8

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 0877/2014

SUMULA: DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL REALIZADA EM MARÇO DE 2014, E ALTERA OS INCISOS I, II E III DO ARTIGO 45 e 114 DA LEI Nº 776/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei...

Art.1º- Altera os incisos I, II e III do artigo nº 45 e o artigo nº 114 da Lei nº. 776/2012, passando a ter as seguintes redações e da outras disposições:

Art.45º...

I - de uma contribuição mensal dos segurados ativos, definida pelo art. 4º da Lei Federal n.º 10.887/2004, igual a 11% (onze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas igual a 11% (onze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o teto máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal;

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo artigo 2º da Lei Federal n.º 9.717/98, alterado pelo artigo 10 da Lei Federal n.º 10.887/04, definida na reavaliação atuarial será igual a 15,99 (quinze vírgula por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

Art.114º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial nº 830, realizado em MARÇO de 2014.

Art.2º- A taxa de 2% (dois por cento) sobre o valor total de remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social relativamente ao exercício financeiro anterior, paga pelo município para as despesas administrativas do PREVIAP em obediência ao disposto na Portaria 403/08 do MPAS, já incluso na alíquota de contribuição disposta no artigo 1º inciso III.

Art.3º- Conforme o artigo 18, § 1º da Portaria 403/08, o déficit atuarial poderá ser financiado num prazo não superior a 35 (trinca e cinco anos), para integração das reservas correspondentes, portanto o financiamento do déficit proposto nesta Lei de acordo com a reavaliação atuarial será de 35 anos, conforme tabela de financiamento em anexo, sendo o Custo suplementar Equacionado para o ano de 2014 de 1,47%, já incluso na alíquota de contribuição disposta no artigo1º inciso III.

Art.4°- As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2014, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art.5°- Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art.6º- Esta lei entrará em vigor na data de sua Publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 0810/2013.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, em 28 de maio de 2104.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:FA3755A0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 490/2014

SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

DECRETA

Artigo 1º - Fica constituída a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2014, para contratação de Apoio Administrativo Educacional, Vigia, Fiscal de Tributos, Serviços Gerais, Trabalhador Braçal, Pedreiro, Motorista, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Consultório Dental, Auxiliar de Laboratório, Agente Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais e Médico Clínico Geral, composta dos seguintes membros:
PRESIDENTE: **JOSIANE GONÇALVES**
VICE-PRESIDENTE: **FABIO GERMANO**
SECRETÁRIA: **KÁTIA REGINA DA SILVA**
MEMBRO: **UENDEL DE SOUZA DE CASTRO**

Artigo 2º - Compete ao presidente desta comissão solicitar junto ao Executivo Municipal todos os recursos materiais, humanos e financeiros à realização do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2014, bem como se encarregar da organização.
Artigo 3º - A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2014, contará com assessoria técnica de servidores do município que serão requisitados para este fim, que ficarão subordinados a presente Comissão, para elaboração dos editais e demais documentos necessários para a abertura e realização do Processo Seletivo Simplificado.
Artigo 4º - Ficam dispensados os membros da presente Comissão de suas atividades funcionais apenas nos horários de trabalho inerentes a esta Comissão.
Artigo 5º - Ao Secretário Municipal, cabe prestar aos membros desta Comissão, todas as informações ao cumprimento deste Decreto.
Artigo 6º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão.
Artigo 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.
Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 29 de Maio de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:6648B048

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 492/2014

SÚMULA: Dispõe de abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município no exercício de 2014, pelo excesso de arrecadação, para atender as despesas de Ampliação e Reforma do Hospital Municipal de Apiacás, e dá outras providências.

O Senhor **ADALTO JOSÉ ZAGO,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal Nº 0876/2014, de 28 de maio de 2.014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Programa do Município, 01 (um) Crédito Adicional Suplementar, destinado a cobrir despesas com a Ampliação e Reforma do Hospital Municipal, no valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), no orçamento programa do Fundo Municipal de Saúde para 2014, com respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º - A suplementação pelo excesso de arrecadação prevista no artigo primeiro desta Lei será realizada na dotação orçamentária: 06.002.10.302.0093.1.051.4.490.51.00.

Art. 3º - Para atender eventual diferença da captação dos recursos pelo excesso de arrecadação, autorizado no Art. 1º desta lei, serão anulados parcialmente ou totalmente ao final do exercício, os saldos remanescentes das dotações até o respectivo limite efetivamente realizado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Apiacás MT, 29 de maio 2014

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:1E11F586

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.
CONTRATADO- EMPRESA DE TRANSPORTES **CASTOLDI LTDA**
CONTRATO N° - 023/2014
OBJETO – SERVIÇO DE FRETE DE ÓLEO DIESEL
VALOR- R$ 7.590,00 (SETE MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).
VIGENCIA – 30 DIAS

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:B75FF74D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.
CONTRATADO CONSÓRCIO DAS EMPRESAS DISMAFE DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS S/A, (EMPRESA LIDER) E EQUIMAF S/A EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS, (CONSORCIADA),
CONTRATO N° - 024/2014
OBJETO – AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO
VALOR- R$ 56.012,00 (cinquenta e seis mil e doze reais).
VIGENCIA – 12 MESES

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:E2EB5C2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.
CONTRATO-ADERSON DE OLIVEIRA
N° - 025/2014
OBJETO – LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL
VALOR- R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).
VIGENCIA – 07 MESES

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:92330B66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.
CONTRATADO - ALZIRA DIAS DE OLIVEIRA-EPP
CONTRATO N° - 026/2014
OBJETO – AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FANFARRA MUNICIPAL
VALOR- R$ 32.744,85 (trinta e dois mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).
VIGENCIA – 07 MESES

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:24D1F1CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2014

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2014
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS.
CONTRATADO- ADERSON DE OLIVEIRA
OBJETO- LOCAÇÃO DE IMÓVEL.
VALOR GLOBAL R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)
VIGENCIA- 07 meses

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:D280DC9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃOPREGÃO PRESENCIAL 015/2014/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 015/2014
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou Na data de **20/05/2014**, licitação na modalidade Pregão Presencial **015/2014**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORME PARA FANFARRA MUNICIPAL
EMPRESA VENCEDORA – ALZIRA DIAS DE OLIVEIRA-EPP
VALOR GLOBAL - R$ 32.744,85 (trinta e dois mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:EB9BA986

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 004/2014

RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 004/2014 A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica o resultado da Tomada de Preço 004/2014. De 29/05/2014 cujo objeto é: *CONCLUSÃO DA OBRA DA CRECHE MUNICIPAL, como LICITAÇÃO DESERTA.*

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:0835EA36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 007/2014

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade Tomada de Preço 007/2014, tendo como objeto a execução da obra para AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE APIACÁS, dia 16/06/2014, o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059,Telefone 66-3593-1344, Ramal 219, Paço Municipal, Cidade de Apiacás-MT,ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ informações pelo telefone (66) 3593-1344 ramal 219.

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:7D3E616A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 022/2014- ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 033/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, torna público Pregão Presencial 022/2014 para ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2014, ORIGINADA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2014, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT.
OBJETO: VEICULO TRANSFORMADO TIPO AMBULÂNCIA-CAMINHONETE CHEVROLET S-10
EMPRESA VENCEDORA – CARRERO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA- ME
VALOR: R$ 116.500,00 (cento e dezesseis mil e quinhentos reais).

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:6860AAE2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL 001/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI – CIDES –ARP – CNPJ Nº. 07.898.631/0001-19
AVISO DE RESULTADO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ALCOOL COMUM, GASOLINA COMUM, OLEO DIESEL COMUM, FILTROS E LUBRIFICANTES, PARA OS VEÍCULOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI
Data da realização: 26/05/2014Empresas vencedoras: **COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NORTELÂNDIA LTDA EPP – AUTO POSTO BEIRA RIO** no valor total de **R$ 51.583,00 (cinqüenta e um mil e quinhentos e oitenta e três reais);**

MORADA DA SERRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA no valor total de **R$ R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).**

ARENÁPOLIS MT, 28 de maio de 2014.

REGINA LUCIA DE SOUZA
Pregoeira

Publicado por:
Regina Lucia de Souza
Código Identificador:9783D7CC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.403/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 9.000.00 (NOVE MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal , Lei 1119/2014 de 13 de maio de 2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
09.002.10.301.0020.2063 - Manutenção das Ações do PAB - Bloco 01			
3390.9300 - Indenizações e Restituições	01.02	R$	9.000,00
TOTAL		**R$**	**9.000,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no artigo anterior será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR

09.002.10.302.0021.2069 - Coleta e Realização de Exames			
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - P. Juridica	01.02	R$	9.000,00
TOTAL		**R$**	**9.000,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 28 de maio de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:82C6A222

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira e comissão de apoio, nomeadas pela Portaria **7.021/2014**, comunica a RETIFICAÇÃO do aviso do Pregão Presencial/Registro de Preço nº 052/2014.

Onde se lê:
A abertura desta licitação ocorrerá no dia **03(três) de Maio de 2014, ás 08h00min**.

Leia-se:
A abertura desta licitação ocorrerá no dia **03(três) de Junho de 2014, ás 08h00min**.

Fica marcada a nova data para a abertura o **dia 11/06/2014, às 10h00min (Dez) horas,** horário local, na sala de licitações desta Prefeitura.

Aripuanã-MT, 29 de Maio de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:D2B95914

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.021/2014, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de parques de madeira Infantis em atendimento ao Ensino Infantil e as Escolas Municipais deste Município de Aripuanã**. Início da Sessão: **Dia 11/06/2014, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 8h às 12h ou através do endereço eletrônico licitacao.aripuana@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 29 de Maio de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:FC020D58

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no Artigo 25, Inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e Parecer Jurídico nº 111/2014, constantes no Processo de Inexigibilidade nº 002/2014, para contratação da empresa PORTEIRA SHOW PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.395.559/0001-35, com sede na Rua do Centeio, nº 712, Loteamento Industrial, Santa Bárbara D´Oeste – SP, no valor de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), referente a Realização de show artístico com a dupla MILIONÁRIO E JOSÉ RICO no 8º Festival de Pesca de Barão de Melgaço/2014, no dia 30/05/2014 tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo nº 014/2014.
Face ao disposto no Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Barão de Melgaço, 29 de maio de 2014.

GONÇALO BRANDÃO DE ARRUDA
Presidente da CPL

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o Ato acima de autoria do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo encontra-se devidamente instruído. Publique-se

Barão de Melgaço, 29 de maio de 2014.

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:61C3012D

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2014

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no Artigo 25, Inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e Parecer Jurídico nº 112/2014, constantes no Processo de **Inexigibilidade nº 003/2014**, para contratação da empresa **MALACARNE & SILVA LTDA - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.543.849/0001-25, com sede na Rua Gabriel Cubel, nº 178, Conjunto RA Vila Band/Coop, Campo Grande – MS, no valor de **R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)**, referente a Realização de show artístico com a dupla **BRENO REIS E MARCO VIOLA** no 8º Festival de Pesca de Barão de Melgaço/2014, no dia 01/06/2014 tudo em conformidade com os documentos que instruem o **Processo nº 015/2014.**
Face ao disposto no Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Barão de Melgaço, 29 de maio de 2014.

GONÇALO BRANDÃO DE ARRUDA
Presidente da CPL

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o Ato acima de autoria do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo encontra-se devidamente instruído. Publique-se

Barão de Melgaço, 29 de maio de 2014.

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:5A3005F0

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2014

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no Artigo 25, Inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e Parecer Jurídico nº 113/2014, constantes no Processo de Inexigibilidade nº 004/2014, para contratação da empresa SILVA & CORREIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.947.845/0001-42, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1115, Centro, Cáceres – MT, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), referente a Realização de dois shows artísticos com a dupla BANDA CHEIRO DA BAHIA no 8º Festival de Pesca de Barão de Melgaço/2014, nos dias 30 e 31/05/2014, tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo nº 016/2014.
Face ao disposto no Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Barão de Melgaço, 29 de maio de 2014.

GONÇALO BRANDÃO DE ARRUDA
Presidente da CPL

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o Ato acima de autoria do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo encontra-se devidamente instruído. Publique-se

Barão de Melgaço, 29 de maio de 2014.

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:49191AED

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014.

O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO, em cumprimento as Leis nº 8.666/93 e suas alterações vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação n º002/2014, processo administrativo nº 014/2014, o qual tem por objeto a contratação de empresa exclusiva para fornecimento de um show nacional com a dupla MILIONÁRIO E JOSÉ RICO, para apresentação pública no 8º Festival de Pesca de Barão de Melgaço/2014, que realizar-se-á no dia 30/05/2014, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referencia n. 001/2014., o qual teve como vencedora a empresa: PORTEIRA SHOW PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP, com proposta no valor de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), para o fornecimento dos serviços supracitados.

Barão de Melgaço-MT, 30 de maio de 2014.

ANTÔNIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:A8D62D44

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2014.

O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO, em cumprimento as Leis nº 8.666/93 e suas alterações vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação n º003/2014, processo administrativo nº 015/2014, o qual tem por objeto a contratação de empresa exclusiva para fornecimento de um show com a dupla BRENO REIS E MARCO VIOLA, para apresentação pública no 8º Festival de Pesca de Barão de Melgaço/2014, que realizar-se-á no dia 01/06/2014, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referencia n. 002/2014., o qual teve como vencedora a empresa: MALACARNE & SILVA LTDA - ME, com proposta no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), para o fornecimento dos serviços supracitados.

Barão de Melgaço-MT, 30 de maio de 2014.

ANTÔNIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:A4060BB1

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2014.

O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO, em cumprimento as Leis nº 8.666/93 e suas alterações vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação n º004/2014, processo administrativo nº 016/2014, o qual tem por objeto a contratação de empresa exclusiva para fornecimento de dois shows com a banda CHERO DA BAHIA, para apresentação pública no 8º Festival de Pesca de Barão de Melgaço/2014, que realizar-se-á nos dias 30 e 31/05/2014, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referencia n. 001/2014., o qual teve como vencedora a empresa: SILVA & CORREIA LTDA - ME, com proposta no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o fornecimento dos serviços supracitados.

Barão de Melgaço-MT, 30 de maio de 2014.

ANTÔNIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:54424DDE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014

O Município de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que fará realizar Procedimento Licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei 10.520/2002 e demais regulamentos pertinentes e suas alterações posteriores, á Realizar no dia **11 de Junho de 2.014**, às **15h00min (horário de Brasília)** no Endereço, Avenida Jose Humárcio Carlos Ferreira, s/nº, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT; a Reunião de Recebimento e Abertura das Propostas e Documentações, Conforme Especificado no **Processo de Licitação Nº. 34/2014 na Modalidade Pregão Presencial 21/2014**, **Tipo Menor Preço,** Julgamento **Menor Preço por Item** com a seguinte finalidade: **O PRESENTE PREGÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS A SECRETARIA DE SAÚDE, TAIS COMO: IMPRESSORA, COMPUTADOR, COMPUTADOR PORTATIL, AR CONDICIONADO, VEICULO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 (DIESEL), ENTRE OUTROS MOVEIS E APARELHOS DE INFORMATICA DE ACORDO COM EDITAL E SEUS ANEXOS**. Poderão participar deste procedimento licitatório as

empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Jose Humárcio Carlos Ferreira, s/nº, centro, Município de Bom Jesus do Araguaia – MT, mais informações pelo telefone 66-3538-1201 das 13:30 as 17:30 horas.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 29 de Maio de 2.014.

RONIELY GOMES DE O. MESQUITA
Pregoeira

Publicado por:
Célio José de Olveira
Código Identificador:33695D58

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

O Município de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que fará realizar Procedimento Licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei 10.520/2002 e demais regulamentos pertinentes e suas alterações posteriores, á Realizar no dia **11 de Junho de 2.014**, às **16h30min (horário de Brasília)** no Endereço, Avenida Jose Humárcio Carlos Ferreira, s/nº, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT; a Reunião de Recebimento e Abertura das Propostas e Documentações, Conforme Especificado no **Processo de Licitação Nº. 35/2014 na Modalidade Pregão Presencial 22/2014**, **Tipo Menor Preço,** Julgamento **Menor Preço por Item** com a seguinte finalidade: **O PRESENTE PREGÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE ACORDO COM EDITAL E SEUS ANEXOS**. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Jose Humárcio Carlos Ferreira, s/nº, centro, Município de Bom Jesus do Araguaia – MT, mais informações pelo telefone 66-3538-1201 das 13:30 as 17:30 horas.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 29 de Maio de 2.014.

RONIELY GOMES DE O. MESQUITA
Pregoeira

Publicado por:
Célio José de Olveira
Código Identificador:DD45DC35

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL 03 LISTA DE INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2014

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2014

LISTA DE INSCRITOS

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Processo Seletivo Simplificado 004/2014,representada pela senhora Mara Andressa KunstKempa, Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais, e de Acordo com a Lei Autorizativa nº 1591/2014 e Lei Complementar 051/2014, divulga a Lista de Inscritos aos Cargos do Processo Seletivo Simplificado 004/2014.

Brasnorte – MT 29 de Maio de 2014.

Mara Andressa KunstKempa
Presidente da Comissão
Processo Seletivo Simplificado
N° 004/2014
Uérica Silva da Cunha
Secretária da Comissão

Laisa Angélica Melo Silva
Membro

Glaucia Helfer
Membro

José Carlos Ferreira da Cruz
Membro

Cristiane Gemmi
Membro

LISTA DE INSCRITOS

Técnico de Saúde – Enfermagem Sede Município		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
001	942.957.351-91	Adriana da Silva Barbosa
002	819.186.586-68	Ilda Maria Tavares Henriques
003	014.577.491-06	Moises Reis da Silva
005	009.954.351-62	Luiz Antonio de Almeida
011	616.504.711-49	Sueli Germano Neto
015	768.616.432-20	Domingas Aparecida dos Anjos Pereira Santos
016	846.393.771-34	Zenaide Solis de Sousa
018	904.358.771-00	Rosineia Ferreira de Lima
026	955.838.661-87	Laura Andréia Martins Moraes
029	000.516.511-30	Silvana Rosa de Oliveira
032	896.807.141-91	JoedsonWerle
034	954.602.841-04	Valdimara Rodrigues Farina
040	784.703.901-04	Marli Luiza Bazzo Enzweiler
042	049.791.591-09	Angela Rosana Gemmi
043	739.090.841-68	Luciana da Silva
044	968.837.821-68	Maria Elizangela dos Santos
045	047.196.001-23	Nayara Taina Correia da Silva
046	024.347.869-01	Tatiane Cristina Candido
047	011.953.981-07	Ines Martins de Souza
049	001.564.791-92	Elisangela Correia da Cunha
053	050.761.561-11	Andriele Maia da Silva
056	011.143.151-41	Barbara Margareth Fulgencio
058	024.581.711-50	Eluiza Francisca de Almeida
060	954.124.761-04	Marciana Vieira da Silva
068	037.780.311-12	Tania de Souza
072	016.699.291-75	Michele Milaine de Lima Costa
074	009.725.141-04	Rosa Marlene Correia
075	056.907.981-00	Katia Cenara dos Santos
076	036.858.951-09	Francisco Fábio Carneiro
077	046.435.361-01	Eder Junior Aparecido Netto
078	053.959.571-38	Matheus Leoncio Pereira
079	931.685.271-49	Margarete Weirich
081	010.903.931-99	Fabia Cristina Menezes Araujo
094	692.426.581-20	Andréia Coelho dos Santos
095	033.853.993-00	Jordania de Araujo Dias
096	031.594.871-05	Suzana Becker Bremm
100	020.922.441-08	Silvana Coelho Moreira

Técnico de Saúde – Enfermagem -Água da Prata		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
055	046.420.601-46	LaisKenia Moreira de Oliveira

Técnico de Saúde – Enfermagem -Vila Nova		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**

Técnico de Saúde – Enfermagem -Mundo Novo		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
103	026.033.671-88	Cledineia Maria Gomes

Assistente de Saúde - Auxiliar de Consultório Dentário (ACD) Sede Município		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
014	018.533.571-38	Ângela Bier
017	737.491.501-25	Elizangela Fernanda Antuns de Oliveira
020	945.105.551-72	Joana Darc Azevedo dos Santos
022	035.615.731-85	Eleandra Luiza de Almeida
025	003.849.911-81	Edileusa Ana de Jesus
030	042.877.571-30	Edicleia Lucas da Silva
036	058.060.901-40	Natalia LesleyFulgencio
039	044.718.231-59	Sandra Paulina Ribeiro Novais
048	294.723.501-00	Isabel da Silva Frazão
054	049.603.631-93	Clisllayne Gonçalves de Oliveira
062	047.054.261-69	Daniele Oliveira Brazão
066	930.550.131-15	Aline Pereira da Cruz
067	460.182.438-90	Bruna de Jesus Lima
069	019.082.851-09	Andreia da Silva Barbosa
080	009.512.311-38	Neide Izabel Panerari de Moraes

082	967.817.429-49	Lucineia Aparecida Poletto
089	974.599.411-15	Jadiane Maria Bianchini
090	000.199.101-93	Adriana Grangeiro da Silva
091	076.478.738-14	Francisca Rejane Alves da Silva
097	022.207.631-37	Fernanda Bley de Carvalho
098	051.272.041-00	Elisangela Valverde de Almeida
099	037.243.611-06	Vanessa Barros do Nascimento
102	024.927.201-60	Sara Jane Lopes
106	021.832.561-41	Marcia Grings

Assistente de Saúde - Auxiliar de Consultório Dentário (ACD) USF Cerejal		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
021	054.640.451.04	Linda Inês da Silva
024	047.363.301-98	Aline Macedo Bottcher
033	029.703.341-78	JocileneIzidoro Rodrigues
059	037.465.981-84	Patricia Rodrigues Ignacio

Agente de Infra-Estrutura		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
004	038.685.069-00	Silmara Ponciano de Macedo
006	053.233.561-97	Rosilaine Pereira da Silva
007	048.754.221-56	Sirlene Padilha
008	935.012.341-04	Silvanete Ribeiro de Souza
009	013.010.311-00	Adriana Pereira Gomes
010	973.034.881-20	Eleni Rodrigues Ruas Pereira
012	004.562.071-71	Andréia Rodrigues Nascimento
013	009.831.341-03	Eunice Ferreira de Melo
019	867.402.291-04	Alexandra Cabulon da Silva
028	058.548.431-70	Maely Miranda Justino
031	015.383.051-43	Luzia de Fátima Nogueira Santos
035	039.141.851-39	Luciana Maiara Rodrigues da Silva
037	022.145.301-69	Ivone da Silva
038	871.453.751-68	Sueli Jacinta Zerwes Muller
041	096.129.077-30	Creusilene Gomes
050	017.011.761-81	Silvania de Oliveira
051	016.286.931-26	Vania Abreu de Oliveira
057	066.691.634-42	Vanessa Rodrigues dos Santos Ferreira
061	713.899.971-20	Neucy de Campos Oliveira
063	056.918.111-93	Ana Carla de Souza
064	027.982.061-54	FrancieliPetronilia da Silva
065	035.616.451-94	Adrielly Mayara Cunha de França
071	007.367.541-56	Cirlei Vargas da Rosa
072	966.847.041-91	Cicera de Oliveira
083	045.575.891-38	Cleidirlei Rosa Silva
084	948.849.941-91	Naomi Ribeiro de Moraes
085	007.571.771-90	Viviane Coelho da Rosa
092	046.328.981-12	Cleidiane Pinheiro Dias
101	023.992.131-30	Karine Grangeiro da Silva
105	050.207.551-17	Vanessa de Freitas Pereira
107	056.879.071-57	Andressa Rodrigues dos Santos Ferreira

Técnico da Saúde – Radiologia		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
027	011.945.511-06	Claudio dos Santos Maria
104	926.891.321-68	Neide Pereira

Especialista da Saúde - Fisioterapeuta		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
052	077.453.829-55	Edina Lara StrelowHasse
093	012.085.980-74	Larissa Caroline Rigo

Especialista da Saúde – Odontólogo Sede do Município		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
023	021.709.591-73	Fabricio Barranco Pereira
086	013.212.071-23	Monica Teixeira Erran
087	046.409.131-41	Daiane AngelicaRonsoni
088	035.913.251-04	Tais Aparecida Dezan
108	024.917.991-11	Jonathan Andrioli

Especialista da Saúde – Odontólogo USF Cerejal		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
NÃO HOUVE INSCRITOS		

Especialista da Saúde – Fonoaudiólogo		
N° Inscrição	**CPF Nº**	**Nome**
070	545.534.661-04	Ana Marileide de Moura

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:84C7D74B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 036/2014

CONTRATADA: CLEMILSON FRANCA DA SILVA - ME
OBJETO: Prestação de Serviços de Limpeza de Ruas e Avenidas com Pintura de meio fio, para a comemoração do 25º aniversário do Município de Brasnorte-MT.
VALOR: R$ 7.900,00
VIGÊNCIA: 26/06/2014
DATA: 26/05/2014

Publicado por:
Jeanne Folador
Código Identificador:E76D4855

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 037/2014

CONTRATADA: RASQUEIA BRASIL PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME
OBJETO: Prestação de Serviços de Show Regional Artístico em Comemoração ao 25º Aniversário de Brasnorte, para atender esta municipalidade.
VALOR: R$ 33.000,00
VIGÊNCIA: 02/06/2014
DATA: 28/05/2014

Publicado por:
Jeanne Folador
Código Identificador:E804EEA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 206/2014

O **Sr. Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito do Município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por,
RESOLVE
ARTIGO 1º - Nomear a Comissão de acompanhamento da elaboração do Processo Seletivo Simplificado 005/2014 para fins de contratações, de acordo com a Lei 1634/2014.
Presidente da Comissão:
· **Eslaide Schroeder**
CPF 027.391.069-80 Matricula 698 e 1561 - Cargo (Professora)
Secretário da Comissão:
· **Amélia Rogoski Kapron**
CPF 953.282.891-53 Matricula 40 -Cargo (Professora)

Membros da Comissão:
· **Vera Lucia Poletto**
CPF 487.931.241-04 Matricula 346 e 2157 – Cargo (Professora)
· **Silvana Patrícia Trindade Moreno**
CPF 998.170.471-72 – Mat. 3942 – Cargo (Coordenadora de Projetos da Sec. de Educação e Cultura)
· **Rosmarie Lemes Poletto**
CPF 709.067.779-68 – Mat. 464 – Cargo (Técnico Administrativo Educacional)
· **Inês Pazdiora**
CPF 481.139.050-49 – Mat. 678 – Cargo (Professor)

Membros Representantes pelo Sindicato:
· **Fernanda Nery Varaschin Caeron**
CPF 921.900.900-59 – Mat. 3213 – Cargo (Professora)

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos Vinte e Oito dias do mês de Maio do Ano de Dois Mil e Quatorze.

Publique-se, Registre-se e Comunique-se

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito do Município de Brasnorte

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:22936E4C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2014/1 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2014, DE 28 DE MAIO DE 2014.

O Coordenador da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 2014/1 da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Portaria nº 160/2014.

R E S O L V E:

Art. 1º Publicar as Retificações referentes ao Edital nº 04/2014 de Abertura de Processo Seletivo Simplificado para atender à necessidade de Temporária de Excepcional Interesse Público, da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT realizado no dia 28 de maio de 2014, conforme incisos abaixo:

I - Onde se lê:
4.6 O candidato que não preencher corretamente ou deixar de preencher o nome do cargo e o local de atuação a qual deseja concorrer, não terá sua inscrição deferida.
Leia-se:
4.6 O candidato que não preencher corretamente ou deixar de preencher o código referente ao nome do cargo e o local de atuação a qual deseja concorrer, não terá sua inscrição deferida.
II - Onde se lê:
9.12 A prova será elaborada por técnicos da área da Política de Assistência Social sem interferência nem conhecimento do teor do conteúdo da prova pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado até o momento da entrega das mesmas aos candidatos.
Leia-se:
9.12 A prova será elaborada por técnicos da área da Política de Assistência Social sem interferência nem conhecimento do teor do conteúdo da prova pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado até o momento da entrega das mesmas a Comissão.
III - Onde se lê:
9.12.2 A equipe técnica deverá entregar à Comissão no dia da realização da prova (02) envelopes lacrados contendo:
Leia-se:
9.12.2 A equipe técnica deverá entregar à Comissão no dia da realização da prova (02) envelopes identificados contendo:

Cáceres - MT, 28 de Maio de 2014.

HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA
Coordenador da Comissão

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:59FFEC59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 174 DE 19 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº 13957 de 15/05/14, 13958 de 15/05/14, 13959 de 15/05/14,

RESOLVEM:

Art. 1º Alterar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação.

REDUÇÃO

Nº	NOME	CARGO	REDUÇÃO	PERÍODO
200	Rosa Maria Costa Pereira	Biologia	03 horas	09.05.14 à 19.12.14
181	Eunice Nogueira Martins Nunes	Matemática	05 horas	09.05.14 à 19.12.14

ACRÉSCIMO

Nº	NOME	CARGO	ACRÉSCIMO	PERÍODO
111	Divina Rodrigues da Silva	Pedagogia	20 horas	02.05.14 à 31.05.14
043	Leonice Corrêa da Costa	Letras	08 horas	09.05.14 à 19.12.14
059	Jane Leobaldina dos Santos	Pedagogia	20 horas	08.05.14 à 22.05.14

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 19.05.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:4ED94F21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 175 DE 19 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 13317 de 09 de maio de 2014,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir a pedido, o Contrato Administrativo nº 239/2014-SA, do cargo de Motorista, do senhor **NILO ROSA DA SILVA FILHO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos desde 02 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 19.05.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:308DE90E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 176 DE 19 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe

confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 13287 de 09 de maio de 2014,

R E S O L V E M:

Art. 1º Revogar o Decreto nº 101 de 28 de março de 2014, que nomeou o senhor **ELEZIEL BEIJAMIN DA SILVA LEITE**, para responder pela Direção do Núcleo Clarinópolis da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELITE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 19.05.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:433D4A76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 177 DE 19 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 13287, de 09 de maio de 2014,

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear a senhora **CAROLINA MARTINS CARREIRO**, para responder pela Direção do Núcleo Clarinópolis, com efeitos desde 05 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 19.05.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:DBDEECBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 141 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005;

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº. 75, de 10/04/14, e 10695 de 15/04/14, 12329 de 30/04/14, 12053 de 29/04/14, 12147 de 29/04/14, 12076 de 29/04/14, 12141 de 29/04/14, 11582 de 24/04/14, 591 de 09/04/14, 87 de 10/04/14,

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar o contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	CARGO	HA	LOCAL	PERÍODO
109.	Edenia de Andrade Gonzaga	Pedagogia	30	Escola Municipal Fazendo Arte	06.04.14 à 22.06.14
303.	Franciele Gomes Deluque	Matemática	20	Escola Municipal Dom Máximo Biennés	11.04.14 à 09.06.14
172	Luciene Ribeiro de Carvalho	Pedagogia	20	Escola Municipal Gotinhas do Saber	28.04.14 à 22.05.14
259	Iris Monteiro Costa Lopes	Matemática	20	Escola Municipal Tancredo Neves	04.04.14 à 23.04.14
145	Fernanda Pinto da Silva Barros	Pedagogia	20	Escola Municipal Santos Dumont	02.04.14 à 19.12.14
143	Débora Regina Bernardo Viana	Pedagogia	20	Escola Municipal Vila Irene	01.05.14 à 27.10.14
146	Celia Catarina de Arruda	Pedagogia	20	Escola Municipal Tancredo Neves	03.04.14 à 01.06.14
092	Maria Iva Ramos de Oliveira	Pedagogia	20	Escola Municipal Dom Máximo Biennés	01.05.14 à 30.05.14
045	Patricia Campos Silva	Pedagogia	20	Escola Municipal Buscando O Saber	06.04.14 à 19.12.14
175	Adriana Regina de Magalhães Castrillon	Pedagogia	20	Escola Municipal Vitória Régia	07.04.14 à 05.06.14

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de abril de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 30.04.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:94E62CC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 150 DE 05 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 12515 de 05 de maio de 2014,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **MANOEL FERREIRA DE MATOS**, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 05.05.2014

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:A70D175F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 178 DE 19 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12257 de 30 de abril de 2014,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir a pedido, o Contrato Administrativo nº 248/2014-SA, do cargo de Motorista, do senhor **GRIMBALDI JOSÉ DA SILVA FILHO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos desde 02 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 19.05.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:1CDC3711

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 179 DE 19 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 13594 de 13 de maio de 2014,

R E S O L V E M:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor **ACELINO POQUIVIQUI,** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 13 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

SEBASTIÃO PINHEIRO DUARTE
Secretário Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

Afixado em: 19.05.2014

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:DD438B17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 180 DE 19 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº. 10980 de 16/04/14, 13270 de 09/05/14, 13578 de 12/05/14, 13960 de 15/05/14,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária dos contratos por prazo determinado abaixo relacionados, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, lotados na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	CARGO	HA	LOCAL	PERÍODO
031	Roseli Hurtado da Cruz Souza	Pedagogia	20	Escola Municipal CAIC	01.04.14 à 25.04.14
044	Luzia da Penha Marques	Pedagogia	10 10	Escola Municipal Clarinópolis	07.05.14 à 07.07.14 07.05.14 à 19.12.14
309	Deise Pereira da Rocha	Pedagogia	11	Escola Municipal Paulo Freire	07.05.14 à 19.12.14
048	Pedro Paulo de Oliveira Sabala	Matemática	09	Escola Municipal Paulo Freire	07.05.14 à 19.12.14
178	Karla Santana da Silva	Pedagogia	20	Escola Municipal Vila Real	13.05.14 à 26.05.14

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 19.05.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:2DA4397E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 182 DE 20 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICPAL DE GOVERNO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido Protocolo Geral sob nº 12438, de 02 de maio de 2014,

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear o senhor **HERBERT DIAS**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenador Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

WASHINGTON CALADO BARBOSA
Secretário Municipal de Governo

Afixado em: 20.05.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:DA190E9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 183 DE 20 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICPAL DE GOVERNO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido Protocolo Geral sob nº 12446, de 02 de maio de 2014,

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear a senhora **PATRICIA ALMEIDA OURIVES SILVA**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenador Administrativo da Procuradoria Geral do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição a titular, com efeitos desde 05 de maio de 2014 até 03 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

WASHINGTON CALADO BARBOSA
Secretário Municipal de Governo

Afixado em: 20.05.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:1063FEDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 189 DE 27 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 97, de 18 de julho de 2012, que dispõe sobre normatizações relativas à gestão de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo;

RESOLVE:

Art. 1º Remanejar a Coordenadoria Geral da Secretaria Municipal de Finanças para a Secretaria Municipal de Fazendas.

Art. 2º A Coordenadoria Geral permanecerá com a mesma nomenclatura.

Parágrafo Único. As atribuições da Coordenadoria Geral da Secretaria de Fazendas estão descritas no Anexo Único, sendo parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 27.05.14

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 189, DE 27 DE MAIO DE 2014.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE FAZENDA

Coordenar e responder por todos os atos, protocolos, bem como todo o expediente interno e externo da Secretaria de Fazenda;
Planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade; com foco em resultados de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Fazenda;
Emitir relatórios administrativos mensais, bimestrais e semestrais de prestação de contas da respectiva área de atuação;
Encaminhar os assuntos pertinentes à sua área de responsabilidade, para análise do Secretário de Fazenda;
Responder pelo setor administrativo e financeiro da Secretaria, supervisionando, executando e orientando os demais servidores, de acordo com as exigências legais e administrativas;
Controlar o registro das folhas de ponto, férias e licenças dos servidores da Secretaria de Fazenda;
Encaminhar os procedimentos necessários para aquisição de materiais e serviços da Secretaria de Fazenda, com base na disponibilidade financeira e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Promover a coordenação do registro e administrativo dos recursos financeiros do órgão público;
Promover os atos necessários para registro e estruturação do inventário da Secretaria de Fazenda;
Organizar e manter arquivos de documentos relacionados à área fazendária;
Dirigir e fazer a execução das atividades administrativas e financeiras do órgão;
Participar na elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias, do orçamento anual do Município;
Praticar outros atos ou atividades pertinentes à administração da fazenda pública, por delegação do Secretário Municipal de Fazenda, compatíveis com sua formação, previstas em Lei, regulamento ou por determinação do Secretário.

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:EB79B61B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0069/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **JENÉSIO DA SILVA TOLOMEU,** brasileiro, residente e domiciliado no Assentamento Paiol, Lote 149, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 0611139-4 SEJUSP/MT e CPF n.º 570.558.741-49, daqui por diante

denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **JENÉSIO DA SILVA TOLOMEU**, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Paulo Freire, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13(um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

JENÉSIO DA SILVA TOLOMEU
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:3066E7E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0104/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **FABIANA DA SILVA SINÊS BARROS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Goiabeiras, S/N – Residencial Luz do Sol, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2345601-9 SSP/MT e CPF n.º 010.662.071-19, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **FABIANA DA SILVA SINÊS BARROS,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal CAIC, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Eunice de Oliveira Silva que está na Coordenação Pedagógica), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

FABIANA DA SILVA SINÊS BARROS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:841D953C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0105/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **EVA DEVAIZE LEITE MENDES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Pinheiros Lacerda, Bairro Monte Verde, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1045398-9 SJ/MT e CPF n.º 650.032.171-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **EVA DEVAIZE LEITE MENDES,** no cargo de Professor Licenciado em Ciências Biológicas, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13(um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

EVA DEVAIZE LEITE MENDES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:97C6EA1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0106/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ÉRICA PATRICIA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Santo Antônio, 360 - Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1111878-4 SJ/MT e CPF n.º 858.204.401-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ÉRICA PATRICIA DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Ciências Biológicas, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76(um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ÉRICA PATRICIA DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:6E0DEE70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0107/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ENI CUNHA VILELA FERREIRA,** brasileira, residente e domiciliada no Assentamento Nova Conquista – Paiol - Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº M-2650316 SSP/MG e CPF n.º 350.571.656-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ENI CUNHA VILELA FERREIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Paulo Freire, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (sendo: 10 (dez) horas Em VAGA LIVRE, e 20 (vinte) horas em substituição à Profª. Edair Arruda Moraes Rodrigues que está na Coordenação Pedagógica), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ENI CUNHA VILELA FERREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:6CCA55B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0108/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ELISANGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Verdureiros, 22 – Cavalhada III, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1633345-4 SSP/MT e CPF n.º 002.278.091-22, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ELISANGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ELISANGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:FC0C5F6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0109/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **EDENIA DE ANDRADE GONZAGA,** brasileira, residente e domiciliada na Av. Talhamares, 468 – Vila Mariana, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 976.067 SSP/MT e CPF n.º 615.808.131-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **EDENIA DE ANDRADE GONZAGA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Fazendo Arte, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em substituição à Profª. Doralice Maria da Silva que está de licença médica).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 05 de abril de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

EDENIA DE ANDRADE GONZAGA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:EC21DEBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0110/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Santo Antonio, Cristo Rei, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1522041-9 SSP/MT e CPF n.º 000.944.061-54, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal São Francisco, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Programa Mais Educação) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em

nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:2AF63138

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0111/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **DIVINA RODRIGUES DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 953, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1114962-0 SJ/MT e CPF n.º 807.776.861-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **DIVINA RODRIGUES DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vera Lígia Baldo-Núcleo Paulo Freire, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

DIVINA RODRIGUES DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:1A6B4950

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0112/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **DULCINEIA DA SILVA OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Gaivotas, Nº 822, DNER, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1291532-7 SSP/MT e CPF n.º 903.178.151-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **DULCINEIA DA SILVA OLIVEIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal CAIC, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Maria do Carmo Maciel que está em readaptação), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

DULCINEIA DA SILVA OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:BBCEC205

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0113/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **BEATRIZ MARIA DA SILVA E FARIA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua I, S/Nº, São José, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0684257-7 SSP/MT e CPF n.º 468.320.681-15 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **BEATRIZ MARIA DA SILVA E FARIA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Mariliza Tavares Filgueira que está de licença médica), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

BEATRIZ MARIA DA SILVA E FARIA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F0B4D0D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0114/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Beija-Flor, Quadra C, S/Nº, Santa Isabel, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 39120049-5 SSP/SP e CPF n.º 785.140.101-15 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Fazendo Arte, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Cristiane Aparecida da Silva Barbosa que está na Coordenação Administrativa/SME), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069

Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:A11135EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0115/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **CLAUDIONOR MARTINS PEREIRA,** brasileiro, residente e domiciliado no Assentamento Katira, Lote 05, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 27.863.380-8 SSP/SP e CPF n.º 175.683.858-50, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **CLAUDIONOR MARTINS PEREIRA**, no cargo de Professor Licenciado em Geografia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida e Escola Municipal Marechal Rondon, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13(um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

CLAUDIONOR MARTINS PEREIRA
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:47440DBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0116/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANA MARIA CRUZ SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, Nº 1222, Centro, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1095097-4 SJ/MT e CPF n.º 858.403.271-15 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ANA MARIA CRUZ SILVA,** no cargo de Professor

Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ANA MARIA CRUZ SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:24CCDD55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0117/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANA VICENCIA DE CARVALHO VANINI,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Ferreiros, Nº 855, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0772816-6 SSP/MT e CPF n.º 496.214.831-15 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ANA VICENCIA DE CARVALHO VANINI,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ANA VICENCIA DE CARVALHO VANINI
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:776755DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0118/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANDREIA SOUZA DA COSTA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Campos Sales, Nº 184, Cidade Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1119017-5 SJ/MT e CPF n.º 805.481.991-91 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ANDREIA SOUZA DA COSTA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Novo Oriente, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição ao Professor Iran Pereira Leite que está na Direção Escolar), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ANDREIA SOUZA DA COSTA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:4EAAAF10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0119/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CLEUZA BISPO GALVÃO DE OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Monteiros, S/N – Bairro Cohab Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1786424-0 SEJUSP/MT e CPF n.º 606.080.999-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum

acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CLEUZA BISPO GALVÃO DE OLIVEIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Lucinéia Alcântara que está de licença médica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

CLEUZA BISPO GALVÃO DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:49B0B765

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0120/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANTONIA MARILUCI DE SOUZA FREITAS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Paz, S/N – Bairro Poupex I, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 033.100 SSP/MT e CPF n.º 208.031.841-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ANTONIA MARILUCI DE SOUZA FREITAS,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Profª. Erenice Simão Alvarenga, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Dunia Graciela Castrillon Macedo que está na Coordenação Pedagógica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades

previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ANTONIA MARILUCI DE SOUZA FREITAS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:A6552B59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0121/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ARLETE DA SILVA RIBEIRO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Presidente Eurico Gaspar Dutra, 229 – Bairro Cidade Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1602930-5 SEJUSP/MT e CPF n.º 007.479.891-09, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ARLETE DA SILVA RIBEIRO,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ARLETE DA SILVA RIBEIRO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:D88E3D08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0122/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação,

NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANA LÚCIA DOS SANTOS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua 01, Casa 25, Quadra 07 – Residencial Aeroporto, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 564.345 SSP/MT e CPF n.º 567.619.371-91, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ANA LÚCIA DOS SANTOS,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Ivoneide da Silva Assunção que está na Direção do Núcleo Vila Real/Garcês) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ANA LÚCIA DOS SANTOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F99BD388

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0129/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **GLAUCIELE MONTEIRO DE SOUZA ANDRADE,** brasileira, residente e domiciliada na Rua São Paulo, nº 1.611 – Bairro Cavalhada III, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1699782-4 SSP/MT e CPF n.º 018.248.111-52, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **GLAUCIELE MONTEIRO DE SOUZA ANDRADE,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Guanabara, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Márcia Regina dos Santos que está na Direção Escolar) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 28 de abril de 2014.

GLAUCIELE MONTEIRO DE SOUZA ANDRADE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:2007CD96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0130/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CAROLINA MARTINS CARREIRO,** brasileira, residente e domiciliada no Assentamento Água Boa, Sítio Paz Landim, Distrito de Clarinópolis - Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1280162-3 SSP/MT e CPF n.º 888.143.431-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CAROLINA MARTINS CARREIRO,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Clarinópolis, Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 28 de abril de 2014.

CAROLINA MARTINS CARREIRO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:A4F88327

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0131/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SOLANGE MARIA DE FRANÇA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Saldanha da Gama, 273 – Bairro Santa Cruz, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0871589-0 SEJUSP/MT e CPF n.º 581.808.501-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **SOLANGE MARIA DE FRANÇA,** no cargo de Professor Licenciado em Normal Superior, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

SOLANGE MARIA DE FRANÇA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:34EAE34D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0132/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LENIRA DA SILVA ANDRADE,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Sem Denominação, Distrito de Caramujo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 690.095 SSP/MS e CPF n.º 572.858.451-91, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LENIRA DA SILVA ANDRADE,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, localizada na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em substituição à Profª. Antônia Gregório da Silva que está no Atendimento Educacional Especializado-AEE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove e reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 28 de abril de 2014.

LENIRA DA SILVA ANDRADE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:A699C94A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0133/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **EDNA REGINA ALVES BASTOS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Nilo Peçanha, 321 – Cidade Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1008725-7 SEJUSP/MT e CPF n.º 784.476.661-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **EDNA REGINA ALVES BASTOS,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal CAIC, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

EDNA REGINA ALVES BASTOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:7269CFA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0134/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **IDEZIA DE CÂNDIO,** brasileira, residente e domiciliada no Sítio São Jorge, Assentamento Limoeiro, Zona Rural do Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0386427-8 SEJUSP/MT e CPF n.º 304.618.981-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **IDEZIA DE CÂNDIO,** no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções no Núcleo Paulo Freire/Escola Municipal Limoeiro, localizada na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

IDEZIA DE CÂNDIO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:D38D8BCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0141/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA TERESA SOARES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Safiras, nº 31, Cohab Velha, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0421323-8 SJ/MT e CPF n.º 318.439.301-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARIA TERESA SOARES,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Duque de Caxias, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Ana Suely Gattas Alvares que está em readaptação de função) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARIA TERESA SOARES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:E6E8D2F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0142/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LIDIANE MELOS DOS SANTOS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua São João, nº 307, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1852978-0 SEJUSP/MT e CPF n.º 017.161.181-07, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LIDIANE MELOS DOS SANTOS,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Pequeno Sábio, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em substituição à Profª. Rosiane Artiaga que está na Coordenação Pedagógica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

LIDIANE MELOS DOS SANTOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:4A163A21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0143/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **DÉBORA REGINA BERNARDO VIANA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Corbelinos, Quadra 24, Casa 04, Cohab Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0336224-8 SSP/MT e CPF n.º 274.433.611-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **DÉBORA REGINA BERNARDO VIANA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Irene, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Maria Francisca Cardoso que está de atestado até 30/04/2014).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 30 de abril de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

DÉBORA REGINA BERNARDO VIANA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:BFD6B7FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0144/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **DEZENIL PEREIRA DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Modesto Castrilon, nº 20, bairro cavalhada 3, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1564803-6 SSP/MT e CPF n.º 004.558.801-58, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **DEZENIL PEREIRA DE SOUZA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Nádia Cristina Leal Dionísio que está afastada sem ônus).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

DEZENIL PEREIRA DE SOUZA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:00C5ED40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0145/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **FERNANDA PINTO DA SILVA BARROS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Cajueiros, nº 330, bairro DNER, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1224016-8 SJ/MT e CPF n.º 858.586.681-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **FERNANDA PINTO DA SILVA BARROS,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Glacineide de Gois Azevedo que está de licença médica).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 23 de março de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05de maio de 2014.

FERNANDA PINTO DA SILVA BARROS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:52127E18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0146/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CÉLIA CATARINA DE ARRUDA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Alves Ribeiro, nº 019, bairro Cohab Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0381383-5 SEJUSP/MT e CPF n.º 340.221.631-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CÉLIA CATARINA DE ARRUDA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Tancredo Neves, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Professora Ignês Marcielle Vieira Sobral Macedo, que está de licença maternidade).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 02 de abril de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

CÉLIA CATARINA DE ARRUDA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:E0842D34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0147/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 811, bairro Santa Izabel, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1422511-5 SSP/MT e CPF n.º 992.900.141-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro

no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:1B8F5341

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0147/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 811, bairro Santa Izabel, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1422511-5 SSP/MT e CPF n.º 992.900.141-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:90F557A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0148/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ELISANGELA DA SILVA BARBOSA,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Sangradouro, nº 234, bairro Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1140217-2 SJ/MT e CPF n.º 846.961.091-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ELISANGELA DA SILVA BARBOSA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ELISANGELA DA SILVA BARBOSA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:3301C90D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0149/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JAQUELINE ASSIS DE PAULA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua do Canal, Esquina com a Rua Bananal, bairro Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1730338-9 SSP/MT e CPF n.º 030.335.431-38, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **JAQUELINE ASSIS DE PAULA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Província de Arezzo, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068
	12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

JAQUELINE ASSIS DE PAULA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:817D5AB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0150/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **IZABEL CRISTINA DE SOUZA SATURNINO DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Gomes Neto, nº 08, Qd. 01, bairro Cohab Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 265726-7 SSP/PE e CPF n.º 466.905.174-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **IZABEL CRISTINA DE SOUZA SATURNINO DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Paulo Freire, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (para atender o Programa Mais Educação) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

IZABEL CRISTINA DE SOUZA SATURNINO DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:338F5226

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0151/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **KARLA LIMA DO BRASIL,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Santa Laura de Vicuna, Bairro Vila Irene, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1237021-5 SSP/MT e CPF n.º 003.512.081-94, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **KARLA LIMA DO BRASIL,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Soteco, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

KARLA LIMA DO BRASIL
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:44EEEC0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0152/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ELIANE BACHESQUI CHAGAS FAKINE,** brasileira, residente e domiciliada na Fazenda Jerico, no Distrito de Horizonte D Oeste, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 28.653.892-1 SSP/SP e CPF n.º 254.982.958-12, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ELIANE BACHESQUI CHAGAS FAKINE,** no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal União, na Zona Rural do Munícipio de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ELIANE BACHESQUI CHAGAS FAKINE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:77966036

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0153/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARILENE RODRIGUES RAMOS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua São Marcos, S/Nº, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0738153-0 SSP/MT e CPF n.º 536.098.591-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARILENE RODRIGUES RAMOS,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em substituição a Professora Benedita Pereira Carvalho Silva que está na Coordenação Pedagógica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARILENE RODRIGUES RAMOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:E11740BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0154/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ROSIMAR MENDES GONÇALVES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Plenitude de Deus, Nº 11, Espírito Santo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1044833-0 SJ/MT e CPF n.º 621.779.581-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROSIMAR MENDES GONÇALVES,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Lúcia Fátima Oliveira) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 11 de abril de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual

teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ROSIMAR MENDES GONÇALVES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:7043C631

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0155/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LETICIA MARIA DO CARMO DUARTE,** brasileira, residente e domiciliada na Rua João Márcio Átala, Quadra L , Lote 03, Jardim do Trevo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 15020207 SSP/MT e CPF n.º 960.647.651-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LETICIA MARIA DO CARMO DUARTE,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

LETICIA MARIA DO CARMO DUARTE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:A11E070E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0156/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MATILDE CRISTINA CARRASCO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Expedicionários, nº 401, Centro, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 891716 SSP/MT e CPF n.º 626.776.241-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MATILDE CRISTINA CARRASCO,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal

Fazendo Arte, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Rosane da Silva Lopes que está em readaptação) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 22 de julho de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MATILDE CRISTINA CARRASCO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:1B0029CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0166/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Operários, nº 510, Bairro Centro, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1176171-7 SSP/MT e CPF n.º 691.177.991-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em Substituição a Professora Liamara Rodrigues da Silva) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272.76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:93517385

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0167/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA JOSÉ ANTUNES MAGALHÃES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua D, Quadra 11, Lote 05, São José, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0735695-1 SJ/MT e CPF n.º 780.588.991-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARIA JOSÉ ANTUNES MAGALHÃES,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Eduardo Benevides Lindote, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARIA JOSÉ ANTUNES MAGALHÃES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:C11340E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0168/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ROSEMARA MORAES DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Barbosa, nº 86, Vila Mariana, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1535074-6 SSP/MT e CPF n.º 989.181.171-91, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROSEMARA MORAES DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ROSEMARA MORAES DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:C3147A77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0169/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ROSANGELA DE OLIVEIRA ARRUDA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Dias, nº 11, Cohab Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0532693-1 SSP/MT e CPF n.º 503.264.061-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROSANGELA DE OLIVEIRA ARRUDA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Duque de Caxias, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Jucyara Costa Sortica de Souza) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ROSANGELA DE OLIVEIRA ARRUDA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:7FBD347A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0170/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **RUBERLÉIA CÍCERA DO COUTO COSTA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua do Fico, nº 35, Rodeio, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1503337-6 SSP/MT e CPF n.º 998.588.431-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **RUBERLÉIA CÍCERA DO COUTO COSTA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Eduardo Benevides Lindote, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

RUBERLÉIA CÍCERA DO COUTO COSTA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:665853EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0171/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JANE ANTUNES MAGALHÃES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Canários, nº 01, Cidade Nova, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0735215-8 SJ/MT e CPF n.º 855.353.381-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da

Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **JANE ANTUNES MAGALHÃES,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Duque de Caxias, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Maria Luzia F. Silveira que está em readaptação de função) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

JANE ANTUNES MAGALHÃES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:2CAE1998

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0172/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCILENE RIBEIRO DE CARVALHO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Engenheiros, nº 270, Junco, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1114181-6 SSP/MT e CPF n.º 838.093.331-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LUCILENE RIBEIRO DE CARVALHO,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Gotinhas do Saber, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Rosilene Mirian Costa Leonel).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2014 e término em 27 de abril de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o

Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

LUCILENE RIBEIRO DE CARVALHO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:48D5D942

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0173/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **OLÍVIA ARTIAGA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Kishi, nº 75, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 280954 SSP/MT e CPF n.º 468.316.221-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **OLÍVIA ARTIAGA DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Eduardo Benevides Lindote, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em substituição a Professora Maria José Menacho que está na Coordenação) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **20 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

OLÍVIA ARTIAGA DA SILVA
Contratada

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:5974F064

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0174/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ALEXANDRA ROSA DE OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Pescadores, nº 372, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1450460-0 SSP/MT e CPF n.º 001.669.641-74, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ALEXANDRA ROSA DE OLIVEIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antonio do Caramujo, localizado na Zona Rural do Munícipio de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **20 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ALEXANDRA ROSA DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:70EDE6B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0175/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ADRIANA REGINA DE MAGALHÃES CASTRILLON,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Jauru, nº 263, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 821963 SSP/MT e CPF n.º 572.160.701-78, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ADRIANA REGINA DE MAGALHÃES CASTRILLON,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Valéria Alves de Souza que está de atestado médico).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de fevereiro de 2014 e término em 07 de março de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ADRIANA REGINA DE MAGALHÃES CASTRILLON
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:D88495A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0176/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ALESSANDRA APARECIDA CAETANO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua D, Quadra16, Lote 25, Vitória Régia, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº1334194-4 SEJUSP/MT e CPF n.º 907.101.851-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ALESSANDRA APARECIDA CAETANO,** no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Noeli Conceição Vieira Sonaque que está na Direção Escolar) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ALESSANDRA APARECIDA CAETANO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F8406068

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0177/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **DARLENE CORREA LEITE,** brasileira, residente e domiciliada na Rua João Márcio Átala, nº 59, Jardim do Trevo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0320582-7 SSP/MT e CPF n.º 177.898.341-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **DARLENE CORREA LEITE,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Pequeno Sábio, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Rosangela Ortiz de Souza que está de Licença Maternidade).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de fevereiro de 2014 e término em 08 de maio de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76(um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

DARLENE CORREA LEITE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F02B0E31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0178/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **KARLA SANTANA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Flores, nº 53, Jardim União, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº1984431-0 SSP/MT e CPF n.º 025.536.711-21, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **KARLA SANTANA DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Domingos) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.272,76 (um mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em

nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

KARLA SANTANA DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:5CE5EE65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0179/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Cristo Rei, nº 25, Cristo Rei, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1052884-9 SSP/MT e CPF n.º 737.186.531-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Duque de Caxias, com carga horária de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas semanais (Em substituição a Professora Etania Aparecida Bernardes Gattass que está em readaptação) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.590,94 (um mil, quinhentos e noventa reais e noventa e quatro centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:C7067916

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0180/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **FRANCISCO CARLOS NOVAKC**, brasileiro, residente e domiciliado na Estrada do Assentamento Boa Esperança – Limão, Município de Cáceres-MT, portador do RG 915.154 SSP/MT e CPF n.º 603.941.611-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **FRANCISCO CARLOS NOVAKC**, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida/Marechal Rondon, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Em VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

FRANCISCO CARLOS NOVAKC
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:99D1426F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0181/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **EUNICE NOGUEIRA MARTINS NUNES,** brasileira, residente e domiciliada na Estrada Sadia II, próximo a Igreja Congregação, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1176171-7 SSP/MT e CPF n.º 691.177.991-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **EUNICE NOGUEIRA MARTINS NUNES,** no cargo de Professor Licenciado em Matemática, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 26 (vinte e seis) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.654,58 (um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

EUNICE NOGUEIRA MARTINS NUNES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:FD2105D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0182/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ELIZANGELA DA COSTA E SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Estrada Sadia II, Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1291664-1 SSP/MT e CPF n.º 010.008.311-08, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ELIZANGELA DA COSTA E SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 23 (vinte e três) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.463,67 (um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ELIZANGELA DA COSTA E SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:1CDC3CE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0183/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **JOSÉ APARECIDO DA SILVA SANTOS**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Washington Luiz, lote 18, Quadra 44, Bairro Jardim Cidade Nova, Município de Cáceres-MT, portador do RG 1561942-7 SSP/MT e CPF n.º 004.131.411-52, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **JOSÉ APARECIDO DA SILVA SANTOS**, no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Laranjeira, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 28 (vinte e oito) horas semanais (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.781,85 (um mil, setecentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA SANTOS
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:D13283B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0184/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **AMÉLIA CRISTINA BENEVIDES DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua João Albuquerque, nº 730 – Bairro Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1051157-1 SJ/MT e CPF n.º 777.131.501-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **AMÉLIA CRISTINA BENEVIDES DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Novo Oriente, com carga horária de trabalho de 14 (quatorze) horas semanais (Em substituição ao professor Kurtz Lacerda Ramos que está afastado sem Ônus) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 890,93 (oitocentos e noventa reais e noventa e três centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

AMÉLIA CRISTINA BENEVIDES DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:8DCDDD34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0185/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **KÁTIA RIBEIRO COSTA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Magnólias, nº 388 – Bairro Jardim Padre Paulo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1507719-5 SSP/MT e CPF n.º 005.788.291-69, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **KÁTIA RIBEIRO COSTA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Em substituição a professora Maria dos Reis Alcântara Paraíso que está na Coordenação Pedagógica/VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069

Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

KÁTIA RIBEIRO COSTA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:0FBF4C50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0186/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **LUIZ MIGUEL RIBEIRO DE MOURA**, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Marechal Castelo Branco, 118, Bairro São Miguel, Município de Cáceres-MT, portador do RG 735.663 SSP/MT e CPF n.º 572.180.801-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **LUIZ MIGUEL RIBEIRO DE MOURA**, no cargo de Professor Licenciado em Biologia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva/Novo Oriente, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 26 (vinte e quatro) horas semanais (em substituição a Professora Selenir Pinto de Souza/VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.527,31 (um mil, quinhentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

LUIZ MIGUEL RIBEIRO DE MOURA
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:322F5B8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0187/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ZIRLEI DAS GRAÇAS VILELA,** brasileira, residente e domiciliada na Fazenda Santa Bárbara, BR 174-KM 18 – Comunidade Pé de Anta, Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 11.231.991 SSP/MT e CPF n.º 109.295.918-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ZIRLEI DAS GRAÇAS VILELA,** no cargo de Professor

Licenciado em Biologia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal São Francisco, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 22 (vinte e duas) horas semanais (Em substituição a professora Rosiclei Furtado Bertoldo que está em Licença Médica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.400,94 (um mil, quatrocentos reais e noventa e quatro centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ZIRLEI DAS GRAÇAS VILELA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:99A55900

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0188/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUZINETE MIRANDA DE TOLEDO SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua C, Q 13, Casa 12, Bairro Vitória Régia, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1738692-6 SEJUSP/MT e CPF n.º 567.604.851-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LUZINETE MIRANDA DE TOLEDO SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com carga horária de trabalho de 13 (treze) horas semanais (Em substituição a professora Anair R. Barbosa Cunha que está na Sala do Atendimento Educacional Especializado) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 827,29 (oitocentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

LUZINETE MIRANDA DE TOLEDO SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:415A222A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0189/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **CÉLIA MARIA LEITE DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Violetas, nº 28, Bairro Jardim Padre Paulo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0582161-4 SJ/MT e CPF n.º 458.802.201-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CÉLIA MARIA LEITE DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Geografia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 28 (vinte) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.781,85 (um mil, setecentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

CÉLIA MARIA LEITE DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:54BDF44C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0190/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **LUCINEI BORGES GOMES,** brasileira, residente e domiciliada no Assentamento Nova Esperança, BR 070 – Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 178526-8 SJ/MT e CPF n.º 995.398.701-78, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição

Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LUCINEI BORGES GOMES,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida/Marechal Rondon, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

LUCINEI BORGES GOMES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:536AEC42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0191/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **EUNICE DE ALBUQUERQUE SILVA,** brasileira, residente e domiciliada no Sítio Estrela, Lote nº 246 – Assentamento Sadia II – Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1302189-3 SSP/MT e CPF n.º 002.415.231-50, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **EUNICE DE ALBUQUERQUE SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal União e Trabalho, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 31 (trinta e um) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.972,77 (um mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o

Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

EUNICE DE ALBUQUERQUE SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:36FE7827

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0192/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ODANIA FERREIRA DA SILVA FRANÇA,** brasileira, residente e domiciliada no Assentamento Corixinha, BR 070 – Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 136158-5 SSP/MT e CPF n.º 948.860.911-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ODANIA FERREIRA DA SILVA FRANÇA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal José Alencar Gomes, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ODANIA FERREIRA DA SILVA FRANÇA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:855CC789

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0193/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **GLEICE MARANGUELI DA SILVA ANDRADE,** brasileira, residente e domiciliada na Rua sem denominação, Distrito de Caramujo, na antiga Igreja Batista- Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1674044-0 SEJUSP/MT e CPF n.º 015.229.661-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **GLEICE MARANGUELI DA SILVA ANDRADE,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antonio do Caramujo, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 32 (trinta e dois) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.036,40 (dois mil, trinta e seis reais e quarenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

GLEICE MARANGUELI DA SILVA ANDRADE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:63BD5A79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0194/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **TATIANE ALMEIDA SANTOS DE CAMARGO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Fluminense, s/nº- Bairro Jardim São Luis, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1424214-1 SSP/MT e CPF n.º 945.746.771-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **TATIANE ALMEIDA SANTOS DE CAMARGO,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com carga horária de trabalho de 22 (vinte e duas) horas semanais (em substituição ao Professor Renato Matias Ramos que está em readaptação).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 31 de agosto de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.400,04 (um mil, quatrocentos reais e quatro centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

TATIANE ALMEIDA SANTOS DE CAMARGO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:E1896A07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0195/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **MARTA NORBERTA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Tancredo Neves, s/nº- Bairro Jardim Padre Paulo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1486979-9 SSP/MT e CPF n.º 980-588.001-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARTA NORBERTA DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Núcleo Limão/Roça Velha, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARTA NORBERTA DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:96E10F52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0196/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **SELMA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES,** brasileira, residente e domiciliada no PA Sadia Vale Verde, lote 260- Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1497029-5 SSP/MT e CPF n.º 003.967.671-41, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **SELMA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal União e Trabalho, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

SELMA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:2669ADA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0197/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **ADENILDO PEREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado na F. São José, s/nº, Bairro São José, Município de Cáceres-MT, portador do RG 909812 SSP/MT e CPF n.º 603.983.611-34, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **ADENILDO PEREIRA DE OLIVEIRA**, no cargo de Professor Licenciado em Geografia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo/Novo Oriente, Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 18 (dezoito) horas semanais (em substituição ao Professor Luiz Antunes Magalhaes que esta em readaptação e ao Professor Kurtz que está afastado sem ônus/Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.145,48 (um mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ADENILDO PEREIRA DE OLIVEIRA
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:D0F2DDF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0198/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **RIVALDO DELCARO**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua dos Lavapés, s/nº, Bairro Cohab Velha, Município de Cáceres-MT, portador do RG 1054572-7 SJ/MT e CPF n.º 702.530.801-34, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **RIVALDO DELCARO**, no cargo de Professor Licenciado em Educação Física, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 22 (vinte e duas) horas semanais (em substituição ao Professor Mauro Alves da Silva que esta na Direção Escolar), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.400,04 (um mil, quatrocentos reais e quatro centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

RIVALDO DELCARO
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:822C5C0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0199/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ELIANE CAMPOS VIEIRA,** brasileira, residente e domiciliada Assentamento Paiol - Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 257.653 SSP/MT e CPF n.º 343.736.241-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ELIANE CAMPOS VIEIRA,** no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Limoeiro, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 29 (vinte e nove) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.845,49 (um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ELIANE CAMPOS VIEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:647ADA81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0200/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ROSA MARIA COSTA PEREIRA,** brasileira, residente e domiciliada Rodovia BR 070, KM 260 – entrada da Sadia - Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0609853-3 SSP/MT e CPF n.º 405.540.071-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROSA MARIA COSTA PEREIRA,** no cargo de Professor Licenciado em Biologia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 17 (dezessete) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.081,85 (um mil, oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ROSA MARIA COSTA PEREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:0DA4A631

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0201/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ROZILENE BARBOSA,** brasileira, residente e domiciliada no Rancho Saudade BR 070 - Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 558.554 SSP/MT e CPF n.º 388.239.771-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROZILENE BARBOSA,** no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 32 (trinta e duas) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.036,40 (dois mil, trinta e seis reais e quarenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.***ROZILENE BARBOSA***
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:497B0628

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0202/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **MARISOL MELGAR DOS SANTOS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Joaquim Murtinho, nº 55 – Bairro Cavalhada - Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 085830783-8 MEX/MS e CPF n.º 683.149.813-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARISOL MELGAR DOS SANTOS,** no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Soteco, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARISOL MELGAR DOS SANTOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:4AACA74B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0203/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **RAQUEL DE CARVALHO NEVES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Joaquim Murtinho, nº 55 – Bairro Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 085830783-8 MEX/MS e CPF n.º 683.149.813-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **RAQUEL DE CARVALHO NEVES,** no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.290,96 (dois mil, duzentos e noventa reais e noventa e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

RAQUEL DE CARVALHO NEVES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F3632FFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0204/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS,** brasileira, residente e domiciliada no Sítio Estrela, Lote 246 – Assentamento Sadia II - Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2.808.027 SSP/PI e CPF n.º 304.302.751-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal União e Trabalho, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 31 (trinta e um) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.972,77 (um mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068

	12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:04689D02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0205/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **MARCIA BATISTA SALES,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida dos Bandeirantes, nº 958 – Bairro DNER, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1302393-4 SSP/MT e CPF n.º 888.920.501-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARCIA BATISTA SALES,** no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 14 (quatorze) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 890,93 (oitocentos e noventa reais e noventa e três centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARCIA BATISTA SALES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:DBDE97C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0206/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **MARCOS NOVAKC**, brasileiro, residente e domiciliado no Sítio Recanto dos Passáros, Assentamento Sapiquá Zona Rural, Município de Cáceres-MT, portador do RG 915217 SSP/MT e CPF n.º 603.941.961-04, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **MARCOS NOVAKC**, no cargo de Professor Licenciado em

Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MARCOS NOVAKC
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:0EB28163

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0207/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **WELLIGTON FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Campos Sales, Bairro Cidade Nova, Município de Cáceres-MT, portador do RG 1744710-0 SEJUSP/MT e CPF n.º 736.969.511-53, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **WELLIGTON FERNANDES DA SILVA**, no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Marechal Rondon, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.545,51 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

WELLIGTON FERNANDES DA SILVA
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:6A8F2DBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0208/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **PAULO JEAN DO CARMO ROSA**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Pintassilgo, Bairro Cidade Alta, Município de Cáceres-MT, portador do RG 1462977-1 SSP/MT e CPF n.º 004.813.091-52, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **PAULO JEAN DO CARMO ROSA**, no cargo de Professor Licenciado em Biologia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos/Jardim Guanabara, com carga horária de trabalho de 18 (dezoito) horas semanais (Em substituição a Professora Silvia Fernandes Ferreira que está na Direção Escolar/ Em substituição a Professora Vitalina Martins Pereira que está na sala do AEE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.145,48 (um mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

PAULO JEAN DO CARMO ROSA
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:1EDE721A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0209/2014 – AS

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **ORISVALDO JOSE DA**

SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Almirante Tamandaré, nº 215, Bairro São Luíz, Município de Cáceres-MT, portador do RG 239431-4 SSP/PA e CPF n.º 372.411.412-53, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **ORISVALDO JOSE DA SILVA**, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, com carga horária de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais (Em substituição a Professora Maria Angela Cardoso de Oliveira que está na Coordenação Pedagógica/ Em substituição a Professora Maria de Lourdes Vitorazzi que está em readaptação).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.290,96 (dois mil, duzentos e noventa reais e noventa e seis centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ORISVALDO JOSE DA SILVA
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F14147DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0210/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **CLEIRE PEREIRA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua 12 de janeiro, s/nº, Distrito de Horizonte D` Oeste, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1066710-5 SEJUSP/MT e CPF n.º 804.385.201-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CLEIRE PEREIRA DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal União, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais (Em substituição a Professora Sirley Ribeiro Fâncio Martinez que está na Coordenação Pedagógica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.527,31 (um mil, quinhentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

CLEIRE PEREIRA DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:3E401043

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0211/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **APARECIDA PINTO DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Cristo Rei, s/nº, Cristo Rei, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1247129-1 SSP/MT e CPF n.º 893.623.731-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **APARECIDA PINTO DE SOUZA,** no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Clarinópolis, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 28 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Flavia Lucia de Barros Alvares que está na Coordenação Pedagógica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.781,85 (um mil, setecentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

APARECIDA PINTO DE SOUZA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:41F7D20C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0212/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Pecuaristas, s/nº – Bairro Cavalhada 3, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1614060-5 SEJUSP/MT e CPF n.º 007.274.341-79, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com carga horária de trabalho de 18 (dezoito) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.145,48 (um mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068
	12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F160A934

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0213/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **DEIZIANE DUARTE DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Jose Palmiro da Silva, nº 18, Quadra 13 – Bairro São José, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1447261-9 SSP/MT e CPF n.º 960.498.981-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **DEIZIANE DUARTE DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 16 (dezesseis) horas semanais (Em substituição a Professora Edenilda de Araujo Correa que está na Coordenação Pedagógica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.018,21 (um mil, dezoito reais e vinte e um centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

DEIZIANE DUARTE DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:4AFCD908

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0214/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **WELMISON JACINTO SOARES**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua São Miguel, nº 155, Bairro Marajoara, Município de Cáceres-MT, portador do RG 1069335-01 SSP/MT e CPF n.º 001.634.891-57, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **WELMISON JACINTO SOARES**, no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos, com carga horária de trabalho de 19 (dezenove) horas semanais (Em substituição a Professora Joana Pedrosa Castrillon Leiva que está em readaptação/ Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.202,12 (um mil, duzentos e dois reais e doze centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

WELMISON JACINTO SOARES
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:2474D6E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0215/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ROSANA APARECIDA DA SILVA CRUZ,** brasileira, residente e domiciliada na Rua da Paz, nº 06, Quadra 29 – Bairro Jardim Celeste, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 093764734-5 Ministério da Defesa – MS e CPF n.º 496.291.821-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROSANA APARECIDA DA SILVA CRUZ,** no cargo de Professor Licenciado em Geografia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com carga horária de trabalho de 21 (vinte e um) horas semanais (Em substituição ao Professor Luiz Antunes de Magalhães que está em readaptação) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.336,40 (um mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ROSANA APARECIDA DA SILVA CRUZ
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:37A84D68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0216/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **JAIR DE ARRUDA MORAES**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Pirizal, nº 457, Bairro Santo Antonio, Município de Cáceres-MT, portador do RG 73565-7 SSP/MT e CPF n.º 594.217.701-53, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **JAIR DE ARRUDA MORAES**, no cargo de Professor Licenciado em Matemática, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com carga horária de trabalho de 32 (trinta e dois) horas semanais (Em substituição a Professora Valdilene Silva Ortega que está no Programa Mais Educação/ Em substituição a Professora Catarina Silva Flores que está na Coordenação Pedagógica), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014,** com o devido cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.036,40 (dois mil, trinta e seis reais e quarenta centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

JAIR DE ARRUDA MORAES
Contratado

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:164CCEAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0218/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Poupex, nº 09, Bairro Jardim Celeste, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 093834424-9 SSP/MT e CPF n.º 488.658.261-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Geografia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Guanabara, com carga horária de trabalho de 18 (dezoito) horas semanais (Em substituição a Professora Vitalina Martins Pereira que está na sala do AEE/ Vaga Livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **20 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.145,48 (um mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F5C347E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0219/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **MAYARA DE ALMEIDA TAVARES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Siriemas, nº 117, Bairro Vila Mariana, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1470034-4 SSP/MT e CPF n.º 021.099.851-27, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MAYARA DE ALMEIDA TAVARES,** no cargo de Professor Licenciado em Educação Física, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva/ Escola Municipal Professor Eduardo Benevides Lindote, com carga horária de trabalho de 21 (vinte e um) horas semanais (Em substituição a Professora Rosemeire Tieko Une que está na Ação Social/ Em substituição a Dinairan Dantas Souza que está em afastamento para qualificação) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de fevereiro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.336,40 (um mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

MAYARA DE ALMEIDA TAVARES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:894E3B39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0221/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **HELENICE MARIA DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Graunas, s/nº, Bairro Santa Izabel, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 10971564 SSP/MT e CPF n.º 818.275.551-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **HELENICE MARIA DE SOUZA,** no cargo de Professor Licenciado em Matemática, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Laranjeira, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga

horária de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **07 de março de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.290,96 (dois mil, duzentos e noventa reais e noventa e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

HELENICE MARIA DE SOUZA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:9E75690F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0223/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **JUCELENE SABALA DE SOUZA PEREIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Padre Cassemiro, nº 1535, Bairro Centro, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1548809-8 SEJUSP/MT e CPF n.º 003.907.101-48, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **JUCELENE SABALA DE SOUZA PEREIRA,** no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vital Monteiro Leite, Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **14 de março de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

JUCELENE SABALA DE SOUZA PEREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:320B29C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0224/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Ametistas, nº 252, Bairro Cohab Velha, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 18590560 SSP/MT e CPF n.º 018.485.041-01, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Centro Municipal de Educação Infantil, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em substituição a Professora Flaviane Cavalcante Gonçalves que está na Coordenação Pedagógica da Escola Jardim Guanabara) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **14 de março de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:CB4F679F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0225/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **VALQUÍRIA SOARES DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida São Luís, nº 280, Bairro São Luiz, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1456315-0 SSP/MT e CPF n.º 970.958.341-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **VALQUÍRIA SOARES DE SOUZA,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 083, de 24 de março de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em substituição a Professora contratada Rosângela Mucari que está de licença maternidade até o dia 05/06/2014) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **14 de março de 2014 e término em 05 de junho de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.909,13 (um mil, novecentos e nove reais e treze centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	12.361.1617.2068 12.365.1617.2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de maio de 2014.

VALQUÍRIA SOARES DE SOUZA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:F720650D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 192 DE 29 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e,
CONSIDERANDO os Decretos nº 058 de 21/02/14, e nº 113 de 10/04/14;
CONSIDERANDO a Resolução CD/FNDE nº 026 de 17/06/13;
CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 15267, de 28 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os senhores abaixo relacionados para compor o **Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE**, no Município de Cáceres.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Titular: Wellington de Almeida
Suplente: Cícero Elivaldo Gonçalves

Art. 2º Substituir os membros **REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS**
Titular: **Ana Lúcia Gonçalves Miranda** em substituição à senhora Edleuza Sueli Benevides Lopes
Suplente: Cliciane Silva Salvador em substituição ao senhor Airton Lourenço Salviani

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 29.05.14.

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:BCF59531

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 193 DE 29 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 15267, de 28 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CMAE**, no Município Cáceres, com efeitos desde 02 de abril de 2014.

PRESIDENTE
Sandra Maria Netto

Vice- Presidente
Severino de Paiva Sobrinho

Secretária
Vitória Salles da Silva

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 29.05.14.

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:6E5D72FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 193 DE 29 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e,
CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 15267, de 28 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CMAE**, no Município Cáceres, com efeitos desde 02 de abril de 2014.

PRESIDENTE
Sandra Maria Netto

Vice- Presidente
Severino de Paiva Sobrinho

Secretária
Vitória Salles da Silva

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 29.05.14.

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:DA2947FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2014 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

Interessada: Secretaria de Indústria e Comércio Meio Ambiente e Turismo

Objeto: O presente processo trata-se de Pregão Eletrônico para aquisição de extintores, a serem utilizados em eventos pela Secretaria de Indústria e Comércio Meio Ambiente e Turismo.
Realização: 11 de Junho de 2014, ás 13:30 hs horário de Cuiabá-MT.
Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada á Avenida Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200-000 – Caceres-MT, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 29 de Maio de 2014.

ROSAIR SANTANA DE OLIVEIRA
PREGOEIRA OFICIAL

Publicado por:
Luciene Etiene de Souza
Código Identificador:1476A488

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.13/2014 COM REGISTRO DE PREÇO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

Interessada: Secretaria de Indústria e Comércio Meio Ambiente e Turismo

Objeto: O presente processo trata-se de Pregão Presencial para contratação deempresa especializada em prestação de serviços de Instalações Elétrica, a serem utilizados em eventos pela Secretaria de Indústria e Comércio Meio Ambiente e Turismo.
Realização: 13 de Junho de 2014, ás 08:00 hrs.
Observação: A pasta contendo o edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura M. de Cáceres-MT, situada a Avenida Getulio Vargas nº 1895, CEP: 78200000 – Cáceres-MT, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e data: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 29 de Maio de 2014.

ROSAIR SANTANA DE OLIVEIRA
PREGOEIRA OFICIAL

Publicado por:
Luciene Etiene de Souza
Código Identificador:F131D1DF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 007/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinápolis/MT.
CONTRATADA: RANK CONSTRUTORA LTDA.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar clausula nona - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, do contrato original firmado em 12 de março de 2014. Passando a vigorar com a redação de substiuição da dotação orçamentaria. O qual deverá ser empenhado na seguinte rubrica:
Código: 06.020.12.361.1120.1022.4.4.90.51 Red: 0234.
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.
ASSINAM: Jeovan Faria – por parte da contratante e RANK CONSTRUTORA LTDA – por parte da contratada.

Publicado por:
Gilberto Francisco Ribeiro de Paula
Código Identificador:35867F67

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 001/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinápolis/MT.
CONTRATADA: RANK CONSTRUTORA LTDA.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a cláusula DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, do contrato original firmado em 09 de janeiro de 2014. Passando a vigorar com a redação de substituição da dotação da construção da quadra poliesportiva. A qual deverá ser empenhada na seguinte rubrica:
Código: 06.020.12.361.1120.1022.4.4.9051 Red. 0234
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.
ASSINAM: Jeovan Faria – por parte da contratante e RANK CONSTRUTORA LTDA – por parte da contratada.

Publicado por:
Gilberto Francisco Ribeiro de Paula
Código Identificador:AA92116A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
PORTARIA Nº 38/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. APARECIDA MARIA DE GODOY".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. APARECIDA MARIA DE GODOY**, efetiva no Cargo de agente de serviço lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiaria está em gozo de auxilio doença desde **13 de maio de 2014** e término em **11 de agosto de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir de **28 de maio de 2014 a 11 de agosto de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **13 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 29 de maio de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Rosangela Xavier de Alcantara Nascimento
Código Identificador:A1BE09F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 017/2014
Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X R2 Tech Serviços e Soluções Inteligentes Ltda - ME
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviço de reforma e ampliação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), dos Bairros Jardim das Palmeiras, Boa Esperança e Centro.
Unidade Orçamentária: 10.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0006 – Campo Novo Mais Saúde
Projeto/atividade: 1057 Construção e Ampliação das Unidades de Saúde
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações
Desdobramento: 99 00 Outras Despesas com Obras e Instalações
Fonte de Recurso: 32354 – Transferência de Convênios da União – Saúde – Exercícios Anteriores
Reduzido: 869
Valor Total: R$ 140.055,48
Prazo: 180 dias
Data: 22/05/2014
Procedimento Licitatório: Tomada de Preço nº 02/2014
Secretaria: Saúde

Publicado por:
Rosangela Xavier de Alcantara Nascimento
Código Identificador:89DF7421

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 249, DE 21 DE MAIO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,
Considerando os Memorandos nº 054/2014 e 061/2014, ambos provenientes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo,
Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 01, do Sistema de Controle Interno,

R E S O L V E

AUTORIZAR, a partir desta data, o servidor da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para conduzir os veículos e máquinas pertencentes à frota municipal.
O servidor/condutor autorizado é o encontrado na relação abaixo descrita:

Nome do Condutor(a)	Cargo	Mat. Funcional	CPF
João Ricardo da Costa Bispo	Chefe de Divisão de Planejamento e Fomento ao Turismo	3080	000.130.851-31

3. ABSTRAIR, com efeitos a partir de 13 de maio de 2014, a autorização para conduzir os veículos e máquinas pertencentes à frota municipal, delegada ao servidor **CARLITO FERREIRA DO NASCIMENTO**, matrícula 2391, CPF 941.858.241-49, vinculado a Secretaria supra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de maio de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

VANDERLEI CESAR GUOLLO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Rosangela Xavier de Alcantara Nascimento
Código Identificador:5E4023E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 015/2014

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***MAURO VALTER BERFT,*** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG nº 7009693115 SSP/RS e CPF nº 308.107.010-49, residente e domiciliado na Rua Bahia, 599-NE, Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa ***RIBAS CONSTRUÇÕES TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME***, inscrita no CNPJ sob n° 12.524.010/0001-05, Inscrição Estadual n° 13407046-1, estabelecida na rua Antonio Jose da Silva, 505 N - Sala 01, Parte Superior, Bairro Centro, na Cidade de Tangara da Serra/MT, CEP: 78.300-000, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor ***SUEDIR DA SILVA RIBAS***, portador do RG nº 332.580 SSP/MS, CPF nº 373.866.201-44, doravante

denominada simplesmente, ***CONTRATADA***, e tendo em vista o **Edital de Concorrência Pública RP nº 02/2014**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** tem entre si justa e acordada a celebração do presente Termo de Cancelamento, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
1.1 O presente Termo tem por objeto cancelar o Contrato de Prestação de Serviços nº 015/2014, de 19 de maio de 2014.

Cláusula Segunda – Do Cancelamento
2.1 Justifica-se o cancelamento do referido Contrato de Prestação de Serviços, em virtude de erro material quando da lavratura do mesmo, destoando das regras estabelecidas no Edital de Concorrência Pública RP nº 02/2014, contudo não oferecendo prejuízos ao erário tão pouco à empresa Contratada.

Cláusula Terceira - Do Fundamento
4. Fundamenta-se o presente aditivo considerando o poder de autotutela onde *"a* ***administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".*** (Súmula nº 473/STF)

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de maio de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal
Contratante

SUEDIR DA SILVA RIBAS
Ribas Construções Transportes E Empreendimentos Imobiliários Ltda
Contratada

Agente Fiscalizador

TESTEMUNHAS:

Rosangela X. de A. Nascimento - CPF n° 421.773.831-53

Luzemi Pereira Vieira - CPF n° 427.860.371-15

Publicado por:
Rosangela Xavier de Alcantara Nascimento
Código Identificador:C93D69F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 071/2013

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***MAURO VALTER BERFT***, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG nº 7009693115 SSP/RS e CPF nº 308.107.010-49, residente e domiciliado na Rua Bahia, 599-NE, Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa ***CENTROESTE AMBIENTAL COLETA TRANSPORTE E LIMPEZA URBANA LTDA - ME***, inscrita no CNPJ sob n° 09.255.903/0001-98, Inscrição Estadual n° 134065182, estabelecida na Avenida Jaçanã, n° 2626, Bairro Parque Universitário, CEP: 78.746-577, na cidade de Rondonópolis/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor ***DIEGO ROSSIGNOLO FRANCISCATO***, portador do RG nº 32284580-4 SSP/PR, doravante denominada simplesmente, ***DISTRATADA***, e na forma prescrita no artigo 79, I da Lei 8.666/93, vem na melhor forma de direito, pelas cláusulas abaixo descritas RESCINDIR o Contrato Administrativo nº 071/2013, de 25 de setembro de 2013, para que surta os efeitos legais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 Este Termo tem por objeto rescindir o presente Contrato de Prestação de Serviços nº 071/2013, firmado em 25 de setembro de 2013, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de serviços de recebimento, armazenamento e destinação final adequada aos pneus inservíveis existentes no município de acordo com a Resolução nº 614/2009 do CONAMA.
1.2. A presente rescisão é motivada por descumprimento com o objeto do instrumento contratual.
1.2.1 A rescisão é fundamenteada ainda quanto à qualidade dos serviços executados pela empresa. Tendo em vista que a contratada foi notificada em 23 de janeiro de 2014, para que efetuasse a limpeza total do local denominado Ecoponto, e até o presente momento o local encontra-se fora das condições estabelecidas por Lei.
1.2.2 Conforme previsto no Contrato será aberto Processo Administrativo para apurar eventuais multas e penalidades a serem aplicadas face ao descumprimento do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CRÉDITOS PENDENTES
2.1 A Distratante procederá à apuração dos eventuais créditos que porventura a empresa Distratada possui, entre o período da efetuação do último pagamento até a data da assinatura deste termo de rescisão, realizando medidas e verificações, e adotando as providências necessárias ao pagamento do que for devido.
2.2 Se apurado crédito a receber pela contratada, será pago já descontadas as penalidades previstas no contrato. Não havendo crédito, será aplicado multa e, em caso de não pagamento, em qualquer das hipóteses, sem prejuízo das demais sanções, será incluída em divida ativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES
3.1 A presente rescisão é feita com aplicação de multas e ou penalidades conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato, sendo para tanto aberto processo administrativo para sua apuração.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
4.1 A presente Rescisão Contratual encontra amparo legal no Artigo 79, inciso I, § 1º da Lei Federal 8.666/93 com suas posteriores alterações, em razão da conveniência administrativa demonstrada no despacho da autoridade superior competente, e conforme parecer jurídico, anexos.

Campo Novo do Parecis, aos 07 dias do mês de maio de 2014.

MAURO BALTER BERFT DIEGO ROSSIGNOLO FRANCISCATO
Prefeito Municipal

CENTROESTE AMBIENTAL COLETA TRANSPORTE CONTRATANTE E LIMPEZA URBANA LTDA ME
Contratada

Agente Fiscalizador

Publicado por:
Rosangela Xavier de Alcantara Nascimento
Código Identificador:D5B7DAFF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 021/2014.

DO OBJETO: Locação de impressoras multifuncionais.
DO OBJETO ADITADO: 01 (uma) impressora.
DO VALOR ADITADO: R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.
FRANQUIA DE CÓPIAS: 78.000 (setenta e oito mil cópias).
ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e MANHA & MANHA LTDA ME / CONTRATADA.

Publicado por:
Liane Zonatto
Código Identificador:9DFF2D1A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 030 DE 28 DE MAIO DE 2014.

REVOGA OS PONTOS FACULTATIVOS ESTABELECIDOS NO ART. 1º, INCISOS X E XVIII, DO DECRETO N° 02/2014, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE A COMPÕE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando a importância de se cumprir o Calendário Escolar Anual de 200 (duzentos) dias letivos sem prejuízo às férias escolares;
Considerando, ainda, o Feriado Municipal de 04 de julho (sexta-feira);

DECRETA:
Art. 1º - Fica revogado o ponto facultativo dos dias **20 de junho (sexta-feira) e 21 de novembro (sexta-feira) do corrente ano** em todos os órgãos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como em toda a rede municipal de ensino, objetivando evitar prejuízo aos serviços de educação.
Art. 2º - Serão mantidas todas as atividades conforme os horários habituais em decorrência da necessidade da prestação dos serviços públicos relacionados á educação.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 28 de maio de 2014.

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelson Ricardo Kleim
Código Identificador:F6839817

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 029/2014, DE 28 DE MAIO DE 2014.

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ESPECIAL NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DURANTE OS JOGOS DA COPA DO MUNDO.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando a realização da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de 2014 no Brasil, da qual participará a Seleção Brasileira;
Considerando o calendário estabelecido para a Copa do Mundo de 2014, que prevê todos os jogos da Seleção Brasileira em dias úteis no período vespertino;
Considerando a necessidade de adotar medidas que aperfeiçoem a organização e a manutenção dos serviços da administração no período da relevante competição esportiva;
Considerando o dever de manter os serviços básicos e essenciais de atendimento à população;

DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado horário de funcionamento especial nos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira, devendo o expediente de trabalho ser realizado exclusivamente no período matutino, das **07h00m às 13h00m**.
Art. 2º - O horário de funcionamento especial estabelecido por este Decreto não se aplica aos serviços públicos considerados essenciais.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 28 de maio de 2014.

FÁBIO SCHROETER
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Nelson Ricardo Kleim
Código Identificador:B1045927

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel(is):

JAIR BORTOLON requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 05 da QUADRA 06, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Jeane Antonia Abade
Código Identificador:279E5E89

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONVÊNIO Nº 05/2014.

Convênio que entre si celebram os Municípios de Campo Verde e Jangada – Mato Grosso, no que se refere ao compartilhamento das informações fiscais relacionadas à exigência do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido pelas empresas que prestaram serviços no território de ambos os Municípios e não recolheram ou recolheram parcialmente o imposto correspondente.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.950.495/0001-88, com sede administrativa localizada na Praça dos Três Poderes, nº 3, representado pela Secretária Municipal de Fazenda, Sra. *Sandra Carla Favaro de Souza Badoco*; e de outro, o **MUNICÍPIO DE JANGADA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.147/0001-68, com sede administrativa localizada no Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n, Centro, representado pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. *José Cândido da Rocha Neto Neto*, nos termos do que preceituam os artigos 37, inciso XXII, da CF/88 e 194 do Código Tributário Nacional, celebram entre si o presente convênio com finalidade de prestarem cooperação mútua no que se refere ao compartilhamento das informações obtidas em processos administrativo-fiscais relacionados à exigência do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, devidos pelas empresas que prestaram serviços no território de ambos os **CONVENENTES**.

Cláusula primeira: Os **CONVENENTES** compartilharão entre si as informações e os documentos obtidos nos processos administrativo-fiscais instaurados para a exigência do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, relacionados aos serviços prestados no território de ambos os Municípios nos últimos 5 (cinco) anos, objetivando conferir a veracidade das informações prestadas pelas referidas empresas, bem como fundamentar novos lançamentos ou lançamentos complementares.
Cláusula segunda: Todos os documentos compartilhados serão enviados pessoalmente aos signatários do presente convênio, na pessoa dos seus respectivos Secretários(as) de Finanças e Fazenda, mantendo-se o sigilo das informações obtidas até a eventual inscrição do débito em dívida ativa.
Cláusula terceira: O presente convênio terá validade até o dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado mediante manifestação expressa das partes **CONVENENTES**, formalizada através da celebração de termo aditivo.
Cláusula quarta: Assinado o presente Convênio, o mesmo será publicado na imprensa local e afixado na sede da Prefeitura de cada Município CONVENENTE pelo prazo de 15 (quinze) dias.
E por estarem em plano acordo, as partes assinam o presente convênio em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram.
Campo Verde, 27 de maio de 2014.

SANDRA CARLA FAVARO DE SOUZA BADOCO
Município de Campo Verde

JOSÉ CÂNDIDO DA ROCHA NETO NETO
Município de Jangada

Publicado por:
Jeane Antonia Abade
Código Identificador:C211BFF3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
DECRETO Nº2430/2014

De 29 de maio de 2014

Dispõe sobre a Convocação de Candidatos aprovados em Concurso Público.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital nº. 001/2012

Considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o candidato abaixo relacionado a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, de acordo com o Art. 14 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana, para tratar de assuntos de seu interesse.

Parágrafo único. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 2º O candidato convocado e o seguinte:

Nome do candidato	Cargo	Classificação	Edital/Concurso
ALEXSANDRO COSTA SCAPINI	MOTORISTA ESCOLAR-SEDE	4°	EDITAL 001/2012

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 29 de maio de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:999DCC81

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO-CONTRATO Nº 119/2014

DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de Canarana-MT
DISTRATADO: Jhonathan Sousa Morais Schwendler
CONTRATO: nº 119/2014
OBJETO: Fica rescendido o contrato de prestação de serviços correspondente a função de **Agente de Combate a Endemias** firmado em 18 de março de 2014.
DATA: 19 de maio de 2014
EVALDO OSVALDO DIEHL – PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:4E0138DA

GABINETE
PORTARIA Nº140/2014

De 29 de maio de 2014.

Exonera Servidor de Cargo em Comissão.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Willian Pereira da Silva do cargo de Vigilante, cargo de Provimento em Efetivo constante no Anexo I Grupo Ocupacional I da Lei Complementar nº 101/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação. Com efeitos retroativos a 12 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 29 de maio de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:D645F2DF

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015-2014

PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2014
PROCESSO Nº. 48/2014
VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, agro-empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132.773.839-20, **RESOLVE** registrar os preços empresa **G. OCCHI TRANSPORTES ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 11.435.535/0001-01,

estabelecida na cidade de Canarana na Rua Miraguaí nº 172, Centro, CEP 78.640-000, neste ato representada por GILMAR OCCHI, Carteira de Identidade nº. 12R1128191SSP/SC e CPF nº 469.382.069-53, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº 22/2014** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

01 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto **o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de ônibus, micro-ônibus, vans e kombi, legalizados, com motorista, combustível e demais despesas por conta do locador, para transitar em rodovias**, conforme Anexo I do Edital do **Pregão Presencial nº 022/2014**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

02 - CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 022/2014**, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. Evaldo Osvaldo Dihel, disposta no **Processo nº 048/2014**.

03 - CLAUSULA TERCEIRA - DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Empresa Vencedora:
Nome: G. OCCHI TRANSPORTES ME
CNPJ: 11.435.535/0001-01
Endereço: Rua Miraguaí nº 172, Centro
CEP: 78.640-000 Cidade/Estado: Canarana-MT
Representante Legal: GILMAR OCCHI
RG: 12R1128191SSP/SC CPF: 469.382.069-53

2.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	R$ UNIT	R$ TOTAL
01	Transporte Rodoviário - veículo ônibus, micro-ônibus, legalizados, para transitar em rodovias **com motorista, combustível e demais despesas por conta do locador**.	Km	50.000	4,16	200.000,00

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. – O órgão gerenciador desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** é a secretaria Municipal de Educação.

4.2 – O presente edital esta vinculado ao Decreto Federal nº7.892/2013, de 23/01/2013, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º/ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.

5. VALIDADE DA ATA

5.1 - O registro de preços constante desta Ata terá **validade pelo prazo de 12 (doze) meses,** NÃO podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

5.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1 - As condições gerais para a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tais como os prazos para entrega, pagamento e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

6.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

6.2.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao contrato.

6.2.2 - Vinculam-se a este ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 022/2014**, seus anexos e a proposta da contratada.

6.2.3 - É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Canarana-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão gerenciado.

Canarana-MT, 29 de Maio de 2014.

Prefeitura Municipal de Canarana-MT

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

G. Occhi Transportes – Me
GILMAR OCCHI
RG: 12R1128191SSP/SC e CPF nº 469.382.069-53

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:60D24E2C

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 004/2014, torna público o **Contratação de Instituição Financeira para a prestação de serviços de pagamento da folha de salário e armazenamento de contracheques dos servidores Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **12/06/2014 às 08h30min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone 66 – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 29 de maio de 2014.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:15C0B67B

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068-2014

ADERENTE: Prefeitura Municipal de Canarana
CNPJ/MF: 15.023.922/0001-91
ENDEREÇO: Rua Miraguaí Nº 228 – Centro – Canarana-MT
ÓRGÃO ADESO: Secretaria Municipal de Educação
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 016/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 068/2013

ÓRGÃO REALIZADOR: FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CNPJ/MF 00.378.527/0001-81
ENDEREÇO: Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Bloco F – Brasília-DF
FORNECEDOR: Milanflex Industria e Comércio de Moveis e Equipamentos Ltda.
CNPJ/MF: 86.729.324/0002-61
ENDEREÇO: Rua H s/nº - Bairro Distrito Industrial – Cuiabá-MT.
OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de mobiliário escolar constituído de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professora, conforme especificações do edital e anexos.
ADESÃO PARCIAL: ITENS 01, 02, 03, 04 e 05.
VALOR GLOBAL : R$ 210.250,00 (DUZENTOS E DEZ MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)
DATA DA ATA: 07/08/2013
VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.
ADESÃO AUTORIZADA POR: Oficio Nº 6.548/2014 – CGARC/DIRAD/FNDE

CANARANA-MT., 29 DE MAIO DE 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal de Canarana

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:D0CD2048

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO N° 063/2014

INSTITUI O USO DE CONTROLE DE FROTA PARA O EXERCICIO DE 2014.

LISU KOBERSTAIN, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º – Fica obrigatório o uso de controle de frota nos veículos, sob responsabilidade do Município de Chapada dos Guimarães, o controle de frota será o uso obrigatório das planilhas modelo em anexo, denominada (mapa a bordo).

Art.2º - Este Ato entra em vigor na data de sua, por afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 26 de maio de 2014.

LISU KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:03080739

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO N° 067/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR a Sra. ANDRELINA BURGO DA CONCEIÇÃO**,** para exercer o cargo de Secretária Municipal de Administração do Município.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 20 de maio de 2014.

LISÚ KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:7D1B373B

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO N° 68/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSORA JURIDICA.

LISU KOBERSTAIN, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR o Dra. FABIANA NASCIMENTO DE SOUZA**,** devidamente inscrito na OAB/MT sob o nº 17.829, para exercer o cargo de Assessora Jurídica do Município.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 28 de maio de 2014.

LISU KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:643D9D9E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE 3ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA/MT."

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:
Considerando a necessidade da Administração Pública Municipal em promover os cargos existentes no Plano de Cargos e Carreira e Salários,
Considerando a ordem rigorosa de classificação do Processo Seletivo Publico nº 001/2014, realizado pela Prefeitura Municipal de Claudia /MT,
CONVOCA:

Ficam convocados a partir de 29 de Maio de 2014, o candidato aprovado no processo Seletivo Publico 001/2014, abaixo relacionado, a comparecerem no departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Claudia- MT, no horário de expediente das 07:00 ás 13:00 horas, no prazo de 10 (dez) dias a conta da publicação dessa convocação, com a documentação e exames exigidos para serem contratados nos respectivos cargos:

002- ACS (Assentamento Keno):

Clas.	COD.	NOME	PNE
3	0000000000077	Juvenal da Silva	N

Claudia-MT, 29 de Maio de 2014.

JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:FDAAB1B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 049/2014

DATA: 28 DE MAIO DE 2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA – MT.

Excelentíssimo Sr. **JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 263/1996.
DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o **Conselho Municipal de Assistencia Social de Cláudia ,** Estado do Mato Grosso, os seguintes membros, por um periodo de dois anos, maio de 2014 a maio de 2016.

Representantes do Conselho Municipal da Criança e Adolescente
Titular: Maisa Cristiane Cesar Harmel
RG: 2200547-1 SSP/MT
CPF: 036.797.771-08
End: Rua: Epitácio Pessoa, 530

Suplente: Nair Rodrigues Perondi
RG: 1113769-0 SSP/MT
CPF: 010.543.861-88
End: Rua: Arthur Bernardes, 1352

Representantes do Lions Club
Titular: Walmi Rodrigues
RG: 706067 SSP/MT
CPF: 885.418.001-72885.418.001-72
End: Rua: Castelo Branco, 701

Suplente: Lourdes Sassi
RG: 970066 SSP-MT
CPF: 655.704.561-04655.704.561-04
End: Rua**:** Antônio João Ribeiro, 41

Representantes da Pastoral da Criança
Titular: Marilde Stermer
RG: 867697 SSP/MT
CPF: 893.290.031-53893.290.031-53
End: Rua: Arthur Bernardes, 1316

Suplente: Maclaine Núbia Konzen Feldhaus
RG: 12419680 SSP/MT
CPF: 896.012.111-87896.012.111-87
End: Rua: Jose de Mesquita, 1916

Representantes da Pestalozzi
Titular: Dilma Rodrigues
RG: 1586141-4 SSP/MT
CPF:006.449.611-20
End: Rua: Ferreira Mendes, 341

Suplente: Noeli Grigoletto Boreli
RG:1436953-2 SSP/MT
CPF: 001.384.071-18
End: Rua: Jose de Mesquita,455

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Jussarina Rodrigues de Oliveira
RG: 52.974.259-7 SSP/SP
CPF: 026.283.381-65
End: Rua Belem, quadra 13, lote 09, bairro: Cabo Manoel A. do Nascimento

Suplente: Derli Haubert
RG: 1623844-3 SSP/MT
CPF:009.873.021-59
End:Rua Campos Sales, 1703

Representantes da Secretaria de Finanças
Titular: Jorge Adão de Oliveira
RG: 51531493 SESP/PR
CPF: 725.782.979-91
End: Rua, Hermes da Fonseca, 552

Suplente: Everson Cesar Konzen
RG:1377774-2 SSP/MT
CPF: 945010251-15
End: Rua, Antônio João Ribeiro, 456

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Nelise Elisete Anderle
RG; 3721199-0 SSP/PR
CPF: 790.849.661-04790.849.661-04
End: Rua, Pedro Celestino, 776

Suplente: Suzana Broiano Duarte
RG: 764391 SSP/MT
CPF: 815.958.751-15815.958.751-15
End: Rua Floriano Peixoto, 440

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Karinne Naves Fagundes Figueiredo
RG:1014008-5 SEJSP/MT
CPF: 766.759.471-68
End: Rua Dom Aquino Correa, 1169

Suplente: Juvilde Maria Sganzerla
RG: 12 R 2-548-042 SSP/SC
CPF: 800.082.089-72
End: Rua Generoso Paes Lemes, 142

Art. 2º - Os Conselheiros do Conselho Municipal de Assistencia Social do Municipio de Cláudia – MT, nada pereceberão pela função, somente se responsabilizarão pelos atos praticados a partir da posse.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Call
Send SMS
Add to Skype
You'll need Skype CreditFree via Skype

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:E6C1548E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2014

DATA: 27 DE MAIO DE 2014

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER RECOMPOSIÇÃO SALARIAL AOS CARGOS EXISTENTES NA LEI COMPLEMENTAR 014/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo conceder recomposição salarial de 2,90% (dois, vírgula noventa por cento) para os cargos pertencentes ao Plano de Cargos Carreiras e Salários previstos na Lei Complementar 013/2013, exceto para os cargos previstos no Anexo III.

Art. 2º - Os anexos I, II, III, IV e VII da Lei Complementar 013/2013, passam a vigorar conforme disposto nesta lei.

Art. 3º - Em cumprimento aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar n° 101/2000, esta Lei é precedida de estimativa de impacto orçamentário e financeiro e de declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentária, bem como de adequação aos parâmetros financeiros da administração.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Maio de 2014.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os anexos I, II, III, IV e VII da Lei Complementar 013/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado De Mato Grosso, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Maio de 2014.

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:FDD82233

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 525/2014.

DATA: 27 DE MAIO DE 2014

SÚMULA: AUTORIZA A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE CONVÊNIO PARA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ORIENTAÇÃO E APRENDIZAGEM AO ADOLESCENTE DE CLÁUDIA- ACOOAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante convênio à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ORIENTAÇÃO E APRENDIZAGEM AO ADOLESCENTE DE CLÁUDIA-MT - ACOAC,** inscrita no CNPJ sob n.º 19.973.190/0001-51, com sede Rua Castelo Branco, n° 795 - Centro, Cláudia - MT.

Art. 2º - O valor do Convênio a ser celebrado entre as partes para o repasse dos recursos financeiros é de até R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) pagos em 08 (oito) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais) cada, pagas diretamente à beneficiária, nos meses de maio a dezembro de 2014, podendo ser antecipado os pagamentos caso haja disponibilidade financeira, na forma de convênio a ser celebrado entre as partes.

Art. 3º - Para atender as despesas de que trata o artigo anterior, fica autorizado poder executivo a abrir credito adicional suplementar no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para complementar a seguinte dotação orçamentária, constante no orçamento vigente para o presente exercício:

04.001.04.122.0004.2018.3350.41.00.00.00 – Contribuições R$ 40.000,00

Art. 4º - Para cobrir o crédito adicional suplementar da presente Lei, serão atualizados de acordo com o inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, os resultantes da anulação parcial conforme discriminado abaixo:

10.001.18.122.0023.1012.3390.39.00.00.00 – Outros Serv. De Terceiros – PJ R$40.000,00

Art. 5° - Os recursos financeiros que dispõe esta lei serão destinados para ajuda na manutenção dos diversos serviços da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ORIENTAÇÃO E APRENDIZAGEM AO ADOLESCENTE DE CLÁUDIA-MT - ACOAC e deverão ser depositados em Conta Bancária específica.

Art. 6º - A Associação favorecida por esta Lei deverá apresentar o Plano de Trabalho, onde se evidencie a aplicação dos recursos.

Art. 7º - A Associação deverá prestar contas à Prefeitura Municipal da aplicação dos recursos ora autorizados até 31/12/2014, instruída com os seguintes documentos:

a) Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Contas.
b) Balancete Financeiro.
c) Extrato Bancário de Conta Especial e Conciliação de Saldo se houver.
d) Xerocópias dos documentos suportes de despesa.
e) Declarações do lançamento contábil, ratificando o ingresso dos valores, na receita orçamentária da entidade.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada, sendo que cópia da prestação de contas deverá ser encaminhada ao legislativo municipal para acompanhamento.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado De Mato Grosso, aos 27 (Vinte e sete) dias do mês de Maio de 2014.

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:C5B6EE10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 526/2014.

DATA: 27 DE MAIO DE 2014

SUMULA: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO EXERCÍCIO FINANCEIO DE 2014, NO VALOR DE ATE R$ 298.470,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional Especial no orçamento financeiro de 2014, no valor de até R$ 298.470,00 (duzentos e noventa e oito mil quatrocentos e setenta reais), para atender as seguinte dotação orçamentária.

08-SECRETARIAMUN.OBRASESERVICOSPUBLICOS
08.001-GABINETEDOSECRETARIO
08.001.15-URBANISMO
08.001.15.45108.001.15.451-INFRA-ESTRUTURAURBANA
08.001.15.4510015-INFRAESTRUTURAASERV.DODESENVOLVIMENTODOMUNICIPIO
08.001.15.451.0015.1.155-SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE VIAS PUBLICAS
08.001.15.451.0015.1155.449051.00.00– OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 298.470,00

Art. 2º Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a reduzir do orçamento vigente, com base na Lei 4.320/64, art. 43º, parágrafo 1º, inciso III, o valor de até R$ 298.470,00 (duzentos e noventa e oito mil quatrocentos e setenta reais), da seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.001 – Gabinete do Sec. Fundo Municipal de Educação
05.001.12 – Educação
05.001.12.36105.001.12.361 – Ensino Fundamental
05.001.12.361.0018 – Educação Básica de Qualidade
05.001.12.361.0018.2033 – Manut. e Encargos com Atividades da Educação
05.001.12.361.0018.2033.3190.11.00.00.00 – Venc. e Van. Fixas– Pessoal Civil R$ 270.000,00
05.001.12.361.0018.2033.3190.13.00.00.00 – Obrigações Patronais R$ 28.470,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado De Mato Grosso, aos 27 (Vinte e sete) dias do mês de Maio de 2014.

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:55CB1A94

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: TRANSPORTE LEANE LTDA - EPP
OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes acima identificadas, de comum acordo, resolvem alterar o disposto na Cláusula Primeira, referente ao objeto e Cláusula Terceira, correspondente ao Valor e Condições de Pagamento do Contrato original de Prestação se Serviços de Transporte Escolar nº 013/2014
VIGENCIA: 01/06/2014 a 31/12/2014
Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:1AAFFB34

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2014

A Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal de Colniza, no exercício das atribuições que lhe confere o **Decreto nº 241/GP/2014** torna publico, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **11/06/2014, as 08h30min** na sala de licitação no endereço: Avenida Tarumã, 116 – Centro - Colniza/MT, o recebimento, da documentação, propostas e a abertura dos envelopes relativos ao Pregão Presencial - **SRP Nº 021/2014**, tendo como objeto o **REGITRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE VT'S, JORNAL INFORMATIVO E REVISTA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DIVULGAÇÃO DE MATERIAS, OFICIOS, VT`S PUBLICITÁRIOS, E ENTREVISTA NO JORNAL LOCAL (AO VIVO), AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E AQUISIÇÃO MOTOCICLETAS,** para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Colniza por um período de 12 (doze) meses. O Edital e seus Anexos estão à disposição no endereço acima citado e no e-mail: **licitacao.colniza@hotmail.com,** onde poderá ser consultado gratuitamente de segunda à sexta das **08h00min** às **12h00min e 14h00min ás 17h00min hs,** e/ ou adquirido mediante o recolhimento da **DAM** referente a taxa de custos administrativos da confecção do edital no valor de **02 (duas) UFM,** até o segundo dia útil antes da data da abertura.

Colniza - MT, em 26 de maio de 2014.

CRISTIANE P. DE SOUZA SANTOS DORNELES
Pregoeira oficial
DECRETO N° 241/GP/2014

Publicado por:
Taniclaer Freitas da Silva
Código Identificador:2FF8CD7C

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2014

A Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal de Colniza, no exercício das atribuições que lhe confere o **Decreto nº 241/GP/2014,** torna publico, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **12/06/2014, às 14h30min** horas na sala de licitação no endereço: Avenida Tarumã, 116 – Centro - Colniza/MT, o recebimento, da documentação, propostas e a abertura dos envelopes relativos ao Pregão Presencial - **SRP Nº 022/2014**, tendo como objeto o **REGITRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM URBANA,** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento de Colniza. O Edital e seus Anexos estão à disposição no endereço acima citado e no e-mail: **licitacao.colniza@hotmail.com,** onde poderá ser consultado gratuitamente de segunda à sexta das **08h00min** às **12h00min e 14h00min ás 17h00min,** e/ ou adquirido mediante o recolhimento da **DAM** referente a taxa de custos administrativos da confecção do edital no valor de **02 (duas) UFM,** até o segundo dia útil antes da data da abertura.

Colniza - MT, em 29 de maio de 2014.

CRISTIANE P. DE SOUZA SANTOS DORNELES
Pregoeira oficial
Dec. n° 241/GP/2014

Publicado por:
Taniclaer Freitas da Silva
Código Identificador:DC571B93

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2014

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 019/2014

VALIDADE: 12 (Doze) Meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, podendo ser prorrogada na forma da lei.

OBJETO: REGITRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA (CARGA DE 13 KG), (CASCO) DE BOTIJÕES VAZIOS, AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS, para o tratamento de água do **(DAE) Departamento de Água e Esgoto e AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (VENENO E SACOLINHAS),** para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Colniza por um período de 12 (doze) meses**.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados nas tabelas abaixo:
LOTE 01

EMPRESA: E. C. LUCIO & CARDOSO LTDA - ME

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇAO DO PRODUTO	VALOR UNT	TOTAL
01	2.340	UN	RECARGA DE GAS DE COZINHA (CARGA 13 KG)	R$ 71,00	R$ 166.140,00
02	223	KG	BOTIJÕES VAZIOS PARA GAS DE COZINHA	R$ 160,00	R$ 35.680,00
VALOR TOTAL 201.820,00					

LOTE 02

EMPRESA: S. L. ALBA PISCINAS – ME

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇAO DO PRODUTO	VALOR UNT	TOTAL
01	2.600	KG	HIPLOCLORITO DE CALCIO	R$ 15,00	R$ 39.000,00
02	23.000	KG	SULFATO DE ALUMINIO	R$ 2,50	R$ 57.500,00
03	03	LT	ORTOLIDINA	R$ 610,00	R$ 1.830,00
VALOR TOTAL 98.330,00					

FICANDO DESERTO O LOTE:

LOTE 03

SECRETARIA DE AGRICULTURA

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇAO DO PRODUTO
01	800	LTS	HERBICIDA SISTEMICO (1 LITRO)
02	80	CX	INSETICIDA PIRETROIDE (CX C/ 20 ENVELOPES)
03	800	UN	CUPINICIDA FRASCO (100ML)
04	120	PC	RATICIDA (PCT. 01 KG)
05	1000	LT	HERBICIDA SISTEMICO (5 LITROS)
06	120	CX	INSETICIDA PIRETROIDE (CX C/20 ENVELOPES)
07	130	UN	ADUBO NPK 20-5-20
08	60	LT	INSETICIDA (1 LITRO)
09	300	LT	HERBICIDA LEGUMINOSA (5 LITROS)
10	500	LT	HERBICIDA PARA GRAMINEAS (1LITRO)
11	100	KG	SEMENTE DE GRAMA BATATAIS
12	150.000	UN	SACOLAS DE MUDAS DE CACAU 16X40
13	150.000	UN	SACOLAS PLAST. CAFE 15X8 6M
14	50	MI	SACOLAS 18X28
15	100	UN	HERMICIDA SISTEMICO. FOLHA ESTREITA (05 LITROS)
16	100	UN	HERMICIDA SISTEMICO FOLHA LARGA (05 LITROS)

Colniza - MT, em 29 de maio de 2014.

CRISTIANE P. DE S. SANTOS DORNELES
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Taniclaer Freitas da Silva
Código Identificador:86FCAA00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 032/2014 DE 29/05/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** a servidora **IVANIR MENDES RODRIGUES,** Oficial Legislativo, lotada no cargo comissionado de Diretora Administrativa, **no período de 01 a 30 de julho de 2014**, referente ao período aquisitivo de 17/07/2012 a 17/07/2013.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:DC6116CF

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 031/2014 DE 27/05/2014

Jeferson Ferreira Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,
Considerando a necessidade de definir carga horária de trabalho dos servidores do Poder Legislativo Municipal, conforme estabelece o art. 41 da Lei Municipal nº 1.257/2010 de 29/06/2014.
Considerando a necessidade de atender os trabalhos das duas Sessões Ordinárias mensais, as quais se realizam no período noturno, fora do horário normal de expediente da Casa Legislativa.

R E S O L V E

Art. 1º. **DEFINIR** a carga horária oficial de trabalho dos servidores da Câmara Municipal em 30 (trinta) horas semanais, em turno único de 06 (seis) horas diárias.
Art. 2º. ESTABELECER compensação de horário nas atividades do Poder Legislativo, reduzindo 30 (trinta) minutos – meia hora, na carga horária diária, diminuindo 02 (duas) horas e 30 (trinta) minutos por semana, totalizando 10 (dez) horas mensais, **DEFININDO** o **EXPEDIENTE da Câmara Municipal de segunda a sexta-feira, no horário de 07h30min as 13h00min.**
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:88708007

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO
Nº 034/2014
A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 29/05/2014 às 08:00 horas, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS - EDITAL n° 034/2014, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, POR LOTE SOBRE A TABELA CMED/ANVISA, PARA ATENDER A FARMÁCIA BÁSICA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COMODORO**, consagraram-se vencedoras as empresas licitantes: **Pires Rocha & Avila Cuba Ltda – ME e Fagundes de Oliveira e Cia Ltda - ME.**

Comodoro – MT, 29 de maio de 2014.

MARIA APARECIDA CAVALCANTI DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:46B18E53

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 010/2014

De: 29.05.2014

MARLISE MARQUES MORAES, Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados classificados e aprovados no Concurso Público Municipal, para comparecerem junto a Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar os documentos exigidos para a efetiva nomeação na função em conformidade com os Editais Complementares n.ºs **024**, de 17 de abril de 2014, **027**, de 02 de maio de 2014 e **029**, de 09 de maio de 2014 e Decreto de Homologação n.º 036, de 09 de maio de 2014, para os cargos de:

CONTADOR

Nome	Classificação
Gustavo André Rocha	01º Lugar

ENGENHEIRO CIVIL

Nome	Classificação
Luiz Wagner Freitas de Arruda Júnior	01º Lugar

OUVIDOR

Nome	Classificação
Mikael da Costa Ferreira	01º Lugar

PROCURADOR JURÍDICO

Nome	Classificação
Rodrigo Rodrigues Peres	01º Lugar

Art. 2º. Os documentos para a Nomeação e Posse de cada candidato deverão ser apresentados conforme consta do item 7.4, do Edital n.º 001, de 09 de setembro de 2011, do Concurso Publico.

Art. 3º. O não comparecimento no período de 30(trinta) dias, contados a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga.

Gabinete da Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias do mês de maio de 2014.

MARLISE MARQUES MORAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carla Beatriz Guandalini
Código Identificador:6C99EC28

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2014

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 039/2014 Pregão Presencial 022/2014, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa especializada para registro de preços para prestação de serviços de exames médicos admissionais, demissionais e perícias em servidores municipais a seguinte empresa Med Trab Ltda. – ME, no valor global de R$ 175.500,00.
Confresa 28/05/2014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:7AA08150

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 025/2014

DECLARA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO DR. LAURO TARCÍSIO PRESTES DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o falecimento do Dr. Lauro Tarcísio Prestes de Oliveira, médico de reconhecidos trabalhos prestados no Município de Confresa, ocorrido nesta data;

CONSIDERANDO que a Municipalidade deverá prestar suas homenagens ao nobre médico, pela inestimável contribuição a esta comunidade, ao longo de vários anos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado, com profundo pesar, luto oficial por três dias, em virtude do falecimento do Dr. Lauro Tarcísio Prestes de Oliveira, honrado médico do Município de Confresa.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Confresa, em 28 de maio de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Moreira da Silva
Código Identificador:1EDF703C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2014

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2014, que tem como objeto o registro de preços para aquisição de pneus novos, câmaras de ar, protetores de pneus e serviços de duplagem, recauchutagem e recapagem de pneus de veículos de diversas secretarias, de fornecimento parcelado, teve como vencedora as empresas FISCHER & CIA LTDA., por apresentar menor valor para os itens/cód. (23801, 38348, 38389, 38387, 38351, 38390, 38352, 38350, 38388, 2591, 38396, 15982, 35711, 38375, 38342, 38374, 35647, 35473, 38344, 38385, 38383, 38343, 38347, 38345, 38346, 38384) de R$ 106.062,00 (cento e seis mil sessenta e dois reais), a empresa HANNELIESE REITER PATTIS EPP, por apresentar menor valor para os itens/cód.(15573, 38355, 27337, 9715, 38403, 21579, 21580, 38379, 10380, 10381, 21575, 38404, 38360, 27340, 16635, 38373) de R$ 126.431,00 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e um reais), a empresa PNEUS VIA NOBRE LTDA, por apresentar menor valor para os itens/cód.(20647, 27336, 38380, 38378, 27339, 24775, 38381, 23574, 33283, 35303, 9721, 29456, 6216, 10363, 14434, 38358) de R$ 120.800,00 (cento e vinte mil oitocentos reais) e a empresa SHEKINAH COM. IMP. E EXP. DE PNEUMATICOS LTDA EPP, por apresentar menor valor para os itens/cód.(3588, 24128, 4878, 23576, 9714, 9717, 5656, 10373, 3373, 10377 e 10372) de R$ 136.759,00 (cento e trinta e seis mil setecentos e cinquenta e nove reais) no objeto licitado.

Conquista D' Oeste, 29 de Maio de 2014.

ERONALDO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
Pregoeiro

Publicado por:
Eronaldo Mendes Teixeira Junior
Código Identificador:2E2C9C5B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE SUSPENSÃO 0032014

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG952035-7/2013
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
Regido pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes, Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei Complementar n.º 192/2009.
Órgão - **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**
Objeto - **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de materiais permanentes/ hospitalares** (eletrodomésticos, móveis hospitalares, equipamentos e materiais médicos hospitalares, materiais hospitalares diversos, equipamentos e assessórios de informática, moveis diversos e veículo.) para melhor estruturação das Unidades Básicas de Saúde.
Data da Abertura: 29/05/2014 - Horário: 09h00min (NOVE horas) – Fuso Horário da Capital MT
Local - O Pregão Presencial será realizado em sessão pública, na Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá -Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 – Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.
Informação - LICITAÇÃO SUSPENSADEVIDO IMPUGNAÇÃO

VALDIR PEREIRA SILVA
Pregoeiro Oficial

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor de Compras e Licitações

ELIANE PAULA DA SILVA
Secretário de Planejamento e Finanças em Exercício

Data da Assinatura: 28/05/2014

Publicado por:
Valdir Pereira Silva
Código Identificador:7A89AE7F

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO LICITAÇÃO 012 2014

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 012/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG976918-0/2014
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
Regido pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes, Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei Complementar n.º 192/2009.

Órgão:	**Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU**
Óbjeto:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/EIA E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL/RIMA RELACIONADOS AO SISTEMA DE TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE SAÚDE.**
Data da Abertura: 30/06/2014	**Horário: 09:00min (NOVE HORAS) – Fuso Horário da Capital - MT**
Local:	A Concorrência será realizado em sessão pública, na Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá -Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 – Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT
Endereço para retirada do Edital	O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Cuiabá, por meio do endereço: www.cuiaba.mt.gov.br, na opção "Serviços", no link "Licitações" – Ano 2014.

Presidente Comissão:

VALDIR PEREIRA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação

Diretor:

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor de Compras e Licitações

Secretário:

ELIANE PAULA DA SILVA
Secretária de Planejamento e Finanças
Em Exercício

Data da Assinatura: 29/05/2014

Publicado por:
Valdir Pereira Silva
Código Identificador:4F0D9AB6

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG1101366-3/2014
Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano-SMASDH

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Móveis, para estruturação das Unidades de Atendimento Assistencial que fazem parte da rede de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de

Assistência Social e Desenvolvimento Humano, de acordo com as condições e especificações constantes no edital e seus anexos.
Informações/Contato: Tal suspensão se dá para que haja tempo hábil para responder impugnações e para readequações no edital. Diretoria de Compra e Licitações /Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2014

MAGDA ROSSI
Pregoeiro Oficial

Visto:
JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor Compra e Licitações

ELIANE PAULA DA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento e Finanças em exercício

Cuiabá/MT, 27 de maio 2014.

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:4F4F51CB

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2014
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG959155-3/2013)
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- SMF
Objeto: aquisição de uma central telefônica para instalação junto ao setor do ISSQN, para atendimento aos contribuintes e para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda**,** conforme condições e especificações constantes no edital e seus anexos;
Data/Horário: 10/06/2014 ás 09:00 (nove horas) – Fuso Horário da Capital.
Informações/Contato: Diretoria de Compra e Licitações /Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF - Fone: 6345-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2014

Cuiabá/MT, 28 de maio de 2014.

MAGDA ROSSI
Pregoeira

Visto:

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor Compra e Licitações

ELIANE PAULA DA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento e Finanças em exercício

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:7C626587

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2014
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG954674-4/2013)
O Município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, torna público para conhecimento dos interessados, que conforme ofício nº CAF/SMTU/Nº 416/2014 emitido pelo Sr. Secretário ANTENOR DE FIGUEIREDO NETO, Secretário Municipal de Transito e Transporte Urbano, que REVOGOU a Tomada de Preço 001/2014, cujo objeto é contratação de Empresa Especializada para Realização dos Serviços de Implantação de Conjuntos Semafóricos com fornecimento de Equipamentos, Mão de Obra, Materiais necessários para a execução da sinalização semafórica no município de Cuiabá -MT conforme especificação do edital e seus anexos, em amparo no artigo 49 da Lei 8.666/93, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente.

ELIANE PAULA DA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento e Finanças em exercício

Cuiabá/MT, 28 de maio de 2014.

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:421A4031

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 333 DE 27 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL EM NÍVEL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar nº 072/2013 de 16 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Progressão funcional em nível para a servidora **ROSILENE ROSSIN CARNEIRO,** efetiva no cargo de **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, admitida em 16/05/2011 para o **NÍVEL II** (03 a 06) anos, conforme previsto no Artigo 48 da Lei Complementar 072/2013.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de maio de 2014.

ELI SANCHEZ ROMÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Gaio
Código Identificador:33A5B37E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 334 DE 27 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar nº 040 de 21 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Promoção de Classe para o servidor **JANES BARBOSA DE MELO,** efetivo no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, admitido em 24/05/2014, para a **CLASSE B** (03 a 06) anos**,** conforme previsto no Artigo 16 da Lei Complementar 40/2009.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de maio de 2014.

ELI SANCHEZ ROMÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Gaio
Código Identificador:C1463D5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 335 DE 27 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar nº 040 de 21 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Promoção de Classe para o servidor **ALESSANDRO LONGHI,** efetivo no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, admitido em 16/05/2011 para a **CLASSE B** (03 a 06) anos**,** conforme previsto no Artigo 16 da Lei Complementar 40/2009.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de maio de 2014.

ELI SANCHEZ ROMÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Gaio
Código Identificador:8A3CD15C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 336 DE 27 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar nº 040 de 21 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Promoção de Classe para o servidor **VALMIR REZENDE DE SANTANA,** efetivo no cargo de **VIGIA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, admitido em 02/05/2002 para a **CLASSE E** (12 a 15) anos**,** conforme previsto no Artigo 16 da Lei Complementar 40/2009.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de maio de 2014.

ELI SANCHEZ ROMÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Gaio
Código Identificador:6DB98FB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 032/2014

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de PROFESSOR, Contratada: NELMA DOS SANTOS; Salário Mensal: R$ 1.272,98; Vigência: 21/05/2014 a 21/08/2014; Lotação: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Publicado por:
Simone Gaio
Código Identificador:04A00FBA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 096-14

PORTARIA N.º 096/2014.

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE **DENISE/MT**, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/Empresa **ARTEZOR TONIOLO JUNIOR** – CPF: **019.900.089-17**, **Contrato: 025/2014, Objeto:** Contratação de profissional qualificado no ramo de Engenharia para a elaboração do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio para o evento denominado Festival de Música "A Cidade se Diverte II", a ser realizado nos dias 03 e 06 de Maio de 2014 na Praça Brasília/Ave Brasil, Centro, na Cidade de Denise/MT.

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO,** CPF: 732.746.581-20.

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **29/04/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **29/04 a 06/05/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, 29 (vinte e nove) de Abril de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:00124AB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO CONSELHEIRA

Convocação

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Denise – MT, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal N° 562/2010 de 17 de março de 2010, Convoca Candidata aprovada no processo seletivo N°001/2009 realizado no dia 13/12/2009 para assumir cargo de Conselheira Titular no prazo de 15 dias a partir de 28 de maio de 2015.

CANDIDATA CONVOCADA PARA ASSUMIR CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DE DENISE – MT.
Daiane Alves de Almeida, portadora do CPF N° 024.684.581-33

Será considerada desistência perdendo a respectiva vaga, caso a candidata aprovada não se apresente no prazo fixado por esta convocação, sendo convocado neste caso o candidato classificado na colocação subseqüente.

Denise – MT, 28 de Maio de 2014.

LOURDES FURLAN DE MORAES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Paulo Cezar Oliveira Mendes
Código Identificador:6791AD51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 092-14

PORTARIA N.º 092/2014.

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE **DENISE/MT**, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/Empresa **LUCIMARA NICOLAU FERREIRA – CPF: 158.771.218-04 Contrato: 021/2014, Objeto:** Prestação de serviços como Coordenadora do Programa ACESSUAS – Nivel Médio, no Município de Denise – MT.

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO,** CPF: 732.746.581-20.

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **01/04/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **01/04 a 31/12/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, 15 (quinze) de Abril de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:F6C8D362

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 093-14

PORTARIA N.º 093/2014.

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/Empresa **ROSEANE DOS SANTOS SILVA -** CPF n.º **034.704.251-16**, **Contrato: 022/2014, Objeto:** Prestação de Serviços como **Coordenadora do Programa ACESSUAS – Nível Médio**, no Município de Denise/MT.

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO,** CPF: 732.746.581-20.

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **01/04/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **01/04 A 30/04/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, 15 (quinze) de Abril de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:B968C14A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 094-14

PORTARIA N.º 094/2014.

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e

o (a) Senhor (a)/Empresa **Daniel Marcus Zanini – EIRELI –** CNPJ: 15.457.692/0001-79, **Contrato: 023/2014, Objeto:** Show Musical no 32º Aniversário do Município de Denise, com a da cantora conhecida artisticamente como "**JAMILY**", para cumprir uma Apresentação Musical no dia 04/05/2014.

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO,** CPF: 732.746.581-20.

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **28/04/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **28/04 A 04/05/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, 28 (vinte e oito) de Abril de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:E6C116D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 095-14

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE **DENISE/MT**, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DESUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislaçã
o vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/Empresa **V. FERRI PRODUÇÕES ARTÍSTICA – EPP** – CNPJ: **07.778.669/0001-58**, **Contrato: 024/2014, Objeto:** Contratação de empresa capacitada para prestar serviço de: locação de palco, sonorização, iluminação, serviço de animação com banda, para comemoração do 32º aniversário do município e o 2º festival de música – a cidade se diverte ii - na data de 02/05/2014 à 06/05/2014, com todas as despesas incluídas no valor apresentado na proposta bem como, hospedagem, alimentação, transporte de equipamentos, equipe para montagem e desmontagem da estrutura incluindo equipe técnica.

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO,** CPF: 732.746.581-20.

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **28/04/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **28/04 A 07/05/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, 28 (vinte e oito) de Abril de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:72833A91

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE -REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO- (CISCN)
EXTRATO DE CONTRATO 028/2014 - CISCN

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Sr. Juviano Lincoln, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente contrato realizado pelo CISCN – CONTRATADO: **MANOEL GONÇALVES DA SILVA ME – MED SINTESE COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES,** CNPJ 04.876.443/0001-00; OBJETO: **"Aquisição de Artigos Médicos e Ortopédicos - Órteses e Próteses"**; VALOR DO CONTRATO: 49.998,53 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos) a serem pagos conforme demanda, para o período de 28/MAI/2014 a 31/DEZ/2014.

JUVIANO LINCOLN
Presidente do Consórcio

Publicado por:
Elaine Cristina Soares
Código Identificador:DD89A989

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO N° 051/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO
RESCISÃO DO CONTRATO Nº 051/2013 – ASS: 30/05/2014 – Contratado: **SRA**. **LUCIENE ARAUJO ALVARES MARCONDES,** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA, ATUANDO NA NORMATIZAÇÃO DO SETOR DE TRIBUTOS NO QUE SE REFERE A CONFECÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE LANÇAMENTO, ISENÇÕES, ANISTIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E DAS AÇÕES DE EXECUÇÕES FISCAIS, PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE COBRANÇA E APLICAÇÃO DE PENALIDADES TRIBUTÁRIAS, ACOMPANHAMENTO DA FASE ADMINISTRATIVA E JUDICIAL DAS EXECUÇÕES FISCAIS, ELABORAÇÃO DE PARECERES, MINUTAS, PROJETOS DE LEIS, DECRETOS, REFERENTES A TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO, COM DISPONIBILIDADE DE HORÁRIOS DE 04 (QUATRO) HORAS DIÁRIAS OU 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, PRESTADOS NA SEDE DA CONTRATANTE.**
A rescisão é regida pelo Art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.
DIAMANTINO /MT em 30 de Maio de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal**.**

Publicado por:
Kelly Luana de Souza Castrão
Código Identificador:DC3CE1B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 056/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino-Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município e,
DECRETA:
Art. 1º - Fica exonerada conforme Notificação do Secretário Municipal de Educação e Cultura em 13 de maio de 2014 e publicado em 14 de maio de 2014:
MIRIAN APARECIDA BATISTA DE SENNA, nomeada para o cargo de TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, pelo Decreto Municipal 039/2007, com posse em 08 de março de 2007.
Art. 2° – Este Decreto entra em vigor na data de assinatura.

Diamantino, 23 de maio de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adelia Maria dos Santos
Código Identificador:52B3386F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 035/2014

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que **PRORROGOU** a licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por lote", para o dia **11/06/2014** às **08h00min**, cujo objetivo é: **Registro de preço para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 29 de Maio de 2014.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:AFA83DB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 030/2014

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 030/2014, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT,** onde se sagrou vencedora a empresa **CIRURGICA GONÇLAVES LTDA ME,** CNPJ: 15.371.628/0001-70, em todos os lotes, totalizando **R$ 25.006,80** (Vinte e cinco mil e seis Reais e oitenta centavos).

Diamantino - MT, 20 de Maio de 2014.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:3428E4CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESOLUÇÃO Nº 07 DE MAIO DE 2014

O Conselho Municipal de Saúde de Diamantino Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Nº 126/94 e alterado pelas Leis 141/06 e 619/06 de 14 de Março de 1994: Considerando o artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, Lei Municipal Nº 126/94 no seu Artigo 5º Parágrafo III.
Resolve:

Artigo 1º. Substituir do Conselho Municipal a representação da Pastoral da Criança: Eliza Maria de Moares (Titular) Irenilda Almeida Silva (Suplente)

Artigo 2º. Empossar no Conselho Municipal de Saúde representando a Pastoral da Criança: Madalena Ferreira (Titular) Rosilene Pereira Gama (Suplente)

Artigo 3º. Esta Resolução entrará em vigor a partir da data da sua assinatura Registrada, Publicada, Cumpra-se
Diamantino, 30 de Maio de 2014

Vanessa Califane M. Catunda
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 07 de 30 de Maio de 2014 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

ITAMAR MARTINS BONFIM
Secretário Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Publicado por:
Maria Carolina da Silva Dias
Código Identificador:4DF9D32B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 042/2014

CONTRATO Nº 042/2014
REFERENTE PR 009/2014
CONTRATADO: PALAMONI & PALAMONI LTDA-ME
OBJETO : Constitui objeto deste instrumento a contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços continuados com a finalidade de transportes de pacientes, com tratamento na Capital do Estado – Cuiabá e no município Polo da Região Sul – Rondonópolis, para atender a Secretária Municipal de Saúde,.
DATA: 29/05/2014
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses contados da data da ordem de serviço, podendo ser prorrogado de acordo com as necessidades e interesse público, de comum acordo entre as partes, mediante aditivo contratual, conforme determina a Lei
VALOR R$: R$ **139.260,00 (cento e tinta e nove mil, duzentos e sessenta reais)**

DOM AQUINO – MT., 29 DE MAIO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:4892A5E7

LICITAÇÃO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIA Nº 012/2014

Órgãos: Secretaria de Administração e Secretaria de Educação
Identificação: Pregão SRP nº 012/2014
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 25/06/2014
Horário: Credenciamento às 08h30min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso)
Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n. º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).
Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com licitacaopmda@hotmail.com

Dom Aquino-MT, 29 de maio de 2014.

WANUSA SOARES ALVES
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:E1B14156

LICITAÇÃO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIA Nº 013/2014

Órgãos: Departamento de Água e Esgoto
Identificação: Pregão SRP nº 013/2014
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de serviços de licenças das outorgas de 4 poços do DAE, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 26/06/2014
Horário: Credenciamento às 08h30min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso)
Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n. º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).
Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com licitacaopmda@hotmail.com

Dom Aquino-MT, 29 de maio de 2014.

WANUSA SOARES ALVES
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:C98B17B9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 062/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.
CONTRATO Nº: 062/2014
DATA ASSINATURA: 08 DE MAIO DE 2014
CREDOR: FERNANDO ELIAS SCHWAB-MEI
VIGENCIA: 08 DE MAIO DE 2015
VALOR: R$ 75.190,00 (SETENTA E CINCO MIL, CENTO E NOVENTA REAIS)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 017/2014 REGISTRO DE PREÇOS 015/2014
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS NO PREPARO DE LANCHES PARA AS CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS NA CASA LAR, IDOSOS PARTICIPANTES DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA 3ª IDADE E SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:2C4BCE56

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 063/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.
CONTRATO Nº: 063/2014
DATA ASSINATURA: 05 DE MAIO DE 2014
CREDOR: CONSTRUTORA FELIZ LTDA - ME
VIGENCIA: 02 DE SETEMBRO DE 2014
VALOR: R$ 136.537.61 (CENTO E TRINTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS).
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PSF I

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:613B7D12

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 064/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.
CONTRATO Nº: 064/2014
DATA ASSINATURA: 08 DE MAIO DE 2014
CREDOR: JOSÉ MARGREITER – ME
VIGENCIA: 08 DE MAIO DE 2015
VALOR: R$ 99.990,00 (NOVENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2014
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:A04727B7

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 065/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 065/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.
CONTRATO Nº: 065/2014
DATA ASSINATURA: 08 DE MAIO DE 2014
CREDOR: PNEUS VIA NOBRE LTDA
VIGENCIA: 08 DE MAIO DE 2015
VALOR: R$ 96.180,00 (NOVENTA E SEIS MIL, CENTO E OITENTA REIAS)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2014
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:EE3C180C

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 066/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 066/2014
DATA ASSINATURA: 09 DE MAIO DE 2014
CREDOR: G. LANZARINI – ME
VIGENCIA: 09 DE JANEIRO DE 2015
VALOR: R$ 21.480,00 (VINTE E UM MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS)
LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº. 004/2014
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA VISANDO A APURAÇÃO E MONITORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS VALORES DE ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL) E DE ITBI (IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS E IMÓVEIS) NO MUNICIPIO DE FELIZ NATAL

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:247CC17B

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 0672014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.
CONTRATO Nº: 067/2014
DATA ASSINATURA: 12 DE MAIO DE 2014
CREDOR: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.
VIGENCIA: 12 DE MAIO DE 2015
VALOR: R$ 40.656,53 (QUARENTA MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DESTA MUNICIPALIDADE.

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:58CBBE63

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 0682014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 068/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT
CONTRATO Nº: 068/2014
DATA ASSINATURA: 14 DE MAIO DE 2014
CREDOR: ERISVAN ARAUJO LIMA - MEI
VIGENCIA: 14 DE MAIO DE 2015
VALOR: RECEBERÁ A CONTRATADA O VALOR DE CADA SERVIÇO REALIZADO, CONFORME PREÇO REGISTRADO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014/REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2014
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014 REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2014
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE E COLOCAÇÃO DE GRAMA EM CANTEIROS CENTRAIS DE AVENIDAS, PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:0D371233

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 069/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 069/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT
CONTRATO Nº: 069/2014
DATA ASSINATURA: 14 DE MAIO DE 2014
CREDOR: ANGELIN ROSA - MEI
VIGENCIA: 14 DE MAIO DE 2015
VALOR: RECEBERÁ A CONTRATADA O VALOR DE CADA SERVIÇO REALIZADO, CONFORME PREÇO REGISTRADO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014/REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2014
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014 REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2014
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES EM CANTEIROS CENTRAIS DE AVENIDAS, PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:302624E2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
CONCURSO PUBLICO NO 01-2014 - EXTRATO DO EDITAL COMPLEMENTAR NO 04-2014

ESTADO DE MATO GROSSO – CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE – MT

ESTADO DE MATO GROSSO – CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE – MT – CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2014 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 04/2014 – A Presidente da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público nº. 01/2014, tornam público o Edital Complementar nº. 04/2014 que divulga o horário e local da realização das provas objetivas. O Edital Complementar nº. 04/2014, se encontra na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT e no endereço eletrônico www.figueiropolisdoeste.mt.leg.br a partir desta data.

Publicado por:
Divino Ferreira da Costa
Código Identificador:B0AD8E30

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

A Prefeitura de General Carneiro torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores e pelo Decreto Municipal 12/2009 de 19/05/2009, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial tipo Menor preço, para Contratar empresa no ramo de **Transporte Escolar,** do tipo menor Preço por Rota.
A abertura das propostas será realizada em 11/06/2014, a partir das 09:00 horas, na sala de Licitação da Prefeitura de General Carneiro, a Av. Dr. João Ponce de Arruda, s/n Centro, General Carneiro-MT.
Mais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado com a equipe de apoio ou pelo telefone (66) 3416-1215. Os interessados poderão retirar o Edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, mediante Registro de Cadastro (RC).

ILDEBRANDE ALVES BARCELOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Renato Silva Vilela
Código Identificador:AD173DA3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pelo Decreto Municipal Nº 588/2014, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02 e Subsidiado pela Lei 8.666/93.

Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material permanente do tipo caminhão coletor e compactador de lixo com no mínimo 06 m3, todo revisado em bom estado de funcionamento, com no mínimo 150 CV, ano de fabricação no mínimo 2005, combustível à diesel, apresentar O Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em dia, para atender as necessidades eventuais do Município conforme Termo de Referência - Anexo I, REPUBLICA a Sessão para dia 10/06/2014, às 09 (nove) horas, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no endereço: WWW.gloriadoeste.mt.gov.br , da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT.

Glória D'Oeste – MT, 29 de Maio de 2014.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:43A6424C

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pelo Decreto Municipal Nº 588/2014, torna público aos interessados que está realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02 e Subsidiado pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de preçospara futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis estocáveis e perecíveis (carnes e derivados hortifrutigranjeiros e outros) para atender demanda dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Termo de Referência Anexo I. Início da Sessão: Dia 10/06/2014, às 10 (doze) horas, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT WWW.gloriadoeste.mt.gov.br, ou no paço municipal no horário de 07h às 13h. Maiores informações pelo telefone (65) 3275-1179.

Glória D'Oeste – MT,28 de Maio de 2014.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:4FB3B869

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
RGF ANEXO I - DESPESA COM PESSOAL PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio/2013 a Abril/2014

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	677.139,28	
Pessoal Ativo	677.139,28	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	677.139,28	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		677.139,28
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		21.717.831,02
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		3,12
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 6,00 %		1.303.069,86
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 5,70 %		1.237.916,37
Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE		

Publicado por:
Weldejaison Bonfim Costa
Código Identificador:936BA589

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 RETIFICA DATA FINAL PARA PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte – MT, no termo do item 18.2 do Edital de Abertura nº 001/2014, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;
Considerando a necessidade de adequação de alguns itens do Edital de Abertura nº 001/2014, para melhor atender às finalidades da Administração,
RESOLVE:
I – Informar aos candidatos inscritos no cargo de Agente Comunitário de Saúde do Processo Seletivo Público, que a data limite para pagamento do boleto referente à taxa de inscrição é o dia 09/06/2014, devido uma inconsistência de Sistema estava sendo impresso com a data de 30/06/2014.
II – Comunicar os candidatos que já imprimiram o Boleto com a data de vencimento errado 30/06/2014, os mesmos deverão acessar o site www.acpi.com.br na aba concurso e reimprimir o boleto com data de vencimento correto 09/06/2014.
III – Comunicar aos candidatos que os demais itens do Edital 001/2014 permanecem inalterados.
Ipiranga do Norte – MT, 28 de maio de 2014.

ALCIR LUIZ ROMANINI
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público 001/2014

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:E31EA191

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 015/2014

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n°. 200, centro – Itanhangá/MT, através de sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberta Licitação na Modalidade Pregão Presencial n°. 015/2014, tipo **menor preço por lote**, com finalidade para: **Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de veículos para diversas Secretarias do Município de Itanhangá (MT), conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo V).**Regem a presente licitação a Lei Federal 10.520/02, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **16 de Junho de 2014, às 09:00hrs** (nove horas), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá, quando os interessados deverão apresentar dois envelopes n°. 01 Proposta e n°. 02 Documentos. As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documentos, junto a Pregoeira, a partir das 09:00hrs (nove horas) do dia especificado acima. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, no site da prefeitura: WWW.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá-MT, 29 de Maio de 2014.

CAMILA BRUNA MORESCO
Pregoeira

Publicado por:
Camila Bruna Moresco
Código Identificador:038636F9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 014/2014

SÚMULA: "EXONERA O SERVIDORA CLAUDIA SIMARA MARTINS DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Exonerar a partir desta data o Sr(a). CLAUDIA SIMARA MARTINS DE OLIVEIRA ,portadora do RG 16196899 SSP/MT e inscrito no CPF 023.160.941-80 do cargo comissionado de Chefe de Departamento , lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba- MT, 03 de Fevereiro de 2014.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 03/02/2014 a 18/02/2014.

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:798F4C2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 027/2014

SÚMULA: "EXONERA O SERVIDOR WAGNER ANTONIO DO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Exonerar o Sr(a). WAGNER ANTONIO DO NASCIMENTO portador do RG 9077702661 SJS/RS e inscrito no CPF 813.352.100-91 do cargo Comissionado de Secretário Adjunto de Agricultura e Pecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Turismo, Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, a partir de 04/02/2014.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito do Ato retroativo a 04 de Fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba- MT, 14 de Fevereiro de 2014.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 17/02/2014 a 03/03/2014.

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:5042AF6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Através deste instrumento, fica rescindido o Contrato Temporário de Serviços Nº. **010/2014,** de 07 de Fevereiro de 2014, realizado entre a Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, inscrita no CNPJ de Nº. 03.238.961/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **Raimundo Zanon**, brasileiro, Casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 286369 SSI-SC, e do CPF nº. 296.605.569.34, residente e domiciliado na R. Francisco Carrara, 634, Centro, Cidade de Itaúba /MT, e a Srª. Rosileia Aparecida Quezini, solteira portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 6671919-7 SSP/PR e do CPF nº.029.259.959-50 residente neste Município de Itaúba /MT, doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.

Cláusula 1º - A Rescisão se faz por motivo Particulares
Cláusula 2º - A **CONTRATADO** receberá R$597,64 (Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Sessenta e Quatro Centavos) Pelo motivo do trabalho e do Contrato, sendo descontados os encargos sociais, conforme Recibo de Rescisão.

Por ser de acordo entre as partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Itaúba - MT, em 06 de Março de 2014.

RAIMUNDO ZANOM
Prefeito Municipal

ROSILEIA APARECIDA QUEZINI

Testemunhas:

CARINE CANDIDA BLOCK
CPF: 772.371.101-87

PATRICIA KELY JABLONSKI
CPF: 011.118.401-05

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:6DEC15B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Através deste instrumento, fica rescindido o Contrato Temporário de Serviços Nº. **017/2014,** de 07 de Fevereiro de 2014, realizado entre a Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, inscrita no CNPJ de Nº. 03.238.961/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **Raimundo Zanon**, brasileiro, Casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 286369 SSI-SC, e do CPF nº. 296.605.569.34, residente e domiciliado na R. Francisco Carrara, 634, Centro, Cidade de Itaúba /MT, e a Srª. Sirlei Anzolin Battisti, casada portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 3451775 SSP/SC e do CPF nº.025.591.759-75 residente neste Município de Itaúba /MT, doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.

Cláusula 1º - A Rescisão se faz por motivo Particulares
Cláusula 2º - A **CONTRATADO** receberá R$1.494,32(Um Mil e Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Trinta e Dois Centavos) Pelo motivo do trabalho e do Contrato, sendo descontados os encargos sociais, conforme Recibo de Rescisão.

Por ser de acordo entre as partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Itaúba - MT, em 20 de Março de 2014.

RAIMUNDO ZANOM
Prefeito Municipal

SIRLEI ANZOLIN BATTISTI

Testemunhas:

CARINE CANDIDA BLOCK
CPF: 772.371.101-87

PATRICIA KELY JABLONSKI
CPF: 011.118.401-05

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:45ED3950

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 79, DE 26 DE MAIO DE 2014.

Concede Licença Prêmio de Assiduidade aos servidores que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, aos servidores abaixo relacionados:

LUCIENE NOGUEIRA DE MELO, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de Auxiliar de Serviço Gerais, empossada em 28/02/2008, aprovada em Concurso Público, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses – **sendo o período de 19/09/2014 à 19/12/2014, referente ao período aquisitivo de 28/02/2008 à 28/02/2013.**

JOSIANE GOMES DE LIMA SILVA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida em 19/03/2008, aprovada em Concurso Público, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses – **sendo o período de 19/09/2014 à 19/12/2014, referente ao período aquisitivo de 19/03/2008 à 19/03/2013.**

SANDRA MARIA VALDEVINA GOMES, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida em 25/03/2008, aprovada em Concurso Público, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses – **sendo o período de 01/06/2014 à 01/09/2014, referente ao período aquisitivo de 25/03/2008 à 25/03/2013.**

MÁRCIA APARECIDA SANTIAGO AFONSO CHAMA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de Artífice de Copa e Cozinha, admitida em 03/04/2002, aprovada em Concurso Público, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses – **sendo o período de 01/06/2014 à 01/09/2014, referente ao período aquisitivo de 03/04/2007 à 03/04/2012.**

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providencias cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 26 de maio de 2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maissa Almeida de Jesus
Código Identificador:06828AFF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 22, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

Revoga o Decreto nº 16, de 18 de março de 2014 e dispõe sobre a Campanha De Arrecadação Do Imposto Predial E Territorial Urbano - IPTU, Taxas De Serviços Urbanos - TSU e Taxa De Água e Esgoto de incentivo à quitação de tributos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 5.768/1971 e no Decreto Federal nº 70.951/1972, Lei Municipal nº 788/2013;

CONSIDERANDO finalmente as conclusões e sugestões da Comissão Organizadora da Campanha IPTU E ÁGUA EM DIA DÁ PRÊMIOS no exercício de 2014;

DECRETA:

SEÇÃO I
APRESENTAÇÃO

Art. 1º. Fica regulamentado o sorteio de prêmios para contribuintes quites com o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas relativas aos imóveis e à TAXA DE ÁGUA cadastrados no Município de Itiquira - MT.

Parágrafo Único. Dos tributos definidos no *caput* deste artigo excetuam-se a Taxa de Coleta de Lixo para imóveis edificados, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Taxa de Iluminação pública para imóveis não edificados e Taxa de água.

Art. 2º. O Sorteio "IPTU E AGUA EM DIA DÁ PRÊMIO" tem como objetivo estimular o incremento da arrecadação municipal por meio de distribuição de prêmios aos contribuintes, mediante sorteios autorizados conforme os dispositivos constantes na Lei Federal nº 5.768/71 e no Decreto Federal nº 70.951/72, combinado com a Lei Municipal nº 788/2013.

SEÇÃO II
SORTEIOS E PRÊMIOS

Art. 3º. Será realizado o sorteio dos prêmios, no dia 1º de dezembro de 2014, em local previamente divulgado.

Art. 4º. Serão sorteados e distribuídos os seguintes prêmios, de acordo com as categorias abaixo:

1º Prêmio: um veículo modelo popular;
2º Prêmio: aparelho de ar condicionado 9.000 BTU.
3º Prêmio: geladeira.
4º Prêmio: televisor 32 polegadas.
5º Prêmio: televisor 22 polegadas.

6º Prêmio: máquina de lavar roupas.
7º Prêmio: bicicleta.
8º Prêmio: liquidificador.
9º Prêmio: batedeira.
10º Prêmio: ventilador.

SEÇÃO III
DA ORGANIZAÇÃO DO SORTEIO

Art. 5º. Poderá participar do sorteio toda pessoa física ou jurídica proprietária ou não de imóveis, contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano em conjunto com a Taxa de Água, emitido pela Secretaria Municipal de Finanças, doravante denominado PARTICIPANTE, que estar quites com os valores IPTU e TAXA DE ÁGUA.

Art. 6º. O participante para fazer jus ao prêmio, deverá apresentar além da quitação dos referidos tributos, e o seu vínculo com o imóvel, sua responsabilidade pelo pagamento do IPTU e TAXA DE ÁGUA.
Parágrafo Único. Não terá validade o boleto que apresentar rasuras, adulterações ou emendas que impossibilitem a identificação de sua autenticidade.

Art. 7º. Para cada imóvel cadastrado na Gerência de Arrecadação e Fiscalização, combinado com o cadastro do Departamento de Água e Esgoto que organiza o cadastro municipal de contribuintes será gerado um número para concorrer no sorteio.
Parágrafo Único. Os contribuintes que ingressarem com pedido de revisão do lançamento do IPTU de 2014 somente receberão o número para concorrer aos sorteios se comprovarem o pagamento integral do imposto revisado ou efetuarem o depósito administrativo do IPTU de 2014, pelo valor lançado no ano de 2014, o fazendo até o dia 15/11/2014 para participação no sorteio.

Art. 8º. O contribuinte que não esteja cadastrado deverá apresentar requerimento de inclusão e geração de número de sorteio, que será decidido pela Gerência de Arrecadação e Fiscalização, no prazo de dois dias.

Art. 9º. A participação no sorteio pressupõe a autorização do beneficiário para a divulgação e a publicidade de sua imagem e de identificação de seu imóvel, igualmente o valor do imposto pago. O contribuinte que não concordar com essa publicidade deverá se manifestar no mesmo prazo referido no artigo anterior.

Art. 10. Somente concorrerão à premiação no primeiro sorteio os imóveis com número de sorteio gerado e informado pela Secretaria Municipal da Finanças, ficando a cargo do contribuinte fiscalizar sua inclusão.

SEÇÃO IV
DA REALIZAÇÃO DO SORTEIO

Art. 11. O sorteio será realizado em local público, com a presença dos membros da Comissão Organizadora, autoridades e representantes da comunidade.
Parágrafo Único. O horário do sorteio será definido em ato da Comissão Organizadora e divulgado nos órgãos de imprensa local.

Art. 12. O cupom para o sorteio poderá ser preenchido com o nome do proprietário, contribuinte ou de qualquer pessoa física ou jurídica de posse do comprovante da quitação do IPTU E TAXAS DE AGUA do imóvel a que se refere.
Parágrafo Único. O contribuinte tem direito a um cupom por imóvel que será destacado do carnê do IPTU 2014.

Art. 13. O cupom virá pré-impresso pela gráfica com a Inscrição Imobiliária, nome do proprietário e endereço do imóvel e deverá ser preenchido de forma legível, especificando o nome e o telefone do participante.

Art. 14. O cupom devidamente preenchido deverá ser depositado em uma das urnas instaladas na Prefeitura Municipal de Itiquira ou na subprefeitura de Ouro Branco do Sul.

Art. 15. O prêmio será atribuído ao proprietário do imóvel, quando o cupom não for preenchido ou o seu preenchimento não permitir a identificação correta do participante.

Art. 16. O sorteio será iniciado com a identificação do número contemplado para o décimo prêmio, seguindo-se em ordem decrescente até o primeiro prêmio.

Art. 17. O sorteio será realizado através da retirada manual do cupom premiado diretamente de uma urna contendo todos os cupons da promoção.

§ 1. Serão anunciados os números sorteados, após comprovação do pagamento do IPTU e TAXAS, o número do cupom pré-impresso e o nome do participante ganhador.
§ 2. A divulgação dos números sorteados será efetuada também através da internet e no saguão da Prefeitura Municipal de Itiquira.

SEÇÃO V
DA ENTREGA DOS PRÊMIOS

Art. 18. Considera-se beneficiário do prêmio o titular da posse ou domínio útil do imóvel para o qual foi gerado o número de sorteio e que comprove ser o responsável pelo pagamento do imposto e ter sido o autor da quitação do IPTU e TAXAS DE ÁGUA no prazo legal.
§ 1º. Tratando-se de imóvel locado, o locatário será o beneficiário acaso comprove por documentos fidedignos que assumiu a condição de responsável pelo pagamento do imposto e foi o autor do pagamento do IPTU e TAXAS DE ÁGUA. Ainda nesta hipótese, a Comissão Organizadora deverá se certificar com o locador a veracidade da relação jurídica sustentada pelo locatário.
§ 2º. Tratando-se de imóvel adquirido por instrumento particular, o adquirente será o beneficiário caso comprove por documentos fidedignos que assumiu a condição de responsável pelo pagamento do imposto e foi o autor do pagamento do IPTU e TAXAS DE ÁGUA. Ainda nesta hipótese, a Comissão Organizadora deverá se certificar com o proprietário a veracidade da relação jurídica sustentada no requerimento.
§ 3º. Na hipótese de detentor da posse sem documento, este será o beneficiário após a diligência determinada pela Comissão Organizadora e apontem a condição de posseiro e responsável pelo pagamento do IPTU e TAXAS DE ÁGUA. Ainda nesta hipótese, a Comissão Organizadora deverá se certificar com o proprietário a veracidade da relação jurídica sustentada no requerimento.
§ 4º. Quando se tratar de imóvel em nome de espólio e não se identificar o beneficiário pelas regras contidas nos parágrafos anteriores, o inventariante representará o espólio para o recebimento do bem.
§ 5º. Ocorrendo múltiplos beneficiários para o mesmo prêmio, na ausência de consenso entre estes a Comissão Organizadora poderá efetuar a consignação do bem.

Art. 19. Para o recebimento do prêmio será exigido do beneficiário:
I - A certidão de regularidade ou prova de suspensão da exigibilidade de créditos tributários de IPTU;
II - A certidão de regularidade ou prova de suspensão da exigibilidade de créditos tributários da Taxa de Água;
III - A apresentação dos documentos pessoais e declarações necessárias à formalização da entrega do prêmio;
IV – O compromisso de comparecimento na cerimônia de entrega dos bens por si ou por seu representante legal.
§ 1º. Tratando-se de imóvel locado, a quitação exigida será em relação ao imóvel que deu origem ao número premiado e os lançamentos de IPTU e TAXAS DE ÁGUA efetuados em nome do locatário do imóvel.
§ 2º. Tratando-se de imóvel para o qual o beneficiário foi identificado como simples possuidor a quitação exigida será em relação ao imóvel que deu origem ao número premiado e os lançamentos de IPTU e TAXAS DE ÁGUA efetuados em nome do adquirente do imóvel.

Art. 20. Efetuado o requerimento de entrega da premiação, a Comissão Organizadora terá o prazo de dez (10) dias para confirmar a condição do requerente como beneficiário do prêmio, que será

entregue em cerimônia agendada pela Secretaria Municipal de Finanças.
Parágrafo Único. Ocorrendo dúvidas quanto ao beneficiário, a premiação poderá ser consignada para decisão judicial.

Art. 21. A Comissão Organizadora poderá ampliar os prazos previstos neste Regulamento.

Art. 22. Não sendo cumpridas as condições para validade da premiação ou entrega do bem nos prazos estipulados pela Comissão Organizadora, será declarado prejudicado o sorteio em relação aos bens não entregues e serão divulgadas novas datas para realização de novo sorteio exclusivamente para os prêmios não entregues. Nesta hipótese, serão adotadas as mesmas disposições de realização do sorteio previstas neste Regulamento.

Art. 23. O prazo para entrega dos prêmios aos PARTICIPANTES sorteados será de, no máximo, 20 (trinta) dias após o comparecimento ou reclame previsto no artigo art. 20.
§ 1º. O prêmio não reclamado no prazo legal será realizado um novo sorteio ou incorporado ao patrimônio municipal.
§ 2º. O PARTICIPANTE que for sorteado e não puder comparecer para receber o prêmio, nomeará um representante através de procuração lavrada em Cartório.

Art. 24. A Comissão Organizadora do Sorteio "IPTU E ÁGUA EM DIA DÁ PRÊMIO" será constituída e nomeada por Portaria do Prefeito do Município de Itiquira.

Art. 25. Cabe à Comissão Organizadora:
I - Zelar pelo cumprimento do disposto no presente regulamento;
II - Orientar os participantes e dirimir as dúvidas referentes ao Sorteio;
III - Aprovar ou impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de cada sorteio, o resultado do mesmo;
IV - Homologar os sorteios e divulgar o nome dos premiados, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de cada sorteio;
V - Coordenar o processo de entrega dos prêmios;
VI - Elaborar relatório geral do Sorteio " IPTU E ÁGUA EM DIA DÁ PRÊMIO ".

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. O Sorteio " IPTU E ÁGUA EM DIA DÁ PRÊMIO" será divulgado através de campanha publicitária nos órgãos da imprensa local e de esclarecimentos e orientações aos participantes, pelos servidores da Prefeitura de Itiquira.

Art. 27. O resultado final de cada sorteio será publicado no site da Prefeitura, www.itiquira.mt.gov.br, na imprensa local e comunicado através de correspondência aos participantes premiados.

Art. 28. As dúvidas e controvérsias oriundas de reclamações dos contribuintes participantes da Campanha, que devem ser feitas por escrito, serão submetidas à Comissão Organizadora e Fiscalizadora e por ela decididas.

Art. 29. Não terão direito a participar do Sorteio " IPTU E ÁGUA EM DIA DÁ PRÊMIO ", O prefeito Municipal e o Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, os contribuintes possuidores de imóveis beneficiados com isenção, não incidência ou imunidade do pagamento do IPTU a comissão organizadora conforme disposto em Lei Municipal nº 788/2013.

Art. 30. Os casos omissos e as situações específicas porventura não previstas neste regulamento serão resolvidas pela Comissão Organizadora e por ela avaliadas e decididas, com remessa para fins de homologação do Prefeito.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando expressamente revogado o Decreto nº 16, de 18 de março de 2014.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 23 de abril de 2014.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

TERMO DE RECEBIMENTO DE PRÊMIOS

Através do presente Termo, eu _____ portador do RG nº ____, inscrito no CPF/MF nº ____, declaro ter recebido do Município de Itiquira o prêmio _____ referente ao sorteio da "IPTU E ÁGUA EM DIA DÁ PRÊMIO" realizado por esta Municipalidade.
Por ser expressão da verdade assino o presente Termo, juntamente com a Comissão Organizadora, o qual ficará arquivado na Gerência de Arrecadação e Fiscalização deste Município.

Itiquira MT, ____ de ____ de 2014.

Nome:
CPF –
Comissão Organizadora:

Publicado por:
Maissa Almeida de Jesus
Código Identificador:0CC95DD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2014

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 014/2014

A Prefeitura Municipal de Itiquira, sediada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, através da senhorita Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT,** do tipo menor preço unitário, obteve o seguinte resultado: a empresa **ALYSSON BRUNO RODRIGUES SANTOS – ME, CNPJ: 18.315.104/0001-50** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais).**

Itiquira/MT, 29 de maio de 2014.

JULIANE PRESOTTO
Pregoeira

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:9FCEA39D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
DESPACHO DECISORIO DE REVOGACAO DE LICITACAO

Referência: Processo Licitatório nº 56/2014/SECAD
Assunto: Administrativo. Pregão Presencial, Edital nº 56/2014/SECAD. Registro de Preços para Futuro e Eventual Fornecimento de Postes para Alambrados, em Atendimento á Secretaria Municipal de Desporto.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista a sua delegação de competência como gestor e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93 e;

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade conforme art. 49 da Lei 8.666/93;

DECIDE REVOGAR, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado nos autos, o Processo Licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 56/2014/SECAD, onde os valores ofertados encontram-se muito acima dos valores de referência.

ENCAMINHAR o processo para o Pregoeiro para a devida publicidade.

Juara/MT, em 29 de maio 2014.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:D26E3EC8

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO PREGAO N. 65/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 65/2014 – SRP
TIPO: PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 65/2014, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 29/05/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de caminhão equipado com compactador de lixo**, sagrou-se vencedora a empresa: **ELLOTRUCKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o nº 17.317.961/0001-27, localizada à Avenida Idemar Riedi nº 11.530, Bairro Setor Industrial II, no município de Sorriso/MT, com valor global para o Item Único de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Juara-MT, 29 de maio de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:361AD28B

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO PREGAO N. 62/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 62/2014 –SRP
TIPO: PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 62/2014, cuja abertura ocorreu as 14h00 - Local, do dia 26/05/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DE EDUCACÃO, DESPORTO E SERVIÇOS URBANOS**, sagrou-se vencedora a empresa: **PIOVESAN DE SOUZA & CIA LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ: 09.248.454/0001-50, localizada na Av. Ayrton Senna, 226-S, Bairro Centro, CEP: 78.575-000 – Juara/MT, vencedora para os itens01;02;03;04;05;06;07;08;10;11;12;13;14;15;16;17;18;19;20;21;22;23;24;25;26;27;28;29;30;31;32;33;34;35;36;37;38;39;40;41;42;43;44;45;46;47;48;49;50;51;52;53;54 e 55, com valor global de R$ 131.043,66 (cento e trinta e um mil e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos) e a empresa: **SCHIDT & SCHIMD LTDA – ME**, inscrita com o CNPJ sob o nº 01.991.936/0001-94, localizada à Avenida Rio Arinos, nº 1.590, Bairro Centro, Cep: 78.575-000, no município de Juara/MT, vencedora para o Item 09, com valor global de R$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais).

Juara-MT, 29 de maio de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:B59AEA4E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE TRANSITO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO M. 034/2014 - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

DEPT° *DE TRÂNSITO*
MUNICIPAL DE JUINA-MT
Edital De Notificação N.034/2014 Infrações de Transito.
O Diretor do departamento de Transito Municipal de Juina, Estado do Mato Grosso ,na qualidade de autoridade de transito Municipal, com fulcro nos artigos 281 e 282, do código de trânsito Brasileiro, considerando esgotadas as tentativas de ciência das infrações por outros meios, NOTIFICA os PROPRIETÁRIOS DOS VEÌCULOS ABAIXO RELACIONADOS que estes foram autuados nas datas especificadas, tendo os referidos Autos de Infração de Transito sido julgados subsistentes. Com efeito, CASO O CONDUTOR-INFRATOR NÂO TENHA SIDO IDENTIFICADO NO MOMENTO DA AUTUAÇÂO, e tratando-se de infração de competência de condutor, para fins de pontuação, os PROPRIETARIOS DOS VEÍCULOS, a partir da publicação do presente edital, tem o prazo 15 (quinze) dias para apresentá-lo ao departamento de trânsito Municipal, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos do artigo 257,in 7º e 8º de CTB, e resoluções 17 e 72/98 do CONTRAN. Ficam NOTIFICADOS também para, querendo, interpor no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, por escrito, RECURSO ADMINISTRATIVO, sem a necessidade de pagamento prévio da multa, conforme os artigos 282, in. 4º, 285,286,e287 do CTB. Outrossim, NOTIFICA que o RECURSO ADMINISTRATIVO deverá ser interposto junto ao Departamento de Trânsito Municipal, sito na Rua Guerindo da Luz, s/nº Bairro Industrial, no Município de Juina MT, anexo a secretária Municipal de Infra- estrutura (PARQUE DE MAQUINAS MUNICIPAL) .

ENQUADRAMENTO ARTIGO . 162 - I (Dirigir veículo sem possuir CNH ou permissão para dirigir).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NBY 1306	MTA0599651	20/05/2014 ÀS 17:45
JZF 7677	MTA0599777	22/05/2014 ÀS 21:52

ENQUADRAMENTO ARTIGO 165 (Dirigir sob influência de álcool)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
AJA 9276	MTA0599775	22/05/2014 ÀS 19:30
NJN 7848	MTA1607077	24/05/2014 ÀS 23:45

ENQUADRAMENTO ARTIGO .170 (Dirigir veiculo ameaçando pedestre em via pública).

NJA 0160	MTA0599656	16/05/2014 ÀS 20:49

ENQUADRAMENTO ARTIGO 193 (Transitar pela calçada)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NJA 0160	MTA0599655	16/05/2014 ÀS 20:45

ENQUADRAMENTO ARTIGO 175 (Utilizar-se do veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NJA 0160	MTA0599657	16/05/2014 ÀS 20:55

ENQUADRAMENTO ARTIGO . 230 -XI (Descarga livre)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NBY 1326	MTA0599653	20/05/2014 às 17:50
NJA 0160	MTA1797304	16/05/2014 ÀS 21:00

ENQUADRAMENTO ARTIGO 230 – IX (Conduzir veiculo sem equip. obrigatório e eneficiente).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NBY 1326	MTA0599652	20/05/2014 ÀS 17:46
NJA 0160	MTA1797305	16/05/2014 ÀS 21:00

ENQUADRAMENTO ARTIGO . 230-V (Conduzir veículo registrado que não esteja devidamente licenciado)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
JZF 7677	MTA0599778	22/05/2014 ÀS 21:52
NJA 0160	MTA0599659	16/05/2014

ENQUADRAMENTO ARTIGO 232 (Sem documento de porte obrigatório)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NBY 1326	MTA0599654	20/05/2014 ÀS 18:00
NJH 4844	MTA0599571	19/05/2014 ÀS 08:10
AJA 9276	MTA0599776	22/05/2014 ÀS 19:30

ENQUADRAMENTO ARTIGO 186 – II (Transitar pela contramão de direção)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NJA 0160	MTA0599658	16/05/2014 ÀS 20:57

JUINA –MT, 29 de Maio de 2014

LUIZ CLAUDIO MONTEIRO DA SILVA
DIRETOR DEPTº TRÂNSITO MUNICIPAL

Publicado por:
Paulo Sergio Markoski
Código Identificador:26C11661

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.500/2014

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover a doação em favor da União, por intermédio da Justiça Federal 1º Grau - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, da área urbana que menciona, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a doação em favor da UNIÃO, por intermédio da JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida em Cuiabá-MT, na Avenida Rubens de Mendonça, nº. 4888, Centro Político Administrativo, inscrito n CNPJ nº. 05.437.178/0001-18, de uma área de terras assim denominada: uma área com 2.812,50 m², remanescente de uma área com 4.250,25 m², formada pela unificação do lote n.º 02, com área de 3.690,25 m² e lote n.º 03, com a área de 560,00 m², ambos da quadra 05, localizado no loteamento denominado "Área de Governo", situado na cidade de Juína-MT, ficando a área de 2.812,50 m², com os seguintes limites e confrontações: Frente: Avenida Ives Ortolan; Lado Direito: Lote 01 e Lote 04; Lado Esquerdo: área desmembrada da área unificada dos lotes 02 e 03.

Parágrafo Único. Faz parte desta Lei a matrícula e o memorial descritivo da área especificada no *caput* deste artigo.

Art. 2.º A doação objeto da presente autorização será realizada em caráter definitivo, sendo que a área doada é destinada a edificação do prédio da JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína, **28** de **Maio** de **2014.**

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia Ines Dias da Silva
Código Identificador:A7C6EB9E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 355/2014

Altera o **Art. 1º**, **inciso "b"** do Decreto **322/2014**, que dispõe sobre a nomeação dos membros que integrarão o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – **COMAD/JUINA**, para o Biênio: 2014/2016, do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIN, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo art. 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município
DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o **Art. 1º**, **inciso "b",** do Decreto 322/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação**:**

"b) Representante da Secretaria Municipal de Esportes Lazer e Turismo:
Titular: Aline de Aparecida Bressan;
Suplente: Alan Rafael Guterres."
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.
Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **28** de **Maio** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e
publicada por afixação no local
de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F1AF51D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 100/2014
PREGÃO: Nº 028/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
Aos vinte um dias do mês de maio do ano de 2014, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e **ELOISE MAIARA DE SANTANA DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob o nº 041.769.221-84 e RG 2265722-3 SSP/MT, com sede em Terra Roxa – Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da

pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Contratação de PESSOA JURIDICA E FISICA PARA prestaCAO de serviços de REALIZACAO DE OFICINAS, monitorIA E INSTRUTORIA DE CURSOS A SEREM OFERECIDOS PELA Secretaria Municipal de Assistência Social E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de Juína, Estado de Mato Grosso**, do Edital do Pregão Presencial nº 028/2014:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR REGISTRADO UNIT.R$	VALOR TOTAL
04	59940	PRESTACAO DE SERVICO DE MONITOR (SCFV) TERRA ROXA	SERVIÇO	800	18,00	14.400,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produto/serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produto/serviços pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produto/serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".

9.1.16. Entregar em **até quinze dias**as quantidades estipuladas na OC (Ordem de Compra), nos locais designadosna mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produto/serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produto/serviços, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produto/serviços licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produto/serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTO/SERVIÇOS

10.1. A entrega dos produto/serviços deverãoseremfeitas diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(OC), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produto/serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da OC (ORDEM DE COMPRA), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produto/serviços solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da OC (ORDEM DE COMPRA) e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produto/serviços dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produto/serviços devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produto/serviços serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, 21 de MAIO de 2014.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

ELOISE MAIARA DE SANTANA DOS SANTOS
CPF N.º 041.769.221-84

TESTEMUNHAS:
Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n.º 771.046.411-49

Antônio de Oliveira
CPF/MF n.º 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:84DA4CBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2014

PREGÃO: Nº 028/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte um dias do mês de maio do ano de 2014, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e **ELISMAR JUNIO PEREIRA DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob o nº 047.585.551-50 e RG 2423690-0 SSP/MT, com sede na Av Isidoro Poleto, Q.02 Lote 10 Setor Industrial em Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Contratação de PESSOA JURIDICA E FISICA PARA prestaCAO de serviços de REALIZACAO DE OFICINAS, monitorIA E INSTRUTORIA DE CURSOS A SEREM OFERECIDOS PELA Secretaria Municipal de Assistência Social E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de Juína, Estado de Mato Grosso**, do Edital do Pregão Presencial nº 028/2014:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.
4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.
4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR REGISTRADO UNIT.R$	EMPRESA VENCEDORA
08	59944	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTRUTOR (SCFV) INFORMATICA	SERVIÇO	1.000	13,00	13.000,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.
6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.
6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:
8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produto/serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produto/serviços pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produto/serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em **até quinze dias**as quantidades estipuladas na OC (Ordem de Compra), nos locais designadosna mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produto/serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produto/serviços, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produto/serviços licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produto/serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTO/SERVIÇOS

10.1. A entrega dos produto/serviços deverãoseremfeitas diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(OC), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produto/serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da OC (ORDEM DE COMPRA), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produto/serviços solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da OC (ORDEM DE COMPRA) e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produto/serviços dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produto/serviços devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produto/serviços serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, 21 de MAIO de 2014.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

ELISMAR JUNIO PEREIRA DOS SANTOS
CPF N.º 047.585.551-50

TESTEMUNHAS:
Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n.º 771.046.411-49

Antônio de Oliveira
CPF/MF n.º 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:F43028EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2014

PREGÃO: Nº 029/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 26 dias do mês de maio do ano de 2014, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003602-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **HANNELIESE REITER PATTIS – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.638.136/0001-85, Com sede Av Historiador Rubens de Mendonça, 1919 Bairro Alvorada CEP 78.050-000 Cuiabá –MT, neste ato, representada pelo Sr.Hanneliese Reiter Pattis, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de identidade RG 12571083- SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.314.719-84, residente e domiciliado na Rua Ceara,04 Quadra 50 Jardim dos Estados – Varzea Grande –MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES PARA USO NOS DIVERSOS VEICULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do Pregão Presencial nº 029/2014:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	Complemento	Quantidade	Valor unit	Valor Total	marca
16	PNEU 175 X 70 - R13 - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	36	163,00	5.868,00	FATE
19	PNEU 185 X 13	12	217,00	2.604,00	FATE
36	PNEU 175 /70 R13, 82 T - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	266	163,00	43.358,00	FATE
37	PNEU 185/70 R14, 88 H - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	64	229,00	14.656,00	FATE
45	PNEU 215/75 MM ARO 17.5, BORRACHUDO, 126/124 M CARGA – REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	168	749,00	125.832,00	CONTINENTAL
46	PNEU 215/75 R 17.5, RADIAL LISO, 126/124 M CARGA -REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	131	724,00	94.844,00	CONTINENTAL
59	PNEU NACIONAL - VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA NYLON, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL LISO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CÂMARA E 16 LONAS, DIMENSÕES 1000 X 20,	40	1.298,00	51.920,00	CONTINENTAL
60	PNEU NACIONAL - VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL BORRACHUDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, 16 LONAS, DIMENSÕES 1000 X 20	120	1.392,00	167.040,00	CONTINENTAL
65	PNEU 275.80 - 22.5 BORRACHUDO	120	1.398,00	167.760,00	CONTINENTAL
66	PNEU 275.80 - 22.5 LISO	180	1.277,00	229.860,00	CONTINENTAL

VALOR TOTAL R$ 903.742,00 (Novecentos e três mil, setecentos e quarenta e dois Reais)

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.
9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição
9.1.16. Entregar em até 7 (sete) dias, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC – Ordem de Compra, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera (ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
10.1. A entrega dos produtos deverãoseremfeitas diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da Requisição e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras(quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual,

pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2014/2015.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína, 26 de maio de 2014 .

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57
Prefeito Municipal

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Contratante

HANNELIESE REITER PATTIS –EPP
CNPJ/MF N.º10.638.136/0001-85
Contratado

HANNELIESE REITER PATTIS
Representante Legal

TESTEMUNHAS:
Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n.º 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n.º 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:4D8D8C20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°103/2014

PREGÃO: Nº 029/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte seis dias do mês de maio do ano de 2014, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003602-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ.01.976.860/0028-48, com sede na Rua do Comercio, 4417 Bairro Parque Industrial CEP.78.850-000 Primavera do Leste –MT, neste ato, representada pelo Sr.João Eduardo Cordeiro, brasileiro, representante comercial, portador da Cédula de identidade RG 75854102- SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 604.502.581-49, residente e domiciliado na Rua das Ameixeiras, 132 em Sinop –MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES PARA USO NOS DIVERSOS VEICULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do Pregão Presencial nº 029/2014:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	Complemento	Quantidade	Valor unit	Valor Total	Marca
11	PNEU 1000 X 20 - LISO 16 LONAS	40	930,00	37.200,00	**PIRELLI**
14	PNEU 1300 X 24 BORRACHUDO	16	1.930,00	30.880,00	**PIRELLI**
15	PNEU 17 X 5 X 25 - BORRACHUDO	40	2.970,00	118.800,00	**PIRELLI**
18	PNEU 185 - R 14	52	304,00	15.808,00	**PIRELLI**
23	PNEU 215 X 80 R 16 – LISO - - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	4	390,00	1.560,00	**PIRELLI**
24	PNEU 235 / 75 R15	40	435,00	17.400,00	**PIRELLI**
29	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 19.5 L 24 -REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	6	2.840,00	17.040,00	**PIRELLI**
30	1 ª LINHA 7.50-16 LISO CONVENCIONAL 12 LONAS CAP. CARGA 1450/1400 PROFUNDIDADE DOS SULCOS 11.2 MM -REFERENCIA MARCA GOODYEAR, SIMILAR OU SUPERIOR	4	503,00	2.012,00	**PIRELLI**
31	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 7.50-16 BORRACHUDO CONVENCIONAL 10 LONAS CAP. CARGA 1205/1180 PROFUNDIDADE DOS SULCOS 15,4 MM --REFERENCIA MARCA GOODYEAR, SIMILAR OU SUPERIOR	4	468,00	1.872,00	**PIRELLI**
33	PNEU 1400 X 24 - 12 LONAS	48	2.049,00	98.352,00	**PIRELLI**
34	PNEU 900 X 20, LISO, 14 LONAS, 133/131 J - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	30	775,00	23.250,00	**PIRELLI**
35	PNEU L200 245/75 R16, 112 Q - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	92	595,00	54.740,00	**PIRELLI**
47	PNEU 235/70 R 16, 104/101 S, - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	30	535,00	16.050,00	**PIRELLI**
49	PNEU 750 X 16, BORRACHUDO, 12 LONAS, 122/128 J - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	38	549,00	20.862,00	**PIRELLI**
50	PNEU 750 X 16, LISO, 12 LONAS, 122/128 J - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	14	503,00	7.042,00	**PIRELLI**
51	PNEU 900 X 20, BORRACHUDO, 14 LONAS, 133/131 J - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	60	849,00	50.940,00	**PIRELLI**
56	PNEU NACIONAL. 205/60 R 15 - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	4	375,00	1.500,00	**PIRELLI**
61	PNEU NACIONAL - VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA DIAGONAL BORRACHUDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 1000 X 20	120	1.075,00	129.000,00	**PIRELLI**
62	PNEU NACIONAL -VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL LISO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 1100 X 22	20	1.448,00	28.960,00	**PIRELLI**
63	PNEU NACIONAL -VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 225/75 R16	38	555,00	21.090,00	**PIRELLI**
64	PNEU NACIONAL -VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 165/70 R13, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL.	28	190,00	5.320,00	**PIRELLI**
67	PNEU 18.4 - 34 - 12 LONAS-BORRACHUDO	4	2.695,00	10.780,00	**PIRELLI**
70	PNEU BORRACHUDO DIAGONAL 11OOX22	20	1.290,00	25.800,00	**PIRELLI**
71	PNEU BORRACHUDO DIAGONAL 900X20	30	849,00	25,470,00	**PIRELLI**
72	PNEU LISO DIAGONAL 900X20	10	775,00	7.750,00	**PIRELLI**
73	PNEU BORRACHUDO DIAGONAL 750X16 - REFERENCIA MARCA GOODYEAR, SIMILAR OU SUPERIOR	8	468,00	3.744,00	**PIRELLI**
74	PNEU DIAGONAL LISO 750X16 LISO	4	434,00	1.736,00	**PIRELLI**
75	PNEU 12.16.5	4	799,00	3.196,00	**PIRELLI**

76	PNEU 19.5L-24	4	2,540,00	10.160,00	**PIRELLI**
77	CAMARA DE AR 1100X22	80	96,00	7.680,00	**PIRELLI**

Valor total R$ 795.994,00 (Setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e noventa e
quatro reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 7 (sete) dias, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC – Ordem de Compra, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverãoseremfeitas diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores

devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras(quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:
Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2014/2015.
14. DO FORO
14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína, 26 de maio de 2014 .

Município de Juína-mt
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57
HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Contratante
Prefeito Municipal

Pneus Via Nobre Ltda
Cnpj/mf N.º01.976.860/0028-48
Contratado
JOÃO EDUARDO CORDEIRO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n.º 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n.º 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:46A12EBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 104/2014
PREGÃO: Nº 029/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte seis dias do mês de maio do ano de 2014, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003602-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.578.067/0001-69, com sede Av Padre Roquete, 01 Centro Emp. Shalon –Sala 05 - 2 Quadra 03, Bairro Consil CEP 78.048-440 Cuiabá –MT, neste ato, representada pelo Sr. Pedro Del Bianco Pereira Lopes, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG19257694- SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.427.651-76, residente e domiciliado na Rua Moçambique, 58 Bairro Santa Rosa em Cuiabá-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES PARA USO NOS DIVERSOS VEICULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do Pregão Presencial nº 029/2014:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	Complemento	Quantidade	Valor unit	Valor Total	Marca
4	CAMARA DE AR 14000 X 24	80	153,00	12.240,00	**HP**
12	PNEU 110X90 17 TRAS	24	176,00	4.224,00	**TECNIC**
27	PNEU 90 X 90 - 18 DIANT - REFERENCIA MARCA PIRELLI, SIMILAR OU SUPERIOR	60	140,00	8.400,00	**PIRELLI**
38	PROTETOR PARA CAMARA 750 X 16	50	19,20	960,00	**GA FLEX**
39	PROTETOR PARA CAMARA 900 X 20	70	25,00	1.750,00	**GA FLEX**
41	CAMARA DE AR 21, MOTO XLR, 1º LINHA.	34	20,00	680,00	**KB 50**
57	PNEU PARA CARRIOLA 3,25 X 8	34	25,00	850,00	**CARGO**
58	CAMARA DE AR 8 "	52	12,00	624,00	**CARGO**
83	CAMARA DE AR 12.16.5	6	90,0	540,00	**VULCAN**
88	CAMARA DE AR 19.5L-24	6	230,00	1.380,00	**RS**
90	PROTETOR 1000X20	120	27,00	3.240,00	**GA FLEX**

VALOR TOTAL DE R$ 34.888,00 (Trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.
9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição
9.1.16. Entregar em até 7 (sete) dias, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC – Ordem de Compra, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera (ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
10.1. A entrega dos produtos deverãoseremfeitas diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da Requisição e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras(quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2014/2015.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína, 26 de maio de 2014 .

Município de Juína-mt
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57
HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Contratante
Prefeito Municipal

Sete Comercio e Serviços de Informatica Ltda-me
CNPJ/MF N.º nº04.578.067/0001-69,
Contratado
PEDRO DEL BIANCO PEREIRA LOPES
Representante Legal

TESTEMUNHAS:
Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n.º 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n.º 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:54F18390

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 098/2014
PREGÃO: Nº 028/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte um dias do mês de maio do ano de 2014, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito

Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e **EUDILEIA GOMES FARIAS**, inscrita no CPF Nº 048.018.121-71 RG 2351745-0 SSP/MT, com sede A Rua Bartolomeu Bueno da Silva, nº 479 em Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Contratação de PESSOA JURIDICA E FISICA PARA prestaCAO de serviços de REALIZACAO DE OFICINAS, monitorIA E INSTRUTORIA DE CURSOS A SEREM OFERECIDOS PELA Secretaria Municipal de Assistência Social E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de Juína, Estado de Mato Grosso**, do Edital do Pregão Presencial nº 028/2014:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR REGISTRADO UNIT.R$	VALOR TOTAL R$
02	59938	PRESTACAO DE SERVICO DE MONITOR (SCFV) SAO JOSE OPERARIO	SERVIÇO	800	18,00	14.400,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produto/serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produto/serviços pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produto/serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições

estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em **até quinze dias**as quantidades estipuladas na OC (Ordem de Compra), nos locais designadosna mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produto/serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produto/serviços, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produto/serviços licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produto/serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTO/SERVIÇOS

10.1. A entrega dos produto/serviços deverãoseremfeitas diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(OC), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produto/serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da OC (ORDEM DE COMPRA), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produto/serviços solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da OC (ORDEM DE COMPRA) e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produto/serviços dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produto/serviços devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produto/serviços serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína, 21 de maio de 2014 .

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

EUDILEIA GOMES FARIAS
CPF N.º 048.018.121-71

TESTEMUNHAS:
ValdoirAntonioPezzini
CPF/MF n.º 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n.º 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:DEA30A30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2014

PREGÃO: Nº 028/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte um dias do mês de maio do ano de 2014, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e **DARLENE RODRIGUES MACEDO**, inscrita no CPF sob o nº 046.253.511-89 e RG 2571040-0 SSP/MT, com sede A Rua Bartolomeu Bueno, 479 em Juina -MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Contratação de PESSOA JURIDICA E FISICA PARA prestaCAO de serviços de REALIZACAO DE OFICINAS, monitorIA E INSTRUTORIA DE CURSOS A SEREM OFERECIDOS PELA Secretaria Municipal de Assistência Social E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de Juína, Estado de Mato Grosso**, do Edital do Pregão Presencial nº 028/2014:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2014 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.
4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.
4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Item	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR REGISTRADO UNIT.R$	VALOR TOTAL
03	59939	PRESTACAO DE SERVICO DE	SERVIÇO	800	18,00	14.400,00

		MONITOR (SCFV) FILADELFIA				

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produto/serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produto/serviços pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produto/serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".

9.1.16. Entregar em **até quinze dias** as quantidades estipuladas na OC (Ordem de Compra), nos locais designados na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produto/serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produto/serviços, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produto/serviços licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produto/serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTO/SERVIÇOS

10.1. A entrega dos produto/serviços deverão serem feitas diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(OC), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produto/serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da OC (ORDEM DE COMPRA), emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produto/serviços solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da OC (ORDEM DE COMPRA) e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados,

em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produto/serviços dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produto/serviços devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produto/serviços serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, 21 de MAIO de 2014 .

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

DARLENE RODRIGUES MACEDO
CPF N.º 046.253.511-89

TESTEMUNHAS:
Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n.º 771.046.411-49

Antônio de Oliveira
CPF/MF n.º 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:80E1E01E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N.º 2383, DE 28 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI PARA O EXERCÍCIO DE 2014 QUE SERÁ EXECUTADO PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL.

CICILIO ROSA NETO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando as atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 727, de 06/12/2007, no seu Artigo 6º.

CONSIDERANDO que as atividades de competência da Unidade de Controle Interno do Município de Juruena terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais; cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal de Juruena para o exercício de 2014, que consiste na análise e verificação dos procedimentos a serem seguidos de acordo com as Instruções normativas demais normas e princípios da Gestão Pública.

Parágrafo Único. A execução do Plano Anual de Auditoria Interna no exercício de 2013 seguirá o Cronograma do Anexo Único deste decreto.

Art. 2º. O Órgão responsável pelas atividades de auditoria interna é a Unidade de Controle Interno, e as unidades a serem auditadas são todos os órgãos e agentes públicos da administração direta, indireta, autarquias e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos do município de Juruena-MT.

Art. 3º. A auditoria interna será executada pelo Auditor Controlador Interno Municipal, auxiliado quando necessário por servidores requisitados de outros órgãos, através de projetos de auditoria individualizados por área de atuação.

Art. 4º. A Auditoria Interna tem como finalidade o assessoramento da Administração Pública, no desempenho de suas funções e responsabilidades. Neste sentido o Plano Anual de Auditoria Interna visa avaliar o cumprimento das normas internas e externas, identificar falhas nos processos administrativos e propor as devidas correções e recomendações aos servidores responsáveis e ao gestor.

Art. 5º. O período de Execução das auditorias internas será entre os meses de junho a novembro/2014 e contemplarão os seguintes Sistemas Administrativos:

I - Sistema de Compras, Licitações e Contratos – SCL;
II - Sistema de Saúde Pública – SSP;
III - Sistema de Tributos - STB
IV - Sistema de Recursos Humanos – SRH;
V - Sistema de Transporte – STR;
VI - Sistema de Controle Patrimonial – SPA;

Art. 6º. Os demais sistemas administrativos não contemplados no cronograma serão avaliados por outras formas de verificações de controle de interno.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 28 de maio de 2014.

CICILIO ROSA NETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

ELEZETE ROSA DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Denise Aparecida Perin
Código Identificador:7E2AB199

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N.° 2377, DE 04 DE ABRIL DE 2014.

CICILIO ROSA NETO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município no seu Artigo 85, inciso III,

Considerando a Notificação Recomendatória do Ministério Público Estadual nº. 02/2014 para a suspensão do Concurso Público nº. 001/2013, motivado por falhas no edital de Abertura nº. 001/2013, recomendação esta acatada pelo Juízo da Comarca de Cotriguaçu/MT;

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Ficam revogados os Decretos Municipais nº. 2368, de 07 de março de 2014 que dispõe sobre a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2013 da Prefeitura Municipal de Juruena/MT e o Decreto nº. 2369, de 07 de março de 2014 que dispõe sobre a convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº. 01/2013 da Prefeitura Municipal de Juruena/MT.

ARTIGO 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 04 de Abril de 2014.

CICILIO ROSA NETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

ELEZETE ROSA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Denise Aparecida Perin
Código Identificador:E395A2A6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

A Presidenta da Câmara Municipal de Juscimeira, MT, **Srª Silvanei Pereira Correia Cavalheiro**, **RESOLVE**: **Artigo 1º** - CONVOCAR os seguintes candidatos Aprovados no Concurso de ingresso ao serviço Público do Legislativo Municipal para se apresentarem no horário das 12:00 às 17:00 horas pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste ato, portando toda documentação exigida no Edital.
ADVOGADO: DEYVER ALMEIDA DOS ANJOS
CONTADOR: THIAGO PEREIRA DIAS
CONTROLADORA INTERNA: ELAINE SANTANA CARDOSO

Juscimeira – MT, 28 de maio de 2014.

SILVANEI PEREIRA CORREIA CAVALHEIRO
Presidenta da Câmara Municipal

Publicado por:
Jose Odair Freitas
Código Identificador:28B41272

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO AO CONTRATO Nº 007/2014
PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Creonice Maria Búfalo Mendonça - Me.
OBJETO: "Contratação De Empresa Para Execução de Serviços Gráficos de 10.000 Folders, com 16 paginas Internas, Capa com Faca Especial"
VALOR: 53.100,00 (Cinqüenta Três Mil e Cem Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Valdecir Luiz Colle e Creonice Maria Búfalo Mendonça- Me. – CNPJ: 04.658.301/0001-68

Publicado por:
David Paulino Filho
Código Identificador:1CDEE903

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO CONVITE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2014
PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CONVITE Nº 003/2014

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, situada a Avenida Joaquim Miguel Dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – JUSCIMEIRA – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, na modalidade Convite, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei nº 8.666/93 o RESULTADO do Processo Licitatório Modalidade CONVITE Nº 003/2014, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é "***CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS DE 10.000 FOLDERS, COM 16 PAGINAS INTERNAS, CAPA COM FACA ESPECIAL; SENDO: CAPA 420 x 220mm, 4 x 4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO FOSCO 250g CTP – MIOLO 8 LAMINAS, 200 x 220mm, 4 x 4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE 170g – DOBRADO 1 DOBRA EM CRUZ (CAPA), GRAMPEADO, CORTE/VINCO (CAPA), FACA ESPECIAL (CAPA) – PROJETO GRAFICO, PESQUISAS, FOTOS DIGITAIS, ELABORAÇÃO TEXTOS, DIAGRAMAÇÃO, LAYOUT, ARTE FINALIZAÇÃO E IMPRESSÃO GRAFICA"***

VENCEDOR:
CREONICE MARIA BUFALO MENDONÇA- CNPJ: 04.658.301/0001-68
VALOR TOTAL: R$ 53.100,00 (Cinquenta Três Mil e Cem Reais)

Juscimeira – Mt, 20 De Maio 2.014

EDJAIME FERREIRA DA SILVA
Presidente CPL

Publicado por:
David Paulino Filho
Código Identificador:BFCABB88

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 030/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT
CONTRATADA: ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMATICA LTDA
ORIGEM: Contrato n.º. 030/2013.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por supressão do SISTEMA FATURA do presente contrato de prestação de serviço de locação se softwares, representando 3,45% (três inteiros e quarenta e cinco centésimos de por cento) do valor global e totalizando o valor de R$3.130,00 (três mil cento e trinta reais).
DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

Lambari D'Oeste - MT, 07 de Maio de 2014

MARIA MANEA DA CRUZ
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:7B1A0222

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 099/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez *a servidora Sra.* ***Noranice Neves Almeida.****"*

A Diretora Executiva do PREVILUCAS - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso I e 14 da Lei n.º 2.134, de 25 de Junho de 2013, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Lucas do Rio Verde, Lei Complementar n.º 050/2007 e o último reajuste salarial concedido pela Lei Municipal n.º 2.274 de 26 de maio de 2014.
Resolve:
Art. 1º. Conceder o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, a servidora Sra. **Noranice Neves Almeida**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º 0386358-1 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 206.745.461-72, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo de Professor de Pedagogia, Nível "II", Classe "B", lotada na Secretaria Municipal de Educação, **com proventos pela integralidade da média aritmética**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2014.03.02563P**, a partir da data da sua publicação, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de 29/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Lucas do Rio Verde - MT, 29 de maio de 2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva - PREVILUCAS

Homologo:

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:2C910F47

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 082/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA *da servidora* JANAINA ALVES DE OLIVEIRA.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **JANAINA ALVES DE OLIVEIRA**, efetiva no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **30 de MAIO de *2014* e término em 14 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02559P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **30/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:E73D63A8

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 083/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA do servidor JAIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao servidor Sr. **JAIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, efetivo no cargo de **PROFESSOR 30HS**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **31 de MAIO de *2014* e término em 15 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02557P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **31/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:80F3EF2A

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 084/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora MARIA APARECIDA DA SILVA CECHIN."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **MARIA APARECIDA DA SILVA CECHIN**, efetiva no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **26 de ABRIL de *2014* e término em 11 de MAIO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02532R1**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **23/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:D3D9ECCE

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 085/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora MARIA APARECIDA DA SILVA CECHIN."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **MARIA APARECIDA DA SILVA CECHIN**, efetiva no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **12 de MAIO de *2014* e término em 26 de MAIO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02532R2**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **12/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:F46BA013

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 086/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora FABIANE DE ARAUJO FERREIRA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **FABIANE DE ARAUJO FERREIRA**, efetiva no cargo de **PROFESSORA 30HS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **01 de MAIO de *2014* e término em 12 de MAIO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02550P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **01/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:6720DDAA

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 087/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora FABIANE DE ARAUJO FERREIRA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **FABIANE DE ARAUJO FERREIRA**, efetiva no cargo de **PROFESSORA 30HS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **13 de MAIO de *2014* e término em 29 de MAIO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02550R1**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **13/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:EBB17B22

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 088/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora ELISANGELA RENATA TOMAZ DENARDIN."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **ELISANGELA RENATA TOMAZ DENARDIN**, efetiva no cargo de **PROFESSORA 30HS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **24 de MAIO de *2014* e término em 09 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02552P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **24/04/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:75DD71E2

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 089/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora CRISTIANE SOARES DOS SANTOS."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **CRISTIANE SOARES DOS SANTOS**, efetiva no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **23 de MAIO de *2014* e término em 07 de JULHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02549P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **23/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:3A7BCC41

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º090/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. LILIA LOPES DE MELLO CAMPOS

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO,DiretoraExecutiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 33 e 34, da Lei Municipal n.º 2.134/2013, de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **LILIA LOPES DE MELLO CAMPOS,** efetiva no cargo de **MONITORA CRECHE**, lotada na **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE**, com vencimentos integrais, a partir de **19 de MAIO de 2014 e término em 15 de SETEMBRO de 2014**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2014.08.02560P .**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **19/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:80A9667B

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 091/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora JUSLEY CASTRO PEDROSO."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **JUSLEY CASTRO PEDROSO**, efetiva no cargo de **AJUDANTE ADMINISTRATIVO**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE FINANCAS**, com vencimentos integrais, a partir de **01 de MAIO de *2014* e término em 25 de JULHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.00106R5**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **01/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:79B333B5

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 092/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora ROSEMEIRE FERNANDES."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **ROSEMEIRE FERNANDES**, efetiva no cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **08 de MAIO de *2014* e término em 22 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02545P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **08/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:0BEC7D08

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 093/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora EMILLE SOUZA DE ASSIS ESTOUCO*."*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **EMILLE SOUZA DE ASSIS ESTOUCO**, efetiva no cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **15 de MAIO de *2014* e término em 29 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02543P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **15/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:3E3C230C

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 094/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora NEIDE PLUCINSKI."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **NEIDE PLUCINSKI**, efetiva no cargo de **PROFESSORA 30HS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **10 de MAIO de *2014* e término em 24 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02542P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **10/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:3CEC920F

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º095/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora SIRLEY SUPLANO DORNELES."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **SIRLEY SUPLANO DORNELES**, efetiva no cargo de **MERENDEIRA**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **03 de MAIO de *2014* e término em 20 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.00009R1**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **03/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 26/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:C24A2263

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 096/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora VERA APARECIDA DA CUNHA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **VERA APARECIDA DA CUNHA**, efetiva no cargo de **PROFESSOR ENSINO INFANTIL 30HS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **30 de MAIO de *2014* e término em 14 de JULHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02556P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **30/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 26/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:8523A51C

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 097/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora FABIANA APARECIDA BOAVENTURA SILVA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **FABIANA APARECIDA BOAVENTURA SILVA**, efetiva no cargo de **ENFERMEIRA**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **07 de MAIO de *2014* e término em 26 de MAIO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02555P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **07/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 26/05/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:908B4945

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º098/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. FABIANA APARECIDA BOAVENTURA SILVA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO,DiretoraExecutiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 33 e 34, da Lei Municipal n.º 2.134/2013, de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **FABIANA APARECIDA BOAVENTURA SILVA,** efetiva no cargo de **ENFERMEIRA**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **16 de MAIO de 2014 e término em 12 de SETEMBRO de 2014**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2014.08.02558P .**
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **16/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 26/05/2014

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:00C3D6D8

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO N.º 059/2014

*A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. Prefeito Municipal em Exercício Miguel Vaz Ribeiro, **NOMEIA** o(a) concursado(a) abaixo relacionado(a), classificado(a) no **Concurso Publico 01/2013**, e **CONVOCA** para comparecer no prazo máximo*

de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação desta no Jornal oficial do Município, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada a Av. América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, para apresentar documentos, habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo.

Cargo: AJUDANTE ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
21°	MARCELLA APARECIDA DA COSTA
22°	WELLINGTON GALDINO MOREIRA

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
02°	CID ROBSON BOLONHESE

Cargo: MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
17°	JEANE MENDES SILVA VIEGA

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Lucas do Rio Verde – MT, 28 de Maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:98B0D3E4

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO N.º 060/2014

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. Prefeito Municipal em Exercício Miguel Vaz Ribeiro ***NOMEIA*** *o(a) concursado(a) abaixo relacionado(a), classificado(a) no* ***Concurso Publico 02/2011****, e* ***CONVOCA*** *para comparecer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação desta no Jornal oficial do Município, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada a Av. América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, para apresentar documentos, habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo.*

Cargo: FISCAL DE OBRAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
07°	*KAROLINE PAOLA DOMINGUES DA SILVA*

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Lucas do Rio Verde – MT, 28 de Maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:B698082C

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 482, DE 27 DE MAIO DE 2014

Nomear Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2014, e dá outras providencias.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito do Município em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear os servidores municipais abaixo, para compor a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2014, considerando a partir desta data.

Mat.	Nome	Cargo	CPF	Função na Comissão
4744	ALINE HARTMANN	Analista Administrativo	964.379.790-20	Presidente
0009	ANA CRISTINA DE ALMEIDA BLESSA	Professora Magistério – 30 horas	640.314.979-20	Secretária
4473	FLAVIA DE MOURA DANTAS	Coordenador de Turismo e Eventos	981.082.551-04	Membro
1135	ALEXANDRE LOMBA DE OLIVEIRA	Professor de Educação Física	018.844.759-81	Membro
797	DANIELA PELISSARI	Ajudante Administrativo	986.608.021-87	Membro

Art. 2° A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Municipal n° 1.115/2004, Lei Municipal nº 1.816/2010, Lei nº 2264/2014, Lei nº 2265/2014, Lei nº 2266/2014 e Decreto n° 2040/2010 e do Edital do Processo Seletivo Simplificado 01/2014.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária de Planejamento, Gestão e Orçamento

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Publicado por:
Aline Hartmann
Código Identificador:97A6F801

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 154/2014
DATA:06/05/2014
CREDOR: MARFLY VIAGENS E TURISMO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO PARCELADO, FUTURO E EVENTUAL DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, COMPREENDENDO A RESERVA, AGENDAMENTO, VENDAS, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADE.
VIGENCIA:02/11/2014
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de Passagens
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de Passagens
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 17/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:2B559DC5

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 159/2014
DATA:14/05/2014
CREDOR: COPACEL IND.COM.DE CALC. E CER.LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA TRATAMENTO SUPERFICIAL SIMPLES-TSS E EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT.
VIGENCIA:09/01/2015
VALOR: R$ 107.637,00 (CENTO E SETE MIL SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGÃO PRESENCIAL 056/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:31B3EE4F

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 198/2014
DATA:21/05/2014
CREDOR: PAVILUCAS PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES, DE LAVAGEM E LIMPEZA DE RUAS, COM MANUSEIO E APLICAÇÃO DE PRODUTO PARA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:16/01/2015
Nº NE/ANO: 0682600/2014
VALOR: R$ 156.000,00 (CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL REAIS)
PROC. LICITATÁRIO:

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:DA5345AA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 150/2014
DATA:06/05/2014
CREDOR: COMÉRCIO DE ALIMENTOS BAITACA LTDA - EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL, CRECHES, EJA E MANUTENÇÃO DA PADARIA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, PARA O 1º SEMESTRE DE 2014.
VIGENCIA:02/11/2014
Nº NE/ANO: 06243/2014, 06246/2014, 06242/2014, 06244/2014, 06247/2014, 06248/2014, 06249/2014, 06250/2014, 06251/2014
VALOR: R$ 189140.00 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL E CENTO E QUARENTA REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 45/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:05C67390

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 151/2014
DATA:06/05/2014
CREDOR: SUPERMERCADO ROMANCINI LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL, CRECHES, EJA E MANUTENÇÃO DA PADARIA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, PARA O 1º SEMESTRE DE 2014.
VIGENCIA:02/11/2014
Nº NE/ANO: 06185/2014, 06186/2014, 06187/2014, 06188/2014, 06190/2014, 06191/2014, 06198/2014, 06199/2014, 06200/2014
VALOR: R$ 133316.60 (CENTO E TRINTA E TRES MIL TREZENTOS E DEZESSEIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 45/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:FC2EF0BB

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 152/2014
DATA:06/05/2014
CREDOR: MERCADO JARDIM PRIMAVERA LTDA - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL, CRECHES, EJA E MANUTENÇÃO DA PADARIA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, PARA O 1º SEMESTRE DE 2014.
VIGENCIA:02/11/2014
Nº NE/ANO: 06141/2014, 06177/2014, 06178/2014, 06179/2014, 06180/2014, 06182/2014, 06184/2014, 06181/2014
VALOR: R$ 114056.10 (CENTO E QUATORZE MIL CINQUENTA E SEIS REAIS E DEZ CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 45/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:F8A09428

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 153/2014
DATA:06/05/2014
CREDOR: VANIA ALVES TOLENTINO ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR DAS

ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL, CRECHES, EJA E MANUTENÇÃO DA PADARIA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, PARA O 1º SEMESTRE DE 2014.
VIGENCIA:02/11/2014
Nº NE/ANO: 06236/2014, 06237/2014, 06238/2014, 06239/2014, 06240/2014, 06241/2014, 06183/2014
VALOR: R$ 95686.36 (NOVENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 45/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:B299696C

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 155/2014
DATA:06/05/2014
CREDOR: MILAN FLEX COM. IND.E INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, DIVISÓRIAS E PERSIANAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE-MT,
VIGENCIA:06/05/2015
Nº NE/ANO: 06171/2014, 06172/2014, 06173/2014, 09173/2014, 06170, 06167/2014, 06159/2014, 06146/2014, 06147/2014, 06149/2014, 06153/2014, 06156/2014, 06145/2014, 06144/2014, 06143/2014 e 06175/2014
VALOR: 34.935,00 (TRINTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: ADESÃO 05/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:3A40B8F5

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 156/2014
DATA:07/05/2014
CREDOR: MERCADO JARDIM PRIMAVERA LTDA - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E EMBALAGENS PARA COFFEE BREAK PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT
VIGENCIA:07/05/2015
Nº NE/ANO: 06264/2014
VALOR: R$ 26137.86 (VINTE E SEIS MIL CENTO E TRINTA E SETE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 54/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:A8107A75

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 157/2014
DATA:09/05/2014
CREDOR: JAIR JACIR DRESCHER - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE PARA AUXÍLIO A EQUIPE DE TAPA BURACO NO TRANSPORTE DE MISTURA ASFÁLTICO A FRIO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE – MT.
VIGENCIA:09/05/2015
Nº NE/ANO: 06374/2014
VALOR: R$ 65600.00 (SESSENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 49/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:E48BC49C

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 158/2014
DATA:14/05/2014
CREDOR: CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA TRATAMENTO SUPERFICIAL SIMPLES-TSS E EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT.
VIGENCIA:09/01/2015
VALOR: 25.320,00 (VINTE CINCO MIL TREZENTOS E VINTE REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGÃO PRESENCIAL 056/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:67B6F88A

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 160/2014
DATA:14/05/2014
CREDOR: DISBRAL DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTOS S.A
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA TRATAMENTO SUPERFICIAL SIMPLES-TSS E EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT.
VIGENCIA:09/01/2015
VALOR: R$ 1.218.390,00 (HUM MILHÃO DUZENTOS E DEZOITO MIL E TREZENTOS E NOVENTA REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGÃO PRESENCIAL 056/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:63C2B405

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 161/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: WINTER RANDALL PEREIRA VANI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE TEXTURA MÉDIA EM UMA DEMÃO DE PAREDES EXTERNAS (CORPO EXTERNO DO PRÉDIO) E TEXTURA MÉDIA EM UMA DEMÃO DE PAREDES EXTERNAS (VOLUMES) DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL CECILI
VIGENCIA:14/07/2014
Nº NE/ANO: 06524/2014
VALOR: R$ 14781.36 (QUATORZE MIL SETECENTOS E OITENTA E UM REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 55/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:A0ADE827

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 162/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: BACANA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE TEXTURA MÉDIA EM UMA DEMÃO DE PAREDES EXTERNAS (CORPO EXTERNO DO PRÉDIO) E TEXTURA MÉDIA EM UMA DEMÃO DE PAREDES EXTERNAS (VOLUMES) DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL CECILIA M
VIGENCIA:14/07/2014
Nº NE/ANO: 06433/2014
VALOR: R$ 5699.50 (CINCO MIL SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 55/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:BF3D45D2

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 163/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: CLINICA DIETETICA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2014, REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2014
VIGENCIA:15/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada do suplemento alimentar
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada do suplemento alimentar
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 16/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:A8B2945B

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 164/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: AVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT
VIGENCIA:14/07/2014
Nº NE/ANO: 06521/2014
VALOR: R$ 14880.00 (QUATORZE MIL E OITOCENTOS E OITENTA REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 14/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:A22B35D8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 165/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: R F G DOS SANTOS & CIA LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT
VIGENCIA:14/07/2014
Nº NE/ANO: 06523/2014
VALOR: R$ 10566.65 (DEZ MIL QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 14/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:3A90F533

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 166/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT
VIGENCIA:14/07/2014
Nº NE/ANO: 06522/2014
VALOR: R$ 6513.59 (SEIS MIL QUINHENTOS E TREZE REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 14/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:1E636FD8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 167/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: RORIZ INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT
VIGENCIA:14/07/2014
Nº NE/ANO: 05410/2014
VALOR: R$ 44761.00 (QUARENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS E SESSENTA E UM REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 14/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:73F5CC14

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 168/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ACESSÍVEIS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES
VIGENCIA:15/05/2015
Nº NE/ANO: 0653000/2014, 0653100/2014
VALOR: R$ 212.700,00 (DUZENTOS E DOZE MIL E SETECENTOS REAIS)
PROC. LICITATÁRIO:

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:139AC662

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 169/2014
DATA:15/05/2014
CREDOR: MACHADO & SILVA LTDA
OBJETO: FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA N. 22/2013 QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2012 -TCE/MT
VIGENCIA:15/05/2015
Nº NE/ANO: 065400/2014, 0659300/2014, 0653900/2014, 0653200/2014, 0653800/2014, 0653700/2014, 0653600/2014, 0654500/2014, 0653300/2014, 0654100/2014.
VALOR: R$ 119.966,50 (CENTO E DEZENOVE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: ADESÃO 08/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:3AD34739

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 171/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: HANNELIESE REITER PATTIS EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, LUBRIFICANTES, CÂMARA DE AR, PROTETORES E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS
VIGENCIA:16/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 52/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:1CE2F020

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 172/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: ROSANGELA BARROS DA SILVA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, LUBRIFICANTES, CÂMARA DE AR, PROTETORES E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS
VIGENCIA:16/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais

PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 52/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:247FC865

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 173/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: KIRST TRR LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, LUBRIFICANTES, CÂMARA DE AR, PROTETORES E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS
VIGENCIA:16/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 52/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:3E6A87FA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 174/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: MERCADAO DA LIMPEZA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, LUBRIFICANTES, CÂMARA DE AR, PROTETORES E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS
VIGENCIA:16/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 52/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:7D929DFE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 175/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: T.A.B. ULIANA & CIA LTDA-ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, LUBRIFICANTES, CÂMARA DE AR, PROTETORES E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS
VIGENCIA:16/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 52/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:50B2BCE5

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 176/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: NELSON LUIZ SUSIN
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, LUBRIFICANTES, CÂMARA DE AR, PROTETORES E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS
VIGENCIA:16/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 52/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:CB21F943

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 177/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: PNEUS VIA NOBRE LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, LUBRIFICANTES, CÂMARA DE AR, PROTETORES E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS
VIGENCIA:16/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 52/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:13D60167

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 178/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: ROMULO NONATO DA SILVA JUNIOR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (ELETRODOMÉSTICO) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06606/2014, 06607/2014, 06608/2014, 06609/2014, 06610/2014, 06604/2014, 06605/2014, 06655/2014
VALOR: R$ 64535.60 (SESSENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:665032A0

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 179/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: AVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (ELETRODOMÉSTICO, ELETROELETRÔNICO) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06636/2014, 06637/2014, 06638/2014, 06639/2014, 06640/2014, 06642/2014, 06643/2014, 06641/2014
VALOR: R$ 28204.70 (VINTE E OITO MIL DUZENTOS E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:25451A32

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 180/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (ELETRODOMÉSTICOS) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06631/2014, 06632/2014, 06633/2014, 06634/2014, 06635/2014
VALOR: R$ 22860.80 (VINTE E DOIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:3E11DECE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 181/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: ATLANTIS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (ELETRODOMÉSTICOS) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06645/2014, 06646/2014
VALOR: R$ 42064.60 (QUARENTA E DOIS MIL SESSENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:E218AD42

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 182/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: INECOM EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCA
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06651/2014, 06652/2014
VALOR: R$ 102670.28 (CENTO E DOIS MIL SEISCENTOS E SETENTA REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:C5A2D33C

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 183/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: D.S.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE AÇO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (MÓVEIS) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06644/2014
VALOR: R$ 45865.80 (QUARENTA E CINCO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:4E2CC85E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 184/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: JAIRO ANTONIO ZANATTA EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (ELETROELETRÔNICO) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06613/2014, 06615/2014, 06616/2014, 06614/2014
VALOR: R$ 5433.00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E TRES REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:4162B8F5

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 185/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: DAL MASO E DAL MASO LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (MÓVEIS) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06611/2014, 06612/2014
VALOR: R$ 29745.57 (VINTE E NOVE MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:70480885

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 186/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: T NAVA SERV. ASSES. EM PREGÕES ELET. E COM. DE ELETR. EIRELI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (ELETRODOMESTICO) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06627/2014, 06617/2014, 06628/2014, 06630/2014
VALOR: R$ 14483.83 (QUATORZE MIL QUATROCENTOS E OITENTA E TRES REAIS E OITENTA E TRES CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:DEACBD07

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 187/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: TERRA BRINQUEDOS EIRELI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (ELETRODOMESTICO) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06653/2014
VALOR: R$ 918.00 (NOVECENTOS E DEZOITO REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:B7894F79

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 188/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: LL DE ALMEIDA BRINQUEDOS ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (BRINQUEDOS EDUCATIVO) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS

MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06649/2014, 06650/2014
VALOR: R$ 27493.00 (VINTE E SETE MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E TRES REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:D5052893

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 189/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: TIC TAC COMÉRCIO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (BRINQUEDOS EDUCATIVO) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06647/2014, 06648/2014
VALOR: R$ 107655.00 (CENTO E SETE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:8905AE6C

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 189/2014
DATA:16/05/2014
CREDOR: TIC TAC COMÉRCIO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE (BRINQUEDOS EDUCATIVO) PARA USO NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE E AQUISIÇÃO MATERIAL DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VIGENCIA:14/08/2014
Nº NE/ANO: 06647/2014, 06648/2014
VALOR: R$ 107655.00 (CENTO E SETE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 15/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:194B665B

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 191/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: MORADA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA EM VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: 06736/2014
VALOR: R$ 540.000,00 (QUINHENTOS E QUARENTA MIL REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 51/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:BD58E7FE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 191/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: MORADA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA EM VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: 06736/2014
VALOR: R$ 540.000,00 (QUINHENTOS E QUARENTA MIL REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 51/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:F9BDE9C8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 192/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: CARLOS PEREIRA BARBOSA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA EM VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: 06738/2014

VALOR: R$ 513.960,00 (QUINHENTOS E TREZE MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 51/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:68FEF2EC

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 193/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: A. BARAZETTI - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA EM VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: 06739/2014
VALOR: R$ 474.000.00 (DUZENTOS E TRINTA E SETE MIL REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 51/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:21B73B4E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 194/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: J.C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TECIDOS DIVERSOS, AVIAMENTOS E TOALHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 18/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:64ADF8CC

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 195/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: SANTACOTEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA - EPP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TECIDOS DIVERSOS, AVIAMENTOS E TOALHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 18/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:75858904

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 196/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TECIDOS DIVERSOS, AVIAMENTOS E TOALHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 18/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:595111F5

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 196/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TECIDOS DIVERSOS, AVIAMENTOS E TOALHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 18/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:0065FC33

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 197/2014
DATA:20/05/2014
CREDOR: PAPELARIA & INFORMATICA CENTRUS LTDA - EPP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TECIDOS DIVERSOS, AVIAMENTOS E TOALHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 18/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:CE3914C8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 199/2014
DATA:23/05/2014
CREDOR: JOSE MARGREITER ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECAPAGEM DE PNEUS E SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:23/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO:

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:CF34381F

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 200/2014
DATA:23/05/2014
CREDOR: PNEUS VIA NOBRE LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECAPAGEM DE PNEUS E SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:23/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO:

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:E1BBE32B

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 201/2014
DATA:23/05/2014
CREDOR: UGOLINI PNEUMATICOS LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECAPAGEM DE PNEUS E SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:23/05/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO:

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:D3CC1A58

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 202/2014
DATA:23/05/2014
CREDOR: JS DIESEL E MECANICA DE AUTO PEÇAS LTDA
OBJETO: LOCAÇÃO DE 01(UM) CAVALO MECÂNICO COM TOMADA DE FORÇA, MOTORISTA PARA PUXAR A CARRETA PIPA DO MUNICÍPIO E 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA COM CARRETO PIPA E CAPACIDADE MÍNIMA DE 5.000 LITROS, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA IRRIGAR OS CANTEIROS DAS AVENIDAS DA CIDADE.
VIGENCIA:18/01/2015
Nº NE/ANO: 0691900/2014
VALOR: 115.560,00 (CENTO E QUINZE MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 62/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:76FB8A50

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 203/2014
DATA:23/05/2014
CREDOR: MIRANDA TRANSPORTES LTDA ME
OBJETO: LOCAÇÃO DE 01(UM) CAVALO MECÂNICO COM TOMADA DE FORÇA, MOTORISTA PARA PUXAR A CARRETA PIPA DO MUNICÍPIO E 01 (UM) TRATOR

AGRÍCOLA COM CARRETO PIPA E CAPACIDADE MÍNIMA DE 5.000 LITROS, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA IRRIGAR OS CANTEIROS DAS AVENIDAS DA CIDADE,
VIGENCIA:18/01/2015
Nº NE/ANO: 0692800/2014
VALOR: R$ 61.998,00 (SESSENTA E UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REIAS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 62/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:3777E2DE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014.

Nº DO CONTRATO: 204/2014
DATA:23/05/2014
CREDOR: JAIR JACIR DRESCHER - ME
OBJETO: LOCAÇÃO DE 01(UM) CAVALO MECÂNICO COM TOMADA DE FORÇA, MOTORISTA PARA PUXAR A CARRETA PIPA DO MUNICÍPIO E 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA COM CARRETO PIPA E CAPACIDADE MÍNIMA DE 5.000 LITROS, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA IRRIGAR OS CANTEIROS DAS AVENIDAS DA CIDADE,
VIGENCIA:18/01/2015
Nº NE/ANO: 0693100/2014
VALOR: R$ 48.900,00 (QUARENTA E OITO MIL NOVECENTOS REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 62/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:74655213

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE ADITIVOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES -MAIO/2014

TIPO DE ALTERAÇÃO Nº: 3º Termo de Aditivo de Contrato Nº 358/2013
CONTRATADO: LEONARDO JACOMETO DURANTE - ME
DATA:11/11/2013
MOTIVO ADITIVO: ADITIVO DE SUPRESÃO DE VALOR
VALOR ADITIVADO: -2.921,81 (DOIS MIL NOVECENTOS E VINTE E UM REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS)
Nº NE/ANO: /2013

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:2AFBE799

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE ADITIVOS

TIPO DE ALTERAÇÃO Nº: 2º Termo de Aditivo de Contrato Nº 42/2014
CONTRATADO: SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA
DATA:06/05/2014
MOTIVO ADITIVO: Reequilíbrio Econômico Financeiro
VIGENCIA: 06/05/2015

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente da CPL

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI
Diretor Saae

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:873CD9D7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE 2014 - ANEXO I

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JAN a ABR/2014

LRF Cidadão 9.31 - 29/05/14	
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.425.003,67
Pessoal Ativo	13.425.003,67
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	24.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	24.000,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	13.401.003,67
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	30.845.961,58
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	43,44
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	16.656.819,25
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	15.823.978,29
[1] Valores ref erentes à mov imentação financeira concedida ao RPPS relativ os à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:09914DCB

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE 2014 - ANEXO I LEGISLATIVO

MUNICÍPIO DE MATUPA - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR/2014

LRF Cidadão 9.31 - 29/05/14	
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	659.056,66
Pessoal Ativo	659.056,66
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	0,00

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	659.056,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	30.845.961,58
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	2,14
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.850.757,69
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	1.758.219,81
[1] Valores ref erentes à mov imentação financeira concedida ao RPPS relativ os à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:D710E965

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE 2014 - ANEXO II

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a ABRIL/2014
LRF Cidadão 9.31 - 29/05/14

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	11.759.478,66	14.236.070,50	-	-
Ativo Disponível	11.759.478,66	14.520.413,03	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	284.342,53	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	27.875.705,25	30.845.961,58	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:17EAF3CF

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE 2014 - ANEXO III

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR/2014

LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14				
LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	27.875.705,25	30.845.961,58	21.699.172,89	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00
CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:2BA7224E

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE 2014 - ANEXO IV

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR/2014
LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	30.845.961,58
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:B2C5AE93

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO - 2º BIMESTRE 2014 - ANEXO VI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14			
RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			
ESPECIFICAÇÃO	**SALDO**		
	Em 31 Dez 2013 (a)	**Em 28Fev 2014 (b)**	**Em 30 Abr 2014 (c)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	11.328.950,54	13.676.051,88	14.236.070,50
Ativ o Disponiv el	11.759.478,66	13.962.834,49	14.520.413,03
Hav eres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	430.528,12	286.782,61	284.342,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-11.328.950,54	-13.676.051,88	-14.236.070,50
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**-11.328.950,54**	**-13.676.051,88**	**-14.236.070,50**
ESPECIFICAÇÃO	**PERÍODO DE REFERÊNCIA**		
	No Bimestre (c - b)		**Jan a Abr 2014 (c - a)**
RESULTADO NOMINAL		-560.018,62	-2.907.119,96
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			**VALOR**
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	**SALDO**		
	Em 31 Dez 2013 (a)	**Em 28Fev 2014 (b)**	**Em 30 Abr 2014 (c)**
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	6.984.319,99	7.573.341,64	7.867.178,44
Ativ o Disponiv el	6.984.319,99	7.573.341,64	7.867.178,44
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00
Hav eres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE:			

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:DFE3B02D

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO - 2º BIMESTRE 2014 - ANEXO VII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14				
RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)				
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**		
		No Bimestre	**Jan a Abr 2014**	**Jan a Abr 2013**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	32.177.069,00	6.054.714,88	11.721.594,09	9.637.048,51
Receita Tributária	2.639.000,00	1.085.082,68	1.626.467,48	936.461,29
IPTU	1.100.000,00	0,00	0,00	356.947,78
ISS	550.000,00	188.202,58	312.786,88	232.001,44
ITBI	350.000,00	85.003,86	131.887,08	106.252,22
IRRF	350.000,00	705.700,39	1.017.269,27	112.966,62
Taxas	288.500,00	106.175,85	164.524,25	105.977,74
Contribuição de Melhoria	500,00	0,00	0,00	22.315,49
Receitas de Contribuições	1.855.613,00	266.097,89	402.000,08	362.318,54
Receita Previdenciária	1.543.544,00	254.901,13	385.301,04	315.696,54
Outras Contribuições	312.069,00	11.196,76	16.699,04	46.622,00
Receita Patrimonial Líquida	800.000,00	215.301,75	290.965,07	396.048,89
Receita Patrimonial	954.000,00	268.221,92	385.454,71	434.778,94
(-) Aplicações Financeiras	154.000,00	52.920,17	94.489,64	38.730,05
Transf erências Correntes	26.194.600,00	4.398.656,92	9.227.833,70	7.639.262,02
FPM	7.200.000,00	1.024.719,41	2.586.901,11	2.192.834,22
ICMS	6.560.000,00	1.142.494,91	2.244.923,19	1.592.408,89
Outras Transf erências Correntes	12.434.600,00	2.231.442,60	4.396.009,40	3.854.018,91
Demais Receitas Correntes	687.856,00	89.575,64	174.327,76	302.957,77
Dív ida Ativ a	415.000,00	62.070,92	118.714,90	184.361,21
Receitas Correntes Div ersas	272.856,00	27.504,72	55.612,86	118.596,56
Operações de Crédito (III)	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	20.000,00	0,00	52.100,00	0,00
Transf erências de Capital	7.163.100,00	0,00	0,00	791.643,27
Conv ênios	7.163.100,00	0,00	0,00	791.643,27
Outras Transf erências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	7.163.100,00	0,00	0,00	791.643,27
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**39.340.169,00**	**6.054.714,88**	**11.721.594,09**	**10.428.691,78**
DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
		No Bimestre	**Jan a Abr 2014**	**Jan a Abr 2013**
DESPESAS CORRENTES (VIII)	30.390.678,25	5.005.655,77	8.757.520,74	6.007.529,95
Pessoal e Encargos Sociais	15.461.588,33	2.393.202,61	4.429.490,77	3.330.468,11
Juros e Encargos da Dív ida (IX)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.928.089,92	2.612.453,16	4.328.029,97	2.677.061,84
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	30.389.678,25	5.005.655,77	8.757.520,74	6.007.529,95
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.955.892,75	416.056,14	1.141.322,33	1.018.601,45
Inv estimentos	7.946.892,75	416.056,14	1.141.322,33	951.990,39
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	9.000,00	0,00	0,00	66.611,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	7.946.892,75	416.056,14	1.141.322,33	951.990,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.110.529,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**39.447.100,00**	**5.421.711,91**	**9.898.843,07**	**6.959.520,34**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**-106.931,00**	**633.002,97**	**1.822.751,02**	**3.469.171,44**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**0,00**	**-**
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				**VALOR**
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00
FONTE:				

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:764A75C6

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO - 2º BIMESTRE 2014 - ANEXO X

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)				LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14	
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Abr 2014 (b)**	**% (b/a)**
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	20.908.500,00	20.908.500,00	3.348.997,93	7.177.996,21	34,33
Receitas de Impostos	2.458.500,00	2.458.500,00	346.093,43	591.253,06	24,05
Impostos	2.000.000,00	2.000.000,00	273.206,44	444.673,96	22,23
Dív ida Ativ a dos Impostos	320.000,00	320.000,00	52.858,62	102.813,33	32,13
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div . Ativa de	138.500,00	138.500,00	20.028,37	43.765,77	31,6
Receitas de Transf erências Constitucionais e Legais	18.450.000,00	18.450.000,00	3.002.904,50	6.586.743,15	35,7
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.200.000,00	7.200.000,00	1.024.719,41	2.586.901,11	35,93
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-10.400,00	-10.400,00	-7.976,32	-15.952,64	153,39
Cota-Parte ICMS	6.560.000,00	6.560.000,00	1.142.494,91	2.244.923,19	34,22
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	216.000,00	216.000,00	4.843,50	7.077,66	3,28
Cota-Parte IPVA	720.000,00	720.000,00	196.564,91	359.934,31	49,99
Parcela das Transf erências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	3.684.400,00	3.684.400,00	599.064,80	1.314.594,30	35,68
Cota-Parte IOF-OURO	80.000,00	80.000,00	43.193,29	89.265,22	111,58
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	5.910.900,00	5.910.900,00	842.820,30	1.738.942,86	29,42
Transferências Multigov ernamentais do FUNDEB (IV)	5.247.500,00	5.247.500,00	738.275,93	1.587.874,40	30,26
Transf erências de Recursos do FUNDEB (V)	5.247.500,00	5.247.500,00	738.275,93	1.587.874,40	30,26
Complementação da União ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0

FUNDEB					
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenv olv imento	601.900,00	601.900,00	104.544,37	151.068,46	25,1
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	61.500,00	61.500,00	0,00	0,00	0
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**23.135.000,00**	**23.135.000,00**	**3.592.753,43**	**7.602.344,77**	**32,86**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2012 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.220.727	4.944.627,42	659.448,04	1.077.259,21	21,79
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	4.660.727,42	4.384.627,42	477.174,08	794.704,19	18,12
Despesas com Educação IInfantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	480.000,00	480.000,00	156.444,44	241.567,60	50,33
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	80.000,00	80.000,00	25.829,52	40.987,42	51,23
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	5.456.500,00	5.456.500,00	811.259,35	1.400.979,28	25,68
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	3.310.000,00	3.310.000,00	474.652,02	825.936,57	24,95
Outras Despesas no Ensino Básico	2.146.500,00	2.146.500,00	**336.607,33**	575.042,71	26,79
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**10.677.227,42**	**10.401.127,42**	**1.470.707-,39**	**2.478.238,49**	**-23,83**

[se II>IV]= PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)	- -
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	273.280,10
DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas Com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas Com Educação Infantil em Creches e Pré Escolas	**0,00**
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**273.280,10**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	--	
RP de despesas com Ensino Básico	--	

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**2.204.958,39**
TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	**30,72**
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	**52,02**

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2013	Jan a Abr 2014
	0.00	**274.516,41**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Abr 2014 (f)	% (f/e)
ENSINO FUNDAMENTAL	8.008.227,42	7.691.427,42	1.005.542,09	1.693.738,74	22,02
ENSINO PROFISSIONAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0
ENSINO SUPERIOR	40.000,00	75.700,00	14.898,95	21.430,49	28,31
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.257.000,00	2.257.000,00	393.415,19	685.423,96	30,37
EDUCAÇÃO ESPECIAL	362.000,00	367.000,00	56.851,16	77.645,30	21,16
TOTAL DAS DESPESAS	**10.677.227,42**	**10.401.127,42**	**1.470.707,39**	**2.478.238,49**	**23,83**
FONTE:					

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:D8AD41B1

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 43/2014

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **13 de JUNHO de 2014 às 14h00min** na sede da Prefeitura Municipal, o **"PREGÃO PRESENCIAL – SRP PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA TRANSPORTE DE PACIENTES DE HEMODIÁLISE DA CIDADE MATUPÁ A SINOP E TRAZE-LOS DE VOLTA E FRETAMENTO DE VAN DE MATUPÁ A COLIDER PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETÁRIA DE SAÚDE"**. Maiores informações através do Edital **nº. 062/2014**, que deve ser solicitado pelos e-mails **atendimento@matupa.mt.gov.br e licita@matupa.mt.gov.br** ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 30 de Maio de 2014.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:AD2539D1

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 44/2014

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **12 de JUNHO de 2014 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA DESLOCAMENTO DE POSTES DE ALTA E BAIXA TENSÃO – COM UTILIZAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ"**. Maiores informações através do Edital **nº. 063/2014**, que deve ser solicitado pelos e-mails **atendimento@matupa.mt.gov.br e licita@matupa.mt.gov.br** ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 30 de Maio de 2014.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:B0F24B96

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
EDITAL

EDITAL Nº 028/2014

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste - MT, **Elias Mendes Leal Filho**, visando aplicar o disposto no Artigo 48 e o seu Parágrafo Único, da Lei nº 101 de 04 de Maio de 2.000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que diz: **Artigo 48** - "São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos". **Parágrafo Único**: "A **transparência** será assegurada também mediante incentivo à **participação popular** e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos", vem convidar a todos os membros da sociedade organizada ou a quem este interessar, que no dia **30 de Maio de 2.014**, a partir das **09:00 (nove) horas da manhã**, nas dependências da Secretaria de Educação e Cultura, na Sala de Reuniões do Anexo "José Luis da Silva", estará sendo realizada a **AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE**, envolvendo os diversos segmentos da sociedade, para discussão e apreciação do **RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**, do 1º quadrimestre de 2.014.

Mirassol D'Oeste - MT, 28 de Maio de 2.014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:253A5E67

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
CÓDIGO AMBIENTAL

CÓDIGO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE

TITULO I. 1
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. 3

CAPÍTULO I PRINCIPIOS 3
CAPÍTULO II OBJETIVOS. 4
CAPÍTULO III DEFINIÇÕES. 5

TÍTULO II. 10
DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.. 10

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO.. 10
CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMMA.. 10
CAPÍTULO III DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.. 13
CAPITULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 14

TÍTULO III. 15
DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL MUNICIPAL.. 15

CAPÍTULO ÚNICO DOS INSTRUMENTOS. 15
Seção I Das Normas e Padrões. 15
Seção II Do Zoneamento Ambiental 15
Seção III Da Criação de Áreas de Interesse Ambiental 16
Seção IV Do Licenciamento Ambiental 16
Seção V Da Educação Ambiental 18
Seção VI Da Auditoria Ambiental e Avaliação. 19

TÍTULO IV.. 20
DOS SETORES AMBIENTAIS. 20

CAPÍTULO I DA QUALIDADE AMBIENTAL E DO CONTROLE DA POLUIÇÃO.. 20
CAPÍTULO II DO AR 21
CAPÍTULO III DA ÁGUA.. 23
CAPÍTULO IV DOS ESGOTOS DOMÉSTICOS E EFLUENTES LÍQUIDOS. 23
CAPÍTULO V DO SOLO, DO SUBSOLO E RESÍDUOS. 25
CAPÍTULO VI DA FLORA, FAUNA E PESCA.. 27
CAPÍTULO VII DOS RECURSOS MINERAIS. 29
CAPÍTULO VIII DA EMISSÃO DE RUÍDOS. 30
CAPÍTULO IX DA POLUIÇÃO VISUAL.. 31
CAPÍTULO X DAS ATIVIDADES PERIGOSAS. 31
CAPÍTULO XI DO TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS. 31
CAPÍTULO XII DOS AGROTÓXICOS E OUTROS PRODUTOS TÓXICOS. 32

TÍTULO V.. 34
DA FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES. 34

CAPÍTULO I DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 34
CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES 34
CAPÍTULO III DAS PENALIDADES. 35
Seção I Advertência. 39
Seção II Da Multa. 39
Seção III Da Interdição, Da Apreensão, Do Embargo E Da Demolição. 40
CAPÍTULO IV DO PROCESSO E RECURSOS. 41

TÍTULO VI. 43
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. 43

ANEXOS 62

LEI COMPLEMENTAR Nº. 138 DE 12 DE MAIO DE 2014

"INSTITUI O CÓDIGO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ELIAS MENDES LEAL FILHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2014, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

TITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Fica instituído o Código Ambiental Municipal, podendo ser ampliado e detalhado em Lei Complementar, como instrumento legal do Executivo para regular as ações dos munícipes sobre o meio ambiente para o desenvolvimento humano sustentável.
O Código Ambiental Municipal seguirá as Legislações Ambientais Federais e Estaduais no que couber.

CAPÍTULO I
PRINCÍPIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

São princípios da Política Municipal de Meio Ambiente:
O direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação na conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida para a presente e as futuras gerações;
A otimização e garantia da continuidade de utilização de recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto para o desenvolvimento auto-sustentado;
Ação municipal na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
A preservação do patrimônio cultural, arqueológico e ambiental;
Desenvolvimento e implementação de mecanismos que garantam a integração dos diversos organismos da ação setorial do Município na consecução dos objetivos da política ambiental;
A garantia da prestação de informação relativas ao meio ambiente e o envolvimento da comunidade;
Recuperação do meio ambiente e gestão de recursos ambientais, bem como diretrizes para seu detalhamento em planos setoriais, e acompanhamento e avaliação;
Consideração da disponibilidade de limites dos recursos ambientais, face ao desenvolvimento e a dinâmica demográfica do Município;
Racionalização do uso do solo, do subsolo, dos recursos hídricos, da fauna, da flora e do ar;

Desenvolvimento científico e tecnológico através de incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
A preservação do patrimônio hidrográfico municipal, através de adoção da unidade hidrográfica; a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos;
Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
Proteção de áreas ameaçadas de degradação e recuperação de áreas degradadas;
Promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente;
Proteção dos ecossistemas do município e seus componentes representativos, mediante planejamento, zoneamento e controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras;
A recuperação e reparação dos danos ambientais causados pelos munícipes e outros que por negligência o causaram;
Imposição ao poluidor e ao predador da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos;

CAPÍTULO II
OBJETIVOS
O Código Ambiental Municipal terá por objetivos:
Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade ambiental, visando assegurar as condições da sadia qualidade de vida, do bem estar da coletividade, e das demais formas de vida existentes no território municipal;
Criar normas para maior controle da poluição sonora, visual, do ar, do solo, da água, e a redução de seus níveis;
Assegurar a participação comunitária no planejamento, execução, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental;
Exigir o prévio licenciamento ambiental para a instalação de atividades de produção e serviços de extrativismo com potencial de impacto ao meio ambiente, mediante a apresentação de estudo técnico específico;
Conceder licenças, autorizações e fixar limitações administrativas relativas ao meio ambiente;
Promover o zoneamento ambiental municipal.

CAPÍTULO III
DEFINIÇÕES
Para fins desta Lei compreende-se por:
Advertência: é a intimidação do infrator para fazer cessar as irregularidades sob pena de imposição de sanções;
Apreensão: ato material decorrente do poder de polícia e que consiste no privilégio do poder público de assenhorear-se de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, petrechos, instrumentos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
Áreas Verdes Urbanas: são espaços definidos pelo Poder Público Municipal, constituídos por florestas ou demais formas de vegetação primária, secundária ou plantada, destinados à manutenção da qualidade ambiental urbana (praças e parques);
Auditoria Ambiental: é um processo de inspeção, análise e avaliação sistemática das condições gerais e específicas de funcionamento de atividades ou desenvolvimento de obras, causadores de impacto ambiental;
Auto: instrumento de assentamento que registra, mediante termo circunstanciado, os fatos que interessam ao exercício do poder de polícia;
Auto de infração: registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível;
Auto de notificação: instrumento pelo qual a administração dá ciência ao infrator ou àquele que está na iminência de uma prática infracional, das providências exigidas pela norma ambiental, consubstanciada no próprio auto;
Conservação: administração de recursos naturais para fornecer o benefício máximo por um período de tempo estável. A conservação inclui a preservação e as formas de uso adequado, como a redução do lixo, o uso múltiplo equilibrado e a reciclagem;
Conservação da natureza: manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;
Degradação ambiental: o processo de alteração negativa do ambiente resultante de atividades que possam causar desequilíbrio parcial ou total dos ecossistemas;
Demolição: destruição forçada de obra incompatível com a norma ambiental;
Desenvolvimento sustentável: processo criativo de transformação do meio com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades, atuais e futuras, de todos os membros da sociedade;
Diversidade biológica: a variedade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies; entre espécies e de ecossistemas;
Ecossistema: o conjunto integrado de fatores físicos e bióticos que caracterizam um determinado lugar, estendendo-se por um determinado espaço de dimensões variáveis. Uma totalidade integrada, sistêmica e aberta, que envolve fatores abióticos e bióticos, com respeito à sua composição, estrutura e função;
Embargo: é a suspensão ou a proibição da execução de obra ou implantação de empreendimento;
Estudos Ambientais: são todos os estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, e ampliação de uma atividade ou empreendimento apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.
Estudo Ambiental Simplificado (EAS): estudo técnico para licenciamento, em atividades ou empreendimentos com impacto ambiental pequeno e não significativo, observando-se sua natureza, característica e peculiaridade no âmbito local e aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente;
Estudo de Impacto Ambiental (EIA): estudo que efetua o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, considerando o meio físico, o meio biológico e os ecossistemas naturais, o meio sócio-econômico; apresenta análise dos impactos ambientais e suas alternativas; define as medidas mitigadoras dos impactos negativos; elabora um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos. O estudo será realizado por equipe multidisciplinar habilitada;
Extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de recursos naturais, mineral, flora e fauna. No referente à flora e fauna, para esta lei, considera-se a atividade que resguarde a capacidade de reposição e manutenção das espécies e nos recursos minerais os cuidados com a degradação ambiental e recuperação das paisagens;
Fumaça: consiste em pequenas partículas sólidas resultantes de uma combustão incompleta de compostos ou substâncias que contém carbono;
Gestão Ambiental: tarefa de administrar e controlar os usos sustentados dos recursos ambientais, por instrumentação adequada (regulamentos, normatização e investimentos) assegurando racionalmente o conjunto do desenvolvimento produtivo social e econômico em benefício do meio ambiente compreendendo:
Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o Órgão Municipal de Meio Ambiente, licencia a instalação, ampliação e a operação de atividades estabelecendo às condições, às restrições e as medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e/ou operar atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;
Fiscalização: toda e qualquer ação de agente fiscal credenciado visando ao exame e verificação do atendimento as disposições

contidas na legislação ambiental, neste código e nas normas dele decorrentes;
Monitoramento ambiental: acompanhamento sistemático da qualidade e disponibilidade dos recursos ambientais;
Impacto Ambiental: mudança induzida pelo homem no ambiente natural, ou provocada por causas naturais, que afetam direta ou indiretamente:
a saúde, a segurança e o bem estar da população;
as atividades sociais e econômicas;
a biota;
as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
os fluxos naturais de energia e matéria dos sistemas;
a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;
os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações;
Infração: é toda a violação de uma lei; é o ato ou omissão contrário a legislação ambiental, a este código e as normas dele decorrentes;
Infrator: é a pessoa fica ou jurídica cujo ato ou omissão, de caráter material ou intelectual, provocou ou concorreu para o descumprimento da norma ambiental;
Interdição: é a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício de atividade ou condução de empreendimento;
Intimação: documento, emanado de autoridade competente, que tem por fim levar a conhecimento do interessado uma ocorrência, a fim de que o intimado possa determinar-se, segundo as regras prescritas na legislação, ou fique sujeito às sanções nela contidas;
Logística Reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;
Manejo: administração de ecossistemas baseada em conhecimento técnicos – científicos, princípios e normas de tal modo que o ser humano possa beneficiar-se dos recursos da natureza sem prejudicar essa mesma utilização para as gerações futuras:
Matéria Particulada: categoria de poluente atmosférico que se refere as partículas sólidas pequenas ou gotículas suspensas no ar. Tais particulados incluem a fuligem, fumaça, poeira, pólen e esporos, fumaça de cigarro, aerossóis e até neblina;
Meio Ambiente: como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e política, que permitem, abrigar e reger a vida em todas as suas formas;
Poder de Polícia: é a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade ou empreendimento, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à proteção, controle ou conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida no município;
Preservação: conjunto de método, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;
Poluente: substância que é irritante, prejudicial ou tóxica à vida humana, animal ou vegetal; o que polui ou pode poluir;
Poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;
Poluição: qualquer alteração da qualidade ambiental decorrente de atividades humanas ou de fatores naturais que direta ou indiretamente:
prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
afetem desfavoravelmente a biosfera;
lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
afetem as condições estéticas e sanitárias do Meio Ambiente;
criem condições adversas ao desenvolvimento sócio-econômico;
afetem desfavoravelmente a biota.
Poluição sonora: toda emissão de barulho, algazarra, ruído e som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar público ou transgrida as disposições fixadas na norma competente;
Qualidade Ambiental: Estado do meio ambiente, percebido objetivamente em termos de medição de seus componentes e, subjetivamente, em termos de atributos como beleza e valor; Refere-se ao estado do ar, água, solo e ecossistemas em relação aos efeitos que afetam o bem-estar dos organismos, particularmente dos humanos, utilizada como valor referencial para o processo de controle ambiental;
Queimada: prática de queima da vegetação, com o fim de preparar o terreno para semear ou plantar; essa prática prejudica a fertilidade do solo pela liberação dos sais minerais;
Recursos Ambientais Municipais: a atmosfera, as águas, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;
Recursos Naturais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera e demais componentes dos ecossistemas, com todas as suas inter-relações necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico;
Reincidência: é a perpetração de infração da mesma natureza ou de natureza diversa, pelo agente anteriormente autuado por infração ambiental.
Relatório Ambiental Simplificado (RAS): objetiva oferecer elementos para a análise da viabilidade ambiental do empreendimento ou atividades consideradas de menor impacto ambiental, com indicativo dos seus efeitos, alternativas mitigadoras e realizado por equipe multidisciplinar registrada no Órgão Municipal de Meio ambiente e aprovado pelo CONSEMMA;
Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): O RIMA, refletirá as conclusões do EIA, contendo no mínimo os objetivos e justificativa do projeto, descrição do projeto e alternativas tecnológicas a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambientais da área do projeto; descrição dos prováveis impactos ambientais; caracterização da qualidade ambiental futura; descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras; programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos; recomendação quanto a alternativa mais favorável;
Ruídos: qualquer som que cause ou possa causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em seres humanos;
Som: Fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de freqüência de 16 Hz a 20 Khz e passível de excitar o aparelho auditivo humano;
Unidade de Conservação: espaço territorial com limites definidos, com seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivo de conservação, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção:
Proteção Integral: manutenção dos ecossistemas livres de alteração causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei (estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre);
Uso Sustentável: exploração do meio ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (área de preservação permanente, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva particular do patrimônio natural).
Uso Direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;
Uso Indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;
Uso Sustentável: exploração do ambiente, de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;
Zona Sensível a Ruídos: são as áreas situadas no entorno de hospitais, escolas, creches, unidades de saúde, bibliotecas, asilos e áreas de preservação ambiental;
Zoneamento: Divisão do território municipal em zonas, levando-se em consideração o meio natural (solo, rede hidrográfica, relevo e clima), as atividades sócios-produtivas e infra-estrutura de apoio e a densidade demográfica, objetivando a preservação e/ou recuperação do equilíbrio ecológico do meio ambiente, pela fixação dos usos mais adequados do solo para cada zona e a declaração dos usos inadequados ou, não permissíveis, para cada uma delas sob enfoque da sustentabilidade.

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO

Fica criado o Sistema Municipal do Meio Ambiente – SIMMA – integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente, para administração da qualidade de vida, da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e, do uso adequado dos recursos ambientais do Município.

§ 1° O Sistema Municipal do Meio Ambiente – SIMMA – será composto pelos órgãos e entidades da administração do município, responsáveis pela utilização, exploração e gestão de recursos naturais, pela preservação, conservação e defesa do meio ambiente, pelo planejamento, controle e fiscalização e avaliação das atividades que o afetam, e pela elaboração e aplicação das leis e normas pertinentes.

§ 2° O Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMA – atuará com o objetivo imediato de organizar, coordenar e integrar as ações dos diferentes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, observados os princípios e as normas desta Lei e as demais legislações pertinentes.

Compõem o Sistema Municipal do Meio Ambiente
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-CONSEMMA
ÓRGÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FMMA

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMMA

Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA – órgão colegiado com caráter consultivo, deliberativo e recursal, de assessoramento do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMA- disciplinado por esta Lei e normas decorrentes, tendo as seguintes atribuições:

Participar da elaboração da Política Municipal do Meio Ambiente;

Colaborar nos estudos e elaboração do planejamento, planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento municipal, bem como em projetos de lei sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo, Plano Diretor, e ampliação da área urbana;

Estimular e acompanhar o inventário de bens que deverão constituir o patrimônio ambiental;

Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras;

Avaliar, definir, propor e estabelecer normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais;

Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais e intermunicipais de proteção ambiental do município;

Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;

Propor e acompanhar toda e qualquer ação de educação ambiental, plano, programas, projetos e campanhas;

Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação para a proteção do meio ambiente;

Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridos nos municípios, sugerindo soluções reparadoras;

Assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;

Convocar as audiências públicas nos termos da legislação;

Propor a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;

Deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do território municipal e acionar, quando necessário, os organismos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes à proteção ambiental local;

Analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambiental que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração, e sugerir ao Órgão Municipal de Meio Ambiente as providências que julgar necessárias;

Incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;

Deliberar sobre a coleta, seleção, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares, industriais, hospitalares e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final de seus efluentes em mananciais;

Sugerir vetos a projetos inconvenientes ou nocivos à qualidade de vida municipal;

Cumprir e fazer cumprir as leis, normas, diretrizes municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;

Zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;

Deliberar sobre o licenciamento ambiental na fase prévia, instalação, operação e ampliação de qualquer tipo de empreendimento que possa comprometer a qualidade do meio ambiente;

Recomendar restrições à atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;

Julgar, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades aplicadas decorrentes de infrações ambientais impostas pelo Órgão Municipal competente; e, quando for o caso, solicitar assessoria técnica de um membro da OAB e ou do CREA.

Analisar o relatório de qualidade do meio ambiente municipal emitido pelo órgão competente;

Propor, aprovar e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente;

Fazer gestão junto aos organismos estaduais e federais quando os problemas ambientais dentro do território municipal ultrapassem sua área de competência ou exija medidas de maior impacto tecnológico para se tornarem mais efetivas;

Propor a criação de unidades de conservação, ampliação de áreas verdes urbanas, instituição de áreas de relevante interesse ecológico e/ou paisagístico, visando proteger o patrimônio histórico, cultural, artístico e arqueológico;

Examinar matéria em tramitação na administração pública municipal, que envolva questão ambiental, à pedido do Órgão Ambiental Municipal, e de Secretarias Municipais, ou ainda por solicitação da maioria dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente;

Fixar as diretrizes para gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente, com base nas informações do Órgão responsável das Finanças Municipais;

Elaborar o Plano Operativo Anual – POA, e efetuar seu acompanhamento e sua avaliação;

Garantir dispositivos de informação (audiências públicas) à comunidade sobre as políticas, diretrizes, normas e regulamentos ambientais.

Propor ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, de bens e direitos de valor artísticos, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Aprovar o Regimento Interno após os seis primeiros meses de funcionamento.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente será constituído por quatorze (14) membros e respectivos suplentes, empossados pelo poder público municipal, obedecendo-se à distribuição paritária, com sete (7) representantes do poder público e sete (7) da Sociedade Civil Organizada.

§ 1º A estrutura do Conselho será composta por um presidente, um vice-presidente e secretario executivo, escolhidos dentre seus membros.

§ 2º O Conselho poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas, temporárias ou permanentes, em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente será composto por:

Sete (7) representantes de órgãos públicos governamentais, entre os quais obrigatoriamente, um (1) do Órgão Municipal de Meio Ambiente, um (1) da Secretaria Municipal de Educação, um (1) da Secretaria Municipal de Saúde, e os demais de outras Secretarias indicadas pelo Prefeito ou órgãos públicos estaduais ou federais;

Sete (7) representantes da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos e com sede no município, sendo dois (2) de entidades ambientalistas, três (3) de entidades de representação comunitária-associativa (associações de moradores, de produtores, cooperativas, clubes de serviços) e os demais, de entidades profissionais ou educacionais;

§ 1º A cada um dos membros nomeados neste artigo corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo órgão representante;

§ 2º - Os representantes da sociedade civil organizada serão eleitos em audiência pública especial;
§ 3º O exercício das funções de membros do Conselho será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.
§ 4º Os membros do Conselho serão nomeados por ato do Prefeito.

Cada representante, efetivo ou suplente, terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

O CONSEMMA reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, podendo ser convocado extraordinariamente, pelo seu Presidente ou por solicitação de quatro (04) conselheiros titulares;
§ 1º O CONSEMMA se reunirá com quorum mínimo de metade mais um de seus membros, deliberando por maioria simples, sendo fundamentado cada voto.
§2º As sessões do Conselho serão públicas, permitida a manifestação oral de representantes dos órgãos, entidades, empresas ou autoridades, quando convidados pelo presidente ou pelos conselheiros e, os seus atos e documentos deverão ser registrados em atas e amplamente divulgados.

CAPÍTULO III
DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
O Órgão Municipal do Meio Ambiente será o executor dos princípios e objetivos desta Lei, parte do Sistema Municipal do Meio Ambiente e compete-lhe:
Propor e executar com o CONSEMMA, e a colaboração de entidades ambientais, de trabalhadores, de empresários, sociedade civil organizada e, das instituições de ensino e pesquisa, a Política Municipal de Meio Ambiente;
Coordenar e executar planos programas, projetos e atividades de proteção e recuperação ambiental;
Elaborar estudos e projetos para subsidiar a formação das normas, padrões, parâmetros e critérios a serem editados pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente;
Coordenar as ações dos órgãos setoriais, concernentes à Política Ambiental Municipal;
Fiscalizar as atividades degradantes do ambiente e aplicar as penalidades cabíveis;
Emitir licença ambiental para a localização, construção, modificação, ampliação e operação, de atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas, efetiva e potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos, capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental com impacto local;
Promover a divulgação das tecnologias e normas necessárias à conservação, defesa e melhoria do meio ambiente;
Estabelecer as diretrizes de proteção ambiental para as atividades que interferirem ou que possam interferir na qualidade ambiental;
Facilitar, quando solicitado, ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, estudos e as informações relativas à qualidade ambiental do município;
Elaborar convênios de cooperação técnica junto a outras instituições e/ou contratar consultoria, a fim de garantir a execução das ações que competem a esse órgão executor;
Avaliar a qualidade ambiental e os impactos das atividades modificadoras;
Promover o inventário dos recursos naturais, propor indicadores de qualidade e estabelecer critérios de manejo desses recursos;
Adotar medidas junto aos setores públicos e privados para manter e promover a melhoria da qualidade ambiental;
Promover a captação de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de atividades relacionadas com a proteção, conservação, recuperação, reaproveitamento (ecotécnicas), pesquisa e extensão de atividades que contribuam para a melhoria do meio ambiente;
Estimular e contribuir para ampliação das áreas verdes urbanas, com plantio de árvores, objetivando especialmente a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;
Promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;
Exigir daquele que utiliza ou explora os recursos naturais, recuperação do meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica aprovada pelo órgão público competente;
Cabe ao Órgão Municipal de Meio Ambiente, dar suporte nas atividades do CONSEMMA no que concerne aos recursos humanos, materiais e equipamentos;
Organizar cadastro para registro de profissionais, ONGs e, empresas de projetos, serviços técnicos, auditorias ou, de produção ou comercialização de produtos, relacionados com o meio ambiente;
Outras que lhe forem atribuídas por lei.

CAPÍTULO IV
DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA
Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, vincula-se ao Órgão Municipal de Meio Ambiente e é parte do SIMMA, é de natureza especial e tem por finalidade criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados a implementação de projetos ou atividades necessárias à preservação, conservação, recuperação e controle do meio ambiente e melhorias da qualidade de vida.
§ 1º - Compete a gestão do FMMA, ao titular do Órgão Municipal de Meio Ambiente sendo gerido por um Conselho Gestor composto por um representante do Órgão Municipal da Fazenda e de Finanças, e um representante do CONSEMMA, cabendo a Presidência ao titular do Órgão Municipal de Meio Ambiente;
§ 2º- O FMMA será regido por regimento próprio.

São receitas do FMMA:
As transferências oriundas do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Estadual de Meio Ambiente;
Dotação orçamentária municipal, destinados ao meio ambiente;
Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;
A arrecadação de multas por danos ao meio ambiente;
Convênios, contribuições, subvenções e auxílios da União e Estado, bem como respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, para a promoção da qualidade ambiental;
Vinte (20%) por cento do valor das parcelas de compensação financeira, estipulada no Art. 20, Parágrafo Primeiro da Constituição Federal;
Recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
Produto de condenações de ações judiciais relativas ao meio ambiente;
Recursos provenientes de ajudas e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos.
Recursos resultantes de compensação financeira oriundos de obras de âmbito regional que possam provocar degradação.

Os recursos do FMMA serão depositados em conta especial, mantidos em instituição financeira.
Parágrafo Único – A movimentação da conta especial, de que trata este artigo, somente poderá ser feita através de (procedimentos administrativos regidos por Lei) cheques nominais e/ou de ordens de pagamentos aos beneficiários.

Os recursos do FMMA poderão ser aplicados em programas, projetos, pesquisas, eventos, capacitações, concursos e publicações que objetivem a melhoria da qualidade ambiental municipal;
§ 1º Será dada prioridade as aplicações de recursos do FMMA, nos projetos ou programas cujas diretrizes tenham sido estabelecidas pelo Regimento Interno do FMMA e aprovadas pelo CONSEMMA.
§ 2º- As condições e critérios para a aprovação de projetos ambientais para receberem recursos, obedecerão os Artigos 10, 11 e 12 do Regimento Interno do FMMA.
§ 3º. – Anualmente será elaborado um balanço geral da receita e da despesa do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, com encaminhamento à Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, até o dia 30 de janeiro do ano de exercício subseqüente.

TÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL MUNICIPAL
CAPÍTULO ÚNICO
DOS INSTRUMENTOS

São instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

O estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental;
O zoneamento ambiental;
A criação de áreas de relevante interesse ecológico e/ou paisagístico;
Licenciamento ambiental;
O controle, monitoramento e fiscalização das atividades que causam ou possam causar os impactos ambientais;
A educação ambiental.

SEÇÃO I
DAS NORMAS E PADRÕES
As normas, padrões, critérios e parâmetros relacionados com o Meio Ambiente, estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, não poderão contrariar as leis e normas federais e estaduais sobre o assunto.

SEÇÃO II
DO ZONEAMENTO AMBIENTAL
O zoneamento ambiental define as áreas de maior ou menor restrição no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e ao aproveitamento dos recursos naturais, tem como objetivo:
Desenvolver estudos para enquadrar áreas de relevante interesse ecológico ou paisagístico, delimitá-las e estabelecer seus planos de manejo;
Definir áreas e ocupações, com parâmetros com maior ou menor restrição, de acordo com as características ambientais, paisagísticas e tendências sócio-econômicas da região de abrangência municipal.

Caberá, ao Órgão Municipal do Meio Ambiente e demais secretarias, a responsabilidade para promover a elaboração do zoneamento do município.

SEÇÃO III
DA CRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL
Para os efeitos desta Lei, ao município compete criar, definir, implantar e administrar áreas de interesse ambiental, a serem protegidas, com vistas a manter e utilizar racionalmente a biodiversidade do território municipal, visando:
A proteção e o equilíbrio do ecossistema;
O desenvolvimento de atividades de caráter técnico- científico, de lazer ou de turismo.

O Poder Executivo Municipal fixará os critérios de uso, ocupação e manejo das áreas de interesse ambiental sujeitas a regime específicos definidas em lei e no planejamento municipal para cada área, atendidas as peculiaridades locais, mediante estudos técnicos, considerando todos os fatores ambientais.

SEÇÃO IV
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
A execução de planos, programas, projetos, obras, a localização, a instalação, a operação e a ampliação das atividades, o uso e a exploração dos recursos ambientais de quaisquer espécies no município, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, capazes de causar sob qualquer forma degradação ambiental local e, daquelas delegadas por instrumentos legais ou convênios, dependerão de prévio licenciamento municipal.
§ 1º. – Incumbe à Câmara Municipal autorizar, mediante o voto de 2/3 (dois terços) dos parlamentares, a exploração de recursos e toda obra que cause impacto ambiental, nos termos do que prescreve o art. 269 da Lei Orgânica Municipal.
§ 2º. – Os pedidos de licença, autorização, permissão ou concessão concernente aos recursos ambientais, antes de sua apreciação, serão publicados, resumidamente, no Diário Oficial e na imprensa local.

O município, através do Órgão Municipal de Meio Ambiente, conjuntamente com os órgãos Federais e Estaduais, exercerá o controle das atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de qualquer natureza que produzam ou possam produzir alterações adversas ao meio ambiente.

Fica de responsabilidade do município, através do Órgão Municipal de Meio Ambiente e órgão de Tributação, elencar as atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental conforme sua tipologia, seu potencial de poluição e degradação, unidade de medida e porte, diagnosticados a complexidade após estudo prévio, podendo fixar taxas de acordo com estas características em lei específica.

Fica o município autorizado a firmar termo de cooperação técnica com Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA/MT, objetivando a habilitação de licenciamento ambiental.

Caberá ao Órgão Municipal de Meio Ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, conforme competência, exigir na forma da legislação vigente, a autorização de estudo prévio de impacto, ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades que, de qualquer modo possam degradar o meio ambiente.
Parágrafo Único - O estudo referido no caput deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade a ser licenciada.

O município emitirá as seguintes licenças:
Licença Prévia (LP): é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;
Licença de Operação (LO): é concedida após cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas licenças Prévia de Instalação (LI);
Licença de Operação Provisória (LOP): é concedida na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação do empreendimento, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;
Licenciamento Simplificado (LS): é o licenciamento ambiental de empreendimentos de baixo potencial poluidor por meio de um procedimento simplificado, no qual os documentos Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação serão concedidos com a emissão de apenas um documento.
§ 1º O órgão municipal de meio ambiente, após consulta ao CONSEMMA, estabelecerá os prazos de validade das licenças ou autorizações.
§ 2º A renovação da licença de operação (LO) deverá ser requerida com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do setor de licenciamento da Prefeitura Municipal.
§ 3º No licenciamento ambiental em áreas de posse, será exigida a certidão administrativa fornecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão Estadual ou Federal.
§ 4º Quando a expedição de licença de instalação (LI) envolver a supressão da cobertura vegetal e a remoção da fauna, a autorização de desmatamento e de resgate da fauna será concedida pelo setor responsável pela expedição da licença.
§ 5º O Órgão Municipal de Meio Ambiente, mediante decisão motivada, poderá modificar as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:
Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
Omissão ou falsa descriminação de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.
§ 6º Os empreendimentos ou atividades sujeitas ao licenciamento pelos órgãos ambientais federal ou estadual, são dispensados das licenças municipais previstas no *caput* deste artigo.

Qualquer atividade a ser licenciada pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente, que utilize ou degrade o meio ambiente, deverá elaborar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, e este deverá ser executado durante a implantação da atividade, durante toda sua vida útil e, até a sua desativação.

Os estudos e projetos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados com as despesas pagas pelo empreendedor.
Parágrafo único – O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

O custo da análise e taxas sobre serviços prestados para a obtenção da licença ambiental, bem como para certificação ambiental deverá ser estabelecido por dispositivo legal específico, visando o ressarcimento pelo empreendedor das despesas realizadas pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.

O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer, os procedimentos necessários, mediante novo pagamento de custo de análise.

SEÇÃO V
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

São princípios básicos da educação ambiental:
O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinariedade;
O vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
A permanente avaliação crítica do processo educativo;
A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

São objetivos fundamentais da educação ambiental:
O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações; envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
A garantia de democratização das informações ambientais;
O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

SEÇÃO VI
DA AUDITORIA AMBIENTAL E AVALIAÇÃO
A avaliação de impacto ambiental é resultante do conjunto de instrumentos e procedimento estabelecidos cujos resultados estarão à disposição do Poder Público e da coletividade que possibilita a análise e interpretação de impactos sobre a saúde, o bem-estar da população, a economia e o equilíbrio ambiental.

Para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras, de porte a ser regulamentado pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente após consulta ao CONSEMMA, deverão ser exigidos: Estudos Prévios de Impacto ambiental – EPIA; Estudos de Impacto Ambiental- EIA, ou Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, como parte integrante do processo de licenciamento ambiental, quando este for da competência municipal.
§ 1º Os custos financeiros decorrentes da elaboração e análise do EIA/RIMA correrão por conta do empreendedor;
§ 2º O Órgão Municipal de Meio Ambiente deverá manifestar-se conclusivamente no âmbito de sua competência sobre o EIA/RIMA, em até 120 dias corridos a contar com a data do recebimento, excluídos os períodos dedicados à prestação de informações complementares.

Para os efeitos deste Código, denomina-se auditoria ambiental o desenvolvimento de um processo documentado de inspeção, análise e avaliação sistemática das condições gerais e específicas de funcionamento de atividades ou desenvolvimento de obras, causadores de impacto ambiental, com o objetivo de:
Verificar os níveis efetivos ou potenciais de poluição e degradação ambiental provocados pelas atividades ou obras auditadas;
Verificar o cumprimento de normas ambientais federais, estaduais e municipais;
Avaliar os impactos sobre o meio ambiente causados por obras ou atividades auditadas;

O Órgão Municipal de Meio Ambiente, poderá determinar aos responsáveis pela atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora a realização de auditorias ambientais periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

As auditorias ambientais serão realizadas por conta e ônus da empresa a ser auditada, por equipe técnica ou empresa de sua livre escolha, devidamente cadastradas no Órgão Ambiental Municipal e acompanhadas, a critério do Órgão Municipal de Meio Ambiente, por servidor público, técnico da área de meio ambiente.
§ 1º Antes de dar início ao processo de auditoria, a empresa comunicará por escrito, ao órgão municipal de meio ambiente, a equipe técnica ou empresa contratada que realizará a auditoria, assim como o prazo de duração da mesma, que não poderá ultrapassar cento e vinte (120) dias;
§ 2º A omissão ou sonegação de informações relevantes descredenciarão os responsáveis para a realização de novas auditorias, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, sendo o fato comunicado ao Ministério Público para as medidas judiciais cabíveis.

Todos os documentos decorrentes das auditorias ambientais, ressalvados aqueles que contenham matéria de sigilo dos negócios, conforme definido pelos empreendedores, serão disponibilizados ao CONSEMMA e acessíveis à consulta pública dos interessados, nas dependências do órgão municipal de meio ambiente, independentemente do recolhimento de taxas ou emolumentos.

TÍTULO IV
DOS SETORES AMBIENTAIS
CAPÍTULO I
DA QUALIDADE AMBIENTAL E DO CONTROLE DA POLUIÇÃO
É vedado o lançamento ou a liberação nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, que possa causar, direta ou indiretamente, poluição ou degradação ambiental.

Sujeitam-se ao disposto neste Código todas as atividades, empreendimentos, processos, operações, dispositivos móveis ou imóveis, meios de transportes, que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente.

O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de agricultura, Pecuária, Industria, Comercio, Turismo e Meio ambiente, tem o dever de determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e ao meio ambiente, observada a legislação vigente.
Parágrafo Único - Em caso de episódio crítico e durante o período em que esse estiver em curso poderá ser determinada a redução ou paralisação de quaisquer atividades nas áreas abrangidas pela ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Não será permitida a implantação, ampliação ou renovação de quaisquer licenças ou alvarás municipais de instalações ou de atividades que estiverem em débito com o Município, decorrentes da aplicação de penalidades por infrações à legislação ambiental.

As revisões periódicas dos critérios e padrões de lançamentos de material poluidor poderão conter novos padrões bem como substâncias ou parâmetros não incluídos anteriormente no ato normativo.

Os padrões e parâmetros de emissão e de qualidade ambiental são aqueles estabelecidos pelos Poderes Públicos Federais e Estaduais, podendo o CONSEMMA, estabelecer padrões mais restritivos ou, acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos estaduais e federais, fundamentados em parecer técnico encaminhado para o Órgão Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO II
DO AR

Na implementação dos princípios e objetivos desta lei, no tocante ao ar, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:
Exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição, quando forem constatadas;
Melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;
Implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;
Adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes poluidoras por parte das empresas responsáveis;
Proibição de implantação ou expansão de atividades que possam comprometer de forma irreversível os padrões atmosféricos mínimos, exigíveis pela legislação nacional e normas vigentes;
Seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, durante o processo de licenciamento observar as distâncias mínimas estabelecidas na legislação Municipal na ausência desta observar legislação estadual e federal, com relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

Deverão ser respeitados, entre outros, os seguintes procedimentos gerais para o controle de emissão de material particulado:
Na estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico:
Empilhamento feito de modo a tornar mínimo o arraste eólico;
Umidade mínima da superfície das pilhas, ou cobertura das superfícies por materiais ou substâncias selantes ou outras técnicas comprovadas que impeçam a emissão visível de poeira por arraste eólico;
A arborização das áreas circunvizinhas compatíveis com a altura das pilhas, de modo a reduzir a velocidade dos ventos incidentes sobre as mesmas.
As vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, ou lavadas, ou umectadas com a freqüência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico;
As áreas adjacentes às fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reflorestamento e arborização, por espécies e manejos adequados;
Sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e transferência de materiais que possam estar sujeitos ao arraste pela ação dos ventos, deverão ser mantidos sob cobertura, enclausurados, ou utilizar de técnicas de eficiência comprovadas;
As chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potencialmente poluidoras, deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados de avaliações relacionadas ao controle da poluição.

Ficam vedadas:
A queima ao ar livre de materiais que comprometam, de alguma forma, o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida;
A queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outra matéria, exceto aqueles que mediante autorização do Órgão Municipal de Meio Ambiente sejam de uso para:
Treinamento de combate a incêndio;
Evitar o desenvolvimento de espécies indesejáveis, animais ou vegetais, para a proteção à agricultura e a pecuária;
Experiências científicas e tecnológicas.
A emissão de fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelman, em qualquer tipo de processo de combustão, exceto durante os 2 (dois) primeiros minutos de operação, para os veículos automotores, e até 5 (cinco) minutos de operação para outros equipamentos;
A emissão visível de poeiras, névoas e gases, excetuando-se o vapor d'água, em qualquer operação de britagem, moagem e estocagem;
A emissão de odores que possam produzir incômodos à população;
A emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciado em legislação específica;
A transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação.
Parágrafo Único - O período de 5 (cinco) minutos referidos no inciso II, poderá ser ampliado até o máximo de 10 (dez) minutos, nos casos de justificada limitação tecnológica temporária dos equipamentos.

As fontes de emissão deverão, a critério técnico fundamentado, do Órgão Municipal de Meio Ambiente, apresentar relatórios periódicos de medição, dos quais deverão constar os resultados dos diversos parâmetros ambientais, a descrição da manutenção dos equipamentos, bem como a representatividade destes parâmetros em relação aos níveis de produção.

São vedadas à instalação e ampliação de atividades que não atendam às normas, critérios, diretrizes e padrões estabelecidos por esta lei.
§ 1º Todas as fontes de emissão existentes no Município deverão se adequar ao disposto neste Código, nos prazos estabelecidos pelo órgão municipal ambiental, não podendo exceder o prazo máximo de trinta e seis (36) meses a partir da vigência desta lei.
§ 2º O Órgão Municipal de Meio Ambiente, poderá reduzir este prazo nos casos em que os níveis de emissão ou os incômodos causados à população sejam significativos.
§ 3º O órgão municipal de meio ambiente, poderá ampliar os prazos por motivos que não dependem dos interessados desde que devidamente justificado.

O Órgão Municipal de Meio Ambiente, baseado em parecer técnico, procederá à elaboração periódica de proposta de revisão dos limites de emissão previstos neste Código, sujeito à apreciação do CONSEMMA de forma a incluir outras substâncias e adequá-los aos avanços das tecnologias de processo industrial e controle da poluição.
Parágrafo Único – Para cumprimento das determinações estabelecidas neste capítulo, deverão ser utilizadas metodologias de coleta e análise e padrões de qualidade estabelecidas pela legislação federal e/ou estadual, bem como o Órgão Municipal de Meio Ambiente, poderá ainda emitir normas técnicas, homologadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO III
DA ÁGUA

A Política Municipal de controle de poluição e Manejo dos Recursos Hídricos objetiva:
Proteger a saúde, o bem estar e a qualidade de vida da população;
Proteger e recuperar os ecossistemas aquáticos, com especial atenção para as áreas de nascentes, áreas de várzeas, buritizais, e outras relevantes para a manutenção do ciclo biológico.
Reduzir progressivamente, a toxidade e as quantidades dos poluentes lançados nos corpos d'águas;
Compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água, tanto qualitativa quanto quantitativamente;

Controlar os processos erosivos que resultem Do transporte de sólidos, nos assoreamentos dos corpos d'águas e da rede publica de drenagem;
Assegurar o acesso e o uso público às águas superficiais, exceto em áreas de nascentes e, as Áreas de Preservação Permanente quando autorizado pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.
O adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos.

A utilização da água far-se-á em observância aos critérios ambientais levando-se em conta seus usos preponderantes garantindo-se sua perenidade, tanto no aspecto qualitativo quanto quantitativo.

Fica o município responsável em elaborar políticas de gestão de recursos hídricos para criação de programas específicos para recuperação e conservação dos recursos hídricos em especial nascentes e Leitos que abastecem o município.

O Perímetro Urbano da Sede e dos Distritos do Município, os poços domésticos, semi-artesianos ou não, serão objeto de coleta e análise químico-biológica periódica da água, pela vigilância sanitária, órgão municipal ambiental, empresa municipal de abastecimento de água, bem como facultativamente, pela concessionária do abastecimento água quando existir no município.
Parágrafo Único - Havendo indícios de alteração significativa na qualidade da água encontrada por ocasião de cada coleta e análise, e a constatação de que a alteração coloca em risco a saúde humana ou animal, o órgão municipal de meio ambiente determinará a desativação permanente do poço em análise, a bem da saúde pública.

O Município poderá exigir dos usuários dos recursos hídricos, o cadastramento dos poços submersos e poços profundos, e sua licença, bem como o auto-monitoramento de seus e fluentes.

CAPÍTULO IV
DOS ESGOTOS DOMÉSTICOS E EFLUENTES LÍQUIDOS

Toda edificação urbana fica obrigada a interligar seu esgoto doméstico, no sistema público de esgotamento sanitário, onde não existir rede pública de coleta de esgotos, estes poderão fazer uso de fossas sépticas, não havendo possibilidade de construção do mesmo por motivos naturais, fica sobre responsabilidade da gestão de infraestrutura do município a solução do destino final.

É proibido o lançamento de esgoto ou água servida, mesmo tratado nas vias públicas asfaltadas ou de terra.

No caso de loteamento, condomínio, conjunto residencial, parcelamento do solo ou qualquer outra forma de incentivo à aglomeração de casas ou estabelecimentos, onde não houver sistema público de esgoto sanitário, caberá ao responsável pelo empreendimento prover toda a infra-estrutura necessária, incluindo o tratamento dos esgotos.

Os resíduos líquidos, sólidos ou gasosos, provenientes de atividades agropecuárias, industriais, comerciais ou de qualquer outra natureza, só poderão ser conduzidos e depositados no solo, ou lançados nas águas superficiais, subterrâneas e/ou na atmosfera somente após passar por processo de tratamento aprovado pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente de forma a não causar poluição ao meio ambiente.

A implantação de indústrias e outros empreendimentos e atividades que venham a produzir dejetos poluidores em grandes quantidades e que dependam da utilização de águas subterrâneas e ou superficiais deverão ser precedidas de estudos hidrográficos, químico e um estudo de impacto ambiental.

As diretrizes deste Código, aplicam-se a lançamento de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras instaladas no Município, em águas superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários.

Os critérios e padrões estabelecidos em legislação deverão ser atendidos, também, por etapas ou áreas específicas do processo de produção ou geração de efluentes, de forma a impedir a sua diluição e assegurar a redução das cargas poluidoras totais.

Os lançamentos de efluentes líquidos não poderão conferir aos corpos receptores características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade da água em vigor, ou que venham a criar obstáculos ao trânsito de espécies migratórias.

Todo o material residual doméstico, industrial e hospitalar, deverá receber tratamento adequado exigidos por legislação e normas técnicas federal e/ou estadual, antes de seu lançamento em águas superficiais.

As atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou degradadoras, que fazem uso da água, implementarão programas de monitoramento de efluentes e da qualidade ambiental em suas áreas de influência, previamente estabelecidos ou aprovados pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.
§ 1º A coleta e análise dos efluentes líquidos deverão ser baseadas em metodologias da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou por outras que o CONSEMMA vier a aprovar.
§ 2º Os técnicos do Órgão Municipal de Meio Ambiente, terão acesso a todas as fases do monitoramento, incluindo procedimentos laboratoriais.

A critério do Órgão Municipal de Meio Ambiente, as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras deverão implantar sistemas de tratamento com capacidade e eficiência de forma a assegurar o tratamento adequado dos efluentes.

CAPÍTULO V
DO SOLO, DO SUBSOLO E RESÍDUOS

A proteção do solo no município visa:
Garantir o uso racional do solo urbano, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais preconizadas em legislação;
Garantir a utilização do solo cultivável, através do adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejo;
Priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas, manejo e conservação das matas ciliares;
Priorizar a utilização de controle biológico de pragas.
Parágrafo Único - Esta lei primará ao combate a qualquer forma de degradação da qualidade do solo e de seus recursos naturais observando a legislação federal pertinente.

Fica facultado ao Poder Executivo, com aval do CONSEMMA, interditar, temporária ou permanentemente, áreas de risco e ação, uso e ocupação pelo homem, tais como: áreas sujeitas a deslizamentos, erosão acentuada, com falhas geológicas, riscos de inundação provocados por assoreamento de lagos, rios, curso de água e outros que possam colocar em risco a vida humana.

Todos os resíduos portadores de agentes patogênicos, inclusive os de estabelecimentos hospitalares e congêneres, assim como alimentos e outros produtos de consumo humano contaminados, não poderão ser dispostos no solo sem controle e deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos em transporte especial, nas condições estabelecidas pelo CONSEMMA;

Todo serviço de armazenamento e distribuição de Combustíveis líquidos destinados a postos de serviço deverão seguir as normas da ABNT, referentes ao serviço e equipamentos para sistemas subterrâneos, assim como qualquer resíduo gerado deverá seguir as normas específicas.

O solo e o subsolo somente poderão ser utilizados para o destino final de resíduos de qualquer natureza sem tratamento, desde que, a sua disposição não ofereça riscos de poluição e seja estabelecida em projetos específicos de transporte e destino final, sujeitos a aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, vedando-se a simples descarga, deposição, enterramento ou injeção sem prévia autorização, em qualquer parte do território do Município.

Parágrafo Único – Quando a deposição final mencionada neste artigo exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas, obedecendo-se outras Leis Federais, Estaduais e Municipais.

A estocagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de natureza tóxica, bem como os que contenham substâncias inflamáveis, corrosivas, explosivas, radioativas e outras consideradas prejudiciais deverão sofrer acondicionamento ou tratamento adequados e específicos, nas condições estabelecidas pelo CONAMA.

Os resíduos sólidos ou semi-sólidos de qualquer natureza não deverão ser dispostos ou incinerados a céu aberto, havendo tolerância para a acomodação temporária de resíduos de qualquer natureza, em locais previamente autorizados, desde que não haja risco à saúde pública e para o meio ambiente, mediante autorização do Órgão Municipal de Meio Ambiente.

A disposição de quaisquer resíduos no solo, sejam líquidos, gasosos ou sólidos, só será permitida mediante comprovação de sua degradabilidade e da capacidade do solo de auto depurar-se, levando-se em conta os seguintes aspectos:
Capacidade de percolação;
Garantia de não contaminação dos aqüíferos subterrâneos;
Limitação de controle da área afetada;
Reversibilidade dos efeitos negativos.

O município elaborará o seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos sólidos, abarcando, no mínimo:
Serviços relacionados a limpeza urbana, coleta geral e coleta seletiva;
Manejo de resíduos sólidos, centro de triagem e de reciclagem de resíduos;
Participação de cooperativas e associações de catadores;
Locais de disposição final dos resíduos, aterros sanitários em área municipal ou de consórcio intermunicipal;

É vedado no território do município:
A disposição de resíduos sólidos em margens de rios, mata ciliares, nascentes, rios, lagos, igarapés e demais cursos d'água;
O depósito e a destinação final de resíduos de todas as classes, produzidos fora de seu território, com exceção dos estabelecidos em consórcios intermunicipais;
O depósito de lixo ou entulhos de qualquer natureza em terrenos baldios, área de preservação permanente e logradouros públicos.
Parágrafo Único - Consideram-se matas ciliares aquelas definidas no Código Florestal Brasileiro e legislação correlata inseridas no território municipal.

A coleta, o transporte, o manejo, o tratamento, e o destino dos resíduos sólidos e semi-sólidos processar-se-ão em condições que não cause prejuízos ao meio ambiente, a saúde e ao bem estar público.

O Poder Público Municipal incentivará a realização de estudos, projetos e atividades que se destinem à reciclagem, compostagem e outras técnicas que promovam a redução do volume total dos resíduos sólidos junto à iniciativa privada.

Todos os empreendimentos imobiliários deverão dispor de área própria para depósito de lixo, de acordo com as normas do Órgão Municipal de Meio Ambiente e Saúde.

As indústrias geradoras de resíduos, deverão cadastrar-se no Órgão Municipal de Meio Ambiente, informando sobre a geração, característica e destino final de seus resíduos na forma definida em legislação vigente estadual e federal.

Aqueles que utilizam substâncias, produtos, objetos ou rejeitos perigosos devem tomar devidas precauções para que não apresentem perigo e não afetem o meio ambiente e a saúde da comunidade.
§ 1º Os resíduos e rejeitos perigosos devem ser reciclados, neutralizados ou eliminados pelo fabricante ou comerciante;
§ 2º Os consumidores deverão devolver as substâncias, produtos, objetos, rejeitos ou resíduos potencialmente perigosos ao meio ambiente, nos locais determinados pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente ou diretamente ao comerciante/fabricante.

Serão obrigatoriamente submetidos a tratamento especial, autorizado pelo órgão competente, seguindo normativas específicas:
Resíduos Sólidos declaradamente contaminados, considerados contagiosos ou suspeitos de contaminação, provenientes de estabelecimentos hospitalares, laboratórios, farmácias, drogarias, clínicas, maternidades, ambulatórios, casas de saúde, necrotérios, prontos-socorros, sanatórios e congêneres;
Materiais Biológicos como: restos de tecidos orgânicos, restos de órgãos humanos ou animais, restos de laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica, animais de experimentação e outros materiais similares,
Os resíduos sólidos e materiais provenientes de unidades médico-hospitalares, de isolamento, de áreas infectadas ou com pacientes portadores de moléstias infecto-contagiosas, inclusive restos de alimentos e os produtos resultantes de lavagem e varredura dessas áreas;
Todos os resíduos sólidos ou materiais resultantes de tratamento ou processo diagnóstico que tenham entrado em contato direto com pacientes, como agulhas, seringas descartáveis, curativos, compressas e similares.
Parágrafo Único – É terminantemente proibido o lançamento dos dejetos referidos neste artigo em galeria de águas pluviais, corpos d'água ou instalações subterrâneas, para cumprimento deste artigo serão observadas normas técnicas específicas.

CAPÍTULO VI
DA FLORA, FAUNA E PESCA
A cobertura vegetal é considerada patrimônio ambiental do município e seu uso e/ou supressão será feito de acordo com as normas estabelecidas neste Código, bem como a poda, o replantio, e o uso adequado e planejado das áreas revestidas de vegetação de porte arbóreo ou arbustivo.
Parágrafo Único – Na área rural, onde for permitida a exploração de recursos vegetais, os interessados deverão estar autorizados pelos órgãos Estaduais e Federais competentes.

As árvores situadas em perímetro urbano, na margem das estradas, ou em loteamentos, que sejam apreciáveis pela raridade, beleza, longo período de existência, interesse histórico ou científico, condição de porta sementes ou se tiver em vias de extinção na região, poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Executivo, após ouvido o CONSEMMA.
§ 1º Somente poderão ser cortadas as espécies florestais, mediante a autorização do Órgão Municipal de Meio Ambiente, concedida por escrito, mediante requerimento no qual o interessado justifique a necessidade de corte.
§ 2º Fica o infrator obrigado a reflorestar com espécie nativa, podendo responder ainda inquérito policial, outras sanções penais previstas neste código.

O Município poderá criar áreas para Parques Municipais, com a finalidade de resguardar atributos especiais da natureza, conciliando proteção da flora, da fauna, de belezas naturais com a utilização, para objetivos educacionais, recreativos e científicos, bem como áreas destinadas à proteção ambiental.

Para a execução de plantio de árvores em áreas urbanas, estas serão permitidas apenas através de Projetos ou Laudos Técnicos aprovados pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente, obedecendo aos seguintes requerimentos:
Largura das ruas e passeios;
Distância mínima entre as árvores e as redes elétrica e telefônica;
Existência de redes subterrâneas de água, esgoto, etc.;
Visibilidade para o trânsito de veículo e pessoas;
Evitar troncos que tenham espinhos;
Escolher espécies de preferência que tenham folhas perenes, para não entupir calhas e encanamentos;
Evitar o plantio de árvores frutíferas;
Plantar espécies com copa de formato, dimensões e esgalhamento adequados à infra-estrutura urbanística.

Não é permitida a fixação em árvores, nas vias públicas e logradouros públicos, de cartazes, placas, tabuletas, pinturas, impressos, faixas, cordas, tapumes, prego, nem a colocação, ainda que temporário, de objetos ou mercadorias para quaisquer fins.

As árvores que pela sua elevação, inclinação, peso ou mau estado de conservação, ofereçam perigo ao trânsito público e risco de vida às pessoas ou ao patrimônio, deverão ser derrubadas pelo Poder Público após parecer técnico emitido por Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Técnico Agropecuário ou técnico Florestal, funcionário do município ou, cadastrado no Órgão Municipal do Meio Ambiente.
Parágrafo Único - Os proprietários de imóveis cujas propriedades estiverem sendo invadidas por galhos de árvores de vizinhos, poderão requisitar após falta de acordo com estes, a intervenção do Órgão Municipal do Meio Ambiente para que se faça a poda das mesmas.

A ninguém é permitido cortar, derrubar ou podar árvores sob a proteção pública, ressalvada Autorização do Órgão Municipal do Meio Ambiente.

Os animais que constituem a fauna, bem como seus ninhos, criadouros naturais e ecossistemas necessários à sua sobrevivência como espécie, são considerados bens de domínio público, cabendo ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-los e de preservá-los, para as presentes e futuras gerações, promovendo:
O combate a todas as formas de agressão, em especial à caça e ao tráfico de animais silvestres;
O socorro a animais em perigo, ameaçados por calamidades, ou àqueles vítimas de maus-tratos ou abandono;
Programas de educação ambiental e conscientização popular voltadas para a proteção e para a preservação de animais silvestres.

É proibida a utilização, perseguição, destruição, mutilação, caça ou apanha de animais de qualquer espécie, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais.

É proibido comércio, sob qualquer forma, de espécimes da fauna silvestre.
Excetuam-se os espécimes provenientes de criadouros devidamente legalizados;
A apanha de animais da fauna silvestre só é permitida segundo controle e critério científico e técnico estabelecido pelo IBAMA.

As atividades de pesca na modalidade profissional ou amadora, serão objeto de autorização específica pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), podendo o Órgão Ambiental Municipal emitir tais autorizações mediante assinatura de termo técnico de cooperação.

Os períodos e os locais de proibição de pesca, o tamanho mínimo e a relação das espécies a serem preservadas, serão definidos conforme resolução da SEMA-MT, assim como os instrumentos e os métodos de pesca proibidos, podendo o Órgão Ambiental do Município emitir tais autorizações mediante assinatura de termo técnico de cooperação com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA-MT) na qual a Secretaria outorga esses poderes ao Município.

A pesca nos ribeirões e rios do município fica condicionada á utilização de anzóis de linha, ficando proibidas definitivamente a utilização de arpões, fisgas, espinhéis e redes de pequena gramatura, sendo as tarrafas e assemelhadas somente permitidas em lagoas de criação dirigida e planejada, com a devida autorização.

Fica o infrator sujeito á apreensão do material de caça e pesca segundo sansões penais previstas no art. 34 da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).

CAPÍTULO VII
DOS RECURSOS MINERAIS

As atividades de extração mineral, caracterizada como utilizadora de recursos ambientais e considerada efetiva ou potencialmente poluidora e capaz de causar degradação ambiental, depende do licenciamento ambiental, qualquer que seja o regime de aproveitamento dos minérios em lagos, rios ou qualquer corpo d'água, licenciamento esse que só poderá ser realizado com parecer técnico aprovado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.

No caso de atividade de extração mineral, a Autorização Ambiental será solicitada pelo proprietário do solo ou pelo explorador legalmente autorização, contendo os seguintes documentos:
Titulo de propriedade do terreno;
Autorização do proprietário ou autorização judicial, caso a área não esteja sendo explorada pelo proprietário;
Autorização ou licença do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) nos casos em que a legislação exige.
O município observando o DNPM, poderá acrescentar requisitos para autorização e licença dentro de suas peculiaridades, visando o interesse público.
Parágrafo Único - Quando do licenciamento, será obrigatória a apresentação do PRAD - Projeto de Recuperação da Área Degradada pelas atividades de lavra.

CAPÍTULO VIII
DA EMISSÃO DE RUÍDOS

O controle da emissão de sons e ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

A emissão de sons e ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais e recreativas, inclusive as de propaganda, obedecerá no interesse da saúde, segurança e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos na Resolução CONAMA 001/90, e os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 10512 (Avaliação de Ruídos em áreas habitadas visando o conforto da comunidade) e outras normas de regulação.
Parágrafo Único – O CONSEMMA poderá suplementar estes valores para exigir mais, isto é, fixar níveis menores de decibéis no sentido de aumentar a proteção acústica (tabela anexo 1 deste Código).

Compete ao Órgão Municipal de Meio Ambiente:
Estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;
Aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente;
Exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados dos laudos de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;
Promover, com demais órgãos municipais e públicos, que a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruídos sejam afastadas de unidades territoriais residenciais e proibidas nas zonas sensíveis à ruídos;
Organizar programas de educação e conscientização a respeito de:
causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações;
esclarecimentos sobre as proibições relativas às atividades que possam causar poluição sonora.
Autorizar, observada a legislação pertinente e a lei de uso e ocupação do solo, funcionamento de atividades que produzam ou possam vir a produzir ruídos.

A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído.

Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, algazarra, barulhos excessivos e evitáveis produzidos por qualquer forma, que ultrapasse os níveis máximos permitidos por lei, no período diurno ou noturno, dentro ou fora de ambientes comerciais e residenciais.

CAPÍTULO IX
DA POLUIÇÃO VISUAL

É considerada poluição visual qualquer limitação à visualização pública de atributo cênico do meio ambiente natural ou construído, ou a degradação ambiental, rural ou urbana que afete as suas condições estéticas ou, que gere interferência na sinalização viária, comprometendo a segurança do trânsito, sujeitando o agente, a obra, o empreendimento ou a atividade ao controle da lei.

O CONSEMMA, após realizar audiência pública sobre o tema, deverá emitir normas de controle da poluição visual, tanto para área urbana quanto para o meio rural municipal.

A exploração ou utilização de veículos de divulgação presentes na paisagem urbana e visíveis nos logradouros públicos poderá ser promovida por pessoa física ou jurídica desde que autorizadas pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.
Parágrafo Único: São considerados anúncios quaisquer indicações executadas sobre veículos de divulgação, presentes na paisagem urbana, visíveis nos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover estabelecimentos comerciais e/ou propagandas particulares.

CAPÍTULO X
DAS ATIVIDADES PERIGOSAS
É dever do Poder Público Municipal controlar e fiscalizar a produção, a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de substâncias ou produtos perigosos, bem como as técnicas, os métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a sadia qualidade de vida e do meio ambiente.

CAPÍTULO XI
DO TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS
São consideradas cargas perigosas, para os efeitos deste Código, aquelas constituídas por produtos ou substâncias efetivas ou potencialmente nocivas à população, e ao meio ambiente, assim definidas e classificadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT, e outras que o Conselho Municipal de Meio Ambiente considerar.

O Órgão Municipal de Meio Ambiente, ouvidos as autoridades de trânsito, orientará o uso das vias para os veículos que transportam produtos perigosos, assim como indicará as áreas para estacionamentos e pernoite dos mesmos.

Os veículos transportadores de produtos ou resíduos perigosos só poderão pernoitar em áreas especialmente autorizadas pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente, que serão fixadas em conjunto com a Defesa Civil.

São perigosos os resíduos, ou mistura de resíduos, que possuam características de corrosividade, inflamabilidade, reatividade ou toxidade, conforme definidas nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

A limpeza de veículos transportadores de produtos ou resíduos perigosos só poderá ser feita em instalações adequadas, devidamente autorizadas pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.

O Transporte de agrotóxicos, seus componentes e afins, deverá submeter-se às regras e procedimentos estabelecidos para o transporte de cargas perigosas, constante na Legislação Federal e às normas estabelecidas neste Código.

CAPÍTULO XII
DOS AGROTÓXICOS E OUTROS PRODUTOS TÓXICOS
As pessoas físicas e jurídicas que sejam prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, deverão possuir seus respectivos registros junto ao Órgão Municipal de Meio Ambiente e ao INDEA-MT.
São prestadores de serviço as pessoas físicas ou jurídicas que executam trabalhos de prevenção, destruição e controle de seres vivos considerados nocivos, aplicando agrotóxicos, seus componentes e afins;
O registro no órgão municipal de meio ambiente não isenta o prestador de serviços de obrigações dispostas em outras Leis.

Nenhum estabelecimento que opere com produtos abrangidos por esta Lei poderá funcionar sem a assistência técnica de profissional legalmente habilitado pelo CREA-MT.

Para serem vendidos ou expostos à venda os agrotóxicos, seus componentes e afins são obrigados a exibir rótulos próprios, contendo as informações exigidas pela legislação pertinente.

Os agrotóxicos, seus componentes e afins só poderão ser comercializados diretamente ao usuário, mediante apresentação de receita prescrita por profissional legalmente habilitado CREA-MT, engenheiros agrônomos ou florestal, em suas respectivas áreas de competência.

As pessoas físicas ou jurídicas que comercializem ou sejam prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, ficam obrigadas a manter à disposição dos serviços de fiscalização, o livro de registro ou outro sistema de controle, conforme regulamentação desta Lei, contendo:
No caso de estabelecimentos que comercializem agrotóxicos, seus componentes e afins no mercado interno:
Relação detalhada do estoque existente;
Controle em livro próprio, registrando-se nome técnico e nome comercial, a quantidade do produto comercializado, o número da receita agronômica acompanhada dos respectivos receituários.
No caso de pessoas físicas que sejam representadoras dos serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins:
Relação detalhada do estoque existente;
Nome comercial e técnico dos produtos e as quantidades aplicadas, acompanhadas dos respectivos receituários e guia de aplicação, em duas vias, ficando uma via de posse do contratante;
Guia de aplicação.

Fica proibido o uso de agrotóxicos, seus componentes e afins organoclorados e mercuriais, no território do Município.
Parágrafo Único – Os casos de uso excepcional serão definidos, com fundamentação técnica, pelo CONSEMMA.

Todas as empresas que produzem ou comercializam agrotóxicos, defensivos agrícolas, medicamentos de uso agropecuários, são responsáveis pelo recebimento e destinação ambientalmente correta das embalagens vazias.

Após conclusão do processo administrativo, os agrotóxicos, seus componentes e afins, apreendidos como resultado de ação fiscalizadora, serão inutilizados ou terão outro destino, a critério da autoridade competente.

É proibido a venda ou armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins, em estabelecimentos que comercializem alimentos de origem animal ou vegetal para consumo humano ou que comercializem produtos farmacêuticos para utilização humana.

As pessoas físicas e jurídicas que sejam prestadora de serviços na fabricação de agrotóxicos e seus componentes e afins, ficam obrigados a cadastrar-se no Órgão Municipal de Meio Ambiente.
Parágrafo Único - São prestadoras de serviços as pessoas físicas ou jurídicas que executem trabalhos de prevenção, destruição e controle de seres vivos considerados nocivos, aplicando agrotóxicos, seus componentes e afins, ai incluídos os trabalhos de dedetização e similares.

São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso do consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:
Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei, normas técnicas e regulamentos;
Pilhas e baterias;
Pneus;
Óleos lubrificantes,

Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
Produtos eletrônicos e seus componentes

Parágrafo único – Na forma disposta em norma aprovada pelo CONSEMMA ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Órgão Municipal de Meio Ambiente e o setor empresarial, poderão ser estendidas esta obrigação de logística reversa a produtos comercializados em embalagens plásticas, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente pelos resíduos que gerarão;

O Órgão Municipal de Meio Ambiente desenvolverá ações educativas, de forma sistemática, visando atingir os produtores rurais e população urbana, usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins, incentivando a utilização de métodos alternativos de combate à pragas e doenças, com objetivos de reduzir os efeitos prejudiciais sobre os seres humanos e o meio ambiente.
Parágrafo Único – Fica vedado o uso de agrotóxicos no mínimo 90 mts. de distância, das nascentes, moradias, estradas, rios e reservas de matos.

TÍTULO V
DA FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

CAPÍTULO I
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A lei estabelecerá sobre o procedimento administrativo no que tange a o licenciamento ambiental.

A fiscalização do cumprimento das disposições deste Código e das normas dele decorrentes será exercida pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente, através de quadro próprio, de servidores legalmente empossados para tal fim e, por agentes credenciados ou conveniados.
§1º O Órgão Municipal de Meio Ambiente, divulgará através da imprensa oficial a relação de seus agentes credenciados ou conveniados.
§2º No exercício da ação fiscalizadora serão assegurados aos agentes fiscais o livre acesso e a permanência, pelo tempo necessário, nos estabelecimentos públicos ou privados.

Mediante requisição do Órgão Municipal de Meio Ambiente, o agente poderá ser acompanhado por força policial no exercício da ação fiscalizadora.

Aos agentes de proteção ambiental compete:
Efetuar vistorias, levantamentos e avaliações;
Verificar a ocorrência da infração e lavrar o auto correspondente fornecendo cópia ao autuado;
Elaborar laudos ou relatórios técnicos;
Intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos em local e data previamente determinados;
Prestar atendimentos à acidentes ambientais, encaminhando providências no sentido de sanar os problemas ambientais ocorridos;
Exercer atividade orientadora visando a adoção de atitude ambiental positiva.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES

Constitui infração para efeito desta Lei, qualquer ação ou omissão que caracterize a inobservância de seus preceitos, bem como das normas regulamentares e medidas diretivas dela decorrentes, e será punida com as sanções do presente diploma legal, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente.

Quem, de qualquer forma, concorre para a prática das infrações administrativas, incide nas sanções a elas cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta ilícita de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando poderia agir para evitá-la.

As infrações das disposições desta Lei e normas dela decorrentes, serão classificadas como leves, graves, muito graves e gravíssimas, levando-se em consideração suas conseqüências, o tipo de atividade, o porte do estabelecimento, sua localização, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes do infrator.

As infrações se classificam em:
Leves: aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
Graves: aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
Muito graves: aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes;
Gravíssimas: aquelas em que forem verificadas três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

São circunstâncias atenuantes:
Arrependimento comprovado do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano ou limitação significativa da degradação ambiental causada;
Comunicação prévia do infrator, sobre perigo iminente de degradação ambiental, com as autoridades competentes.
Colaboração com os técnicos e agentes encarregados do controle ambiental;
Ser infrator primário e a infração cometida seja considerada leve.

São circunstâncias agravantes:
Ser infrator reincidente ou cometer a infração de forma contínua;
Ter cometido a infração para obter vantagens pecuniárias;
Coagir outrem para executar a infração;
Ter a infração conseqüências danosas ao meio ambiente;
Se tendo conhecimento das conseqüências danosas ao meio ambiente, o infrator deixa de tomar as providências de sua alçada para evitá-las;
Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;
Provocar conseqüências diretas sobre a propriedade alheia;
A infração atingir áreas sob proteção legal;
No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.
Quando o infrator praticar simultaneamente duas ou mais infrações, ser-lhe-á aplicada cumulativamente as penas cuminadas.

CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES

Os responsáveis pela infração ficam sujeitos às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas independentemente:
Advertência;
Multa simples, diária ou cumulativa;
Apreensão de produtos e subprodutos da fauna e flora silvestres, instrumentos, apetrechos e equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;
Embargo ou interdição temporária da atividade até correção da irregularidade;
Cassação de alvarás e licenças, e a conseqüente interdição definitiva do estabelecimento autuado, a serem efetuadas pelos órgãos competentes do Executivo Municipal, em cumprimento a parecer técnico homologado pelo titular do Órgão Municipal de Meio Ambiente;
Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
Reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente;
Demolição.
§ 1º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente às penas cominadas.
§ 2º A aplicação das penalidades previstas neste Código não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.
§ 3º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

As penalidades poderão incidir sobre:
O autor material;
O mandante;
Quem de qualquer modo concorra à prática ou dela se beneficie.

Considera-se infração leve:
Provocar maus tratos e crueldade contra animais;
Podar ou transplantar árvores de arborização urbana, sem causar danos às mesmas, sem autorização do Órgão competente do Município;
Danificar os troncos, riscar, colar papéis, pintar, fixar cartazes ou anúncios em arborização urbana;
Efetuar queima ao ar livre, de materiais que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida;
Lançar entulhos em locais não permitidos;
Depositar resíduos inertes de forma inadequada, ou em local não permitido;
Executar serviços de limpeza de fossas, filtros e redes de drenagem pluvial, sem prévio aviso ao órgão municipal de meio ambiente ou, mediante a utilização de veículos e equipamentos sem o código de cadastro municipal.

Considera-se infração grave:
Obstruir passagem superficial de águas pluviais;
Depositar resíduos da limpeza de galerias de drenagem em local não permitido;
Lançar efluentes líquidos provenientes de áreas de lavagem de veículos e de tanques de lavagem de peças e outros assemelhados, sem o adequado tratamento;
Permitir a permanência de animais de criação ou domésticos nas áreas verdes públicas e particulares com vegetação relevante ou florestada ou áreas de preservação permanente, que possam causar algum dano à vegetação e à fauna silvestre;
Danificar, suprimir ou sacrificar árvore nas áreas verdes públicas e particulares com vegetação relevante ou florestada, nas encostas, na orla fluvial, nos afloramentos rochosos e nas ilhas do Município;
Explorar ou utilizar veículos de divulgação presentes na paisagem urbana e visível dos logradouros públicos, sem autorização;
Lançar efluentes líquidos provenientes da atividade de beneficiamento e corte de rochas ornamentais e minerais não metálicos sem adequado tratamento;
Danificar, suprimir ou sacrificar árvores da arborização urbana;
Lançar esgotos "in natura" em corpos d'água ou na rede de drenagem pluvial, provenientes de edificações com até dez (10) pessoas;
Depositar resíduos provenientes do sistema de tratamento de esgoto doméstico, individual ou coletivo, em locais não permitidos;
Utilizar veículos e equipamentos, apresentando extravasamentos que sujem as vias e logradouros públicos;
Instalar, operar ou ampliar obras ou atividades de baixo potencial poluidor ou degradador, sem licenciamento ambiental ou em descumprimento de condicionantes e prazos ou em desacordo com a legislação e as normas vigentes;
Deixar de cumprir parcial ou totalmente, "Notificações" firmadas pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.

Considera-se infração muito grave:
Permitir a permanência de animais de criação ou domésticos nas Unidades de Conservação que possuem esta restrição;
Extrair de áreas de preservação permanente, sem prévia autorização, rochas, argila, areia ou qualquer espécie de mineral;
Desrespeitar as normas estabelecidas para Unidades de Conservação e outras áreas protegidas por legislação específica;
Penetrar nas áreas de preservação permanente ou Unidades de Conservação, conduzindo armas, substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais;
Utilizar ou provocar fogo para destruição das formações vegetacionais não consideradas de preservação permanente, nas áreas verdes públicas e particulares com vegetação relevante ou florestadas, nas encostas, nas praias, na orla fluvial, nos afloramentos rochosos e nas ilhas do Município;
Podar árvore declarada imune de corte sem autorização especial;
Assentar ou instalar obras, atividades, empreendimentos e objetos que limitem a visualização pública de monumento natural e de atributo cênico do meio ambiente natural ou criado;
Lançar quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, em águas superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários, em desacordo com os padrões fixados;
Obstruir drenos ou canais subterrâneos que sirvam de passagem às águas pluviais, bem como tubulações que se constituam em rede coletora de esgoto;
Utilizar agrotóxicos ou biocidas em desacordo com as recomendações técnicas vigente, que possam causar dano ao meio ambiente e à saúde;
Usar ou operar, inclusive para fins comerciais, instrumentos ou equipamentos, de modo que os sons emitidos provoquem ruídos;
Emitir ruídos em áreas externas, excetuando as zonas sensíveis a ruídos, que possam causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em seres humanos e ultrapassem acima de 10 (dez) decibéis os limites estabelecidos por lei ou atos normativos;
Instalar, operar, ampliar obras ou atividades de médio potencial poluidor ou degradador, sem licenciamento ambiental ou em descumprimento de condicionantes e prazos ou em desacordo com a legislação e normas vigentes;
Danificar árvores nas áreas de preservação permanente e nas Unidades de Conservação;
Aterrar, desterrar ou depositar qualquer tipo de material ou praticar ações que causem degradação ou poluição na orla fluvial;
Danificar, suprimir, sacrificar árvores declaradas imunes de cortes;
Explorar jazidas de substâncias minerais sem licenciamento ou em descumprimento de condicionantes e prazos;
Emitir efluentes atmosféricos em desacordo com os limites fixados pela legislação e normas específicas;
Lançar esgotos "in natura" em corpos d'água ou rede de drenagem pluvial, proveniente de edificações com 10 (dez) a 100 (cem) pessoas;
Praticar ações ou atividades que possam provocar diretamente ou indiretamente erosão ou desestabilização de encosta;
Depositar no solo quaisquer resíduos líquidos, gasosos ou sólidos, sem a comprovação de sua degradabilidade e da capacidade de autodepuração;
Instalar, operar ou ampliar atividades que produzam ou possam a vir produzir ruídos, em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;
Comercializar espécimes de fauna e flora nativa sem prévia autorização e em desacordo com a legislação e normas vigentes;
Provocar, ocasionalmente, poluição ou degradação de elevado impacto ambiental, que apresente iminente risco para a saúde pública e o meio ambiente;
Deixar de cumprir, parcial ou totalmente, "Termo de Compromisso" firmado com o Órgão Municipal de Meio Ambiente;
Obstruir ou dificultar a ação de controle ambiental do Órgão Municipal de Meio Ambiente;
Sonegar dados ou informações ao agente fiscal;
Prestar informações falsas ou modificar dado técnico solicitado pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente;
Deixar de cumprir, parcial ou totalmente, atos normativos do Órgão Municipal de Meio Ambiente.

Considera-se infração gravíssima:
Suprimir ou sacrificar árvore nas áreas de preservação permanente e nas Unidades de Conservação;
Impedir ou dificultar a regeneração natural da vegetação, nas áreas de preservação permanente e nas Unidades de Conservação;
Emitir odores, poeira, névoa e gases visíveis, exceto vapor d'água, que possam provocar, incômodos à vizinhança, num raio acima de 500 (quinhentos) metros;
Lançar esgotos "in natura" em corpos d'água ou rede de drenagem pluvial, provenientes de edificações acima a 100 (cem) pessoas;
Utilizar e funcionar qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno e noturno, de modo que crie ruído além do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, observada a legislação e normas vigentes;
Transportar, manusear e armazenar cargas perigosas no território do Município, em desacordo com as normas da ABNT, a legislação e normas vigentes;
Destruir ou danificar remanescentes florestais mesmo em processo de formação e demais formas de vegetação, nas áreas de preservação permanente e nas Unidades de Conservação;
Cortar ou suprimir espécies vegetais nativas raras ou ameaçadas de extinção e que contribuam com a manutenção da biodiversidade;

Praticar ações que causem poluição ou degradação ambiental, em áreas de preservação permanente e Unidades de Conservação;
Utilizar ou provocar fogo para destruição de remanescentes florestais, mesmo em processo de formação, em áreas de preservação permanente e nas Unidades de Conservação;
Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, total ou parcial, ainda que momentânea da população;
Contribuir para que o ar atinja níveis ou categoria de qualidade inferior aos fixados em lei ou ato normativo;

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prever classificação e graduação das infrações e penalidades aplicáveis, fundamentado nas previsibilidades desta lei e demais legislações pertinentes, considerando essencialmente a especificidade de cada recurso ambiental.

SEÇÃO I
ADVERTÊNCIA
A advertência será aplicada pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente, através de técnico credenciado, quando se tratar da primeira infração, devendo ser fixado o prazo para que sejam sanadas as irregularidades apontadas.

A advertência será aplicada por ato formal, quando da inobservância das disposições deste código e da legislação em vigor ou de preceitos regulamentares.

SEÇÃO II
DA MULTA
A multa é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o administrado em decorrência da infração cometida e classificam-se em leves, graves, muito graves e gravíssimas.
§ 1º A pena de multa simples consiste no pagamento do valor correspondente:
Nas infrações leves, de 15 UFM a 100 UFM;
Nas infrações graves de 101 UFM a 400 UFM;
Nas infrações muito graves, de 401 UFM a 700 UFM;
Nas infrações gravíssimas, de 701 a 1.500 UFM.
§ 2º Atendido o disposto neste artigo, na fixação do valor da multa à autoridade levará em conta:
As circunstâncias atenuantes e agravantes;
A gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências à qualidade ambiental e a capacidade de recuperação do meio ambiente;
Os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais;
A capacidade econômica do infrator.
§ 3º A autoridade competente deve, de ofício ou mediante provocação, independentemente do recolhimento da multa aplicada, majorar, manter ou minorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos nos artigos infrigidos, observando os incisos do § 1º deste artigo.

A multa simples será aplicada sempre que o infrator, por negligência ou dolo, advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente;
§ 1º A multa simples pode ter seu valor reduzido, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental ou prestar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, através da elaboração de um projeto.
§ 2º A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a execução do projeto para a reparação do dano.
§ 3º A autoridade competente pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.
§ 4º O pedido de conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, será apreciado pela autoridade julgadora, que deverá considerar a ocorrência das circunstâncias atenuantes previstas neste código.
§ 5º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizado monetariamente será proporcional ao dano não reparado.
§ 6º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em até noventa por cento do valor atualizado monetariamente.
§ 7º Os valores apurados nos parágrafos 5º e 6º deste artigo serão recolhidos no prazo de quinze dias corridos para a conta do FMMA, contados a partir da data do recebimento da notificação.

A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até a sua efetiva cessação ou regularização da situação mediante a celebração, pelo infrator, de Termo de Compromisso de reparação do dano.

SEÇÃO III
DA INTERDIÇÃO, DA APREENSÃO, DO EMBARGO E DA DEMOLIÇÃO
Caberá ao Poder Executivo Municipal proceder a aplicação dos instrumentos de interdição, apreensão, embargo e demolição quando houver agressões ao meio ambiente.

A interdição temporária ou definitiva, será imposta nos casos de perigo iminente à saúde pública e ao meio ambiente.

Verificada a infração, serão apreendidos os produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.
§ 1º Os animais silvestres serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.
§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições filantrópicas, ou outras com fins beneficentes do município.
§ 3º Os produtos e subprodutos da fauna serão destruídos ou doados a instituições científicas culturais ou educacionais.
§ 4º Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a descaracterização por meio da reciclagem ou, serão incorporados ao patrimônio público para emprego nas ações de meio ambiente;
§ 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSEMMA.

A penalidade de embargo ou demolição poderá ser imposta, no caso de obras ou construções feitas sem licença ambiental ou em desacordo com a mesma.

No caso de resistência, a execução das penalidades previstas nesta seção será efetuada com requisição de força policial.

Todos os custos e despesas decorrentes da aplicação das penalidades correrão por conta do infrator.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO E RECURSOS
A fiscalização e a aplicação de penalidades de que trata este código dar-se-á por meio de:
Auto de notificação;
Auto de infração;
Auto de apreensão;
Auto de embargo;
Auto de interdição;
Auto de demolição.

Parágrafo Único - Os autos serão lavrados em três vias destinadas:
a) A primeira, ao autuado;
b) A segunda, ao processo administrativo;
c) A terceira, ao arquivo.

Constatada a irregularidade, será lavrado o auto correspondente contendo:
O nome da pessoa física ou jurídica autuada, com respectivo endereço;
O fato constitutivo da infração o local, hora e data respectivos;
O fundamento legal da autuação;
A penalidade aplicada e, quando for o caso, o prazo para correção da irregularidade;

Nome, função e assinatura do autuante;
Prazo para apresentação da defesa.

Na lavratura do auto, as omissões ou incorreções não acarretarão nulidade, se do processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

A assinatura do infrator ou seu representante não constitui formalidade essencial à validade do auto, nem implica em confissão, nem a recusa constitui agravante.

Do auto será intimado o infrator:
Pelo autuante, mediante assinatura do infrator;
Por via postal, com prova de recebimento;
Por edital, nas demais circunstâncias.

Parágrafo Único - O edital será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial e, em jornal de circulação regional.

São critérios a serem considerados pelo autuante na classificação de infração:
A maior ou menor gravidade;
As circunstâncias atenuantes e as agravantes;
Os antecedentes do infrator.

As infrações à legislação ambiental serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta lei.

O autuado que apresentar defesa ou impugnação deverá mencionar:
Autoridade julgadora a quem é dirigida;
A qualificação do impugnante;
Os motivos de fato e de direito em que se fundamentar;
Os meios de provas a que o impugnante pretenda produzir, expostos os motivos que as justifiquem.

Oferecida à defesa ou impugnação, o processo será encaminhado ao fiscal autuante ou servidor designado pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente, que sobre ela se manifestará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dando ciência ao autuado.

Fica vedado reunir em uma só petição, impugnação ou recurso referente a mais de uma infração administrativa, ainda que versem sobre assunto da mesma natureza e alcancem o mesmo infrator.

O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:
Cinco dias para o Diretor do Departamento Técnico, ao qual está subordinado o autuante, lavrar o Auto de Multa;
Vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;
Trinta dias para o Titular do Órgão Municipal de Meio Ambiente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;
Vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória ao CONSEMMA;
Cinco dias para o cumprimento da sanção, contados da data do recebimento da notificação da decisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
§ 1º Se o processo depender de diligência, este prazo passará a ser contado a partir da conclusão daquela.
§ 2º Fica facultado ao autuante e ao autuado juntar provas no decorrer do período em que o processo estiver em diligência.
§ 3º Os recursos interpostos da decisão configurada no inciso III serão encaminhados ao CONSEMMA e terão efeitos suspensivos relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente, salvo para as penas de inutilização ou destruição de matérias primas ou produtos de demolição.

Não sendo cumprido, nem impugnada a sanção fiscal, será declarada à revelia e permanecerá o processo no Órgão Municipal de Meio Ambiente pelo prazo de 20 (vinte) dias para cobrança amigável de crédito constituído.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito constituído, o Órgão Municipal de Meio Ambiente declarará o sujeito passivo devedor omisso e encaminhará o processo ao Órgão Municipal de Finanças, para inscrição do débito em dívida ativa e promoção de cobrança executiva pela Procuradoria Geral Municipal.

O fiscal ou qualquer outro membro do órgão municipal do Meio Ambiente que, por ação ou omissão, mediante ou não a prática de qualquer espécie de suborno, deixar de aplicar o que preconiza o Código sofrerá processo administrativo, sem isenção das demais penalidades civis e penais cabíveis.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
O Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação desta lei, sem prejuízo daqueles legalmente auto-aplicáveis, mediante decreto, regulamentará os procedimentos necessários para implementação do presente Código.

Serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições constantes das legislações federal e estadual.

Fica o Poder Executivo autorizado a determinar a medida de emergência a fim de enfrentar episódios críticos de poluição ambiental, em casos de graves e eminentes riscos para a vida humana ou bens materiais de alta relevância econômica, bem como nas hipóteses de calamidade pública ou de degradação violenta do meio ambiente.

Fica o Órgão Municipal de Meio Ambiente, autorizado a expedir as normas técnicas, padrões e critérios aprovados no Conselho Municipal do Meio Ambiente, destinada a complementar esta lei e seu regulamento.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei complementar nº. 013/2000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 12 de maio de 2014.

Elias Mendes Leal Filho
Prefeito

ANEXO 1

Tabela 1: Valores médios apontados pela NBR 10.152

LOCAL	DECIBÉIS
Hospitais (apartamentos, centro cirúrgico, etc.)	35 – 45
Escolas (salas de aula)	40 – 50
Escolas (bibliotecas)	35 – 45
Igrejas e templos	40 – 50
Residências (dormitórios)	35 – 45
Escritórios (salas de gerência, projetos e administração)	35 – 45
Escritórios (sala de computação)	50 – 60

Fonte: http://www.ecolnews.com.br/policaosonora/avaliacao.htm

Publicado por:
Sidnei Francisco de Melo
Código Identificador:3B51424D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 121/2008

PORTARIA Nº 121 DE 24 DE ABRIL DE 2008
Reeditada por força da portaria nº 260 de 27 de maio de 2014

Regulamenta o uso de crachás de identificação nas dependências da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de otimizar os procedimentos de controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências das unidades da Prefeitura Municipal,
Considerando que a identificação visual dos servidores facilita o contato direto, a comunicação e o encaminhamento do público usuário;
Considerando que o crachá constitui elemento simples e eficaz de identificação visual,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e regulamentar o uso do crachá como elemento de identificação visual dos servidores da municipalidade.

CAPÍTULO I
OBRIGATORIEDADE E FORMA DA IDENTIFICAÇÃO

Art. 2º O crachá, identificará todos os servidores ativos.
Parágrafo Único - Para os estagiários e ou prestadores de serviços haverá crachá diferenciado, com prazo de validade determinado em função dos termos dos respectivos convênio ou contratos.

Art. 3º O porte do crachá é obrigatório para todos os servidores, inclusive contratados e estagiários, durante todo o período de expediente do servidor, quer seja na sua unidade de trabalho ou em atividades externas (fórum, bancos, comercio em geral, reuniões, palestras, seminários etc), à partir de sua distribuição pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), observadas as normas e condições estabelecidas neste ato."
Parágrafo único: Para os Secretários Municipais e Assessores, o uso do crachá é facultativo, todavia recomendado em face não só da necessidade de otimização da segurança, como da deferência de tratamento que a autoridade impõe.

CAPÍTULO II
CONTEÚDO DO CRACHÁ
Art. 4º O crachá será expedido com estrita observância dos modelos aprovados pela Administração Municipal.
§ 1º No crachá além do Brasão do Município, constará impresso, a identificação do servidor por seu nome completo ou abreviado, o cargo, sua fotografia e matricula funcional.
§ 2º A fotografia, recente, no formato 3x4, em cores, será providenciada pelo próprio servidor.
§ 3º A fotografia será coletada conforme orientação da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP).

CAPÍTULO III
ROTINAS DE USO

Art. 5º O crachá deverá ser portado de forma a possibilitar fácil visualização, durante todo o período de expediente do servidor, independente do local onde esteja executando suas atividades.
Parágrafo único: Junto com o crachá será fornecido cordão apropriado para mantê-lo preso ao pescoço, com a sigla "PREFEITURA DE MIRASSOL D´OESTE" impressa.

Art. 6º A fiscalização do uso constante do crachá pelos servidores no ambiente de trabalho ficará a cargo das chefias imediatas respectivas.
§ 1º Havendo reincidência na omissão do uso, caberá a chefia do servidor comunicar o fato por escrito à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) para as providências cabíveis.
§ 2º Será caracterizada como falta disciplinar a presença no local de trabalho sem o porte do crachá na forma recomendada.

Art. 7º Compete à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) coordenar sua distribuição aos servidores, contra protocolo.

CAPÍTULO IV
PROCEDIMENTOS EM CASO DE DANIFICAÇÃO, PERDA OU ROUBO

Art. 8º. Não obstante a preocupação de confeccionar o crachá com material flexível e resistente, impõe-se ao servidor cuidados para evitar perda, quebra ou danificação, evitando dobrá-lo ou expô-lo à umidade ou calor excessivo.

Art. 9º. A ocorrência de perda, roubo, ou evento de qualquer natureza que impossibilite a utilização do crachá, deverá ser comunicada por escrito à chefia imediata do servidor, a qual encaminhará as providências necessárias, junto à CGP, para a confecção de um novo.

Art. 10. Constitui ônus da Municipalidade a emissão do crachá, assim como sua substituição no caso de alteração de nome ou de cargo ou quando se verificar que, em razão do desgaste natural em face do tempo, suas condições o tornam impróprio para uso.
Parágrafo único. O crachá danificado deverá ser devolvido a CGP nas condições em que se encontra, para que se processe a substituição por um novo.

Art. 11. Na reposição do crachá em decorrência de perda, extravio, furto, roubo ou danificação, fora da expectativa de desgaste natural, estimada em 1 (um) ano, deverá ser justificada e os custos correrão às expensas do servidor mediante a consignação do valor correspondente em folha de pagamento.
Parágrafo único. O valor de reposição do crachá e assessórios, atualizado periodicamente em função dos custos de mercado, será informado pela CGP quando solicitado pelo usuário.

CAPÍTULO V
HIPÓTESES EM QUE SE PROCEDERÁ A DEVOLUÇÃO

Art. 12. Quanto aos crachás, o recolhimento dar-se-á na hipótese de mudança de nome ou de cargo, ou quando do afastamento definitivo do servidor.
Parágrafo Único - Os crachás recolhidos serão destruídos na CGP, após substituídos por novos.

Art. 13. Em caso de não devolução, a Administração notificará o portador do crachá para fazê-la no prazo de 5 (cinco) dias.
Parágrafo Único - O não atendimento implica anotação nos assentamentos funcionais do servidor como falta disciplinar, além da cobrança do valor correspondente em folha de pagamento, a título de indenização de despesas materiais e administrativas de aquisição.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 27 de maio de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidnei Francisco de Melo
Código Identificador:86CBF7FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 260/2014

PORTARIA Nº 260 DE 27 DE MAIO DE 2014

ALTERA A PORTARIA 121 DE 24 DE ABRIL DE 2008 QUE Regulamenta o uso de crachás de identificação nas dependências da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 3º da Portaria 121 de 24 de abril de 2008 que passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 3º** O porte do crachá é obrigatório para todos os servidores, inclusive contratados e estagiários, durante todo o período de expediente do servidor, quer seja na sua unidade de trabalho ou em atividades externas (fórum, bancos, comercio em geral, reuniões, palestras, seminários etc), à partir de sua distribuição pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), observadas as normas e condições estabelecidas neste ato."

Art. 2º Fica alterado o § 1º do Art. 4º da Portaria 121 de 24 de abril de 2008 que passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 4º** ...
§ 1º No crachá além do Brasão do Município, constará impresso, a identificação do servidor por seu nome completo ou abreviado, o cargo, sua fotografia e matricula funcional.
§ 2º ...
§ 3º ..."

Art. 3º Fica alterada a redação do *caput* do artigo 5º da Portaria 121 de 24 de abril de 2008, e seu parágrafo único que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º O crachá deverá ser portado de forma a possibilitar fácil visualização, durante todo o período de expediente do servidor, independente do local onde esteja executando suas atividades.
Parágrafo único: Junto com o crachá será fornecido cordão apropriado para mantê-lo preso ao pescoço, com a sigla "PREFEITURA DE MIRASSOL D´OESTE" impressa."

Art. 4º Fica alterada a redação do artigo 7º da Portaria 121 de 24 de abril de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 7º Compete à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) coordenar sua distribuição aos servidores, contra protocolo."

Art. 5º Fica autorizada a reedição da Portaria 121 de 24 de abril de 2008, com as alterações de que trata esta Portaria.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de maio de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Sidnei Francisco de Melo
Código Identificador:77A720F5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO

1º Aditivo a Contrato nº 51/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Sra. **VIRGÍNIA RUTH ALVES MACHADO DE FARIA**, inscrita no CPF sob o n.º 345.440.701-04 e portadora da Cédula de Identidade RG n.º 0490065 SSP/MT. prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 51/2013, e o reajuste do valor mensal em 25%. Vigência: 12 meses. Valor global: R$ 18.750,00 (dezoito mil e setecentos e cinqüenta reais). Data 31 de março de 2014. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres – Sra. **VIRGÍNIA RUTH ALVES MACHADO DE FARIA** – contratado

Publicado por:
Quézia da Rosa
Código Identificador:7CA9FC47

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2013
Contratante: MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.
Contratado: WALDOMIRO FERREIRA LEMES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.309.665/0001-44.
Objeto: Tem por finalidade a diminuição quantitativa e de valor do objeto do contrato administrativo nº 048/2013, cujo objeto é a execução dos serviços de ampliação e reforma do prédio do PSF I do Município de Nortelândia - MT, conforme planilha orçamentária.
Fonte dos recursos: Ministério da Saúde.
Fundamento Legal: Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
Valor: Fica diminuída do valor inicial do contrato original a importância de R$ 2.041,64 (dois mil e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos), referentes aos serviços excluídos da obra.
Data de assinatura: 29/05/2014

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:999A7681

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2014

CONTRATO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KITS TIPO CESTA BÁSICA PARA DISTRIBUIÇÃO A FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA RENASCER-ME CONFORME **CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 604/2014, MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº 15/2014** AS CLAUSULAS A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO
Constitui o objeto do presente contrato a **Aquisição de Gêneros Alimentícios para composição de cestas básicas referente ao Termo de Convenio Simplificado nº 115/2013.**

CLÁUSULA SEXTA - DA FONTE DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
Para fazer face às despesas resultantes desta dispensa, serão utilizados recursos próprios do Município, classificados nas seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente:

Atividade: 2282 **– Aquisição de Cesta Básicas – Campanha de Natal**
Elemento: 3.3.9.0.30.00.0 – Material de Consumo
Código Reduzido: 412

CLÁUSULA SETIMA – VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 29 de Junho de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 29 de Maio de 2014.

Contratante:
CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Contratado:
SUPERMECADO RENASCER-ME
Cnpj Sob o Nº, 01.931.496/0001-80

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:C4EDBDCC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 098/2014

Ementa: Determina o Departamento de Recursos Humanos, a efetuar rescisão contratual, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto na Clausula oitava do Contrato de prestação de Serviço.

RESOLVE:

Artigo 1º- Autoriza o Departamento de Recursos Humanos a efetuar as RESCISÕES a partir de 01/05/2014, do Contrato de Prestação de Serviço nº 136/2014, com a Srª. **MARIA DE FATIMA ALEXANDRINO,** do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, e do Contrato de Prestação de Serviço nº 019/2014, a Sr.ª JANETE MACHADO MECABO, do cargo de PROFESSORA.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 16 de maio de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:862943BE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 099/2014

Ementa: Determina o Departamento de Recursos Humanos, a efetuar rescisão contratual, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto na Clausula oitava do Contrato de prestação de Serviço.

RESOLVE:

Artigo 1º- Autoriza o Departamento de Recursos Humanos a efetuar a RESCISÃO a partir de 30/05/2014, do Contrato de Prestação de Serviço nº 415/2013, com a Srª. **MARIA DE JESUS PEREIRA,** do cargo de AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO.
Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 20 de maio de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:D0B45DFD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 100/2014

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no Art. 40, parágrafos 1º e 2º do plano de cargo, carreira e remuneração dos profissionais de Educação do Município de Nova Bandeirantes-MT,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a efetuar a movimentação funcional, na modalidade por progressão funcional do nível V para o nível VI, a partir do dia 01/04/2014, beneficiando os profissionais relacionados a seguir, com os respectivos cargos:

APARECIDO PORFIRIO

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 20 de maio de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
PREFEITA MUNICIPAL
NOVA BANDEIRANTES/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:D6E20339

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 052/2014

CONTRATADO: NILSON DE OLIVEIRA-ME
CNPJ: 09.632.960/0001-49
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 02 (DOIS) CAMINHÕES CAÇAMBA E 01 (UM) TRATOR ESCAVO, SENDO QUE AMBOS DEVEM OBEDECER AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: AS DESPESAS COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO ELÉTRICA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS FICAM A CARGO DA CONTRATADA, OS VEÍCULOS DEVERÃO FICAR A DISPOSIÇÃO POR PERÍODO INTEGRAL PARA O USO DA PREFEITURA PELO TEMPO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE SERÁ DE 60 (SESSENTA) DIAS. POR OUTRO LADO, AS DESPESAS COM COMBUSTÍVEL, CONSERTO E TROCAS DE PNEUS FICAM A CARGO DA PREFEITURA.

VALOR GLOBAL: R$ 58.000,00 (cinqüenta e oito mil reais)
VINCULO: DISPENSA 011/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:23A7D354

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 069/2014

CONTRATADO: EDMUNDO GONÇALVES DO VALE JUNIOR-ME

CNPJ: 09.320.693/0001-74
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES EMERGENCIAIS DECORRENTES DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

VALOR GLOBAL: R$ 23.439,93 (vinte e três mil quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e três centavos)
VINCULO: DISPENSA 010/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:2F5BA885

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 053/2014

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BEVILAQUA LTDA
CNPJ: 06.894.854/0001-45
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR GLOBAL: R$ 20.891,10 (vinte mil oitocentos e noventa e um reais e dez centavos)
VINCULO: DISPENSA 006/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:5C6D5975

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 067/2014

CONTRATADO: JOSE ROBERTO ESPADOTTO-ME
CNPJ: 61.218.723/0001-56
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA CARCAÇA DE TRANSMIÇÃO DA PÁ CARREGADEIRA WA 180, MONTAGEM E AJUSTAGEM COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS, PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT.
VALOR GLOBAL: R$ 21.185,10 (vinte um mil cento e oitenta e cinco reais e dez centavos)
VINCULO: PREGÃO 018/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:A6783C54

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2014

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº. 035/2014
O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:
PROCESSO Nº.:059/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2014
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORA DE PROJETO ARQUITETÔNICO NA RECONSTRUÇÃO DE BUEIRO DUPLO CIRCULAR EM CONCRETO 20 M – COORDENADAS - 9º47'34.94S" E 57º41'37.33"O, RECONSTRUÇÃO DE BUEIRO SIMPLES CIRCULAR EM CONCRETO 10 M – COORDENADAS - 10º4'52.81"S E 58º0'2.48"O E RECONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO, COM 16M X 5M, 80M² - COORDENADAS 9º47'46.05"S E 57º45'13.74"O NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

DATA DE ABERTURA/HORA: 16 (dezesseis) de junho de 2014 às 12:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações - das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira,sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, Tel.: (66)-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 29 de maio de 2014.

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA
Pregoeira Oficial
Decreto 103/2013

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:70E8E24E

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2014

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar a Tomada de Preços abaixo especificada:

PROCESSO LICITATORIO: Nº. 056/2014
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2014
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PUBLICA LOCALIZADA ENTRE A AVENIDA JOSE FRANCINCO OTENIO, TRAVESSA ALCION NEIVERTH E RUA PIAUI, NO TOTAL DE 5.200,00M² DE CONSTRUÇÃO, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.
Onde se le: Dia 18 (dezessete) de junho de 2014 às 12:00 horas.
Leia se: Dia 18 (dezoito) de junho de 2014 às 12:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, no Município de Nova Bandeirantes/MT.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de licitações - das 09:00 às 13:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62–Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1951/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

.Nova Bandeirantes/MT, 29 de maio de 2014.

ROBERTO LIMA DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº. 007/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:A9D08294

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2014 PREGÃO PRESENCIAL N°. 025/2014 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, RESOLVE registrar os preços da empresa **VALCIENE BIS-ME**, devidamente inscrita no CNPJ. 02.869.114/0001-06, situada na Rua Piauí, n° 448, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, neste ato representado pela senhora **VALCIEN BIS**, portadora do RG n°. 1091099-9 e inscrito sob o CPF n°. 615-871-921-87, residente e domiciliada situada na Avenida Boa vista, S/N, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 025/2014 e as constantes desta

Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 150 M² DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO NOS MODELOS OFICIAIS, COM ADESIVO FLUORESCENTE E CHAPA DE FERRO 18**, **PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: VALCIENE BIS-ME
CNPJ:02.869.114/0001-06
ENDEREÇO: RUA PIAUI, S/N, CENTRO NOVA BANDEIRANTES/MT
TELEFONE: 66 3572 1867

Seq.	Descrição	Unid.	P. Unit	P. Total
01	BOTIJÃO PARA CARGA DE GAS LIQUEFEITO 13 KG	950	55,00	52.250,00
02	CASCO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO 13 KG	85	135,00	11.475,00

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO R$ 63.725,00 (sessenta e três mil setecentos e vinte e cinco reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes-MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de **02 (dois) dias a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;**

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto, data de validade vigente e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

16.15. Apresentar o Certificado de Regularidade da **ANP** (Agencia nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

7.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

7.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

7.4 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

7.5 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";
8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.
10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO
11.1- A fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será exercida pelo (a) Prefeito (a) Municipal, bem como pelo Ordenador de Despesas de cada Unidade Orçamentária.
11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a) é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
11.4- O (a) Contratado (a) fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

12. DAS PENALIDADES
12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;
12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;
12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;
12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias
úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;
12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;
12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.
13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:
Advertência; Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.
13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu

objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.
13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.
13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:
Órgão – 09 – Datação 436 - Natureza da despesa 339030000000;
Órgão – 03 – Datação 79 - Natureza da despesa 339030000000;
Órgão – 06 – Datação 267 - Natureza da despesa 339030000000;
Órgão – 04 – Datação 130 - Natureza da despesa 339030000000;
Órgão – 12 – Datação 592 - Natureza da despesa 339030000000;
Órgão – 08 – Datação 385 - Natureza da despesa 339030000000;
Órgão – 05 – Datação 217 - Natureza da despesa 339030000000;
14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 025/2014,** seus anexos e as propostas das classificadas.
III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

16. DO FORO
Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 29 de abril de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Contratante

VALCIEN BIS-ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Andressa Cristine F. Moreira
C.P.F.: 041.729.241-40

Nome: Denize Schmoeller
C.P.F.: 005.683.821-29

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:FD106817

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 017/14/SMA/PMNG.
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2014
PRAZO: 22/05/14 A 22/05/15
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NOVA GUARITA/MT, OBSERVADO EM TODO CASO AS CONDIÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 012/2014.
VALOR: R$ 163.000,00 (GLOBAL)
DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 17.512.0011.1.179.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

Publicado por:
Yana Maria Marcon
Código Identificador:5CD6526F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 307/2014/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. FRANCISCO ENDLER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar o candidato abaixo relacionado, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, e em conformidade com o artigo 14, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 108/2004 de 22 de abril de 2004.
§ PRIMEIRO – O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.
§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2014 e demais documentos conforme relação em anexo.
ART. 2º - O (A) convocado (a) deverá solicitar dentro do prazo previsto no artigo anterior a prorrogação por mais 15 dias sob pena de decair o direito a posse.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Isaias Almeida dos Santos	108	Vigia
Nelita Marques da Silva	102	Auxiliar de Serviços Gerais

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e Catorze.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 307/2014/GP/PMNG

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:
a) Cópia e Original para autenticação:
01.RG;
02.CPF;
03.Certidão de Nascimento ou Casamento;
04.Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);
05.Diploma (Registrado no Órgão Competente);
06.Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);
07.Título de eleitor;
08.Certidão de Quitação Eleitoral ou comprovante de votação da última eleição;
09.Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);
10.Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;
11.CTPS (Carteira de Trabalho);
12.RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);
13.CPF dos dependentes;
14.Comprovante de residência;
15.Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.
16.Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.
17. Comprovante de abertura de conta salário no Sicredi com Titularidade em nome do Servidor
b) Original:
18.Foto 3X4 (atual, colorida);
19.Certidão de Antecedentes Criminais;
20.Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.
21.Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;
22.Declaração para IRFF e salário família;
23.Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

2ª Fase - Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

Publicado por:
Yana Maria Marcon
Código Identificador:6C47CDA1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Marilândia MT, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde convidam toda a população à participar de uma Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Terceiro Quadrimestre de 2013 do Fundo Municipal de Saúde.
Data: 30/05/2014
Horario: 15:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Saúde

APARECIDA CLESTIANE DA COSTA SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Nova Marilândia - MT

Publicado por:
Devanira da Silva Leite
Código Identificador:F4624499

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 110/2014

EMENTA*:* DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFÍCIO DE LICENÇA MATERNIDADE À Srª "EDRIA FERREIRA SOAVE"

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Concede afastamento para o Benefício de Licença Maternidade à *Servidora Pública Municipal à Srª* ***EDRIA FERREIRA SOAVE,*** ocupante do cargo de Professora – Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, com vencimentos pagos pelo Fundo Municipal de Previdencia Social - PREVINOM, a partir de 01/05/2014 e término em 28/08/2014 conforme Processo nº 2014.08.00004P - Nº Benefício: 2014.08.00004P.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E QUATORZE – 17/05/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:8A5A63AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 109/2014

EMENTA*:* DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFÍCIO DE LICENÇA MATERNIDADE À Srª "VERONICA BARBOSA DA SILVA"

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Concede afastamento para o Benefício de Licença Maternidade à *Servidora Pública Municipal à Srª* ***VERONICA BARBOSA DA SILVA,*** ocupante do cargo de Professora – Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, com vencimentos pagos pelo Fundo Municipal de Previdencia Social - PREVINOM, a partir de 25/04/2014 e término em 22/08/2014 conforme Processo nº 2014.08.00003P - Nº Benefício: 2014.08.00003P.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E QUATORZE – 17/05/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:C994C6B6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 016/2014

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 411 de 08 de Outubro de 2013, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 016/2014, MENOR PREÇO POR ITEM, cujo Objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROVEDOR DE INTERNET, BANDA LARGA 24 HORAS POR DIA, SETE DIAS POR SEMANA, COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PARA O DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.** a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR: **WT SPEED TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ 04.985.607/0001-29,** Insc. Estadual nº **13459614-5.**
Valor de R$ 175.440,00 (cento e setenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais), vencedora dos itens 01 e 02.

Item	Qtd.	Descrição	Unid.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
01	12 meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção Nova Maringá.	168 - mega simples	**R$ 330,00**	**R$ 55.440,00**
02	12 meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção Nova Maringá.	120 - mega full	**R$ 1.000,00**	**R$ 120.000,00**

VENCEDOR: **CELLONI DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no **CNPJ 06.022.308/0001-14,** NIRE nº **5120087986-5.**
Valor de R$ 45.336,00 (quarenta e cinco mil reais e trezentos e trinta e seis reais), vencedora dos itens 03 e 04.

ONDE SE LÊ:

Item	Qtd.	Descrição	Unid.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
03	12 Meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção para distrito de Brianorte.	24 - mega simples	**R$ 1.059,00**	**R$ 25.575,84**
04	12 Meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção para distrito de Brianorte.	12 - mega full	**1.660,00**	**19.920,00**

LEIA SE:

Item	Qtd.	Descrição	Unid.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
03	12 Meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção para distrito de Brianorte.	24 - mega simples	**1.059,00**	**25.416,00**
04	12 Meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção para distrito de Brianorte.	12 - mega full	**1.660,00**	**19.920,00**

Nova Maringá - MT, 28 de Maio de 2014.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Certifico que foi afixado no mural da Prefeitura Municipal, no dia 28/05/2014.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:02D94005

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 016/2014.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROVEDOR DE INTERNET, BANDA LARGA 24 HORAS POR DIA, SETE DIAS POR SEMANA, COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PARA O DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, obedecendo todas as formalidades legais inscritas na Lei 8.666/93.

O Pregoeiro e Comissão de Apoio, cumprindo com as determinações legais, classificaram as melhores propostas apresentadas e com os critérios estabelecidos no Pregão Presencial 016/2014. Decorrido o prazo recursal sem quaisquer manifestações das partes interessadas. Assim sendo, de acordo com os critérios do edital e diante dos resultados apresentados pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** e **ADJUDICO** o julgamento do presente certame, para que produza todos os efeitos legais, dando como proponentes (s) vencedor(es) a(s) Empresa(s):

VENCEDOR: **WT SPEED TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ 04.985.607/0001-29,** Insc. Estadual nº **13459614-5.**
Valor de R$ 175.440,00 (cento e setenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais), vencedora dos itens 01 e 02.

Item	Qtd.	Descrição	Unid.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
01	12 meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção Nova Maringá.	168 - mega simples	**R$ 330,00**	**R$ 55.440,00**
02	12 meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção Nova Maringá.	120 - mega full	**R$ 1.000,00**	**R$ 120.000,00**

VENCEDOR: **CELLONI DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no **CNPJ 06.022.308/0001-14,** NIRE nº **5120087986-5.**
Valor de R$ 45.336,00 (quarenta e cinco mil reais e trezentos e trinta e seis reais), vencedora dos itens 03 e 04.

ONDE SE LÊ:

Item	Qtd.	Descrição	Unid.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
03	12 Meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção para distrito de Brianorte.	24 - mega simples	**R$ 1.059,00**	**R$ 25.575,84**
04	12 Meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção para distrito de Brianorte.	12 - mega full	**1.660,00**	**19.920,00**

LEIA SE:

Item	Qtd.	Descrição	Unid.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
03	12 Meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção para distrito de Brianorte.	24 - mega simples	**1.059,00**	**25.416,00**
04	12 Meses	Provedor internet banda larga 24 horas por dia, sete dias da semana com suporte e manutenção para distrito de Brianorte.	12 - mega full	**1.660,00**	**19.920,00**

A proposta apresentadas foi a mais vantajosa para a Administração Municipal, Razão pelo qual **ADJUDICO E HOMOLOGO** a proposta vencedora do objeto da presente licitação.

Nova Maringá - MT, 28 de Maio 2014.

JOÃO BRAGA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:E8C90936

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 24/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **ARION SILVEIRA**, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão Presencial nº. 24/2014**, cujo objeto trata-se de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 COMPACTADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES, SERVIÇOS URBANOS E SANEAMENTO, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a Conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedora do certame licitatório a empresa **CIMASP – COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E PEÇAS LTDA - EPP CNPJ: 04.686.643/0001-91** no valor total de R$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) e determino que se tome as devidas providências para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços.

Nova Monte Verde-MT, 29 de maio de 2014.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:52F79A42

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 24/2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014
PROCESSO Nº. 1696/2014
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 COMPACTADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES, SERVIÇOS URBANOS E SANEAMENTO.

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeada através do Decreto nº. 10/2014 de 10 de janeiro de 2014 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 24/2014 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório a Empresa:

CIMASP – COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E PEÇAS LTDA - EPP CNPJ: 04.686.643/0001-91 no valor total de R$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais)

Nova Monte Verde-MT, 29 de maio de 2014.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS
Pregoeira

Publique-se.

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:32901941

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 26/2014

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 10/2014 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 26/2014** no dia **16/06/2014 às 09:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação - 2014**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 29 de maio de 2014.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:43C09D35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DO CONTRATO159/2014 DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 159/2014/DEPTO/RH.
1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Reginaldo Gomes Martins.
2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCAL DE TRIBUTOS, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 15 de maio 2014.
4. VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.
5. VALOR MENSAL: R$ 877,57 (oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).
6. BASE LEGAL: LEI 644/2014.

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:3525CF04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DO CONTRATO 160/2014 DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 160/2014/DEPTO/RH.
1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Mônica Cristina Ferreira Luiz.
2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE LIMPEZA URBANA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 20 de maio de 2014.
4. VIGÊNCIA: 19 de dezembro de 2014.
5. VALOR MENSAL: R$ 737,55 (setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).
6. BASE LEGAL: LEI 644/2014.

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:54ADA0A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
MUNICÍPIO: NOVA MONTE VERDE/MT - PODER EXECUTIVO		
CNPJ: 37.465.556/0001-63		
Exercício: 2014		
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.		
CVA: 20140527092303001010 32		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS

		(Últimos 12 meses)	
		INSCRITAS EM RESTOS LIQUIDADAS (a)	A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	**DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)**	8.868.337,68	0,00
2	Pessoal Ativo	8.868.337,68	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	**DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) =(6+7+8+9)**	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	**DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)**	8.868.337,68	0,00
11	**DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)**		8.868.337,68
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		16.637.697,78
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) =(IV/V)*100		53,30
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		8.984.356,80
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) -(51,30%)		8.535.138,96
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		8.085.921,12
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)	MEIO DA PUBLICAÇÃO
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	26/05/2014	AMM, MURAL, SITE PREFEITURA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

NOVA MONTE VERDE, 27/05/2014

ARION SILVEIRA
Prefeito
CPF.: 515.018.729-15

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador
CRC.: MT 012883/P

DOMINGOS CARLOS PERONDI
Secretario Municipal de Administração
CPF.: 285.423.710.20

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MUNICÍPIO: NOVA MONTE VERDE/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 37.465.556/0001-63			
Exercício: 2014			
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014			
CVA: 201405270923030010 1032			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 (Até o 1º Quadrimestre)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	43.451,31	128.357,49
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	43.451,31	128.357,49
4	Interna	43.451,31	128.357,49
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)¹ = (9+10-11)	4.405.314,34	3.890.126,85
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	5.056.322,57	4.195.614,44
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	651.008,23	305.487,59
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-4.361.863,03	-3.761.769,36
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.082.004,09	16.637.697,78
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,27	0,77
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-27,12	-22,61
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL -120%		19.965.237,34
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%		17.968.713,60
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 (Até o 1º Quadrimestre)
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	43.451,31	128.357,49
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	43.451,31	128.357,49
21	De Tributos	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	43.451,31	128.357,49
23	Previdenciárias	43.451,31	128.357,49
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 (Até o 1º Quadrimestre)
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		--
33	DEPÓSITOS	45.747,27	83.087,80
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00
	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 (Até o 1º Quadrimestre)
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	7.030.593,85	7.030.593,85
37	Passivo Atuarial	7.030.593,85	7.030.593,85
38	Outras Dívidas	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)¹ = (40+41+42-43)	0,00	0,00
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
41	Investimentos	0,00	0,00
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	7.030.593,85	7.030.593,85

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte:

Nota:

NOVA MONTE VERDE, 27/05/2014

ARION SILVEIRA
Prefeito
CPF.: 515.018.729-15

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador
CRC.: MT 012883/P

DOMINGOS CARLOS PERONDI
Secretario Municipal de Administração
CPF.: 285.423.710.20

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:46236B1E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 094, DE 28 DE MAIO DE 2014.

"Designa comissão de avaliação do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ, e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no
uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para integrar a comissão de avaliação do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ, de que dispõe a Lei Municipal nº 1.771 de 26 de maio de 2014: os seguintes servidores:

I – Danielle Toazza Grossi - Matricula nº 5282;
II – Erica Simone Marques Custodio - Matricula nº 6273;
III – Marcia Frey - Matricula nº 7737;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 28 de maio de 2014.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:580A0F81

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 095, DE 28 DE MAIO DE 2014.

"Nomeia o Sr. Felipe Mistrello Volpato e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no
uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Felipe Mistrello Volpato**, como **Engenheiro Fiscal**, por tempo indeterminado, iniciando em 07 de maio de 2014, até a conclusão da Obra.

Art. 2º. O referido servidor terá que fiscalizar a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obras para execução de drenagem de águas pluviais, pavimentação asfáltica e sinalização viária na Gleba Ranchão- Distrito de Nova Mutum – Contrato nº 084/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 28 de maio de 2014.

Registre-se e afixe-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:C1AA13F7

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 096, DE 28 DE MAIO DE 2014.

"Nomeia o Sr. Felipe Mistrello Volpato e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no
uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Felipe Mistrello Volpato**, como **Engenheiro Fiscal**, por tempo indeterminado, iniciando em 08 de maio de 2014, até a conclusão.

Art. 2º. O referido servidor terá que fiscalizar a contratação de empresa para execução de obras de drenagem e pavimentação no Loteamento Edelmina Querobim Marcheti - Etapa B – Contrato nº 085/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 28 de maio de 2014.

Registre-se e afixe-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:6EF0AF6E

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARCO-ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III)				R$ 1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	92.327.741,28	16.370.075,41	32.929.663,43	24.918.962,79
Receitas Tributarias	16.004.400,00	3.661.413,39	5.979.141,73	3.949.750,62
IPTU	3.750.000,00	1.432.941,90	1.433.479,02	372.055,36
ISS	7.992.500,00	1.326.133,29	2.327.745,36	1.885.000,56
ITBI	1.552.500,00	287.460,17	488.187,83	320.121,05
IRRF	1.644.500,00	263.874,58	555.191,27	366.765,38
Outras Receitas Tributarias	1.064.900,00	351.003,45	1.174.538,25	1.005.808,27
Receitas de Contribuicoes	2.415.000,00	318.710,22	631.050,71	524.125,19
Receitas Previdenciarias				
Outras Receitas de Contribuicoes	2.415.000,00	318.710,22	631.050,71	524.125,19
Receita Patrimonial Liquida				
Receita Patrimonial	1.079.158,72	216.001,36	411.462,14	249.209,70
(-) Aplicacoes Financeiras	1.079.158,72	216.001,36	411.462,14	249.209,70
Transferencias Correntes	69.264.730,00	11.096.491,34	23.756.019,50	19.070.829,09
FPM	17.020.000,00	2.049.438,76	5.173.802,09	4.553.363,44
ICMS	36.000.000,00	6.290.764,62	12.360.893,01	10.769.616,99
Convenios	819.950,00	136.569,84	144.762,07	169.647,03
Outras Transferencias Correntes	15.424.780,00	2.619.718,12	6.076.562,33	3.578.201,63
Demais Receitas Correntes	4.643.611,28	1.293.460,46	2.563.451,49	1.374.257,89
Divida Ativa	1.050.809,30	306.920,23	652.623,16	450.231,52

Diversas Receitas Correntes	3.592.801,98	986.540,23	1.910.828,33	924.026,37
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12.793.100,00	617.179,15	1.013.525,52	3.068.726,35
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)		103.235,15	287.981,52	224.458,25
Alienacao de Bens (V)	678.500,00	97.400,00	97.400,00	2.236.678,51
Transferencias de Capital	12.114.600,00	416.544,00	628.144,00	607.589,59
Convenios	12.114.600,00	416.544,00	628.144,00	607.589,59
Outras Transferencias de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	12.114.600,00	416.544,00	628.144,00	607.589,59
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	104.442.341,28	16.786.619,41	33.557.807,43	25.526.552,38
DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	85.487.202,00	15.823.406,86	37.457.282,82	17.873.037,97
Pessoal e Encargos Sociais	42.468.125,00	7.820.053,07	15.713.342,89	10.644.049,07
Juros e Encargos da Divida (IX)	140.000,00	48.000,00	57.636,58	28.369,50
Outras Despesas Correntes	42.879.077,00	7.955.353,79	21.686.303,35	7.200.619,40
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	85.347.202,00	15.775.406,86	37.399.646,24	17.844.668,47
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	21.302.424,47	3.667.426,17	4.984.221,22	284.628,81
Investimentos	20.776.624,47	3.433.541,15	4.637.223,92	159.381,27
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)	525.800,00	233.885,02	346.997,30	125.247,54
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	20.776.624,47	3.433.541,15	4.637.223,92	159.381,27
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	209.500,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	106.333.326,47	19.208.948,01	42.036.870,16	18.004.049,74
RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.890.985,19	-2.422.328,60	-8.479.062,73	7.522.502,64
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			6.873.925,07	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA			-1.485.658,72	

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Sec.Economia e Planejamento

IVETE SANDI WENNING
Contadora CRC/MS-010469/O-2 T-MT

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:814FC251

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA R.R.E.O.

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NOVA MUTUM.		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
JANEIRO A ABRIL de 2014		
LRF, Art. 48 – Anexo 14		R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		106.200.000,00
Previsão Atualizada da Receita		106.200.000,00
Receitas Atualizadas	17.203.255,92	34.354.651,09
Déficit Orçamentário		
Saldos de Exercícios Anteriores		6.873.925,07
Despesas		
Dotação Inicial		106.200.000,00
Créditos Adicionais		799.126,47
Dotação Atualizada		106.999.126,47
Despesas Empenhadas	19.406.803,68	42.441.504,04
Despesas Liquidadas	14.081.298,72	25.580.498,78
Superávit Orçamentário		8.774.152,31
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	19.406.803,68	42.441.504,04
Despesas Liquidadas	14.081.298,72	25.580.498,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida		92.950.835,53
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Próprio de Previdência dos Servidoresl		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	-214.557,96	-38.319.549,59	859,77%
Resultado Primário	-1.485.658,72	-8.479.062,73	570,73%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	745,20		745,20	
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	8.764.782,10	86.490,47	3.713.829,22	4.964.462,41
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	8.765.527,30	86.490,47	3.714.574,42	4.964.462,41

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Imposto em MDE	1.744.722,99	25,00	6,02
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.	4.751.983,30	60,00	110,30
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	830.199,76	20.472.224,71

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	97.400,00	581.100,00
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.173.336,13	15,00	20,70

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

MAURO ANTONIO MANJABOSCO
Ordenador da Despesa

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Secretario de Economia e Planejamento

IVETE SANDI WENNING
Contadora

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:B26B14DC

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO I - 1º QUADRIMESTRE DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Maio/2013 a Abril/2014 - Consolidado		
RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.526.293,66	
Pessoal Ativo	49.513.708,52	
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.585,14	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	866.937,03	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	866.937,03	
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	48.659.356,63	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		48.659.356,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	TOTAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		92.950.835,53
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		52,35
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 60,00 %		55.770.501,32
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 51,30 %		47.683.778,63
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %		50.193.451,19
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM		

ADRIANO XAVIER
Prefeito

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Secretario de Economia e Planejamento

PIVETTA IVETE SANDI WENNING
Contadora

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:2B0DE5CB

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO II - 1º QUADRIMESTRE DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2014 à 04/2014

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.613.904,81	1.420.726,12	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	953.623,63	826.217,19	0,00	0,00
Interna	953.623,63	826.217,19	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	660.281,18	594.508,93	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	16.681.910,67	22.793.939,57	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.682.655,87	22.853.150,58	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	745,20	59.211,01	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-15.068.005,86	-21.373.213,45	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	85.434.982,19	92.950.835,53	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	1,89	1,53	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-17,64	-22,99	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	102.521.978,63	111.541.002,64	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	92.269.780,77	100.386.902,38	0,00	0,00
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	953.623,63	826.217,19	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	953.623,63	826.217,19	0,00	0,00
Previdênciárias	953.623,63	826.217,19	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	86.248,27	388.333,75	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.764.782,10	4.905.251,40	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:0C171195

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO III - 1º QUADRIMESTRE DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Abril de 2014

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	85.434.982,19	92.950.835,53		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22,00%	18.795.696,08	20.449.183,82		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%	16.916.126,47	18.404.265,44		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				
Fonte: MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM				
Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.				

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Sec.Economia e Planejamento

IVETE SANDI WENNING
Contadora CRC/MS-010469/O-2 T-MT

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:E10E87DB

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO IV - 1º QUADRIMESTRE DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Segundo Quadrimestre - Maio à Agosto de 2014			
RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")			R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		VALOR %	Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		62.930.131,50	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)		0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)		0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS		10.068.821,04	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)		9.061.938,94	90,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		4.405.109,21	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		0,00	0,00%
Fonte: MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM			
Nota: [1] Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.			

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:E5492363

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: **aquisição de placas de sinalização de trânsito**. Tipo: Menor preço por item - Data de Abertura: 11 de junho de 2014. HORÁRIO: 14:00 horas - LOCAL: Av. Mutum, n º 1.250 N, Centro, N. Mutum – MT.EDITAL E ANEXOS: Deverá ser retirado junto ao departamento de licitação pelo e – mail licitacao@novamutum.mt.gov.br, ou telefone ** 65 3308 5400 - Horário de Atendimento: Das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

Nova Mutum– MT, 29 de maio de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:E9D99C7E

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2014

Objeto: Contratação de empresa para execução serviços de limpeza, higienização e manutenção de prédios públicos. TIPO: Menor preço por lote. DATA DE ABERTURA: 11 de junho de 2014. HORÁRIO: 08h00min - LOCAL: Av. Mutum, n º 1.250 N, Jardim das Orquídeas, Nova Mutum – MT. EDITAL COMPLETO E SEUS ANEXOS: Deverá ser retirado junto ao Departamento de Licitação pelo e-mail licitacao@novamutum.mt.gov.br.

Nova Mutum– MT, 29 de maio de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:43ADB356

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2014.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS/CONSTRUÇÃO DE 01(UMA) USB – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PARA O BAIRRO SÃO JOAO NO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT."
EMPRESA VENCEDORA: R2 TECH SERVIÇOS E SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA – ME**,** com o valor de ***R$*** **407.037,75**(quatrocentos e sete mil e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos).
Dotação Orçamentário: 06.06002.10.301.0023.1038.4.4.90.51.00.00.0123000054 – Secretaria Municipal de Saúde – Construir a nova UBS - SÃO JOAO – Obras e Instalações.

Nova Olímpia - MT, 20 de maio de 2014.

ANSELMO CRISTIANO MANICA
Presidente

Publicado por:
Sonia Senhorinha Ribeiro
Código Identificador:2B65D7A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE SESSÃO DA ABERTURA E RESULTADO DE JULGAMENTO, REFERENTE A ABERTURA DOS ENVELOPES, DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2014.

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze às quatorze horas, na sala de reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, reuniram-se a Pregoeira oficial SONIA SENHORINHA RIBEIRO e equipe de apoio ANSELMO CRISTIANO MANICA, SHIRLEY GABRIEL DOS SANTOS, ELIZETE MARIA DA SILVA, localizada na Av. Mato Grosso, n° 175 – centro, CEP 78370-000, devidamente constituída pela portaria nº 010/2014, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas a: "CONTRATACAO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA PACIENTES INTERNOS DA UNIDADE MISTA E PARA CAMPANHAS DE VACINAÇÃO, DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA", Manifestou-se interessada única empresa: M.A.F BERTOLLO-ME, cadastrada no CNPJ sob N.º 12.532.993/0001-21, Rua Pedro Pedrossian nº 35 S – Sala 01, Jardim Ouro Verde, CEP: 78370-000, Nova Olímpia/MT.
M.A.F BERTOLLO ME, foi vencedora do(s) item(ns): 001, 002, 003, por apresentar menor preço no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

NOVA OLIMPIA- MT 29 DE MAIO DE 2014

SONIA SENHORINHA RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Sonia Senhorinha Ribeiro
Código Identificador:2B1DA256

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2014

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO PERÍMETRO URBANO COM 8.865,17M² DE REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO E 8.217,25M² DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO TIPO TSD ESPESSURA DE 2,5 CM, MEIOS-FIOS EM CONCRETO COM 10 CM DE LARGURA NA PARTE SUPERIOR E 15 CM DE LARGURA NA PARTE INFERIOR, SARJETAS COM LARGURA DE 20 CM TAMBÉM EM CONCRETO. A RUA BAHIA, RUA AMAZONAS, AVENIDA BRASIL, RUA GOIÁS, RUA MARANHÃO, RUA PARANÁ POSSUEM LARGURA DE 9,00M ENTRE AS FACES EXTERNAS DOS MEIOS FIOS, E 8,30 DE REVESTIMENTO CONFORME PROJETO APRESENTADO. Vencedora empresa **CONSTRUTORA E LOCADORA DUARTE LTDA – EIRELI - EPP,** com o preço de valor de R$ R$ 399.885,60 (Tezentos e noventa e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)
Dotação orçamentária:
08.08002.15.451.0036.1079 - 4.4.90.51.00.00 -0224000054- Secretaria Municipal de Obras – Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares- Obras e Instalações. 08.08002.15.451.0036.1079 - 4.4.90.51.00.00 -0100000000 - Secretaria Municipal de Obras – Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares- Obras e Instalações.

ANSELMO CRISTIANO MANICA
Presidente

Publicado por:
Sonia Senhorinha Ribeiro
Código Identificador:079D0E1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RGF – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE/ 2014.
CRISTÓVÃO MASSON, prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições e na forma da legislação vigente, e de acordo com o disposto no artigo 9º § 4º e 48 da LC nº 101/00 - LRF, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT, para participar da Audiência Pública, apresentação do Relatório de Gestão Fiscal e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre do ano de 2014 a ser realizada nas dependências do Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Olímpia-MT, **situada a Rua Minas Gerais, nº. 1145 W Centro, com início a partir das 19:h, do dia 30 de maio do ano de 2014, com a seguinte ordem do dia:**
I - Demonstração do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Quadrimestre de 2014.

Nova Olímpia - MT, em 28 de maio de 2014.

CRISTÓVÃO MASSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzany Passarello Araújo
Código Identificador:4D86D6E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 045 DE 27 DE MAIO DE 2014.

"Acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº. 002/2002. – Código Tributário Municipal – dispondo sobre a dação em pagamento em bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário, prevista no inciso XI do artigo 156 do Código Tributário Nacional."

O PREFEITO MUNICIPAL Faço saber que a Câmara de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar Municipal:

Art. 1º. O art. 66 da Lei Complementar nº 002, de 13 de dezembro de 2002 – Código Tributário Municipal – passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

*"**X** – a dação em pagamento em bens imóveis, nas condições estabelecidas nesta lei"*

Art. 2º. O capítulo IV do Título III da Lei Complementar nº 002, de 13 de dezembro de 2002 – Código Tributário Municipal – passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV-A:

"SEÇÃO IV-A
DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 89-A – Os créditos tributários inscritos na dívida ativa municipal poderão ser extintos, parcial ou integralmente, mediante dação em pagamento de bem imóvel, situado no Município de Nova Olímpia, a qual só se aperfeiçoará após a aceitação expressa da Fazenda Pública Municipal, observados o interesse público e a conveniência administrativa.

Parágrafo único - Na apreciação da conveniência e da oportunidade da dação em pagamento serão considerados, dentre outros, os seguintes fatores:

I - utilidade do bem imóvel para os órgãos da Administração Direta;

II - interesse na utilização do bem por parte de outros órgãos públicos da Administração Indireta;

III - viabilidade econômica da aceitação do imóvel, em face dos custos estimados para sua adaptação ao uso público;

IV - compatibilidade entre o valor do imóvel e o montante do crédito tributário que se pretenda extinguir.

Art. 89-B – Somente serão admitidos imóveis comprovadamente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou dívidas, exceto aquelas apontadas junto ao Município de Nova Olímpia, e cujo valor, apurado em regular avaliação, seja compatível com o montante do crédito fiscal.

Parágrafo único. A dação em pagamento poderá ser formalizada através de imóvel de terceiro, em benefício do devedor, desde que este intervenha como anuente na operação.

Art. 89-C – O procedimento destinado à formalização da dação em pagamento compreenderá as seguintes etapas, sucessivamente:

I - Requerimento do devedor ou de terceiro interessado, este mediante anuência do devedor;

II - Análise do interesse e da viabilidade da aceitação do imóvel pelo Município;

III - Avaliação Administrativa do Imóvel;

IV - Lavratura da escritura de dação em pagamento, que acarretará a extinção das ações, e embargos relacionados ao crédito tributário.

Art. 89-D - O devedor interessado em extinguir o crédito tributário municipal mediante dação em pagamento deverá formalizar requerimento junto à Secretaria Municipal de Finanças, contendo, necessariamente, a indicação pormenorizada do crédito tributário objeto do pedido, bem como a localização, dimensões e confrontações do imóvel oferecido, juntamente com cópia autêntica do título de propriedade.

Parágrafo único – O requerimento também deverá ser instruído com a certidão vintenária de inteiro teor, atualizada e em nome do proprietário ou do terceiro interessado, se for o caso, contendo todos os ônus e alienações referentes ao imóvel.

Art. 89-E – A análise do interesse na aceitação do imóvel oferecido pelo devedor e a avaliação administrativa serão realizadas por uma comissão constituída por servidores ocupantes de cargos efetivos do Município.

Parágrafo único – A avaliação administrativa do imóvel para a determinação do preço do bem a ser dado em pagamento será procedida somente nos casos em que houver interesse do Município em receber o imóvel oferecido pelo devedor.

Art. 89-F – O pedido de dação em pagamento, caso deferido, importa no reconhecimento da dívida e na renúncia pelo devedor, de modo irretratável, ao direito de discutir, em processo administrativo ou judicial, a origem, o valor ou a validade do crédito tributário reconhecido.

§ 1º - Se o crédito for objeto de execução fiscal movida pela Fazenda Pública Municipal o deferimento do pedido de dação em pagamento igualmente importará no reconhecimento da dívida exeqüenda e na renúncia ao direito de discutir sua origem, valor ou validade.

§2º - Quando o crédito for objeto de execução fiscal, poderá ser feita proposta de dação em pagamento em qualquer fase processual, desde que antes da designação de praça de bens penhorados, ressalvado o interesse da Administração de apreciar o requerimento após essa fase.

§3º - Os débitos judiciais relativos a custas e despesas processuais, honorários periciais e advocatícios deverão ser apurados e recolhidos pelo devedor, nos autos dos processos judiciais a que se refiram.

Art. 89-G – Após formalizado o registro da escritura de dação em pagamento, será providenciada a extinção do crédito tributário e a respectiva baixa da dívida, nos limites do valor do imóvel dado em pagamento pelo devedor.

§1º Havendo débito remanescente deverá ser cobrado nos próprios autos da execução fiscal, caso ajuizada; se não houver execução em curso, esta deverá ser proposta pelo valor do saldo apurado.

§2º Sendo o valor do imóvel superior ao do crédito tributário, o Poder Público, a pedido do interessado, poderá emitir um certificado cujo valor será representativo de crédito em favor do devedor, para a quitação de tributos devidos ao Município de Nova Olímpia.

Art. 89-H - O devedor responderá pela evicção, no termos do art. 359 do Código Civil."

Art. 3º - O Executivo regulamentará esta lei, por Decreto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, 27 de maio de 2014.

CRISTOVÃO MASSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzany Passarello Araújo
Código Identificador:01CC0BC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 033 DE 28 DE MAIO DE 2014

Regulamenta a Lei Complementar nº 045 de 27 de maio, que disciplina a dação em pagamento em bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário, conforme artigo 66, inc. X, do Código Tributário Municipal.

CRISTÓVÃO MASSON, Prefeito do Município de Nova Olímpia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1° - Os créditos tributários inscritos na dívida ativa do Município de Nova Olímpia poderão ser extintos, parcial ou integralmente, mediante dação em pagamento de bem imóvel situado neste Município, observados o interesse público, a conveniência administrativa, as disposições do Código Tributário Municipal e os critérios dispostos neste decreto.
Art. 2° - Recebido e instruído o requerimento de extinção do crédito tributário, a Secretaria Municipal de Finanças, após verificar a legitimidade do requerente, a titularidade do imóvel, a documentação exigida e demais formalidades, encaminhará o expediente à Comissão a que se refere o art. 89-E da Lei Complementar nº 002, de 13 de dezembro de 2002, para a apreciação da conveniência e oportunidade da dação em pagamento.
§1º - No prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do expediente por seu Presidente, a Comissão deverá emitir Parecer, encaminhando-o ao Secretário de Finanças do Município.
§2º - Havendo a necessidade de parecer técnico especializado, a Comissão poderá solicitar a indicação de representante de qualquer Secretaria Municipal para manifestação conclusiva.
Art. 3º - Com base no Parecer elaborado pela Comissão a que se refere o artigo anterior, o Secretário Municipal de Finanças prolatará despacho declarando, em tese, a existência ou não de interesse do Município em receber o imóvel e a sua destinação prioritária.
Art. 4º - Sendo declarada a existência de interesse do Município em receber o imóvel, a Comissão procederá à avaliação administrativa, que deverá ser elaborada mediante critérios e métodos tecnicamente reconhecidos e adequados às especificidades do imóvel avaliado.
Parágrafo único - A avaliação administrativa deverá ser instruída com fotografias atuais do imóvel e conter capítulo específico relatando a sua efetiva situação quanto a:
I - riscos aparentes de inundação, desmoronamento, perecimento ou deterioração;
II - ocupação da área do imóvel;
III - degradação ambiental por deposição de lixo ou resíduos químicos na área do imóvel ou em seu entorno;

IV - quaisquer outras ocorrências que possam comprometer o aproveitamento do imóvel.
Art. 5º A avaliação administrativa deverá ser concluída no prazo de 15 (quinze) dias, comunicando-se seu resultado ao interessado, por carta com aviso de recebimento.
§1º No prazo de 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da correspondência, o interessado deverá apresentar manifestação de concordância ou eventual pedido de revisão da avaliação.
§2º Caso apresentado pedido de revisão da avaliação, a Comissão deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, ratificando ou retificando a avaliação inicial, intimando-se novamente interessado por carta com aviso de recebimento para manifestar a concordância com o valor apurado, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da correspondência.
§3º Nas hipóteses de discordância ou ausência de manifestação por parte do interessado quanto ao resultado da avaliação, o pedido será extinto, sendo encaminhado ao Secretário Municipal de Finanças para a adoção das medidas tendentes ao arquivamento do expediente.
§4º Havendo expressa concordância do interessado com o valor da avaliação, os autos serão encaminhados ao Secretário Municipal de Finanças, que decidirá em 5 (cinco) dias o requerimento de dação em pagamento para extinção do crédito tributário.
Art. 6º Na hipótese aludida no art. 89-G, §2º, da Lei Complementar nº 002/2002, o interessado deverá apresentar requerimento de emissão de certificado representativo de crédito na Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o registro da escritura de dação em pagamento.
Parágrafo único – Caso não apresentado o pedido expresso de expedição do certificado representativo de crédito no prazo acima, configurar-se-á a renúncia, inexistindo saldo credor a ser restituído.
Art. 7º - O certificado representativo de crédito emitido pela Secretaria Municipal de Finanças terá prazo de validade de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua emissão.
Parágrafo único - Respeitado o prazo estabelecido no "caput" deste artigo, poderão ser quitados quaisquer tributos municipais vencidos, vincendos ou futuros nos quais figure, dentre os sujeitos passivos, o titular do certificado; na hipótese de aproveitamento parcial do valor do certificado, este será recolhido, devendo ser emitido novo certificado, com o saldo do valor excedente e o prazo de validade remanescente.
Art. 8º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 9ª - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Nova Olímpia, aos 28 dias do mês de maio de 2014.

CRISTÓVÃO MASSON
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra

SUZANY PASSARELLO ARAÚJO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Suzany Passarello Araújo
Código Identificador:F253A5F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 104 DE 28 DE MAIO DE 2014.

FICA INSTITUÍDA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS, COM A ATRIBUIÇÃO DE ANALISAR E AVALIAR OS BENS OFERECIDOS EM DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS E OUTROS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, PARA O EXERCICIO DE 2014.

CRISTOVÃO MASSON, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONFORME LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 045 DE 27 DE MAIO DE 2014, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal de Avaliação de Bens, com a atribuição de analisar e avaliar os bens oferecidos em Dação em Pagamento de débitos fiscais e outros bens imóveis de interesse da Administração.

Art. 2º - Ficam nomeados como Membros desta Comissão os servidores abaixo relacionados:

- Erison Barros Campos – Presidente;
- Ronaldo da Rocha Santos – Secretário;
- Imgrecio Bispo Campos – Membro.

Art. 3º - Fica a Comissão ora nomeada incumbida de proceder a avaliação Administrativa do imóvel registrando tal procedimento em Ata de Avaliação.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia-MT, de 28 de maio de 2014.

CRISTÓVÃO MASSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzany Passarello Araújo
Código Identificador:B98B1B21

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 059/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para compor o Conselho da Merenda Escolar – CAE do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, os seguintes Membros;

Representante do Poder Executivo:

Titular: Dilma Aparecida Gonçalves Voinaroski
Suplente: Patrícia da Rosa

Representante dos Trabalhadores da Educação:

Titular: Fátima Botelho de Souza
Titular: Ronize Aparecida Chiodi Forlin
Suplente: Terezinha Gaio
Suplente: Aparecida Hilda Gonçalves

Representante dos Pais de Alunos:

Titular: Alessandra Carrara
Titular: Eva Neide Ferreira da Silva
Suplente: Michele Fernanda Matias Leite
Suplente: Marines Bortolini

Representante das Entidades Civis Organizadas:

Titular: Silvio Pereira de Souza
Titular: Feles Benjamim Knakiewcz
Suplente: Raquel da Rocha
Suplente: Graziely Cristina de Oliveira Kolakowski

Artigo 2º - As nomeações que trata o artigo anterior não serão remuneradas.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 26 de maio de 2014.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 26/05/2014 à 26/06/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:B261C022

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 060/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Designar os servidores Bruna Maria Procópio Martins Parron, Dieme Barbosa Araujo, Marta Lucia de Oliveira Araújo e Jefferson Aparecido Sotini do Nascimento, para comporem a Comissão de Fiscalização do Concurso Público do Município de Nova Santa Helena para preenchimento das vagas dos cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT,

A referida Comissão terá a responsabilidade de observar e de cumprir as determinações do Regulamento do Concurso Público, estabelecidas na Legislação Municipal e os respectivos Editais de Concurso.

A Comissão terá a seguinte composição:

PRESIDENTE – Bruna Maria Procópio Martins Parron - Matricula 720 - CPF nº. 931.375.401-00;

SECRETÁRIA – Dieme Barbosa Araújo - Matricula 026 - CPF nº. 002.363.621-19;

1º - MEMBRO – Marta Lucia de Oliveira Araújo - Matricula 720 - CPF nº. 918.960.881-04;

2º - MEMBRO – Jefferson Aparecido Sotini do Nascimento - Matricula 539 - CPF nº. 043.922.637-62;

Nova Santa Helena - MT, 26 de maio de 2014

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:50EB7779

LICITAÇÕES E CONTRATOS
14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS 011/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.
Contratada: NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA
Data Assinatura: 28 de maio de 2014.
Vigência: 30 de setembro de 2014
Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o prazo na Clausula Quarta do Contrato de Obras e Serviços de Engenharia nº. 011/2010, que tem como o objeto o seguinte: Contratação de Empresa para Execução da Obra de Pavimentação Asfáltica na Avenida Mato Grosso, Vila Atlântica, neste Município de Nova Santa Helena/MT, Conforme Projeto Planta, Memorial Descritivo e Planilhas Orçamentárias Anexo ao Edital da Tomada de Preços nº. 011/2009.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:A7872C84

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSAO DE LICITACAO
1º ADITIVO AO CONTRATO N°. 040/2.014

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT, inscrito no CNPJ sob o n° 15.024.045/0001-73 e a empresa ATRATIVA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.073.316/0001-27, resolvem, em decorrência da desoneração de tributos federais, alterar na cláusula 4°, subitem 4.1 o seguinte: o valor contratual de R$ 1.423.883,83 (Hum milhão, quatrocentos e vinte três mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos) para R$ 1.334.158,13 (Hum milhão, trezentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais e treze centavos).

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Pereira de Araujo
Código Identificador:9B9B7028

COMISSAO DE LICITACAO
AVISO PP 027-2014

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2.014
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, às 14h00min (horário de Brasília) do dia 11 de junho de 2.014, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina.Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e ou/ pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com e sítio eletrônico: www.novaxavantina.mt.gov.br. ó **link Licitação.** Quaisquer informações através do telefone (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 29 de maio de 2.014.

WALMIR ARRUDA COSTA
Presidente da CPL

Publicado por:
Walmir Arruda Costa
Código Identificador:D335EB74

COMISSAO DE LICITACAO
AVISO PP 028-2014

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2.014
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, às 14:00 horas (horário de Brasília) do dia 16 de junho de 2.014, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e ou/ pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com e sítio eletrônico: www.novaxavantina.mt.gov.br. ó **link Licitação.** Quaisquer informações através do telefone (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 30 de maio de 2.014.

WALMIR ARRUDA COSTA
Presidente da CPL

Publicado por:
Walmir Arruda Costa
Código Identificador:7B3FB208

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
DEM DAS RECEITAS E DESPESAS DO RPPS JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIMEPRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,					LRF-Cidadão - 9.31 - 31/01/14
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	2.090.000,00	2.090.000,00	413.299,55	1.792.649,93	3.383.500,07
RECEITAS CORRENTES	2.090.000,00	2.090.000,00	413.299,55	1.792.649,93	3.383.500,07
Receita de Contribuições	986.000,00	986.000,00	246.780,36	1.107.979,32	853.387,94
Pessoal Civil	957.000,00	957.000,00	246.780,36	1.057.471,13	827.833,09
Contribuição de Servidor Ativo Civil	945.000,00	945.000,00	246.780,36	1.057.471,13	827.833,09
Contribuição de Servidor Inativo Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	1.861,33
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	29.000,00	29.000,00	0,00	50.508,19	23.693,52
Receita Patrimonial	1.104.000,00	1.104.000,00	164.381,51	682.532,93	2.530.112,13
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.104.000,00	1.104.000,00	164.381,51	682.532,93	2.530.112,13
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	2.137,68	2.137,68	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	1.910.000,00	1.910.000,00	345.072,25	1.588.864,02	1.596.361,19
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	553.000,00	0,00	0,00	320.381,98	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	313.022,91
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	4.553.000,00	4.000.000,00	758.371,80	3.701.895,93	5.292.884,17
DESPESAPREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	831.000,00	851.000,00	207.978,98	1.314.036,32	831.391,49
ADMINISTRAÇÃO	188.000,00	188.000,00	29.882,68	347.963,15	173.410,93
Despesas Correntes	183.000,00	183.000,00	29.882,68	347.963,15	173.290,93
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	120,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	643.000,00	663.000,00	178.096,30	966.073,17	657.980,56
Pessoal Civil	643.000,00	663.000,00	178.096,30	966.073,17	657.980,56
Aposentadorias	265.000,00	265.000,00	98.773,14	540.551,42	342.577,97
Pensões	203.000,00	209.000,00	43.956,70	238.313,05	191.839,66
Outros Benefícios Previdenciários	175.000,00	189.000,00	35.366,46	187.208,70	123.562,93
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	3.169.000,00	3.149.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	4.000.000,00	4.000.000,00	207.978,98	1.314.036,32	831.391,49
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	553.000,00	0,00	550.392,82	2.387.859,61	4.461.492,68
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	5º BIM/2013		PERÍODO REFERÊNCIA		
			2012		2013
Caixa		0,00	0,00		0,00
Bancos Conta Movimento		2.866,65	7.869,81		164.370,32
Investimentos		12.262.020,12	13.153.623,86		12.854.656,72
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS CORRENTES	1.910.000,00	1.910.000,00	345.072,25	1.588.864,02	1.596.361,19
Receita de Contribuições	1.910.000,00	1.910.000,00	345.072,25	1.588.864,02	1.596.361,19
Pessoal Civil	1.357.000,00	1.357.000,00	345.072,25	1.268.482,04	1.245.934,17
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	1.345.000,00	1.345.000,00	345.072,25	1.268.482,04	1.245.934,17
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	553.000,00	553.000,00	0,00	320.381,98	350.427,02
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	1.910.000,00	1.910.000,00	345.072,25	1.588.864,02	1.596.361,19
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:					

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:94F5F556

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
RESULTADO NOMINAL JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 31/01/14

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.484.700,10	5.938.014,48	7.597.297,12
DEDUÇÕES (II)	15.849.691,92	15.964.507,95	15.415.026,92
Ativo Disponivel	15.995.337,78	15.964.543,50	15.415.026,92
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	145.645,86	35,55	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.364.991,82	10.026.493,47	-7.817.729,80
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.807.647,04	1.702.597,12	1.680.711,15
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDA(VI) = (III + IV - V)	-11.172.638,86	-11.729.090,59	-9.498.440,95
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c - b)	Jan a Dez 2013 (c - a)	

RESULTADO NOMINAL	2.230.649,64	1.674.197,91
DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL		VALOR
METADE RESULTADO NOMINAL FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		-1.902.901,34

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	13.161.493,67	12.846.702,33	13.019.027,04
Ativo Disponivel	13.161.493,67	12.846.702,33	13.019.027,04
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDAPREVIDENCIÁRIA(XI) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:61781760

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
RESULTADO PRIMARIO JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)				
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	38.565.500,00	6.575.755,54	33.994.681,20	36.963.308,54
Receita Tributária	3.123.243,00	534.808,78	3.602.095,92	3.347.851,54
IPTU	484.000,00	14.639,70	571.514,54	501.739,77
ISS	886.075,00	266.066,19	1.284.984,86	1.270.141,23
ITBI	687.918,00	98.687,99	725.880,67	667.175,93
IRRF	773.000,00	128.863,70	766.790,11	710.427,42
Taxas	292.250,00	26.551,20	252.925,74	198.367,19
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	6.654.500,00	787.510,08	4.005.518,61	3.660.804,77
Receita Previdenciária	5.239.000,00	591.852,61	2.696.843,34	2.449.749,13
Outras Contribuições	1.415.500,00	195.657,47	1.308.675,27	1.211.055,64
Receita Patrimonial Líquida	2.213.750,00	164.381,51	682.532,93	2.530.112,13
Receita Patrimonial	2.518.500,00	191.082,01	833.873,96	2.688.540,29
(-) Aplicações Financeiras	304.750,00	26.700,50	151.341,03	158.428,16
Transferências Correntes	25.885.507,00	4.920.289,12	25.030.909,88	26.413.193,46
FPM	8.240.000,00	1.940.962,87	8.382.151,57	7.856.354,18
ICMS	5.200.000,00	1.000.231,83	5.500.970,04	5.039.750,57
Outras Transferências Correntes	12.445.507,00	1.979.094,42	11.147.788,27	13.517.088,71
Demais Receitas Correntes	688.500,00	168.766,05	673.623,86	1.011.346,64
Dívida Ativa	613.000,00	120.469,67	592.291,05	658.480,07
Receitas Correntes Diversas	75.500,00	48.296,38	81.332,81	352.866,57
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	255.000,00	0,00	0,00	56.180,00
Transferências de Capital	17.915.000,00	104.032,00	2.270.055,29	3.738.014,83
Convênios	17.915.000,00	104.032,00	2.227.702,77	3.059.125,11
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	42.352,52	678.889,72
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17.915.000,00	104.032,00	2.270.055,29	3.738.014,83
RECEITAPRIMÁRIATOTAL (VII) = (I + VI)	56.480.500,00	6.679.787,54	36.264.736,49	40.701.323,37
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	39.445.814,78	4.717.524,98	30.533.622,16	27.802.900,69
Pessoal e Encargos Sociais	21.199.189,93	2.969.651,82	17.849.910,71	15.306.793,83
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.246.624,85	1.747.873,16	12.683.711,45	12.496.106,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	39.445.814,78	4.717.524,98	30.533.622,16	27.802.900,69
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.835.185,22	660.312,55	3.699.626,68	4.879.556,11
Investimentos	9.443.685,22	581.706,70	3.232.371,51	4.449.754,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.391.500,00	78.605,85	467.255,17	429.801,98
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	9.443.685,22	581.706,70	3.232.371,51	4.449.754,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-430.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	3.149.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAPRIMÁRIATOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	51.608.500,00	5.299.231,68	33.765.993,67	32.252.654,82
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	4.872.000,00	1.380.555,86	2.498.742,82	8.448.668,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR	
METADE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			-1.269.500,00	
FONTE:				

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:BE8B766D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
DEM DESPESA COM PESSOAL JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	LRF Cidadão 9.31 - 31/01/14
DESPESACOMPESSOAL	DESPESALIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESABRUTACOMPESSOAL (I)	16.840.710,06
Pessoal Ativo	16.061.845,59
Pessoal Inativo e Pensionista	778.864,47
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	1.098.129,84
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	126.910,83
Decorrentes de Decisão Judicial	160.097,08
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	811.121,93
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DADESPESA COM PESSOAL PARA FINS DEAPURAÇÃO DO LIMITE- TDP(IV) = (I-II+III)	15.742.580,22
RECEITACORRENTELÍQUIDA- RCL (V)	30.855.766,08
% do TOTAL DADESPESACOM PESSOAL PARAFINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	51,02
LIMITEMÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	16.662.113,68
LIMITEPRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	15.829.008,00
[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal. FONTE: Nota:	

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:00FA4219

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
DEM DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				LRF Cidadão 9.31 - 31/01/14
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	6.484.700,10	6.225.002,77	6.016.289,27	7.597.297,12
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.225.631,06	4.083.831,36	3.970.391,60	5.594.840,33
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	451.422,00	374.783,74	321.745,64	321.745,64
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	1.807.647,04	1.766.387,67	1.724.152,03	1.680.711,15
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.807.647,04	1.766.387,67	1.724.152,03	1.680.711,15
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	1.807.647,04	1.766.387,67	1.724.152,03	1.680.711,15
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00

Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	15.995.337,78	16.003.722,93	15.238.958,78	15.415.026,92
Ativo Disponível	15.995.337,78	16.003.722,93	15.238.958,78	15.415.026,92
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA(DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	30.955.275,46	31.135.090,39	31.093.988,39	30.855.766,08
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	20,95	19,99	19,35	24,62
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:0CEB6247

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
DEM DAS GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2013
LRF-Cidadão - 9.31 - 31/01/14

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	30.955.275,46	31.135.090,39	31.093.988,39	30.855.766,08
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:96F60FD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
DEM OPERAÇÕES DE CREDITOS DE JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DECRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL 2013

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	LRF-Cidadão - 9.31 - 31/01/14
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:D5E02400

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PPA 2014-2017

O Município Nova Xavantina, MT fará realizar Audiência Pública, no dia 10 de junho de 2014, as 09:00 horas, na sede da Câmara Municipal, para apresentação e discussão de alteração no Plano Plurianual - PPA 2014-2017.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:781F7952

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO LDO 2015

O Município Nova Xavantina, MT fará realizar Audiência Pública, no dia 10 de junho de 2014, as 10:00 horas, na sede da Câmara Municipal, para apresentação e discussão da LDO 2015.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:9108B38D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 14h00min do dia 29 de maio de 2014, objetivando a **Contratação de Prestação de Serviços de Conserto de Pneus (Borracharia); - Contratação de Prestação de Serviços de Lavagem em Geral de Veículos; - Aquisição de Câmaras de Ar e Protetores de Pneu, incluindo o serviço de montagem e desmontagem, dos pneus; Para a Manutenção dos Veículos das Secretarias Municipais de Novo Mundo – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame o seguinte licitante: **L C DOS SANTOS ME,** com o valor de R$ 426.709,00 (Quatrocentos e Vinte e Seis Mil e Setecentos e Nove Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 29 de maio de 2014.

ROBERTA MEZALIRA VENTUROSO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Maria de Fatima Dias dos Santos
Código Identificador:352B1229

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL Nº 016/2014 29 DE MAIO DE 2014

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR

Assunto: Atividades Laborais

Pelo presente fica **CONVOCADA a** Srta**. MICHELI REGINA ZILIOTTO, 2°**CLASSIFICADA para o cargo de Enfermeira no teste Seletivo Simplificado001/2014 realizado no mês 01/2014, para que compareça ao Departamento de Recursos Humanos para assumir o referido cargo.

Novo Mundo – MT, 29 de maio de 2014.

Sem mais para o momento
Subscrevo-me

CLEBER VALSOLER
Secretário de Administração

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:95E42DF2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº. 05/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 05/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 1/2014.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 1/2014

Objeto**:** CONTRATO TEM POR OBJETO A PRORROGAR A VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE ELABORAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS, PASSANDO A EXPIRAR EM 26/07/2014.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: ACPI-ASSESSORAMENTO CONSULTORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA.

Valor: R$ Fica Inalterado.

Período de vigência: 26/05/2014 à 26/07/2014.
Prazo de Entrega: 60 dias.
Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 26 de Maio de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:FD13A0A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 59/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 59/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 34/2014.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 26/2014

Objeto**:** OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA PARA USO EM SERVIÇOS DE REFORMAS, REPAROS E MANUTENÇÕES DE PRÉDIOS, PRAÇAS PÚBLICAS, PRAÇAS ESPORTIVAS E DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: WANIR MARQUES DE FREITAS - ME.

Valor: R$ 121.878,55 (cento e vinte e um mil oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Período de vigência: 30/05/2014 à 30/05/2015.
Prazo de Entrega: 30/05/2015.
Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 30 de Maio de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:30301EEF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 60/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 60/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 36/2014.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 27/2014

Objeto**:** OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS PÚBLICAS, PRAÇAS ESPORTIVAS E DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: WANIR MARQUES DE FREITAS - ME.

Valor: R$ 183.354,60 (cento e oitenta e três mil trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).

Período de vigência: 30/05/2014 à 30/05/2015.
Prazo de Entrega: 30/05/2015.
Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 30 de Maio de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:76A4053B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE Nº. 48/2010

SETIMO TERMO ADITIVO
Contrato Administrativo nº. 48/2010
Processo de Licitação nº. 28/2010
Tomada de Preços nº. 5/2010
Objeto: O objetivo do Presente Termo Aditivo á a Prorrogação de Prazo do Contrato Administrativo nº. 48/2010, proveniente do Processo Licitatório nº. 28/2010 – Tomada de Preços nº. 5/2010, e prorrogação do prazo de execução da obra

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: SILGRAN CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor: inalterados

Período de vigência: 180 dias encerrando-se em 28/11/2014.
Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 28 de Maio de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:F8E1EA95

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº. 55/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO
Contrato Administrativo nº. 55/2012
Processo de Licitação nº. 26/2012
Tomada de Preço nº. 6/2012

Objeto: O objetivo do Presente Termo Aditivo á a Prorrogação de Prazo do Contrato e de Execução da Obra referente ao Contrato Administrativo nº. 55/2012, proveniente do Processo Licitatório nº. 26/2012 – Tomada de Preços nº. 6/2012.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: LL CONSTRUTORA LTDA.

Valor: Fica inalterado o valor do contrato.
Período de vigência: 240 (dias) 12/01/2015
Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 12 de Maio de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:7A4E0EB6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃODE DE RESULTADO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 35/2014
A Comissão Permanente de Licitação, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, no exercício de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº. 3/2014, de 02/01/2014, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo de Licitação nº. 35/2014, após reunião e analise das documentações e a abertura das propostas, e conforme cumprimento das exigências especificadas no Edital de Licitação Processo nº 30/2014 – Tomada de Preços nº. 3/2014 para Obras e Serviços de Engenharia, tendo como objeto de licitação, o seguinte:
SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CÍVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS TIPO I NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO. As firmas que apresentaram melhor preço entre as concorrentes e foram vencedoras, foram as Empresa/Pessoa**:**
EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP
R$ 446.769,96 (quatrocentos e quarenta e seis mil setecentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos);
Novo São Joaquim-MT, 28 de Maio de 2.014.

LEANDRO DE SOUZA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Processo nº. 35/2014

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:31E6DAF4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** designado pela Portaria no 044/2014, de 30/04/2014, publicada em 30/04/2014 torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO ITEM**, **às 14h00 horas (Brasília) do dia 28 de Maio de 2014**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, situado à Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77 Bairro Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim – Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **13h30 às 14h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 28 de Maio de 2014**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS EM ULTRASONOGRAFIA, NO INTUITO DE ATENDER A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM ATRAVÉS DE SOLICITAÇÃO MÉDICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT. **RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00.
INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 15 de Maio de 2014.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOB RINHO
Pregoeiro Substituto
Processo nº 38/2014.

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:1F6CE3A3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2014

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Paranaíta – MT, torna público que na Tomada de Preços 002/2014 sagrou-se vencedora do certame a Empresa: AMAZONIA POÇOS ARTESIANOS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.091.585/0001-16, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em Perfuração de Poços Artesianos para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Paranaíta/MT

Paranaíta/MT, 29 de Maio de 2013.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Presidente da CPL

Publique - se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:FD928CC5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 046/2014, levado a efeito às 08h00min horas do dia 26 de Maio de 2014, foi declarado vencedora do certame as empresas LUIS FERNANDES NOGUEIRA – ME, inscrito no CNPJ nº. 02.077.012/0001-40 para o item 03, 05 e 07, HANNELIESE REITER PATTIS – EPP, inscrita no CNPJ nº. 10.638.136/0001-85 para os itens 01, 02, 04, 06, 08 e 09.

Paranaíta/MT, 29 de Maio de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publique – se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:5B86BA56

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃ EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 047/2014, levado a efeito às 14h00min horas do dia 26 de Maio de 2014, foi declarado fracassado.
Paranaíta/MT, 29 de Maio de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira
Publique – se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:06D3F03B

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 201/2014.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO OS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014, DO MUNICIPIO DE PARANAITA/MT."

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Artigo1º - Ficam **CONVOCADOS**, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, os candidatos aprovados e classificados pelo Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014, do município de Paranaíta/MT.
Parágrafo único - Os Candidatos convocados terão o prazo de 15 (quinze) dias para comparecer no Departamento de Recursos Humanos munidos das documentações necessárias para a devida contratação.

Professor Nível Médio – Educação Infantil
(Centro de Educação Infantil)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
4	320	Jeane Ibiapino de Oliveira	Cursando Superior	80	30	110	Classificado
5	249	Gabriela Ferreira Guevara	Cursando Superior	80	10	90	Classificado
6	151	Adriana de Melo Lopes Cardoso	Cursando Superior	65	15	80	Classificado
7	141	Suellen Luana Menezes da Silva	Cursando Superior	55	10	65	Classificado
8	297	Elizangela Pimenta da Cruz	Cursando Superior	90		90	Classificado

Artigo 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 28 de maio de 2014.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:B655A461

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N 1005/2014

"Alterar o Decreto de nº 481/2009, acrescentando a empresa Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL – www.bll.org.br na modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços."

O Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, **VILSON PIRES,** no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, na forma deste Decreto, o regulamento que define normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, no âmbito da Administração Pública Municipal de Paranatinga/MT.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - Para efeito deste decreto considera-se:
I – Administração pública: todos os órgãos da administração direta, autarquia, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município;
II – bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser definidos, concisa e objetivamente, no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado;
III – www.cidadecompras.com.br, e a www.bll.org.br **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL é** o portal de compras

Municipal, definido pelo Poder Executivo Municipal como o sistema a ser utilizado no âmbito da administração pública municipal para a realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação.
IV – Confederação Nacional de Municípios é a **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL** são entidades responsáveis pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedoras do sistema eletrônico de compras denominado Cidadecompras e **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil – BLL.**
V – SICAF: Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal.
Art. 3º - As aquisições de bens e a prestação de serviços celebrados pela Administração Pública Municipal de Paranatinga/MT serão realizadas preferencialmente, na modalidade de licitação denominada Pregão, que se destina a garantir por meio de disputa justa entre os interessados, a contratação mais econômica, segura e eficiente.
Art. 4º - A licitação na modalidade pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade.
Parágrafo único: as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segura contratação.
Art. 5º - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e dos demais serviços cujas especificações dependem de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração.
Art. 6º - Todos quantos participarem de licitação na modalidade pregão têm o direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
Art. 7° - À autoridade competente designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:
I – determinar a abertura da licitação;
II – designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio, observado o que dispõe o art. 3º, § 1º e inciso IV, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;
III – apreciar e decidir as impugnações ao edital;
IV – decidir, em grau final, os recursos contra decisões que não tenham sido reconsideradas pelo pregoeiro;
V – homologar o resultado da licitação e promover a contratação.
Art. 8º - A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:
I – a definição do objeto do certame deverá ser precisa, suficiente, clara, concisa e objetiva, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento ou prestação do serviço;
II – o termo de referência contendo os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo estimado de execução do objeto a ser contratado;
III – a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da Administração, deverá:
a) estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as clausulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento/prestação do serviço:
b)a justificativa da necessidade da aquisição do bem/ou serviço, bem como o valor estimado;
c)designar, entre os servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e a sua equipe de apoio.
IV – contarão dos autos a justificativa da necessidade de contratação, a definição do objeto do pregão, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento, minuta do contrato, os prazos de fornecimento dos bens ou da prestação dos serviços, bem como o termo de referencia, com todos os seus elementos técnicos.
Art. 9° - São atribuições do pregoeiro:
I – a abertura da sessão pública;
II – a abertura e análise das propostas iniciais de preço;
III – a análise das propostas;
IV – a condução dos procedimentos relativos aos lances;
V – a escolha da proposta ou do lance de menor preço;
VI – a decisão motivada sobre a aceitabilidade da proposta;
VII – a análise da habilitação;
VIII – a negociação direta com o proponente, na forma da Lei:
IX – a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;
X – a elaboração da ata;
XI – a condução dos trabalhos da equipe de apoio;
XII – o recebimento das impugnações ao ato convocatório e seu encaminhamento à autoridade competente;
XIII – a decisão sobre os pedidos de esclarecimentos e providencias;
XIV – o recebimento dos recursos e sua apreciação, para fins de reconsideração;
XV – o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e contratação.
Art. 10 – A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou da entidade promotora do pregão.
Art. 11 - A fase externa do pregão observará as seguintes regras:
I – convocação dos interessados através de aviso publicado:
a) no Jornal Oficial dos Municípios mantidos pela AMM e em meio eletrônico, através do www.cidadecompras.com.br , ou www.bll.org.br, para a aquisição de bens ou serviços comuns de valores estimados em até R$ 650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais);
b) no Jornal Oficial dos Municípios mantidos pela AMM em meio eletrônico, através do www.cidadecompras.com.br , ou www.bll.org.br e em jornal de grande circulação, para a aquisição de bens ou serviços comuns de valores estimados acima de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais).
§ 1° - Os valores estipulados no inciso acompanharão as alterações verificadas nos limites indicados nas alíneas “b” e “c” do artigo 23, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
§ 2º - Do aviso constará, de forma resumida, a definição do objeto da licitação de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrônico, seu endereço, data e hora de sua realização, o local, dias e horários em que poderá ser lido ou obtido o edital completo.
II – o edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação da proposta, as sanções por inadimplemento, a indicação do local, dia e hora de realização da sessão pública do pregão;
III – todas as referencias de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF;
IV – a íntegra do edital deverá ser disponibilizada em meio eletrônico, na internet, no site www.cidadecompras.com.br , ou www.bll..org.br independente do valor estimado;
V – o edital fixará prazo não inferior o oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para a apresentação de proposta;
VI – o prazo de validade será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital;
Art. 12 - Para habilitação será exigida, no mínimo, a comprovação da regularidade fiscal, mediante apresentação dos seguintes documentos:
I – Certidão Negativa de Débito – CND -, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;
II – Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;
III – certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
IV – certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
V – declaração do licitante que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
§ 1º - Caso a Administração julgue necessário, poderá ainda definir em edital documentação relativa à:
I – habilitação jurídica;

II – habilitação econômica
III – habilitação técnica.
§ 2° - Desde que previsto em edital, a apresentação da documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I a V do caput e incisos l e ll do § 1º deste artigo poderá ser dispensada mediante consulta a sistema de registro cadastral que atenda aos requisitos na legislação pertinente.
§ 3º - O órgão licitante poderá utilizar os dados do SICAF ou da **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL** para atendimento do § 2º deste artigo, ou os dados do SINCADE – Sistema Nacional de Cadastro de Fornecedores, disponibilizado pela provedora do sistema eletrônico de compras.
Art. 13 - É vedada a exigência de:
I – garantia da proposta;
II – aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participar no certame;
III – pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não sejam superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia, informação, quando for o caso.
Art. 14 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados traduzidos por tradutor juramentado.
Parágrafo único – O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.
Art. 15 - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as seguintes normas:
I – deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o órgão promotor do certame;
II – cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;
III – a capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;
IV – para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital;
V – as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio, isoladamente;
VI – as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato; e
VII – no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira, observando o disposto no inciso I deste artigo.
Parágrafo único. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovido o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.
Art. 16 – As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, devendo o pregoeiro encaminhar à autoridade competente que decidirá no prazo de vinte e quatro horas.
Art. 17 – A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por comprovação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
§ 1º - A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.
§ 2º - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contrato de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 18 – O pregão será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que permita a comunicação através da internet.

Parágrafo único – O sistema referido no caput utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.
Art. 19 – O pregão será conduzido pelo órgão promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios ou através da **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL** para todos os órgãos da Administração Pública Municipal.
Art. 20 – O órgão promotor da licitação poderá disponibilizar condições técnicas e materiais para os fornecedores que não dispõem de recursos tecnológicos, permitindo dessa forma o acesso ao Cidade Compras, ou **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL** exclusivamente para a realização do seu credenciamento, apresentação de proposta, oferta de lances, intenção de recorrer e oferecimento de razões.
Art. 21 – Serão previamente credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.
§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do Cidade Compra; ou da **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL**
§ 3º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas, pelo órgão da Administração Pública responsável ou pelo fornecedor, imediatamente ao provedor do sistema, parra imediato bloqueio de acesso;
§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
Art. 22 – A sessão pública do pregão será pelas seguintes regras:
I – Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;
II – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
III – a participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
IV – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste decreto.
V – Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;
VI – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
VII – No caso de contratação de serviços comuns, as planilhas de custos, previstas no edital, deverão ser encaminhadas em formulário eletrônico específico, juntamente com a proposta de preços;
VIII – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
XI – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aqueles que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
X – A desclassificação de proposta será sempre registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
XI – As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

XII – Classificadas as propostas, o pregoeiro dará à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
XIII – No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente infirmado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
XIV – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
XV – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
XVI – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema eletrônico.
XVII – Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.
XVIII – A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
XIX – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá no período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
XX – Encerrada a fase de recebimento de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
XXI – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhado pelos demais licitantes.
XXII – O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
XXIII – No caso de contratação de serviços comuns, ao final da sessão, o licitante vencedor deverá encaminhar a planilha de custos referida no inciso IV do art. 22, com os respectivos valores readequados ao valor total representado pelo lance vencedor.
XXIV – os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes, serão realizadas exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, aplicando-se as regras dos incisos XIX a XXIII deste artigo.
XXV – Nas situações em que o edital tenha previsto requisitos de habilitação não compreendidos pela regularidade perante o registro cadastral utilizado pelo órgão responsável pela licitação, o licitante vencedor, no prazo determinado pelo pregoeiro, copia da documentação necessária, por meio eletrônico – inclusive fac-símile, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada observada os prazos legais pertinentes.
XXVI – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.
Art. 23 – Declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de três dias corridos para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual numero de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
I – a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso;
II – o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;
III – o deferimento do pedido do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
IV – decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos deste Decreto e artigo 49 da Lei Federal 8.666/93.
Art. 24 – Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta comprovará sua habilitação, encaminhando ao pregoeiro a documentação exigida no edital, inclusive através de fac-símile, responsabilizando-se apresentar os respectivos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **dois dias úteis**, prorrogável por igual prazo a critério da Administração.
Art. 25 – No caso do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
Parágrafo único. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e terá reinicio somente após comunicação expressa aos participantes.
Art. 26 – Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
Parágrafo Único. Na situação a que se refere este artigo, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido o preço melhor.
Art. 27 – O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraudes fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital no contrato, e das demais cominações legais.
§ 1° O prazo para defesa prévia será de cinco dias úteis a contar da notificação.
§ 2º Caberá recurso no prazo de cinco dias a contar da publicação da sanção no Diário Oficial.
§ 3º As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no Cidade Compras ou **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL** e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.
§ 4º Somente a autoridade que registrou as penalidades na Cidade Compras ou **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL** poderá fazer a sua retirada.
Art. 28 – Homologada a licitação pela autoridade competente o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo definido em edital.
Art. 29 – Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.
Parágrafo único. Para comprovar a condição de habilitação a autoridade competente poderá consultar o sistema de cadastro utilizado pelo órgão responsável pelo processo.
Art. 30 - Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando o disposto no artigo 24 e seu parágrafo único.
Art. 31 – Qualquer interessado poderá acompanhar os processos no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br ou www.bll.org.br .
Art. 32 - O órgão promotor da licitação afixará no quadro de avisos apropriado o resultado dos pregões eletrônicos.
Art. 33 - A Administração Municipal publicará, de acordo com a Lei 9755/98, o extrato dos contratos celebrados através do pregão.
Art. 34 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas de lances.
Parágrafo único. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
Art. 35 - Aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais números 3.555, de 08 de agosto de 2000 e 5.450, de 05 de agosto de 2005.
Art. 36 - Compete a Secretaria Municipal de Administração estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulamentada neste Decreto, bem como resolver os casos omissos.

Art. 37 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial ao Decreto de nº 481/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, em 28 de maio de 2014.

VILSON PIRES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:808DAB19

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO REMOÇÃO

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **Sr. Vilson Pires**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Remover o servidor **CHARLES DIOGO BECKER**, Vigia, Matrícula Funcional n° 3866, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir da presente data.

II – O servidor deverá desempenhar suas funções na Feira Municipal, no período noturno.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 21 de maio de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Azevedo Oliveira
Código Identificador:26BD88EE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE DESISTÊNCIA

Ao Município de Paranatinga
Sr. Vilson Pires
Prefeito Municipal

Eu, **VALDEVIR PERES ORLANDO**, brasileiro(a), casado(a), residente e domiciliado(a) em Paranatinga, portador(a) do CPF n° 974.437.008-48 e do RG n° 7123172 SSP/SP, tendo sido habilitado(a) para ocupar o cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, no último Pleito Eleitoral realizado pelo município de Paranatinga, e em atendimento à convocação realizada pelo mesmo, venho optar pela **DESISTÊNCIA,** em caráter **DEFINITIVO, IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL,** da minha nomeação.

Paranatinga-MT, 26 de maio de 2014.

VALDEVIR PERES ORLANDO
CPF: 974.437.008-48

Publicado por:
Graciela Azevedo Oliveira
Código Identificador:D1578B9D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 185- 2014 DESIGNAÇÃO INTERINAMENTE - JOSÉ RENATO RAMOS C. LIMA

DE 27 DE MAIO DE 2.014.

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI,* PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - DESIGNAR o Servidor Público Municipal o Senhor **José Renato Ramos C. Lima**, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública e Serviços Urbanos do Município de Pedra Preta - MT.

ART.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:683BABEC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE PRAZO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por tempo Determinado nº022/2014.
O Município de Planalto da Serra - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.465.176/0001-29, neste ato representado pelo Sr.ª Angelina Benedita Pereira – Prefeita Municipal, portador da RG. nº 0301291-3 SJ MT, CPF. Nº 314.219.381-20, denominado para efeitos do presente contrato, como CONTRATANTE. De outro lado ANALU DE ALMEIDA E ALMEIDA, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Planalto da Serra – MT, portador do RG. Nº 1218030-0 SSP-MT, e do CPF. N° 964.906.751-53, denominado para efeitos do presente contrato como CONTRATADO, As partes acima qualificadas resolvem por livre e espontânea vontade celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinados observados os princípios constitucionais da administração pública, quanto à publicidade, moralidade, impessoalidade, legalidade e eficiência, com fundamento no Artigo 143, VII, da Lei Orgânica do Município, pela Lei Municipal nº 227/2005, Lei nº 8.745/93, alterada pela Lei nº 9.849/99, nos termos do Artigo 37, IX, da Constituição Federal e demais legislações pertinentes à espécie contratuais observadas as cláusulas e condições estipuladas no presente contrato.
CLÁUSULA PRIMEIRA
O objeto do presente aditivo é a prorrogação por mais 30(trinta) dias, a contar de 01 de Abril de 2014, do contrato original nº022/2014 celebrado entre as partes em 27 de Janeiro de 2014.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 27 de Janeiro de 2014, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
***E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma,* para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das**

partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Planalto da Serra – MT, 01 de Abril de 2014.

ANALU DE ALMEIDA E ALMEIDA
Contratada

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:239674A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 018.2014 - CONVOCAÇÃO TESTE SELETIVO

DECRETO Nº 018/2014/GPM

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, Sr.ª ***Angelina Benedita Pereira***, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração; Considerando ainda o Decreto municipal nº 015/2014 e o Edital do Teste Seletivo Nº 001/2014.

D E C R E T A:

Art. 1°. Ficam convocados para a posse e entrada em exercício nos respectivos cargos por contratos no interesse dos órgãos municipais, os candidatos classificados dentro do número de vagas, conforme consta do Anexo Único deste Decreto.

Art.2º. Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto e conforme seu Anexo Único deverão comparecer a partir do dia 02 de Junho de 2014 às 08h00 horas, na Prefeitura Municipal, situado à Praça São Carlos 755 – Centro, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho;
Art.3º. Para tomada de posse, o (a) candidato (a) deverá apresentar em cópias, Xerox ou fotocópias autenticadas, toda documentação que comprovo:
1) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
2)Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);
3)Certidão de Casamento ou Nascimento;
4)Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
5)Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
6) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);
7)Cartão do PIS/PASEP (se for o caso);
8)Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à contratação (se for o caso);
9)Título de Eleitor;
10)Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos,
11)relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
12)Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;
13) (duas) fotos 3x4, colorida e recente;
14) Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindos e comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
15) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
16)Comprovante de Escolaridade. Os diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida. Será aceita certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.
17)Declaração contendo endereço residencial;
18)Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
19) Declaração de Bens;
20) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;
21)Os candidatos convocados farão exame medico admissional, que será realizado por uma junta médica designada pelo município;
22). Lista de Exames Laboratoriais Pré - Admissionais que deverão ser providenciados e apresentados para análise da junta médica, sob pena de não poder ser contratado, estes exames são de responsabilidade do candidato.
Obs.: Para todos os Cargos: Hemograma Completo; Glicose; Uréia; Creatinina; Acido úrico;
Colesterol total e frações; Triglicerídios; Transminases (TGO, TGP); Sorologia para Chagas; Raio X do Torax em PA e perfil.
23) Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;
24)O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar para a contratação no prazo de que trata o subitem anterior perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem
25) Comprovante de Conta Corrente Bancaria.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no Regime de Contrato;
Parágrafo Único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital;
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Maio de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 018/2014			
NOME	Inscrição	Média Final	Classificação
Cargo: (01) AGENTE COMUNITARIO DE ENDEMIAS			
WAGNER DA SILVA DIAS	00042	64,00	1º
Cargo: (02) AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE			
VALDICELIA RODRIGUES CAMARGO	00131	66,00	1º
ROSELI PONTES DOMINGUES	00167	54,00	2º
Cargo: (03) ORIENTADOR SOCIAL			
LETIANE BARBOSA DE MOURA OLIVEIRA	00027	58,00	1º
LEIDIANE NEVES DE SOUZA	00102	50,00	2º
ÂNGELA ADELINA DE ALMEIDA ANDRADE	00044	46,00	3º
Cargo: (04) AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS			
MARIA LUISA PAULA DA SILVA FRANÇA	00064	78,00	1º
DONISETE ROSA BARBOSA	00148	62,00	2º
ATENILDO PEREIRA DE QUEIROZ	00173	30,00	3º
Cargo: (05) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
ADENILDES DA COSTA TAVARES SOUZA	00106	88,00	1º
VALCI SANTOS DA CONCEIÇÃO RIBEIRO	00089	84,00	2º
DAIANA SOARES SAMPAIO DA SILVA	00086	80,00	3º
JOSIANY DA GUIA PONTES	00024	76,00	4º
MAXILENE ALVES DA SILVA MONTELO	00088	74,00	5º
ELIENE APARECIDA PONTES	00017	72,00	6º
JUSCILENE MIRANDA PINTO	00018	70,00	7º
REJANE DA SILVA MELO	00146	70,00	8º
Cargo: (06) MERENDEIRA			
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	00093	80,00	1º
MAGNA PEREIRA DAS NEVES	00061	70,00	2º
KEILA CATARINO DE ASSIS	00077	62,00	3º
Cargo: (07) NUTRICIONISTA			
DAIANNY GERALDINO FRANCO	00007	74,00	1º
Cargo: (08) MOTORISTA CAT. “D”			
DILSON NEVES DOS SANTOS	00030	64,00	1º
ROGERIO MONTELO SIQUEIRA	00006	58,00	2º
ERICO RODRIGUES CAETANO	00120	56,00	3º
CARLOS DA SILVA RODRIGUES	00119	56,00	4º
ABIMAEL PASCOAL	00144	54,00	5º
JOSE ANGELO DE SOUZA	00174	54,00	6º
DENIVAN COSTA DE SOUZA	00070	52,00	7º
Cargo: (09) OFICIAL ADMINISTRATIVO			
RONY CARLOS DOS SANTOS	00015	70,00	1º
Cargo: (10) OFICINEIRO			
SAMOEL ALVES DA CRUZ	00023	68,00	1º
Cargo: (11) OPERADOR DE TRATOR E PNEU			
MARCOS ROGERIO DE SOUZA	00178	54,00	1º
Cargo: (12) PSICOLOGO			

ALESSANDRA CHAVES DA SILVA	00072	76,00	1º
Cargo: (13) PROFESSOR (NIVEL MEDIO)			
SUELENI GOMES DE FREITAS	00194	76,00	1º
SINARA LESSI QUEIROZ	00184	74,00	2º
JOILSON CAMPOS ASSUNÇÃO	00132	54,00	3º
Cargo: (14) RECEPCIONISTA			
MARCELA DE SOUZA	00101	68,00	1º
Cargo: (15) SECRETARIO DE ESCOLA			
VALDETE CÂNDIDA DE MIRANDA	00008	58,00	1º
Cargo: (16) VIGIA			
EDNALDO ALVES BONFIM	00141	84,00	1º
CLAUDIA ALMEIDA DOS SANTOS	00082	84,00	2º
ALCRENE SOARES CAMPOS	00016	72,00	3º
Cargo: (17) TECNICO EM ENFERMAGEM			
ALICE FERREIRA DA SILVA	00038	44,00	1º
FLAVIA APARECIDA PONTES	00168	42,00	2º
Cargo: (18) PROFESSOR (NIVEL SUPERIOR)			
SANDRA YOKO HAYAKAWA ITO	00051	62,00	1º
RITA OLIVEIRA FERNANDES	00090	54,00	2º
SILENE SOUZA DE LARA	00046	50,00	3º
BEIBYANE MRIA SIQUEIRA	00212	44,00	4º

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:8AC52111

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE PRAZO

Segundo Termo Aditivo ao
Contrato de Prestação de
Serviços por tempo Determinado
Nº 022/2014.

O **Município de Planalto da Serra - MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.465.176/0001-29, neste ato representado pela Sra. **ANGELINA BENEDITA PEREIRA** – Prefeita Municipal, portador da RG. Nº 0301291-3 SJ/MT, CPF. Nº 314.219.381-20, denominado para efeitos do presente contrato, como **CONTRATANTE**. De outro lado **ANALU DE ALMEIDA E ALMEIDA**, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Planalto da Serra – MT, portador do RG. Nº 1218030-0 SSP-MT, e do CPF. N° 964.906.751-53, denominado para efeitos do presente contrato como **CONTRATADO**. As partes acima qualificadas resolvem por livre e espontânea vontade celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, observados os princípios constitucionais da administração pública, quanto à publicidade, moralidade, impessoalidade, legalidade e eficiência, com fundamento no Artigo 143, VII, da Lei Orgânica do Município, pela Lei Municipal nº 227/2005, Lei nº 8.745/93, alterada pela Lei nº 9.849/99, nos termos do Artigo 37, IX, da Constituição Federal e demais legislações pertinentes à espécie contratuais observadas as cláusulas e condições estipuladas no presente contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO de mais 30 dias do primeiro termo aditivo celebrado em 01/04/2014, a contar do dia 01/05/2014 os termos aditivos se deram do contrato original nº 022/2014 celebrado entre as partes em 27/01/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato até 30/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial nº022/2014, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Planalto da Serra - MT, em 01 de Maio de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

ANALU DE ALMEIDA E ALMEIDA
Contratada

TESTEMUNHAS:
NOME:
CPF:
RG n.º:

NOME:
CPF:
RG n.º:

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:166EACED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 025.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: WANDA COM. MÓVEIS EQUIP. P/ ESCRITÓRIO LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR, CONFORME PP 009/2014
VALOR: R$129.265,00
VIGÊNCIA: 07 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:E9B74B56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 026.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT
EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: MOTO CAMPO PRIMAVERA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOS
VALOR: R$28.720,00
VIGÊNCIA: 07 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:80655A9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 027.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT
EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: V. C. CAMPOS ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNAS PARA A FROTA DE
VEÍCULOS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.
VALOR: R$20.010,00
VIGÊNCIA: 07 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:1D3D98D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 028.2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: PEMAG COM. PEÇAS ACESS. P/ VEÍCULOS AUT. LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNAS PARA A FROTA DE
VEÍCULOS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.
VALOR: R$105.546,76
VIGÊNCIA: 07 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:D443CAC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 029.2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNAS PARA A FROTA DE
VEÍCULOS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.
VALOR: R$17.665,20
VIGÊNCIA: 07 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:D4EA4603

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 030.2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: DIMAQ CORPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNAS PARA A FROTA DE
VEÍCULOS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.
VALOR: R$59.509,71
VIGÊNCIA: 07 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:5EB7C468

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014- PROCESSO Nº 015/2014
OBJETO: OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR MODELO SPLIT VISANDO EQUIPAR TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS RESPECTIVOS SETORES TAIS COMO ESCOLAS MUNICIAPAIS E OUTROS NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, QUE PODERÁ SER ADQUIRIDOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE PROGRAMAS/CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E RECURSOS PRÓPRIOS. Data: 19/05/2014. **Promitentes Fornecedoras WANDA COM. DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO – LTDA EPP,** CNPJ n° 12.358.170/0001-21. **TOTAL DA ATA: R$ 129.265,00.**

Ata ratificada por

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal**.**

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:3D7E04F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014- PROCESSO Nº 017/2014
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) MOTOCICLETAS ZERO KM, ANO MODELO 2013/2014, COM A FINALIDADE DE ATENDER A SECRETARÍA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ECONOMIA E FINANÇAS, SAAE- DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT**. Data:** 22/05/2014. **Promitente Fornecedora MOTO CAMPO PRIMAVERA-LTDA,** CNPJ n° **04.074.612/0001-80**. **TOTAL DA ATA: R$ 28.720,00.**

Ata ratificada por

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal**.**

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:FB20B42C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 013 DE 13 DE MAIO DE 2014

OSenhor **HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES,** Prefeito Municipal de Ponte Branca, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 46 da Lei Orgânica Municipal,

- Considerando o contido no Decreto n° 015/2014, que anulou o Concurso Público n° 01/2010;

- Considerando o constante no Processo n° 1635-27.2010.811.0020, Código 30949, com tramitação junto ao Juízo da 2ª Vara da Comarca de Alto Araguaia – MT, consubstanciado nas provas colhidas no Inquérito Civil GEAP n° 001462-031/2010 MP/MT;

- Considerando o princípio do direito de ampla defesa reclamado no Mandado de Segurança 2229-36.2013.811.0020, Código 56466, com tramitação junto ao Juízo da 2ª Vara da Comarca de Alto Araguaia – MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar sindicância para apuração de suposta irregularidade praticada na execução do Concurso Público nº 01/2010 realizado pelo

Município de Ponte Branca resultantes das investigações constantes no Inquérito Civil GEAP n° 001462-031/2010 MP/MT, Processo n° 1635-27.2010.811.0020, Código 30949, com tramitação junto ao Juízo da 2ª Vara da Comarca de Alto Araguaia – MT;

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais Sebastião Antônio da Silva, Eudes da Silva Barros, João Pereira dos Santos, sob a Presidência do primeiro e ainda Nelcy Cândida Roldão e Eva Lúcia Aparecida como membros suplentes.

Art. 3º - Nomear o advogado Demilson Nogueira Moreira, regularmente inscrito na OAB/MT sob nº 6491B para prestar assessoria jurídica a Comissão Sindicante, sem ônus para essa Municipalidade.

Art. 4º - Para cumprimento do disposto, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º - Colocar a disposições dos notificados para extração de cópias, cópias do Processo n° 1635-27.2010.811.0020, Código 30949, com tramitação junto ao Juízo da 2ª Vara da Comarca de Alto Araguaia – MT que estará à disposição junto a Comissão Sindicante.

Art. 6º A comissão terá o prazo de noventa dias, a partir da publicação deste ato, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Ednemilde Ferreira Costa
Código Identificador:09D1F719

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO PREGÃO N.066/2014

EDITAL PREGÃO N.066/2014
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
(PROCESSO N.130/2014-PMPL)

O Município de Pontes e Lacerda, através do seu Pregoeiro Oficial JOSE GARCIA DOS SANTOS NETO, torna público, que acatou a impugnação parcial da EMPRESA FUNERÁRIA E PAX-VÓBIS, para conhecimento dos interessados, prorroga-se a data de abertura do certame para o dia 12 de junho de 2014 às 08h, a ser realizado no mesmo local. Informamos que o Edital supracitado encontra-se disponível no endereço www.ponteselacerda.mt.gov.br. Pontes e Lacerda e Lacerda/MT.

Pontes e Lacerda/MT, 29 de maio de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:0E2880E8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO 2º BIMESTRE DE 2014

EDITAL
DE PUBLICAÇÃO LRF

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, em cumprimento ao disposto no artigo n.º 165§ 3º das Constituição Federal e Capitulo IX e nos artigos 52, 53, 54, 55 e 77 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com referência a ampla publicidade, vem a publico informar que encontra-se afixado no mural da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e na Internet nos SITES WWW.amm.org.br e www.portodosgauchos.mt.gov.br o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária**, referente ao 2º Bimestre de 2014 e **Relatório de Gestão Fiscal** referente ao 1º Quadrimestre de 2014.

Porto dos Gaúchos MT, 29 de Maio de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silva Ribeiro dos Santos
Código Identificador:D4F625B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2014
CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº. 001/2014
O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78.560-000, fone (66) 3526-2000, por meio da sua CML – Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria 001/2014 de 06/01/2014, faz saber que se encontra aberta licitação, conforme descrições abaixo:

Modalidade de licitação:-------- **CONCORRÊNCIA PUBLICA**
Tipo de licitação:---------- **MAIOR OFERTA**

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06, BEM COMO DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.
Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES
Data:---------- Até 30/06/2014
Horário:---------- Até as 08h00min HORAS (horário local)
Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO
Data:---------- 30/06/2014
Horário:---------- 08h00min HORAS (horário local)
Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

OBJETO: CONCORRÊNCIA É A ALIENAÇÃO (VENDA) DE 1.9798 HAS (UMA HECTARE E NOVENTA E SETE ARES E NOVENTA E OITO CENTÍMETROS), LOCALIZADO EM ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, DESCRITO NA MATRICULA N° 12.573, REGISTRADO JUNTO AO CARTÓRIO DO 1° OFICIO REGISTRAL E NOTARIAL DA COMARCA DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE ÀS EMPRESAS INTERESSADAS NA CONSTRUÇÃO OBRIGATÓRIA DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS, RESPEITANDO AS DIRETRIZES DA LEI MUNICIPAL 500/2014.

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço eletrônico www.portodosgauchos.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitação_portodosgauchos@hotmail.com acima citado, ou pelo*

*telefone 66 3526 2000, **sem qualquer ônus**, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos – MT, 29 de Maio de 2014.

HELIELSON TEODORO ALVES
Comissão Municipal de Licitação
Presidente

Publicado por:
Helielson Teodoro Alves
Código Identificador:71BE6AA2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB. DE HOMOLOGAÇÃO CONVITE 13/2014 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Tendo em vista o que consta nos Autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, Nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federação n° 8.666/93 e as suas alterações, **HOMOLOGO** a presente **Carta Convite n° 013/2014**, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI VISANDO REFORMA ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO.**
Em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de **ADMINISTRAÇÃO**, em favor da empresa: **PAULO CESAR CONCEIÇÃO-ME CNPJ: 19.496.931/0001-50, no valor total de R$: 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais).**

Porto Esperidião – MT, 28 de Maio de 2014

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:AAE7C198

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO EXECUTIVO N.º 047/2014

Que dispões sobre a regulamentação da nomenclatura dos órgãos do Poder Executivo Municipal e a criação do organograma da estrutura administrativa, e dá outras providências.

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, no uso de suas atribuições legais, especialmente das que lhe é conferida em Lei Municipal Complementar n.º 044, de 22 de Abril de 2013, Dispõe Sobre alteração dos artigos 11,12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, e outras Providências.

DECRETA

Art. 1º. Os órgãos da Administração Direta, subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo, competem observados os princípios, desempenho das atribuições enumerados na Lei Municipal Complementar n.º 044/2013.

Art. 2º. O Prefeito Municipal, por Decreto, baixará as respectivas atribuições e competências dos órgãos e organograma, observado o presente Decreto e a legislação hierarquicamente superior, enumerados no art. 3º deste Decreto.

Art. 3º. Integram a estrutura os seguintes órgãos do Poder Executivo:
A. Órgãos de Assessoramento:
I. Gabinete do Prefeito Municipal;
- Prefeito Municipal
- Vice-Prefeito Municipal
- Chefe de Gabinete
- Assessoria de Gabinete
- Assessoria de Prestação de Contas
- Coordenadoria Assuntos Externos

II - Controladoria do Município;

B. Órgãos Auxiliares:
I - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
- Tesoureiro
- Assessor Técnico do APLIC
- Coordenadoria de Cadastro, Tributação e Arrecadação
- Coordenadoria de Compras
- Coordenadoria de Contabilidade
- Coordenadoria de Recursos Humanos
- Coordenadoria de Tesouraria
- Coordenadoria de Sistema de Convênios e Programas
- Coordenadoria de Setor Administrativo
- Departamento de Licitação
- Departamento de Transporte
- Departamento do Controle de Estoque e Abastecimento
- Departamento de Fiscalização
- Divisão de Apoio Administrativo
- Divisão de Serviços
- Divisão do Setor Administrativo
- Setor de Limpeza Pública
- Setor de Patrimônio
- Setor de Almoxarifado

C. Órgãos de Administração Específica:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.
- Assessoria de Programas e Projetos
- Coordenadoria de Programas e Projetos
- Coordenadoria de Patrulha Escolar
- Departamento de Transporte Escolar
- Divisão de Planejamento Escolar
- Setor de Limpeza Pública

II - Secretaria Municipal de Saúde
- Assessoria de Unidade Básica de Saúde
- Coordenadoria de Informação de Sistema de Saúde
- Coordenadoria de Assistência Farmacêutica e Responsabilidade Técnica
- Coordenadoria de Sala de Vacina
- Departamento de Farmácia Básica
- Divisão Odontológica
- Divisão de Transporte de Pacientes
- Setor de Vigilância em Saúde

III - Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social
- Assessoria de Recursos e Convênios Social
- Coordenadoria de Assistência Social
- Coordenadoria do Programa Bolsa Família
- Departamento de Habitação
- Divisão do Programa Bolsa Família
- Divisão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Setor de Limpeza

IV - Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico
- Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais de Agricultura
- Setor Técnico de Agricultura Familiar

V - Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.
- Coordenador de Manutenção de Rede Elétrica
- Coordenadoria do Departamento de Água e Esgoto (DAE)

- Departamento de Conservação e Manutenção de Vias Públicas
- Departamento de Oficina Mecânica
- Departamento de Almoxarifado
- Departamento de Infra-Estrutura
- Divisão de Serviços Urbanos
- Divisão de Controle de Manutenção de Veículos
- Divisão de Limpeza
- Setor de Limpeza Pública
- Setor de Manutenção de Água Rural

D. Órgãos Consultivos.

I. Conselhos Municipais constituídos em Lei.

Art. 4º. O quadro de órgãos do Executivo Municipal é o constante do Anexo I do presente Decreto, observados os preceitos da Lei Municipal Complementar n.º 044, de 22 de Abril de 2.013.

Art. 5º. O Controle reger-se-á diretrizes estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, através do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º. Os serviços de apoio referentes à pessoal, suprimentos, patrimônio, documentação, equipamentos, informática e transportes oficiais reger-se-ão por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 7º. Os serviços de execução orçamentária e financeira serão regidos por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 8º. Fica criado organograma da estrutura administrativa através dos anexos II a VIII.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da Folha de Pagamento do mês 05/2014, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 037/2014, de 22 de Abril de 2014.

Prefeitura de Porto Estrela/MT, 16 de Maio de 2014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

ANEXO I
Estrutura Organizacional do Executivo Municipal

Órgão	Cargos	Quantidade
A. Órgãos de Assessoramento:		
I. Gabinete do Prefeito Municipal		
- Prefeito Municipal	**Prefeito (a)**	**01**
- Vice-Prefeito Municipal	Vice-Prefeito (a)	01
- Gabinete	Chefe (a)	01
- Assessoria de Gabinete	Assessor (a)	01
- Assessoria de Prestação de Contas	Assessor (a)	01
- Coordenadoria de Assuntos Externos	Coordenador (a)	01
II – Controladoria do Município		

B. Órgãos Auxiliares:		
I. Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	**Secretário (a)**	**01**
- Tesoureiro	Tesoureiro (a)	01
- Assessor Técnico do APLIC	Assessor (a)	01
- Coordenadoria de Cadastro, Tributação e Arrecadação	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Compras	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Contabilidade	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Recursos Humanos	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Tesouraria	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Sistema de Convênios e Programas	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria do Setor Administrativo	Coordenador (a)	01
- Departamento de Licitação	Diretor (a)	01
- Departamento de Transporte	Diretor (a)	01
- Departamento do Controle de Estoque e Abastecimento	Diretor (a)	01
- Departamento de Fiscalização	Diretor (a)	01
- Divisão de Apoio Administrativo	Chefe (a)	01
- Divisão de serviços	Chefe (a)	01
- Divisão do Setor Administrativo	Chefe (a)	01
- Setor de Limpeza Pública	Encarregado (a)	01
- Setor de Patrimônio	Encarregado (a)	01
- Setor de Almoxarifado	Encarregado (a)	01
C. Órgãos de Administração Específica:		
I. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.	**Secretário (a)**	**01**
- Assessoria de Programas e Projetos	Assessor (a)	01
- Coordenadoria de Programas e Projetos	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Patrulha Escolar	Coordenador (a)	01
- Departamento de Transporte Escolar	Diretor (a)	02
- Divisão de Planejamento Escolar	Chefe (a)	01
- Setor de Limpeza Pública	Encarregado (a)	02

II. Secretaria Municipal de Saúde	**Secretário (a)**	**01**
- Assessoria de Unidade Básica de Saúde	Assessor (a)	01
- Coordenadoria de Informação de Sistema de Saúde	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Assistência Farmacêutica e Resp. Técnica	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Sala de Vacina	Coordenador (a)	01
- Departamento da Farmácia Básica	Diretor (a)	01
- Divisão Odontológica	Chefe (a)	02
- Divisão de Transporte de Pacientes	Chefe (a)	01
- Setor de Vigilância em Saúde	Encarregado (a)	01

III. Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social	**Secretário (a)**	**01**
- Assessoria de Recursos e Convênios Social	Assessor (a)	01
- Coordenadoria de Assistência Social	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria do Programa Bolsa Família	Coordenador (a)	01
- Departamento de Habitação	Diretor (a)	01
- Divisão do Programa Bolsa Família	Chefe (a)	01
- Divisão do Centro de Ref. de Assistência Social (CRAS)	Encarregado (a)	01
- Setor de Limpeza	Encarregado (a)	01

IV. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	**Secretário (a)**	**01**
- Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais de Agricultura	Coordenador (a)	01
- Setor Técnico de Agricultura Familiar	Encarregado (a)	01

V. Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.	**Secretário (a)**	**01**
- Coordenador de Manutenção de Rede Elétrica	Coordenador (a)	01
- Coordenador do Departamento de Água e Esgoto (DAE)	Coordenador (a)	01
- Departamento de Conservação e Manutenção de Vias Públicas	Diretor (a)	01
- Departamento de Oficina Mecânica	Diretor (a)	01
- Departamento de Almoxarifado	Diretor (a)	01
- Departamento de Infra-estrutura	Diretor (a)	01
- Divisão de Serviços Urbanos	Chefe (a)	02
- Divisão de Controle de Manutenção de Veículos	Chefe (a)	01
- Divisão de Limpeza	Chefe (a)	01
- Setor de Limpeza Pública	Encarregado (a)	06
- Setor de Manutenção de Água Rural	Encarregado (a)	01
Total		**74**

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:3C8B0423

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 134/2014(RETIFICAÇÃO)

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SUELY CAMPOS ALVES)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

Considerando a Lei Federal n° 8.861/1994 "Que Dá nova redação aos Arts. 387 e 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), altera os arts. 12 e 25 da Lei nº8.212, de 24 julho de 1991, e os Arts 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213, de 24 julho de 1991, todos pertinentes à Licença Maternidade." E Lei Federal n° 10.710/2003 "Que Altera a Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário maternidade
devido à segurada empregada gestante".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida Licença Maternidade, pelo prazo de 120 dias, no período de **12/05/2014** A **08/09/2014** A **SUELY CAMPOS**

ALVES, portadora do RG n° 1.036.057-3 SSP/MT e CPF n° 781.881.641-00.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de Maio de 2014, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de Maio de 2014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:A32BE81F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO

DECRETO N°: 034/2013

"Institui o Comitê de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio– ODM na Forma que especifica".

Jane Maria Sanchez Lopes, Prefeita Municipal de Poxoreu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando que a Organização das Nações Unidas-ONU, após analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio- ODM;

Considerando o interesse do município em incentivar projetos sociais exemplares sobre o ODM;

Considerando que o objetivo do programa consiste na escolha das melhores iniciativas locais que ajudem a atingir os objetivos do milênio;

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído no âmbito da administração do Município de Confresa o comitê de acompanhamento dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, abrangendo os seguintes tema:

I. ERRADICAÇÃO DE EXTREMA POBRESA FOME.
II. EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS.
III. PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE SEXOS E AUTONOMIA DAS MULHERES.
IV. REDUÇÃO DE MORTALIDADE INFANTIL.
V. MELHORIA DA SAÚDE DAS GESTANTES.
VI. COMBATE DO HIV/AIDS, DA MALARIA E OUTRAS DOENÇAS.
VII. GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.
VIII. CONSTITUIÇÃO DE PARCELEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Art. 2° - O Comitê de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio – ODM será composto pelos seguintes órgãos municipais:

I. Secretaria de Administração
II. Secretaria de Agricultura
III. Secretaria de Assistência Social.
IV. Secretaria de Educação e Cultura.
V. Secretaria de Finanças.
VI. Secretaria de Obras.
VII. Secretaria de Planejamento.
VIII. Secretaria de Saúde.

Art. 3º Os secretários indicarão, através de portaria, servidores responsáveis pela coleta de dados das ações, projetos e programas executados pelas respectivas secretarias que contemplemos ODM, gerando planilhas e gráficos com ações e seus indicadores de resultado, colocando-os á disposição do gestor do site da Prefeitura de Confresa-MT.

Art. 4º As ações e eventos relativos aos ODM e o comitê ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 5º O coordenador do comitê será indicado pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Poxoreu-MT, 08 de outubro de 2013

JANE MARIA SANCHEZ LOPES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:F374F7BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCVAÇÃO

Processo Seletivo Publico nº 001/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021
006/2014

A PREFEITA MUNICIPAL DE POXORÉU - MT, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 57, § 3º, inciso IV da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 70, inciso XI e ainda o disposto no art. 113, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal e o que dispõe a Lei Municipal nº. nº 1.612/2013, tendo em vista o Processo Seletivo Público 001/2013, de 02 de setembro de 2013, homologado em 10/10/2013, através do Decreto nº 035/2013 publicado integralmente, no Jornal Oficial dos Municípios - AMM no dia 11 de outubro de 2013, considerando as vagas a serem preenchidas,

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo nº 001/2013, que deverão comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Poxoréu - MT, no horário de 12:00 às 17:00 h, em conformidade da Lei 905/03 de 21/11/03, apresentando a documentação afim de assumirem suas funções,
O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data da publicação e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

APOIO OPERACIONAL

INSC.	NOME	NOTA
689	VALERIA FRANCISCA DA SILVA	53

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 29 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:E08DE59A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PR 090/2014

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 090/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 090/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 074/2014
OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para aquisição de cortinas para uso da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social do Município de Querência - MT.

Vencedora:
A PRESENTE LICITAÇÃO FOI DESERTA

Querência - MT, 29 de Maio de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:81D05864

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2014

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **11/06/2014 às 09:00 horas, PREGÃO PRESENCIAL com Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.**
Os interessados poderão retirar o Edital completo junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, fone (65) 3247-1124 ou pelo e-mail: licitacaoprefeitura@hotmail.com, de segunda a sexta-feira, no horário 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.
O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Reserva do Cabaçal/MT, 28 de maio de 2014

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS
Presidente CPL

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:8267E45D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **10/06/2014 às 09:00 horas, PREGÃO PRESENCIAL COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE com REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL SERVIÇOS DE PINTURA DE MEIO FIO, LIMPEZA DE RUAS E PEQUENAS REFORMAS NO PREDIO DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DO RIO BRANCO NO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL - MT**
Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente na internet no endereço: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br, link Edital e Licitações gratuitamente, ou através do e-mail licitacaoprefeitura@hotmail.com.
O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Reserva do Cabaçal/MT, 28 de maio de 2014

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS
Presidente CPL

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:4A6F17B2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO 003/2014

AVISO DE RESULTADO
TOMADA DE PREÇOS N.° 03/2014
PROCESSO: 21/2014.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira torna público a reabertura Tomada de Preços n° 003/2014 cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXUCUÇÃO OBRA DE COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DONA ANTONIÊTA MELGES CAMARGO, SENDO 19X33M² = 627 M² (SEISCENTOS E VINTE E SETE METROS QUADRADOS).

Abertura ocorreu no dia **21 de maio de 2014, às 08:30 horas**. Vencedora foi a empresa **JOSICLEA DOS SANTOS-ME CNPJ: 18.157.020/0001-36** onde propôs um valor global de R$**: 178.198,31 (Cento e setenta e oito mil cento e noventa e oito reais e trinta e um centavos).**

Ribeirão Cascalheira, 28 de maio de 2014.

MARLY SEVERINO DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Luzinete Martins Ferreira
Código Identificador:815869A4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO: N° 029/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0010-49, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49 em exercício, doravante denominado de **GERENCIADORA**, e as empresas **R.C. Ferreira & Santos LTDA-ME**, inscrita no CNPJ 13.753133/0001-80., instalada na . Av Porto Velho nº 2844, Bairro, Fundos Superior Centro, na cidade de Cacoal/RO representada neste ato pelo seu sócio proprietário Srº. Robson Carlos Ferreira, estado civil, solteiro, profissão, empresário, portador do CPF nº 400.003.402-04 e do RG nº 399962 SSP/RO, residente e domiciliado à Av. Porto Velho nº 2.844, Bairro, Centro, Município de Cacoal - RO Certidão Negativa de INSS nº. 034212014-88888133 de 10/02/2014 com validade até 09/08/2014,

Empresa: Eder Luiz de Souza Alves – M.E.I , inscrita no CNPJ 18.044.664/0001-18, instalada na Rua Rio Madeirinha nº 71, Bairro, Centro, na cidade de Rondolândia/MT representada neste ato pelo seu proprietário Srº. Eder Luiz de Souza, estado civil, solteiro, profissão, empresário, portador do CPF nº 018.124.232-09 e do RG nº 00001114041 SSP/RO, residente e domiciliado à Rua Rio Madeirinha nº 71, Bairro, Centro, Município de Rondolândia/MT, Certidão Negativa de INSS nº. 039632014-88888664 de 17/02/2014 com validade até 16/08/2014 e a Empresa **Luiz Henrique Mozart Silva Ribeiro – M.E.I** , inscrita no CNPJ 12.560.276/0001-03, instalada na Av Quintino Bocaiuva nº 2115, Bairro, Jardim Clodoaldo, na cidade de Cacoal - RO representada neste ato pelo seu proprietário Srº. Luiz Henrique Mozart Silva Ribeiro, estado civil, casado, profissão, empresário, portador do CPF nº 792.212.202-06 e do RG nº 831520 SSP/RO, residente e domiciliado à Av Quintino Bocaiuva nº 2115, Bairro, Jardim Clodoaldo, na cidade de Cacoal - RO, Certidão Negativa de INSS nº. 160402014-88888276 de 13/05/2014 com validade até 09/11/2014 doravante denominadas **FORNECEDORAS**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 029/2014, Processo Administrativo nº. 068/2014 ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização ambulante de show artístico, palco, sonorização e iluminação dos Eventos da Prefeitura de Rondolândia por um período de 01 (um) ano, conforme itens e especificações descritas no relatório abaixo, sendo vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA: EDER LUIZ DE SOUZA ALVES M.E.I					
ITEM	**UNID**	**QUANT**	**ESPECIFICAÇÃO**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**
01	Serv	30	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICO DE SONORIZAÇÃO VOLANTE, CONTENDO:** Produção, gravação e veiculação da vinheta para cada evento ou ação em veiculo tipo automóvel ou motocicleta; potência mínima de som de 1.000W. **OBS 01:** As despesas com combustível, peças, possíveis acidentes, pilotos ou motoristas correrão por conta da contratada. **OBS 02:** Duração de cada serviço será de 04:00h **OBS 03:** Os textos a serem gravados serão disponibilizados pela contratante. Após produzida, a vinheta precisará ser disponibilizada a contratante para autorizar a veiculação. O tempo da de cada vinheta será em média de 01 minuto.	135,00	4.050,00
03	Serv	02	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE EVENTO GRANDE PORTE EM LOCAL ABERTO - DURAÇÃO: 01 DIA** *** Serviço de Palco, Som e iluminação, contendo no mínimo:** **Palco Coberto:** 1 palco metálico em grid, Tamanho 6mX6m; piso no mínimo 1m de altura do chão e mínimo 6 metros de altura na cobertura; com 4 Lâmpadas de emergência; 2 Extintores. **Sonorização:** 12 caixas de som, sendo: 6 Subwoofer de 2.000 watts, 6 caixas de no mínimo 1.200 Watts, 1 mesa digital com no mínimo 20 canais. 02 equalizadores, 02 retornos para apresentação, 01 ponto de link, 03 microfones sem fio. 03 microfones com fio. 03 pedestais. 01 sonoplasta (Cabos, conexões, adaptadores, extensões, tripés e pedestais para o completo e perfeito funcionamento de todo o equipamento que compões este item), com suficiente para local aberto para 2 mil pessoas. **Telão**: 02 telões com dimensão mínima de 4:00m x 4:00 metros em estrutura metálica de grid com data show e noutebook e cabos interligados para reprodução simultanea; **Iluminação:** 20 canhão par 64 led e 12 moving head excell CS 250 gobos dispostos em torres de grid na altura de 3m no espaço do evento, de acordo com o croqui definido pela contratante. **Obs 01: O HORARIO DE TERMINO DA INSTALAÇÃO DE TODOS EQUIPAMENTOS É NO MÁXIMO AS 15 HORAS, PASSAGEM DE SOM, NO MÁXIMO AS 16 HORAS DO DIA DO DO EVENTO. O ATRASO EM QUALQUER UM DOS HORÁRIOS ESTABELECIDOS ACARRETARÃO EM MULTA DE 10% DO VALOR QUE SERÁ DESCONTADO NO VALOR A SER PAGO A CADA HORA DE ATRAZO.** Obs 02: É de responsabilidade da empresa contratada: a) Obter todas as licenças e liberações necessárias para o evento; b) Arcar com as liberações e despesas de: uso de energia; todas as licenças e taxas para funcionamento; transporte, montagem, desmontagem, alimentação e hospedagem dos técnicos e músicos.	2.800,00	5.600,00

			reprodução simultanea; **Iluminação:** 20 canhão par 64 led e 12 moving head excell CS 250 gobos dispostos em torres de grid na altura de 3m no espaço do evento, de acordo com o croqui definido pela contratante. **Obs 01: O HORARIO DE TERMINO DA INSTALAÇÃO DE TODOS EQUIPAMENTOS É NO MÁXIMO AS 15 HORAS, PASSAGEM DE SOM, NO MÁXIMO AS 16 HORAS DO DIA DO DO EVENTO. O ATRASO EM QUALQUER UM DOS HORÁRIOS ESTABELECIDOS ACARRETARÃO EM MULTA DE 10% DO VALOR QUE SERÁ DESCONTADO NO VALOR A SER PAGO A CADA HORA DE ATRAZO.** Obs 02: É de responsabilidade da empresa contratada: a) Obter todas as licenças e liberações necessárias para o evento; b) Arcar com as liberações e despesas de: uso de energia; todas as licenças e taxas para funcionamento; transporte, montagem, desmontagem, alimentação e hospedagem dos técnicos e músicos.		

EDER LUIZ DE SOUZA ALVES M.E.I, no valor de R$ 9.650,00 (Nove mil seiscentos e cinquenta reais);

EMPRESA: R.C. FERREIRA & SANTOS LTDA – ME					
ITEM	**UNID**	**QUANT**	**ESPECIFICAÇÃO**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**
04	Serv	02	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE EVENTO ABERTO COM BANDA, DURAÇÃO 01 DIA** ***Serviço de Músicos, Cantores e DJ –** Contratação de 01 Banda musical composta por, no mínimo, 6 (seis) integrantes cada banda, sendo 01 baterista, 01 contra baixista, 01 guitarrista, 01 tecladista (com teclado), 01 percursionista, 02 cantores(a) para apresentação única. A banda deverá executar músicas de axé music, samba, forró e sertanejo. (mínimo 4 horas de apresentação) Contratação de 01 Dj para apresentação nos dois dias de festa (4 horas de apresentação) a apresentação do DJ será logo após a apresentação da banda. Contratação 01 apresentador para animação, com apresentação de show ao (mínimo 6 horas de apresentação) *** Serviço de Palco, Som e iluminação, contendo no mínimo:** **Palco Coberto:** 1 palco metálico em grid, Tamanho 6mX6m; piso no mínimo 1m de altura do chão e mínimo 6 metros de altura na cobertura; com 4 Lâmpadas de emergência; 2 Extintores. **Sonorização:** 12 caixas de som, sendo: 6 Subwoofer de 2.000 watts, 6 caixas de no mínimo 1.200 Watts, 1 mesa digital com no mínimo 20 canais. 02 equalizadores, 02 retornos para apresentação, 01 ponto de link, 03 microfones sem fio. 03 microfones com fio. 03 pedestais. 01 sonoplasta (Cabos, conexões, adaptadores, extensões, tripés e pedestais para o completo e perfeito funcionamento de todo o equipamento que compões este item), com suficiente para local aberto para 2 mil pessoas. **Telão**: 02 telões com dimensão mínima de 4:00m x 4:00 metros em estrutura metálica de grid com data show e noutebook e cabos interligados para reprodução simultanea; **Iluminação:** 01 laser 4x1-2 vermelho e 2 verde; 20 canhão par 64 led; 12 moving head excell CS 250 gobos; 01 strobo 1500W;. **Obs 01: O HORARIO DE TERMINO DA INSTALAÇÃO DE TODOS EQUIPAMENTOS É NO MÁXIMO AS 15 HORAS. PASSAGEM DE SOM, NO MÁXIMO AS 16 HORAS DO DIA DO DO EVENTO. O ATRASO EM QUALQUER UM DOS HORÁRIOS ESTABELECIDOS ACARRETARÃO EM MULTA DE 10% DO VALOR QUE SERÁ DESCONTADO NO VALOR A SER PAGO A CADA HORA DE ATRAZO.** Obs 02: É de responsabilidade da empresa contratada: a) Obter todas as licenças e liberações necessárias para o evento; b) Arcar com as liberações e despesas de: uso de energia; todas as licenças e taxas para funcionamento; transporte, montagem, desmontagem, alimentação e hospedagem dos técnicos e músicos.	5.349,00	10.698,00
05	Serv	02	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE**	5.499,00	10.998,00

			SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE FESTA DE GRANDE PORTE EM LOCAL ABERTO PARA 02 DIAS DE FESTA ***Serviço de Músicos, Cantores e DJ –** Contratação de 01 Dupla sertaneja de música raiz para apresentação única. (mínimo 4 horas de apresentação) Contratação de 01 Banda musical composta por, no mínimo, 6 (seis) integrantes cada banda, sendo 01 baterista, 01 contra baixista, 01 guitarrista, 01 tecladista (com teclado), 01 percursionista, 02 cantores(a) para apresentação única. A banda deverá executar músicas de axé music, samba, forró e sertanejo. (mínimo 4 horas de apresentação) Contratação de 01 Dj para apresentação nos dois dias de festa (4 horas de apresentação) a apresentação do DJ será logo após a apresentação da banda e da dupla sertaneja. Contratação 01 apresentador para animação, com apresentação de show ao vivo para se apresentar nos dois dias de festa (mínimo 6 horas de apresentação) *** Serviço de Palco, Som e iluminação, contendo no mínimo:** **Palco Coberto:** 1 palco metálico em grid, Tamanho 6mX6m; piso no mínimo 1m de altura do chão e mínimo 6 metros de altura na cobertura; com 4 Lâmpadas de emergência; 2 Extintores. **Sonorização:** 12 caixas de som, sendo: 6 Subwoofer de 2.000 watts, 6 caixas de no mínimo 1.200 Watts, 1 mesa digital com no mínimo 20 canais. 02 equalizadores, 02 retornos para apresentação, 01 ponto de link, 03 microfones sem fio. 03 microfones com fio. 03 pedestais. 01 sonoplasta (Cabos, conexões, adaptadores, extensões, tripés e pedestais para o completo e perfeito funcionamento de todo o equipamento que compões este item), com suficiente para local aberto para 2 mil pessoas. **Telão**: 02 telões com dimensão mínima de 4:00m x 4:00 metros em estrutura metálica de grid com data show e noutebook e cabos interligados para reprodução simultanea; **Iluminação:** 01 laser 4x1-2 vermelho e 2 verde; 20 canhão par 64 led; 12 moving head excell CS 250 gobos; 01 strobo 1500W;. **Obs 01: O HORARIO DE TERMINO DA INSTALAÇÃO DE TODOS EQUIPAMENTOS É NO MÁXIMO AS 15 HORAS, PASSAGEM DE SOM, NO MÁXIMO AS 16 HORAS DO DIA DO DO EVENTO. O ATRASO EM QUALQUER UM DOS HORÁRIOS ESTABELECIDOS ACARRETARÃO EM MULTA DE 10% DO VALOR QUE SERÁ DESCONTADO NO VALOR A SER PAGO A CADA HORA DE ATRAZO** Obs 02: É de responsabilidade da empresa contratada: a) Obter todas as licenças e liberações necessárias para o evento; b) Arcar com as liberações e despesas de: uso de energia; todas as licenças e taxas para funcionamento; transporte, montagem, desmontagem, alimentação e hospedagem dos técnicos e músicos.		

R.C. FERREIRA & SANTOS LTDA – ME, no valor de R$ 21.696,00 (Vinte e um mil seiscentos e noventa e seis);

EMPRESA: LUIZ HENRIQUE MOZART SILVA RIBEIRO M.E.I					
ITEM	**UNID**	**QUANT**	**ESPECIFICAÇÃO**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**
06	Serv	01	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE FESTA DE GRANDE PORTE EM LOCAL FECHADO PARA 02 DIAS DE FESTA** ***Serviço de Músicos, Cantores e DJ –** Contratação de 01 Dupla sertaneja de música raiz para apresentação única. (mínimo 4 horas de apresentação) Contratação de 01 Banda musical composta por, no mínimo, 6 (seis) integrantes cada banda, sendo 01 baterista, 01 contra baixista, 01 guitarrista, 01 tecladista (com teclado), 01 percursionista, 02 cantores(a) para apresentação única. A banda deverá executar músicas de axé music, samba, forró e sertanejo. (mínimo 4 horas de apresentação) Contratação de 01 Dj para apresentação nos dois dias de festa (4 horas de apresentação) a apresentação do DJ será logo após a apresentação da banda e da dupla sertaneja. Contratação 01 apresentador para animação, com apresentação de show ao vivo para se apresentar nos dois dias de festa (mínimo 6 horas de apresentação) *** Serviço de som e iluminação, contendo no mínimo:** **Sonorização:** 12 caixas de som, sendo: 6 Subwoofer de 2.000 watts, 6 caixas de no mínimo 1.200 Watts, 1 mesa digital com no mínimo 20 canais. 02 equalizadores, 02 retornos para apresentação, 01 ponto de link, 03 microfones sem fio. 03 microfones com fio. 03 pedestais. 01 sonoplasta (Cabos, conexões, adaptadores, extensões, tripés e pedestais para o completo e perfeito funcionamento de todo o equipamento que compões este item), com suficiente para local semiaberto para mil pessoas. Deverá haver cabo de áudio para computador de no mínimo 40 metros. 02 aparelho de data show com suporte de fixação aérea e reprodução simultânea. **Iluminação:** 01 laser 4x1-2 vermelho e 2 verde; 20 canhão par 64 led; 08 moving head excell CS 250 gobos; 01 strobo 1500W; 01 globo de espelho grande. **Obs 01**: Os equipamentos deverão estar instalados no dia do evento, no máximo até às 15h. A banda deverá passar som no máximo até as 17 horas. **Obs 01: O HORARIO DE TERMINO DA INSTALAÇÃO DE TODOS EQUIPAMENTOS É NO MÁXIMO AS 15 HORAS, PASSAGEM DE SOM, NO MÁXIMO AS 16 HORAS DO DIA DO DO EVENTO. O ATRASO EM QUALQUER UM DOS HORÁRIOS ESTABELECIDOS ACARRETARÃO EM MULTA DE 10% DO VALOR QUE SERÁ DESCONTADO NO VALOR A SER PAGO A CADA HORA DE ATRAZO** Obs 02: É de responsabilidade da empresa contratada: a) Obter todas as licenças e liberações necessárias para o evento; b) Arcar com as liberações e despesas de: uso de energia; todas as licenças e taxas para funcionamento; transporte, montagem, desmontagem, alimentação e hospedagem dos técnicos e músicos.	4.734,00	4.734,00
07	Serv	02	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE FESTA DE GRANDE PORTE EM LOCAL FECHADO PARA 01 DIA DE FESTA** ***Serviço de Músicos, Cantores e DJ –** Contratação de 01 Banda musical composta por, no mínimo, 6 (seis) integrantes cada banda, sendo 01 baterista, 01 contra baixista, 01 guitarrista, 01 tecladista (com teclado), 01 percursionista, 02 cantores(a) A banda deverá executar músicas de axé music, samba, forró e sertanejo. (mínimo 4 horas de apresentação) Contratação de 01 Dj (mínimo 4 horas de apresentação) a apresentação do DJ será logo após a apresentação da banda. Contratação 01 apresentador para animação, com apresentação de show ao vivo (mínimo 6 horas de apresentação) *** Serviço de som e iluminação, contendo no mínimo:** **Sonorização:** 12 caixas de som, sendo: 6 Subwoofer de 2.000 watts, 6 caixas de no mínimo 1.200 Watts, 1 mesa digital com no mínimo 20 canais. 02 equalizadores, 02 retornos para apresentação, 01 ponto de link, 03 microfones sem fio. 03 microfones com fio. 03 pedestais. 01 sonoplasta (Cabos, conexões, adaptadores, extensões, tripés e pedestais para o completo e perfeito funcionamento de todo o equipamento que compões este item), com suficiente para local semiaberto para mil pessoas. Deverá haver cabo de áudio para computador de no mínimo 40 metros. 02 aparelho de data show com suporte de fixação aérea e reprodução simultânea. **Iluminação:** 01 laser 4x1-2 vermelho e 2 verde; 20 canhão par 64 led; 08 moving head excell CS 250 gobos; 01 strobo 1500W; 01 globo de espelho grande. **Obs 01**: Os equipamentos deverão estar instalados no dia do evento, no máximo até às 15h. A banda deverá passar som no máximo até as 17 horas. **Obs 01: O HORARIO DE TERMINO DA INSTALAÇÃO DE TODOS EQUIPAMENTOS É NO MÁXIMO AS 15 HORAS, PASSAGEM DE SOM, NO MÁXIMO AS 16 HORAS DO DIA DO DO EVENTO. O ATRASO EM QUALQUER UM DOS HORÁRIOS ESTABELECIDOS ACARRETARÃO EM MULTA DE 10% DO VALOR QUE SERÁ DESCONTADO NO VALOR A SER PAGO A CADA HORA DE ATRAZO** Obs 02: É de responsabilidade da empresa contratada:	3.950,00	7.900,00

			a) Obter todas as licenças e liberações necessárias para o evento; b) Arcar com as liberações e despesas de: uso de energia; todas as licenças e taxas para funcionamento; transporte, montagem, desmontagem, alimentação e hospedagem dos técnicos e músicos.		

LUIZ HENRIQUE MOZART SILVA RIBEIRO M.E.I, no valor de R$ 12.634,00 (doze mil seiscentos e trinta e quatro reais);

E o item 02, não foi cotado pelas empresas: R.C Ferreira & Santos LTDA – ME e Luiz Henrique Mozart Silva Rabelo e foi desclassificado pela Empresa: Eder Luiz de Souza – M.E.I

1.2 O valor total registrado na presente ATA é de R$ 43.980,00 (quarenta e três mil novecentos e oitenta reais).

1.3. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.
2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Rondolândia.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. A execução dos serviços objetos desta licitação devera ser de acordo com a necessidade das diversas Secretarias e eventos a serem realizados, após emissão da autorização de fornecimento ou emissão de requisições, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, conforme as condições estabelecidas neste Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações para contratação do serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
5.1. Os serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através da assinatura da Ata de Registro de Preços ou emissão da autorização de fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Rondolândia, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da autorização de fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e **obrigatoriamente apresentar**:
a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;
6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;
6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:
I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - cumprir o fornecimento do objeto, não sendo aceito, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob qualquer pretexto.
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante o fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de entrega dos produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força Junhor para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.
7.1. A **FORNECEDORA** autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Rondolândia, obriga-se a:
I – emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.
II - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;
IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.
8.1. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à **FORNECEDORA**, através de crédito em conta corrente mantida pela **FORNECEDORA,** preferencialmente em, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente autorização de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.
9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
9.2. Por ocasião do pagamento, o fornecedor, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
9.3. Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.
10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.
10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.
10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Rondolândia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;
quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido;
quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da **FORNECEDORA**, relativas ao fornecimento do ITEM.
11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a **FORNECEDORA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC
12.0. Correrão por conta exclusivas da **FORNECEDORA**:
I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto desta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a **FORNECEDORA** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência;
II) multa;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Rondolândia, por período de até 5 (cinco) anos;
IV) declaração de inidoneidade.
13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.
13.2. A **FORNECEDORA** sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.
13.3. No caso de atraso no fornecimento dos produtos por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da requisição, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.
13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .
13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se a **FORNECEDORA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se a **FORNECEDORA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se a **FORNECEDORA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.
13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **FORNECEDORA**, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 01 – Gestão da Educação
Projeto Atividade: 2.128 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Educação e Unidades/Conselhos
Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (44).

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 01 – Gestão de Saúde
Projeto Atividade: 2.141– Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades/Conselhos
Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (117).

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 – Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2.150 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Unidades/Conselhos
Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (192).

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Administração
Projeto Atividade: 2.112– Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Administração e Unidades
Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (228).

Órgão:09 – Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Agricultura
Projeto Atividade: 2.157– Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Agricultura e Unidades/Conselhos
Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (270).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 029/2014 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Juína-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **GERENCIADORA**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Rondolândia- MT, 21 de Maio de 2014.

BETT S.M.DA SILVA
Prefeita Municipal
GERENCIADORA

EDER LUIZ DESOUZA ALVES – M.E.I
FORNECEDORA
CONTRATADO

R.C FERREIRA & SANTOS LTDA - ME
FORNECEDORA
CONTRATADO

LUIZ HENRIQUE MOZART SILVA RIBEIRO –M.E.I
FORNECEDORA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
Nome: Vanessa dos Santos Neres
RG nº: 2448717-1 SSP/MT
CPF nº: 056.341.891-52
Assinatura

Nome: Liliane Guedes Santos
RG nº: 2125965 SSP/ES
CPF nº: 116.933.877-19
Assinatura:

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:279C340D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1212-2014 EXONERA -ALDO FERREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº. 01.1212/GP/PMR/14

DE 20 DE MAIO DE 2014

EXONERA- ALDO FERREIRA DOS SANTOS , do cargo em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO DE VISTORIA DE VEÍCULOS, CDS-3.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **– ALDO FERREIRA DOS SANTOS**, **do Cargo em comissão DE DIRETOR DE DIVISÃO DE VISTORIA DE VEÍCULOS, CDS- 3,de junto da Secretaria Municipal de Arrecadação.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/05/2014.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL EM 20/05/2014.

Publicado por:
Marilene Engler Loureiro
Código Identificador:40E1D736

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1213-2014 NOMEIA -EDUARDO BATISTA DA SILVA

PORTARIA Nº. 01.1213/GP/PMR/14

DE 20 DE MAIO DE 2014

NOMEIA- EDUARDO BATISTA DA SILVA , no cargo em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO DE VISTORIA DE VEÍCULOS, CDS-3.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **– EDUARDO BATISTA DA SILVA**, **no Cargo em comissão DE DIRETOR DE DIVISÃO DE VISTORIA DE VEÍCULOS, CDS- 3, junto da Secretaria Municipal de Arrecadação.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05/05/2014.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL EM 20/05/2014

Publicado por:
Marilene Engler Loureiro
Código Identificador:A670A3A5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 01.1214-14 NOMEIA MARCIO KAJAZAP ZORÓ

PORTARIA Nº 01.1214/GAB/PMR
DE 20 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2013, e dá outras providências.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV , em especial ao disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica nomeado (a) por tempo determinado, nos termos da Lei Municipal nº 278 de 25/03/2013 e Lei nº 65 de 23/12/2002 e do Teste Seletivo Simplificado nº 001/2013, Edital de convocação GAB/DRH Nº 012/2014, o (a) candidato (a) MARCIO KAJAZAP ZORÓ para exercer o cargo de ZELADOR, carga horária de 40(QUARENTA) horas semanais**.**

Art. 2º - O (a) candidato (a) nomeado (a) por esta Portaria, será considerado desistente da vaga se não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta para iniciar efetivo exercício, salvo justificativa amparada pelo Estatuto dos servidores públicos municipais (lei complementar nº 3, de 17 de outubro de 2007).
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/05/2014.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL EM 20/05/2014.

Publicado por:
Marilene Engler Loureiro
Código Identificador:3CEEA9D5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
104 - 2014

PORTARIA 104/2014
de 29 de Maio de 2.014

"Dispõe sobre nova composição da Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei

RESOLVE:

Artigo 1º - A composição da Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) passará a vigorar da seguinte forma:

1 – Presidente: Maxuel Alves;
2 – Vice Presidente: Aline Aparecida Santos Moraes;
3 – 1ª Secretária: Ediane Guimara da Silva;
4 – 2ª Secretaria: Wilma Beatriz;
5 – 1º Tesoureiro: Josuel Luciano de Moraes;
6 – 2º Tesoureiro: Dirce Regina Correa da Luz.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou fixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 29 de Maio de 2014.

DR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:B03D2D3F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 105 - 2014

DE 29 DE MAIO DE 2.014

"Altera a Portaria 91/2014 de 14.05.2014, e dispõe sobre exoneração e nomeação de servidor ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam exonerados dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração que ocupam, as seguintes pessoas:

Adriana do Nascimento Brust – Secretária de Governo;
Hemily Natalye Alves Pereira – Supervisor(a) do Departamento de Contabilidade;
Renan Atila Ferreira Giraldo – Coordenador de Divisão de Convenios;
Aline Nunes Segatto Petroni – Diretor(a) do Departamento de Licitação e Contratos;
Andreia Viviane Souza Almeida – Coordenadora de Industria e Comércio;

Artigo 2º - Ficam nomeadas para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, as seguintes pessoas:

Renan Atila Ferreira Giraldo– Secretário de Governo;
Adriana do Nascimento Brust – Supervisor(a) do Departamento de Contabilidade;
Hemily Natalye Alves Pereira – Coordenador de Divisão de Convenios;
Aline Nunes Segatto Petroni – Ouvidor(a) Municipal;

Andreia Viviane Souza Almeida – Diretor(a) do Departamento de Licitação e Contratos;

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos à 14.05.2014, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 29 de Maio de 2014.

DR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:B727A5A9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 106 - 2014

DE 29 DE MAIO DE 2.014

"Altera a Portaria 91/2014 de 14.05.2014, e dispõe sobre exoneração e nomeação de servidor ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam exonerados dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração que ocupam, as seguintes pessoas:

Adriana do Nascimento Brust – Secretária de Governo;
Hemily Natalye Alves Pereira – Supervisor(a) do Departamento de Contabilidade;
Renan Atila Ferreira Giraldo – Coordenador de Divisão de Convenios;
Aline Nunes Segatto Petroni – Diretor(a) do Departamento de Licitação e Contratos;
Andreia Viviane Souza Almeida – Coordenadora de Industria e Comércio;

Artigo 2º - Ficam nomeadas para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, as seguintes pessoas:

Renan Atila Ferreira Giraldo– Secretário de Governo;
Adriana do Nascimento Brust – Supervisor(a) do Departamento de Contabilidade;
Hemily Natalye Alves Pereira – Coordenador de Divisão de Convenios;
Aline Nunes Segatto Petroni – Ouvidor(a) Municipal;
Andreia Viviane Souza Almeida – Diretor(a) do Departamento de Licitação e Contratos;

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos à 14.05.2014, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 29 de Maio de 2014.

DR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:EC9D43E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 107 - 2014

de 29 de Maio de 2014

"Dispõe sobre designação de Pregoeiro, e equipe de apoio na modalidade de licitação denominada Pregão, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1°. Fica designada a servidora **Andreia Viviane Souza Almeida** como Pregoeira da Municipalidade, para as atribuições da modalidade de licitação denominada de pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

Art. 2°. Ficam designados para compor a Equipe de Apoio os seguintes membros:

I- Ediane Guimara da Silva;
II- Delma Botelho da Silva;

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou fixação.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 29 de Maio de 2014.

DR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
/p>
DR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:0CE8968E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 50/2014

DATA: 28 DE MAIO DE 2014.

SÚMULA: Exonera a Srª MARY ANNE DO NASCIMENTO ERNANDES do cargo EFETIVO de PSICOLOGA.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art.1º - Exonera a Srª MARY ANNE DO NASCIMENTO ERNANDES do cargo Efetivo de PSICOLOGA.

Art.2º - A exoneração ocorreu a pedido da mesma conforme solicitação datada em 28 de maio de 2014.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM
ESTADO DE MATO GROSSO
EM, 28 DE MAIO DE 2014.

Registre-se e Publique-se

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:BC5231F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2014

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
Pelo presente ficam convocados os Candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 002/2014 da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, referente o Edital nº 002/2014, de 22 de Abril de 2014, para devida contratação.

1. No ato da contratação apresentar:
a) Documentos Originais e Cópia RG – CPF – Título de Eleitor – Certidão de Nascimento dos filhos – Certidão de Casamento, e CPF do esposo (a).
b) Apresentar Carteira de Trabalho;
c) Declaração de Bens.
d) Declaração de não acumulo ilegal de cargo, emprego ou função pública.
e) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar.
f) Conta no Banco.
g) Comprovante de escolaridade original e cópia.
h) Copia CPF Pai e Mãe
O candidato convocado terá que comparecer no prazo de 10 dias para efetuar sua contratação no referido cargo.

MOTORISTA DE VEICULO DE TRANSPORTE DE CARGAS E DE PASSAGEIROS CONTRATADO

ORDEM	NOME
2º	CLAUDIO IGAXIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM 29 DE MAIO DE 2014.

ALESSANDRO NICOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:9473EE6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 51/2014

DATA: 29 DE MAIO DE 2014.

SÚMULA: Exonera o Srº ROMARIO ADILIO CARNEZELLA do cargo EFETIVO de MOTORISTA DE VEICULO DE TRANSPORTE DE CARGAS E DE PASSAGEIROS.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art.1º - Exonera o Srº ROMARIO ADILIO CARNEZELLA do cargo Efetivo de MOTORISTA DE VEICULO DE TRANSPORTE DE CARGAS E DE PASSAGEIROS.

Art.2º - A exoneração ocorreu a pedido do mesmo conforme solicitação datada em 29 de maio de 2014.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM
ESTADO DE MATO GROSSO
EM, 29 DE MAIO DE 2014.

Registre-se e Publique-se

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:600B35E7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 12° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 022/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT
EXTRATO DO 12° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 022/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT. CONTRATADA: CONSTRUTORA RODRIGUES BORGES LTDA ME, CNPJ n° 00.426.316/0001-40. DA VIGÊNCIA: A vigência do presente Contrato terá seu prazo de vigência de execução da obra prorrogado de 30 de Maio 2014 a 30 de Agosto de 2014. DA ORIGEM: Contrato n°. 022/2011. DA LICITAÇÃO: Tomada de Preços n° 007/2011. DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas. DO FUNDAMENTO: Art. 57 §1° e § 2° da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Santa Cruz do Xingu – MT, 20 de Maio de 2014.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorcileia Vasconcelos Pinho
Código Identificador:0AB30FF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
AVISO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 012-2014 SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de bombas submersas para poços artesianos, junto à Secretaria Municipal de Obras de Santa Cruz do Xingu-MT. O Pregoeiro, regido pela Portaria nº. 008/SAD/2014 de 03 de Fevereiro de 2014 da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados o resultado do PREGÃO PRESENCIAL N°012/2014 – Sistema Registro de Preços, Tipo menor preço por item, cujo certame se deu às 09h00 minutos do dia 29 de Maio de 2014, encerrada e adjudicada às 10h00 minutos do mesmo dia. Sagrou-se vencedora a empresa: MAX ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.975.075/0001-01, apresentando os seguintes preços por itens: item 01 valor global de R$ 21.000,00, item 02 valor global de R$ 27.000,00, item 03 valor global de R$ 65.600,00, totalizando o geral dos itens no valor de R$ 113.600,00, correspondente ao curso de doze meses; valor este que se encontra dentro do preço de mercado. Para maiores informações, fone (66) 3594 1000, 1304, 1057.

Santa Cruz do Xingu – MT, 29 de Maio de 2014.

DORMELINDO LANZARIN
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Wilson Pereira da Silva
Código Identificador:1B4AEBAF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CÂMARA MUNICIPAL
CANCELAMENTO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO 005/2014 E 006/2014

A Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato comunica que houve um erro formal de digitação quanto á publicação do **EXTRATO DO CONTRATO** 005/2014, 006/2014, publicado sob o código Identificado: 50DB3184, 88C1F3E7 na data de 28/05/2014 e a torna sem efeito.

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:4B4586A3

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO:

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.

CONTRATO Nº005/2014.
DATA EMISSÃO: 26/05/2014
CONTRATANTE: CAMARA DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT – CNPJ nº 04.253.983/0001-29
CONTRATADA: Waldivino Faustino da Costa
CNPJ Nº 11.995.895/0001-68 Mei
OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA
PRAZO: 30/06//2014
VALOR GLOBAL CONTRATO: R$ 6.350,00 (Seis Mil Trezentos e Cinquenta reais).

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:D0F0E1F9

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO:

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.

CONTRATO Nº006/2014.
DATA EMISSÃO: 28/05/2014
CONTRATANTE: CAMARA DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT – CNPJ nº 04.253.983/0001-29
CONTRATADA: AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ Nº 37.483484/0002-68
OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE COMBUSTIVEL
PRAZO: 31/12/2014
VALOR GLOBAL CONTRATO: R$ 8.201,50 (Oito Mil duzentos e um reais e Cinquenta centavos).

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:BE22029F

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2014

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Combustível para o veiculo da Câmara Municipal.
ITOR PIRES DE CAMARGO, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Inexigibilidade nº001/2014, tendo por objeto citado no preâmbulo, HOMOLOGA, nos termos abaixo.

Fica **HOMOLOGADO** a Inexigibilidade de Licitação nº001/2014, tendo por vencedora a empresa: AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA. Atendendo os requisitos exigidos no Edital.

HOMOLOGADO

27/05/2014

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:124E3ED6

FINANÇAS
EDITAL DE EDITAL DE CONVOCAÇAO 001/2014 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 04.205.596/0001-17 localizada na Av. Flavio Luiz, nº. 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato/MT, CEP 78.453-000, neste ato representado pelo Sr. Hugo Garcia Sobrinho, Prefeito Municipal, vem respeitosamente convida a população de Santa Rita do Trivelato para participar de audiência pública a ser realizada no dia 30/05/2014, as 19h00min, local Centro de Eventos Praça dos Pioneiros, para apresentação dos atos administrativos referente ao 1º quadrimestre de 2014, conforme determina a LRF.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:22C97306

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 071/2014

DE 29 DE MAIO DE 2014.

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA A COMISSÃO DO 13º FESTIVAL DE PESCA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Comissão Organizadora do 13º Festival de Pesca de 2014, sendo os Seguintes Membros:

Presidente: INÁCIO ADEMIR KRINDGES, inscrito no CPF/MF sob nº 223.434.319-49 – Empresário;
Vice-Presidente: Leomario Taborda, inscrito no CPF/MF sob nº 570.481.931-15 – Secretário de Obras;
Tesoureira: JULIANE SFREDO PUTZEL FREDRICH, inscrita no CPF sob nº 015.096.851-54 – Bioquímica;
Coordenador: BRUNO LAPENNA GARCIA, e inscrito no CPF/MF nº 225.463.128-47 – Secretario de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;
Coordenador: GENESIO MIRANDA, inscrito no CPF sob o nº 535.651.001-25 Secretario de Esporte e Laser.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 29 de maio de 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Na data supra

JOSE CEDENIR DE OLIVEIRA
Secretario de Administração

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:F9838050

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL N°. 005/2014 – AUDIÊNCIA PÚBLICA

EMENTA: CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1° QUADRIMESTRE DE 2014.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO INERENTES, E NA FORMA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 9° § 4° E 48 DA LC N°.101/200 – LRF QUE,

Art. 1 Fará realizar **audiência pública** para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre, a ser realizada no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situada à Rua Pedro Álvares Cabral, s/n, Centro, Santo Afonso-MT, a partir das 09:00 horas, do dia 30 de Maio de 2014.

Art. 2 Fica convidada a população em geral para participarem da audiência pública, e durante a realização da mesma a sociedade civil poderá participar, dando idéias e sugestões.

DÊ-SE CONHECIMENTO À CÂMARA DE VEREADORES.

DIVULGUE-SE AMPLAMENTE PARA CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SANTO AFONSO-MT, 26 DE MAIO DE 2014.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF/MF 363.908.288-53 – RG 3.994.563 SSP/SP

Publicado por:
Fagner Moreira da Cunha
Código Identificador:167F228F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

REF. 014/2014
CARTA CONVITE N° 07/2014
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA CARTA CONVITE N° 07/2014.
SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA: BRUMAR CONSTRUTORA LTDA.
SANTO ANTONIO DE LEVERGER, 01 DE ABRIL DE 2014.
VITÓRIO MASSARU HAYAMA
PRESIDENTE DA CPL

Publicado por:
Natalina
Código Identificador:D8A6E2A5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

O município de São José do Rio Claro – MT notifica os contribuintes: Antonio Caetano, Antonio dos Santos Filho, Cássio José Franco de Godoy, CIAMA, Darci Quisionato, Elzeli Barbio da Silva, Idalina Elias, Jaldenir Donizete da Rosa, João Schimitana, Jose Domingos dos Santos, Manoel Bezerra, Manoel Carlos da Silva, Manoel Mendes da Silva, Maria Elena da Silva, Maria Tereza Marques Oliveira, Marli Padilha dos Santos, Paulo Eleotorio de Almeida, Rômulo Costa Martins, Sergio Roberto Matias, Valdei Mendes Soares, Valdemir Teixeira dos Santos.

Os contribuintes possuem imóvel territorial sujo podendo vir a prejudicar a saúde pública e a estética urbanística, Infringindo a Lei N.° 384/1997, em seu artigo: 145 parágrafo único (Código de Postura). Sujeitando–se a multa de R$ 375,00 a R$ 750,00.

Para tal, comunicamos pelo presente, que vossa senhoria deverá **efetuar a limpeza do terreno no prazo de** 0**5 (cinco) dias**, **ou apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias,** a contar da data desta publicação. O não cumprimento desta acarretará nas sanções previstas em lei.

São José do Rio Claro – MT, 29 de Maio de 2014.

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:EF8B5DC6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2014

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº. 355, Centro - São José do Rio Claro-MT, CEP 78.435-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação torna público para quem possa interessar, que realizará às 09h00min, do dia 16/06/2014, licitação na modalidade supracitada, do tipo menor preço global, que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO ESPORTIVO NO BAIRRO JARDIM RIO CLARO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT.** Informações mais detalhada e edital completo poderão ser solicitadas no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 07h30min as 11h30min e das 13h30min as 15h30min, com a Comissão Permanente de Licitação, mediante o pagamento dos custos inerentes.

São José do Rio Claro/MT – MT, 29 de Maio de 2014.

SUNELY MOREIRA DOS SANTOS
Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:8CE56E77

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 135/2014, DE 26 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO JARDIM RIO CLARO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhorita ISABELA ROSA APONE, Engenheira Civil, CREA-MT/029610, para o exercício da função de Fiscal dos Serviços de Construção de Unidade Básica de Saúde do Bairro Jardim Rio Claro, em São José do Rio Claro-MT, a partir de maio/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
São José do Rio Claro/MT, 26 de maio de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:112137F8

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO – LRF 2º BIMESTRE - 2014

A Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, em cumprimento ao disposto no Artigo 165, § 3º, da Constituição Federal e Capítulo IX, da Lei Complementar 101, com referência a ampla publicidade, vem a público informar que, encontra-se afixado no mural da Prefeitura Municipal, no SITE do município www.saojosedorioclaro.mt.gov.br**.** no mural da Câmara Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios – AMM os Relatórios Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 2º Bimestre do exercício de 2014.

São José do Rio Claro-MT, 30 de maio de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:9DE33A48

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE ABERTURA DE PP-RP 20/2014

O Pregoeiro da Prefeitura do Município de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às **14h00min**, do dia **10/06/2014,** realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº**. 20/2014**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PROFISSIONAL NA ÁREA QUÍMICA**"**. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 12:00 as 18:00 horas**,**

EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI
Pregoeiro.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:F84642D3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2014 DE 20/05/2014

CONTRATO N.º 052/2014 - Objeto: Contratação de empresa para realização de revisões das 02 (duas) Motoniveladoras GD655, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. CONTRATADA: DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA, CNPJ nº 01.840.707/0003-30, assina pela empresa seu Sócio Sr. VALMIR GONÇALVES DE AMORIN, inscrita no CPF/MF n.º 018.650.748-88. VALOR TOTAL: R$74.386,26 (setenta e quatro mil trezentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos). Dotação: 2039.3.3.90.30.00.00.0100000000 e 2039.3.3.90.39.00.00.01.00000000. Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop – Assina: Juarez Alves da Costa, Prefeito, CPF: 478.430.809-10. Ref.: Dispensa de Licitação Nº 033/2014 – Fundamentada na Lei n° Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores. Data de inicio: 20/05/2014. Vigência: 12 (doze) meses.
Sinop; 29 de maio de 2014.

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:14DEAE5C

DEPTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

No **Extrato de Adesão** a ata de Registro de Preços nº 046/2013 - Pregão Eletrônico 078/2012, publicado do dia 28/05/2014 no AMM – Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 1981 página nº 137, retificamos o supracitado da seguinte forma: **ONDE SE LÊ: FORNECEDORA:** ELECTROLUX DO BRASIL S/A, **CNPJ/MF**: 76.487.032/0001-81. **LEIA-SE**: **FORNECEDORA:** ELECTROLUX DO BRASIL S/A, **CNPJ/MF**: 76.487.032/0001-25
Sinop-MT, 29 de maio de 2014.

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:B35F8D77

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO RDC PRESENCIAL Nº 002/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado do **Regime Diferenciado de Contratação – RDC N° 002/2014**, referente à Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção da UBS Maria Vidilina, UBS Paraíso, UBS Palmeiras, UBS Oliveiras, UBS Primaveras, UBS Sabrina, UBS Violetas e UBS São Francisco, em Sinop/MT, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde em atendimento ao Convênio firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, e o Município de Sinop, conforme Portaria nº 1.380 de 09 de julho de 2013, - Programa de Requalificação de UBS referente à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC -02. Empresa vencedora: **CONSTRUTORA ROCHA LTDA**, CNPJ: 06.105.049/0001-95. ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08. Homologada em 29 de maio de 2014.

ADRIANO DOS SANTOS
Presidente da C.P.L.
Portaria nº 001/2014

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:0446C882

DEPTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2014 DE 19/05/2014

CONTRATO N.º 051/2014 - Objeto: Contratação de empresa para realização de 16 (dezesseis) revisões da Mini Van Citroen, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. CONTRATADA: VILLE DE FRANCE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 07.539.157/0003-09, assina pela empresa seu Sócio Sr. MANOEL DIONÍSIO GUEDES, inscrito no CPF/MF n.º 265.959.821-53. VALOR TOTAL: R$17.636,56 (dezessete mil seiscentos e trinta e seis reais e cinqüenta e seis centavos). Dotação: 2039.3.3.90.30.00.00.0100000000 e 2039.3.3.90.39.00.00.01.00000000. Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop – Assina: Juarez Alves da Costa, Prefeito, CPF: 478.430.809-10. Ref.: Dispensa de Licitação Nº 032/2014 – Fundamentada na Lei n° Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores. Data de inicio: 19/05/2014. Vigência: 12 (doze) meses.

Sinop; 29 de maio de 2014.

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:69428FE5

DEPTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014 SRP 066/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT; torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014 SRP 066/2014. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição de solo laterítico (cascalho) para região do Alto da Glória, São Cristóvão, Quarta Parte e Aeroporto, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**. ABERTURA da SESSÃO 11/06/2014 às 09:30horas (horário de Brasília-DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração: Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.

Sinop-MT, 29 de maio de 2014.

MARCELLO PAVAN
Pregoeiro – Portaria nº 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:4C2C34BC

DEPTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014 SRP 067/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014 SRP 067/2014**. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição de materiais de construção, destinados a drenagem de águas pluviais no fechamento de valas nos seguintes locais: Avenida Tarumãs (Trecho: Av. dos Jacarandás e Av. dos Ingás); Avenida dos Ingás (Trecho I: Av. dos Tarumãs e Av. dos Flamboyants; Trecho II: Av. das Palmeiras e Av. Dom Henrique Froehlich), Avenida das Itaúbas (Trecho I: Av. dos Flamboyants e Rua das Seringueiras; Trecho II: Av. Tarumãs e Rua das Cerejeiras), Avenida José Teobaldo Anschau (Trecho: Av. Projetada e Rua Adolpho Gomes de Paiva); Avenida das Palmeiras (Trecho: Av. dos Jacarandás e Av. dos Ingás); Avenida André Maggi (Trecho: Rua Adolpho e Av. Tarumãs), P-06, P-10, P-12, P-15, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** ABERTURA da SESSÃO 11/06/2014 às 15:30horas (horário de Brasília-DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração: Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.

Sinop-MT, 29 de maio de 2014.

MARCELLO PAVAN
Pregoeiro – Portaria Nº 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:6B1E7CD4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 099/2014

DATA: 29 de maio de 2014

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Municipal de Habitação.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente para atender o que dispõe a Lei Municipal nº 1639, de 13 de março de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados nos cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho Municipal de Habitação, conforme especificado a seguir:

I. Presidente:
Wesley Gustavo de Paulo;

II. Vice Presidente:
Ademir Pereira dos Santos;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 29 de maio de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

IVONE LATANZI DA COSTA
Secretária Mun. de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:0616001C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 098/2014

DATA: 29 de maio de 2014

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1848/2013 e a Lei nº 1925/2013;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para atender a seguinte dotação:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.302.0042.2114 -MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO MAC - LABORATÓRIO MUNICIPAL, CEM E UCT
3.3.50.00.00.00 - 0114000057- Transf.Instit.Priv.s/Fins Lucrativos R$ 100.000,00
- (cem mil reais)

T O T A L R$ 100.000,00

Art. 2º. Servirão de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar mencionado no art. 1º, conforme o art. 43, §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e os artigos 14 e 15 da Lei nº 1848/2013, os recursos no montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais) provenientes do Ministério da Saúde, conforme as Portarias nº 1340/2012, nº 1557/2013 e nº 131/2014, não previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, os quais serão destinados às Ações de Saúde e recepcionados na receita conforme Portaria STN nº 437/2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 29 de maio de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:3C9BDB77

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 097/2014

DATA: 28 de maio de 2014

SÚMULA: Altera o Decreto nº. 046/2014, de 02 de abril de 2014, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições contidas na Lei Municipal n° 955/2007, de 19 de março de 2007, alterada pela Lei n° 1075/2008, de 01 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o inciso II do art. 1º do Decreto nº 046/2014, de 02 de abril de 2014, conforme segue:

"II - Vice-Presidente:

Celso Clarindo da Silva"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 28 de maio de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

GISELE FARIA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:1244722F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 100/2014

DATA: 29 de maio de 2014

SUMULA**:** Promove alteração no Decreto nº. 061/2014, de 16 de abril de 2014, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 1274/2010, de 16 de março de 2010, em especial o disposto no art. 4º;

DECRETA:

Art. 1º. A alínea *"b"* do inciso I do art. 1º do Decreto nº. 061/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. (...)

I – (...);

a) (...);
b) ***Representante da Secretaria Municipal de Saúde***
Titular: Francisco Specian Júnior – Presidente do Conselho
c) (...);
d (...);
e) (...);
f) (...);
g) (...);
h) (...)."

Art. 2º. Ficam ratificados os atos praticados pelo Conselho Municipal de Saúde à partir de 16 de abril de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 29 de maio de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

FRANCISCO SPECIAN JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:6C85E0BA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº. 001/2014-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2013

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

ONDE SE LÊ:

Médico Clínico Geral 30h

Clas.	Nome do Candidato	Reclassificação
17º	**PAULO HENRIQUE MOTA MARIA**	2º

LEIA-SE:

Médico Clínico Geral 30h

Clas.	Nome do Candidato	Reclassificação
17º	**PAULO HENRIQUE QUINTANILHA MACIEL**	2º

Sinop-MT, 29 de maio de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:B468CFD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 348/2014

DATA: 29 de maio de 2014

SÚMULA: Designa a servidora Flávia Rodrigues de Assis para a função de Fiscal do Contrato nº. 056/2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Flávia Rodrigues de Assis – Professora de Matemática 20 horas, matrícula 8978, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 056/2014, referente à Adesão nº 003/2014, que trata da *"Aquisição de equipamento (s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas da rede pública de ensino do município"*, referente à Adesão a Ata de Registro de Preços nº 036/2013, conforme Pregão Eletrônico nº 078/2012, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 29 de maio de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:850A4A34

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO CMH - Nº 01, DE 28 DE MAIO DE 2014.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH de Sinop/MT, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Municipal nº 730/2003, de 26 de maio de 2003, em reunião ordinária realizada no dia 28 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Nomear o conselheiro **Wesley Gustavo de Paulo** CPF: 021.350.241-4 como presidente do Conselho Municipal de Habitação, tendo como vice-presidente o conselheiro **Ademir Pereira dos Santos** CPF: 503.959.201-91 e como Secretária Executiva Nilza Ferreira de Alcântara, todos eleitos por unanimidade dos presentes.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NILZA FERREIRA DE ALCÂNTARA
Secretária Executiva
Casa dos Conselhos

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:6257D994

PREFEITURA MUNICIPAL
PROTESTO DE TÍTULOS CAMBIAIS

EDITAL DE INTIMAÇÃO 1562-A/2014 - CDA PREFEITURA DE SINOP/MT

O 2º Ofício Extrajudicial, desta Comarca faz saber que lhe foram entregues para protesto, por falta de pagamento os títulos de responsabilidade das pessoas abaixo relacionadas.
A publicação deste edital em jornal de circulação diária é exigida por lei, quando não são encontrados os devedores nos endereços fornecidos pelos apresentantes, cabendo a estes inteira responsabilidade pela indicação dos referidos endereços.
O serviço de entrega dos avisos é efetuado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por força de contrato imposto por dispositivos legais, e os mesmos foram devolvidos pelos motivos descritos.

_____
Devedor: APARECIDO ANTUNES DA SILVA - CPF/CNPJ: 549.265.139-00 End: RUA CABO MANOEL AGOSTINHO NASCIMEN, 2732 - JD. NOVO ESTADO - SINOP-MT - CEP: 78553-695
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Ausente ás 13:30 horas
Proto e Data Apres.: 6-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____
Devedor: APARECIDO BORGES DA SILVA - CPF/CNPJ: 032.726.019-02 End: RUA DAS GUABIROBAS, 986, LOTE 20/A, ZONA 09 - JD PARAISO - SINOP-MT - CEP: 78556-192
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Ausente ás 17:00 horas
Proto e Data Apres.: 9-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____
Devedor: APARECIDO BORSUK GUERREIRO - CPF/CNPJ: 362.669.901-30 End: RUA DOS CAJUEIROS, QD. 75, LOTE 17, SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-184
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente
Proto e Data Apres.: 10-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____
Devedor: APARECIDO DA SILVA PIRES - CPF/CNPJ: 988.693.291-00 End: RUA DAS GUAREAS, 135, LOTE 09-A, ZONA 04 - JD. DAS OLIVEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-331
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 13-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____
Devedor: APARECIDO DE LIMA - CPF/CNPJ: 508.066.889-04 End: RUA PROJETADA F, 106, RESIDENCIAL DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-024
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 15-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____
Devedor: APRIGIO RODRIGUES DE SOUZA - CPF/CNPJ: 403.451.491-49 End: RUA DOS CAMBARAS, 2194, LOTE 15-A - JD. NOVO ESTADO - SINOP-MT - CEP: 78553-703
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 17-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____
Devedor: ARIANE MACEDO MELO - CPF/CNPJ: 003.025.661-55 End: RUA DAS CEREJEIRAS, 2246, LOTE 26/27-A, ZONA 11 - JD. MARINGA - SINOP-MT - CEP: 78556-218
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 20-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____
Devedor: ARLETE TRUGILLO DE MOURA - CPF/CNPJ: 995.704.831-72 End: TRAV. ALVORADA, 41, RESIDENCIAL BRASILIA - SINOP-MT - CEP: 78557-012
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 23-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: ASSOC. DOS SERVIDORES DA SUCAM DE SINOP - CPF/CNPJ: 00.179.333/0001-20 End: RUA DAS JUREMAS, 415, ZONA 03, JARDIM JACARANDAS - SINOP-MT - CEP: 78557-655
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Ausente ás 14:35 horas
Proto e Data Apres.: 25-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: ATAIDE APARECIDO DE ARAUJO - CPF/CNPJ: 843.246.001-04 End: RUA TILAPIA, 305, Q. 15-A, LOTE 03, CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-293
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 26-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: AURO ANTONIO DE MAMAN - CPF/CNPJ: 276.122.440-04 End: RUA DAS SERINGUEIRAS, 2302, LOTE 17-A, ZONA 11 - JD. MARINGA - SINOP-MT - CEP: 78556-238
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 30-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: AVERLANIO DOS S. RAMOS - CPF/CNPJ: 894.754.613-53 End: RUA ALCIDES FAGANELO, 4175, RESID. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-010
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 33-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BATISTELLA DOS SANTOS E MAGNANI FILHO LT - CPF/CNPJ: 05.760.439/0001-36 End: AV. ALBERT SABIN, QUADRA 06, LOTE 10, LOTEAM. ATIVA SAUDE CENTER - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 36-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BATISTELLA DOS SANTOS E MAGNANI FILHO LT - CPF/CNPJ: 05.760.439/0001-36 End: AV. ALEXANDER FLEMING, QD. 06, LT. 05, LOTEAM. ATIVA SAUDE CENTER - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 38-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BATISTELLA DOS SANTOS E MAGNANI FILHO LT - CPF/CNPJ: 05.760.439/0001-36 End: AV. ALBERT SABIN, QUADRA 06, LOTE 11, LOTEAM. ATIVA SAUDE CENTER - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 40-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BATISTELLA DOS SANTOS E MAGNANI FILHO LT - CPF/CNPJ: 05.760.439/0001-36 End: AV. ALBERT SABIN, QUADRA 06, LOTE 12, LOTEAM. ATIVA SAUDE CENTER - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 41-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BATISTELLA DOS SANTOS E MAGNANI FILHO LT - CPF/CNPJ: 05.760.439/0001-36 End: AV. ALBERT SABIN, QUADRA 06, LOTE 13, LOTEAM. ATIVA SAUDE CENTER - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 43-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BATISTELLA DOS SANTOS E MAGNANI FILHO LT - CPF/CNPJ: 05.760.439/0001-36 End: AV. ALEXANDER FLEMING, QD. 07, LT. 07, LOTEAM. ATIVA SAUDE CENTER - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 45-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BENEDITA PEREIRA DA COSTA - CPF/CNPJ: 395.838.991-00 End: RUA DOS EUCALIPTOS, 1485, ZONA 10, JARDIM IMPERIAL - SINOP-MT - CEP: 78555-070
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 47-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BENEDITO ELIAS DE FIGUEIREDO - CPF/CNPJ: 207.049.841-72 End: RUA DOS PACARIS, 806, JARDIM DAS AZALEIAS - SINOP-MT - CEP: 78552-640
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 48-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BENHUR ALBERTO GULGIELMIN - CPF/CNPJ: 630.297.401-10 End: RUA JOAO PIO FERREIRA, 519, JARDIM DAS ACACIAS - SINOP-MT - CEP: 78553-255
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 52-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BENJAMIN MARQUES DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 353.589.391-72 End: RUA GIULIANA, QUADRA 37, LOTE 02/13-M, RESID. FLORENCA - SINOP-MT - CEP: 78555-382
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 54-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BERNARDO GOMES DA SILVA - CPF/CNPJ: 12.236.719/0001-05 End: RUA ADRIANA, 85, JARDIM DAS AZALEIAS - SINOP-MT - CEP: 78552-604
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 56-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BERNARDO GOMES DA SILVA - CPF/CNPJ: 12.236.719/0001-05 End: RUA ADRIANA, 71, JARDIM DAS AZALEIAS - SINOP-MT - CEP: 78552-604
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 58-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BRUNO ARTIGAS SOTOLANI - CPF/CNPJ: 045.199.281-41 End: AV. ANDRE ANTONIO MAGGI, 2454, JARDIM DAS AZALEIAS - SINOP-MT - CEP: 78552-664
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 59-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: BRUNO EUZEBIO CODIGNOLA AMARAL - CPF/CNPJ: 008.840.361-03 End: RUA JOAO DE BARRO, NR 612, JD DAS NAÇOES III - SINOP-MT - CEP: 78556-416
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Ausente ás 13:14 horas
Proto e Data Apres.: 1-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CARLA DENISE REGENER PAVAN - CPF/CNPJ: 968.821.669-00 End: RUA DAS JAQUEIRAS, NR 814, JD CELESTE - SINOP-MT - CEP: 78556-640
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Ausente ás 16:15 horas
Proto e Data Apres.: 5-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS FERREIRA - CPF/CNPJ: 314.471.631-68 End: RUA HATSUE SAKAGUSHI, NR 530, JD DAS ACACIAS - SINOP-MT - CEP: 78553-285
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 7-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CARLOS ALBERTO TEICHEIRA TURRA - CPF/CNPJ: 604.536.301-97 End: RUA DAS JURITIS, NR 470, RES. NS. SR. APARECIDA - SINOP-MT - CEP: 78556-344
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Ausente ás 13:40 horas
Proto e Data Apres.: 11-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CARLOS DUENHA PAULINO - CPF/CNPJ: 945.556.561-72 End: AV. IPANEMA , LOT. 02 A , QD. 02, RES. IPANEMA - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 18-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CARLOS JOSE DA COSTA - CPF/CNPJ: 943.001.601-63 End: RUA NICOLAU FLESSAK, NR 1305, RES. DELTA - SINOP-MT - CEP: 78555-166
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 21-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CARLOS SOARES DA SILVA - CPF/CNPJ: 951.771.911-68 End: RUA ELISA BORTOLOSO LUCIANO, NR 4195, RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-008
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 27-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CARMELINDA RECH ERD - CPF/CNPJ: 332.432.559-53 End: RUA PIRAMBOIA, NR 75, CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-272
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 29-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CASSIA ANDREA CREMONEZ - CPF/CNPJ: 004.238.009-06 End: RUA ESPANHA, NR 44, JD EUROPA - SINOP-MT - CEP: 78555-216
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 32-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CASSIA CRISTIANI PINHEIRO SILVA - CPF/CNPJ: 386.023.342-49 End: RUA ROMA, NR 1020, JD ITALIA II - SINOP-MT - CEP: 78555-370
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 34-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CASSIANE DA SILVA SCHUNCK - CPF/CNPJ: 078.722.829-09 End: RUA LONDRES, NR 320, JD PEQUENA LONDRES - SINOP-MT - CEP: 78557-894
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 37-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CC TELECOMUNICACOES E ELETRICIDADE LTDA - CPF/CNPJ: 36.961.597/0001-88 End: RUA VALDIR DOERNER, NR 921, DIST. INDUSTRIAL - SINOP-MT - CEP: 78557-521
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido

Proto e Data Apres.: 2-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CC TELECOMUNICACOES E ELETRICIDADE LTDA - CPF/CNPJ: 36.961.597/0001-88 End: RUA VALDIR DOERNER, NR 941, DIST. INDUSTRIAL - SINOP-MT - CEP: 78557-521
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido
Proto e Data Apres.: 3-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CECILIA WRZECIONEK SILVEIRA - CPF/CNPJ: 768.874.729-53 End: RUA DOS COQUEIROS, NR 1000, JD BOTANICO - SINOP-MT - CEP: 78556-080
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido
Proto e Data Apres.: 39-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CEMAT CENTRAIS ELETR. MATOGROSSENSES - CPF/CNPJ: 03.467.321/0001-99 End: RUA DIRSON JOSE MARTINI, QUADRA 62, LOTE 999 - ST. INDUSTRIAL - SINOP-MT - CEP: 78557-060
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente
Proto e Data Apres.: 42-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CEMAT CENTRAIS ELETR. MATOGROSSENSES - CPF/CNPJ: 03.467.321/0001-99 End: ROD. BR 163, QD. 585, LT. 02, CHAC. - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 49-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CEMAT CENTRAIS ELETR. MATOGROSSENSES - CPF/CNPJ: 03.467.321/0001-99 End: EST. ANGELA, QD 123, LT. 34, LOT. ALTO DA GLORIA III - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 50-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CHARLES AUGUSTO DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 840.471.191-72 End: RUA RIBEIRAO CURUPY, NR 40, RES. IPIRANGA - SINOP-MT - CEP: 78557-801
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 51-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CHARLES TENUTTI - CPF/CNPJ: 857.990.171-53 End: RUA ALCIDES FAGANELO, NR 4274, RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-010
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 53-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CICERA RAMOS - CPF/CNPJ: 870.816.521-15 End: RUA RIBEIRAO ROQUETE, NR 619, JD PEQUENA LONDRES - SINOP-MT - CEP: 78557-888
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 55-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CICERO DE OLIVEIRA SOUZA - CPF/CNPJ: 770.217.891-49 End: RUA PROJETADA C, NR 76, RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-020
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 57-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CIRÇO MOISES BARBARAS - CPF/CNPJ: 338.477.541-49 End: RUA SANTA PAULINA N 2915 RES. SAO FRANCISCO - SINOP-MT - CEP: 78559-123
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 4-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAIR KAUFMANN - CPF/CNPJ: 427.707.699-87 End: RUA DAS MANGERONAS, N 266 - JARDIM PARAISO - SINOP-MT - CEP: 78556-188
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 8-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDEMIR LEONI TEODORO - CPF/CNPJ: 551.745.581-68 End: RUA INDIANAPOLIS, N 175 - JD. IBIRAPUERA - SINOP-MT - CEP: 78556-798
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 16-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDEMIR PAULO DE OLIVEIRA SILVA - CPF/CNPJ: 655.837.520-68 End: AVENIDA MARINGA, 296 LOTE 14-A - JARDIM TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-557
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 19-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDETE BEZERRA DA SILVA - CPF/CNPJ: 872.826.071-68 End: RUA CHAPECO, N 472, JARDIM TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-551
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 22-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDETE LIELL - CPF/CNPJ: 029.164.421-03 End: RUA ELISA BORTOLOSO LUCIANO N. 4156 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-008

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 24-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDIA DE OLIVEIRA BRAZ - CPF/CNPJ: 036.837.429-76 End: RUA PROJETADA G N. 166 - DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-026
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 31-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDINEI ANDRE HERPICH - CPF/CNPJ: 003.946.511-03 End: AV. DAS AGUIAS, N. 676 LOTE 23-A - MARIA VINDILINA - SINOP-MT - CEP: 78553-021
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Ausente ás 14:15 horas
Proto e Data Apres.: 35-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDINEI LOPES RODRIGUES - CPF/CNPJ: 519.390.881-00 End: AV. SENADOR JONAS PINHEIRO N 459 - PARQUE DAS ARARAS - SINOP-MT - CEP: 78550-492
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 44-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDINEI LOPES RODRIGUES - CPF/CNPJ: 519.390.881-00 End: AV. SENADOR JONAS PINHEIRO N 475 - PARQUE DAS ARARAS - SINOP-MT - CEP: 78550-492
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 63-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDINEI LOPES RODRIGUES - CPF/CNPJ: 519.390.881-00 End: RUA TARAIRA, NR 145, CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-251
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 65-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDINEI RODRIGUES DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 032.470.461-51 End: RUA PROJETADA G, NR 26, RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-026
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 68-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLAUDINEY PEREIRA DE SOUZA - CPF/CNPJ: 808.208.081-72 End: RUA PROJETADA I, NR 165, RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-030
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 74-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLECIANE BACK - CPF/CNPJ: 862.585.671-34 End: RUA ROMA, 1033, JARDIM ITALIA II - SINOP-MT - CEP: 78555-370
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 62-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLEIDE DE SOUZA SANTOS - CPF/CNPJ: 875.053.551-04 End: RUA LONDRES, 724, JARDIM PEQUENA LONDRES - SINOP-MT - CEP: 78557-894
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 64-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLEIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 715.931.952-49 End: RUA DAS DOMBEIAS, 829, ZONA 04, JARDIM DAS OLIVEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-349
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 66-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLEISSON EURIPEDES SOARES - CPF/CNPJ: 980.695.511-00 End: RUA RIO NEGRO, 749, JD. MARIA VINDILINA II - SINOP-MT - CEP: 78553-051
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 67-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLEITON BEZERRA RIBEIRO - CPF/CNPJ: 032.911.961-39 End: VIEL VIELA DOIS IRMÃO, N. 2850, LOTE 01-E, LOTEAM. BOM JARDIM - SINOP-MT - CEP: 78559-018
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 69-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLEONICE ROSA DE SOUZA - CPF/CNPJ: 047.915.001-05 End: RUA ITALIA, 234, JARDIM EUROPA - SINOP-MT - CEP: 78555-218
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado
Proto e Data Apres.: 70-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CLEVERSON DONIZETE TORRES - CPF/CNPJ: 019.641.621-30 End: RUA PROJETADA I, 135, RESID. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-030
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 71-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: CONSTRUTORA ABUSSAFE LTDA - CPF/CNPJ: 76.261.171/0001-36 End: RUA FLAMBOYANTS, QD. 01, LOTE 20, RESIDENCIAL FLAMBOYANTS - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 73-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: COOP. CENTRAL DE CREDITO DE MT LTDA - CPF/CNPJ: 33.667.205/0001-84 End: TRAV DEOMIRO MARCA, 446, LOTEAMENTO ALTO DA GLORIA - SINOP-MT - CEP: 78558-367
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 75-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: COOP. CENTRAL DE CREDITO DE MT LTDA - CPF/CNPJ: 33.667.205/0001-84 End: TRAV DEOMIRO MARCA, 532, LOTE 33-D, LOTEAMENTO ALTO DA GLORIA - SINOP-MT - CEP: 78558-364
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 76-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: COOP. CENTRAL DE CREDITO DE MT LTDA - CPF/CNPJ: 33.667.205/0001-84 End: TRAV DEOMIRO MARCA, 583, LOTEAMENTO ALTO DA GLORIA - SINOP-MT - CEP: 78558-364
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 77-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: COOP. CENTRAL DE CREDITO DE MT LTDA - CPF/CNPJ: 33.667.205/0001-84 End: RUA PARANA, 1333, LOTEAMENTO ALTO DA GLORIA II - SINOP-MT - CEP: 78558-487
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 78-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: JOSE GERALDO FAVALESSO - CPF/CNPJ: 208.874.691-91 End: RUA ELIS REGINA, QUADRA 30, LOTE 13, AQUARELA BRASIL RESIDENCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 79-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: JOSE GERALDO FAVALESSO - CPF/CNPJ: 208.874.691-91 End: RUA ELIS REGINA, QUADRA 30, LOTE 14, AQUARELA BRASIL RESIDENCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 80-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

Devedor: SGARBI & CIA LTDA ME - CPF/CNPJ: 00.597.295/0001-25 End: RUA 01, 699, LOTEAMENTO ALTO DA GLORIA III - SINOP-MT - CEP: 78550-000
Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014 - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-2014
Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar
Proto e Data Apres.: 72-27/05/2014- Ultimo dia Pagto: 02/06/2014
Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Os Devedores acima relacionados deverão comparecer a Rua das Aroeiras, 630 - Centro - Sinop - MT, a fim de efetuar o pagamento ou alegar as razões por que não o fazem, no prazo a contar da data da publicação deste, no Diário Eletrônico Municipal - AMM - Assiação Matogrossense dos Municíos, desta Cidade, conforme determinação da CNGJ/MT, Capitulo 5, Seção 5, item 5.5.1.1.

Sinop - MT, 29 de maio de 2014.

Oficial

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:83ACB200

PREFEITURA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade da notificação pessoal ou via postal, vem notificar o autuado abaixo relacionado, por infringir o Art. 103 que dispõe *"É proibida a queima em qualquer local de quaisquer materiais, seja lixo, vegetação ou outros em geral, que cause poluição atmosférica ou perda da Biodiversidade"* e Art. 104 que dispõe *"é proibido o uso de fogo em área agropastoril, de floresta ou regeneração natural sem licença da autoridade competente"*, ***para pagar a multa no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação deste ou para apresentar recurso da decisão administrativa proferida em primeira instância****, no prazo de 20 dias, a contar desta publicação, conforme dispõe os Artigos 97, 174 IV, 186, 187 e 188 da Lei Complementa 075/2012 – Código Municipal de Meio Ambiente de Sinop. O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará a sua inscrição na divida ativa do município para cobrança judicial, na forma da legislação pertinente, Art. 192, § 3º da Lei Complementar 075/2012* – Código Municipal de Meio Ambiente de Sinop.

PROCESSO Nº	AUTUADO	CPF	AUTO DE INFRAÇÃO nº	VALOR R$
0118/2013	**LEONEL SACONI**	**023.547.309-00**	**1724/2013**	**3.247,56**

Sinop, Maio de 2014.

ROSIMARI CRISTINA RIBEIRO FERRI
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:207B78BB

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 318/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) TARCILA LOPES CANABARRO."

A **Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **TARCILA LOPES CANABARRO**, efetivo(a) no cargo de Prof. Lic. em Pedagogia 20hs, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 01/05/2014 e término em 30/05/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.05730P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 08/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiv***a*** do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:ADA513B1

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 319/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra.* BIAFRA SILVA DE SOUZA.*"*

A Diretor (a)Executivo do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **BIAFRA SILVA DE SOUZA**, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 23/04/2014 e término em 20/08/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.08.07794P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 08/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:59C56E7C

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 320/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. ROSIMAR ANDRADE DA SILVA.*"*

A Diretor (a)Executivo do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **ROSIMAR ANDRADE DA SILVA**, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 23/04/2014 e término em 20/08/2014 conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.08.07799P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 08/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:48D99F60

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 321/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. DANIELA IENNY.*"*

A Diretor (a)Executivo do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **DANIELA IENNY**, efetiva no cargo de Psicólogo, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 06/05/2014 e término em 02/09/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.08.07818P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 08/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:AE7CB396

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 326/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. LUZIA DOS SANTOS FERNANDES.*"*

A Diretor (a)Executivo do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **LUZIA DOS SANTOS FERNANDES**, efetiva no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, com vencimentos

integrais, a partir de 12/05/2014 e término em 08/09/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.08.08830P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 13/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:E628D96B

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 328/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) NEIVA SALETE FONTANA ZANCO*."*

A Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **NEIVA SALETE FONTANA ZANCO**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS,Clas. C, nível: 03, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 23/05/2014 e término em 29/05/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.07800P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 14/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previsinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:A897C527

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 329/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) NEIVA SALETE FONTANA ZANCO*."*

A Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **NEIVA SALETE FONTANA ZANCO**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, Class. C, NIvel "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 23/05/2014 e término em 29/05/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.07801P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 14/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:E892B11E

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 313/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ROSILDA DE CARVALHO ALMEIDA*."*

A Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ROSILDA DE CARVALHO ALMEIDA**, efetivo(a) no cargo de Auxiliar de Nutrição, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 04/05/2014 e término em 17/06/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.00659R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 07/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiv***a*** do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:EACDA00B

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 312/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ADRIANA MONSCHAU DA ROSA*."*

A Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ADRIANA MONSCHAU DA ROSA**, efetivo(a) no cargo de Prof. Lic. em Letras 30hs lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 01/05/2014 e término em 19/07/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.00344R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 07/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:7291182E

PREVI SINOP
PORTARIA N.º337/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) SULEIDE MARQUES DE SOUZA.*"*

A Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **SULEIDE MARQUES DE SOUZA**, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE SEGURANÇA NO TRABALHO, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 07/05/2014 e término em 03/09/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.00266R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 16/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:560FF3F4

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 322/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) **LUIZ FELIPE**."

A Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **LUIZ FELIPE**, efetivo(a) no cargo de Operário Braçal, lotado(a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 15/05/2014 e término em 31/07/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.00360R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 09/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:F8EBA7CC

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 316/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JURANDIR RUFINO.*"*

A Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **JURANDIR RUFINO**, efetivo(a) no cargo de Operário Braçal, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 16/05/2014 e término em 14/06/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.06765P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 08/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora ExecutivA do Previsinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:0DFAFDA7

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 327/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a)* MARLENE RIBEIRO PERON.*"*

A Diretor (a)Executivo (a)do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARLENE RIBEIRO PERON**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 02/05/2014 e término em 30/06/2014, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2014.05.07781P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 13/05/2014.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previsinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:DCCEC65A

PREVI SINOP
PORTARIA Nº 013/2014 - ADM

DATA: 29 de maio de 2014

SÚMULA: Retifica termos da Portaria nº. 340/2013, de 17 de julho de 2013.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO PREVISINOP – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º. Retificar termos da Portaria nº. 340/2013, de 17 de julho de 2013.

Onde se lê:
Art. 1º. Nomeia ROSEMIRO GOLJEWSKI para exercer o cargo comissionado denominado Coordenador de Benefícios, Referencia CC-10-A, que compreende o exercício das funções de Assistente Social do PreviSinop/MT, com início na data de 17 de Julho de 2013.

Leia-se:
Art. 1º. Nomeia ROSEMIRO GOLIJEWSKI para exercer o cargo comissionado denominado Coordenador de Benefícios, Referencia CC-10-A, com início na data de 17 de Julho de 2013.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicidade, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 29 de maio de 2014.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:D3C8C0D6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2014

O Município de Sorriso – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para o conhecimento dos interessados, que o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2014 cujo objeto: "Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais que serão utilizados na execução da obra de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais na Rua São José, Turmalinas, readequação da Rua Lions Clube, Perimetral Nordeste e Ampliação de Área de Recuo da Pista e Ligação até o pátio de Manobras do Aeroporto Municipal de Sorriso (MT)", que as empresas: **DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO S/A**, CNPJ N.º 26.917.005/001-77 e **BARBOSA E GUEDES LTDA - EPP**, CNPJ N.º 10.976.898/0001-91; foram INABILITADAS, possuindo o prazo de 8 dias úteis, a partir da data desta publicação, para apresentação de nova documentação. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira Prefeitura de Sorriso – MT

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:9A77D4F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2014

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através da Pregoeira, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi única vencedora a empresa: **RESTAURANTE TRAMONTANA GRIL LTDA ME, CNPJ N.º 06.263.272/0001-60**, Item 7 e 8; Valor Total de R$ 80.000,00.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:20794645

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF - ANEXO I (LRF, ART. 55, INCISO I ALINEA "A")

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Maio/2013 a Abril/2014		
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.851.062,15	
Pessoal Ativo	27.851.062,15	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.851.062,15	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		27.851.062,15
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		61.498.720,53
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		45,29
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00 %		
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 0,00 %		
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO		

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:D32EA01F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF, ART 55, INCISO I, ALÍNEA "B" - ANEXO II

CNPJ: 03239076000162				
Avenida Porto Alegre - 0002525 - Centro				
Telefone 06635454700				
Relatório de Gestão Fiscal				
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida				
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
Quadrimestral - 01/2014 à 04/2014				
LRF, Art 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.795.981,04	2.491.887,22	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	2.795.981,04	2.491.887,22	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.663.818,96	12.227.860,76	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.681.540,60	12.343.633,41	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.017.721,64	115.772,65	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.867.837,92	-9.735.973,54	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	61.498.720,53	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	4,05	0,00	0,00

% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	-15,83	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	2.090.233,76	948.952,21	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.756.454,02	393.854,55	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:021810B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF - ANEXO III (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º)

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Quadrimestral - Janeiro a Abril de 2014				
RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		61.498.720,53		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL % CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO				
Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.				

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:048E5CD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF - ANEXO IV (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "D" E INCISO III ALÍNEA "C")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Segundo Quadrimestre - Maio à Agosto de 2014		
RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre(a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	61.498.720,50	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO		
Nota: ¹ Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.		

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:A5C94EDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF, ART . 55, INCISO III, ALÍNEA "A" - ANEXO V

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL DE 2014			
LRF, art . 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V			R$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DE CAIXA LÍQUIDA (b)	DISPONIBILIDADE (c) = (a - b)
0000000000 - Fonte não Cadastrada	133.741,21	4.395,42	129.345,79
0000000999 - Fonte não Cadastrada	9.235,69	0,00	9.235,69
0100000000 - Recursos Ordinários	2.534.503,11	505.231,78	2.029.271,33
0101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	1.061.976,10	0,00	1.061.976,10
0102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.022.350,51	0,00	1.022.350,51

0104000000 - Contribuição ao Programa Ensino Fundamental	1.221,91	0,00	1.221,91
0115000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do	96.047,32	0,00	96.047,32
Desenvolvimento da Educacao - FNDE			
0117000000 - Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP	1.373.105,62	0,00	1.373.105,62
0200000000 -	152.270,70	0,00	152.270,70
0204000000 - Contribuicao ao Programa Ensino Fundamental	94.120,50	0,00	94.120,50
0212000000 - Servicos de Saude	59.136,62	0,00	59.136,62
0214000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	1.746.903,07	0,00	1.746.903,07
0215000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FNDE	112.790,52	0,00	112.790,52
0218000000 - Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remuneracao dos profissionais do Magisterio em efetivo exer	762.754,18	0,00	762.754,18
0222000000 - Transferencias de Convenios - Educacao	8.689,62	0,00	8.689,62
0223000000 - Transferencias de Convenios - Saude	325.684,22	0,00	325.684,22
0224000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao	3.815.265,37	0,00	3.815.265,37
relacionados a educacao/saude/assistencia social)			
2216000000 - Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE	-17.210,65	0,00	-17.210,65
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	13.292.585,62	509.627,20	12.782.958,42
TOTAL (III) = (I + II)	13.292.585,62	509.627,20	12.782.958,42
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:44433837

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF, ART . 55, INCISO III, ALÍNEA "B" - ANEXO VI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL					
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
Janeiro à Abril / 2014					
LRF, art . 55, Inciso III, alínea "b" - Anexo VI					R$ 1,00
ORGAO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
FUNDO MUNICIPAL DE	34.469,84	765.781,39	50.585,45	7.180.051,55	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	7.335,20	4.333,03	123.615,22	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	555,00	0,00	0,00	5.383,45	0,00
SEC MUNICIPAL DE DESENVOL. RURAL E MEIO AMBIENTE	2.523,52	70.402,18	92.497,97	567.006,67	0,00
SEC MUNICIPAL DE OBRAS,E SERVIÇO PUBLICOS	32.250,00	677.552,25	67.716,54	4.607.142,25	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO	0,00	24.047,40	1.798,19	498.839,03	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL	0,00	38.780,88	11.518,00	188.941,04	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE	0,00	102.447,56	33.748,76	287.230,22	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	82,00	38.651,78	26.102,02	801.196,70	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	61.603,40	78.310,54	42.642,60	1.332.560,01	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	3.968,50	796.017,05	34.317,10	10.255.313,27	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	0,00	108.619,21	21.548,16	313.441,99	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	260,39	28.889,40	507,74	3.037.122,07	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	53.967,50	3.925,07	400.414,65	0,00
SECRETARIA	60,00	33.805,74	2.613,92	87.390,23	0,00
MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO					
TOTAL	135.772,65	2.824.608,08	393.854,55	29.685.648,35	0,00
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)					12.782.958,42

FONTE	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
000-Fonte não Cadastrada	0,00	0,00	4.395,42	0,00	0,00
000-Operacoes de Credito Internas	0,00	9.370,20	0,00	514.290,53	0,00
000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Imposto	0,00	303.533,88	0,00	3.085.313,06	0,00
000-Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	0,00	822.014,75	0,00	4.539.171,95	0,00
000-Recursos Ordinários	135.772,65	1.398.508,00	389.459,13	14.839.028,29	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Ass	0,00	6.444,90	0,00	37.465,34	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Des	0,00	410,38	0,00	12.159,27	0,00
000-Transferencias de Convenios - Educacao	0,00	1.656,20	0,00	3.460.183,68	0,00
000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacion	0,00	234.953,03	0,00	253.567,79	0,00
000-Transferencias de Convenios - Saude	0,00	44.270,09	0,00	1.096.784,72	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao em outras de	0,00	3.011,08	0,00	1.036.805,74	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remunerac	0,00	435,57	0,00	810.877,98	0,00
TOTAL	135.772,65	2.824.608,08	393.854,55	29.685.648,35	0,00
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)					12.782.958,42

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:E34288A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF, ART. 48 - ANEXO VII

PODER EXECUTIVO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATE O 1 QUADRIMESTRE DE 2014		
LRF, art. 48 - ANEXO VII		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	27.851.062,15	45,28 %
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00%		0,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,00%		0,00 %
DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-9.735.973,54	-15,83 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)		12.782.958,42
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO		

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:7F907C3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO - ANEXO XVI(ADCT, ART. 77)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
JANEIRO A ABRIL/2014				
RREO - ANEXO XVI(ADCT, art. 77)				R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)				
Impostos				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Divida Ativa dos Impostos				
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais				
Da Uniao				
Do Estado				
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)				
Da Uniao para o Municipio				
Do Estado para o Municipio				
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS				
(-) DEDUCAO PARA O FUNDEB				
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal e Encargos Sociais				
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos				
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)				
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (e)	% (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)				100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE				
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS				
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos				
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)				100,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2014 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE DAÚDE (VII)	67.729,21	0,00
PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 0,00% ** [(VI - VII f) / I]		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (g)	% (g/total g)
Atencao Basica				
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial				
Suporte Profilatico e Terapeutico				
Vigilancia Sanitaria				
Vigilancia Epidemiologica				
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes				
TOTAL				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

[2] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:89571C2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO - ANEXO VII (LRF, ART. 53, INCISO III)

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SORRISO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARCO-ABRIL				
RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III)				R$ 1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	172.937.450,00	28.730.893,46	61.257.925,44	
Receitas Tributarias	40.286.000,00	5.119.528,65	10.592.928,56	
IPTU	6.000.000,00	50.669,84	131.580,93	
ISS	20.800.000,00	3.125.577,35	6.380.905,27	
ITBI	4.500.000,00	806.277,34	1.412.903,27	
IRRF	4.500.000,00	703.053,81	1.300.655,50	
Outras Receitas Tributarias	4.486.000,00	433.950,31	1.366.883,59	
Receitas de Contribuicoes	3.500.000,00	518.322,82	1.210.227,66	
Receitas Previdenciarias				
Outras Receitas de Contribuicoes	3.500.000,00	518.322,82	1.210.227,66	
Receita Patrimonial Liquida				
Receita Patrimonial	650.000,00	130.283,54	240.795,09	
(-) Aplicacoes Financeiras	650.000,00	130.283,54	240.795,09	
Transferencias Correntes	126.531.150,00	22.718.435,29	48.708.364,21	
FPM	23.000.000,00	3.791.020,15	8.868.110,52	
ICMS	55.000.000,00	10.065.722,57	19.717.734,43	
Convenios	550.000,00	179.949,68	341.735,94	
Outras Transferencias Correntes	47.981.150,00	8.681.742,89	19.780.783,32	
Demais Receitas Correntes	2.620.300,00	374.606,70	746.405,01	
Divida Ativa	1.242.000,00	143.919,54	335.811,48	
Diversas Receitas Correntes	1.378.300,00	230.687,16	410.593,53	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	31.412.550,00		269.643,77	
Operacoes de Credito (III)	200.000,00			
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)	250.000,00			
Transferencias de Capital	30.962.550,00		269.643,77	
Convenios	30.962.550,00		269.643,77	
Outras Transferencias de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	30.962.550,00		269.643,77	
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	203.900.000,00	28.730.893,46	61.527.569,21	
DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	153.019.994,00	29.566.033,49	71.121.657,54	
Pessoal e Encargos Sociais	72.292.890,00	14.640.756,57	31.029.451,42	
Juros e Encargos da Divida (IX)	40.000,00		9.658,56	
Outras Despesas Correntes	80.687.104,00	14.925.276,92	40.082.547,56	
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	152.979.994,00	29.566.033,49	71.111.998,98	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	51.880.006,00	1.692.987,46	10.732.930,52	
Investimentos	50.965.000,00	1.692.987,46	9.887.723,00	
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)	915.006,00		845.207,52	
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	50.965.000,00	1.692.987,46	9.887.723,00	
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	100.000,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	204.044.994,00	31.259.020,95	80.999.721,98	
RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-144.994,00	-2.528.127,49	-19.472.152,77	
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES				
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA				0,00

DILCEU ROSSATTO
Prefeito

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora/ CRC-MT 0052520/MT

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:A5DFCFCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF, ART. 48 - ANEXO XVIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
JANEIRO A ABRIL de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII		R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		205.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita		205.000.000,00
Receitas Atualizadas	28.861.177,00	61.768.364,30
Déficit Orçamentário		
Saldos de Exercícios Anteriores		
Despesas		
Dotação Inicial		197.489.500,00
Créditos Adicionais		
Dotação Atualizada		197.489.500,00
Despesas Empenhadas	31.229.097,87	81.854.588,06
Despesas Liquidadas	27.538.587,86	52.159.758,93
Superávit Orçamentário		9.608.605,37
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	31.229.097,87	81.854.588,06
Despesas Liquidadas	27.538.587,86	52.159.758,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida		61.498.720,53
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (IV) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-12.603.811,46		0,00%
Resultado Primário		-19.472.152,77		0,00%
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.017.721,64		914.239,50	103.482,14
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.756.454,02	138.209,37	2.212.099,59	406.145,06
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	3.774.175,66	138.209,37	3.126.339,09	509.627,20

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Min. Anual de 25% das Imp. na Manut. e Desenv do Ens.	-12.219.330,95	25,00	-24,39
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.		60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre		Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito		0,00	200.000,00
Despesa de Capital Líquida		2.699.843,40	48.660.162,60
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre		Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			250.000,00
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos			
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE		
Total das Despesas / RCL (%)			

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:4F24AED2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO – ANEXO XIV(LRF, ART. 53, § 1º, INCISO III)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL 2014			
RREO – ANEXO XIV(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a – b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	250.000,00		250.000,00
AlienaÇÒo de Bens Móveis	200.000,00		200.000,00
AlienaÇÒo de Bens Imóveis	50.000,00		50.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d – (e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE				
ATIVOS (II)				
Despesas de Capital				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i) = (Ib – (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6FA89866

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO – ANEXO XI (LRF, ART.53, § 1º, INCISO I)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE JANEIRO-ABRIL			
RREO – ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	200.000,00		200.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	51.880.006,00	2.699.843,40		49.180.162,60
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	51.880.006,00	2.699.843,40		49.180.162,60
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO(III) = (I - II)	-51.680.006,00	-2.699.843,40		-48.980.162,60
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO				
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não				
liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência,				
as despesas executadas estão segregadas em:				
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;				
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.				

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:CFEBE0C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO – ANEXO VI (LRF, ART 53, INCISO III)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARCO-ABRIL			
RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1,00
Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2013(a)	Em 28/FEV/2014 (b)	Em 30/ABR/2014 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	2.795.981,04	2.641.242,77	2.491.887,22
DEDUCOES (II)	5.663.818,96	10.952.692,04	12.227.860,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.681.540,60	11.144.802,05	12.343.633,41
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	1.017.721,64	192.110,01	115.772,65
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-2.867.837,92	-8.311.449,27	-9.735.973,54
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.867.837,92	-8.311.449,27	-9.735.973,54
Resultado Nominal		Período de Referência	
		No Bimestre (c-b) Até o	Bimestre (c-a)
VALOR		-1.424.524,27	-6.868.135,62
Discriminação da Meta Fiscal			Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA ³			0,00
Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2013(a)	Em 28/FEV/2014 (b)	Em 30/ABR/2014 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO			

DILCEU ROSSATTO
Prefeito

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora/ CRC-MT 0052520/MT

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:B9374E82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, convida toda a População Sorrisense para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que realizar-se-á no dia 03 de junho de 2.014, as 19:00h, no Plenário da **Câmara Municipal de Sorriso**, em cumprimento as disposições da Lei Complementar 101/2000 e da Lei Complementar 131/2009.

A Audiência terá como objetivo o seguinte assunto:

- DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2014, CONFORME ART. 9º § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Sorriso - MT, 26 de Maio de 2.014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:B46AAE6A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA-MT
RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONVITE N° 07/2014
TIPO: MENOR PREÇO.
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tabaporã–MT, torna público aos interessados que o processo licitatório Convite n° 07/2014, cujo objeto é Contratar empresa para prestar serviços com show musical, palco, som e iluminação, para o festival de musica gospel que acontecerá nos dias 30 e 31/05/2014 no Município de Tabaporã-MT. Cuja abertura se deu às 09.00 horas do dia 29/05/2014, e sagrou-se vencedora do certame a empresa. **J. A. CASTILHO-ME,** inscrita no CNPJ nº 13.028.292/0001-12, com a proposta no valor global de **R$ 30.000,00.**

Tabapora - MT, 29 de Maio de 2014.

HANNA PAULA LUDKE
Presidente da Cpl

PERCIVAL CARDOSO NOBREA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Batista da Mota
Código Identificador:EF9C65B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 301/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO do Senhor **MARCELO DA SILVA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.167.006-1 SJ/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 872.437.251.04, servidor estável, admitido em 08/05/2000, no cargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** com matricula no RH nº. 105, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da **Classe**

C – Nível 13 para perceber na Classe C – Nível 14, correspondente ao valor de R$: 1.707,56 (Um Mil, Setecentos e Sete Reais, Cinqüenta e Seis Centavos), *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 08 de Abril de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:E07D5FA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 302/2014

CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,
RESOLVE:

Artigo 1º *- Convocar os candidatos abaixo relacionado, aprovados no Processo seletivo Simplificado 001/2014, realizado no período de 10/03/2014 a 05/05/2014, para comparecerem no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2014, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.*

ORIGINAIS E CÓPIA:
· ***01 foto 3x4;***
· ***Apresentar comprovante de exame de Sanidade Física e Mental, que deverá ser realizado em qualquer Unidade de Saúde Publica do Município (Documento Original);***
· ***Declaração de bens e valores;***
· ***Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos;***
· ***Apresentar número de Conta Corrente, Poupança ou Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).***
FOTOCÓPIAS: - (01 via de cada)
· *Cédula de Identidade/RG;*
· *Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;*
· *Certidão de Nascimento ou Casamento;*
· *RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);*
· *Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;*
· *Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;*
· *Declaração de matricula dos filhos até 14 anos.*
· *Carteira Nacional de Habilitação;*
· *Título de Eleitor;*
· *Último comprovante de votação;*
· *Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);*
· *Pasep ou Pis;*
· *CTPS – Carteira de Trabalho*
· *Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;*
· *Comprovante de residência.*

CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	PROFESSOR SUBSTITUTO – Licenciatura Plena em Pedagogia Localidade: Sede – Tabaporã
008	ANA PAULA MOURA FERREIRA DA SILVA

INSCRIÇÃO	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL Localidade: Sede – Tabaporã
006	AMANDA BEZERRA

INSCRIÇÃO	PROFESSOR–Licenciatura Plena em Pedagogia Pedagogia/Magistério e/ou Leigo Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã
633	CLAUDINEIA LUCIO DE FREITAS
628	DENILSON SAUER
620	NAFTALI DE PAULA
614	ISABEL RODRIGUES

INSCRIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã
615	VIVIANE DURE GWIAZDECKI

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.
Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:2B53221E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 303/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 12*/05/2014, com término em 10/06/2014, *referente ao período aquisitivo de 15/05/2012 à 14/05/2013*, a servidora ***VIVIAN ALVES DO NASCIMENTO MARQUES,*** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.833.959-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 016.819.211.03, servidora com matricula no RH nº. 1004, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:9A7A50A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 304/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** da Servidora **ELIZANGELA CALADO MENDES FERREIRA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 35.056.263-5 SSP/SP e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº.

975.490.611.49, servidora estável, admitida em 30/04/1999, no cargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 31, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 2,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 2, correspondente ao valor de R$: 2.291,85 (Dois Mil, Duzentos e Noventa e Um Reais, Oitenta e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 836/2011, Art. 45, caput e §2º, combinado com Art. 76, § 1º e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal*.
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:F93A700B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 305/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO do Servidor **AVELINO BARBOSA DO AMARAL,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.809.071-2 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 464.860.629.91, servidor estável, admitido em 19/04/1999, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Vigilância não Profissionalizante**, com matricula no RH nº. 08, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 1,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 1, correspondente ao valor de R$: 961,01 (Novecentos e Sessenta e Um Reais, Um Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 836/2011, Art. 45, caput e §2º, combinado com Art. 76, § 1º e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal*.
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:BB50F3FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 306/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **ADAIR JOSE SCHNEIDER**, Secretário Municipal de Educação e Cultura, portador da Carteira de Identidade RG nº. 50.584.422.85 SSP/RS e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 899.383.990.53, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 48/2014**, de **EDULAB COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, representada pela senhora **Ivone Borba**, o presente contrato tem por objeto a aquisição de BRINQUEDOS para atender as necessidades de solicitação de adesão de entidades municipais, estaduais, federais e do DF, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:1B1D8877

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 307/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **MARLENI TREUHERZ GIROTO**, Funcionária Pública Comissionada no cargo de Assessora Especial, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 146.111 SSP/MT e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 116.647.890.49, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
49/2014	Franciely Silva Lima Alves de Souza	Professora
58/2014	Ana Paula Moura Ferreira da Silva	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Moacir Semensato"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 12/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:54D4E8A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 308/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **SELOI TEREZINHA WELTER**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 27/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.363.640-5 SSP/MT e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 430.074.731.87, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
50/2014	José Geraldo Coutinho de Andrade	Professor

51/2014	Luciana Maria Cassiano	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Menino Jesus"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 12/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:FFFD029D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 309/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **LUCIA TELES PINTOR**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 27/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 33.691.441-6 SSP/SP e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 307.092.048.92, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
52/2014	Rosecléia de Oliveira Guilheim Schelles	Técnico de Desenvolvimento Infantil

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Infantil e Fraternidade "Maria Romana Gava Baesso"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 12/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:EE2F62C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 310/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ANILTON DA SILVA PEREIRA**, Funcionário Público efetivo no cargo de Professor, designado como ***Diretor Escolar,*** *durante o período de 03/02/2014 à 31/12/2015*, portador da Carteira de Identidade RG nº. 940.989 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 593.846.031.04, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
53/2014	Ivanilza Rufatto	Professora
56/2014	Katiane Marciano Raposo	Técnico de Desenv. Infantil
57/2014	Ana Gabriel Zanon Spier	Técnico de Desenv. Infantil

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando no **Centro de Educação Infantil "Estrelas do Amanhã"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 12/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:D9E92977

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 311/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,
RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 28/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.003.565 SSP/MS e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 807.378.031.34, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
54/2014	Rosimeire Aparecida da Silva	Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura
55/2014	Kesia Xavier Marciano Raposo	Apoio Administrativo Educacional Nutrição

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 12/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 12 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:3B7A790A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 312/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 28/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.003.565 SSP/MS e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 807.378.031.34, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
59/2014	Rozineia da Silva	Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura
61/2014	Maria Luzia da Silva Costa	Apoio Administrativo Educacional Nutrição

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 13/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 13 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:5ED665D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 313/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ANILTON DA SILVA PEREIRA**, Funcionário Público efetivo no cargo de Professor, designado como ***Diretor Escolar,*** *durante o período de 03/02/2014 à 31/12/2015*, portador da Carteira de Identidade RG nº. 940.989 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 593.846.031.04, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
60/2014	Raimunda Sousa da Silva	Apoio Administrativo Educacional Nutrição

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando no **Centro de Educação Infantil "Estrelas do Amanhã"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 13/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 13 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:B5166DF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 314/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **ELIZANGELA CALADO MENDES FERREIRA**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 03/02/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 35.056.263-5 SSP/SP e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 975.490.611.49, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
62/2014	Itânia Patrícia dos Santos Cruz	Professora
63/2014	Loraine Carolina Barbosa	Professora
64/2014	Weslei Almir Gonçalves da Silva	Professor Leigo

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Lili Maria Konzen"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 13/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 13 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:EFA84F89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 315/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02*/05/2014, com término em 31/05/2014, *referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 à 31/12/2013*, ao servidor ***PAULO KATSUMI TAKEDA,*** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 908.592 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 205.155.379.34, servidor com matricula

no RH nº. 1432, no cargo de **Secretário de Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral**, lotado no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria retroage efeito a data de inicio da concessão das Férias em 02/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 13 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:19F26ED3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 316/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 28/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.003.565 SSP/MS e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 807.378.031.34, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
65/2014	Josane Maria de Barros Geraldes	Professora
69/2014	Denílson Sauer	Professor

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 14/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 14 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:551B4C29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 317/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **ANILTON DA SILVA PEREIRA**, Funcionário Público efetivo no cargo de Professor, designado como ***Diretor Escolar,*** *durante o período de 03/02/2014 à 31/12/2015*, portador da Carteira de Identidade RG nº. 940.989 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 593.846.031.04, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
66/2014	Alessandra Scarparo Candia	Professora
67/2014	Patriani Nagy de Oliveira	Professora
68/2014	Elica Aparecida dos Santos	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando no **Centro de Educação Infantil "Estrelas do Amanhã"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 14/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário
.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 14 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:CDD9F68B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 318/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 28/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.003.565 SSP/MS e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 807.378.031.34, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	NOME	CARGO
70/2014	Alexandra Stockmann Ludwig	Professora
72/2014	Joceane Dreves	Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura
73/2014	Isabel Rodrigues	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 15/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 15 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:517DA2C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 319/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ANILTON DA SILVA PEREIRA**, Funcionário Público efetivo no cargo de Professor, designado como ***Diretor Escolar,*** *durante o período de 03/02/2014 à 31/12/2015*, portador da Carteira de Identidade RG nº. 940.989 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 593.846.031.04, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
71/2014	Neuzimar Joergensen	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando no **Centro de Educação Infantil "Estrelas do Amanhã"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 15/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 15 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:66E9BC3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 320/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **VIVIAN ALVES DO NASCIMENTO MARQUES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.833.959-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 016.819.211.03, servidora estável, com matricula no RH Nº. 1004, admitida em 15/05/2007, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, **da Classe E – Nível 06** para perceber na categoria da **Classe E – Nível 07, correspondente ao valor de R$: 1.466,26 (Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais, Vinte e Seis Centavos),** *de acordo com as Leis Municipais nº. 840/2011 e suas alterações e ainda de acordo com Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 15 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:B854862A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 321/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 28/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.003.565 SSP/MS e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 807.378.031.34, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
74/2014	Naftali de Paula	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 16/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 16 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:C1DAF5F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 322/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ANILTON DA SILVA PEREIRA**, Funcionário Público efetivo no cargo de Professor, designado como ***Diretor Escolar,*** *durante o período de 03/02/2014 à 31/12/2015*, portador da Carteira de Identidade RG nº. 940.989 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 593.846.031.04, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
75/2014	Claudineia Lucio de Freitas	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando no **Centro de Educação Infantil "Estrelas do Amanhã"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 19/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 19 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:9DAF06BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 323/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 19*/05/2014, com término em 17/06/2014, *referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 à 31/01/2014*, a servidora ***MARILUCIA APARECIDA DOS SANTOS FERNANDES*,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 894.564 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 535.802.491.34, servidora com matricula no RH nº. 102, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:19980D89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 324/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, designada como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 28/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.003.565 SSP/MS e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 807.378.031.34, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
76/2014	Ana Cristina Cardoso de Melo	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 20/05/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 20 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:0846A5AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 325/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 20*/05/2014, com término em 18/06/2014, *referente ao período aquisitivo de 21/05/2013 à 20/05/2014*, ao servidor ***AMILTON GOMES PEREIRA*,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 793.211 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 581.045.001.63, servidor com matricula no RH nº. 14, no cargo de **Agente da Administração Pública – Operador de Pá Carregadeira**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 20 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:E976311B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 327/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **AMILTON GOMES PEREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 793.211 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 581.045.001.63, servidor estável, admitido em 21/05/1999, no cargo de **Agente da Administração Pública – Operador de Pá Carregadeira,** com matricula no RH nº. 14, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 14 para perceber na Classe A – Nível 15, correspondente ao valor de R$: 1.863,10 (Um Mil, Oitocentos e Sessenta e Três Reais, Dez Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:93E2340E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 328/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO da Senhora **ANTONIA DOMINGOS DA SILVA RIBEIRO RODRIGUES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.217.948-5 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 987.010.021.04, servidora estável, admitida em 21/05/2008, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Trabalhador de Serviços Gerais,** com matricula no RH nº. 1110, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 05, para perceber na Classe B – Nível 06, correspondente ao valor de R$: 724,00 (Setecentos e Vinte e Quatro Reais),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:7886919F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 329/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO da Senhora **MARIA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.347.251-8 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 993.096.961.68, servidora estável, admitida em 21/05/2008, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, com matricula no RH nº. 1109, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura **da Classe E – Nível 05 para perceber na Classe E – Nível 06, correspondente ao valor de R$: 1.437,51 (Um Mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Reais, Cinqüenta e Um Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:E026754E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 330/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO da Servidora **SELOI TEREZINHA WELTER,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 607.911-3 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 430.074.731.87, servidora estável, admitida em 21/05/1999, no cargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 134, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 3,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 3, correspondente ao valor de R$: 2.597,42 (Dois Mil, Quinhentos e Noventa e Sete Reais, Quarenta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 836/2011, Art. 45, caput e §2º, combinado com Art. 76, § 1º e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 21 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:BA1DD1E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 331/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO da Senhora **SONIA MARIA CAMARGO CORDEIRO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 29.120.550-1 SSP/SP e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 297.082.538.47, servidora estável, admitida em 21/05/2008, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde II – Cozinheira,** com matricula no RH nº. 1108, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 05, para perceber na Classe B – Nível 06, correspondente ao valor de R$: 791,85 (Setecentos e Noventa e Um Reais, Oitenta e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:F38C5A6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 332/2014

CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,
RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionado, aprovados no Processo seletivo Público 001/2013, realizado no período de 28/11/2013 a 05/02/2014, para comparecerem no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo seletivo Público 001/2014, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.

I - ORIGINAIS E CÓPIA:
1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:
a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;
d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento ou casamento;
f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;
g) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
h) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo;
k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
l) Declaração de antecedentes criminais;
m) declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;
o) RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);
p) Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;
q) Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;
r) Declaração de matricula dos filhos até 14 anos.
s) Comprovante de residência;
t) *Declaração de bens e valores (02 (duas) vias original);*
u) Apresentar número de Conta Corrente, Poupança ou Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

II - DOCUMENTOS SEGUNDA FASE

Somente se submeterão a fase de Apresentação de Atestado Médico, para a avaliação de capacidade física e mental, os candidatos convocados que apresentarem todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

a) Os candidatos deverão providenciar, às suas expensas (por meios financeiros próprios), os exames a seguir especificados, emitidos em até 90 dias anteriores à sua apresentação:

- Hemograma Completo, com informação de tipo sanguíneo;
- Glicemia;
- Raio X do Coluna.

b) Após obterem todos os exames com respectivos **laudos**, os candidatos deverão se dirigir à Junta Médica Oficial do Município, para submeterem-se a Avaliação médica, no seguinte endereço:
- CRIDAC – Av. Doutor Carlos Vidotto (próximo ao Hospital Municipal)

CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	PSF I	MICROAREA
079	Meire Paula Pio	002
048	Lucineide Teodoro Ferreira Da Cruz	004
032	Marlene Santana Da Silva	006
014	Sebastião Francisco Filho	014

INSCRIÇÃO	PSF III	MICROAREA
093	Claudete Da Silva Hionton	002
111	Geisa Dias Tavares da Silva Pereira	008
028	Marli Alvina Musskopf	009
030	Marilange de Freitas Siqueira	012
005	Marilza Delfino Terra	014

INSCRIÇÃO	PSF IV	MICROAREA
113	Maria Aparecida Flores	007
100	Genezi Cordoba de Oliveira	012
020	Domeniciano da Silva Medeiros	013
147	Eliane dos Reis Maria	015
077	Janaina Floriano da Silva	016

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 22 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:5AA2C15C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 333/2014

CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,
RESOLVE:

Artigo 1º *- Convocar os candidatos abaixo relacionado, aprovados no Processo seletivo Público 001/2014, realizado no período de 07/03/2014 a15/05/2014, para comparecerem no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo seletivo Público 001/2014, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.*

I - ORIGINAIS E CÓPIA:

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:
a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos;
c) Cópia autenticada em cartório do CPF;
d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento ou casamento;
f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;
g) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
h) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo;
k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
l) Declaração de antecedentes criminais;
m) declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;
o) RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);
p) Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;
q) Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;
r) Declaração de matricula dos filhos até 14 anos.
s) Comprovante de residência;
t) *Declaração de bens e valores (02 (duas) vias original);*
u) Apresentar número de Conta Corrente, Poupança ou Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

II - DOCUMENTOS SEGUNDA FASE

Somente se submeterão a fase de Apresentação de Atestado Médico, para a avaliação de capacidade física e mental, os candidatos convocados que apresentarem todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

a) Os candidatos deverão providenciar, às suas expensas (por meios financeiros próprios), os exames a seguir especificados, emitidos em até 90 dias anteriores à sua apresentação:
• Hemograma Completo, com informação de tipo sanguíneo;
• Glicemia;
• Raio X do Coluna.

b) Após obterem todos os exames com respectivos **laudos**, os candidatos deverão se dirigir à Junta Médica Oficial do Município, para submeterem-se a Avaliação médica, no seguinte endereço:
- CRIDAC – Av. Doutor Carlos Vidotto (próximo ao Hospital Municipal)

CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	ZONA URBANA
018	Diego de Almeida
073	Marcela de Oliveira Anacleto Brito
045	Karolinne Talita Benites
106	Josecléia Rezende de Oliveira
107	Silvanete Maria Martins Siqueira
009	Verônica Pereira Versori

INSCRIÇÃO	ZONA RURAL
042	Débora Aparecida de Souza
084	Maidi Sommerfelt
041	Sedoni Mascarello Richardi
090	Alice Hartmann de Oliveira
085	Daniele da Silva Kirst
081	Marli Correa Rodrigues
086	Sueli de Fátima Pereira Sandeski Diniz
016	Vicente Jose Nascimento

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 22 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:EED333E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 334/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei e, nos termos do artigo 137, da Lei 218/99, e a teor das justificativas apresentadas,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Instaurar processo disciplinar, com fulcro no art. 137, da Lei 218/99, contra o Servidor **ANTONIO MARCOS DE LIMA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 28.110.576-5 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 179.105.928.76, cadastrado no RH sob a matrícula nº. 780, servidor Estável no cargo de Agente da Administração Pública II - Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, Decreto nº 1.271/2006, para apurar falta funcional cometida no exercício de suas funções, que supostamente cometeu infrações aos deveres dos servidores, previsto no ***art. 111, Inciso X e art. 112, inciso I na Lei 218/1999***, haja vista, Memorando nº.116/SECAD/2014, expedido pela Secretaria Municipal Administração, devendo este processo disciplinar ser finalizado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua instauração.

Artigo 2º. - Constituir a Comissão de Processo Disciplinar Administrativo, composta pelos seguintes servidores: **ELIETE BENITES PIRES,** Técnica de Nível de médio I – Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e, **HANNA PAULA LUDKE,** Técnica de Nível de médio I – Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e **QUEILA FRIZZERA,** Técnica de Nível de médio I – Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e, para sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao artigo precedente.

Artigo 3º. - Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração de diligências necessárias à instrução processual.

Dê-se Ciência,
Publique-se
Registre-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 22 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NÓBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:C2965CD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 335/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a Senhora **NEUSA ISABEL DILALLO RAZINE,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.025.091-3 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 770.351.601.59, servidora estável, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infra estrutura Profissionalizante**, com matricula no RH nº. 1058, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura – MT, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. – Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 23/05/2014, transferindo os encargos salarial ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com as Leis 482/2004 e a Lei 218/1999, art. 73, inciso I, §§ 2º, 3º e os Art. 74 a 76 e suas alterações.
Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:ECDD9D27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 336/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Artigo 1º. – CONCEDER Direito a 02 (Dois) dias de folga, ***no período de 23/05/2014 e 26/05/2014****, sem prejuízo de sua*

remuneração ao servidor ***CLAUDIO MACEDO DOS SANTOS,*** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 793.265 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 884.562.421.87, cadastrado no RH sob a matrícula nº. 1448, servidor comissionado no cargo de **Secretário de Junta de Serviço Militar**, lotado no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, ***devido o servidor ter prestado relevantes serviços à Justiça Eleitoral, atuado como Mesa de Justificativa (Eleições Municipais) desta 27ª Zona Eleitoral, nas Eleições de 28/10/2012, no município de Tabaporã/MT,*** sendo merecedor dos benefícios legais, constante no artigo 98 da Lei Federal nº. 9.504/97, e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 23 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:50EFE6C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 337/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Tendo em vista o vencimento em 24 de Maio de 2014, **de LICENÇA POR MOTIVOS PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO,** do Senhor **MARCELO FERREIRA DA SILVA.**

RESOLVE:

Artigo 1º. - RETORNAR para suas atividades normais a partir de 24/05/2014, *o* servidor **MARCELO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.035.402-6 SJ/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 775.382.341.87, servidor **estável,** com matricula no RH nº. 89, no cargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com o Art. 84, § 1º, da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:D78CBDA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 338/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO da Senhora **THAISE GUIMARAES LIMA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.834.075-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 019.771.981.39, servidora admitida em 24/05/2012, no cargo de **Especialista da Saúde I – Nutricionista,** com matricula no RH nº. 1396, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 01, para perceber na Classe A – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.836,00 (Um Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:C34FA7C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 339/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO do Senhor **THIAGO MOACIR DIAS GUERRA SEMENSATO**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 975.066 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 994.162.121.72, servidor estável, admitido em 26/05/2008, no cargo de **Especialista da Saúde V – Cirurgião Dentista,** com matricula no RH nº. 1114, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 05, para perceber na Classe B – Nível 06, correspondente ao valor de R$: 3.509,87 (Três Mil, Quinhentos e Nove Reais, Oitenta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:03F3C5B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 340/2014

O Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 24/05/2014, *a* senhora **IRACI SANTOS GONCALVES DA SILVA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.024.793-9 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 353.258.281.34, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1113, no cargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.
Artigo 2º – Esta Portaria retroage efeito a data de retorno do Auxílio Doença 24/05/2014, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:87E54622

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.926/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEAR a Senhora **MARCIA REGINA BAESSO BRIXNER,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0752.750-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 503.631.151-53, no cargo em comissão de **OUVIDOR,** lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 949/2014, 218/1999, 423/2003 e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 05 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:C4519DE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.927/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 06/05/2014 a senhora **MARILANGE DE FREITAS SIQUEIRA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.504.053-4 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 986.238.501.49, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:067E51C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.928/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEAR o Senhor **NILSON LEÃO CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.162.952-8 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 581.073.551-72, no cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO RURAL,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:EFDF4038

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.930/2014

Fixa Taxa sobre abate de animais a serem praticados no Município de Tabaporã – MT.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica fixado Taxa sobre abate de animais a serem praticados no Município de Tabaporã – MT, conforme adiante descritos:

ü Abate de Bovinos com cedência dos miúdos, por cabeça R$: 100,00
ü Abate de Suínos, Ovinos e Caprinos, por cabeça até 50Kg R$: 40,00
ü Abate de Suínos, Ovinos e Caprinos, por cabeça acima 50Kg R$: 60,00

Artigo 2º - Fica o Departamento de Tributação e Cadastro deste Órgão Municipal, autorizado a converter valores desta Taxa sobre abate de animais em UPMF (Unidade Padrão Fiscal do Município).

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 2.901/2014 de 14 de Fevereiro de 2014.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:8B7C9259

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.931/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 21/05/2014 o senhor **VALDINEI FREY LOPES,** brasileiro, solteiro, portador da

Cédula de Identidade RG nº. 1.823.708-8 SJS/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 016.952.221.05, no cargo de **Agente de Saúde I - Agente de Combate as Endemias,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:A48C3052

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.932/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - EXONERAR, a partir de 22/05/2014 o senhor **CLAUDEMIR DA SILVA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 16.505.930 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 581.011.951.49, do cargo de **Chefe do Departamento de Manutenção de Estradas,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:9C3397AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.933/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - EXONERAR, a partir de 22/05/2014 a senhora **ZULEIDE BARBOSA FERREIRA,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.324.174-5 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 008.265.851.08, do cargo de **Chefe de Divisão de Produção Vegetal,** lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:B74426F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.934/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEAR o Senhor **CLAUDEMIR DA SILVA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 16.505.930 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 581.011.951.49, no cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:1B3D06DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.935/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEAR a senhora **ZULEIDE BARBOSA FERREIRA,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.324.174-5 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 008.265.851.08, no cargo de **Chefe do Departamento de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores Rurais,** lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Maio de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:48597A39

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/DM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ GILMAR GONÇALVES DA SILVA/ EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DA SALA DA COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO E CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO, / R$16.234,47 /DATA DA ASSINATURA 15/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:06565177

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/DM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ G & A CONSTRUÇÕES – GIUSTI & ANDRADE LTDA-ME / CONSTRUÇÃO DE 60,45 M² DE MURO DE ARRIMO NO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO – JOSÉ NODARI (com fornecimento de material)/ R$15.210,15 /DATA DA ASSINATURA 15/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:A08A8941

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/DM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ CONSTRUTORA ATUAL LTDA ME / CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/ R$210.683,18 /DATA DA ASSINATURA 15/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:098458FF

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/DM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ E.S.S. BULOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES/ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/ R$405.998,67/DATA DA ASSINATURA 15/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:FA209B29

ASSESSORIA JURÍDICA
EXRATO DO CONTRATO Nº 073/DM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ G & A CONSTRUÇÕES – GIUSTI & ANDRADE LTDA-ME / CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/ R$569.267,28/DATA DA ASSINATURA 15/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:2CB81992

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/DM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ TERRANORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA / CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/ R$406.662,54 /DATA DA ASSINATURA 15/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:9B5F855E

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/DM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ CRISTT & CRISTT LTDA ME – FÁBRICA DE TELAS SÃO LUIZ / TREFILADOS DE METAL MALHA 7 FIO 12, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / R$10.825,00 /DATA DA ASSINATURA 20/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:CA6D7D18

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 022, DE 19 DE MAIO DE 2.014

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE REFERÊNCIA À SERVIDORA.

O Vereador **WELITON UNGARO DUARTE,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 16 Parágrafo Único da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

1 – Conceder a progressão de duas referências a Servidora **BERNARDETE GENESSI DE OLIVEIRA**, cargo efetivo **RECEPCIONISTA**, **classe B-01**, para **Classe B-03** conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2.009, referente ao anuênio de 18/05/2013 a 18/05/2014.**

2 – Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos 19 (Dezenove) dias do mês de Maio de 2.014.

ASSINATURA NO ORIGINAL

WELITON UNGARO DUARTE
Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

ASSINATURA NO ORIGINAL

ROMER JAPONÊS
1º Secretário

Publicado por:
Lauro José Vaccari Garcia
Código Identificador:32C753AD

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 023, DE 19 DE MAIO DE 2.014

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE REFERÊNCIA À SERVIDORA.

O Vereador **WELITON UNGARO DUARTE,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 § 1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

1 – Conceder a progressão de duas referências a Servidora **LUCIANA DUARTE FELISBERTO**, cargo efetivo **Controlador Interno**, **classe B-01**, para **Classe B-03**, conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2.009,** referente ao anuênio de **18/05/2013 a 18/05/2014.**

2 – Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2.014.

ASSINATURA NO ORIGINAL

WELITON UNGARO DUARTE
Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

ASSINATURA NO ORIGINAL

ROMER JAPONÊS
1º Secretário

Publicado por:
Lauro José Vaccari Garcia
Código Identificador:45621E4F

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 025, DE 27 DE MAIO DE 2.014

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE REFERÊNCIA À SERVIDORA.

O Vereador **WELITON UNGARO DUARTE,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 § 1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

1 – Conceder a progressão da Servidora **MARCIELA DI DOMENICO**, cargo efetivo **Auxiliar de Departamento**, **classe B-03**, para **Classe B-05**, conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2.009,** referente ao anuênio **de 19/05/2013 a 19/05/2014.**

2 – Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor, nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2.014.

ASSINATURA NO ORIGINAL

WELITON UNGARO DUARTE
Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

ASSINATURA NO ORIGINAL

ROMER JAPONÊS
1º Secretário

Publicado por:
Lauro José Vaccari Garcia
Código Identificador:B47C363C

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 024, DE 27 DE MAIO DE 2.014

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE REFERÊNCIA À SERVIDORA.

O Vereador **WELITON UNGARO DUARTE,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 § 1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

1 – Conceder a progressão de duas referências a Servidora **LUCIANA DUARTE FELISBERTO**, cargo efetivo **Controlador Interno**, **classe B-01**, para **Classe B-03**, conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2.009,** referente ao anuênio de **18/05/2013 a 18/05/2014.**

2 – Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2.014.

ASSINATURA NO ORIGINAL

WELITON UNGARO DUARTE
Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

ASSINATURA NO ORIGINAL

ROMER JAPONÊS
1º Secretário

Publicado por:
Lauro José Vaccari Garcia
Código Identificador:0EA879F4

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
ATO Nº. 165/GP/2014 DE 29/05/2014

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Me. JOSÉ PEREIRA FILHO** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a nomeação dos candidatos abaixo, nomeados através do Ato nº. 121/GP/2014 de 28/04/2014, que não tomaram posse no prazo estipulado no Edital complementar nº. 011/2014 de 28/04/2014, de convocação do Concurso Público nº. 001/2013, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº. 006/1994 de 21/06/1994.

CARGO:	**ENGENHEIRO CIVIL**			
Colocação	**CANDIDATO**	**INSC.**	**PF**	**RESULTADO**
3	FABRICIO PROFETA DA CRUZ	2727	68	RES
CARGO:	**FISCAL DE CONSUMO/LEITURISTA - SAMAE**			
Colocação	**CANDIDATO**	**INSC.**	**PF**	**RESULTADO**
7	JACIELIO DO NASCIMENTO EUFRASIO	2036	64	RES
8	RICARDO MACENA DA CRUZ	3921	64	RES
CARGO:	**INSTALADOR DE REDE - SAMAE**			
Colocação	**CANDIDATO**	**INSC.**	**PF**	**RESULTADO**
7	ADILSON BEBIANO DE OLIVEIRA	2131	50	RES

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Palácio Tangará, Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, 38º aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

ME. JOSE PEREIRA FILHO
Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:90646699

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 035/2014 - CONVOCAÇÃO SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 035/2014
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2013

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **José Pereira Filho,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 005/2013, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 30/05/2014 às 09h00:

CARGO: 654 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA							
Nº.	INSC. Nº.	NOME	Data Nasc.	PROVA OBJETIVA	PROVA DE TÍTULOS	TOTAL	RESULTADO
15	131	RAFAEL BARRETES DE FRANCA	08/01/1991	30,000	22,600	52,600	CLASSIFICADO

CARGO: 790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC						
Nº.	INSC. Nº.	NOME	Data Nasc.	PROVA OBJETIVA	TOTAL	RESULTADO
31	1202	ROSA ALICE DE SOUZA	05/10/1990	45,000	45,000	CLASSIFICADO
32	879	ROSELI MORALES	28/03/1973	40,000	40,000	CLASSIFICADO
33	1111	MIRALVA DA SILVA MIGUEL	06/07/1982	40,000	40,000	CLASSIFICADO

CARGO: 660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA							
Nº.	INSC. Nº.	NOME	Data Nasc.	PROVA OBJETIVA	PROVA DE TÍTULOS	TOTAL	RESULTADO
72	459	GILDIANE BENTO DE SALES	23/09/1983	37,500	29,000	66,500	CLASSIFICADO
73	1093	MARIA JOSE LOPES DA SILVA FILHA	05/04/1978	27,500	39,000	66,500	CLASSIFICADO
74	710	MARIA ROZENI SANTANA LOBO	09/03/1978	35,000	31,000	66,000	CLASSIFICADO

CARGO: 964 -AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA							
Nº.	INSC. Nº.	NOME	Data Nasc.	PROVA OBJETIVA	PROVA DE TÍTULOS	TOTAL	RESULTADO
17	336	VALDECIR CANDIDO CLAUDINO	10/10/1987	30,000	10,060	40,060	CLASSIFICADO

2. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 02/06/2014 e 03/06/2014 das 09:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:
a) Comprovante de Escolaridade;
b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**
c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);
g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);
h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;
i) Comprovante de residência;
j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;
k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;
l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);
m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);
n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;
o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;
p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);
q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;
r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2012);
s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);
t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;
u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;
v) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria "D", para os cargos de Motorista;
3. O prazo de apresentação segue o item 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:
a) – não comparecer na data estipulada;
b) – não apresentar a documentação exigida no item 2. do presente Edital;
c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 29 de Maio de 2014.

ME. JOSÉ PEREIRA FILHO
Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Secretária Municipal de Administração

IOLANDA CRISTINA DO NASCIMENTO GARCIA
Secretária Municipal de Educação e Cultura Interina

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:70F90980

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 117/2014/GP/PMT, DE 8 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E
Art. 1º. Prorrogar a data de encerramento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE em favor do Servidor Público Municipal, Sr. JOSE AUGUSTO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de ENCANADOR, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.
Art. 2º. A prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde concedida ao servidor Sr. JOSE AUGUSTO DOS SANTOS, findar-se á em 05 de agosto de 2014.
Art. 3º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:BF01046D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 119/2014/GP/PMT, DE 09 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor LUIS UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º. Por força da presente portaria, fica concedido a partir do dia 02/06/2014 até 30/08/2014, LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Senhora PEDRINA CARDOSO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.
Art. 2º. A Licença Prêmio concedida a Servidora Pública Municipal Sra. PEDRINA CARDOSO DA SILVA é referente ao período aquisitivo 01/04/2007 à 31/03/2012.
Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:E0CA68EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 118/2014/GP/PMT, DE 08 MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1º. Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Senhora DOMINGAS GONZALA ORTIZ, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR 30 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, conforme previsto nos Arts. 109 e 110 da Lei Complementar 015/2009.
Art. 2º. A licença concedida a servidora Sra. DOMINGAS GONZALA ORTIZ, começará a partir do dia 29 de Maio de 2014 e findar-se-á em 27 de junho de 2014.
Art. 3º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:7BE6114E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 120/2014/GP/PMT, DE 09 DE MAIO DE 2014.

O Senhor LUIS UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º. Por força da presente portaria, fica concedido a partir do dia 19/05/2014 até 16/08/2014, LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Senhora DOLORES GLUSZSCZAK FLECK, ocupante do cargo efetivo de APOIO ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.
Art. 2º. A Licença Prêmio concedida a Servidora Pública Municipal Sra. DOLORES GLUSZSCZAK FLECK é referente ao período aquisitivo 14/06/2005 à 13/06/2010.
Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:7AAB1A31

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 124/2014/GP/PMT, DE 19 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR EM GOZO DE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E
Art. 1º. Convocar o servidor público municipal Sr. ALTAIR DE LIMA, portador do RG nº 724387 SSP/MT e CPF nº 481.956.931-72, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, usufruindo do gozo de férias normais, período aquisitivo 08/02/2012 à 07/02/2013, RETORNE, a partir do dia 20/05/2014, reassumindo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras da Prefeitura Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso.
Art. 2º. O restante do período de férias interrompido será acordado entre o servidor e o chefe imediato, a ser gozado em momento posterior e de uma só vez, conforme previsto no § 2º do Art.64 da Lei Complementar nº 015/2009.
Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:039567A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 127/2014/GP/PMT DE 21 DE MAIO DE 2014.

O Senhor LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º. CONCEDER promoção de **classe** "**A**" **para classe** "**B**", para a Servidora Pública Municipal, Senhora **MARILZA ALVES CAMPOS DE SOUZA,** ocupante do cargo efetivo de **APOIO ADMINISTRATIVO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura, conforme prevê o artigo 41, § 2º, inciso VI, da Lei Complementar 029/2011, de 01 de agosto de 2011, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 039/2012, de 12 de junho de 2012.
Art. 2º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogando-se todas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:EB8E8F17

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2014/GP/PMT, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor LUIS UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º. Por força da presente portaria, fica concedido a partir do dia 26/05/2014 até 24/08/2014, LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Senhora MARINA VILELA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de APOIO ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.
Art. 2º. A Licença Prêmio concedida a Servidora Pública Municipal Sra. MARINA VILELA DOS SANTOS é referente ao período aquisitivo 02/06/2007 à 01/06/2012.
Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:61E93C2E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 130/2014/GP/PMT, DE 22 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DA FUNÇÃO DE COORDENADOR DE UNIDADE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E
Art. 1º. EXONERAR, a partir de 22/05/2014 a Servidora Pública Municipal, Senhora IRACEMA DO PRADO FIGUEIREDO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR 30 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso da função de COORDENADORA da Escola Municipal Dom Aquino.
Art. 2o RETIRAR Função Gratificada de Coordenadora de Unidade Escolar, concedida a servidora pública municipal, Sr.ª IRACEMA DO PRADO FIGUEIREDO.
Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se todas as disposições em contrário a esta portaria, em especial a Portaria Nº 027/2014, de 30 de janeiro de 2014.
Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.
Registre-se.
Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:7A0ECFED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 129/2014/GP/PMT, DE 22 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Senhor LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º. NOMEAR, a Senhora CYNTHIA DA COSTA RODRIGUES, portadora da cédula de identidade nº 1200538 SSP/MS e CPF nº 011.880.441-33 para ocupar o cargo em comissão de GERENTE.
Art. 2º. A Servidora nomeada pela presente portaria será lotada na Gerência de Trânsito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, onde deverá desempenhar as funções inerentes ao seu cargo.
Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Transferência, correrão à conta do Elemento 31.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Funcional Programática 07.001.04.122.0229.2058 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor, aos descontos determinados pela legislação pertinente.
Art. 4º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º. Revogadas todas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se,
Publique-se,
Cientifique-se,
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:051FD377

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131/2014/GP/PMT, DE 22 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, CONTRIBUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto nos artigos 132, 133, 134 e 136 da Lei Complementar Municipal nº 015/2009 de 27 de novembro de 2009:

R E S O L V E
Art. 1o AVERBAR o tempo de serviço e contribuição conforme a Certidão de Tempo de Contribuição nº 372/2008 – Governo de Mato Grosso Secretaria de Estado de Administração Superintendência de Gestão de Pessoas Gerencia de Vida Funcional, emitida em 15 de abril do ano de 2008, para a servidora publica municipal Sra. SONIA ELZA GRIKE GOUBAD, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR 30 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.
Art. 2o - O tempo averbado a que ser refere o artigo anterior contabiliza 4.580 dias, compreendidos nos períodos de 04/08/1986 a 02/12/1986; 16/02/1987 a 30/07/1987; 20/01/1989 a 28/02/1992; 09/03/1992 a 18/12/1992; 01/03/1993 a 11/01/1994; 21/02/1994 a 31/12/1994; 13/02/1995 a 31/12/1996; 24/02/1997 a 31/12/1997; 09/02/1998 a 31/12/1998; 08/02/1999 a 31/12/1999; 07/02/2000 a 31/12/2000; 12/02/2001 a 31/12/2001.
Art. 3o - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4o - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:4AD4DEFD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132/2014/GP/PMT DE 22 DE MAIO DE 2014.

O Senhor LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º. CONCEDER elevação de **nível 04 para o nível 05**, para a Servidora Pública Municipal, Senhora **EVANICE GONÇALVES COELHO,** ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR 30 HORAS,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura, conforme prevê o *"caput"* do artigo 42, da Lei Complementar nº. 029/2011, de 01 de agosto de 2011.
Art. 2º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:3A3F224F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 121/2014/GP/PMT DE 09 DE MAIO 2014.

O Sr. **LUIZ UMBERTO EICKHOFF,** Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º. CONCEDER férias ao Servidor Público Municipal, **Sr. FERNANDO JOSE ROCHA DA COSTA,** efetivo no cargo de **MOTORISTA DE VEICULOS LEVES**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. As férias concedidas ao **Sr. FERNANDO JOSE ROCHA DA COSTA,** são referentes ao período aquisitivo de 02/04/2013 a 01/04/2014, o qual entrará em gozo de férias a partir do dia 01 de

Junho do ano de 2014, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 01 de Julho do ano de 2014.

Art. 3º. CONCEDER férias a Servidora Pública Municipal, **Sra. ROSA ALBERTINO FARIAS,** efetiva no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 4º. As férias concedidas a **Sra. ROSA ALBERTINO FARIAS,** são referentes ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014, o qual entrará em gozo de férias a partir do dia 01 de Junho do ano de 2014, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 01 de Julho do ano de 2014.

Art. 5º. CONCEDER férias a Servidora Pública Municipal, **Sra. THEICIANE APARECIDA DE ALMEIDA,** contratada no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 6º. As férias concedidas a **Sra. THEICIANE APARECIDA DE ALMEIDA,** são referentes ao período aquisitivo de 09/02/2013 a 08/02/2014, o qual entrará em gozo de férias a partir do dia 02 de Junho do ano de 2014, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 02 de Julho do ano de 2014.

Art. 7º. CONCEDER férias a Servidora Pública Municipal, **Sra. VANIA GUILHERMO DA SILVA,** efetiva no cargo de **AUXILIAR DE SAUDE BUCAL**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 8º. As férias concedidas a **Sra. VANIA GUILHERMO DA SILVA,** são referentes ao período aquisitivo de 14/02/2013 a 13/02/2014, o qual entrará em gozo de férias a partir do dia 01 de Junho do ano de 2014, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 01 de Julho do ano de 2014.

Art. 9º. CONCEDER férias a Servidora Pública Municipal, **Sra. WANESSA BRUM,** efetiva no cargo de **TECNICO EM RADIOLOGIA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 10. As férias concedidas a **Sra. WANESSA BRUM,** são referentes ao período aquisitivo de 03/07/2013 a 02/01/2014, o qual entrará em gozo de férias a partir do dia 02 de Junho do ano de 2014, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 02 de Julho do ano de 2014.

Art. 11. A presente Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e quatorze.
Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.

CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:62170C9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 054.2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Tapurah, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, para **contratação de empresa de engenharia para regularizar ambientalmente através de licenciamento ambiental 34,41 km da MT 010 trecho: Distrito de Novo Eldorado e entroncamento da MT 484 e 5,00 km da estrada municipal partindo da MT 338 até a MT 242, conforme mapa em anexo para o Município de Tapurah**, observado as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos.
A sessão será realizada às 09**h00min do dia 11 de junho de 2014**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.
O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.tapurah.mt.gov.br, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo fone (66) 3547 3607.

Tapurah – MT, 29 de maio de 2014.

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:AF784C26

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL RESUMIDO PREGAO PRESENCIAL 008/2014

PREGÃO PRESENCIAL 008/2014 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: A presente licitação visa à CONTRATACAO DE MÉDICO AUTORIZADOR E AUDITOR PARA O HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUCAS DO MUNICIPIO DE TESOURO, conforme descrito e especificado no ANEXO I, do edital de licitação na modalidade pregão presencial nº. 008/2014, tipo menor preço por global.
O Pregoeiro e equipe de apoio comunicam aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 008/2014. Abertura às 10h00minh, do dia 09/06/2014. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 08h00minh às 11h00minh e das 14h00minh às 17h00minh, junto ao Pregoeiro ou solicitado pelo telefone (66) 3435-1118.
O preço do edital é de R$10,00 (dez reais).
O presente certame reger-se-á pelas disposições das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002, além das demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no competente edital de pregão.
Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone (66) 3435-1118.

Tesouro – MT, 29 de março de 2014.

RICARDO VÍNICIUS SILVA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Ricardo Vinícius Silva Costa
Código Identificador:473ECF28

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014

A Pregoeira e Comissão de Apoio **TORNAM** PÚBLICO o resultado do Pregão Presencial SRP nº 007/2014, cujo objeto é a contratação de empresas para fornecimento de medicamentos da farmácia básica. Foram vencedoras do certame:
VL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, nos itens: 001, 018, 029, 033, 056, 065, 066, 081, 084, 098, 099 e 112, com o valor de R$ 28.012,80.

DENTAL CENTRO OESTE LTDA, nos itens: 011, 017, 022, 023, 036, 037, 038, 045, 091, 092, 129, 130 e 144, com valor de R$ 27.898,00.
STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, nos itens: 004, 028, 059, 118, 131, 133, 135 e 139, com o valor de R$ 15.831,36.
PROREMEDIOS DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS LTDA, nos itens: 061, 063, 074, 120, 128, 134, 146, 147, com o valor de R$ 17.074,70.
VIDAMED DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, nos demais itens com o valor de R$ 164.934,00.

O certame perfaz o valor total de R$ 253.750,86.

Torixoréu – MT, 29 de maio de 2014.

EURICE DOS SANTOS DE FREITAS
Pregoeira

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:7A83AA27

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 077/2014.

Designa os novos conselheiros do Conselho Deliberativo Escolar da Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofem do município de União do Sul-MT para o mandato de 18 de maio de 2014 a 17 de maio de 2016.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito em Exercício do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a deliberação tomada pela Entidade abaixo identificada, em Assembleia Geral do dia 19 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os Conselheiros que compõem a Diretoria e o Conselho Fiscal do CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MATILDE ALTENHOFEM, inscrito no CNPJ sob nº 01.931.546/0001-29, estabelecido na Cidade e Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, quais sejam:

I - DIRETORIA:
a) Presidente: Vera Maria Zanin de Lima.
CPF: 016.663.502-41.
RG: 1561737-8 SSP/MT.
b) Vice-presidente: Maria Salete Helfenstein da Cruz.
CPF: 511.785.161-72.
RG: 590.720 SSP/MS.
c) 1ª Secretária: Elizangela Lemes de Almeida.
CPF: 036.436.051-88.
RG: 1830444-3 SSP/MT.
d) 2ª Secretária: Francieli Fernanda de Lima.
CPF: 019.474.841-33.
RG: 5144396 SSP/PA.
e) 1ª Tesoureira: Vilma de Jesus Alves de Lima Dal Cortivo.
CPF: 007.188.931-07.
RG: 1572917-6 SSP/MT.
f) 2°Tesoureiro: Dirçon Marques de Oliveira.
CPF: 052.941.878-92.
RG: 1429487-7 SSP/MT.
II - CONSELHO FISCAL:
a) Presidente: Gilciane de Souza Ferreira.
CPF: 036.839.091-88.
RG: 219150-0 SSP/MT.
b) Vice-presidente: Antônio Pereira Oliveira.
CPF: 991.451.201-10.
RG: 2.404.519 SSP/DF.
c) Membro efetivo: Francilene Lopes Feliciano.
CPF: 014.250.743-16.
RG: 1909905 SSP/DF.
d) Membro efetivo: Marli Aparecida Camargo.
CPF: 553.923.699-87.
RG: 4.084.128-8 SSP/PR.
e) Membro suplente: José Izidio Neves.
CPF: 437.228.811-53.
RG: 1754393-2 SSP/MT.
f) Membro suplente: Osni Lentz.
CPF: 773.786.521-72.
RG: 001231754 SSP/MS.

Parágrafo Único - O Mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal será de dois (02) anos, contados da data de 18 de maio de 2014 até 17 de maio de 2016, permitida a recondução por uma vez por igual período.

Art. 2º - O Conselho Deliberativo Escolar da Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofem é regido pelo seu Estatuto e pelo regimento Interno.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 18 de maio de 2014.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:1CA1FD88

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÕES

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520., **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 19/2014;**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO PARA VEICULOS LEVES..**DATA DE ABERTURA**:11/06/2014 AS 07:00 HORAS, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 20/2014;**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE PNEUS..**DATA DE ABERTURA**:11/06/2014 AS 09:00 HORAS, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 21/2014;**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MAQUINAS E CAMINHÕES..**DATA DE ABERTURA**:11/06/2014 AS 11:00 HORAS, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 22/2014;**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO PARA ONIBUS..**DATA DE ABERTURA**:11/06/2014 AS 13:00 HORAS O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 13:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1066 / 1067.

Vale de São Domingos – MT, 29 de Maio de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Presidente Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:7ED279EF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.037/2013

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT, CNPJ nº. 03.507.548/0001-10 e a Empresa LEÃO & FERREIRA DA SILVA LTDA – ENGEARTE CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 57, da Lei Federal n.8666/93 e suas atualizações, na justificativa exarada pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, no Contrato n.37/2013, Processo Gespro n.240512/2014. OBJETO: Aditar o contrato original, a sua Clausula Quinta – Dos Prazos e suas Prorrogações, referente a elaboração de projetos de engenharia em saneamento, pavimentação, drenagem e finalização de área, como também de revitalização de lagoas e canalização de córregos, no município de Várzea Grande, visando o atendimento ao Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC 2. São eles: 1.Projeto de Concepção e Projeto Básico do Sistema de Esgotamento Sanitário – Sub-bacia 02; 2.Projeto de Concepção e Projeto Básico do Sistema de Esgotamento Sanitário – Sub-bacia 08 e 10; 3.Projeto de Concepção e Projeto Básico do Sistema de Abastecimento de Água; 4.Projeto de Pavimentação, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária, Canalização de Córrego e Revitalização de Lagoas. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA: 13.05.2014.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS
Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

LEÃO & FERREIRA DA SILVA LTDA – ENGEART
Contratada

Visto pela
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:F8C18FE3

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO TERMO DE CONTRATO N046/2014.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT, CNPJ nº. 03.507.548/0001-10 e a Empresa VIVIANE REGINA CLAUDINO-ME, CNPJ nº.13.979.479/0001-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº.8666/93 e suas alterações, ao Decreto nº.7892/13, na Ata de Registro de Preços nº. 06/2013, oriunda do Pregão Presencial nº.13/13 do TCE/MT, no Termo de Referencia nº.08/14, Processo Gespro nº.225481/14. OBJETO: Aquisição de produtos de informática para atender a demanda da Prefeitura Muncipal de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: R$ 116.407,55 (Cento e dezesseis mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos). UO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural Sustentável. DO: 07.01.18.122.0002. P/A: 2017. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Governo. DO: 02.02.04.122.0002. P/A: 2081. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 02.01.04.122.0002. P/A: 2082. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 02.02.04.122.0002. P/A: 2054. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 02.02.04.122.0002. P/A: 2204. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 02.02.04.122.0002. P/A: 2205. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Finanças DO: 25.01.123.002. P/A: 2200. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Assuntos Estratágicos. DO: 21.01.04.122.0002. P/A: 2142. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria da Guarda Municipal. DO: 15.01.06.122.0002-2059. P/A: 2059. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Receita. DO: 27.01.04.122.0002.P/A: 2012. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 2226. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1462. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1458. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1128. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1466. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1467. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1139. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1461. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1021. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1464. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1459. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1460. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1457. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1463. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 1465. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. DO: 27.01.04.123.0010. P/A: 2227. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura. DO: 14.01.27.122.0002. P/A: 2056. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Comunicação Social. DO: 13.01.04.122.00020. P/A: 2054. ND: 3.3.90.30.00-MC. Fonte: 999. UO: Procuradoria Municipal. DO: 03.01.03.122.0002. P/A: 2006. ND: 3.3.90.30.00-MC. Fonte: 999. DO: 03.02.14.422.0002. P/A: 2090. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. DO: 30.01.04.122.0002. P/A: 2174. ND: 3.3.90.30.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Administração. DO: 04.01.04.122.0101. P/A: 1277. ND: 3.3.90.30.00-MC. Fonte: 0999.UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 10.01.15.122.0002. P/A: 2050. ND: 3.3.90.30.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. DO: 16.01.22.122.0002. P/A: 2061. ND: 3.3.90.30.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes. DO: 12.01.15.122.0002. P/A: 2053. ND: 3.3.90.30.00-MC. Fonte: 999. UO: Secretaria Municipal de Planejamento. DO: 05.01.04.121.0007. P/A: 2199. ND: 3.3.90.30.00.-MC. Fonte: 999. UO: C Controladoria Geral do Município. DO: 28.01.04.124.0002. P/A: 2149. ND: 3.3.90.30.00.00.00-MC. Fonte: 999. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA: 29.05.2014.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração/MT

VIVIANE REGINA CLAUDINO-ME
Contratada

Visto pela
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:4A0606C8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Partes Interessadas: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT e a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO. A Secretaria Municipal de Educação do Município de Várzea Grande/MT, torna público para conhecimento dos interessados, o Cancelamento da Publicação do Extrato do Termo de Convênio nº. 016/2011, "anulando-o em seu efeito jurídico", conforme publicado na data de 17/03/2014, pág 137, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM-MT.
Várzea Grande-MT, 29 de Maio de 2014.

Signatários:

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação-PMVG/MT.

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:FC9AF842

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande-mt torna público aos interessados que o pregão presencial n.18/2014 tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis (etanol comum, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel s10), em rede de postos credenciados, com a implantação e a operação de sistema informatizado e integrado, via internet, e tecnologia de pagamento por meio de cartão microprocessado (com chip ou magnético), visando à gestão de consumo de combustíveis, sem taxa de administração, para atender a frota de veículos e máquinas do município de várzea grande e demais veículos que venham a ser adquiridos, incorporados ou alugados, conforme anexo I (termo de referência n.04/2013-realinhado, conforme edital e seus anexos foi, HOMOLOGADO em 27/05/2014, sagrando-se vencedora a empresa abaixo relacionadas.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 18/2014

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n. 18/2014**, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DE GRANDE-MT e a Empresa relacionada abaixo, cujo preço está a seguir registrado por **MENOR PREÇO POR ITEM** em face à realização do **Pregão Presencial n. 18/2014**.

Empresa: POSTO 10 LIMITADA				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE ESTIMADA (LITROS)**	**VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)**	**PERCENTUAL DE DESCONTO (%)**
01	Gasolina comum	280.000	893.956,00	3,53% (Três vírgula cinqüenta e três por cento)
02	Óleo Diesel comum	850.000	2.441.795,00	0,60% (Zero vírgula sessenta por cento)
03	Etanol	140.000	321.440,00	0,80% (Zero vírgula oitenta por cento)
04	Óleo Diesel S 10	130.000	359.619,00	0,50% (Zero vírgula cinqüenta por cento)
05	Agente redutor liquido DNOX automotivo – Balde de 20 litros	780	60.840,00	1,50% (Um vírgula cinquenta por cento)

Várzea Grande – MT, 28 e maio de 2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE.

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	DAOUD MOHD KHAMIS JABER ABDALLAH FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARZEA GRANDE
VERSIDES SEBASTIÃO DE MORAES E SILVA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	JOÃO CARLOS HAUER SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
LUIZ FERNANDO BOTELHO FERREIRA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA	GONÇALO APARECIDO BARROS SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO
ROLDÃO LIMA JUNIOR SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PUBLICOS E TRANSPORTE	ISMAEL ALVES DA SILVA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
MAURO SABATINI FILHO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS	CIDOMAR DE ARRUDA VELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA
JONAS SEBASTIÃO DA SILVA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CARLINO CAMPOS NETO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CONTROLADORIA GERAL
EDUARDO BALBINO FERREIRA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	GILSON PIOVEZAN SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
SILVIO APARECIDO FIDÉLIS SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	LUIZ VICTOR PARENTE SENA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
LOURINEY DOS SANTOS SILVA COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL	TARCISO BASSAN VEZZI SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Contratada:
POSTO 10 LIMITADA
CNPJ sob n. 03.244.374/0003-02

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:62AE8866

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N. 549/2014.

"Dispõe sobre a composição da Comissão Especial de Licitação do Município de Várzea Grande".

O Município de Várzea Grande-MT., por intermédio de seu Prefeito, no uso de suas atribuições que lhe compete o artigo 69 inciso VI, da Lei Orgânica RESOLVE:

Art.1. DESIGNAR os servidores abaixo nominados para compor a **Comissão Especial de Licitação** para dirigir, processar e julgar a melhor proposta, relativos aos procedimentos licitatórios das obras de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, inseridos na segunda fase do **Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC 1 e 2:**

PRESIDENTE: Samara Brant Ferreira– Matrícula n.90067

MEMBROS:
Fátima Benedita dos Santos – Matrícula n.16203
Dalciney Fidelis Nogueira – Matrícula n. 9539

SUPLENTES:
Izabeli de Arruda Barros –Matricula n. 86886

EQUIPE TÉCNICA DE ENGENHARIA:
Hércules de Paula Carvalho – Engenheiro Civil – Matrícula n.97850
Waldisney Moreno Costa – Engenheiro Civil - Matrícula n. 47156

Art. 2.º Compete à Comissão Especial de Licitação dirigir, processar e julgar os procedimentos licitatórios, relativos às obras e serviços de engenharia provenientes do Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC 1 e 2.

Parágrafo Único – As aquisições de materiais que serão utilizados nas referidas obras, devem ser adquiridos mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão, competindo à equipe do Pregão da Superintendência de Licitação dirigir, processar e julgar tais procedimentos.
Art. 3.º Cabe à Equipe Técnica de Engenharia acima mencionada, responder aos questionamentos de natureza técnica, aos pedidos de esclarecimentos, impugnações, e, por ocasião da sessão pública da licitação, a equipe técnica deverá analisar a qualificação técnica e o julgamento das propostas técnicas, enfim assessorar a Comissão Especial em todos os pedido de natureza técnica.

Os membros exercerão suas atribuições até a conclusão dos trabalhos pertinentes a todos os procedimentos licitatórios relativos às obras do Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC 1 e 2.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria n.473/2014, datada de 17-04-2014.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de maio de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:7F136A70

PREFEITURA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEREC Nº 002/2014

Dispõe sobre a expedição de certidões acerca de situação financeira e cadastral, relativa aos tributos municipais administrados pela Secretaria Municipal de Receita.

O **Senhor Secretário de Receita do Município de Várzea Grande, LUIS FERNANDO BOTELHO FERREIRA,** no uso de suas atribuições legais conferidas por lei.

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos nº 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e demais dispositivos legais;

CONSIDERANDO, a necessidade da normatização e padronização da emissão de certidão negativa de débitos tributários ou não no Município de Várzea Grande;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 79, II da Lei Orgânica do Município de Várzea Grande;

R E S O L V E:

Capitulo I
Da Certidão, Requerimento, Valor, Prazo de Validade e da Expedição.

Seção I
Da Certidão

Art. 1º. Mediante o pagamento de TAXA, será fornecido ao interessado, sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, certidão acerca de situação financeira e cadastral, relativa aos tributos municipais administrados pela Secretaria Municipal de Receita.
Parágrafo Único: A Certidão expedida não terá caráter homologatório de lançamento, podendo ser apurados créditos que porventura não tenham sido verificados.

Seção II
Do Requerimento

Art. 2º. O requerimento da certidão deverá ser devidamente apresentado e protocolado na Secretaria Municipal de Receita, junto a CAC – Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte/Protocolo.
§ 1º. O requerimento para emissão de Certidão será preenchido em 02 (duas) vias, cuja destinação será a seguinte:
I) A primeira pertencerá ao interessado;
II) A segunda ficará em poder do órgão emissor, que a arquivará em ordem numérica crescente, renovada anualmente.
§ 2º. As certidões a que se refere o artigo 1º poderão ser requeridas por qualquer pessoa física, mediante o pagamento da TAXA especifica.
§ 3º. No ato do requerimento, deverá ser anexadas cópias dos documentos que permitam a identificação do requerente, que responderá pelas informações prestadas e seu uso nos termos do artigo 299 do Código Penal.
§ 4º. O lançamento referente à Taxa de Certidão e a emissão do respectivo DAM – Documento de Arrecadação Municipal serão efetuados, junto ao cadastro do contribuinte objeto da consulta em conformidade com os dados apresentados no requerimento.
§ 5º. Havendo débito cuja exigibilidade esteja suspensa por recurso administrativo e/ou decisão judicial, caberá ao requerente apresentar a documentação que comprove a exigibilidade do crédito, dentre outros:
a) defesa e/ou recurso administrativo, petição inicial;
b) certidão de tempestividade, decisão judicial que houver concedido à medida liminar ou tutela antecipada;

Seção III
Do Valor

Art. 3º. O valor da Taxa de Certidão e de 01 (uma) UPF/VG, sendo acrescida a Taxa de Expediente de 01 (uma) UPF/VG, que deverá ser recolhida para apresentação do requerimento.

Seção IV
Do Prazo de Validade
Art. 4º. A certidão expedida em conformidade com essa INSTRUÇÃO NORMATIVA terá eficácia e prazo de validade, até 90 (noventa) dias, contados a partir da sua expedição, tendo a finalidade de certificar a regularidade de recolhimento dos tributos municipais devidos pelo sujeito passivo e somente a ele abrangerá.
Parágrafo Único. Exceto, as Certidões Positivas com efeito Negativo de Débitos, que terão a validade de 30 (trinta) dias.

Seção V
Do Prazo para a Expedição
Art. 5º. A certidão de que trata o artigo 1º será expedida, p**ela** repartição competente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrada do requerimento.
Parágrafo Único. Havendo pendências que impeçam a expedição da (s) certidão (ões) nos termos requeridos, a contagem do prazo previsto no *"caput"* deste artigo terá início na data em que o requerente comprovar a sua regularização.

Capitulo II
Das Espécies de Certidões e da Competência para Expedir

Seção I
Das Espécies de Certidões
Art. 6º. As certidões acerca da situação do sujeito passivo quanto aos tributos de competência do Município de Várzea Grande serão dos seguintes tipos:
1. CND – Genérica – Negativa - Tributos Municipais;
2. CND – Genérica - Positiva – Tributos Municipais;
3. CND – Genérica – Positiva de débitos, com efeito Negativo CND – Especifica - IPTU;
4. CND – Especifica – ISSQN;
5. CND – Especifica – ITBI;
6. CND – Especifica – TAXAS;

Seção II
Da Competência para Expedir a Certidão

Art. 7º. A competência para expedir a certidão prevista na presente Instrução Normativa é da CAC – Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte subsidiada por intermédio de suas gerencias e unidades de execução.
§ 1º. As certidões referidas no caput obedecerão aos modelos padronizados pela Secretaria Municipal de Receita e conterão, obrigatoriamente, a data de emissão e validade, bem como, o ano e o número de ordem seqüencial.
§ 2º. Havendo a necessidade e interesse, a competência para expedição da certidão, poderá ser delegada conforme determinação do Secretário Municipal de Receita.

Capitulo III
Da Certidão Negativa, da Certidão Positiva e da Certidão de Débitos de Tributos Municipais, com efeito Negativo

Seção I
Da Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais

Art. 8º. A Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais será fornecida quando o sujeito passivo estiver com seus dados cadastrais atualizados e não existir débito em seu nome, observados, ainda, o recolhimento regular dos valores devidos, com as seguintes condições:
I) quanto, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), se inscrito no cadastro deste imposto, cuja data do vencimento anteceder à formalização do pedido;
II) quanto, ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), se proprietário ou responsável por imóvel inscrito no cadastro deste imposto, abrangendo também o pagamento de todas as parcelas do exercício correspondente à data do requerimento;

III) quanto, ao Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis, por ato inter-vivos – (ITBI);
IV) quanto, ao ISSQN de Construção, decorrente de realização de construção ou acréscimo de área em imóveis cadastrados em nome do requerente;
V) quanto, as demais Taxas, se inscrito no cadastro como contribuinte municipal, cuja data do vencimento antecede à formalização do pedido;
VI) quanto, as demais penalidades e outros débitos municipais.
§ 1º. No caso de pessoa jurídica, serão verificados nas mesmas condições, a situação financeira dos sócios, bem como, suas filiais eventualmente cadastradas no município, devendo ter a regularidade necessária para expedição da Certidão solicitada.
a) Sendo pessoa jurídica, será verificada a situação de regularidade em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), onde se localiza fisicamente a empresa, sendo essa proprietária ou responsável – locadora - por imóvel inscrito no cadastro deste imposto, abrangendo também, o pagamento de todas as parcelas do exercício correspondente à data do requerimento;
§ 2º. As pesquisas sobre a situação fiscal e cadastral do requerente serão realizadas no banco de informações cadastrais e sistemas de informatizados utilizados pela Secretaria Municipal de Receita, podendo ainda, serem pesquisadas nos demais órgãos que contenham dados e informações de interesse da administração.

Seção II
Da Certidão Positiva de Débitos relativos a Tributos Municipais

Art. 9º. Havendo a existência de qualquer débito em aberto, a Certidão será expedida como "Positiva de Tributos Municipais", sendo especificado o imposto devido e data de vencimento, salvo a sua regularização dentro do prazo estabelecido no artigo 5º.

Seção III
Da Certidão de Débitos de Tributos Municipais, com efeito Negativo

Art. 10. Será expedida "Certidão Positiva de Débitos de Tributos Municipais, com efeito negativo" quando, em relação ao sujeito passivo requerente, constar à existência de débito de tributos municipais:
I) cuja exigibilidade esteja suspensa em virtude de:
a) moratória;
b) depósito judicial do seu montante integral;
c) reclamação, defesa e ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo fiscal municipal;
d) concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em ações judiciais;
e) parcelamento em que o requerente esteja adimplente, com parcelas vincendas;
f) débito lançado e não vencido.
II) cujo lançamento se encontre no prazo legal de reclamação ou defesa;
III) - em relação ao qual o sujeito passivo houver solicitado compensação com créditos decorrentes de pedido de restituição ou de ressarcimento, na forma da legislação, pendente de decisão por parte da autoridade competente, após transcorridos 30 (trinta) dias da protocolização do pedido de compensação.
§ 1º. A certidão de que trata este artigo terá os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais.
§ 2º. Na hipótese do inciso III deste artigo, a autoridade competente para autorizar a compensação, previamente à concessão da certidão, deverá proceder à análise sumária dos documentos comprobatórios da existência do crédito, anexados ao pedido de restituição ou ressarcimento pelo sujeito passivo e emitir parecer.
§ 3º. A certidão que for emitida com base em determinação judicial deverá conter, no campo "Observações", a sua finalidade, com os dados referentes ao processo judicial, nos termos da decisão que determinar sua expedição.

Capitulo IV
Da Certidão Negativa de Débitos de IPTU e da Certidão Positiva de Débito de IPTU, com efeito Negativo

Seção I
Da Certidão Negativa de Débitos de IPTU

Art. 11. A Certidão Negativa de Débitos de IPTU será fornecida quando o sujeito passivo estiver com seus dados cadastrais atualizados, observadas as seguintes condições:
I) Não existir débitos quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU - de imóvel cadastrado em seu nome, abrangendo, também, o pagamento de todas as parcelas do exercício correspondente à data do requerimento, e demais taxas;
II) Não existir débitos, quanto ao ISSQN de Construção, decorrentes de realização de construção ou acréscimo de área em imóveis cadastrados em nome do requerente, ou demais tributos.
III) As Certidões Negativas de Débitos quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, terão a validade até o dia anterior ao do inicio da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.
Seção II
Da Certidão Positiva de Débito de IPTU, com efeito Negativo

Art. 12. Será emitida "Certidão Positiva de Débito de IPTU, com efeito Negativo" quando, em relação ao sujeito passivo requerente, constar a existência de débito de IPTU, sendo observados as mesmas condições dispostas no artigo 10 da presente Instrução Normativa.
§ 1º. A certidão de que trata este artigo terá os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos de IPTU, salvo para fins de transferência de propriedade do imóvel junto aos Cartórios de registros de Imóveis.
§ 2º. A certidão de que trata este artigo será formalizada no documento "Certidão de Débito de IPTU, com efeito de Negativa".

Capitulo V
Das Certidões Obrigações Acessórias e da Certidão Negativa de Cadastro
Seção I
Das Certidões Obrigações Acessórias

Art. 13. Poderá, ainda, ser fornecida certidão positiva de débitos de obrigações tributárias, que consistirá, exclusivamente, do demonstrativo das pendências do sujeito passivo, relativa a débitos tributários e regularidade quanto à obrigação acessória que o requerente esteja legalmente obrigado.

Seção II
Da Certidão Negativa de Cadastro

Art. 14. Poderá, ainda, ser fornecida certidão de não inscrito nos cadastros tributários municipais, que consistirá, exclusivamente, na declaração expressa da condição de não inscrito nos cadastros municipais, não tendo caráter de regularidade fiscal.
§ 1º. A declaração mencionada no '*caput'* deste artigo será expedida mediante requerimento do interessado, com as seguintes cópias de documentos:
I. Para pessoa física:
a) cópia do cartão de inscrição no CPF;
b) cópia de um comprovante de residência.
II. Para pessoa jurídica:
a) cópia do ato constitutivo e suas alterações;
b) cópia do cartão de inscrição no CNPJ.
§ 2º. A expedição da Certidão de não inscrito no Cadastro Tributário Municipal será condicionada a análise se o requerente deverá ou não ser inscrito nos Cadastros Municipais administrados pela Secretaria Municipal de Receita.
§ 3º. A expedição da Certidão prevista no caput deste artigo é da competência da Gerência de Informação Cadastral em conjunto com a CAC – Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte, conforme parecer da autoridade fiscal competente.
§ 4º. O prazo para a expedição da Certidão prevista no caput deste artigo é de 10 (dez) dias, contados do protocolo do pedido, acompanhado de toda a documentação exigida.

Capitulo VI
Das Disposições Finais

Art. 15. As certidões de que trata esta Instrução Normativa referem-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria Municipal de Receita, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa, administrados pela Procuradoria Geral Municipal.
§ 1º. O contribuinte que possuir débito de tributos, não poderá receber quaisquer quantias, ou créditos que tiver com o Município até a sua devida regularização, nos termos do artigo 300 da Lei Municipal nº 1.178/91. Consequentemente, fica impedido de participar de concorrência, tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a administração municipal. Verificar este artigo.
§ 2º. As situações não previstas nessa Instrução Normativa serão dirimidas pelo Secretário Municipal de Receita, em conformidade com a legislação pertinente.
Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2014, ficando revogadas as demais disposições normativas em contrario.

Praça dos Três Poderes Paço Municipal *"Couto Magalhães"*, em Várzea Grande, 12 de maio de 2014.

LUIZ FERNANDO BOTELHO FERREIRA
Secretário Municipal de Receita

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:FBA8589B

PREFEITURA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEREC Nº 003/2014

Dispõe sobre o procedimento e a cobrança da TAXA de EXPEDIENTE, nos termos dos art. 146 e 147 - Tabela III – Alínea *'c', 'd'* e *''f''* da Lei Municipal nº 1.178/91 e dá outras providências.

O **Senhor Secretário de Receita do Município de Várzea Grande LUIS FERNANDO BOTELHO FERREIRA,** no uso de suas atribuições legais conferidas por lei.

CONSIDERANDO que o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, garante aos Municípios a faculdade de instituir taxas, em razão do exercício do Poder de Polícia ou Serviço quando da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à disposição.

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 146 e seguintes da Lei nº. 1.178/91 (Código Tributário Municipal), devidamente disciplinas pelo Decreto Municipal nº 012/2014, que trata de forma especifica a cobrança da TAXA de EXPEDIENTE.

CONSIDERANDO que a terminologia da palavra *"expediente"* do latim *[expediens, expedientes]* traz o significado de desembaraçar, desimpedir, ou seja, que expede, que facilita, que desembaraça.

CONSIDERANDO que a Taxa de Expediente é o tributo cobrado em razão da pretensão de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte em função de expediente a ser providenciado com o intuito de atender um pedido do interessado e que irá constituir um procedimento administrativo.

CONSIDERANDO, a necessidade de normatização e padronização de procedimentos e processos relacionados a extinção e desoneração de credito tributários no âmbito da Secretária Municipal de Receita.

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 79, II da Lei Orgânica do Município de Várzea Grande;

R E S O L V E:

Art. 1º. Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento e a cobrança da TAXA de EXPEDIENTE, nos termos dos art. 146 e 147 - Tabela III – Alínea *'c', 'd'* e *''f''* da Lei Municipal nº 1.178/91, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 012/2014.

§ 1º. A TAXA DE EXPEDIENTE é devida a todo serviço especifico, destinado diretamente a satisfação de um interessado. É um serviço individual e divisível *'uti singuli'* que cada pessoa pode usufruir, sendo mensurável em termos de custo, possibilitando que se expressem em valores unitários.
§ 2º. O valor da TAXA de EXPEDIENTE corresponde a 1,0 (uma) UPF/VG - Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande/MT, devendo ser recolhido por meio de DAM – Documento de Arrecadação Municipal com a respectiva TAXA de EMOLUMENTO, que equivale ao valor 1,0 (uma) UPF/VG.
§ 3º. Em hipótese alguma será feita à restituição da TAXA devidamente recolhida, sendo vedada, a utilização para fim diverso do especificado no requerimento.
§ 4º. O lançamento referente à TAXA de EXPEDIENTE e a emissão do respectivo DAM – Documento de Arrecadação Municipal serão efetuados, junto ao cadastro do contribuinte favorecido pelo objeto do pedido em conformidade com os dados apresentados no requerimento.
Art. 2º. Mediante o recolhimento e comprovação da TAXA de EXPEDIENTE poderá ser feita apresentação de petição e/ou requerimento à SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RECEITA (SEREC) por meio da CAC - Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte - PROTOCOLO, quanto relativos:
I - Petições, requerimentos, recursos ou memoriais dirigidos aos órgãos municipais, quando apresentados fora do prazo legal tais como: impugnação de lançamento, pedido de revisão, atualização de informação cadastral, dentre outras tendo como objeto eximir-se da responsabilidade tributária;
II - Baixa de qualquer natureza, em lançamento ou registros, tais como: prescrição de tributos municipais, não incidência de tributos municipais, baixa e/ou paralisação e/ou reativação de cadastro imobiliário ou econômico, concretização de negocio jurídico necessário ao fato gerador (ITBI), ou inexistência de Fato Gerador (FG), decadência, lançamento em duplicidade.
III - Concessões – Ato do Prefeito concedendo, favores em virtude de lei municipal, tais como: incentivos fiscais mediante isenção de tributos, e demais congêneres.
Parágrafo Único. No caso, dos incisos I e II, fica estendido o serviço de PROTOCOLO às unidades e gerencias de atendimento descentralizado, e à Coordenadoria de Fiscalização e Arrecadação (CFA).
Art. 3º. O recolhimento da TAXA de EXPEDIENTE não condiciona ao deferimento da solicitação, não eximindo o interessado do cumprimento das obrigações principais e acessórias quanto devidas, sujeitando-se ao pagamento de multas acessórias e juros moratórios eventualmente apurados.
Parágrafo Único. A analise e prosseguimento do requerimento fica condicionado ao pagamento dos tributos incontroversos, ou seja, que não estejam atingidos pela prescrição (qüinqüênio) e não sejam objetos de questionamentos administrativo e/ou judiciais. Facultando-se ao erário municipal, apurar e revisar créditos que porventura não tenham sido verificados, nos termos do artigo 149 do CTN.
Art. 4º. O requerimento deverá ser formalizado com apresentação das razões de fato e de direito que garantem ou atendam a solicitação pretendida, sendo o caso, acompanhado dos documentos comprobatórios para subsidiar analise do requerimento sob pena de indeferimento de plano, devendo ser apresentado pelo:
I - Próprio sujeito passivo, se pessoa física; e
II - Empresário ou dirigente da sociedade, se o sujeito passivo for pessoa jurídica.
II - Representante legal da pessoa jurídica, seus prepostos ou pelo Procurador devidamente habilitado de qualquer das pessoas citadas nos incisos deste artigo.
III - No caso de partilha ou adjudicação de bens de espólio e de suas rendas, poderá apresentar requerimento o inventariante, o herdeiro, o meeiro ou o legatário, ou seus respectivos procuradores, devidamente habilitados.
IV - No caso, de sujeito passivo incapaz, deverá ser assinado o requerimento por um dos pais, pelo tutor ou curador, ou pela pessoa responsável, por determinação judicial, por sua guarda.
V - No caso, de terceiro interessado, mediante a exposição de fato que justifiquem sua motivação e vinculação ao objeto do requerimento.
Parágrafo Único. No ato do requerimento, deverá ser anexadas cópias dos documentos que permitam a identificação do requerente,

que responderá pelas informações prestadas nos termos do artigo 299 do Código Penal.
Art. 5º. Analise do processo será feita em até 180 (cento e oitenta) dias, após a confirmação do pagamento, desde que com a apresentação integral da documentação necessária e inerente a comprovação das razões fática e jurídica argüidas pelo interessado.
Parágrafo Único. Resguarda-se ao interessado, caso seja necessário, a emissão de Certidão Positiva de Débitos com efeitos Negativos, referente a créditos tributários objeto do requerimento, desde que, mediante o recolhimento de Taxa especifica (CND).
Art. 6º. A competência para analise dos referidos procedimentos ficara a cargo da CFA – COORDENADORIA DE FISALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO subsidiada por suas gerencias e unidades de execução.
Parágrafo Único. Havendo a necessidade decorrente do fluxo e matéria sob analise, faculta-se ao SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA, por conveniência e interesse da administração, delegar por determinação a competência para analise dos referidos procedimentos a servidor especifico ou unidade executora.
Art. 7º. Os procedimentos que trata esta INSTRUÇÃO NORMATIVA referem-se exclusivamente à competência tributária no âmbito desta SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA.
Art. 8º. As situações não previstas nessa INSTRUÇÃO NORMATIVA serão dirimidas diretamente pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA, em conformidade com a legislação pertinente.
Art. 9º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2014, ficando revogadas as demais disposições normativas em contrario.

Praça dos Três Poderes Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande/MT, 26 de maio de 2014.

LUIZ FERNANDO BOTELHO FERREIRA
Secretário Municipal de Receita

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:11F89EF3

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2014

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, por meio da Pregoeira Oficial, designada pela portaria n. 510/2013, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, cujo objeto: **Registro de preços para aquisição futura e eventual de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar para atender o Município de Várzea Grande – MT, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.**, com realização prevista para o dia **16 de junho de 2014, às 09h** (horário de Brasília). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h às 18h, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, bem como no sitio institucional: www.varzeagrande.mt.gov.br e/ou WWW.bll.org.br.

Várzea Grande/MT., 29 de maio de 2014

CILBENE DE ARRUDA DE VELO
Pregoeira

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário de Educação

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:B4511D35

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.404, DE 13 DE MAIO DE 2014

"Altera a Lei Municipal nº 2.742/2010 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Anexo I da Lei Municipal nº 2.742/2010 passa a viger com as alterações que lhe faz o Anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se as disposições em contrário.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 085, DE 25 DE ABRIL DE 2014.

ANEXO – I

Referência	Cargo	Carga Horária	Quantidade	Descrição das Atividades	Requisitos para a Investidura	Padrão de Vencimento
	Procurador Jurídico	30 horas Semanais	02	Prestar serviços de assistência jurídica à Municipalidade nos diversos segmentos do Direito, consultando, pesquisando, analisando, avaliando e interpretando jurisprudências, atos normativos, leis e outros instrumentos. Defender os interesses do Município, atuando como preposto nas várias localidades e foros, acompanhando a evolução de cada processo a partir das audiências e julgados ocorridos, dentro das diversas instâncias forenses e cuidando da preparação de toda a documentação hábil, convocação de testemunhas, apresentação de provas e atendo-se especialmente, aos prazos, horários e datas.	Curso superior completo em Direito, com registro definitivo no respectivo Conselho Profissional.	R$ 5.500,00

				Assistir às diversas áreas da Prefeitura, provendo-lhes de orientação técnica relativamente à elaboração de contratos de prestação de serviços, nos procedimentos, decisões e assuntos que envolvam interpretação jurídica. Analisar e aprovar editais de licitação. Executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.		

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:17FFEF90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.405, DE 13 DE MAIO DE 2014

"Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2742/2010".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Altera o vencimento do Cargo em comissão de Procurador Geral e do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, constante no Anexo II da Lei Municipal nº 2742/2010.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO II
QUADRO DE PESSOAL
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Procurador Geral	40 horas Semanais	01	Defender os interesses da Prefeitura, atuando como preposto nas várias localidades e foros, acompanhando a tramitação dos processos, nas diversas instâncias forenses atendo-se especialmente, aos prazos, horários e datas. Assessorar juridicamente as diversas áreas da Prefeitura, na elaboração de contratos e demais instrumentos. Analisar e aprovar editais de licitação. Executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pelo seu superior hierárquico. Controlar a legalidade das normas, emitindo parecer, inclusive sobre a Constitucionalidade de Projetos de Leis, sobre a interpletação a ser adotada pela Administração a serca de leis ou atos administrativos, resguardados os controles que não sejam de natureza jurídica, incumbidos de outros órgãos. Responder as consultas formuladas pelas Secretarias e demais órgãos de Governo por determinação do Chefe do Poder Executivo, quando este tenha recebido solicita neste sentido das autoridades competente destes Poderes. Opinar sobre a elaboração, por parte da Comissão Permanente de Licitação, de minutas padrão de instrumento convocatórios de licitação, contratos, convênios e outros atos jurídicos de relevância patrimonial, a serem observadas por toda a Administração e publicadas oficialmente. Opinar sobre as consultas a serem formuladas pela Administração Municipal ao Tribunal de Contas do Estado. Submeter à apreciação do Chefe do Poder Executivo a propositura de ação declaratória de inconstitucionalidade por violação a norma legal, elaborando a respectiva inicial e demais peças pertinente.	Ensino Superior completo, com registro definitivo na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	R$ 6.900,00
Assessor Jurídico	40 horas Semanais	01	Prestar serviços de assistência jurídica à Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, nos diversos ramos do Direito. Elaborar pareceres, responder a consultas formuladas e elaborar peças judiciais e administrativas de interesse da Prefeitura. Defender os interesses da Prefeitura, atuando como preposto nas várias localidades e foros, acompanhando a tramitação dos processos, nas diversas instâncias forenses atendo-se especialmente, aos prazos, horários e datas. Assessorar juridicamente as diversas áreas da Prefeitura, na elaboração de contratos e demais instrumentos. Analisar e aprovar editais de licitação. Representar judicialmente a Prefeitura e administrativamente, quando necessário. Executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pelo seu superior	Ensino Superior completo, com registro definitivo na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	R$ 4.500,00

			hierárquico.		

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:2E38DB3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.407, DE 13 DE MAIO DE 2014

"Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2742/2010".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais...,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Cria Função Gratificada de Supervisor Técnico I, com 02 (duas) vagas, que integrará o Anexo III da Lei Municipal nº 2742/2010.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO III
QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

Referência	Função	Quantidade	Descrição das Atividades	Requisitos para a o exercício da função	Gratificação
	Supervisor Técnico I	02	Planejar e supervisionar as atividades e projetos em sua área de atuação, observadas as competências da unidade em que está lotado. Manter rigoroso controle sobre as atividades realizadas pelos servidores que lhe são subordinados. Auxiliar os servidores que lhe são subordinados a aperfeiçoar o método de trabalho. Definir prioridades para que sejam executadas, elaborando cronograma de trabalho. Elaborar planejamento organizacional; promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional.	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia.	R$ 1.200,00

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:3BAD548C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.408, DE 13 DE MAIO DE 2014.

"Altera a quantidade de Professor do anexo II da Lei Municipal nº 2.610/2009".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo II da Lei Municipal nº 2.610/2009, a quantidade do cargo de Professor de 120 vagas para 122 vagas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO II
Lei n.º 2.610/2009
NÚMERO DE VAGAS DOS CARGOS

NOME DO CARGO	NÚMERO DE VAGAS
PROFESSOR	122
TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR	17
MONITOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	15
MERENDEIRA	14
CONTÍNUA	52

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:320AC00F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.409, DE 13 DE MAIO DE 2014

"Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2742/2010".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, SR. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Altera a quantidade de vagas do Cargo de Assistência Social de 05 vagas para 06 vagas, constante no Anexo I da Lei Municipal nº 2742/2010.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Assistente Social	30 horas Semanais	06	Prestar serviços de natureza social aos munícipes, pesquisando e levantando informações de natureza material, econômica, pessoal, psíquica ou emocional ou de outra ordem, com o objetivo de prevenir, interferir, propor e implementar ações com vistas à busca de soluções que assegurem a reversão dos desajustes ou a sua minimização. Atender, ouvir, aconselhar e orientar funcionários, familiares ou outras pessoas afetadas em seu equilíbrio emocional, familiar ou social, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial da conduta e do comportamento humano. Analisar casos, situações e problemas, emitir laudos e acompanhar a sua evolução, mantendo dossiês específicos em arquivos na sua área. Aplicar técnicas e procedimentos de serviço social, estimulando a participação e o envolvimento consciente dos envolvidos em atividades recreativas, culturais e educativas, a fim de proporcionar por parte deles, uma reflexão que consiga recuperar a sua autoestima, despertar suas capacidades e potenciais e acelerar o progresso individual e coletivo além de conseguir, gradativamente, o seu ajustamento ao meio ambiente. Executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.	Ensino superior completo em Serviço Social, com registro no respectivo Conselho Profissional.	R$ 2.448,79

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:02228C92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.412, DE 13 DE MAIO DE 2014

"Autoriza o Poder Executivo a, incluir ação no Anexo I, da Lei Municipal n.º 3305, de 20 de dezembro de 2013 - Plano Plurianual, Lei Municipal n.º 3265, de 11 de novembro de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 54 da Lei Orgânica do Município;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Essa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a, incluir ação no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Abre Crédito Adicional Especial:

I - O Anexo I, da Lei Municipal n.º 3305, de 20 de dezembro de 2013 - Plano Plurianual, passa a vigorar acrescido da Ação constante do Anexo I, dessa Lei.
II - O Anexo I, da Lei Municipal n.º 3265, de 11 de novembro de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentária, passa a vigorar acrescido da Ação constante do Anexo II, dessa Lei.

Art. 2º Abre ao Orçamento Geral do Município Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), discriminado por seu elemento de despesa:

11 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
11.001 – ESPORTE
11.001.27 – Desporto
11.001.27.812 – Desporto Comunitário
11.001.27.812.0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer
11.001.27.812.0030.1288 – Construção de Quadras Poliesportivas

4490.51.00	Obras e Instalações – Fonte 0224	600.000,00

11 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
11.001 – ESPORTE
11.001.27 – Desporto
11.001.27.812 – Desporto Comunitário
11.001.27.812.0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer
11.001.27.812.0030.1289 – Iluminação Centro Esportivo da Vila Aeroporto

4490.51.00	Obras e Instalações – Fonte 0224	300.000,00

11 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
11.001 – ESPORTE
11.001.27 – Desporto
11.001.27.812 – Desporto Comunitário
11.001.27.812.0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer
11.001.27.812.0030.1290 – Academias ao Ar Livre

4490.52.00	Equipamento e Material Permanente – Fonte 0224	160.000,00

06 – SECRETARIA INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
06.003 – SECRETARIA INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS URBANOS
06.003.15 – Urbanismo
06.003.14.451 – Infra Estrutura Urbana
06.003.14.451.0009 – Expansão e Melhoria da Infra Estrutura
06.003.14.451.0009.1291 – Aquisição de Terreno para Construção de Praça Pública

4590.61.00	Aquisição de Imóveis – Fonte 0100	30.000,00

11 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
11.004 – SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO
11.004.23 – Comércio e Serviços
11.004.23.695 – Turismo
11.004.23.695.0032 – Desenvolvimento do Turismo
11.004.23.695.0032.1292 – Aquisição de Terreno para Construção de Infraestrutura Turística na Cachoeira do Rio Araguaia – Bairro Dom Bosco

4590.61.00	Aquisição de Imóveis – Fonte 0100	60.000,00

Art. 3º Os recursos necessários para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto em conformidade com artigo anterior serão obtidos nos termos artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e seus incisos.

Parágrafo único. Autoriza a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite autorizado nesse crédito.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Araguaia, 13 de maio de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA						
01. Denominação 0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer						
02.Objetivo Expandir e melhorar as condições para prática de Desporto e Lazer						
03.Público Alvo População em Geral						
04.Unidade Responsável Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer						
5. Horizonte Temporal ( ) Contínuo (X) Temporário Início (05/2014) / Término (12/2014)						
07. Quantidade de Ações 01			08. Valor do Programa R$ 600.000,00			
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES						
Descrição da Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1)
Construção de Quadras Poliesportivas	P	Quadras Construídas	Un	2014	2	600.000,00
Função: 27 / Subfunção: 812				TOTAL		600.000,00
PPA TOTAL						600.000,00

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA							
01. Denominação 0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer							
02.Objetivo Expandir e melhorar as condições para prática de Desporto e Lazer							
03.Público Alvo População em Geral							
04.Unidade Responsável Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer							
5. Horizonte Temporal ( ) Contínuo (X) Temporário Início (05/2014) / Término (12/2014)							
07. Quantidade de Ações 01				08. Valor do Programa R$ 300.000,00			
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES							
Descrição da Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1)
Iluminação do Centro Esportivo da Vila Aeroporto		P	Centro Esportivo Iluminado	Un	2014	1	300.000,00
Função: 27	Subfunção: 812				TOTAL		300.000,00
PPA TOTAL							300.000,00

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA							
01. Denominação 0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer							
02.Objetivo Expandir e melhorar as condições para prática de Desporto e Lazer							
03.Público Alvo População em Geral							
04.Unidade Responsável Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer							
5. Horizonte Temporal ( ) Contínuo (X) Temporário Início (05/2014) / Término (12/2014)							
07. Quantidade de Ações 01				08. Valor do Programa R$ 160.000,00			
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES							
Descrição da Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1)
Academia ao Ar Livre		P	Equipamentos adquiridos	Un	2014	Diversas	160.000,00
Função: 27	Subfunção: 812				TOTAL		160.000,00
PPA TOTAL							160.000,00

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA							
01. Denominação 0009 – EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA							
02.Objetivo Ampliar a infraestrutura urbana do município para melhor atender a população							
03.Público Alvo População em Geral							
04.Unidade Responsável Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos							
5. Horizonte Temporal ( ) Contínuo (X) Temporário Início (05/2014) / Término (12/2014)							
07. Quantidade de Ações 01				08. Valor do Programa R$ 30.000,00			
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES							
Descrição da Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1)
Aquisição de Terreno para Construção de Praça Pública		P	Terreno adquirido	Un	2014	1	30.000,00
Função: 15	Subfunção: 451				TOTAL		30.000,00
PPA TOTAL							30.000,00

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA
01. Denominação 0032 – DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

02.Objetivo Incentivar o Desenvolvimento do Turismo no Município							
03.Público Alvo População em Geral							
04.Unidade Responsável Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer							
5. Horizonte Temporal ( ) Contínuo (X) Temporário Início (05/2014) / Término (12/2014)							
07. Quantidade de Ações 01				08. Valor do Programa R$ 60.000,00			
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES							
Descrição da Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1)
Aquisição de Terreno para Construção de Infraestrutura Turística na Cachoeira do Rio Araguaia – Bairro Dom Bosco		P	Terreno Adquirido	Un	2014	1	60.000,00
Função: 23	Subfunção: 695				TOTAL		60.000,00
PPA TOTAL							60.000,00

ANEXO – II
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2014
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	TIPO	PROJETO/ATIVIDADE /OPERAÇÕES ESPECIAIS	INDICADORES FÍSICO/FINANCEIRO		
					META	VALOR R$	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
27-Desporto	812-Desporto Comunitário	0030-Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer	P	1288-Construção de Quadras Poliesportivas	Construir Quadras Poliesportivas no município	600.000,00	Proporção do n.º de unidades adquiridas, pela meta proposta
27-Desporto	812-Desporto Comunitário	0030-Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer	P	1289-Iluminação do Centro Esportivo da Vila Aeroporto	Construção de obras para iluminação do Centro Esportivo da Vila Aeroporto	300.000,00	Proporção do n.º de unidades adquiridas, pela meta proposta
27-Desporto	812-Desporto Comunitário	0030-Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer	P	1290-Academias ao Ar Livre	Construir Academias ao Ar Livre para Ginástica e Lazer	160.000,00	Proporção do n.º de unidades adquiridas, pela meta proposta
23-Comércio e Serviços	695-Turismo	0032-Desenvolvimento do Turismo	P	1292-Aquisição de Terreno para Construção de Infraestrutura Turística na Cachoeira do Rio Araguaia-Bairro Dom Bosco	Adquirir Terreno para Construção de Infraestrutura Turística na Cachoeira do Rio Araguaia-Bairro Dom Bosco	60.000,00	Proporção do n.º de unidades adquiridas, pela meta proposta

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	TIPO	PROJETO/ATIVIDADE /OPERAÇÕES ESPECIAIS	INDICADORES FÍSICO/FINANCEIRO		
					META	VALOR R$	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
15-Urbanismo	451-Infraestrutura Urbana	0009-Expansão e Melhoria da infraestrutura	P	1291-Aquisição de Terreno para Construção de Praça Pública	Adquirir terreno para que seja construída praça pública	30.000,00	Proporção do n.º de unidades adquiridas, pela meta proposta

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:F311B4DA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0491/2014

SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do PROCESSO SELETIVO simplificado nº 003/2014 da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT.

Adalto José Zago, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1.° - Fica aprovado o Regulamento do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014 da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, que é parte integrante deste Decreto.

Art. 2.° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, em 29 de Maio de 2014.

Adalto José Zago
Prefeita Municipal

REGULAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.° - O Processo Seletivo Simplificado para a seleção de candidato ao cargo de Apoio Administrativo Educacional, Vigia, Fiscal de Tributos, Serviços Gerais, Trabalhador Braçal, Pedreiro, Motorista, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Consultório Dental, Auxiliar de Laboratório, Agente Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais e Médico Clínico Geral; para atender as necessidades de todo o Executivo nas esferas das Secretarias de Administração, Educação e Saúde da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Possui legalidade nos termos da Lei Municipal de Contratação Temporária nº 875/2014 e fundamentado com fulcro nas seguintes Leis: Lei Complementares nº. 010/2008, Plano de Cargos e Carreira do Município de Apiacás; Leis Complementares da Secretaria de Administração 65/2011 e 099/2014; Secretaria Municipal de Saúde 66/2011, 94/2013 e 098/2014 e Secretaria Municipal de Educação 14/2008 e 100/2014; o Art. 37 da CF; Lei Orgânica Municipal, toda a elaboração e realização será regida sob a responsabilidade da Unidade Gestora da Prefeitura Municipal de Apiacás, pelas normas contidas no presente Regulamento.

Art. 2.° - O Processo Seletivo Simplificado será de provas na forma estabelecida no edital e seus anexos.

Art. 3.° - O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano a contar da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Enquanto houver candidato aprovado e classificado e não convocado para investidura em determinado cargo não se publicará edital de Processo Seletivo Simplificado para provimento do mesmo cargo, salvo quando esgotado o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado que habilitou o candidato.

Art. 4.° - A aprovação em Processo Seletivo Simplificado não cria direito à nomeação imediata, porém, quando esta ocorrer, dever-se-á respeitar a ordem de classificação dos candidatos.

CAPÍTULO II
DO EDITAL
Art. 5.° - O chamamento para o início das inscrições deverá ser feito com pelo menos 10 dias antes da realização das provas do Processo Seletivo Simplificado, por meio de edital afixado no local de costume na sede da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT e publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município de forma resumida.

Art. 6.° - O edital de abertura deverá conter:
I – os cargos a prover com o respectivo número de vagas;
II – o vencimento inicial do cargo;
III – os prazos e as exigências para inscrição dos candidatos;
IV – o conteúdo programático das provas;
V – os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição e os que deverão ser entregues pelo candidato habilitado quando da sua posse;
VI – a época da realização das provas;
VII – o grau de escolaridade e as habilitações específicas para cada cargo;
VIII – a média e a nota mínima de aprovação;

Art. 7.° - Os prazos dos editais poderão ser prorrogados a juízo da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado por meio de Edital Complementar.

CAPÍTULO III
DOS CANDIDATOS
Art. 8.° - Poderão candidatar-se aos cargos públicos todos os cidadãos brasileiros e os estrangeiros na forma da lei que atenderem aos seguintes requisitos:

I – ser brasileiro ou naturalizado (art. 12 e art. 37, I da CF/88);

II – ter completado ou que venha completar dezoito anos de idade até a data de realização das provas;

III – estar quites com as obrigações militares, se do sexo masculino (Documentos dispensados para Estrangeiro);

IV – estar em dias com as obrigações eleitorais (Documentos dispensados para Estrangeiro);

V – satisfazer aos requisitos especiais para o provimento do cargo, quando for o caso.

Parágrafo único. As exigências previstas nos incisos III, IV e V poderão ser atendidas por ocasião da posse do candidato, caso seja classificado.

CAPÍTULO IV
DAS INSCRIÇÕES

Art. 9.° - As inscrições dos candidatos serão efetuadas no horário, local e prazos fixados no edital.

Art. 10.° - A inscrição será efetuada através do preenchimento do formulário especial realizado pelo próprio candidato.

Art. 11.° - O candidato deverá ficar de posse de seu comprovante de inscrição, cuja apresentação será imprescindível para que o mesmo possa fazer as provas, e um documento de identificação com foto.

Art. 12.° - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, salvo aquelas previstas no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 13.° - A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado prestará todas as informações necessárias e orientará os interessados na obtenção dos elementos indispensáveis à inscrição.

Art. 14.° - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

Art. 15.° - O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste Regulamento e dos respectivos editais.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 16.° – O Prefeito Municipal designará para a realização do Processo Seletivo Simplificado uma comissão organizadora composta de, no mínimo, quatro membros, preferencialmente por servidores efetivos.

Parágrafo Primeiro - Dentre os membros o Prefeito escolherá o Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

Parágrafo Segundo - A escolha dos membros da comissão deverá recair em servidores capacitados e de reconhecida idoneidade moral.

Art. 17.° - A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado será responsável pela elaboração das provas e sua reprodução, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

Art. 18.° - A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2014 deverá prestar treinamento às pessoas indicadas pela Secretaria Municipal de Administração para exercerem a função de fiscais de provas.

CAPÍTULO VI
DAS PROVAS E DO SEU JULGAMENTO
Art. 19.° - As provas preparadas segundo o disposto no art. 17 deverão conter questões objetivas no desempenho do cargo que se refere o Processo Seletivo Simplificado e contagem de anos de Serviços Públicos (mediante comprovação) observando o Edital.

Art. 20.° – O Edital deverá dispor sobre os critérios de correção das provas e avaliação.

Art. 21.° - Os cadernos de provas poderão ser entregues aos candidatos depois da realização das mesmas, observando-se as regras do edital, ficando sob a responsabilidade da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado os cartões de respostas (gabaritos) para correção e entrega de resultado.

Art. 22.° - O candidato que se recusar a responder a quaisquer das provas, ou que se retirar do recinto durante a sua realização sem autorização, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 23.° - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

Art. 24.° - Será eliminado o candidato que usar de incorreção ou descortesia para com os fiscais de prova, auxiliares ou coordenadores e autoridades presentes ou, que for surpreendido em comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, seja verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio, salvo os expressamente permitidos.

Art. 25.° - Expirado o prazo para a solução das questões os cartões de respostas serão entregues incontinente à coordenação do processo seletivo simplificado para a correção e divulgação do resultado.

CAPÍTULO VII
DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 26.° - O peso e a nota mínima de aprovação serão definidos no edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art. 27.° - A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente da média aritmética obtida no conjunto das provas, sendo mais bem colocado, em caso de empate na média final, aquele que obtiver melhor nota na sequencia de prioridade definidas no edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art. 28.° - Permanecendo o empate na contagem de pontos em qualquer cargo na classificação final serão obedecidos os critérios pela ordem a seguir, para fins de convocação:
1) o candidato com a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
2) o candidato com maior nota na prova de Português;
3) o candidato com maior idade;

Art. 29.° - A homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado será feita por ato do Prefeito Municipal, mediante relatório circunstanciado apresentado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30.° - A Administração Pública Municipal poderá, a seu critério, antes da homologação do resultado, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo Simplificado por motivo justificado, não assistindo aos candidatos direito à reclamação.

Art. 31.° - Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 32.° - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 33.° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, em 29 de Maio de 2014.

Adalto José Zago
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE INTERESSE PÚBLICO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICÍPAL DE APIACÁS - MT, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 875/2014, COM FULCRO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 010/2008, PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO MUNICÍPIO DE APIACÁS E LEIS COMPLEMENTARES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 65/2011 E 099/2014; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 66/2011, 94/2013 E 098/2014, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 14/2008 E 100/2014; ART. 37 DA CF; NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DEMAIS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS PERTINENTES E DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES A SEGUIR:
O Prefeito Municipal de Apiacás, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto nº 491/2014, por meio da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nomeada pelo Decreto nº 490/2014 de 29 de Maio de 2014, torna público que a Prefeitura Municipal de Apiacás realizará Processo Seletivo Simplificado, destinado a atender as necessidades temporárias de interesse público para os cargos de: Apoio Administrativo Educacional, Vigia, Fiscal de Tributos, Serviços Gerais, Trabalhador Braçal, Pedreiro, Motorista, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Consultório Dental, Auxiliar de Laboratório, Agente Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais e Médico Clínico Geral para os quais, serão abertas as inscrições à seleção de candidatos consoante as instruções específicas reguladoras do Processo Seletivo Simplificado que se regerá pelas instruções do presente Edital de Convocação e demais normas pertinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será coordenado pela Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado sendo integrada por 04 (quatro) membros**,** nomeado por ato do Prefeito Municipal pelo Decreto nº 490/2014, de 29 de Maio de 2014 e será executado pela Prefeitura Municipal de Apiacás:
1.1.1. O Processo Seletivo Simplificado de Provas será regido por este edital e os seguintes anexos:
Anexo I - Cargos; carga horária e remuneração, etc.;
Anexo II - Sínteses das atribuições dos cargos disputados devidamente discriminados por nível de escolaridade;
Anexo III - Conteúdo programático das provas;
Anexo IV - Dispõe sobre o modelo de procuração;
Anexo V - Dispõe sobre o modelo de Atestado Médico para os portadores de Necessidades Especiais;
Anexo VI - Dispõe sobre o modelo do Recurso Administrativo a ser impetrado junto a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, devidamente fundamentado, quando for o caso;

Anexo VII- Dispõe sobre a previsão de cronogramas dos trabalhos do Processo Seletivo Simplificado;

Anexo VIII – Dispõe sobre o modelo da ficha de inscrição.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado visa atender os dispostos definidos no Anexo I deste Edital, ressalvada a possibilidade de acréscimo durante o seu prazo de validade, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

1.2.1 Os habilitados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, nos termos deste edital vincular-se-ão como segurados do Regime Geral de Previdência Social – INSS.

1.2.2 Os habilitados e classificados no Processo Seletivo Simplificado que forem admitidos vincular-se-ão ao Regime Jurídico de Trabalho Estatutário praticado pelo Município.

1.3 A seleção de que se trata este edital será composta de exame de conhecimentos mediante aplicação de provas objetivas de múltipla escolha, sendo de caráter eliminatório e classificatório, para os candidatos que obtiverem aproveitamento igual ou superior à 50% (cinquenta) por cento.

1.4 O candidato poderá ser representado por procurador, através do modelo de procuração com firma reconhecida em cartório, conforme Anexo IV deste Edital.

1.4.1 O candidato que for representado por procurador, assumirá todos os riscos pela atuação de seu procurador, não cabendo reclamações à posteriori junto à comissão do Processo Seletivo Simplificado.

2. DATA E LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS.

2.1 A prova objetiva será realizada no dia **22** de Junho de 2014 no período matutino, das 08:00h às 11:00h, na seguinte Escola:
Escola Municipal Centro de Promoção Educacional – Endereço: Avenida Brasil nº 1331, Bairro Bom Jesus, na Cidade de Apiacás – Estado de Mato Grosso.

2.2 A relação de Candidatos por sala estará afixada na porta de cada sala e também no portão do local onde realizar-se-á as provas.

2.3 A perícia médica dos candidatos que se declararem portadores de necessidades especiais deverá seguir o modelo do Anexo V, deste Edital e deverá ser protocolada junto à Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, no ato de sua inscrição.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014, para provimento dos cargos objeto deste Edital, estarão abertas no período de **02 de Junho de 2014 a 13 de Junho de 2014.** A inscrição será realizada somente presencial na Prefeitura Municipal de Apiacás – Departamento de

Tributação e Fiscalização, sito a Avenida Brasil, n° 1059, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT, no horário das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 de segunda à sexta-feira.

3.2. O (a) candidato (a) interessado em participar do certame deverá:

3.3. Comparecer ao local de inscrição munido das documentações constante no Art. 3.8 e realizar sua inscrição.

3.4 - As inscrições serão aceitas até o dia 13 de junho de 2014 até as 17:00 horas.

3.5 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e de que está de acordo com o seu conteúdo.

3.6 - O candidato interessado em participar do certame deverá preencher a ficha de inscrição (anexo VIII), declarando o conhecimento integral ao conteúdo deste Edital do Processo Seletivo Simplificado;

3.7 - Não será aceita a inscrição condicional, seja via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

3.8 - Para efetuar a inscrição, são imprescindíveis cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do documento de identidade (RG) do candidato.

3.9- As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Prefeitura Municipal de Apiacás do direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que não preencher o formulário de forma completa, corretamente.

3.10 - As inscrições homologadas serão divulgadas no órgão oficial do Município, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, www.apiacas.mt.gov.br e mural municipal da prefeitura até o dia 18 de Junho de 2014.

3.11 – As inscrições serão isentas de taxa.

3.12 - O Processo Seletivo Simplificado reger-se-á pelo Decreto nº 491/2014, de 29 de Maio de 2014, que dispõe sobre o Regulamento Geral de Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargos no serviço público municipal de Apiacás e por este Edital.

4. DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

4.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, entregar, até o último dia do encerramento das inscrições, ou seja**, 13 de Junho de 2014**, para a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia

autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado, em envelope fechado com suas respectivas identificações no verso.

4.2. O candidato que não requerer a condição especial, até o último dia do prazo para realização das inscrições, não poderá fazê-lo em momento posterior, seja qual for o motivo alegado.

4.3. O atendimento as condições solicitadas ficará sujeito a análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

4.4. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar cópia da certidão de nascimento da criança até o dia **13 de Junho de 2014**, a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado e deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

4.5. A Prefeitura Municipal de Apiacás não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

4.6. O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF valerão somente para este Processo Seletivo Simplificado, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias desses documentos.

4.7. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no mural municipal da prefeitura.

4.8. O candidato disporá de (2) **dois dias** a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para impugnar o indeferimento, na Prefeitura Municipal de Apiacás, com Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, pessoalmente ou por terceiro com procuração. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.9. O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, entregará os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo ao qual concorre por ocasião da posse.

5. CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1 Para os candidatos portador de necessidades especiais, ficam reservadas 5% (cinco por cento) das vagas, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência de que é portador, nos termos dos Decretos Federais nº 3.298/99 e 5.296/04 e da Lei Complementar nº 10/2008. Distribuídos nos termos do anexo I deste edital.

5.1.1. Após o ato da inscrição, o candidato portador de necessidades especiais deverá solicitar reserva de vaga através de requerimento protocolado junto a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2014, **Prefeitura Municipal de Apiacás,** Endereço Avenida Brasil – Nº 1059 – Bairro Bom Jesus - fone/ fax: (0**66) 3593 - 1900 – CEP: 78.595-000 – Apiacás - Mato Grosso, no horário de funcionamento da Prefeitura, ou seja, das 07h00min as 13h00min até o último dia de inscrição, ou seja, **13 de Junho de 2014**. (modelo de Atestado Médico para os portadores de necessidades especiais ANEXOS V).

5.1.2. Os candidatos que se declararem portadores de necessidades especiais concorrerão em igualdade de condições entre eles.

5.2. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:
a) no ato da inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais;
b) encaminhar cópia simples do RG e CPF e laudo médico original, emitido especificamente para essa finalidade, avaliados por médicos preferencialmente do município de Apiacás - MT ou por médico do trabalho, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

5.2.1. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar pessoalmente, por terceiro (procurador) ou para a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado o laudo médico original, até o dia **13 de Junho de 2014.**

5.2.2. A não comprovação da condição prevista no subitem anterior, o candidato não concorrerá como portador de necessidades especiais.

5.2.3. A Organização do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia dos documentos ao seu destino.

5.3. O laudo médico original e a cópia simples do RG e do CPF valerão somente para fins de identificação da inscrição como portador de necessidades especiais a este Processo Seletivo Simplificado, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias desses documentos ao candidato para uso posterior.

5.4. A relação dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida para concorrer na condição de portador de necessidades especiais será divulgada no mural municipal da prefeitura.

5.4.1. O candidato disporá de dois dias a partir da divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, pessoalmente ou por representante. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.5. A inobservância do disposto no subitem 5.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais necessárias.

5.6. O candidato que se declarar portador de necessidades especiais, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, será convocado à submeter-se a perícia médica, a ser realizada por equipe multiprofissional sob responsabilidade do município, por profissionais, que verificará sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não, bem como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada.

5.7. O candidato convocado para a perícia médica deverá comparecer na data e horário previsto na convocação.

5.8. A não observância do disposto no subitem 6.7, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito à vaga reservada aos candidatos em tais condições.

5.9. O candidato portador de necessidades especiais reprovado na perícia médica por não ter sido considerado como tal, caso seja aprovado no Processo Seletivo Simplificado, figurará na lista de classificação geral em igualdade de condições aos demais candidatos.

5.10. O candidato portador de necessidades especiais reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado sem justa causa.

5.11. O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais, se não eliminado no Processo Seletivo Simplificado e considerado portador de necessidades especiais, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral.

5.12. As vagas definidas para necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos portadores de necessidades especiais aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5.13. A convocação do candidato portador de necessidade especial aprovado respeitará a ordem cronológica de classificação e o percentual de limite de vagas abertas.

5.14. Serão convocados os candidatos portadores de necessidades especiais na mesma proporcionalidade da convocação geral, resguardado o limite previsto neste Edital.

6. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA

6.1. Ser Aprovado no Processo Seletivo Simplificado.

6.2. Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira, desde que cumpra os demais requisitos legais e do presente edital para a investidura.

6.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.

6.4. Preencher todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme descrito no **anexo I** deste edital.

6.5. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da realização da prova do respectivo Processo Seletivo Simplificado.

6.6. Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

6.7. Ser considerado apto para o exercício do cargo no exame médico pré - admissional, devendo o candidato apresentar os exames clínicos, os quais correrão à suas expensas.

6.8. Cumprir todas as determinações deste edital.

7. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

7.1. O Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital compreenderá as seguintes fases, conforme o que segue descrito abaixo:
7.1.1 Prova objetiva;
7.1.2 Contagem de pontos por tempo de serviço na Rede Municipal.
7.2. **A prova objetiva** terá a duração de 3 horas e será aplicada no dia 22 **de Junho de 2014,** no turno da manhã das 08:00 horas às 11:00 horas.
7.2.1. Os portões do local da aplicação da prova objetiva serão fechados exatamente às 7:45 hs.
7.3 – A constituição da contagem de pontos para classificação profissional complementar contará para cada ano de Serviço Público (mediante comprovação) 1,00 ponto.

7.3.1 – Para comprovação do tempo de serviço o candidato deve apresentar uma declaração, no ato da Inscrição.
7.3.2 A contagem dos pontos de tempo de serviço serão realizadas no dia da prova objetiva pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

7.4. O local e o horário de realização das provas objetivas estão mencionados neste Edital e, será de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

7.5. O resultado das provas objetiva e o tempo de serviço, bem como seus gabaritos serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT site www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e www.apiacas.mt.gov.br.

8. DAS PROVAS:
8.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha será composta de 30 (trinta) questões objetivas com 4 (quatro) alternativas cada.

Disciplina	Questões	Peso	Pontuação
Língua Portuguesa	05	0,50	2,50
Matemática	05	0,50	2,50
Conhecimentos Específicos do Cargo	20	0,25	5,00
Total			10 pontos

8.2. O Conteúdo Programático das Provas estão disponível no Anexo III deste Edital, devidamente discriminados por cargo concorrido.

8.3. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o candidato deverá preencher na folha de respostas apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.

8.4. O candidato deverá, obrigatoriamente, marcar, somente um, dos quatro campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

8.5. Prova objetiva: para a prova de português e matemática cada questão terá peso de 0,50 (zero vírgula cinquenta centésimos) e para prova de conhecimentos específicos do Cargo cada questão terá peso de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco centésimos) totalizando 10 (dez) pontos.

8.6. O candidato que zerar (deixar de pontuar) em qualquer disciplina aplicada nas provas, mesmo que na soma geral atinja o percentual mínimo de 50% (cinquenta) por cento, estará desclassificado.

8.7. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos, ficando os demais excluídos do Processo Seletivo Simplificado.

9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

9.1. A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a ponto positivo, para os acertos e não haverá contagem negativa para os erros.

9.2. Serão reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver aproveitamento inferior a 50% (cinquenta) na Prova Objetiva múltipla escolha.

9.3. Os candidatos eliminados não terão classificação alguma no Processo Seletivo Simplificado.

9.4. Os candidatos não eliminados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final nas Provas Objetivas.

9.5. Os cálculos por ventura citados neste edital serão considerados até a primeira casa decimal, arredondando-se o número para cima, se o algarismo da segunda casa decimal for igual ou superior a cinco e para baixo se inferior a cinco.

10. DA NOTA FINAL NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
10.1. A nota final no Processo Seletivo Simplificado será a Soma das notas obtidas na prova objetiva e os pontos de tempo de serviço até o total de (05) cinco pontos.

10.2. Os candidatos classificados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais no Processo Seletivo Simplificado, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no item 11 deste edital.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, serão adotados os seguintes critérios para o desempate, aplicados sucessivamente:

11.1.1. O candidato que obtiver maior aproveitamento na prova de Conhecimentos Específicos ao cargo;

11.1.2. O candidato que obtiver maior aproveitamento na prova de Português;

11.1.3. O candidato com maior idade.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso a todas as fases do Processo Seletivo Simplificado à Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado em única e última instância desde que interposto dentro de 02 (dois) dias úteis após a divulgação dos atos e, protocolados diretamente na Prefeitura Municipal Apiacás - MT:

12.1.1. Ao processo de inscrição;

12.1.2. Às questões, o gabarito preliminar e o resultado das Provas Objetivas de múltipla escolha;

12.1.3. Erros de cálculo das notas e no resultado final.

12.2. O recurso será:

12.2.1. Individual, não sendo aceitos recursos coletivos;

12.2.2. Digitado ou datilografado, em duas vias (original e cópia), para cada um dos subitens previstos no item 12.1 contra o qual o candidato pretenda recorrer;

12.2.3. Elaborado com capa para cada item recorrido, da qual conste a identificação precisa do item, o nome do candidato, o seu número de inscrição, o cargo para o qual concorre e a sua assinatura;

12.2.4. Redigido com argumentação lógica e consistente.

12.3. Os recursos que tenham por objeto as questões, o gabarito e o resultado das provas devem conter a indicação clara do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada na publicação oficial, além da indicação da bibliografia pesquisada, referente a cada questão recorrida, bem como as razões de seu inconformismo.

12.4. Será rejeitado liminarmente o recurso que:

12.4.1. Não contiver os dados necessários à identificação do candidato ou do item recorrido na capa do recurso;

12.4.2. Não contiver qualquer identificação do candidato no corpo do recurso;

12.4.3. For postado ou protocolado fora do prazo estipulado neste Edital;

12.4.4. Estiver incompleto, obscuro ou confuso;

12.4.5. For encaminhado para endereço diverso do estabelecido;

12.4.6. Não atender às demais especificações deste Edital.

12.5. Se, do exame do recurso, seja por recurso administrativo ou por decisão judicial, resultar em anulação de questão da prova objetiva de múltipla escolha, os pontos correspondentes à questão anulada serão atribuídos a todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo.

12.6. Se houver alteração do gabarito oficial, o mesmo será republicado.

12.7. O recurso será interposto no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do gabarito oficial, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT. O prazo previsto para a interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

12.8. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no mural municipal da prefeitura a partir do dia subsequente ao da realização das provas teóricas, dia 28 de Abril de 2014.

12.9. Para recorrer contra os gabaritos preliminares das provas objetivas, o candidato deverá utilizar-se do modelo de formulário disposto Anexo VI.

12.10. Todos os recursos devidamente embasados serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no mural municipal da prefeitura.

12.11. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

12.12. Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, intempestivo.

12.12.1. O recurso deverá ser protocolado pessoalmente junto à Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, no endereço da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

13. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO DO CARGO.

13.1. O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado será convocado conforme a necessidade da Administração Publica Municipal, que poderá ocorrer até o final da validade deste Processo Seletivo Simplificado. Porém será fator determinante a avaliação médica sobre a saúde física e mental do candidato.

13.1.1. O critério de convocação será pela discricionariedade e necessidade da Administração Municipal e respeitado os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

13.2. O candidato classificado listará sequencialmente no rol do resultado final, e serão convocados à este status sempre que vagar o cargo, por desistência do candidato aprovado ou outro fator determinante.

13.2.1. Os candidatos classificados não terão direito a convocação para nomeação. Porém, se houver a criação de novas vagas, por conveniência da Administração, estes terão os mesmos direitos dos candidatos aprovados.

13.3. O candidato classificado para as vagas existentes será convocado por meio de publicação no mural da Prefeitura, no Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.com.br/amm-mt www.apiacas.mt.gov.br e no mural municipal da prefeitura, conforme a necessidade da Administração Publica Municipal.

13.4. O candidato convocado terá até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida no ato convocatório, que deverá conter no mínimo os seguintes documentos:

13.4.1. Histórico de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (01 (uma) cópia autenticada);

13.4.2. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;

13.4.3. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

13.4.4. 01 (uma) foto 3x4 recente;

13.4.5. Título eleitoral (original) e 1 (uma) cópia (Documentos dispensados para Estrangeiro);

13.4.6. Certidão de nascimento ou casamento (original) e 1 (uma) cópia;

13.4.7. Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (uma) cópia;

13.4.8. Certificado de reservista (original) e 1 (uma) cópia (se masculino) (Documentos dispensados para Estrangeiro);

13.4.9. CPF (original) e 1 (uma) cópia;

13.4.10. Documento de identidade (original) e 1 (uma) cópia;

13.4.11. PIS ou PASEP (original) e 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

13.4.12. CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social)

13.4.13. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

13.4.14. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

13.4.15. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

13.4.16. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais (Documentos dispensados para Estrangeiro);

13.4.17. Registro no Conselho de Classe específico à Profissão;

13.4.18. Conta Bancária.

13.5. Quando convocado para apresentar a documentação e o candidato não atender no prazo estabelecido será considerado eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13.6. O candidato nomeado, que não se apresentar no local e prazo estabelecido será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

14.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo Simplificado que sejam publicados no mural e site da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT.

14.3. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente o edital e os comunicados a serem divulgados.

14.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com **antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para o seu início**, munido somente de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, do Cartão de Inscrição e do documento de identidade original.

14.4.1. Os portões serão fechados exatamente às 07:45 hs.

14.4.2. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha durante a realização das provas.

14.5. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público;

carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

14.5.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

14.5.2. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

14.6. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.5 deste edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14.7. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

14.7.1. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

14.8. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos predeterminados em edital ou em comunicado.

14.9. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.10. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas, no mínimo por uma hora após o início das provas.

14.10.1. A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato no Processo Seletivo Simplificado.

14.11. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

14.12. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas por desconforto pessoal, para ir aos lavatórios/banheiros devidamente acompanhado de um fiscal credenciado.

14.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

14.14. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a estas implicará a eliminação automática do candidato.

14.15. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

14.16. Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha.

14.16.1. A Organização do Processo Seletivo Simplificado recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.

14.16.2. A Organização do Processo Seletivo Simplificado não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

14.16.3. A Organização do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

14.16.4. Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas. O candidato que estiver armado será encaminhado à Delegacia de Policia.

14.17. No dia de realização das provas, a Organização do Processo Seletivo Simplificado poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal.

14.18. Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, durante a sua realização:

14.18.1. For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

14.18.2. Utilizar-se de livros, máquina de calcular ou similares, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outros candidatos;

14.18.3. Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

14.18.4. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;

14.18.5. Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

14.18.6. Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.18.7. Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

14.18.8. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas;

14.18.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

14.18.10. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado;

14.18.11. Não permitir a coleta de sua assinatura;

14.18.12. For surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;

14.18.13. For surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos;

14.19. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.20. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14.21. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

14.22. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de um ano, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período a critério da administração.

14.23. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal de Apiacás - MT e publicado nos órgãos da imprensa Oficial www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, www.apiacas.mt.gov.br e no mural municipal da prefeitura.

14.24. O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante a Organização do Processo Seletivo Simplificado, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, por meio de requerimento a ser enviado à Administração Municipal. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.25. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

14.26. As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação pela Organização do Processo Seletivo Simplificado.

14.27. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação.

14.28. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o cargo concorrido e as demais informações.

14.29. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esta finalidade. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente devidamente identificado e autorizado.

14.30. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

14.31. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

14.32. Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta (gabarito) preenchido com caneta esferográfica preta ou azul não porosa.

14.33. No preenchimento do Cartão de Resposta (gabarito) é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente.

14.34. As questões respondidas incorretamente não anularão as questões respondidas corretamente.

14.35. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

14.36. O candidato ao terminar as provas deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta (gabarito).

14.37. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de 02 (duas) horas poderá levar consigo o caderno de provas.

14.38. O candidato que sair antes do horário acima terá oportunidade de retirar o caderno de provas no prazo de 01 (um) dia, a partir do dia seguinte ao da aplicação da prova, na Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, das 08h às 12h após este prazo os cadernos que não forem retirados serão incinerados.

14.39. O candidato deverá permanecer no mínimo por 01 (uma) hora em sala após o início das provas, sob pena de eliminação.

14.40. Os 03 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova, assinando ao sair o relatório dos fiscais de sala.

Apiacás/MT, em 29 de Maio de 2014.

JOSIANE GONÇALVES
Presidente Comissão Processo Seletivo Simplificado

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

ANEXO I

Vagas Abertas, Escolaridade exigida, Área de Atuação, Remuneração, Carga Horária Semanal e Local de Trabalho etc...

TABELA DE VAGAS PARA CANDIDATOS

CARGO/ÁREA	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	ÁREA DE ATUAÇÃO	N.º VAGAS	VAGAS PARA PNE	C/ H	REMUNERAÇÃO
MEDICO CLINICO GERAL	NIVEL SUPERIOR+CRM-MT	Saúde	2	1	40 HS	11.395,00
AUXILIAR DE LABORATORIO	NIVEL MÉDIO	Saúde	2	-	40 HS	1.102,29
AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTAL	NIVEL MÉDIO	Saúde	2	-	40 HS	1.102,29
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	NIVEL MEDIO	Saúde	3	-	40 HS	1.102,29
AGENTE ADMINISTRATIVO	NIVEL MEDIO	Administração	8	**2**	40 HS	973,81
FISCAL DE TRIBUTOS	NIVEL MÉDIO	Administração	3	-	40 HS	973,81
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	NIVEL FUNDAMENTAL	Educação	3	-	40 HS	768,34
VIGIA	NIVEL ALFABETIZADO	Administração	4	-	40 HS	768,34
SERVIÇOS GERAIS	NIVEL ALFABETIZADO	Administração	2	-	40 HS	768,34
TRABALHADOR BRAÇAL	NIVEL ALFABETIZADO	Administração	4	**1**	40 HS	768,34
PEDREIRO	NIVEL ALFABETIZADO	Administração	2	-	40 HS	973,81
MOTORISTA	NIVEL ALFABETIZADO	Administração	3	-	40 HS	1.214,80
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	NIVEL ALFABETIZADO	Administração	4	**1**	40 HS	768,34
TOTAL DE VAGAS			**42**	**5**	**47**	

Apiacás MT 29 de Maio de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

ANEXO II
ATRIBUIÇÕES DO CARGO

MEDICO CLINICO GERAL: Prestar assistência médica aos usuários do serviço publico de saúde. Fazer inspeções de saúde em candidatos a cargos públicos e em servidores municipais. Atender consultas médicas em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias e efetuar exames médicos em escolares e pré-escolares. Preencher e assinar laudos de exames e verificação. Fazer diagnósticos e recomendar a terapêutica indicada para cada caso. Prescrever regimes dietéticos. Prescrever exames laboratoriais. Atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados. Atender emergências e prestar socorros. Efetuar auditorias nos serviços médico-hospitalares e elaborar relatórios. Elaborar e emitir laudos médicos. Anotar em ficha apropriada os resultados obtidos. Ministrar cursos de primeiros socorros. Supervisionar em atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação. Preparar relatórios das atividades relativas ao emprego. Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo, particularidades do Município ou designações superiores.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTAL: compreende os cargos que se destinam a recepcionar pessoas em consultórios dentários, bem como auxiliar o cirurgião dentista em tarefas simples; efetuar o controle de agenda de consultas, verificando os horários disponíveis e registrando as consultas agendadas, para mantê-la organizada e atualizada; atender aos pacientes, procurando identificá-los, averiguando as necessidades ao cirurgião dentista ou receber recados; controlar o fichário ou arquivo de documentos relativos ao histórico do paciente, organizando-o e mantendo-o atualizado, para possibilitar ao cirurgião dentista consultá-lo quando necessário; esterilizar os instrumentos utilizados no consultório; zelar pela assepsia, conservação e recolhimento de material, utilizando estufas e armários, e mantendo o equipamento em perfeito estado funcional, para assegurar os padrões de qualidade, higiene e funcionalidade requeridas; orientar os pacientes sobre o correto modo de escovação dos dentes, bem como colaborar na orientação ao público em campanhas de prevenção à cárie; providenciar a distribuição e a reposição de estoques de medicamentos e instrumentos de acordo com orientação superior; receber, registrar e encaminhar material para exames de laboratório; preparar material para realização de restauração dentárias, seguindo as instruções recebidas; executar tarefas afins e de interesses da municipalidade.

AUXILIAR DE LABORATÓRIO: compreende o cargo que se destinam a desenvolver atividades auxiliares gerais de laboratório, limpando, conservando e guardando aparelhagem e utensílios, bem como ajudando na coleta dos materiais a serem analisados; limpar e desinfetar a aparelhagem, os utensílios e as instalações de laboratório, utilizando técnicas e produtos apropriados, de acordo com normas estabelecidas e orientação superior; efetuar e manter a arrumação dos materiais de laboratório em gavetas e bandejas, providenciando sua reposição quando

necessário; auxiliar na coleta e manutenção de materiais físicos, químicos e biológicos, para possibilitar a realização dos exames; encher, embalar e rotular vidros, ampolas e similares; abastecer os recipientes do laboratório, colocando os materiais indicados em vidros, vasos e similares; preencher fichas relacionadas aos trabalhos de laboratório, fazendo as anotações pertinentes, para possibilitar consultas ou informações posteriores; comunicar ao superior imediato qualquer problema no funcionamento dos aparelhos e equipamentos do laboratório, a fim de que seja providenciado o devido reparo; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Compreende a competência do profissional Técnico em Enfermagem prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos clientes, sob supervisão do enfermeiro, assim como colaborar nas atividades de ensino e pesquisas desenvolvidas na Instituição; auxiliar o superior na prevenção e controles das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológicas e no controle da infecção hospitalar, preparar cliente para consultas e exames, orientado-os sobre as condições de realização dos mesmos. Colher e ou auxiliar o cliente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação realizar exames eletro diagnósticos e registrar os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem. Orientar e auxiliar clientes, prestando informação relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde; verificar os sinais vitais e as condições gerais dos clientes, segundo prescrição medica e de enfermagem; preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo a prescrição medica, sob supervisão do enfermeiro; cumprir prescrições de assistência medica O. Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura; auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência; realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para realização de relatórios e controle estatístico; efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas da Instituição, o material necessário à prestação da assistência à saúde do cliente; propor a aquisição de novos instrumentos para reposição daqueles que estão avariados ou desgastados; realizar atividades na promoção de campanhas governamentais; auxiliar na preparação do corpo após o óbito; Participar de programas de treinamento quando convocado; e executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: nutrição escolar - atividades relativas à preparação, conservação, armazenamento e distribuição da alimentação escolar; manutenção da infra-estrutura, funções de vigilância, segurança, limpeza e manutenção da infra-estrutura escolar.

AGENTE ADMINISTRATIVO: compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços nas áreas de secretariado, telefonia, recepção, digitação, protocolo, registro, arquivos, classificação e expedição de correspondência, executar tarefas internas e externas de correspondência, copiadoras, controlar entrada e saída de materiais de consumo, zelar pelo material, equipamento e ferramentas colocados sob sua guarda, observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e outras tarefas determinadas pelo superior imediato, compatíveis, complementares e afins com o cargo.

PEDREIRO: Executar serviços de alvenaria em geral; saber usar com cuidado as ferramentas de trabalho; executar obras de alvenaria; realizar assentamentos de tijolos, pedras, ladrilhos e cerâmicas; executar reparos em paredes, tetos, aberturas, telhados e em rebocos; montar caixilhas de ferro, arame e solda para construir armação; aplicar concretos; ter cuidado com a prevenção de acidentes do trabalho; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

FISCAL DE TRIBUTOS: compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços nas áreas preventivas e corretivas relativas a tributos municipais, zelar pelo material, equipamento e ferramentas colocados sob sua guarda, observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e outras tarefas determinadas pelo superior imediato, compatíveis, complementares e afins com o cargo.

MOTORISTA: compreende o trabalho que consiste em dirigir veículos motorizados para transporte de pessoas ou cargas; cuidar da limpeza, conservação e manutenção dos veículos e fazer-lhes pequenos reparos quando da sua utilização; preencher fichas de controle; cumprir o regulamento, normas, rotinas em vigor; realizar outras tarefas de acordo com as atribuições próprias da respectiva função, inclusive administrativas.

VIGIA: compreende a categoria funcional com as atribuições de segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas e outros locais de responsabilidade da Prefeitura, proteger pessoas e patrimônio e demais atividades complementares e afins.

SERVIÇOS GERAIS: compreende a categoria funcional com atividades relativas à serviços gerais de limpeza e conservação e demais atividades complementares e afins.

TRABALHADOR BRAÇAL: compreende a categoria funcional com atividades relativas à serviços braçais de limpeza e conservação e demais atividades complementares e afins.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: compreende a categoria funcional com atividades relativas à serviços gerais de limpeza e conservação e demais atividades complementares e afins.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

NIVEL SUPERIOR – MÉDICO CLÍNICO GERAL

Língua Portuguesa – 05 (cinco) questões - 0,50 pontos: Tipologia textual. Texto e interpretação. Textos temáticos e figurativos. Coesão e Coerência textuais. Termos ligados ao verbo. Termos ligados ao nome. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Tempos e Modos verbais. Vozes verbais. Orações Coordenadas. Orações Subordinadas: Substantivas, Adjetivas e Adverbiais. Uso da vírgula. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Funções da linguagem. Níveis de linguagem. Substantivo e sua classificação.

Matemática – 05 (cinco) questões – 0,50 pontos: Números inteiros: operações e propriedades, múltiplos e divisores; Números racionais: operações nas formas fracionária e decimal; Números e grandezas proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional; Sistema de medidas decimais e não-decimais; Médias: aritmética e ponderada; Perímetros e áreas de figuras planas; Volume de sólidos geométricos; Fundamentos da Teoria dos Conjuntos. Conjuntos numéricos: números naturais e inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, MDC e MMC); números racionais e irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal); números reais (relação de ordem e intervalos); operações. Funções: estudo das relações, definição de função, funções definidas por fórmulas; domínio. Imagem e contradomínio; Resolução de equações, inequações e sistemas. Regra de três simples e composta, porcentagem; juros simples e compostos, desconto simples.

Conhecimentos Específicos – 20 (vinte) questões – 0,25 pontos: Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças: Cardiovasculares; insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurismas de aorta, insuficiência arterial periférica, tromboses venosas, hipertensão arterial, choque. Pulmonares: insuficiência respiratória aguda, bronquite aguda e crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias. Do Sistema Digestivo: gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarréia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular do cólon, tumores do cólon. Renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolíticos e do sistema ácido/base, nefrolitíase, infecções urinárias. Metabólicas e do sistema endócrino: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus hipotireodismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Hematológicas: anemias hipocrômicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Reumatológicas: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno. Neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão. Infecciosas e Transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococcias, estafilococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbios, toxoplasmose, viroses. Dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas imunológicas, doença do soro, edema angioneurótico, urticária, anafilaxia. Ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorréias, câncer de mama intercorrências no ciclo gravídico; Saúde Pública, Atualidades sobre Saúde Pública, Atualidades sobre Medicina Geral e Medicina Preventiva; Epidemiologia; Medicina Social e Preventiva; Código de Ética; Código de Processo Ético. Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Constituição Federal. Terapia nutricional parenteral e enteral. Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde.

NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO – AGENTE ADMINISTRATIVO; FISCAL DE TRIBUTOS; TÉCNICO EM ENFERMAGEM; AUXILIAR DE LABORATÓRIO E AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTAL

Língua Portuguesa – 05 (cinco) questões - Peso 0,5 ponto: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

Matemática – 05 (cinco) questões - Peso 0,5 ponto: Números inteiros: operações e propriedades, múltiplos e divisores; Números racionais: operações nas formas fracionária e decimal; Números e grandezas proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional, regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples; Funções do 1º e 2º graus: problemas, equações e inequações de 1º e 2º graus. Sistema de medidas decimais e não-decimais; Médias: aritmética e ponderada; Conjuntos; Perímetros e áreas de figuras planas; Volume de sólidos geométricos.

Conhecimentos Específicos – 20 (vinte) questões - Peso 0,25 pontos:
Agente Administrativo e Fiscal de Tributos: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Uso de manuais de procedimentos. Conhecimentos sistemas informatizados. Noções de Comunicação: canais e finalidades. Atendimento ao público interno e externo. Redação de documentos e correspondência; Noções de prática de Qualidade Total. Conhecimentos de Microinformática: arquitetura e funcionamento, características de componentes de hardware (placas, memórias, barramentos, discos rígidos), dispositivos de entrada. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

Técnico em Enfermagem; Auxiliar de Consultório Dental; Auxiliar de Laboratório: Relações interpessoais no trabalho; técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, higienização, administração de medicamentos via oral e parenteral, cuidados especiais, coleta de material para exame. Ética profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional. Introdução as doenças transmissíveis: terminologia básica, noções de epidemiologia, esterilização e desinfecção, doenças de notificação compulsória, isolamento, infecção hospitalar, vacinas. Socorros de urgência: parada cardio-respiratória, hemorragias, ferimentos superficiais e profundos, desmaio, estado de choque, convulsões, afogamento, sufocamento, choque elétrico, envenenamento, mordidas de cobras, fraturas e luxações, corpos estranhos, politraumatismo, queimaduras. Pediatra: a criança: o crescimento e o desenvolvimento infantil, alimentação, doenças mais comuns, berçários e lactários. Centro cirúrgico: terminologia cirúrgica, cirurgias mais comuns. Técnica de trabalho para o atendimento em PSF, Postos de Saúde e Farmácia de distribuição de medicamento da rede pública municipal. Conhecimentos de Microinformática: arquitetura e funcionamento, características de componentes de hardware (placas, memórias, barramentos, discos rígidos), dispositivos de entrada. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

ENSINO FUNDAMENTAL – VIGIA; SERVIÇOS GERAIS; TRABALHADOR BRAÇAL; PEDREIRO; AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E MOTORISTA

Língua Portuguesa – 05 (cinco) questões - Peso 0,5 pontos: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

Matemática – 05 (cinco) questões - Peso 0,5 pontos: Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau.

Conhecimentos Específicos – 20 (vinte) questões - Peso 0,25 pontos:

Serviços Gerais; Trabalhador Braçal; Auxiliar de Serviços Gerais e Pedreiro: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Funções; ferramentas utilizadas; noções de podas de árvores; plantio; replantio; equipamentos utilizados; ferramentas e utensílios comuns ao exercício das funções acima; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das

ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

Motorista CNH "D": Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Prevenção de acidentes e incêndio.

Vigia: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Conhecimento sobre a manutenção da ordem e da disciplina; prevenção contra roubo; vigilância do patrimônio; comportamento profissional; uso de uniforme adotado; Noções de relacionamentos interpessoais, como: regras de comportamento no ambiente de trabalho; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo, colegas de trabalho e zelo pelo patrimônio público; Noções de limpeza e higiene; Noções de hierarquia; Conhecimento dos utensílios possíveis de utilização; Conhecimento básico da função; Telefones públicos de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar, Polícia Civil etc...

Apoio Administrativo Educacional (Serviços Gerais) – Conhecimento e regras hierárquicas no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Funções; ferramentas utilizadas; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário e instalações diversas; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho.

Apoio Administrativo Educacional (Merendeira) - Conhecimento e regras hierárquicas no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: os alimentos; proteção dos alimentos; cuidados pessoais no trabalho – segurança do trabalho; da merenda escolar; preparação dos alimentos; o gás de cozinha; utilização e manuseio dos eletrodomésticos; elaboração de pratos; estocagem de alimentos; controle de estoques; melhor aproveitamento dos alimentos; relação entre saúde e alimentos; os nutrientes e sua atuação no organismo; seleção e conservação e condições inadequadas ao consumo de alimentos.

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

Eu (*nome completo*) _____,
(*nacionalidade*)_____, (*estado civil*) _____, (*profissão*) _____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua_____, nº_____, Bairro _____, Cidade de _____, Estado_____ , CEP_____, Telefone nº _____, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR (A) o (a) senhor(a) (*nome completo*)_____, (*nacionalidade*)_____,(*estado civil*)_____, (*profissão*)_____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado_____, CEP_____, Telefone nº _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014 da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. _____de_____ de 2014.

_____
Assinatura do (a) requerente

ANEXO V
MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL
PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome do Candidato: _____
Cargo:_____ _____O Candidato supracitado, vem por meio deste **REQUERER VAGA ESPECIAL COMO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo): Tipo de deficiência de que é portador:_____
Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID_____
Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____
(OBS: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres) informações especiais para a aplicação das provas:
- se não necessitar de prova especial e/ou tratamento especial, marcar com x no local abaixo mencionado:
- caso necessite de prova especial e/ou tratamento especial, marcar com x no local abaixo mencionado e discriminar o tipo de prova especial e/ou tratamento especial necessário:
( ) não necessita de prova especial e/ou tratamento especial.
( ) necessita de prova especial (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)
( ) necessita de tratamento especial (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)
_____
_____
Declaro, para os devidos fins, que sou portador da deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de Apiacás, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura Candidato

ANEXO VI

MODELO RECURSO ADMINISTRATIVO
À Comissão do Processo Seletivo Simplificado Referente edital nº 003/2014
Prefeitura Municipal de Apiacás- MT

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO:_____

CARGO:_____
SALA Nº:_____ _____TURNO_____
Marque abaixo o tipo de recurso:
( ) Erro na grafia do nome ou endereço.
( ) Gabarito Oficial: questão/questões nº ___.
( ) Erro ou omissões nos cadernos de provas de múltipla escolha.
( ) Resultado das provas de múltipla escolha.
( ) Erro ou omissão na classificação final.
Digitar ou datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com assinatura do candidato.

_____

_____Data ____/____/____

Assinatura: _____

ANEXO VII

PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE EVENTOS

Publicação do Edital de Abertura	29/05/2014
Período Normal de Inscrições	02/06 à 13/06/2014
Divulgação Prévia das Inscrições e Período de Recursos sobre as Inscrições	16 e 17/06/2014
Resultado recursos e Homologação das Inscrições	18/06/2014
Aplicação das Provas Objetivas	22/06/2014
Divulgação do gabarito preliminar e Período de Recursos da Prova Objetiva	23 e 24/06/2014
Resultado dos Recursos	25/06/2014
Publicação do Resultado Processo Seletivo Simplificado	26/06/2014
Homologação do Resultado Final	27/06/2014

ANEXO VIII
FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome:	Nº inscrição:	
Cargo:		
Município:	Estado:	
Endereço:		
CPF nº:	Data de Nas:	
RG nº:	Org:	Exp Data:
Titulo Eleitor:	Nacionalidade:	
Sexo:	F: ( ) M: ( )	
Profissão atual:		
Portador de Necessidades Especiais:	( ) sim ( ) não	

Declaro sob pena da lei, que as informações acima prestadas são absolutamente verdadeiras; declaro que tomei ciência do conteúdo integral do Edital. Estou ciente de que em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014 poderei ser desligado, caso estas Informações não sejam verdadeiras.

Apiacás/MT, _____,_____,2014.

_____ _____
Assinatura do candidato Assinatura do responsável pela inscrição

Destacar e entregar ao candidato

CARTÃO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Nº da inscrição:_____

RG:_____

CPF:_____

_____
Assinatura do responsável
Lembrete: Levar documento de identificação e Caneta no dia da prova.

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:6F94BC02

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PREFEITURA MUNICIPAL
MAPA DE CONTROLE DE VEÍCULO

MAPA DE CONTROLE DE VEÍCULO – DESPESA GERAIS
VEÍCULO PLACA: _____
MÊS :_____

Data	Quilometragem do veículo	Quantidade de combustível gasto	Valor gasto com combustível	Quantidade de pneus / conserto	Valor gasto com pneus	Controle de revisões	Controle de manutenção	Total de despesa

CONTROLE DE ENTRADAS E SAÍDAS DE VEÍCULOS
VEÍCULO PLACA: _____
MÊS :_____
ÓRGÃO :_____

Nº	KM DE SAÍDA	HORAS	DATA	KM DE CHAGADA	HORAS	DATA	DESTINO	MOTORISTA

CONTROLE DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL POR VEÍCULO
VEÍCULO PLACA: _____
MÊS :_____
ÓRGÃO :_____

Nº TICKET	DATA	HORAS	QUILOMETRAGEM	AUTORIZADO POR	MOTORISTA	ASSINATURA

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:D01C7CA6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - 1º QUADRIMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201405271703020010198 5

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	7.073.974,83	0,00
2	Pessoal Ativo	7.073.974,83	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.073.974,83	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		7.073.974,83
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		13.714.067,99
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		51,58
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		7.405.596,71
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)		7.035.316,88
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		6.665.037,04
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	27/05/2014	www.conquistadoeste.mt.gov.br
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.			
Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO CONTAGIL			
Nota:			

CONQUISTA DOESTE, 27/05/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014
CVA: 201405271703020010198 5

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.										
Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO CONTAGIL										
Nota:										

CONQUISTA DOESTE, 27/05/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014
CVA: 201405271703020010198 5

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	0,00	174.271,84
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	0,00	174.271,84
4	Interna	0,00	174.271,84
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	7.980.606,97	9.005.165,05
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	7.844.838,15	9.007.789,94
10	Demais Haveres Financeiros	163.094,41	24.700,70
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.325,59	27.325,59
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-7.980.606,97	-8.830.893,21
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.903.697,88	13.714.067,99
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	1,27
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-61,85	-64,39
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		16.456.881,59
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%		14.811.193,43
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre

18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	0,00	174.271,84
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	0,00	174.271,84
21	De Tributos	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	0,00	174.271,84
23	Previdenciárias	0,00	0,00
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	174.271,84
25	Do FGTS	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 Até o 1º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-
33	DEPÓSITOS	0,00	0,00
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 Até o 1º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	0,00
37	Passivo Atuarial	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	5.518.952,68	5.855.006,90
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	5.518.952,68	5.855.006,90
41	Investimentos	0,00	0,00
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX- X)	-5.518.952,68	-5.855.006,90

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO CONTAGIL

Nota:

CONQUISTA DOESTE, 27/05/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201405271703020010198 5

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1	.											
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO											
.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3	.											
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO CONTAGIL

Nota:

CONQUISTA DOESTE, 27/05/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201405271703020010198 5

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO						
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO CONTAGIL

Nota:

CONQUISTA DOESTE, 27/05/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL 2014
CVA: 201405271703020010198 5

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			R$ 1,00
CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 Até o 1º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.903.697,88	13.714.067,99
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (22%)	- 2.838.813,53	3.017.094,96
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%) 2.554.932,18		2.715.385,46
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 Até o 1º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :		
¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.			
Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO CONTAGIL			
Nota:			

CONQUISTA DOESTE, 27/05/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201405271703020010198 5

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.714.067,99	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.194.250,88	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	1.974.825,79	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	959.984,76	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO CONTAGIL			
Nota: NÃO HOUVE CONTRATAÇÃO DE DIVIDA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO			

CONQUISTA DOESTE, 27/05/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014
CVA: 201405271703020010198 5

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	7.073.974,83	51,58
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	7.405.596,71	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	7.035.316,88	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-8.830.893,21	-64,39
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.456.881,59	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.017.094,96	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.194.250,88	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. Da Receita	959.984,76	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-
Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO CONTAGIL			
Nota:			

CONQUISTA DOESTE, 27/05/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

Publicado por:
Ricardo Cuoghi dos Santos
Código Identificador:486D093F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA 10635 PE 012014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 10635/2014
PREGÃO ELETRÔNICO: N° 001/2014– REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG961179-8/2013

Pelo presente instrumento, **Município de Cuiabá,** pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro - Praça Alencastro n° 158 - Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS,** Sr. WERLEY SILVA PERES, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 – SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e as empresas: **AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 65.817.900/0001-71, com sede na Avenida Visconde de Nova Granada, nº 1.105, Vila Grossklauss, CEP: 13617-400, cidade e comarca de Leme - SP, representada neste ato pela sua Representante Legal, Srª ELEN CARLA DA SILVA ROCATELLI, portadora da Carteira de Identidade n.º 28.138.559-2 SSP/SP, CPF/MF n.º 253.476.958-89; **ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.439.635/0001-03, com sede na Rodovia Professosr Zeferino Vaz, Km 135, Bairro Itapavassu, CEP: 13150-000, Cosmópolis-SP, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Srª SONISI KEIKO YOKOGAWA , portadora da Carteira de Identidade n.º 25.512.728-5 SSP/SP, CPF/MF n.º 185.158.288-63; **BSB – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.777.772/0001-58, com sede no Polo Industrial Juscelino Kubitschek, trecho 01, conjunto 10, Lote 20, Bairro Santa Maria, CEP: 72.549-550, Brasilia – DF, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº SILVIO APARECIDO CAMPOS, portador da Carteira de Identidade n.º 1608253 SSP/MS, CPF/MF n.º 551.865.301-82; **CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.782.733/0001-49, com sede na Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, CEP: 95.960-000 – Santo Antão – Encantado - RS, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Srº ANDRIUS ROGER ZANON, portador da Carteira de Identidade n.º 2076909858 SSP/RS, CPF/MF n.º 009.130.390-71; **CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 02.814.497/0001-07, com sede na Av. Coronel Rubens Storino, nº 2750, Bairro do Algodão, CEP: 37550-000, Pouso Alegre - MG, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº RODRIGO LIMA LAUAND, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 30.451.242-4 SSP/SP, CPF/MF n.º 373.167.308-89; **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 67.729.178/0004-91, com sede na Rua da Saudade, nº 45 – Letra A, Campo de Mogiana, Poços de Caldas - MG, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Srª ALESSANDRA FERNANDA RIGO, portadora da

Carteira de Identidade n.º 40.693.871-4 SSP/SP, CPF/MF n.º 369.371.578-51; **DENTAL CENTRO OESTE LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº 36.900.926/0001-80, com sede na Rua Professor João Felix, nº 635, Bairro Baú, CEP: 78008-135, Cuiabá - MT, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Srº FABIO SPADA, portador da Carteira de Identidade n.º 1.048.611-9 SSP/M, CPF/MF n.º 694.859.251-15; **DIMACI/PR MATERIAL CIRÚRGICO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 00.656.468/0001-39, com sede na Rua Anita Ribas, nº 410, Bairro Bacacheri, CEP: 82.520-610, Curitiba - PR, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº LUIZ RENATO GAROFANI, portador da Carteira de Identidade n.º 4541423-0 SSP/PR, CPF/MF n.º 874.165.659-87; **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 02.520.829/0001-40, com sede na Rodovia BR 480, nº 180, CEP: 99.740-000, Barão de Cotegipe - RS, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº ODAIR JOSÉ BALESTRIN, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 2.237.502 SSP/SC, CPF/MF n.º 811.773.489-34; **FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 06.628.333/0001-46, com sede na Rodovia Dr. Antônio Lírio Callou, Km 02, CEP: 63180-000, Barbalha - CE, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Srº CESAR PEDRO MARTINS DA SILVA, portador da Carteira de Identidade n.º 5.223.802-1 SSP/PR, CPF/MF n.º 706.939.009-20; **MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 37.396.017/0001-10, com sede na Rua 255, nº 931, Setor Coimbra, CEP: 74.533-150, Goiânia – GO, representada neste ato pela sua Representante Legal, Srª RAQUEL SALLES CAIXETA BORGES, portadora da Carteira de Identidade n.º 1848360 2º VIA DGPC/GO, CPF/MF n.º 587.101.831-91; **NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 52.202.744/0001-92, com sede na Avenida do Café, nº 1836 / 1486, Bairro Vila Tibério, CEP: 14.050-220, Ribeirão Preto - SP, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº JOSÉ CABRERA, portador da Carteira de Identidade n.º 5.104.074 SSP/SP, CPF/MF n.º 375.428.778-87; **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 81.706.251/0001-98, com sede na Rua Professor Leônidas Ferreira Costa, nº 847 – Parolim, CEP: 80.220-410, Curitiba - PR, representada neste ato pela sua Representante Legal, Srª LUCIANA CAPELETTI, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.905.728-6 SSP/PR, CPF/MF n.º 018.682.999-02; **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 00.995.371/0001-50, com sede na Avenida Goianazes, Quadra 25, Lotes 11 a 26, Jardim Eldorado – DIMAG – CEP: 74.993-100, Aparecida de Goiânia - GO, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº JOSÉ EBER GOMES DE ARAÚJO, portador da Carteira de Identidade n.º 321.2624 SSP/GO, CPF/MF n.º 812.370.571-91; **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A**, inscrita no CNPJ/MF nº 60.665.981/0005-41, com sede na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP: 06900-000, Embu Guaçu - SP, representada neste ato pela sua Representante Legal, Sr.º FRANCISCO FERDINANDO LOPES portador da carteira de identidade nº 5.779.755-SSP/SP, CPF 521.195.058-53, doravante denominadas **FORNECEDORAS**, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014,** conforme tabela abaixo, com seus respectivos preços unitários, constante do **Processo Administrativo PG961179-8/2013**, **RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por elas alcançada por item, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto nº **5.011 de 21 de fevereiro de 2011**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto ***Pregão Eletrônico com*** **Registro de Preços para aquisição de MEDICAMENTOS para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 86 (oitenta e seis) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

2.1.1. A publicação da Ata de Registro, os preços registrados e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/diario/indexwww., e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

2.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

2.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.4. As aquisições adicionais a que se refere o item **2.3.,** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.6. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição.

2.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDORA das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Saúde - SMS,** através da **Diretoria de Compras e Licitação/DCL** no seu aspecto operacional e à **Procuradoria Geral do Município**, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificação dos serviços, os quantitativos, empresas fornecedoras e representantes legais, encontram-se relacionados na presente ata, a seguir:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QDE	UNITÁRIO	TOTAL	MARCA	NOME DA VENCEDORA
1	Acebrofilina Susp. Adulto 50mg/5ml	Fr 120ml	8.100	3,5209	28.519,29	BRAINFARMA	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
2	Acebrofilina Susp. Infantil 25/5ml	Fr 120ml	8.100	2,9617	23.989,77	BRAINFARMA	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
6	Ácido Fólico 5mg	Comp	1.771.800	0,0170	30.120,60	NATULAB	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
7	Ácido Folínico 15mg	Comp	1.440	1,2000	1.728,00	HIPOLABOR	DENTAL CENTRO OESTE
8	Albendazol 400mg	Comp	47.100	0,3322	15.646,62	PRATI	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
9	Albendazol 40mg/ml – 10 ml	Fr 10ml	1.440	1,2499	1.799,86	PRATI	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
12	Aminofilina 100mg	Comp	1.617.000	0,0475	76.807,50	BRAINFARMA	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
15	Amoxicilina 250mg/5ml - Susp. Oral	Fr 60ml	433.800	1,4000	607.320,00	PRATI	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
16	Amoxicilina 500mg	Comp	5.030.880	0,0879	442.214,35	PRATI	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
17	Ampicilina 250mg/05ml - susp. oral	Fr 60 ml	38.040	1,8900	71.895,60	PRATI	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
18	Ampicilina 500mg	Cáps	2.339.760	0,1099	257.139,62	PRATI	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
23	Brometo de N-Butilescopolamina + Dipirona Sódica (6,67mg + 33,4mg) - Sol. Oral	Fr 20ml	183.300	1,3500	247.455,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
29	Carvedilol 25mg comp	Comp	71.820	0,1570	11.275,74	BALDACI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
30	Carvedilol 3,125 comp	Comp	364.248	0,0950	34.603,56	E M S	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
31	Carvedilol 6,25 comp	Comp	60.840	0,1472	8.955,65	BALDACI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
32	Cetoconazol 200mg	Comp	7.740	0,1100	851,40	PRATI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
33	Cetoconazol 20mg/g creme	Bis 30g	150	1,7800	267,00	SOBRAL	DENTAL CENTRO OESTE
36	Cimetidina 200mg	Comp	4.782.000	0,0699	334.261,80	SOBRAL	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
37	Cinarizina 75mg	Comp	2.226.000	0,0975	217.035,00	BRAINFARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
38	Cloreto Benzalcônio 0,1mg/ml + Cloreto de Sódio 9,0 mg/ml - Sol. Oral	Fr 30ml	180.900	0,4889	88.442,01	MEDQUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
40	Colagenase + Cloranfenicol (0,6UI + 0,01g/g) - Pomada	Bis 30g	88.560	10,1600	899.769,60	ABBOT	AGLON MEDICAMENTOS
41	Dexametasona 0,1% - Pomada	Bis 10g	178.800	0,5720	102.273,60	PRATI	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
42	Dexametasona 0,005% -Sol. Oftálmica	Fr 5ml	54.360	6,1994	336.999,38	UNIÃO QUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
44	Dexclorfeniramina 2mg/5ml - Sol. Oral	Fr 100ml	258.300	0,7500	193.725,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
45	Dexclorfeniramina 2mg	Comp	20.000	0,0800	1.600,00	GEOLAB	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
46	Diclofenaco (Resinato) de Potássio 15mg/ml sol. Oral	Fr 10ml	147.420	1,6600	244.717,20	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
48	Digoxina 0,05mg/ml - Susp. Oral	Fr 60ml	216	6,3000	1.360,80	PRATI	DENTAL CENTRO OESTE
50	Dipirona 500mg/ml - Sol. Oral	Fr 10ml	319.872	0,4350	139.144,32	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
52	Enalapril (Maleato) - 10mg	Comp	2.160	0,0800	172,80	TEUTO	DENTAL CENTRO OESTE
53	Enalapril (Maleato) - 20mg	Comp	9.343.200	0,0459	428.852,88	CIMED	CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS
56	Espironolactona 25mg	Comp	253.962	0,0885	22.475,63	E M S	MEDCOMECE COMECIAL DE MEDICAMENTOS
57	Espironolactona 50mg	Comp	4.860	0,1894	920,48	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
61	Furosemida 40mg	Comp	2.331.210	0,0285	66.439,48	CIMED / NECKERMAN	CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS
63	Hidroclorotiazida 25 mg	Comp	9.418.200	0,0180	169.527,60	CIMED	CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS
64	Hidróxido de Alumínio -Susp. Oral	Fr 100ml	142.200	1,1755	167.156,00	NATULAB	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
67	Iodeto de Potássio 100mg/5ml -Sol. Oral	Fr 100ml	247.200	1,4399	355.943,28	NATULAB	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
68	Ipratrópio (Brometo) 0,25 mg/ml -Sol.	Fr 20ml	36.120	0,5498	19.858,78	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
69	Levotiroxina Sódica 100 mcg	Comp	10.980	0,1250	1.372,50	MERCK	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
74	Losartana 50mg	Comp	3.676.860	0,0648	238.260,53	PRATI	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
78	Metformina (Cloridrato) - 850 mg.	Comp	7.608.780	0,0600	456.526,81	PRATI	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
80	Metoclopramida 10mg	Comp	2.225.220	0,0404	89.898,88	HIPOLABOR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
83	Metronidazol 200mg/5ml - Susp. Oral	Fr 80ml	122.040	1,3200	161.092,80	PRATI	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
84	Metronidazol 250mg	Comp	3.404.700	0,0690	234.924,30	PRATI	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
85	Miconazol 20mg/g - Creme Vaginal	Bis 80g	1.845	3,9989	7.377,97	PRATI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
87	Nifedipina 20 mg	Comp	8.860.800	0,0400	354.432,00	BRAINFARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
89	Nistatina Oral 100.000UI/ml - Sol. Oral	Fr 50ml	45.000	1,4444	64.998,00	PRATI	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
91	Omeprazol 20mg	Cáps	257.280	0,0479	12.323,71	PRATI	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
92	Omeprazol 40mg	Caps	2.520	0,3500	882,00	PRATI	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
93	Paracetamol 200mg/ml - Sol. Oral	Fr 15ml	216.600	0,4600	99.636,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
94	Paracetamol 500mg	Comp	5.593.200	0,0411	229.880,52	PRATI	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
95	Permaganato de Potássio 100mg	Comp	216.000	0,0554	11.966,40	MARIOL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
96	Prednisona 20mg	Comp	1.264.800	0,1240	156.835,20	BRAINFARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
98	Propranolol 40 mg	Comp	7.572.000	0,0189	143.110,80	LABORATORIO OSÓRIO MOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
100	Ranitidina 150mg	Comp	11.340	0,1200	1.360,80	MEDQUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
103	Sais p/ Reidratação Oral	Env 10g	325.200	0,3999	130.047,48	PRATI	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
104	Salbutamol 2 mg/5ml - Sol. Oral	Fr 120ml	72.600	0,8000	58.080,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
105	Simeticona 75mg/ml - solução Oral	Fr 10ml	90.090	0,5106	45.999,95	HIPOLABOR	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
109	Sulfametoxazol 200/ml + Trimetoprima 40mg/ml - Susp. oral	Fr 50ml	95.700	0,7784	74.492,88	TEUTO	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
110	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80 mg	Comp	2.819.160	0,0599	168.867,68	PRATI	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
111	Sulfato Ferroso 125 mg/ml - Susp. Oral	Fr 30ml	55.080	0,5265	28.999,62	HIPOLABOR	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
112	Sulfato Ferroso 40mg	Comp	5.443.200	0,0301	163.840,32	NATULAB	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
116	Timolol (Maleato) 0,5% - Sol. Oftálmica	Fr 5ml	810	1,1555	935,96	TEUTO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE

117	Vitamina C 500mg	Comp	192.300	0,0980	18.845,40	MEDQUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
118	Vitamina C 500mg gotas	Frasco	2.160	1,1796	2.547,93	NATULAB	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
120	Ácido Tranexânico 250mg - Sol. Injetável	Amp 5 ml	7.200	2,3611	16.999,92	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
128	Alfentanil (Cloridato) 0,5mg/ml -Sol. Injetável	Amp 5 ml	2.160	13,9000	30.024,00	CRISTALIA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
130	Amicacina (Sulfato de) 250mg/ml - Sol. Injetável	Amp 2ml	31.500	1,1500	36.225,00	BLAU	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
132	Aminofilina 240mg/ml - Sol. Injetável	Amp 10 ml	78.000	0,8330	64.974,00	BRAINFARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
133	Amiodarona (Cloridrato de) 150mg - Sol. Injetável	Amp 3ml	28.800	1,8099	52.125,12	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
138	Anfotericina B 50mg Pó so. Inj.	Amp	360	17,0000	6.120,00	UNIÃO QUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
139	Atracúrio (Besilato) 25mg - Sol. Injetável	Amp 2,5ml	21.600	5,8000	125.280,00	CRISTALIA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
140	Benzoato de Benzila a 25% - Sol. Tópica	Fr 100ml	5.040	2,2800	11.491,20	SOBRAL	DENTAL CENTRO OESTE
143	Bicarbonato de Sódio 8,4% - Sol. Injetável	Fr 10ml	7.200	0,6500	4.680,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
148	Cefalotina 1g - Sol. Injetável	Fr/Amp	122.400	2,4000	293.760,00	CEFALOTINA GENÉRICA	ANIBIOTICOS DO BRASIL LTDA
149	Cefepima (Cloridrato de) 1g - Sol. Injetável EV	Fr/Amp	10.800	11,0000	118.800,00	ANIBIOTICOS DO BRASIL LTDA	ANIBIOTICOS DO BRASIL LTDA
150	Cefepima (Cloridrato de) 2g - Sol. Injetável EV	Fr/Amp	14.400	15,0000	216.000,00	ANIBIOTICOS DO BRASIL LTDA	ANIBIOTICOS DO BRASIL LTDA
152	Ceftazidima 1g - Sol. Injetável	Fr/Amp	4.500	3,9992	17.996,40	BLAU	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
153	Ceftriaxona Sódica 1g - Sol. Injetável E.V.	Fr/Amp	176.100	1,9818	348.994,98	BLAU	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
155	Cetamina (Cloridato) 50mg/ml - Sol. Injetável	Fr/Amp 10ml	720	45,0000	32.400,00	BIOCHIMICO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
156	Ciclopentolato(Cloridrato)10mg/1ml - Sol. Oftálmica	Fr 5ml	450	6,0300	2.713,50	LATINOFARMA	AGLON MEDICAMENTOS
160	Cloreto de Potássio 19,1% -Sol. Injetável	Amp 10ml	99.900	0,1750	17.482,50	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
165	Deslanósido 0,2 mg/ml -Sol. Injetável	Amp 2ml	12.600	1,1507	14.498,82	UNIÃO QUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
166	Detergente enzimático p/ instrumentos com 4 enzimas (amilase, protease, lípase, carboidrase) p/ limpeza e remoção de resíduos orgânicos - Antiséptico	Fr 1000ml	8.913	19,9996	178.256,43	VIC PHARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
167	Dexametasona 4mg/ml - Sol. Injetável	Amp 2,5ml	97.200	0,8000	77.760,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
168	Digluconato de Clorexidina 2 - Antisséptico	Fr 1000ml	522.000	8,3330	4.349.826,00	RIOQUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
169	Dimenidrinato + Clor. Piridoxina 30mg + 50mg/ml E.V	Amp 1ml	3.600	1,5000	5.400,00	UNIÃO QUIMICA	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
173	Dipirona Sódica 500 mg + Adifenina (clorirato) 10 mg + Prometazina (clorirato) 5 mg	Comp	1.728	0,2800	483,84	CIFARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
174	Dobutamina 250mg - Sol. Injetável	Amp 20 ml	30.600	2,8800	88.128,00	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
175	Dopamina 5mg/ml - Sol. Injetável	Amp 10ml	7.740	0,6903	5.342,92	HIPOLABOR	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
181	Fenilefrina 10% - Sol. Oftálmica.	Fr 5ml	360	7,2100	2.595,60	ALLERGAN	AGLON MEDICAMENTOS
188	Glicose 10% - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 500ml	14.400	2,7700	39.888,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
189	Glicose 10% - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 250ml	30.000	2,2000	66.000,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
192	Glicose 5% - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 500ml	115.200	2,2000	253.440,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
193	Glicose 5% - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 100ml	107.280	1,3800	148.046,40	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
196	Hipoclorito de sódio a 1% - Cloro Ativo - Antiséptico	Fr 1000ml	22.950	3,2679	74.998,31	RIOQUIMICA	NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
197	Hipoclorito de sódio a 2,5% - Cloro Ativo - Antiséptico	Fr 1000ml	3.150	3,9683	12.500,00	RIOQUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
198	Imipinem 500mg + Cilasttaina Sódica 500mg - Sol. Injetável		36.000	10,9722	394.999,20	BIOCHIMICO	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
199	Lactulose 667mg - Susp. oral	Fr 120ml	720	7,2200	5.198,40	NATULAB	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
201	Meperidina (Cloridato) 100mg - Sol. Injetável	Amp 2ml	11.640	1,7182	19.999,85	UNIÃO QUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
203	Metilprednisolona (Succinato sódio) 500 mg/ml - Sol. Injetável	Fr/Amp	1.800	8,9666	16.139,88	BERGAMO	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
205	Metronidazol 05mg/ml - Sol. Injetável	Bol 100ml	36.720	1,5500	56.916,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
206	NACL 0,9% (cloreto de) - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 100ml	797.400	1,4000	1.116.360,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
207	NACL 0,9% (cloreto de) - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 250ml	396.180	1,5700	622.002,60	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
208	NACL 0,9% (cloreto de) - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 500ml	607.500	1,8900	1.148.175,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
209	NACL 20% (Cloreto de) - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 10ml	68.076	0,1600	10.892,16	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
211	Pentoxifilina 100mg - Sol. Injetável	Amp 5ml	1.440	1,7200	2.476,80	UNIÃO QUIMICA	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
219	Solução de PVPI Degermante - PVPI polivinil pirrolidona 10% em q.s.p. Aquoso Equivalente a 1% - Iodo Ativo -Sol. Tópica	Fr plast 1000ml	13.518	14,1000	190.603,80	VIC PHARMA	DENTAL CENTRO OESTE
220	Solução de PVPI Tópico - PVPI polivinil pirrolidona 10% em q.s.p. Aquoso Equivalente a 1% - Iodo Ativo -Sol. Tópica	Fr plás 1000ml	17.250	12,3180	212.485,50	VIC PHARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
222	Solução de Ringer Simples - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 500ml	64.200	2,0000	128.400,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
223	Sulfato de Polimexina B 500.000Ui-Sol inj	Fr amp	4.500	59,7442	268.848,90	QUIMICA HALLER	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE

227	Tiopental sódico 1g sol. Injetável	Fr amp	720	23,1810	16.690,32	CRISTALIA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
229	Vaselina Líquida - Sol. Tópica	Fr 1000ml	1.800	15,6738	28.212,84	VIC PHARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
230	Vaselina Sólida - Sol. Tópica	Pt 500g	1.800	13,6105	24.498,90	VIC PHARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
234	Aciclovir 200mg	Com	151.500	0,1069	16.195,35	PRATI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
236	Ácido Valpróico 250mg/5ml - Solução	Fr	15.810	1,9875	31.423,00	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
237	Ácido Valpróico 500 mg	Comp	1.083.840	0,6963	754.677,79	BIOLAB	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
238	Amitriptilina (Cloridrato de) 25mg	Comp	3.658.800	0,0480	175.622,40	TEUTO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
239	Azitromicina 500mg	Comp	220.500	0,3628	79.997,40	PRATI	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
240	Betametasona (Dipropionato + Fosfato Dissódico) 4mg -Sol. Injetável	Amp 1ml	32.664	5,0000	163.320,00	PHARLAB	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
243	Carbamazepina 100mg/5ml - Susp. Oral	Fr 100ml	28.800	6,1225	176.328,00	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
244	Carbamazepina 200mg	Comp	2.337.420	0,0714	166.895,00	SANVAL	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
245	Cefalexina 500mg	Comp	129.600	0,1542	19.984,32	TEUTO	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
246	Cefalexina 250mg/5ml - Susp. Oral	Fr 60ml	3.600	2,9500	10.620,00	TEUTO	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
252	Clindamicina 300mg	Cáps	6.720	0,9500	6.384,00	UNIÃO QUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
254	Clonazepam 2,5mg/ml - Sol. Oral	Fr 20ml	8.832	1,7209	15.198,99	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
261	Clorpromazina 25mg/ml -Sol. Injetável	Amp 5ml	115.740	0,9800	113.425,20	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
263	Complexo B	Drág	37.296	0,0429	1.599,99	NATULAB	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
264	Complexo B - Sol. Injetável	Amp 2ml	320.400	0,6865	219.954,60	BRAINFARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
266	Diazepam 10 mg	Comp	2.334.000	0,0369	86.124,60	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
267	Diazepam 10mg -Sol. Injetável	Amp 2ml	30.900	0,4200	12.978,00	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
268	Diclofenaco de Sódio 1% -Sol. Oftálmica	Fr 5ml	360	12,2000	4.392,00	ALLERGAN	AGLON MEDICAMENTOS
272	Epinefrina (Adrenalina) 1 mg -Sol. Injetável	Amp 2ml	145.800	1,6220	236.487,60	HIPOLABOR	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
276	Fenitoína 100 mg.	Comp	318.300	0,0580	18.461,40	TEUTO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
277	Fenitoína 50mg/ml -Sol. Injetável	Amp 5ml	46.350	0,9599	44.491,37	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
280	Fenobarbital 40 mg/ml - Sol. oral.	Fr 20ml	7.758	2,2797	17.685,91	UNIÃO QUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
282	Fentanila (Citrato) 0,05 mg/ml -Sol. Injetável	Fr/Amp 10ml	111.600	1,6380	182.800,80	HIPOLABOR	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
285	Fitomenadiona 5mg/1ml inj.	Amp.	3.750	1,2374	4.640,25	HIPOLABOR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
286	Flumazenil 0,5 mg - Sol. Injetável.	Amp 5ml	2.232	16,0000	35.712,00	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
288	Fluoxetina 20 mg	Comp	60.369	0,0600	3.622,14	TEUTO	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
293	Haloperidol 5mg	Comp	601.800	0,0683	41.102,94	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
294	Haloperidol 5mg - Sol. Injetável	Amp 1ml	15.780	0,7200	11.361,60	TEUTO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
296	Heparina Subcutânea 5.000 UI - Sol. Injetável	Amp 0,25ml	73.800	7,2900	538.000,00	CRISTALIA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
297	Heparina Sódica 25.000UI -Sol. Injetável	Fr 5ml	5.400	8,8889	48.000,00	BLAU	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
299	Hidrocortizona (Succinato) 500 mg - Sol. Injetável	Amp 5ml	56.700	5,0000	283.500,00	UNIÃO QUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
301	Isoflurano - Sol. Inalatória	Fr 100ml	1.080	28,7037	31.000,00	BIOCHIMICO	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
303	Levomepromazina 40mg/ml - Sol. Oral	Fr 20ml	6.750	8,0400	54.270,00	CRISTALIA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
304	Lidocaína (Cloridato) 2% S/ vasocontritor -Sol. Injetável	Fr/Amp 20ml	45.528	1,5958	72.653,00	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
308	Meperidina (Cloridato) 100mg - Sol. injetável	Amp 2ml	11.640	2,3909	27.830,00	UNIÃO QUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
310	Midazolan (Cloridrato) 15mg -Sol. injetável	Amp 3ml	16.110	1,2727	20.503,00	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
311	Midazolan (Cloridrato) 50mg -Sol. Injetável	Amp 10ml	112.500	2,3559	265.038,75	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
318	N-Acetilcisteína 200mg	Env	14.400	0,3195	4.600,80	PRATI	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
320	Naloxona 0,4mg - Sol. injetável	Amp 1ml	2.520	4,4645	11.250,54	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
321	Neostigmina (Metilsulfato) 500 mcg/ml - Sol. Injetável	Amp 1ml	3.600	0,7917	2.850,00	UNIÃO QUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
325	Noradrenalina (Tartarato de) 8mg - Solução Injetável	Amp 4ml	116.100	1,3679	158.813,19	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
326	Omeprazol 40mg+Dil. 10ml -Sol. Injetável	Fr/Amp	112.800	5,0708	571.986,24	BLAU	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
328	Penicilina G - Benzatina 1.200.00 UI - Sol. Injetável	Fr/Amp	146.400	0,6200	90.768,00	TEUTO	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
329	Penicilina G - Procaina 300.000 UI + Penicilina Pótássica 100.000 UI - Sol. Injetável	Fr/Amp	24.300	1,1900	28.917,00	BLAU	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
330	Penicilina G.- Benzatina 600.000 UI - Sol. Injetável	Fr/Amp	39.150	0,6000	23.490,00	TEUTO	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
336	Ranitidina 50mg -Sol. Injetável	Amp 2 ml	283.140	0,5500	155.727,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
338	Sulfadiazina 500mg	Comp	52.920	0,1170	6.191,64	SOBRAL	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
339	Sulfadiazina de Prata 1% -Pomada	Pt 400g	9.168	15,4885	141.998,57	SILVESTRE	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
344	Terbutalina (Sulfato) 0,5 mg/ml - Sol. Injetável	Amp 1ml	36.450	1,7421	63.499,55	HIPOLABOR	DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO
345	Tioridazina (clorid.) 100 mg	Drág	57.600	0,6500	37.440,00	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
346	Tioridazina (clorid.) 50 mg	Drág	55.500	0,4234	23.498,70	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
347	Tramadol (Cloridato) 100mg - Sol. Injetável.	Amp 2ml	151.500	1,0000	151.500,00	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
348	Tramadol (Cloridato) 50mg	Comp	59.760	0,1804	10.780,70	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
350	Vitamina C 500mg	comp	192.300	0,0950	18.268,00	MEDQUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
352	Vitamina C 500mg/ml -Sol. Injetável	Amp 5ml	153.900	0,6400	98.496,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
361	Budesonida 3mg - Entocort	Comp	648	3,9700	2.572,56	ASTRAZENECA	MEDCOMECE COMECIAL DE MEDICAMENTOS
390	Hidralazina (Cloridrato) 25mg	Comp	2.016	0,1800	362,88	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
407	Levodopa + Benserazida 200+50mg	Comp	438.750	1,4498	636.099,75	ROCHE	AGLON MEDICAMENTOS
412	Levodopa + carbidopa+ Entacapona 100mg	Comp	1.728	4,5800	7.914,24	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
413	Levofloxacino 500mg	Comp	432	1,6400	708,48	E M S	DENTAL CENTRO OESTE
421	Metilfenidrato 10mg	Comp	432	0,7600	328,32	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
422	Metilfenidrato 20mg	Comp	432	5,1800	2.237,76	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
429	Montelucaste sódico 5 mg (Singulair)	Comp	432	2,5500	1.101,60	MERCK	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
432	Nimodipina 30mg	Comp	14.400	0,6800	9.792,00	E M S	DENTAL CENTRO OESTE
434	Olanzapina 5mg	Comp	806	5,0000	4.030,00	E M S	DENTAL CENTRO OESTE
435	Óleo Mineral	Fr 100ml	5.875	1,7872	10.499,80	NATULAB	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES

							COMERCIAIS LTDA
441	Oxcarbazepina 300mg	Comp	2.592	0,9000	2.332,80	UNIÃO QUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
456	Rivastigmina 6mg	Comp	806	4,0300	3.248,18	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
457	Rivastigmina 9,5mg/24h - Adesivo	Unid	432	10,6800	4.613,76	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
470	Valsartana 160mg (Diovan)	Comp	806	1,5385	1.240,00	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
471	Valsartana 320mg (Diovan)	Comp	403	1,6526	666,00	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
472	Valsartana + Anlodipino 160+5mg	Comp	403	2,8400	1.144,52	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
473	Valsartana + Hidroclorotiazida 160+12,5mg	Comp	806	2,0000	1.612,00	E M S	DENTAL CENTRO OESTE

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, **e demais documentos necessários**, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.1.1. A publicação da Ata de Registro, os preços registrados e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/diario/indexwww., e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02, Decreto n.º **4.336/2005** e demais disposições vigentes;

5.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a **Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF,** se reserva no direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor;

5.5. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos nesta Ata, no edital e seus anexos;

5.6. A minuta da ata de Registro de Preços, a ser assinada pela licitante vencedora, estará disponível no endereço eletrônico www.cuiaba.mt.gov.br, link: licitação, onde é retirado o edital;

5.7. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, salvo às disposições contidas no art. 17, 18 e 19 do Decreto n° 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS

6.1. O local de entrega dos Medicamentos será o Almoxarifado Central/SMS. Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos fará a comunicação para cada fornecimento. Atualmente o endereço sede do Almoxarifado Central/SMS, é a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. O Horário de recebimento dos medicamentos será das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 3617-1321.

6.2. Prazo de entrega dos Medicamentos deverá ser **em até 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.

6.3. As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos/medicamentos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.3.1. Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3.2. Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa da SMS, Diretoria de Logística e Suprimentos e Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4. Discriminar nas notas fiscais:
a) Razão social;
b) Número da nota fiscal;
c) Data de emissão;
d) Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);
e) Lote de Fabricação de cada produto;
f) Validade de cada produto,
g) Conhecimento da empresa **fornecedora** para transporte,
h) Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/serviço, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,
i) Não rasurar as notas.

6.4.1. Caso não se cumpra tais especificações os medicamentos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.4.2. Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.4.3. Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

6.5. DO RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS:

6.5.1. Os medicamentos deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da **Secretaria Municipal de Sáude**, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.5.2. Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos medicamentos com o quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples **DOAÇÃO.**

6.5.3. O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.5.4. Caso não se cumpra tais especificações os medicamentos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.5.5. O transporte deve ser feito pela empresa **fornecedora**, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.5.6. Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos medicamentos, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.5.7. Identificar cada medicamento com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

6.5.8. Não serão recebidos os medicamentos com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.5.9. Não serão aceitos medicamentos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no edital.

6.5.10. De acordo com a Portaria nº 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações, devem apresentar em suas embalagens a expressão: PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO.

6.6. DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E TROCA EM CASO DE INCONSISTENCIAS, PERDAS E AVARIAS:

6.6.1. O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos medicamentos será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver medicamentos com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.6.2. A empresa deverá entregar os medicamentos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente edital, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.6.3. A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.6.4. A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos medicamentos.

6.7. DOS RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS:

6.7.1. Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado.

6.7.2. Fiscal de Contrato: Responsável Técnico pela Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, na pessoa do responsável Técnico e/ou servidor designado.

6.7.3. Suplente de Contrato: Responsável Técnico pelo Setor, Sr. Joel Amorim da Silva, na pessoa do Responsável Técnico e/ou servidor designado.

6.7.4. Suplente de Contrato: Responsável Técnico pela Recepção, Sr. Felipe Winck do Nascimento, será responsavel para conferir a documentação da aquisição, ordem de compra e empenho, nota fiscal, ata de registro de preço conforme as exigências dos itens acima relacionados, bem como as demais normas especificadas, na pessoa do responsável e/ou servidor designado.

6.8. DO PRAZO DE VENCIMENTO DOS MEDICAMENTOS:

6.8.1. Os Medicamentos deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a **12 (doze) meses**.

6.8.2. Para os medicamentos com data de fabricação menor que **12 (doze) meses**, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que **75% do seu vencimento.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a **FORNECEDORA** se obriga, nos termos deste Edital, a assinar o **CONTRATO** no período de vigência da ATA, onde passará a ser **CONTRATADA** e posteriormente retirar a Nota de Empenho/Ordem de Serviços no prazo não superior a **05 (cinco) dias utéis**, contados do recebimento da convocação formal;

7.2. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões estabelecidos pela **Secretaria Municipal de Saúde – SMS;**

7.3. Disponibilizar os medicamentos no prazo **de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho**, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos /Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da **fornecedora** a substituição de imediato, depois do comunicado da **SMS** de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.5. A nota fiscal deverá especificar número de cada lote/item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos/medicamentos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na **Diretoria de Logística e Suprimentos /Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde**, deverá os medicamentos ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.6. O recebimento não excluirá a **fornecedora** da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos medicamentos, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.7. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.8. Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **SMS**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **SMS**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.10. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos medicamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.11. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.12. Comunicar imediatamente à **SMS** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.13. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.14. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela **SMS;**

7.15. Substituir de imediato, após notificação formal, os medicamentos entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade, sem ônus para **Secretaria Municipal de Saúde**.;

7.16. Se a **fornecedora** recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.17. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.18. A inadimplência da **fornecedora** com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a **SMS**, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a **fornecedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a **SMS;**

7.19. A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

7.20. A **fornecedora** deverá fornecer informações referentes a **apresentação/embalagem/volume/caixa** para fechamento e fins de transporte, evitando assim o fracionamento dos produtos.

7.21. A **fornecedora é obrigada** a comunicar imediatamente ao **Município de Cuiabá/ Secretaria Municipal de Saúde - SMS,** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondências;

7.22. A **fornecedora é obrigada** a responder perante o **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro dolo, imprudência, negligência ou imperícia relativos à execução do objeto deste edital.

7.23. A **fornecedora é obrigada** a responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o **CONTRATANTE**

7.24. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS:

7.24.1. A fornecedora é obrigada ainda:

7.24.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

7.24.3. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com ele;

7.24.4. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente **contrato/ ata de registro de preços**, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência; e,

7.24.5. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

7.24.6. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 5.011/2011.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **FORNECEDORA**, com relação ao objeto deste certame;

8.2. A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

8.3. Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento (sem qualquer irregularidade) dos medicamentos.

8.4. A Secretaria Municipal de Saúde – SMS é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **fornecedora** às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS**,** desde que devidamente autorizados;

8.5. Efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

8.6. Exigir a fiel observância das especificações e condições previstas neste edital, bem como recusar os serviços que estiverem em desacordo.

8.7. Atuar de forma ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

9.2. O pagamento não será superior a **30 (trinta) dias**, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

9.2.1. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue **deverá ser atestada** pela Diretoria de Logistica e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), **e encaminhada** a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

9.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.4. Para cada Nota de Empenho, a **fornecedora** deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

9.5. Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.6. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da **fornecedora**.

9.7. Documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, "relativo ao lote que está sendo entrega", no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade do medicamento, tais como:

· **Identidade –** Características que indicam os componentes ativos presentes na fórmula;
· **Pureza –** a ausência de contaminantes químicos, físicos e biológicos;
· **Concentração –** quantidade do principio ativo contido no produto;
· **Potência –** quantidade dos princípios ativos necessários para que o produto exerça sua ação terapêutica, até expirado o prazo de validade;
Uniformidade da Dose.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **secretaria que detectar o preço superior do de mercado,** comunicará por escrita a **DCL/SMPF**, que imediatamente solicitará ao **FORNECEDOR**, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **DCL/SMPF** convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **DCL/SMPF.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

11.1.2. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

11.1.3. Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

11.1.4. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

11.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o **FORNECEDOR** será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, na Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/diario/indexwww., considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do **FORNECEDOR**, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o **FORNECEDOR** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do **FORNECEDOR**:

12.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

12.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata de registro de preços, sujeita à **fornecedora** a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02 % (dois por cento);
b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Cuiabá,** através da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **fornecedora** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

13.3. Se a **fornecedora** recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o **Município de Cuiabá**, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

13.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

13.4. A **fornecedora** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na ata comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até **cinco anos** e, se for o caso, o Município de Cuiabá solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

13.5. A multa, eventualmente imposta à **fornecedora**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **fornecedora** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão da Prefeitura Municipal de Cuiabá, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Cuiabá proceder à cobrança judicial da multa;

13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **fornecedora** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao **Município de Cuiabá**;

13.7. Se a **fornecedora** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o município, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela **Procuradoria Geral do Município**;

13.8. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **fornecedora** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, a seguir:

Unidade Gestora: 160601 – Fundo Único Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Sub Função:303 - Suporte Profilático e Terapêutico
Programa:0035 – Assistência Farmacêutica
Projeto Atividade: 2106 - Atender à Pop. com Medicamentos Básicos e de Alto Custo.
Fonte: 210 – Transferência da União do FNS para SMS
Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo
Rotina: *Despesas com Custeio* - Solicitação de registro de preço (licitação) de Medicamentos para atender as unidades de saúde da SMS (Primária, Secundária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 160601 – Fundo Único Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Sub Função:302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.
Programa:0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.
Projeto Atividade: 2100 – Implementar a Assistência Hospitalar em Cuiabá.
2099 – Implementar a Assistência Ambulatorial em Cuiabá.
Fonte: 211 – Transferência do FES para o FMS
213 – Transferência do FNS para o FMS.
Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo
Rotina: *Despesas com Custeio* - Solicitação de registro de preço (licitação) de medicamentos e material hospitalar para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 160601 – Fundo Único Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde
Atividade: 2095 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá
Fonte: 210 – Transferência da União do FNS para SMS
Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo
Bloco: Atenção Básica
Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo
Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo
Banco do Brasil 001 - **Agência:** 3834-2 **Conta:** 5868-8
Recurso Fundo a Fundo:

Ação: *Despesas com Custeio* – Solicitação de registro de preço (licitação) de medicamentos para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 160601 – Fundo Único Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub Função: 122 – Administração Geral
Programa: 0036 – Gestão do SUS
Projeto Atividade: 2114 – Manutenção e Apoio Administrativo
Fonte: 213 – Transferência do FNS para FMS para pagamento da rede privada
Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo
Rotina: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de medicamentos não padronizados para atender paciente com processo na Assessoria Jurídica (LIMINAR / Ouvidoria)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

16.1.2. A presente Ata de Registro de Preços Integra o **Edital de Pregão Registro de Preços nº 001/2014** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Cuiabá/Estado de Mato Grosso para dirimir qualquer dúvida decorrente da presente Ata de Registro de Preços, com renúncia de qualquer outro. Por anuir com o PARECER JURÍDICO PGM **n°706/PCP/2013**, que integra o **Processo Administrativo nº 961179-8/2013.**

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata de Registro de Preços, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 03 de abril de 2014.

CONTRATANTE:

WERLEY SILVA PERES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORAS:

ELEN CARLA DA SILVA
AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 65.817.900/0001-71

SONISI KEIKO YOKOGAWA
ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 05.439.635/0001-03

SILVIO APARECIDO CAMPOS
BSB – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 05.777.772/0001-58

ANDRIUS ROGER ZANON
CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 05.782.733/0001-49

RODRIGO LIMA LAUAND
CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 02.814.497/0001-07

ALESSANDRA FERNANDA RIGO
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 67.729.178/0001-49

FABIO SPADA
DENTAL CENTRO OESTE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 36.900.926/0001-80

LUIZ RENATO GAROFANI
DIMACI/PR MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 00.656.468/0001-39

ODAIR JOSÉ BALESTRIN
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 02.520.829/0001-40

CESAR PEDRO MARTINS DA SILVA
FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 06.628.333/0001-46

RAQUEL SALLES CAIXETA BORGES
MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 37.396.017/0001-10

JOSÉ CABRERA
NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 52.202.744/0001-92

LUCIANA CAPELETTI
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 81.706.251/0001-98

JOSÉ EBER GOMES DE ARAÚJO
STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 00.995.371/0001-50

SIMONE QUIYOMY WATANABE
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 60.665981/0001-18

TESTEMUNHAS:

01)
RG Nº
CPF Nº

02)
RG Nº
CPF Nº

Publicado por:
Valdir Pereira Silva
Código Identificador:4C8D51A0

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA 10694 PE 0012014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 10694/2014
PREGÃO ELETRÔNICO: N° 001/2014– REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG961179-8/2013

Pelo presente instrumento, **Município de Cuiabá,** pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro - Praça Alencastro n° 158 - Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS,** Sr. **WERLEY SILVA PERES**, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 – SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e as empresas: **AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 65.817.900/0001-71, com sede na Avenida Visconde de Nova Granada, nº 1.105, Vila Grossklauss, CEP: 13617-400, cidade e comarca de Leme - SP, representada neste ato pela sua Representante Legal, Srª ELEN CARLA DA SILVA ROCATELLI, portadora da Carteira de Identidade n.º 28.138.559-2 SSP/SP, CPF/MF n.º 253.476.958-89; **BSB – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.777.772/0001-58, com sede no Polo Industrial Juscelino Kubitschek, trecho 01, conjunto 10, Lote 20, Bairro Santa Maria, CEP: 72.549-550, Brasilia – DF, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº SILVIO APARECIDO CAMPOS, portador da Carteira de Identidade n.º 1608253 SSP/MS, CPF/MF n.º 551.865.301-82; **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 67.729.178/0004-91, com sede na Rua da Saudade, nº 45 – Letra A, Campo de Mogiana, Poços de Caldas - MG, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Srª ALESSANDRA FERNANDA RIGO, portadora da Carteira de Identidade n.º 40.693.871-4 SSP/SP, CPF/MF n.º 369.371.578-51; **DENTAL CENTRO OESTE LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº 36.900.926/0001-80, com sede na Rua Professor João Felix, nº 635, Bairro Baú, CEP: 78008-135, Cuiabá - MT, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Srº FABIO SPADA, portador da Carteira de Identidade n.º 1.048.611-9 SSP/M, CPF/MF n.º 694.859.251-15; **DIMACI/PR MATERIAL CIRÚRGICO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 00.656.468/0001-39, com sede na Rua Anita Ribas, nº 410, Bairro Bacacheri, CEP: 82.520-610, Curitiba - PR, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº LUIZ RENATO GAROFANI, portador da Carteira de Identidade n.º 4541423-0 SSP/PR, CPF/MF n.º 874.165.659-87; **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 02.520.829/0001-40, com sede na Rodovia BR 480, nº 180, CEP: 99.740-000, Barão de Cotegipe - RS, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº ODAIR JOSÉ BALESTRIN, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 2.237.502 SSP/SC, CPF/MF n.º 811.773.489-34; **FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 06.628.333/0001-46, com sede na Rodovia Dr. Antônio Lírio Callou, Km 02, CEP: 63180-000, Barbalha - CE, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Srº CESAR PEDRO MARTINS DA SILVA, portador da Carteira de Identidade n.º 5.223.802-1 SSP/PR, CPF/MF n.º 706.939.009-20; **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 81.706.251/0001-98, com sede na Rua Professor Leônidas Ferreira Costa, nº 847 – Parolim, CEP: 80.220-410, Curitiba - PR, representada neste ato pela sua Representante Legal, Srª LUCIANA CAPELETTI, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.905.728-6 SSP/PR, CPF/MF n.º 018.682.999-02; **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 00.995.371/0001-50, com sede na Avenida Goianazes, Quadra 25, Lotes 11 a 26, Jardim Eldorado – DIMAG – CEP: 74.993-100, Aparecida de Goiânia - GO, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº JOSÉ EBER GOMES DE ARAÚJO, portador da Carteira de Identidade n.º 321.2624 SSP/GO, CPF/MF n.º 812.370.571-91; **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A**, inscrita no CNPJ/MF nº 60.665.981/0005-41, com sede na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP: 06900-000, Embu Guaçu - SP, representada neste ato pela sua Representante Legal, Sr.º FRANCISCO FERDINANDO LOPES portador da carteira de identidade nº 5.779.755-SSP/SP, CPF 521.195.058-53, doravante denominadas **FORNECEDORAS**, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014,** conforme tabela abaixo, com seus respectivos preços unitários, constante do **Processo Administrativo PG961179-8/2013**, **RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por elas alcançada por item, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto nº **5.011 de 21 de fevereiro de 2011**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto ***Pregão Eletrônico com*** **Registro de Preços para aquisição de MEDICAMENTOS para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 86 (oitenta e seis) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

2.1.1. A publicação da Ata de Registro, os preços registrados e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/diario/indexwww., e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

2.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

2.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.4. As aquisições adicionais a que se refere o item **2.3.,** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.6. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição.

2.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDORA das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Saúde - SMS,** através da **Diretoria de Compras e Licitação/DCL** no seu aspecto operacional e à **Procuradoria Geral do Município**, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificação dos serviços, os quantitativos, empresas fornecedoras e representantes legais, encontram-se relacionados na presente ata, a seguir:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA	NOME DA VENCEDORA
3	Ácido Acetilsalicílico 500mg	Comp	132.600	0,0498	6.600,00	SOBRAL	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS
4	Ácido Acetilsalicílico 100mg	Comp	6.162.000	0,0194	119.542,80	SOBRAL	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
21	Atenolol 25mg	Comp	9.180	0,0300	275,38	PRATI	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
25	Captopril 25 mg	Comp	22.834.500	0,01817408	414.996,00	TEUTO	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
27	Carbonato de Cálcio 500 + Vitamina D 200UI	Comp	2.028.240	0,1676	340.000,00	NATULAB	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
28	Carvedilol 12,5mg comp	Comp	76.980	0,1494	11.500,00	BALDACI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
34	Cilostazol 100mg	Comp	11.970	0,6850	8.199,45	LIBBS FARMACEUTICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
43	Dexametasona 4mg	Comp	3.600	0,4500	1.620,00	E M S	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
55	Espironolactona 100mg	Comp	18.180	0,3498	6.360,00	ASPEN PHARMA	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
58	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml - Sol. inalatória	Fr 20ml	19.620	1,7540	34.413,48	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE
71	Levotiroxina Sódica 25 mcg	Comp	8.100	0,1399	1.133,19	MERCK	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
72	Levotiroxina Sódica 50 mcg		14.580	0,1800	2.624,40	MERCK	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
73	Lidocaína 2% - geléia	Bis 30 g	23.958	1,5210	36.440,12	PHARLAB	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
75	Losartana Potássica 100 mg	Comp	2.700	0,3000	810,00	E M S	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
77	Mebendazol 20mg/ml - Susp. Oral	Fr 30ml	1.130.100	0,6904	780.221,04	SOBRAL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
82	Metronidazol 100 mg/g - Gel Vaginal	Bis 50g	139.470	3,4611	482.720,00	SOBRAL	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
88	Nistatina 100.000 UI/g - Creme vaginal com aplicador	Bis 60g	228.300	4,5300	1.034.198,00	TEUTO	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
90	Noretisterona 0,35mcg blister com 35 comprimido	Cart	72.000	6,9600	501.119,00	BIOLAB	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
97	Prednisona 5mg	Comp	1.261.920	0,0670	84.548,64	PRATI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
106	Sinvastatina 10mg	Comp	5.220	0,0699	365,00	SANVAL	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
108	Sinvastatina 40mg	Comp	2.882.700	0,1150	331.510,50	SANVAL	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
125	Agua Oxigenada 10 volumes	Fr 1000 ml	14.148	2,9250	41.383,00	RIOQUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRUIRGICO
126	Albumina Humana 20% - Sol. Injetável	Fr 50ml	7.722	149,8000	1.156.755,60	CSL BEHRING	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE
147	Bupivacaína 0,5% S/ Vasoconstritor - Isobárica - Sol. Injetável	Fr/Amp 4ml	2.925	7,4800	21.879,00	CRISTALIA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
159	Cloreto Benzalcônio 0,1mg/ml +	Fr 30ml	180.900	0,4900	88.641,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO

	Cloreto de Sódio 9,0 mg/ml - Sol. Oral						
161	Cloreto de Potássio 6% -Sup. Oral	Fr 150ml	1.440	3,0764	4.430,00	PRATI	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS
162	Clorexidina 2% - Sol. Tópica	Fr 1000ml	4.356	9,1800	39.988,08	RIOQUIMICA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
164	Decanoato de Haloperidol 50mg/ml - Sol. injetável	Amp 1ml	13.500	7,4221	100.199,00	UNIÃO QUIMICA	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
176	Droperidol 2,5ml/ml - Sol. Injetável	Amp 1ml	2.160	7,5000	16.200,00	CRISTALIA	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
191	Glicose 5% - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 250ml	140.250	2,7000	378.675,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
200	Manitol 200mg/ml (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 250ml	14.100	5,2360	73.827,60	SANOBIOL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
204	Metilprednisolona (Acetato) 40 mg/ml - Sol. Injetável	Fr	700	9,0700	6.349,00	UNIÃO QUIMICA	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR
217	Proximetacaína 0,5% - Sol. Oftálmica	Fr 5ml	360	5,2800	1.900,80	NOVARTIS	AGLON MEDICAMENTOS
221	Solução de Ringer com Lactato - Solução Injetável (Sistema Fechado - Segundo RDC nº 29 de 17/04/2008)	Bol 500ml	70.500	4,3986	310.100,00	HALEX STAR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
226	Tenoxicam 10mg/ml - Sol. Injetável	Amp 2ml	1.440	5,5556	8.000,00	UNIÃO QUIMICA	DIMACI PR MATERIAL CIRURGICO
233	Acetato de Retinol 10.000UI + Metionina 5mg+ Aminoácidos 25mg+Cloranfenicol 5mg-Pomada Oftálmica	Bis 3,5g	870	7,6580	6.662,46	LATINOFARMA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
241	Biperideno 2mg	Comp	1.734.150	0,2370	410.993,55	TEUTO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
249	Ciprofloxacina 500mg	Comp	59.130	0,1600	9.460,80	PHARLAB	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
250	Citalopram 20 mg	Comp	1.044	0,3300	344,52	AUROBINDO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
251	Claritromicina 500mg	comp	2.412	0,9685	2.336,00	PHARLAB	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
260	Clorpromazina 100 mg	Comp	340.140	0,1699	57.800,00	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
269	Diclofenaco de Sódio 75mg - Sol. Injetável	Amp 3ml	432.300	0,6400	276.672,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
271	Dipirona Sódica 500mg/ml - Sol. Injetável	Amp 2ml	732.000	0,5500	402.600,00	FARMACE	FARMACE IND QUIMICO
284	Fitomenadiona 10 mg -Sol. Injetável urgente ev im	Amp 1ml	20.700	3,4000	70.380,00	UNIÃO QUIMICA	DENTAL CENTRO OESTE
290	Furosemida 20mg - Sol. Injetável	Amp 2ml	80.550	0,6990	56.304,45	TEUTO	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS
295	Halotano sol. Inalatória	Fr 100ml	684	150,0000	102.600,00	CRISTALIA	DENTAL CENTRO OESTE
298	Hidrocortisona (Succinato) 100mg - Sol. Injetável	Fr/Amp 2ml	74.550	2,8400	211.722,00	UNIÃO QUIMICA	UNIÃO QUIMICA
302	Levomepromazina 100 mg	Comp	210.000	0,5900	123.900,00	CRISTALIA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
306	Lidocaína 10% - Spray	Fr 50ml	432	64,8032	27.995,00	CRISTALIA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
307	Lítio (Carbonato) - 300mg	Comp	450.600	0,094000	42.356,40	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
322	Nistatina 100.000 UI/g - Creme vaginal com aplicador	Bis 60g	228.300	4,3800	999.954,00	PRATI	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
334	Prometazina 25 mg	Comp	694.920	0,1550000	107.712,60	CRISTALIA	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
337	Salbutamol 2 mg/5ml - Sol. Oral	Fr 120ml	72.600	0,8800	63.888,00	NATULAB	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
340	Sulfametoxazol 400 + Trimetropima 80mg - Sol. Injetável EV	Amp 5ml	34.350	1,3244833	45.496,00	BRAINFARMA	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE
341	Sulfametoxazol 200/ml + Trimetoprima 40mg/ml - Susp. oral	Fr 50ml	95.700	0,7837	74.997,00	TEUTO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
349	Tropicamida 1% - Sol. Oftálmica.	Fr 5ml	585	9,6500	5.645,26	NOVARTIS	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE
376	Dinitrato de Isossorbida SL 5mg.	Comp	6.192	0,3000	1.857,60	E M S	DENTAL CENTRO OESTE
455	Rivastigmina 3mg	Comp	864	3,4800	3.006,72	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP
466	Tizanidina (Cloridrato) 2 mg	Comp	3.600	0,9100	3.276,00	NOVARTIS	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, **e demais documentos necessários**, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.1.1. A publicação da Ata de Registro, os preços registrados e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/diario/indexwww., e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02, Decreto n.º **4.336/2005** e demais disposições vigentes;

5.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a **Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF,** se reserva no direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor;

5.5. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos nesta Ata, no edital e seus anexos;

5.6. A minuta da ata de Registro de Preços, a ser assinada pela licitante vencedora, estará disponível no endereço eletrônico www.cuiaba.mt.gov.br, link: licitação, onde é retirado o edital;

5.7. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, salvo às disposições contidas no art. 17, 18 e 19 do Decreto n° 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS

6.1. O local de entrega dos Medicamentos será o Almoxarifado Central/SMS. Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos fará a comunicação para cada fornecimento. Atualmente o endereço sede do Almoxarifado Central/SMS, é a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. O Horário de recebimento dos medicamentos será das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 3617-1321.

6.2. Prazo de entrega dos Medicamentos deverá ser **em até 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.

6.3. As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos/medicamentos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.3.1. Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3.2. Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa da SMS, Diretoria de Logística e Suprimentos e Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4. Discriminar nas notas fiscais:
a) Razão social;
b) Número da nota fiscal;
c) Data de emissão;
d) Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);
e) Lote de Fabricação de cada produto;
f) Validade de cada produto,
g) Conhecimento da empresa **fornecedora** para transporte,
h) Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/serviço, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,
i) Não rasurar as notas.

6.4.1. Caso não se cumpra tais especificações os medicamentos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.4.2. Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.4.3. Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

6.5. DO RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS:

6.5.1. Os medicamentos deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da **Secretaria Municipal de Sáude**, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.5.2. Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos medicamentos com o quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples **DOAÇÃO.**

6.5.3. O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.5.4. Caso não se cumpra tais especificações os medicamentos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.5.5. O transporte deve ser feito pela empresa **fornecedora**, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.5.6. Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos medicamentos, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.5.7. Identificar cada medicamento com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

6.5.8. Não serão recebidos os medicamentos com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.5.9. Não serão aceitos medicamentos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no edital.

6.5.10. De acordo com a Portaria nº 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações, devem apresentar em suas embalagens a expressão: PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO.

6.6. DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E TROCA EM CASO DE INCONSISTENCIAS, PERDAS E AVARIAS:

6.6.1. O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos medicamentos será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver medicamentos com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.6.2. A empresa deverá entregar os medicamentos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente edital, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.6.3. A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.6.4. A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos medicamentos.

6.7. DOS RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS:

6.7.1. Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado.

6.7.2. Fiscal de Contrato: Responsável Técnico pela Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, na pessoa do responsável Técnico e/ou servidor designado.

6.7.3. Suplente de Contrato: Responsável Técnico pelo Setor, Sr. Joel Amorim da Silva, na pessoa do Responsável Técnico e/ou servidor designado.

6.7.4. Suplente de Contrato: Responsável Técnico pela Recepção, Sr. Felipe Winck do Nascimento, será responsavel para conferir a documentação da aquisição, ordem de compra e empenho, nota fiscal, ata de registro de preço conforme as exigências dos itens acima relacionados, bem como as demais normas especificadas, na pessoa do responsável e/ou servidor designado.

6.8. DO PRAZO DE VENCIMENTO DOS MEDICAMENTOS:

6.8.1. Os Medicamentos deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a **12 (doze) meses**.

6.8.2. Para os medicamentos com data de fabricação menor que **12 (doze) meses**, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que **75% do seu vencimento.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a **FORNECEDORA** se obriga, nos termos deste Edital, a assinar o **CONTRATO** no período de vigência da ATA, onde passará a ser **CONTRATADA** e posteriormente retirar a Nota de Empenho/Ordem de Serviços no prazo não superior a **05 (cinco) dias utéis**, contados do recebimento da convocação formal;

7.2. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões estabelecidos pela **Secretaria Municipal de Saúde – SMS;**

7.3. Disponibilizar os medicamentos no prazo **de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho**, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos /Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da **fornecedora** a substituição de imediato, depois do comunicado da **SMS** de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.5. A nota fiscal deverá especificar número de cada lote/item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos/medicamentos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na **Diretoria de Logística e Suprimentos /Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde**, deverá os medicamentos ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.6. O recebimento não excluirá a **fornecedora** da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos medicamentos, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.7. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.8. Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **SMS**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **SMS**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.10. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos medicamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.11. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.12. Comunicar imediatamente à **SMS** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.13. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.14. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela **SMS;**

7.15. Substituir de imediato, após notificação formal, os medicamentos entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade, sem ônus para **Secretaria Municipal de Saúde**.;

7.16. Se a **fornecedora** recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.17. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.18. A inadimplência da **fornecedora** com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a **SMS**, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a **fornecedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a **SMS;**

7.19. A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

7.20. A **fornecedora** deverá fornecer informações referentes a **apresentação/embalagem/volume/caixa** para fechamento e fins de transporte, evitando assim o fracionamento dos produtos.

7.21. A **fornecedora é obrigada** a comunicar imediatamente ao **Município de Cuiabá/ Secretaria Municipal de Saúde - SMS,** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondências;

7.22. A **fornecedora é obrigada** a responder perante o **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro dolo, imprudência, negligência ou imperícia relativos à execução do objeto deste edital.

7.23. A **fornecedora é obrigada** a responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o **CONTRATANTE**

7.24. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS:

7.24.1. A fornecedora é obrigada ainda:

7.24.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

7.24.3. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com ele;

7.24.4. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente **contrato/ ata de registro de preços**, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência; e,

7.24.5. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

7.24.6. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 5.011/2011.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **FORNECEDORA**, com relação ao objeto deste certame;

8.2. A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

8.3. Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento (sem qualquer irregularidade) dos medicamentos.

8.4. A Secretaria Municipal de Saúde – SMS é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **fornecedora** às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS**,** desde que devidamente autorizados;

8.5. Efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o

constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

8.6. Exigir a fiel observância das especificações e condições previstas neste edital, bem como recusar os serviços que estiverem em desacordo.

8.7. Atuar de forma ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

9.2. O pagamento não será superior a **30 (trinta) dias**, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

9.2.1. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue **deverá ser atestada** pela Diretoria de Logistica e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), **e encaminhada** a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

9.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.4. Para cada Nota de Empenho, a **fornecedora** deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

9.5. Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.6. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da **fornecedora**.

9.7. Documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, "relativo ao lote que está sendo entrega", no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade do medicamento, tais como:

· **Identidade –** Características que indicam os componentes ativos presentes na fórmula;
· **Pureza –** a ausência de contaminantes químicos, físicos e biológicos;
· **Concentração –** quantidade do principio ativo contido no produto;
· **Potência –** quantidade dos princípios ativos necessários para que o produto exerça sua ação terapêutica, até expirado o prazo de validade;
Uniformidade da Dose.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **secretaria que detectar o preço superior do de mercado,** comunicará por escrita a **DCL/SMPF**, que imediatamente solicitará ao **FORNECEDOR**, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **DCL/SMPF** convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **DCL/SMPF.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

11.1.2. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

11.1.3. Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

11.1.4. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

11.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o **FORNECEDOR** será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, na Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/diario/indexwww., considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do **FORNECEDOR**, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o **FORNECEDOR** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do **FORNECEDOR**:

12.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

12.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata de registro de preços, sujeita à **fornecedora** a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02 % (dois por cento);
b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Cuiabá,** através da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **fornecedora** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

13.3. Se a **fornecedora** recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o **Município de Cuiabá**, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

13.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

13.4. A **fornecedora** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na ata comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até **cinco anos** e, se for o caso, o Município de Cuiabá solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

13.5. A multa, eventualmente imposta à **fornecedora**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **fornecedora** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão da Prefeitura Municipal de Cuiabá, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Cuiabá proceder à cobrança judicial da multa;

13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **fornecedora** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao **Município de Cuiabá**;

13.7. Se a **fornecedora** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o município, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela **Procuradoria Geral do Município**;

13.8. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **fornecedora** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, a seguir:

Unidade Gestora: 160601 – Fundo Único Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Sub Função:303 - Suporte Profilático e Terapêutico
Programa:0035 – Assistência Farmacêutica
Projeto Atividade: 2106 - Atender à Pop. com Medicamentos Básicos e de Alto Custo.
Fonte: 210 – Transferência da União do FNS para SMS
Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo
Rotina: *Despesas com Custeio* - Solicitação de registro de preço (licitação) de Medicamentos para atender as unidades de saúde da SMS (Primária, Secundária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 160601 – Fundo Único Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Sub Função:302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.
Programa:0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.
Projeto Atividade: 2100 – Implementar a Assistência Hospitalar em Cuiabá.
2099 – Implementar a Assistência Ambulatorial em Cuiabá.
Fonte: 211 – Transferência do FES para o FMS
213 – Transferência do FNS para o FMS.
Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo
Rotina: *Despesas com Custeio* - Solicitação de registro de preço (licitação) de medicamentos e material hospitalar para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 160601 – Fundo Único Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde
Atividade: 2095 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá
Fonte: 210 – Transferência da União do FNS para SMS
Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo
Bloco: Atenção Básica
Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo
Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo
Banco do Brasil 001 - **Agência:** 3834-2 **Conta:** 5868-8
Recurso Fundo a Fundo:
Ação: *Despesas com Custeio* – Solicitação de registro de preço (licitação) de medicamentos para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 160601 – Fundo Único Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub Função: 122 – Administração Geral
Programa: 0036 – Gestão do SUS
Projeto Atividade: 2114 – Manutenção e Apoio Administrativo
Fonte: 213 – Transferência do FNS para FMS para pagamento da rede privada
Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo
Rotina: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de medicamentos não padronizados para atender paciente com processo na Assessoria Jurídica (LIMINAR / Ouvidoria)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

16.1.2. A presente Ata de Registro de Preços Integra o **Edital de Pregão Registro de Preços nº 001/2014** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Cuiabá/Estado de Mato Grosso para dirimir qualquer dúvida decorrente da presente Ata de Registro de Preços, com renúncia de qualquer outro. Por anuir com o PARECER JURÍDICO PGM **n°706/PCP/2013**, que integra o **Processo Administrativo nº 961179-8/2013.**

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata de Registro de Preços, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de maio de 2014.

CONTRATANTE:

WERLEY SILVA PERES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORAS:

ELEN CARLA DA SILVA
AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 65.817.900/0001-71

SILVIO APARECIDO CAMPOS
BSB – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 05.777.772/0001-58

ALESSANDRA FERNANDA RIGO
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 67.729.178/0004-91

FABIO SPADA
DENTAL CENTRO OESTE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 36.900.926/0001-80

LUIZ RENATO GAROFANI
DIMACI/PR MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 00.656.468/0001-39

ODAIR JOSÉ BALESTRIN
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ/MF nº 02.520.829/0001-40

CESAR PEDRO MARTINS DA SILVA
FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA - CNPJ/MF nº 06.628.333/0001-46

LUCIANA CAPELETTI
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 81.706.251/0001-98

JOSÉ EBER GOMES DE ARAÚJO
STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 00.995.371/0001-50

SIMONE QUIYOMY WATANABE
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 60.665981/0001-18

TESTEMUNHAS:

01)
RG Nº
CPF Nº

02)
RG Nº
CPF Nº

Publicado por:
Valdir Pereira Silva
Código Identificador:5B9D9F2A

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA PE 01 2014

ERRATA DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10635/2014 e N° 10694/2014
PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° PG961179-8/2013
ÓRGÃO - **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**

ONDE SE LÊ - **"**UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A, inscrita no CNPJ/MF nº **60.665981/0001-18**, com sede na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP: 06900-000, Embu Guaçu - SP, representada neste ato pela sua Representante Legal, **Srª SIMONE QUIYOMY WATANABE, portadora da Carteira de Identidade n.º 15504687-1 SSP/SP, CPF/MF n.º 171.072.428-57**."

LEIA-SE - "UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A, inscrita no CNPJ/MF nº **60.665.981/0005-41**, com sede na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP: 06900-000, Embu Guaçu - SP, representada neste ato pela sua Representante Legal, **Sr.º FRANCISCO FERDINANDO LOPES portador da carteira de identidade nº 5.779.755-SSP/SP, CPF 521.195.058-53."**

VALDIR PEREIRA SILVA
Pregoeiro Oficial

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor de Compras e Licitações

ELIANE PAULA DA SILVA
Secretária de Planejamento e Finanças em exercício
Data da Assinatura: 22/05/2014

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10635/2014
PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° PG961179-8/2013
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde – SMS
ONDE SE LÊ

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QDE	UNITÁRIO	TOTAL	MARCA	NOME DA VENCEDORA
203	Metilprednisolona (Succinato sódio) 500 mg/ml - Sol. Injetável	Fr/Amp	1.800	8,9666	16.139,88	***BERGAN***	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP

LEIA-SE:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QDE	UNITÁRIO	TOTAL	MARCA	NOME DA VENCEDORA
203	Metilprednisolona (Succinato sódio) 500 mg/ml - Sol. Injetável	Fr/Amp	1.800	8,9666	16.139,88	***BERGAMO***	BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSP

VALDIR PEREIRA SILVA
Pregoeiro Oficial

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor de Compras e Licitações

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário de Planejamento e Finanças
Data da Assinatura: 16/05/2014

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10694/2014
PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° PG961179-8/2013
Órgão - **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**
Onde se lê

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA	NOME DA VENCEDORA
25	Captopril 25 mg	Comp	22.834.500	**0,01817408**	414.996,00	TEUTO	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
340	Sulfametoxazol 400 + Trimetropima 80mg - Sol. Injetável EV	Amp 5ml	34.350	**1,3244833**	45.496,00	BRAINFARMA	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE

Leia-se

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA	NOME DA VENCEDORA
25	Captopril 25 mg	Comp	22.834.500	**0,0182**	414.996,00	TEUTO	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS
340	Sulfametoxazol 400 + Trimetropima 80mg - Sol. Injetável EV	Amp 5ml	34.350	**1,3245**	45.496,00	BRAINFARMA	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE

VALDIR PEREIRA SILVA
Pregoeiro Oficial

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor de Compras e Licitações

ELIANE PAULA DA SILVA
Secretária de Planejamento e Finanças em exercício
Data da Assinatura: 27/05/2014

Publicado por:
Valdir Pereira Silva
Código Identificador:373A3A98

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA ATA REGISTRO PREÇOS PE 001 2014

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10694/2014
PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° PG961179-8/2013

Órgão:

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

ONDE SE LÊ:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA	NOME DA VENCEDORA
241	Biperideno 2mg	Comp	1.734.150	0,2370	410.993,55	*TEUTO*	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE

LEIA-SE:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA	NOME DA VENCEDORA
241	Biperideno 2mg	Comp	1.734.150	0,2370	410.993,55	*CRISTALIA*	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE

Informações:	Diretoria de Compras e Licitações/Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF - Telefone: (65) 3645-6252. Atendimento: 14:00 às 17:00hs. E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br
Presidente:	**Valdir Pereira Silva** Pregoeiro Oficial
Diretor:	**José Dias de Oliveira** Diretor de Compras e Licitações
Secretária:	**Eliane Paula da Silva** Secretária Municipal de Planejamento e Finanças em exercício
Data da Assinatura: 29/05/2014	

Publicado por:
Valdir Pereira Silva
Código Identificador:7ED4EC2E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
RREO 2 BIM 2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITIQUIRA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.370.251/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405281344520070227 7

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	46.056.900,00	46.056.900,00	8.102.707,48	17,59	16.781.571,90	36,44	29.275.328,10
2	RECEITAS CORRENTES	43.255.900,00	43.255.900,00	8.102.707,48	18,73	16.781.571,90	38,80	26.474.328,10
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.637.000,00	5.637.000,00	582.287,92	10,33	899.843,26	15,96	4.737.156,74
4	Impostos	5.530.000,00	5.530.000,00	573.879,66	10,38	882.623,03	15,96	4.647.376,97
5	Taxas	77.000,00	77.000,00	8.408,26	10,92	17.220,23	22,36	59.779,77
6	Contribuição de Melhoria	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	807.100,00	807.100,00	247.336,56	30,65	492.236,61	60,99	314.863,39
8	Contribuições Sociais	506.100,00	506.100,00	191.811,43	37,90	380.438,96	75,17	125.661,04
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	300.000,00	300.000,00	55.525,13	18,51	111.797,65	37,27	188.202,35
11	RECEITA PATRIMONIAL	237.100,00	237.100,00	171.446,48	72,31	325.833,72	137,42	-88.733,72
12	Receitas Imobiliárias	7.000,00	7.000,00	0,24	0,00	220,24	3,15	6.779,76
13	Receitas de Valores Mobiliários	230.100,00	230.100,00	171.446,24	74,51	325.613,48	141,51	-95.513,48
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	204.500,00	204.500,00	37.428,18	18,30	62.548,32	30,59	141.951,68
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.616.500,00	35.616.500,00	7.047.351,31	19,79	14.958.028,40	42,00	20.658.471,60
30	Transferências Intergovernamentais	34.997.437,16	34.997.437,16	6.949.390,50	19,86	14.821.919,39	42,35	20.175.517,77
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	619.062,84	619.062,84	97.960,81	15,82	136.109,01	21,99	482.953,83
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	753.700,00	753.700,00	16.857,03	2,24	43.081,59	5,72	710.618,41
37	Multas e Juros de Mora	441.700,00	441.700,00	9.444,93	2,14	18.522,63	4,19	423.177,37
38	Indenizações e Restituições	10.800,00	10.800,00	533,15	4,94	533,15	4,94	10.266,85
39	Receita da Dívida Ativa	256.000,00	256.000,00	6.797,29	2,66	23.944,15	9,35	232.055,85
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
41	Receitas Correntes Diversas	45.000,00	45.000,00	81,66	0,18	81,66	0,18	44.918,34
42	RECEITAS DE CAPITAL	2.801.000,00	2.801.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.801.000,00
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
44	Operações de Crédito Internas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.750.000,00	2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750.000,00
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	2.750.000,00	2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750.000,00
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	693.100,00	693.100,00	236.181,30	0,00	461.329,12	0,00	231.770,88
63	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	693.100,00	693.100,00	236.181,30	0,34	461.329,12	0,67	231.770,88
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	46.750.000,00	46.750.000,00	8.338.888,78	17,84	17.242.901,02	36,88	29.507.098,98
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	46.750.000,00	46.750.000,00	8.338.888,78	17,84	17.242.901,02	36,88	29.507.098,98
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	--		-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	46.750.000,00	46.750.000,00	8.338.888,78	17,84	17.242.901,02	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	44.866.440,00	356.000,00	45.222.440,00	7.062.779,29	16.818.641,57	7.097.092,98	12.635.691,35	27,94	32.586.748,65
79	DESPESAS CORRENTES	26.858.399,92	2.837.000,00	29.695.399,92	6.332.541,50	14.428.434,52	6.307.493,34	11.632.943,24	39,17	18.062.456,68
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.086.526,60	-221.000,00	11.865.526,60	2.770.131,41	5.596.082,37	2.770.131,41	5.596.082,37	47,16	6.269.444,23

81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	480.000,00	-355.000,00	125.000,00	2.716,59	102.716,59	24.811,92	46.576,24	37,26	78.423,76
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.291.873,32	3.413.000,00	17.704.873,32	3.559.693,50	8.729.635,56	3.512.550,01	5.990.284,63	33,83	11.714.588,69
83	DESPESAS DE CAPITAL	17.408.040,08	-2.481.000,00	14.927.040,08	730.237,79	2.390.207,05	789.599,64	1.002.748,11	6,72	13.924.291,97
84	INVESTIMENTOS	15.976.040,08	-1.906.000,00	14.070.040,08	643.677,52	1.634.686,01	589.744,93	684.430,41	4,86	13.385.609,67
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.432.000,00	-575.000,00	857.000,00	86.560,27	755.521,04	199.854,71	318.317,70	37,14	538.682,30
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	0,00	350.000,00 -		-	- - -		-	
88	RESERVA DO RPPS	250.000,00	0,00	250.000,00 -		-	- - -		-	
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.883.560,00	-356.000,00	1.527.560,00	233.777,63	455.586,91	233.777,63	455.586,91	0,00	1.071.973,09
90	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.883.560,00	-356.000,00	1.527.560,00	233.777,63	455.586,91	233.777,63	455.586,91	29,82	1.071.973,09
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	46.750.000,00	0,00	46.750.000,00	7.296.556,92	17.274.228,48	7.330.870,61	13.091.278,26	28,00	33.658.721,74
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	46.750.000,00	0,00	46.750.000,00	7.296.556,92	17.274.228,48	7.330.870,61	13.091.278,26	28,00	33.658.721,74
100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	4.151.622,76	-	-
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	46.750.000,00	0,00	46.750.000,00	7.296.556,92	17.274.228,48	7.330.870,61	17.242.901,02	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir 29/05/2014	MURAL, EDITAL, SITE E JONAL AMM	
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.			
Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO DA PM DE ITIQUIRA			
Nota:			

ITIQUIRA, 28/05/2014

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal
CPF.: 352.935.601-82

NELY FRANCISCA DA SILVA
Técnica em Contabilidade
CRC.: 002.249/O-4

ALEX ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
CPF.: 005.717.241-24

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITIQUIRA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.370.251/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405281344520070227 7

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.866.440,00	45.222.440,00	7.062.779,29	16.818.641,57	7.097.092,98	12.635.691,35	96,52	27,94	32.586.748,65
2	00001	Legislativa	2.200.000,00	2.170.000,00	393.004,03	841.697,12	371.755,84	713.428,73	5,45	32,88	1.456.571,27
3	01031	Ação Legislativa	2.200.000,00	2.170.000,00	393.004,03	841.697,12	371.755,84	713.428,73	5,45	32,88	1.456.571,27
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

		no Processo Judiciário									
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	4.685.500,00	5.262.500,00	983.637,86	2.906.328,37	1.151.896,06	1.917.671,53	14,65	36,44	3.344.828,47
12	04121	Planejamento e Orçamento	192.000,00	148.000,00	11.213,59	42.993,94	11.719,59	42.234,94	0,32	28,54	105.765,06
13	04122	Administração Geral	3.021.000,00	3.523.000,00	721.499,54	1.739.134,10	809.142,23	1.363.094,85	10,41	38,69	2.159.905,15
14	04123	Administração Financeira	930.000,00	1.042.000,00	250.924,73	626.700,33	253.680,22	370.802,55	2,83	35,59	671.197,45
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	25.000,00	12.000,00	0,00	10.000,00	1.299,96	2.217,15	0,02	18,48	9.782,85
23	04331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	467.500,00	487.500,00	0,00	487.500,00	76.054,06	139.322,04	1,06	28,58	348.177,96
24	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06181	Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	00008	Assistência Social	1.588.999,52	1.443.999,52	362.055,19	727.628,16	329.171,28	581.273,97	4,44	40,25	862.725,55
36	08241	Assistência ao Idoso	330.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
37	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	194.150,00	207.150,00	56.853,48	87.541,51	41.772,57	72.112,03	0,55	34,81	135.037,97
39	08244	Assistência Comunitária	862.849,52	994.849,52	286.333,34	553.908,86	259.477,86	452.660,77	3,46	45,50	542.188,75
40	08122	Administração Geral	142.000,00	197.000,00	18.868,37	86.177,79	27.920,85	56.501,17	0,43	28,68	140.498,83
41	00009	Previdência Social	1.049.000,00	1.049.000,00	62.333,95	248.917,91	73.179,21	151.310,57	1,16	14,42	897.689,43
42	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09272	Previdência do Regime Estatutário	1.049.000,00	1.049.000,00	62.333,95	248.917,91	73.179,21	151.310,57	1,16	14,42	897.689,43
44	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	00010	Saúde	8.159.595,32	10.220.595,32	1.817.569,99	4.510.304,04	1.778.494,11	3.184.976,49	24,33	31,16	7.035.618,83
47	10301	Atenção Básica	2.562.986,60	4.447.986,60	758.863,37	2.089.460,66	806.210,83	1.245.135,00	9,51	27,99	3.202.851,60
48	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.467.287,88	4.591.287,88	889.260,29	1.933.570,42	770.305,60	1.575.066,91	12,03	34,31	3.016.220,97
49	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	179.252,96	161.252,96	12.227,06	28.035,82	15.664,46	15.664,46	0,12	9,71	145.588,50
50	10304	Vigilância Sanitária	369.067,88	254.067,88	28.150,12	74.416,88	30.251,32	60.191,08	0,46	23,69	193.876,80
51	10305	Vigilância Epidemiológica	380.000,00	260.000,00	18.464,70	32.228,95	18.464,70	32.228,95	0,25	12,40	227.771,05
52	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	10122	Administração Geral	201.000,00	506.000,00	110.604,45	352.591,31	137.597,20	256.690,09	1,96	50,73	249.309,91
54	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	00012	Educação	10.526.622,96	8.840.622,96	1.742.244,64	3.492.487,18	1.741.229,79	3.059.206,69	23,37	34,60	5.781.416,27
60	12361	Ensino Fundamental	7.170.386,06	6.181.386,06	1.238.744,92	2.577.007,50	1.312.688,24	2.322.762,77	17,74	37,58	3.858.623,29
61	12362	Ensino Médio	20.203,30	20.203,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.203,30
62	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12364	Ensino Superior	200.000,00	100.000,00	12.040,00	95.157,50	41.021,00	41.021,00	0,31	41,02	58.979,00
64	12365	Educação Infantil	2.373.613,60	1.946.613,60	291.551,79	506.154,31	244.412,37	454.126,89	3,47	23,33	1.492.486,71
65	12366	Educação de Jovens e Adultos	485.000,00	215.000,00	41.040,33	84.801,88	42.048,33	84.801,88	0,65	39,44	130.198,12
66	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	12122	Administração Geral	115.000,00	165.000,00	43.362,55	90.375,78	43.834,78	75.783,92	0,58	45,93	89.216,08
68	12306	Alimentação e Nutrição	162.420,00	212.420,00	115.505,05	138.990,21	57.225,07	80.710,23	0,62	38,00	131.709,77
69	00013	Cultura	1.052.000,00	1.083.000,00	44.574,46	196.860,18	109.217,53	194.313,24	1,48	17,94	888.686,76
70	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	13392	Difusão Cultural	1.052.000,00	1.083.000,00	44.574,46	196.860,18	109.217,53	194.313,24	1,48	17,94	888.686,76
72	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00015	Urbanismo	1.966.391,00	2.601.391,00	472.929,55	1.218.880,93	477.420,53	1.115.427,36	8,52	42,88	1.485.963,64
77	15451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	15452	Serviços Urbanos	1.642.000,00	2.246.000,00	443.310,42	1.115.473,44	438.292,31	1.048.916,62	8,01	46,70	1.197.083,38
79	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	15695	Turismo	324.391,00	355.391,00	29.619,13	103.407,49	39.128,22	66.510,74	0,51	18,71	288.880,26
81	00016	Habitação	200.000,00	223.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00
82	16481	Habitação Rural	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00

83	16482	Habitação Urbana	100.000,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00
84	00017	Saneamento	2.850.000,00	2.014.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.014.000,00
85	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	17512	Saneamento Básico Urbano	2.680.000,00	1.844.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.844.000,00
87	17452	Serviços Urbanos	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
88	00018	Gestão Ambiental	243.000,00	263.000,00	22.752,45	47.309,62	22.752,45	47.309,62	0,36	17,99	215.690,38
89	18541	Preservação e Conservação Ambiental	203.000,00	223.000,00	22.752,45	47.309,62	22.752,45	47.309,62	0,36	21,22	175.690,38
90	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
92	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	00020	Agricultura	1.755.000,00	1.632.000,00	324.659,19	379.598,95	71.075,66	122.685,89	0,94	7,52	1.509.314,11
99	20601	Promoção da Produção Vegetal	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
100	20602	Promoção da Produção Animal	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
101	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20606	Extensão Rural	1.575.000,00	1.452.000,00	324.659,19	379.598,95	71.075,66	122.685,89	0,94	8,45	1.329.314,11
105	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00022	Indústria	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
110	22661	Promoção Industrial	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
111	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	00023	Comércio e Serviços	148.000,00	148.000,00	19.271,50	42.570,66	19.271,50	42.570,66	0,33	28,76	105.429,34
116	23691	Promoção Comercial	148.000,00	148.000,00	19.271,50	42.570,66	19.271,50	42.570,66	0,33	28,76	105.429,34
117	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	23695	Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00025	Energia	300.000,00	435.000,00	5.280,00	277.920,00	42.101,95	85.013,08	0,65	19,54	349.986,92
125	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	25752	Energia Elétrica	300.000,00	435.000,00	5.280,00	277.920,00	42.101,95	85.013,08	0,65	19,54	349.986,92
127	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00026	Transporte	4.791.331,20	5.123.331,20	628.913,69	1.007.972,48	617.846,84	953.696,86	7,28	18,61	4.169.634,34
130	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26782	Transporte Rodoviário	4.536.331,20	4.273.331,20	327.405,14	369.781,36	322.737,02	348.130,04	2,66	8,15	3.925.201,16
132	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	26452	Serviços Urbanos	255.000,00	850.000,00	301.508,55	638.191,12	295.109,82	605.566,82	4,63	71,24	244.433,18
136	00027	Desporto e Lazer	1.099.000,00	986.000,00	96.992,52	164.644,93	91.825,52	148.488,96	1,13	15,06	837.511,04
137	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	27812	Desporto Comunitário	1.099.000,00	986.000,00	96.992,52	164.644,93	91.825,52	148.488,96	1,13	15,06	837.511,04
139	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	00028	Encargos Especiais	1.352.000,00	827.000,00	86.560,27	755.521,04	199.854,71	318.317,70	2,43	38,49	508.682,30
141	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28843	Serviço da Dívida Interna	1.352.000,00	827.000,00	86.560,27	755.521,04	199.854,71	318.317,70	2,43	38,49	508.682,30
144	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
149		RESERVA DO RPPS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
150		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.883.560,00	1.527.560,00	233.777,63	455.586,91	233.777,63	455.586,91	3,48	29,82	1.071.973,09
151	00001	Legislativa	0,00	30.000,00	2.483,42	4.303,75	2.483,42	4.303,75	0,59	14,34	25.696,25
152	01031	Ação Legislativa	0,00	30.000,00	2.483,42	4.303,75	2.483,42	4.303,75	0,59	14,34	25.696,25
153	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00004	Administração	194.000,00	161.000,00	23.916,04	46.237,17	23.916,04	46.237,17	0,38	65,57	114.762,83
156	04121	Planejamento e Orçamento	20.000,00	20.000,00	818,95	1.919,01	818,95	1.919,01	0,02	9,60	18.080,99
157	04122	Administração Geral	139.000,00	106.000,00	18.776,70	36.920,47	18.776,70	36.920,47	0,30	34,83	69.079,53
158	04123	Administração Financeira	35.000,00	35.000,00	4.320,39	7.397,69	4.320,39	7.397,69	0,06	21,14	27.602,31
159	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00008	Assistência Social	57.000,00	57.000,00	10.719,66	20.450,73	10.719,66	20.450,73	0,17	75,83	36.549,27

163	08122	Administração Geral	20.000,00	15.000,00	905,41	1.778,15	905,41	1.778,15	0,01	11,85	13.221,85
164	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	16.000,00	6.000,00	404,84	872,04	404,84	872,04	0,01	14,53	5.127,96
165	08244	Assistência Comunitária	21.000,00	36.000,00	9.409,41	17.800,54	9.409,41	17.800,54	0,15	49,45	18.199,46
166	00009	Previdência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
167	09272	Previdência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
168	00010	Saúde	441.560,00	381.560,00	55.953,68	109.010,23	55.953,68	109.010,23	0,89	131,49	272.549,77
169	10122	Administração Geral	19.000,00	19.000,00	3.569,59	7.963,57	3.569,59	7.963,57	0,07	41,91	11.036,43
170	10301	Atenção Básica	146.560,00	106.560,00	16.211,72	30.714,77	16.211,72	30.714,77	0,25	28,82	75.845,23
171	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	203.000,00	213.000,00	32.957,19	63.622,56	32.957,19	63.622,56	0,52	29,87	149.377,44
172	10304	Vigilância Sanitária	23.000,00	23.000,00	1.949,38	4.077,95	1.949,38	4.077,95	0,03	17,73	18.922,05
173	10305	Vigilância Epidemiológica	50.000,00	20.000,00	1.265,80	2.631,38	1.265,80	2.631,38	0,02	13,16	17.368,62
174	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00012	Educação	1.000.000,00	725.000,00	108.358,94	210.164,28	108.358,94	210.164,28	1,72	124,07	514.835,72
176	12122	Administração Geral	15.000,00	10.000,00	2.324,89	4.354,42	2.324,89	4.354,42	0,04	43,54	5.645,58
177	12361	Ensino Fundamental	510.000,00	490.000,00	80.438,94	156.494,21	80.438,94	156.494,21	1,28	31,94	333.505,79
178	12365	Educação Infantil	410.000,00	190.000,00	20.513,91	39.607,26	20.513,91	39.607,26	0,32	20,85	150.392,74
179	12366	Educação de Jovens e Adultos	65.000,00	35.000,00	5.081,20	9.708,39	5.081,20	9.708,39	0,08	27,74	25.291,61
180	00013	Cultura	18.000,00	18.000,00	2.514,38	5.427,76	2.514,38	5.427,76	0,04	30,15	12.572,24
181	13392	Difusão Cultural	18.000,00	18.000,00	2.514,38	5.427,76	2.514,38	5.427,76	0,04	30,15	12.572,24
182	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	00015	Urbanismo	70.000,00	64.000,00	10.966,31	21.480,72	10.966,31	21.480,72	0,18	37,04	42.519,28
184	15452	Serviços Urbanos	58.000,00	58.000,00	10.966,31	21.480,72	10.966,31	21.480,72	0,18	37,04	36.519,28
185	15695	Turismo	12.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
186	00016	Habitação	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
187	16482	Habitação Urbana	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
188	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
189	00018	Gestão Ambiental	17.000,00	17.000,00	1.738,14	4.159,03	1.738,14	4.159,03	0,03	24,46	12.840,97
190	18541	Preservação e Conservação Ambiental	17.000,00	17.000,00	1.738,14	4.159,03	1.738,14	4.159,03	0,03	24,46	12.840,97
191	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192	00020	Agricultura	25.000,00	25.000,00	2.453,91	5.072,35	2.453,91	5.072,35	0,04	20,29	19.927,65
193	20606	Extensão Rural	25.000,00	25.000,00	2.453,91	5.072,35	2.453,91	5.072,35	0,04	20,29	19.927,65
194	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
195	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	00023	Comércio e Serviços	12.000,00	12.000,00	749,36	1.857,12	749,36	1.857,12	0,02	15,48	10.142,88
197	23691	Promoção Comercial	12.000,00	12.000,00	749,36	1.857,12	749,36	1.857,12	0,02	15,48	10.142,88
198	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
199	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
200	00026	Transporte	25.000,00	25.000,00	10.201,25	20.547,78	10.201,25	20.547,78	0,17	82,19	4.452,22
201	26452	Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	10.201,25	20.547,78	10.201,25	20.547,78	0,17	82,19	4.452,22
202	00027	Desporto e Lazer	23.000,00	8.000,00	3.722,54	6.875,99	3.722,54	6.875,99	0,06	85,95	1.124,01
203	27812	Desporto Comunitário	23.000,00	8.000,00	3.722,54	6.875,99	3.722,54	6.875,99	0,06	85,95	1.124,01
204	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
205		TOTAL (III) = (I + II)	46.750.000,00	46.750.000,00	7.296.556,92	17.274.228,48	7.330.870,61	13.091.278,26	100,00	57,76	33.658.721,74
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.											
Fonte: SISTEMA INFORMATIZADO DA PM DE ITIQUIRA											
Nota:											

ITIQUIRA, 28/05/2014

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal
CPF.: 352.935.601-82

NELY FRANCISCA DA SILVA
Técnica em Contabilidade
CRC.: 002.249/O-4

ALEX ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
CPF.: 005.717.241-24

Publicado por:
Sergio Weber Silva Laet
Código Identificador:F66CF1EA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PRECOS N. 32/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 62/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n. 62/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 32/2014/ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO: Nº. 62/2014/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 62/2014/ADMINISTRAÇÃO

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **PIOVESAN DE SOUZA & CIA LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ: 09.248.454/0001-50, localizada na Av. Ayrton Senna, 226-S, Bairro Centro, CEP: 78.575-000, Telefone (66) 3556-5001, email: andipiovesan@hotmail.com, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, representada pela Sra. Andyra Piovesan Moreira de Souza, portadora do RG: 13.86.309-8 SSP/MT e CPF: 942.979.831-68, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DE EDUCACÃO, DESPORTO E SERVIÇOS URBANOS.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

2.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DA ATA

4.1 Os LOTES, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	7143	TINTA ESMALTE 3,6 LT – BRANCA	UND	150	45,00	6.750,00	GLASURIT
02	8586	THINNER 5 LTS	UND	50	38,00	1.900,00	ANJO
03	9116	ROLO DE LA 23 CM	UND	20	9,50	190,00	TIGRE
04	11475	AGUA RAZ 5 LTS	UND	90	38,00	3.420,00	SUVINIL
05	11581	CAL PARA PINTURA	KILO	360	9,00	3.240,00	ITABLANCA
06	11622	LIXA FERRO	UND	300	2,30	690,00	3M
07	12440	BISNAGA 50 ML	UND	150	2,50	375,00	XADREX
08	12612	PREGO 18 X 24	KILO	30	8,46	253,80	GERDAU
10	43158	TINTA ACRILICA 18 LT	UND	05	180,00	900,00	ANJO
11	44101	SUPORTE PARA ROLO 23 CM	UND	30	5,00	150,00	TIGRE
12	49158	PALHA DE ACO	UND	300	1,60	480,00	BOMBRIL
13	49292	LAPIS DE CARPINTEIRO	UND	10	1,98	19,80	IRWIN
14	50609	MASSA CORRIDA ACRILICA 18 LT	UND	30	69,00	2.070,00	MAXVINIL
15	50857	FIXADOR PARA CAL	UND	360	1,50	540,00	GLOBOFIX
16	51609	TINTA ACRILICA FOSCA 18 LT – BRANCA	UND	300	100,00	30.000,00	RIZZIERI
17	51610	CABO DE ROLO	UND	45	5,00	225,00	ATLAS
18	54347	REGUA METRO	UND	01	7,00	7,00	VONDER
19	58406	THINNER 5 LT	UND	10	38,00	380,00	ANJO
20	58720	VERNIZ 18 LT	UND	60	200,00	12.000,00	NOVALAR
21	60624	PINCEL 2”	UND	30	4,80	144,00	ATLAS
22	60626	FITA CREPE 0,25 X 50	UND	400	4,00	1.600,00	ADERE
23	69969	PINCEL 3,5”	UND	96	7,80	748,80	TIGRE
24	68970	MULTIMASSA 900 ML	UND	45	34,00	1.530,00	RENNER
25	68971	TINTA ESMALTE PARA FERRUGENS 3,6 LT	UND	210	50,00	10.500,00	CASALIT
26	69972	PINCEL 3”	UND	30	9,00	270,00	ATLAS
27	70611	ROLO ESPUMA 09 CM	UND	30	3,50	105,00	TIGRE
28	78586	TINTA A BASE D’AGUA 18 LT	UND	40	84,00	3.360,00	RIZZIERI
29	81372	TINTA ESMALTE SINTETICA 3,6 LT – BRANCA	UND	10	46,00	460,00	GLASURIT
30	81475	TRINCHA 2	UND	30	6,00	180,00	TIGRE
31	82723	ESTILETE 18 MM	UND	02	7,38	14,76	KITEC
32	84428	TINTA ESMALTE VERDE ESCURO 3,6 LT	UND	210	46,50	9.765,00	GLASURIT
33	84429	TINTA ESMALTE VERMELHO 3,6 LT	UND	90	46,50	4.185,00	GLASURIT
34	84430	ROLO DE LA ANTI GOTA 23 CM	UND	150	19,50	2.925,00	TIGRE

35	94431	TINTA PARA SINALIZACAO DE VIAS 18 LT	UND	80	360,00	28.800,00	MAXVINIL
36	84432	TINTA ESMALTE A BASE D'AGUA BRANCA 3,6 LT	UND	10	80,00	800,00	ANJO
37	84433	TINTA ESMALTE SINTETICO PRETO 3,6 LT	UND	10	46,50	465,00	GLASURIT
38	84434	TINTA ESMALTE SINTETICO VERMELHO 3,6 LT	UND	10	46,50	465,00	GLASURIT
39	84435	PINCEL 615-10	UND	05	4,50	22,50	ATLAS
40	84436	PINCEL 615-12	UND	05	6,00	30,00	TIGRE
41	84437	PINCEL 615-14	UND	05	6,50	32,50	ATLAS
42	84438	PINCEL 615-18	UND	05	8,00	40,00	TIGRE
43	84439	PINCEL PELO DE SEDA 484-6	UND	05	9,00	45,00	ATLAS
44	84440	PINCEL PELO DE SEDA 484-10	UND	05	10,00	50,00	TIGRE
45	84441	PINCEL PELO DE SEDA 484-14	UND	05	13,00	65,00	TIGRE
46	84442	PINCEL PELO DE SEDA 484-22	UND	05	13,00	65,00	TIGRE
47	84443	PINCEL PELO DE SEDA 484-18	UND	08	35,00	280,00	TIGRE
48	84444	TRINCHA 3"	UND	05	8,50	42,50	ATLAS
49	84445	TRINCHA 1 ½	UND	05	5,20	26,00	ATLAS
50	84446	TRINCHA 1	UND	05	4,30	21,50	ATLAS
51	84447	GIZ ESCOLAR	UND	10	7,60	76,00	FABER CASTEL
52	84448	PINCEL 24	UND	05	8,70	43,50	TIGRE
53	84449	PINCEL 20	UND	05	5,70	28,50	ATLAS
54	84450	PINCEL DE PELO	UND	30	8,00	240,00	ATLAS
55	84451	PINCEL 16	UND	05	5,50	27,50	TIGRE

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO
5.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

9. DO PAGAMENTO
9.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.
10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento do item.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
12.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

13. DAS PENALIDADES
13.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS
14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades adesos aos registros de preços.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 62/2014, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 - DO FORO
17.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, em 29 de maio de 2014.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

PIOVESAN DE SOUZA & CIA LTDA – EPP
CNPJ: 09.248.454/0001-50
Sra. Andyra Piovesan Moreira de Souza
RG: 13.86.309-8 SSP/MT
CPF: 942.979.831-68
Representante Legal

Assessor Jurídico
Leonardo Fernandes Maciel Esteves
OAB-MT N° 14143

TESTEMUNHAS:

Flávia Cavichioli da Silva José Roberto Pereira Alves
Fiscal de Contratos Pregoeiro Oficial
Portaria GP 034/2014 Portaria GP 250/2010
Portaria GP 05/2014

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:91C1646C

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PRECOS N. 32-A/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 62/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n. 62/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 32-A/2014/ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO: Nº. 62/2014/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO: Nº. 62/2014/ADMINISTRAÇÃO

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **SCHMID & SCHMID LTDA – ME**, inscrita no CNPJ: 01.991.936/0001-94, localizada na Av. Rio Arinos nº 882-W, Bairro Centro, CEP: 78.575-000, Telefone (66) 3556-2144, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. Pedro Cesar Schmid, portador do RG: 4.418.598-9 SSP/PR e CPF: 754.294.899-72, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO
1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DE EDUCACÃO, DESPORTO E SERVIÇOS URBANOS.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA
2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

2.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DA ATA

4.1 Os LOTES, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
09	40205	TINTA ESMALTE SINTETICO AMARELO OURO 3,6 LT	UND	10	47,00	470,00	NOVALAR

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO
5.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

9. DO PAGAMENTO
9.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.
10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento do item.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
12.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

13. DAS PENALIDADES
13.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS
14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades adesos aos registros de preços.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 62/2014, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 - DO FORO
17.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, em 29 de maio de 2014.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

SCHMID & SCHMID LTDA – ME
CNPJ: 01.991.936/0001-94
Sr. Pedro Cesar Schmid
RG: 4.418.598-9 SSP/PR
CPF: 754.294.899-72
Representante Legal

Assessor Jurídico
Leonardo Fernandes Maciel Esteves
OAB-MT N° 14143

TESTEMUNHAS:

Flávia Cavichioli da Silva José Roberto Pereira Alves
Fiscal de Contratos Pregoeiro Oficial
Portaria GP 034/2014 Portaria GP 250/2010
Portaria GP 05/2014

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:D172C40C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL N° 01/2014 EDITAL COMPLETO DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO PARA SELEÇÃO DE PESSOAL VISANDO A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

De ordem do **Sr. OTAVIANO OLAVO PIVETTA,** Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde- MT, a Comissão Examinadora de Processo Seletivo - CEPS, designada pela Portaria nº 482/2014, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e ainda em cumprimento à Lei Municipal n° 1.115/2004, Lei Municipal nº 1.816/2010, Lei nº 2264/2014, Lei nº 2265/2014, Lei nº 2266/2014 e Decreto n° 2040/2010, e demais legislações aplicáveis à espécie; resolve divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e realização do Processo Seletivo Simplificado, segundo critérios e requisitos que estabelece neste edital, para preenchimento de vagas constantes no Anexo I desde Edital, nos cargos que adiante específica tudo conforme segue:

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 Este Processo Seletivo dar-se-á em conformidade com a Lei Municipal n° 1.115/2004, Lei Municipal nº 1.816/2010, Lei nº 2264/2014, Lei nº 2265/2014, Lei nº 2266/2014 e Decreto Municipal nº 2.040/2010.
1.2 A seleção para os cargos de que tratam este edital se dará através de Prova Objetiva e Prova Prática.
1.3 O Processo Seletivo Simplificado será realizado na cidade de Lucas do Rio Verde/MT.
2- DOS CARGOS
2.1. O Anexo I apresenta o cargo objeto do Processo Seletivo e especifica o número de vagas, carga horária semanal de trabalho, o vencimento básico, atribuições sumárias, pré-requisitos exigidos.
2.2. O processo Seletivo se dará através de prova Objetiva e Prova Prática
2.3. O Anexo III apresenta os conteúdos programáticos a serem exigidos na Prova Objetiva e Prova Prática.
2.3.1 Cargo ou função assemelhada: aquele(a) em que as funções exercidas sejam correlatas com as atividades sumárias do cargo a ser exercido, conforme especificado no Anexo I.
2.4. O Edital do presente Processo Seletivo Simplificado encontra-se disponível no endereço eletrônico www.lucasdorioverde.mt.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal.
2.4. Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo exercerão suas atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Cidadania e Habitação, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, conforme o caso, da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde.
3 - DA DIVULGAÇÃO
A divulgação oficial das etapas deste Processo Seletivo dar-se-á através de avisos afixados na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, localizada na Av. América do Sul, nº 2500-S, Parque dos Buritis, no site www.lucasdorioverde.mt.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios – AMM, www.diariomunicipal.com.br
4 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO
4.1. Ter sido selecionado e convocado pela ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado na forma estabelecida neste Edital.
4.2. O provimento do cargo obedecerá à ordem de classificação dos candidatos, às disposições legais pertinentes e aos demais requisitos mencionados no ANEXO I deste Edital.
4.3. O candidato deve atender às seguintes condições, quando de sua convocação:

a) ter nacionalidade brasileira ou gozar das prerrogativas dos Decretos nº 70.391/72 e artigo 12, parágrafo 1º da Constituição Federal;
b) estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;
c) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
d) não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;
e) comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo para o qual se inscreveu, conforme disposto em legislação própria;
f) ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual concorre;
g) ter idade mínima de 18 anos;
4.4. A contratação do candidato aprovado dependerá de:
a) comprovação de cumprimento de todos os requisitos exigidos nas normas do Processo Seletivo Simplificado, importando sua não apresentação em insubsistência de inscrição e nulidade da aprovação;
b) comprovação de sanidade física e mental para o perfeito exercício das funções inerentes ao cargo, emitida por médico através de atestado, considerando-se que a inaptidão para o exercício do cargo implica automática eliminação do candidato do Processo Seletivo;
c) comprovação de compatibilidade de horário, em caso de acumulação legal.
d) cumprir as determinações deste edital.
4.5. O candidato aprovado deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, obrigatoriamente os seguintes documentos:
a) cópia da cédula de identidade;
b) cópia do cadastro de pessoa física – CPF/MF;
c) cópia do título de eleitor, comprovante da última votação e certidão de quitação eleitoral;
d) cópia do reservista ou documento equivalente;
e) cópia da certidão de casamento ou nascimento;
f) cópia da certidão de nascimento dos filhos;
g) cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;
h) cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;
i) cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;
j) cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;
k) atestado médico admissional expedido por médico do trabalho;
l) cópia do comprovante de residência;
m) certidão cível e criminal.

5 - DA INSCRIÇÃO

5.1 A inscrição **será gratuita** e deverá ser efetuada no PAÇO MUNICIPAL, situado na Av. América do Sul, nº 2500-S, Parque dos Buritis, **nos dias, 13, 16, 17*, 18, 19, 23* e 24 de junho de 2014, das 08 horas às 11 horas e das 13:00 horas às 16 horas.**
5.1.1 Nos dias 17 e 23 de junho de 2014 as inscrições serão realizadas das 7h às 13h.
5.2 Requisitos básicos para a inscrição
a) Idade mínima de 18 anos.
b) Escolaridade mínima exigida pelo cargo;
c) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
d) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
e) Atender às condições prescritas para a função.
f) Disponibilidade de tempo para exercer suas atividades conforme carga horária descrita no Anexo I.
5.3 Documentações necessárias para inscrição:
a) Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho, não sendo aceitos cartões de protocolo;
b) CPF;
c) Comprovante de residência (conta de luz, água ou telefone);
5.4 Procedimentos de inscrição:
a) Comparecer ao local de inscrição **PAÇO MUNICIPAL**, situado na Av. América do Sul, nº 2500-S, Parque dos Buritis.
b) Apresentar documento de identificação com foto;
c) No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante assinado pelo atendente conferidor e deverá conferir e assinar o comprovante de inscrição.
d) A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

6 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

6.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
6.2 É vedada a inscrição via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.
6.3 As inscrições por procuração somente serão aceitas originais, específicas e com firma reconhecida em cartório.

7 - DA SELEÇÃO

7.1 - Será aplicada prova objetiva de conhecimentos específicos, de caráter eliminatório e classificatório e Prova Prática para os cargos de Instrutor de Capoeira, Instrutor de Artes Circenses, Instrutor Instrumentista (Fanfarra), Instrutor Instrumentista (Bateria e Percussão), Instrutor Instrumentista (Teclado), Instrutor Instrumentista (Saxofone), Instrutor Instrumentista (Flauta Doce), Instrutor Instrumentista (Violão), Instrutor de Canto e Coral, Instrutor de Dança (Salão), Instrutor de Dança (Hip Hop), Instrutor de Dança (Jazz), Instrutor de Dança (Ballet) de caráter eliminatório.
7.2 - Data e Local de aplicação da Prova Objetiva: A prova objetiva será aplicada no dia 29 de junho de 2014 (Domingo) das 8h às 11h na Escola Municipal Olavo Bilac, Rua: Corbélia nº 2103 S, Bairro Jardim das Palmeiras, Lucas do Rio Verde.
7.3 - A prova terá 10 (dez) questões objetivas de conhecimentos específicos, com 04 (quatro) alternativas cada questão;
7.4 - Da Pontuação das Provas

Cargo:	Tipo de Provas	Nº de Questões	Peso	Pontuação da Prova Prática	Total de Pontos
Professor de Pedagogia Psicólogo Orientador (a) de Atividade Física Instrutor de Teatro Instrutor de Desenho e Pintura Médico 40 horas Engenheiro Elétricista	Objetiva – Conhecimentos Específicos	10	10	-	100
Instrutor de Capoeira Instrutor de Artes Circenses Instrutor Instrumentista (Fanfarra) Instrutor Instrumentista (Bateria e Percussão)	Objetiva - Conhecimentos Específicos	10	4,0	0 a 60	100

Instrutor Instrumentista (Teclado) Instrutor Instrumentista (Saxofone) Instrutor Instrumentista (Flauta Doce) Instrutor Instrumentista (Violão) Instrutor de Canto e Coral Instrutor de Dança (Salão) Instrutor de Dança (Hip Hop) Instrutor de Dança (Jazz) Instrutor de Dança (Ballet)					

7.5 - Será considerado APROVADO o candidato que obtiver aproveitamento nos pontos previstos, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor total prova.

7.5.1 – A Nota final para os cargos que exigir provas práticas será o resultado da soma da nota obtida na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos com a nota obtida na Prova Prática.

7.6 - Para os cargos que tiverem prova prática, a 2ª fase será realizada no dia 29 de junho de 2014 (Domingo), às 13h na sala de Dança (Ballet), localizada no Parque Cultural, Rua Umuarama, s/n, Bairro Menino Deus, para todos os candidatos inscritos.

7.7 - Para obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos campos da Folha de Respostas.

7.8 - O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na Folha de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha Respostas por erro do candidato.

7.9 - Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com o Cartão-Respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

7.10- Não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esta comissão.

7.11 - O candidato só poderá levar seu caderno de prova, se deixar a sala de prova após 30 (trinta) minutos do início da prova.

7.12 - Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro de preenchimento do candidato. O seu preenchimento é de inteira responsabilidade do candidato, não havendo possibilidade da ajuda por parte da fiscalização do Processo Seletivo Simplificado.

Instruções específicas de preenchimento correto serão informados pelo fiscal e aplicador da prova.

7.13 - Será considerado faltoso o candidato que deixar de assinar a Lista de Presença, e o Cartão-Resposta.

7.14 – A Prova Objetiva terá duração de 3 (três) horas.

8 - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. - A Prova Objetiva será corrigida pela comissão do Processo Seletivo Simplificado, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o Cartão-Resposta. Não será atribuído ponto às questões com emendas ou rasuras, ou com mais de uma resposta assinalada, ou deixada sem marcação.

8.2 - As provas práticas serão realizadas por profissionais técnicos de cada área.

8.3- Os candidatos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final no processo seletivo Simplificado

9 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1 Em caso de empate na nota final no Processo Seletivo Simplificado, o desempate ocorrerá na seguinte ordem:

a) o candidato com a maior nota na prova prática (somente para os cargos que tem prova prática);

b) o candidato com a maior nota na prova objetiva;

b) o candidato com mais idade.

10 - DA VALIDADE

10.1 O Processo Seletivo Simplificado terá validade por 1 (um) ano.

11 - DOS RECURSOS

11.1 Os pedidos de recursos deverão ser dirigidos por escrito à comissão designada para a realização do processo seletivo simplificado no prazo de 02 (dois) úteis a contar da publicação do resultado, conforme formulário Anexo II.

11.2 Os pedidos de recursos que não estiverem devidamente fundamentados serão imediatamente indeferidos;

11.3 Não será permitida a anexação de novos documentos para efeito de pontuação. Será permitida apenas a correção dos documentos que geraram o indeferimento.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Os gabaritos oficiais das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico, www.lucasdorioverde.mt.gov.br, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada na Av. América do Sul, nº 2500-S, Parque dos Buritis, no primeiro dia útil após a realização da prova.

12.2 - O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis a contar do edital da publicação do gabarito oficial.

12.3 Para recorrer o candidato deverá, pessoalmente, se dirigir a Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Av. América do Sul, nº 2500-S, Parque dos Buritis, e protocolar o recurso, conforme modelo Anexo II, para a Comissão do Processo Seletivo junto a Coordenadoria de Recursos Humanos conforme previsto no item 11.2, no seguinte horário, **das 08 às 11 horas e das 13:00 às 16 horas.**

12.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

13.5 Se do exame de recursos resultarem anulação de questão integrante de prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

12.6 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

12.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico www.lucasdorioverde.mt.gov.br quando da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

12.8 Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

12.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

12.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

12.11 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo Simplificado contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

12.12 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo.

12.13 O candidato poderá obter informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Av. América do Sul, nº 2500-S, Parque dos Buritis, e pela Internet, no endereço eletrônico www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

12.14 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados.
12.15 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de meia hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta ou azul e do documento de identidade original.
12.16 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão Simplificado que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).
12.17 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não Identificáveis e/ou danificados.
12.17.1 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
12.18 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 13.16 deste edital, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
12.19 Não será aplicada prova em local, data ou horário diferente do predeterminado em edital ou em comunicado.
12.20 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
12.21 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, trinta minutos após o início das provas.
12.21.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção da prova e, consequentemente, a eliminação do candidato no Processo Seletivo.
12.22 O candidato que se retirar do ambiente de prova não poderá retornar em hipótese alguma.
12.23 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.
12.24 Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive legislação.
12.25 Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, telefone celular, calculadora, walkman, etc.
12.26 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, durante a sua realização:
a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
12.27 Se, a qualquer tempo, for constatado, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
12.28 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
12.29 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.
12.30 A classificação no presente Processo Seletivo não gera aos candidatos direito à contratação para a função, cabendo à **Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde**, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, respeitados sempre, a ordem de classificação, bem como não lhes garante escolha do local de trabalho.
12.31 Transpostas todas as fases do processo seletivo, a administração pública publicará a homologação do resultado final.
12.32 O Edital de homologação do resultado final será divulgado na Internet, no endereço eletrônico, www.lucasdorioverde.mt.gov.br, Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Av. América do Sul, nº 2500-S, Parque dos Buritis, e no Diário Oficial dos Municípios, www.diariomunicipal.com.br.
12.33 Os contratos terão vigência de até 01 (um) ano, podendo, a critério da Administração e devidamente justificado, ser prorrogado conforme estabelecido na legislação municipal em vigor.
12.34 Aos contratados decorrente do Processo Seletivo Simplificado aplica-se o Regime Especialmente Administrativo, nos termos deste Edital, e no que tange a relação previdenciária aplica-se o Regime Geral de Previdência Social (INSS) (art. 13, da Lei 1.115/2004), e quanto as atribuições, obrigações, vantagens e remunerações aplica-se o disposto ao regime jurídico aplicado aos contratados temporários, previstas nos arts. 7º, 8º, 9º, 10, 11 e seguintes, da Lei nº 1.115/2004, bem como nos arts. 21, 23, 24, 25 e seguintes do Decreto nº 2040/2010, utilizando subsidiariamente a Lei Complementar nº 42/2006 (Estatuto do Servidor).

13 CASOS OMISSOS

13.1 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela **Portaria nº 482/2014.**

Lucas do Rio Verde-MT, 30 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária de Planejamento, Gestão e Orçamento

ELAINE BENETTI LOVATEL
Secretária de Educação

JANICE TEREZINHA ANGELI VAZ RIBEIRO
Secretária de Cidadania e Habitação

MARIO FERNANDO GOMES PAEL
Secretário Cultura e Turismo

FERNANDA DOTTO
Secretária de Saúde

ADÃO ARDENGHI BRIZOLLA JUNIOR
Secretário de Esporte e Lazer

ALAN TOGNI
Secretário de Infraestrutura e Obras

ANEXO I
CARGOS OBJETO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Código do Cargo	Secretaria	Cargo	C.H*	Vagas	Tipo de Prova	Requisito Obrigatório Escolaridade Mínima	Atribuições Sumárias	Vencimento Base (R$)
474	Educação	Professor de Pedagogia	30	03	Objetiva	Curso Superior – Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental, ou Curso Superior em Normal Superior	Ministra aulas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e II, anos/séries iniciais e finais, respectivamente, priorizando o aprendizado e ao desenvolvimento educacional do aluno.	2.314,58
069	Cidadania e Habitação	Psicólogo	40	02	Objetiva	Curso Superior de Psicologia e inscrição no CRP	Atua em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas, relativas à área de psicologia; Presta assistência à saúde mental, bem como atende e orienta a área educacional e organizacional de recursos humanos, elaborando e aplicando técnicas psicológicas para possibilitar a orientação e o diagnóstico clínico.	4.003,58
711	Cultura e Turismo	Instrutor de Dança (Ballet)	40	02	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em balé e trabalhos com crianças/adolescentes.	Ensaiar e preparar o corpo, a coordenação de movimentos e coreografias, com os alunos; pesquisar movimentos e gestos, avaliar dificuldades dos mesmos e desenvolver sequências adequadas ao nível e habilidade dos alunos; criar coreografias e ambientes cênicos; realizar montagem de apresentações; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
712	Cultura e Turismo	Instrutor de Dança (Jazz)	40	01	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em jazz e trabalhos com crianças/adolescentes.	Orientar oficinas e atividades de jazz desenvolvendo a improvisação, composição coreográfica e interpretação de repertórios e a compreensão das relações entre corpo, dança e sociedade, especialmente o diálogo entre a tradição e a sociedade, participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
713	Cultura e Turismo	Instrutor de Dança (Hip Hop)	40	02	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência com hip-hop e trabalhos com crianças/adolescentes.	Orientar oficinas e atividades de hip-hop desenvolvendo a improvisação, composição coreográfica e interpretação de repertórios e a compreensão das relações entre corpo, dança e sociedade, especialmente o diálogo entre a tradição e a sociedade, participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
714	Cultura e Turismo	Instrutor de Dança (Salão)	40	01	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência com dança de salão e trabalhos com crianças/adolescentes.	Orientar oficinas e atividades de Dança de Salão desenvolvendo a improvisação, composição coreográfica e interpretação de repertórios especialmente os relativos ao forró, bolero, valsa e tango, participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
715	Cultura e Turismo	Instrutor de Teatro	40	01	Objetiva	Ensino médio completo e habilidade e experiência em teatro e trabalhos com crianças/adolescentes.	Orientar oficinas e atividades a partir de textos literários que estimulem o desenvolvimento do fazer teatral especialmente nas técnicas de interpretação e improvisação técnica vocal, construção e elaboração de personagens, cenários, esquetes, espetáculos e dramaturgia. Instrumentalizar os estudantes sobre os mecanismos de fomento à produção teatral e formação de grupo, participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
723	Cultura e Turismo	Instrutor de Artes Circenses	20	01	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em ministrar aulas de circo e trabalhos com crianças/adolescentes.	Orientar oficinas e atividades de artes circenses que estimulem o desenvolvimento de técnicas de interpretação e improvisação, construção e elaboração de personagens, esquetes, espetáculos e dramaturgia, técnica circense (perna de pau, malabares e acrobacia básica), teatro de rua, performances de palhaço, mímicas e intervenções, participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	797,85
717	Cultura e Turismo	Instrutor Instrumentista (Violão)	40	04	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em ministrar aulas de violão e trabalhos com crianças/adolescentes.	Ensinar teoria musical história da música e do instrumento; apresentar o instrumento e seu manuseio; ensaiar alunos no uso do instrumento; criar exercícios para manejo e aperfeiçoamento da técnica instrumental; criar e realizar apresentações; pesquisar e recuperar partituras e documentos; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
718	Cultura e Turismo	Instrutor Instrumentista (Flauta Doce)	40	02	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em ministrar aulas de flauta doce e trabalhos com crianças/adolescentes.	Ensinar teoria musical história da música e do instrumento; apresentar o instrumento e seu manuseio; ensaiar alunos no uso do instrumento; criar exercícios para manejo e aperfeiçoamento da técnica instrumental; criar e realizar apresentações; pesquisar e recuperar partituras e documentos; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
719	Cultura e Turismo	Instrutor Instrumentista (Saxofone)	40	01	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em ministrar aulas de saxofone e trabalhos com crianças/adolescentes.	Ensinar teoria musical história da música e do instrumento; apresentar o instrumento e seu manuseio; ensaiar alunos no uso do instrumento; criar exercícios para manejo e aperfeiçoamento da técnica instrumental; criar e realizar apresentações; pesquisar e recuperar partituras e documentos; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
720	Cultura e Turismo	Instrutor Instrumentista (Teclado)	40	02	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em ministrar aulas de teclado e trabalhos com crianças/adolescentes.	Ensinar teoria musical história da música e do instrumento; apresentar o instrumento e seu manuseio; ensaiar alunos no uso do instrumento; criar exercícios para manejo e aperfeiçoamento da técnica instrumental; criar e realizar apresentações; pesquisar e recuperar partituras e documentos; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
721	Cultura e Turismo	Instrutor Instrumentista (Bateria e Percussão)	40	01	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em ministrar aulas de bateria	Ensinar teoria musical história da música e do instrumento; apresentar o instrumento e seu manuseio; ensaiar alunos no	1.595,70

						e percussão e trabalhos com crianças/adolescentes.	uso do instrumento; criar exercícios para manejo e aperfeiçoamento da técnica instrumental; criar e realizar apresentações; pesquisar e recuperar partituras e documentos; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	
722	Cultura e Turismo	Instrutor Instrumentista (Fanfarra)	40	02	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em ministrar aulas de fanfarra e trabalhos com crianças/adolescentes.	Ensinar teoria musical história da música e do instrumento; apresentar os instrumentos e seu manuseio; ensaiar alunos no uso dos instrumentos pertinentes a fanfarra; criar exercícios para manejo e aperfeiçoamento da técnica instrumental; criar e realizar apresentações; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
724	Cultura e Turismo	Instrutor de Desenho e Pintura	40	02	Objetiva	Ensino médio completo e habilidade e experiência em desenho e pintura e trabalhos com crianças/adolescentes.	Orientar oficinas de desenho a partir de observações visando a compreensão de formas abstratas e geométricas, uso de luz e sombras nos desenhos e o desenvolvimento da percepção visual de textura, distância e profundidade; Fazer pintura em tela.	1.595,70
716	Cultura e Turismo	Instrutor de Canto Coral	40	01	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e habilidade e experiência em montagem e instruções de regência em coral e em trabalhos em grupo.	Ensinar teoria musical história da música e do instrumento; apresentar o instrumento e seu manuseio; ensaiar alunos no uso do instrumento; criar exercícios para manejo e aperfeiçoamento da técnica instrumental; criar e realizar apresentações; pesquisar e recuperar partituras e documentos; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
725	Cultura e Turismo	Instrutor de Capoeira	40	03	Objetiva e Prática	Ensino médio completo e formação em capoeira devidamente reconhecida pela Confederação Brasileira de Capoeira.	Orientar oficinas e atividades de capoeira desenvolvendo a expressão corporal e vocal, o conhecimento teórico da história da capoeira e a aprendizagem e prática e construção de instrumentos percussivos. Desenvolver habilidades para apresentações culturais, participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.	1.595,70
710	Esporte e Lazer	Orientador (a) de Atividade Física	40	25	Objetiva	Curso Superior em Educação Física (Bacharelado ou Licenciatura) e inscrição no CREF	Orientar a prática de ginástica e outros exercícios físicos e jogos em geral, entre estudantes e outras pessoas interessadas, ensinando-lhes os princípios e regras técnicas, para possibilitar-lhes o desenvolvimento harmônico do corpo e manutenção de boas condições físicas e mentais; orientar exercícios de verificação do tono respiratório e muscular; orientar sobre as técnicas específicas de futebol, atletismo, basquetebol, voleibol e outras atividades esportivas; desenvolver e coordenar práticas esportivas específicas com vistas ao bom desempenho nas atividades esportivas; realizar a avaliação do resultado das atividades, assegurando o máximo de aproveitamento e benefícios advindo dos exercícios; colaborar com a limpeza e a organização do local do trabalho; executar outras atividades correlatas a função e/ou determinadas pelo seu superior imediato; orientar a promoção do bem estar da população através de atividades de lazer e cultura.	2.372,27
44	Saúde	Médico 40 horas	40	01	Objetiva	Curso Superior de Medicina e Registro no Conselho Regional de Medicina - CRM	Atuar em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas, ligados à área medicina geral, realizando exames médicos, emitindo diagnóstico, prescrevendo medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e o bem-estar do paciente.	10.828,95
729	Infraestrutura e Obras	Engenheiro Eletricista	40	01	Objetiva	Curso Superior de Engenharia Elétrica e inscrição no CREA	O profissional que projeta, planeja e especifica sistemas e equipamentos elétricos, além de coordenar empreendimentos, executa serviços e estuda processos elétricos e eletrónicos.	4.003,58

Publicado por:
Aline Hartmann
Código Identificador:441D5F76

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO - 2º BIMESTRE 2014 - ANEXO I

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTREMARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14						
RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)						
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Abr 2014 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	38.552.337,00	38.552.337,00	5.898.847,84	15,30	11.539.709,08	29,93	27.012.627,92
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	31.359.237,00	31.359.237,00	5.898.847,84	18,81	11.487.609,08	36,63	19.871.627,92
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	2.639.000,00	2.639.000,00	1.085.082,68	41,12	1.626.467,48	61,63	1.012.532,52
1.1.1.0.00.00 - Impostos	2.350.000,00	2.350.000,00	978.906,83	41,66	1.461.943,23	62,21	888.056,77
1.1.2.0.00.00 - Taxas	288.500,00	288.500,00	106.175,85	36,80	164.524,25	57,03	123.975,75
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	883.781,00	883.781,00	106.595,68	12,06	164.211,22	18,58	719.569,78
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	638.781,00	638.781,00	106.595,68	16,69	164.211,22	25,71	474.569,78
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	245.000,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	954.000,00	954.000,00	268.221,92	28,12	385.454,71	40,40	568.545,29
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	154.000,00	154.000,00	52.920,17	34,36	94.489,64	61,36	59.510,36
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.194.600,00	26.194.600,00	4.349.371,92	16,60	9.137.147,91	34,88	17.057.452,09
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	26.180.600,00	26.180.600,00	4.349.371,92	16,61	9.137.147,91	34,90	17.043.452,09
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	687.856,00	687.856,00	89.575,64	13,02	174.327,76	25,34	513.528,24
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	193.856,00	193.856,00	27.489,72	14,18	55.269,84	28,51	138.586,16
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	29.000,00	29.000,00	15,00	0,05	343,02	1,18	28.656,98
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	415.000,00	415.000,00	62.070,92	14,96	118.714,90	28,61	296.285,10
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	7.193.100,00	7.193.100,00	0,00	0,00	52.100,00	0,72	7.141.000,00
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	52.100,00	260,50	-32.100,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	52.100,00	260,50	-32.100,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.163.100,00	7.163.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.163.100,00
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	7.163.100,00	7.163.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.163.100,00
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	904.763,00	904.763,00	148.305,45	16,39	221.089,82	24,44	683.673,18
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.457.100,00	39.457.100,00	6.047.153,29	15,33	11.760.798,90	29,81	27.696.301,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	39.467.100,00	39.467.100,00	6.047.153,29	15,32	11.760.798,90	29,80	27.706.301,10
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	39.467.100,00	39.467.100,00	6.047.153,29	15,32	11.760.798,90	29,80	27.706.301,10
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	35.524.140,06	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Abr 2014 (e)	No Bimestre (f)	Jan a Abr 2014 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.764.434,00	0,00	38.764.434,00	4.859.313,38	12.578.290,89	5.271.866,98	9.673.877,01	24,96	29.090.556,99
DESPESAS CORRENTES	29.698.012,25	0,00	29.698.012,25	4.174.528,52	11.151.589,84	4.855.810,84	8.532.554,68	28,73	21.165.457,57
Pessoal e Encargos Sociais	14.768.922,33	0,00	14.768.922,33	2.188.171,10	4.328.995,53	2.243.357,68	4.204.524,71	28,47	10.564.397,62
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Despesas Correntes	14.928.089,92	0,00	14.928.089,92	1.986.357,42	6.822.594,31	2.612.453,16	4.328.029,97	28,99	10.600.059,95
DESPESAS DE CAPITAL	7.955.892,75	0,00	7.955.892,75	684.784,86	1.426.701,05	416.056,14	1.141.322,33	14,35	6.814.570,42
Investimentos	7.946.892,75	0,00	7.946.892,75	684.784,86	1.426.701,05	416.056,14	1.141.322,33	14,36	6.805.570,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.110.529,00	0,00	1.110.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.529,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	692.666,00	0,00	692.666,00	158.896,89	319.944,29	149.844,93	224.966,06	32,48	467.699,94
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	39.457.100,00	0,00	39.457.100,00	5.018.210,27	12.898.235,18	5.421.711,91	9.898.843,07	25,09	29.558.256,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	39.457.100,00	0,00	39.457.100,00	5.018.210,27	12.898.235,18	5.421.711,91	9.898.843,07	25,09	29.558.256,93
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	1.861.955,83	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	39.457.100,00	0,00	39.457.100,00	5.018.210,27	12.898.235,18	5.421.711,91	11.760.798,90	29,81	27.696.301,10
FONTE:									

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:436CFF4D

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO - 2º BIMESTRE 2014 - ANEXO II

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14
LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Abr (c)	No Bimestre (d)	Jan a Abr (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	39.457.100,00	39.457.100,00	5.018.210,27	12.898.235,18	5.421.711,91	9.898.843,07	100,00	25,09	29.558.256,93
LEGISLATIVA	1.332.000,00	1.332.000,00	160.814,68	498.262,45	199.820,68	379.502,19	3,83	28,49	952.497,81
Ação Legislativ a	1.332.000,00	1.332.000,00	160.814,68	498.262,45	199.820,68	379.502,19	3,83	28,49	952.497,81
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.311.200,00	4.215.997,20	646.224,80	1.888.065,75	652.810,99	1.167.007,41	11,79	27,68	3.048.989,79
Administração Geral	3.555.000,00	3.364.247,20	422.113,52	1.419.566,60	492.653,11	910.705,89	9,20	27,07	2.453.541,31
Administração Financeira	626.200,00	661.750,00	199.815,99	423.798,16	136.369,48	212.107,42	2,14	32,05	449.642,58
Ordenamento Territorial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Extensão Rural	100.000,00	160.000,00	24.295,29	44.700,99	23.788,40	44.194,10	0,45	27,62	115.805,90
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.285.541,88	2.225.622,88	218.975,07	484.492,47	255.890,28	419.284,61	4,24	18,84	1.806.338,27
Assistência ao Portador de Deficiência	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	556.000,00	486.200,00	31.221,95	85.413,55	33.936,33	69.366,28	0,70	14,27	416.833,72
Assistência Comunitária	1.726.541,88	1.736.422,88	187.753,12	399.078,92	221.953,95	349.918,33	3,53	20,15	1.386.504,55
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.261.571,00	1.261.571,00	172.506,08	330.772,09	176.366,08	315.332,09	3,19	25,00	946.238,91
Prev idência do Regime Estatutário	1.261.571,00	1.261.571,00	172.506,08	330.772,09	176.366,08	315.332,09	3,19	25,00	946.238,91
SAÚDE	9.134.230,70	9.603.725,50	1.356.793,56	4.358.017,49	1.569.463,20	2.962.326,68	29,93	30,85	6.641.398,82
Administração Geral	150.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Atenção Básica	3.687.798,71	3.865.681,51	691.353,53	1.596.518,07	602.093,48	1.090.764,78	11,02	28,22	2.774.916,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.648.862,40	5.090.474,40	615.230,82	2.666.208,68	914.490,73	1.783.944,47	18,02	35,04	3.306.529,93
Suporte Prof ilático e Terapêutico	127.535,44	77.535,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.535,44
Vigilância Epidemiológica	520.034,15	470.034,15	50.209,21	95.290,74	52.878,99	87.617,43	0,89	18,64	382.416,72
TRABALHO	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Fomento ao Trabalho	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
EDUCAÇÃO	10.677.227,42	10.401.127,42	1.447.254,42	2.724.517,70	1.470.707,39	2.478.238,49	25,04	23,83	7.922.888,93
Ensino Fundamental	8.008.227,42	7.691.427,42	1.007.865,80	1.838.224,14	1.005.542,09	1.693.738,74	17,11	22,02	5.997.688,68
Ensino Profissional	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ensino Superior	40.000,00	75.700,00	4.197,01	68.588,70	14.898,95	21.430,49	0,22	28,31	54.269,51
Educação Infantil	2.257.000,00	2.257.000,00	380.159,82	725.672,13	393.415,19	685.423,96	6,92	30,37	1.571.576,04
Educação Especial	362.000,00	367.000,00	55.031,79	92.032,73	56.851,16	77.645,30	0,78	21,16	289.354,70
CULTURA	510.000,00	521.480,00	21.941,56	95.308,53	30.137,68	78.217,03	0,79	15,00	443.262,97
Administração Geral	90.000,00	101.480,00	12.868,42	54.062,40	20.690,54	37.615,90	0,38	37,07	63.864,10
Dif usão Cultural	420.000,00	420.000,00	9.073,14	41.246,13	9.447,14	40.601,13	0,41	9,67	379.398,87
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	5.287.000,00	4.866.000,00	791.790,12	1.162.553,95	765.328,44	1.081.656,61	10,93	22,23	3.784.343,39
Inf ra-estrutura Urbana	2.384.000,00	2.143.000,00	119.076,00	119.666,00	111.086,00	111.676,00	1,13	5,21	2.031.324,00
Serv iços Urbanos	2.903.000,00	2.723.000,00	672.714,12	1.042.887,95	654.242,44	969.980,61	9,80	35,62	1.753.019,39
HABITAÇÃO	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação Urbana	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
SANEAMENTO	189.300,00	636.500,00	1.972,26	449.702,10	1.972,26	449.702,10	4,54	70,65	186.797,90
Saneamento Básico Rural	141.300,00	141.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.300,00
Saneamento Básico Urbano	48.000,00	495.200,00	1.972,26	449.702,10	1.972,26	449.702,10	4,54	90,81	45.497,90
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	843.500,00	904.655,00	64.555,04	422.605,35	105.647,78	163.773,84	1,65	18,10	740.881,16
Promoção da Produção Vegetal	115.500,00	115.500,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.500,00
Abastecimento	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Extensão Rural	720.000,00	781.155,00	59.555,04	417.605,35	105.647,78	163.773,84	1,65	20,97	617.381,16
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	160.000,00	160.000,00	8.534,28	17.237,82	8.650,10	17.237,82	0,17	10,77	142.762,18
Promoção Industrial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Normalização e Qualidade	100.000,00	100.000,00	8.534,28	17.237,82	8.650,10	17.237,82	0,17	17,24	82.762,18
COMÉRCIO E SERVIÇOS	352.000,00	297.000,00	8.156,31	8.756,31	8.156,31	8.756,31	0,09	2,95	288.243,69
Promoção Industrial	57.000,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.000,00
Comercialização	100.000,00	45.000,00	8.006,31	8.006,31	8.006,31	8.006,31	0,08	17,79	36.993,69
Turismo	195.000,00	195.000,00	150,00	750,00	150,00	750,00	0,01	0,38	194.250,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	360.000,00	362.000,00	37.588,25	119.372,05	37.158,69	118.942,49	1,20	32,86	243.057,51
Energia Elétrica	360.000,00	362.000,00	37.588,25	119.372,05	37.158,69	118.942,49	1,20	32,86	243.057,51
TRANSPORTE	530.000,00	495.892,00	1.261,20	14.101,15	1.261,20	14.101,15	0,14	2,84	481.790,85
Inf ra-estrutura Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transporte Rodov iário	520.000,00	485.892,00	1.261,20	14.101,15	1.261,20	14.101,15	0,14	2,90	471.790,85
DESPORTO E LAZER	589.000,00	589.000,00	79.842,64	130.469,97	78.632,64	129.119,97	1,30	21,92	459.880,03
Desporto Comunitário	589.000,00	589.000,00	79.842,64	130.469,97	78.632,64	129.119,97	1,30	21,92	459.880,03
ENCARGOS ESPECIAIS	411.000,00	411.000,00	0,00	194.000,00	59.708,19	115.644,28	1,17	28,14	295.355,72

Serv iço da Dív ida Interna	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Outros Encargos Especiais	401.000,00	401.000,00	0,00	194.000,00	59.708,19	115.644,28	1,17	28,84	285.355,72
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.110.529,00	1.110.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.529,00
Reserv a de Contingência	1.110.529,00	1.110.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.529,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**39.457.100,00**	**39.457.100,00**	**5.018.210,27**	**12.898.235,18**	**5.421.711,91**	**9.898.843,07**	**100,0001**	**25,0876**	**29.558.256,93**
FONTE:									

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:3CCE4F8D

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO - 2º BIMESTRE 2014 - ANEXO IX

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14									
RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)									
PODER/ ÓRGÃO	**RP PROCESSADOS**					**RP NÃO-PROCESSADOS**			
	Inscritos		**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
	Exercícios Anteriores	**2013**							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	143.491,32	430.528,12	0,00	289.676,91	284.342,53	1.176.899,35	0,00	291.716,44	885.182,91
EXECUTIVO	143.491,32	430.528,12	0,00	289.676,91	284.342,53	1.176.899,35	0,00	291.716,44	885.182,91
Administração Direta	143.491,32	430.528,12	0,00	289.676,91	284.342,53	1.176.899,35	0,00	291.716,44	885.182,91
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	66.213,29	197.872,34	0,00	88.383,62	175.702,01	200.000,00	0,00	188.644,83	11.355,17
Inv estimentos	77.278,03	232.655,78	0,00	201.293,29	108.640,52	976.899,35	0,00	103.071,61	873.827,74
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	143.491,32	430.528,12	0,00	289.676,91	284.342,53	1.176.899,35	0,00	291.716,44	885.182,91
FONTE:									

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:E1E49ECB

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO - 2º BIMESTRE 2014 - ANEXO V

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14					
RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Abr 2014**	**Jan a Abr 2013**
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	1.452.337,00	1.452.337,00	321.897,43	455.176,29	481.432,12
RECEITAS CORRENTES	1.452.337,00	1.452.337,00	321.897,43	455.176,29	481.432,12
Receita de Contribuições	638.781,00	638.781,00	105.165,18	161.331,72	139.438,89
Pessoal Civil	638.781,00	638.781,00	105.165,18	161.331,72	139.438,89
Contribuição de Serv idor Ativ o Civ il	635.921,00	635.921,00	105.165,18	161.331,72	139.438,89
Contribuição de Serv idor Inativ o Civ il	1.430,00	1.430,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	1.430,00	1.430,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Prev idenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	800.000,00	800.000,00	215.301,75	290.965,07	341.993,23
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	800.000,00	800.000,00	215.301,75	290.965,07	341.993,23
Outras Receitas Correntes	13.556,00	13.556,00	1.430,50	2.879,50	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	904.763,00	904.763,00	148.305,45	221.089,82	176.257,65
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	2.357.100,00	2.357.100,00	470.202,88	676.266,11	657.689,77
DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Abr 2014**	**Jan a Abr 2013**
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	1.257.905,00	1.257.905,00	174.780,08	312.181,09	162.619,89
ADMINISTRAÇÃO	257.905,00	257.905,00	26.599,51	40.926,31	26.072,12
Despesas Correntes	252.905,00	252.905,00	26.599,51	40.926,31	26.072,12
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.000.000,00	1.000.000,00	148.180,57	271.254,78	136.547,77
Pessoal Civ il	1.000.000,00	1.000.000,00	148.180,57	271.254,78	136.547,77
Aposentadorias	300.000,00	300.000,00	30.628,96	61.257,92	50.563,34
Pensões	300.000,00	300.000,00	38.411,94	59.339,14	30.175,20
Outros Benefícios Previdenciários	400.000,00	400.000,00	79.139,67	150.657,72	55.809,23
Outras Despesas Prev idenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	3.666,00	3.666,00	1.586,00	3.151,00	722,74
RESERVA DO RPPS(VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	1.261.571,00	1.261.571,00	176.366,08	315.332,09	163.342,63
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	1.095.529,00	1.095.529,00	293.836,80	360.934,02	494.347,14
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	**1º BIM/2014**		**PERÍODO REFERÊNCIA**		
			2013		**2014**
Caixa	0,00		0,00		0,00
Bancos Conta Movimento	74.035,49		466.511,89		152.570,54
Investimentos	5.692.590,07		6.517.808,10		7.714.607,90
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Abr 2014**	**Jan a Abr 2013**
RECEITAS CORRENTES	904.763,00	904.763,00	148.305,45	221.089,82	176.257,65
Receita de Contribuições	904.763,00	904.763,00	148.305,45	221.089,82	176.257,65
Pessoal Civil	837.694,00	837.694,00	137.108,69	204.390,78	176.257,65
Contribuição Patronal de Servidor Ativ o Civil	837.694,00	837.694,00	137.108,69	204.390,78	176.257,65
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civ il	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civ il	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Prev idenciárias	67.069,00	67.069,00	11.196,76	16.699,04	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Abr 2014**	**Jan a Abr 2013**
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	904.763,00	904.763,00	148.305,45	221.089,82	176.257,65
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Abr 2014**	**Jan a Abr 2013**
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:					

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:9500CE3E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2014
PREGÃO: Nº 012/2014
PROCESSO: Nº 424/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, doravante denominado de CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Carlos Roberto da Costa, brasileiro, casado, servidor público estadual aposentado, portador do RG nº 0075420-0 SSP/MT, e do CPF nº, 072.295.691-68 residente e domiciliado neste município, e de outro lado a **EMPRESA NELSON MAQUINAS E FERRAMENTAS**

LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.982.535/0001-29, Inscrição Estadual: 13.396.526-0 com sede a Av. Fernando Correa da Costa, nº 3329, Bairro Boa Esperança, Município de Cuiabá-MT CEP: 78068-600, doravante denominado CONTRATADA, neste ato representada Maria Beatriz Buth dos Santos, portador da cédula de identidade nº 1127571-5 SSP/MT, inscrito no CPF nº 629.877.391-68, brasileira, casada, empresaria, residente e domiciliado na Av. Fernando Correa da Costa, nº 3329, apto 101, Bairro: Boa Esperança, Município de Cuiabá, CEP: 78.068-600, em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, 10.520/2002, e com as disposições editalicias firmam o presente contrato que se regerá pelas cláusulas a seguir expostas:

• CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pinturas e madeiras, equipamentos para limpeza pública com a finalidade de atender as necessidades da Prefeitura Municipal, com a finalidade de atender as necessidades da Prefeitura Municipal, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos.
1.2. A presente aquisição foi realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão - Registro de Preço, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

1.3. Observadas as condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 12/2014, respectivo Termo de Referência e seus anexos.

1.4. Este instrumento não obriga o Município de Nossa Senhora do Livramento a firmar contratação na totalidade estimada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Obras.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO
4.1. A CONTRATADA deve entregar os materiais no prazo de 15 dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CONTRATADO
5.1 O preço, a quantidade e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata Registro de Preço;
5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:
a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;
b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.
5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;
5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

6. CLÁUSULA SEXTA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1.O fornecimento dos materiais deverá se fazer nas condições, quantidades, qualidade, e demais exigências estabelecidas no Edital de Pregão Presencial n° XXX/2014, seus respectivos Anexos, e na proposta da **CONTRATADA, atendendo as ordens de fornecimento emanadas pela Secretaria Municipal de Administração.**

6.2. Os materiais de consumo e permanente adquiridos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras, situada na Rua Ana Feliciana de Oliveira e recebida e atestada pelo Setor de Patrimônio, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal das de 7h00 às 13h00 - ALMOXARIFADO CENTRAL da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, sendo que as despesas de seguro, taxas, frete ou transporte dos produtos serão por conta da CONTRATADA.

6.3. Após a assinatura da ordem de entrega ou requisição fornecida pela prefeitura, a empresa vencedora terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos para a entrega dos materiais de consumo e permanente conforme descrito no TR.

6.4. Todos os itens fornecidos que apresentarem defeitos de qualquer natureza que impeça a sua regular utilização deverá ser substituído sem custo adicional, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação deste Órgão à empresa fornecedora do produto.

6.4. A PREFEITURA terá o prazo de até **15 (quinze) dias** para aceitar os materiais entregues pela CONTRATADA, sendo que os materiais serão recebidos nas seguintes condições:

a) Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especificações ou quantidades não estejam de acordo com as exigências editalícias, a Contratada deverá substituir ou complementar o material, em questão, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, sem custos adicionais, após a comunicação deste órgão a empresa fornecedora dos materiais sob pena da aplicação das sanções cabíveis.
b) Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do edital.
c) O prazo de validade do cimento informado pelo fabricante na embalagem, não poderá ser inferior a 03 (três) meses, contados do recebimento definitivo dos produtos, os demais itens da relação de material não poderão ter prazo de validade inferior a 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo dos materiais.
d) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.
e) Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor, a Comissão/servidor reduzirá a termos os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.

7. CLÁUSULA SETIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.Os materiais, novos, de primeiro uso, objeto deste Termo,deverão ser de qualidade, em 1ª linha, todos os itens descriminados neste termo e deverão ser entregues devidamente embalados e lacrados.

7.2. Os produtos deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

7.3. As marcas apresentadas na proposta não poderão ser substituídas por outra no ato da entrega da mercadoria.

7.4.Os materiais deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item.

7.5.O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior a 06(seis) meses, a contar da emissão do recebimento definitivo.

7.6. Os materiais deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes.

7.7. Não serão aceitos materiais com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização.

7.8. A(s) empresa(s) vencedora(s) dos materiais será(ão) responsável(is) pela substituição, troca ou reposição dos matérias porventura entregues com defeito, danificados, ressecados ou não compatíveis com as especificações do edital.

7.9. Durante o prazo de garantia dos materiais o fornecedor fica obrigado a substituir o material defeituoso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

7.10. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos equipamentos que os utilizarem.

7.11.. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

7.12. Apresentar os produtos no prazo contido na proposta.

7.13. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.14. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7.15. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

7.16. Durante o prazo de garantia dos materiais o fornecedor ficará obrigado a substituir o material defeituoso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

8. CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

8.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;
8.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital e na proposta;

8.4. Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento;

8.5. Disponibilizar local para a entrega dos materiais;

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.7. O objeto do presente Contrato poderá sofrer alterações em suas quantidades, conforme previsto no artigo 65 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

8.8. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(s).

9. CLÁUSULA NONA DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

10.6. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

11.2. Na seguinte forma:
a) Atraso de até 5 (cinco) dias para retirada da ordem de fornecimento ou nota de empenho, multa de 2 % (dois por cento);
b) A partir do 6º (sexto) dia até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

11.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.4. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;
c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
d) A licitante contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.5. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

11.6. O artigo 14 do Decreto 3.555/2000 prevê aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 cinco anos ao licitante que ensejar o retardamento do certame e também comportar-se de modo inidôneo.

11.6.1. A penalidade prevista é de caráter eminentemente grave. E cabe ressaltar na forma do art. 14 do Decreto 3.555/2000 que pode vir a ser aplicada, independentemente da celebração prévia de contrato entre a Administração e o licitante. Pode a pena decorrer da própria conduta do licitante no curso do procedimento licitatório, pelo uso de artifícios e demandas meramente protelatórias, que atentem contra o principio da celeridade, apontado no *caput* do art. 4º do referido Decreto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ILÍCITOS PENAIS

12.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
1007 - Construção,Reforma e ampliação de unidades escolares	33.90.30.00 – Material de Consumo	57	
2045 - Manut. e Encargos da Sec. de Educação	33.90.30.00 – Material de Consumo	66	
2045 - Manut. e Encargos da Sec. de Educação	44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	69	
2011 - Manutenção do Ensino Fundamenta – fundeb l 40%	33.90.30.00 – Material de Consumo	106	
2030 - Manutenção e Encargos da Saúde	33.90.30.00 – Material de Consumo	192	
2030 - Manutenção e Encargos da Saúde	44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	195	
2074 - Manutenção das Atividades da Secretaria de obras	33.90.30.00 – Material de Consumo	266	
2060 - Manutenção do DAE	33.90.30.00 – Material de Consumo	336	
CUSTO TOTAL ESTIMADO:			

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor do material objeto do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e INSS.

14.2. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária, contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, no prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo almoxarifado da Prefeitura Municipal.

14.3. Deverá a Contratada apresentar juntamente com a Nota Fiscal, comprovante de regularidade FGTS e INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

14.4. Junto à apresentação das notas fiscais, a licitante vencedora, uma vez adjudicada, deverá apresentar todos os dados bancários, como: Nome e Número do Banco, Número Agência, Número da Corrente, devidamente ativa, em nome do fornecedor.

14.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

14.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

14.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14.9. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

14.10. Nenhum pagamento isentará a Contratante das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do(s) materiais(s).

14.11. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

14.12. A Contratante poderá recusar o(s) materiais (s) quando:
14.12.1. Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;
14.12.2. Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 12/2014 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Maio de 2014.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa
Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA NELSON MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA - ME,
CNPJ sob o nº 05.982.535/0001-29,
representada Maria Beatriz Buth dos Santos

TESTEMUNHAS:
Nome: Nome:
Identidade nº: Identidade nº:
ANEXO I

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	174911	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA 1º	UNIDADE	R$ 48,50	50	R$ 2.425,00
2	174913	ADAP. PVC RL 50 MM	UNIDADE	R$ 2,90	50	R$ 145,00
3	175022	ALAVANCA 1,80 METRO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 94,00	5	R$ 470,00
4	174982	ANCINHO C/ CABO 14 DENTES 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 14,80	30	R$ 444,00
5	175006	ANCINHO C/ CABO TIPO GARFO 4 DENTES 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 14,80	30	R$ 444,00
6	174976	ARAME RECOZIDO	UNIDADE	R$ 11,80	30	R$ 354,00
7	174973	ARCO DE PUA 3/8 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 46,28	2	R$ 92,56
8	174972	AREIA LAVADA M³	METRO	R$ 85,50	100	R$ 8.550,00
9	174938	ARETITE PARA PORTA	UNIDADE	R$ 0,29	150	R$ 43,50
10	174970	ARGAMASSA 20 KG 1º LINHA	UNIDADE	R$ 7,00	100	R$ 700,00
11	174960	ARRUELA 5/8	UNIDADE	R$ 0,15	600	R$ 90,00
12	174881	BACIA SANITARIO 1º LINHA	UNIDADE	R$ 107,33	20	R$ 2.146,60
13	174969	BALDE PRST. PRETO 1ª	UNIDADE	R$ 9,50	30	R$ 285,00
14	174958	BARRA FERRO ROSCA SEM FIM 5/8 1 M	UNIDADE	R$ 10,00	200	R$ 2.000,00
15	174784	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 14,00	200	R$ 2.800,00
16	174785	BOCAL DE PORC. BASE E40 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 5,50	150	R$ 825,00
17	174893	BOCAL DE PORCELANA 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 5,50	15	R$ 82,50
18	174893	BOCAL DE PORCELANA 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 5,50	5	R$ 27,50
19	174996	BOIA P/ CAIXA D' AGUA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 5,03	50	R$ 251,50
20	174933	BROCA AÇO PARA METAL 4 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 5,28	10	R$ 52,80
21	174931	BROCA AÇO PARA METAL 6 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 10,00	10	R$ 100,00
22	174930	BROCA PARA CONCRETO 10 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 7,50	10	R$ 75,00
23	174928	BROCA PARA CONCRETO 6 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 7,20	10	R$ 72,00
24	174929	BROCA PARA CONCRETO 8 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 8,67	10	R$ 86,70
25	174971	BROXA RETANGULAR	UNIDADE	R$ 5,07	50	R$ 253,50
26	175000	CADEADO 25 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 14,58	30	R$ 437,40
27	174988	CAIBRO 6,00 MTS 1º LINHA	UNIDADE	R$ 7,00	600	R$ 4.200,00
28	174995	CAIXA D'AGUA PLAST. 10.000 LTS C/TAMPA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 5.398,16	10	R$ 53.981,60
29	176543	CAIXA D'AGUA PLAST. 1000 LTS C/TAMPA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 302,60	10	R$ 3.026,00
30	174917	CAIXA DE AGUA FIBRA DE VIDRO DE 2.000 LITROS C TAMPA	UNIDADE	R$ 809,00	6	R$ 4.854,00
31	174919	CAIXA DE AGUA FIBRA DE VIDRO DE 5.000 LITROS C/ TAMPA	UNIDADE	R$ 1.720,00	10	R$ 17.200,00
32	174873	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA 09 LTS 1º LINHA	UNIDADE	R$ 21,57	50	R$ 1.078,50
33	175004	CAL DE PINTURA 8 KG 1º LINHA	UNIDADE	R$ 8,87	1.000,00	R$ 8.870,00
34	174898	CANALETA 20X10X2100 MM 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 1,74	12	R$ 20,88
35	174906	CAP 25 MM COM ROSCA	UNIDADE	R$ 0,80	25	R$ 20,00
36	174904	CAP DE 1/2 COM ROSCA	UNIDADE	R$ 0,82	20	R$ 16,40
37	174905	CAP SOLDAVEL 25 MM	UNIDADE	R$ 0,87	25	R$ 21,75
38	174908	CAP SOLDAVEL 50 MM	UNIDADE	R$ 3,03	10	R$ 30,30
39	174907	CAP SOLDAVEL DE 1/2	UNIDADE	R$ 1,07	50	R$ 53,50
40	175005	CARRINHO DE MÃO C/ PENEU E CAMARA 1ª	UNIDADE	R$ 81,00	20	R$ 1.620,00
41	175007	CAVADEIRA ARTICULADA 1,20 DOIS CABOS 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 25,50	6	R$ 153,00
42	174998	CHUVEIRO ELETRICO 110 V 1º LINHA	UNIDADE	R$ 41,50	25	R$ 1.037,50
43	174999	CHUVEIRO ELETRICO 220 V 1º LINHA	UNIDADE	R$ 45,63	25	R$ 1.140,75
44	174967	CIMENTO 50 KG 1º LINHA	UNIDADE	R$ 28,00	250	R$ 7.000,00
45	174934	DISJUNTOR BIPOLAR 30AH 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 35,00	10	R$ 350,00
46	174934	DISJUNTOR BIPOLAR 30AH 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 35,00	10	R$ 350,00
47	174932	DISJUNTOR BIPOLAR 60 AH 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 54,50	10	R$ 545,00
48	174932	DISJUNTOR BIPOLAR 60 AH 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 54,50	10	R$ 545,00
49	174935	DISJUNTOR MONO 25 AH 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 6,90	10	R$ 69,00
50	174935	DISJUNTOR MONO 25 AH 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 6,90	10	R$ 69,00
51	174936	DISJUNTOR TRIFASICO 1000 AH 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 115,00	3	R$ 345,00
52	174936	DISJUNTOR TRIFASICO 1000 AH 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 115,00	7	R$ 805,00
53	176429	DISJUNTOR TRIPOLAR 125 AH	UNIDADE	R$ 80,75	3	R$ 242,25
54	174939	DOBRADIÇA PARA PORTA DE MADEIRA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 3,60	25	R$ 90,00
55	174887	ENGATE FLEXIVEL 1/2 40 CM	UNIDADE	R$ 3,53	50	R$ 176,50
56	174889	ENGATE FLEXIVEL 1/2 50 CM	UNIDADE	R$ 4,13	50	R$ 206,50
57	175008	ENXADA LARGA C/ CABO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 23,08	10	R$ 230,80
58	174894	ESPUDE PARA SANITARIO	UNIDADE	R$ 2,00	25	R$ 50,00
59	174944	FECHADURA P/ PORTA DE FERRO 1º LINHA	UNIDADE	R$ 32,05	50	R$ 1.602,50
60	174945	FECHADURA P/ PORTA DE MADEIRA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 31,10	50	R$ 1.555,00

61	174985	FERRO 4.2 BARRA C/ 06 MTS	BARRA	R$ 5,45	50	R$ 272,50
62	174984	FERRO 5.16 BARRA C 06 MTS	BARRA	R$ 18,71	50	R$ 935,50
63	174986	FERRO1/4 BARRA C/ 06 MTS	BARRA	R$ 12,27	50	R$ 613,50
64	174920	FIO FLEXIVEL 10 MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 390,00	1	R$ 390,00
65	174920	FIO FLEXIVEL 10 MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 390,00	1	R$ 390,00
66	174920	FIO FLEXIVEL 10 MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 390,00	2	R$ 780,00
67	174918	FIO FLEXIVEL 2,5MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 106,00	4	R$ 424,00
68	174918	FIO FLEXIVEL 2,5MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 106,00	3	R$ 318,00
69	174918	FIO FLEXIVEL 2,5MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 106,00	3	R$ 318,00
70	174915	FIO FLEXIVEL 4 MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 195,00	3	R$ 585,00
71	174915	FIO FLEXIVEL 4 MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 195,00	3	R$ 585,00
72	174915	FIO FLEXIVEL 4 MM ROLO C/ 1000 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 195,00	4	R$ 780,00
73	174923	FIO PARALELO 2,5MM ROLO C/ 100 M 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 130,00	3	R$ 390,00
74	174923	FIO PARALELO 2,5MM ROLO C/ 100 M 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 130,00	4	R$ 520,00
75	174923	FIO PARALELO 2,5MM ROLO C/ 100 M 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 130,00	3	R$ 390,00
76	174914	FITA ISOLANTE COM 20 MTS 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 5,60	10	R$ 56,00
77	174914	FITA ISOLANTE COM 20 MTS 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 5,60	40	R$ 224,00
78	176532	FITA VEDA ROSCA 18 MM 50 MTOS	UNIDADE	R$ 4,60	50	R$ 230,00
79	175018	FITA ZEBRADA PRETA E AMARELA	UNIDADE	R$ 11,83	20	R$ 236,60
80	175009	FOICE C/ CABO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 13,00	10	R$ 130,00
81	176434	HIDROMETRO	UNIDADE	R$ 91,97	300	R$ 27.591,00
82	174885	INTERRUPTOR DUPLO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 7,05	5	R$ 35,25
83	174885	INTERRUPTOR DUPLO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 7,05	25	R$ 176,25
84	174883	INTERRUPTOR COM TOMADA 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 8,00	25	R$ 200,00
85	174883	INTERRUPTOR COM TOMADA 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 8,00	5	R$ 40,00
86	174888	INTERRUPTOR SIMPLES 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 10,40	5	R$ 52,00
87	174888	INTERRUPTOR SIMPLES 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 4,93	25	R$ 123,25
88	174886	INTERRUPTOR TRIPO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 8,00	15	R$ 120,00
89	174886	INTERRUPTOR TRIPO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 8,00	5	R$ 40,00
90	174956	JANELA VENEZIANA 1,50 MTS 1º LINHA	UNIDADE	R$ 210,00	25	R$ 5.250,00
91	174902	JOELHO 100 MM SOLDAVEL	UNIDADE	R$ 4,20	25	R$ 105,00
92	174965	JOELHO PVC 40 MM P/ ESG	UNIDADE	R$ 1,50	50	R$ 75,00
93	174957	JOELHO PVC LR 25MM 90G	UNIDADE	R$ 1,40	50	R$ 70,00
94	174940	JOELHO SOLD. 25MM 90G	UNIDADE	R$ 0,79	50	R$ 39,50
95	174947	JOELHO SOLD. 50 MM90 G	UNIDADE	R$ 2,40	50	R$ 120,00
96	175029	LAMINA SERRA AÇO 300 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 5,70	40	R$ 228,00
97	174845	LAMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 30W 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 19,51	20	R$ 390,20
98	174845	LAMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 30W 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 19,51	60	R$ 1.170,60
99	176754	LAMPADA ECONOMICA 30WX127V	UNIDADE	R$ 16,38	80	R$ 1.310,40
100	174846	LAMPADA FLUORESCENTE 2X40 W 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 5,37	100	R$ 537,00
101	174782	LAMPADA VAPOR SODIO 100W - BASE E27 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 40,37	50	R$ 2.018,50
102	174781	LAMPADA VAPOR SODIO 100W - BASE E40 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 75,00	300	R$ 22.500,00
103	174780	LAMPADA VAPOR SODIO 400W - BASE E40 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 61,56	100	R$ 6.156,00
104	174875	LAVATORIO C/ COLUNA PARA BANHEIRO 1º LINHA	UNIDADE	R$ 107,00	50	R$ 5.350,00
105	175011	LIMA DE AMOLAR 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 8,83	4	R$ 35,32
106	175013	LIMA DE AMOLAR P/ MOTOSSERRA 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 6,37	2	R$ 12,74
107	174975	LIXA P/ PAREDE Nº 60 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 0,89	200	R$ 178,00
108	175039	LONA PLASTICA PRETA 5X4 M PRETA	UNIDADE	R$ 28,50	10	R$ 285,00
109	176432	MANGUEIRA PAD	UNIDADE	R$ 279,00	3	R$ 837,00
110	175026	MARRETA 2 KG C/ CABO 1ª	UNIDADE	R$ 33,03	5	R$ 165,15
111	175025	MARRETA 5 KG C/ CABO 1ª	UNIDADE	R$ 64,60	5	R$ 323,00
112	175001	MARTELO UNHA 25 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 17,70	2	R$ 35,40
113	176438	MASSA CORRIDA A BASE DE LATEX	UNIDADE	R$ 21,60	200	R$ 4.320,00
114	174942	MIOLO DE FECHADURA DE PORTA DE FERRO 1º LINHA	UNIDADE	R$ 9,90	50	R$ 495,00
115	174943	MIOLO DE FECHADURA DE PORTA DE MADEIRA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 9,90	50	R$ 495,00
116	175017	PA DE BICO C/ CABO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 26,10	10	R$ 261,00
117	175015	PA QUADRADO C/ CABO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 23,50	10	R$ 235,00
118	174941	PARAF. MADEIRA PARA DOBRADIÇA 6 MM	UNIDADE	R$ 0,21	150	R$ 31,50
119	174912	PARAFUSO 10MM COM BUCHA	UNIDADE	R$ 0,36	50	R$ 18,00
120	174910	PARAFUSO 6MM COM BUCHA	UNIDADE	R$ 0,28	50	R$ 14,00
121	174916	PARAFUSO PARA BACIA SANIT. COM BUCHA 10 MM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 1,09	100	R$ 109,00
122	175003	PÉ DE CABRA 5/8 CM NERVURADO 1º LINHA	UNIDADE	R$ 43,00	2	R$ 86,00
123	175020	PE DE CABRA NERV. 3/8 70 CM 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 35,07	3	R$ 105,21
124	174974	PEDRA BRUTA Nº 01	UNIDADE	R$ 72,00	100	R$ 7.200,00
125	174877	PIA P/ COZINHA - MARMORE	UNIDADE	R$ 184,00	25	R$ 4.600,00
126	174980	PICARETA PONTA E PA C/ CABO 1ª	UNIDADE	R$ 32,28	10	R$ 322,80

		LINHA				
127	174896	PLAFON BRANCO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 7,70	10	R$ 77,00
128	174896	PLAFON BRANCO 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 7,70	20	R$ 154,00
129	174962	PORCA 5/8	UNIDADE	R$ 0,25	600	R$ 150,00
130	174953	PORTA LAMINADA DIREITA 60 CM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 141,57	25	R$ 3.539,25
131	174948	PORTA LAMINADA DIRETA 80 CM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 141,57	25	R$ 3.539,25
132	174949	PORTA LAMINADA ESQUERDA 60 CM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 141,57	25	R$ 3.539,25
133	174946	PORTA LAMINADA ESQUERDA 80 CM 1º LINHA	UNIDADE	R$ 141,57	25	R$ 3.539,25
134	174992	PREGO COM CABEÇA 12X12 1º LINHA	KILO	R$ 10,68	5	R$ 53,40
135	174991	PREGO COM CABEÇA 18X24 1º LINHA	KILO	R$ 8,61	20	R$ 172,20
136	174990	PREGO COM CABEÇA 19X36 1º LINHA	KILO	R$ 8,58	20	R$ 171,60
137	175030	PREGO COM CABEÇA 22X48	KILO	R$ 9,66	100	R$ 966,00
138	174993	PREGO COM CABEÇA 26X72 1º LINHA	KILO	R$ 12,74	120	R$ 1.528,80
139	175028	PREGO COM CABEÇA 26X84 P/ PONTE 1º LINHA	KILO	R$ 12,62	300	R$ 3.786,00
140	174994	PREGO COM CABEÇA 32X48 1º LINHA	KILO	R$ 11,96	30	R$ 358,80
141	174847	REATOR ELETRONICO P/ LAMPADA 2X40 BIVOLT 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 15,80	30	R$ 474,00
142	176547	REATOR ELETRONICO P/ LAMPADA 2X40 BIVOLT ALTO FATOR 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 18,20	30	R$ 546,00
143	176424	REATOR PARA LAMPADA VAPOR DE SODIO 400 WATTS	UNIDADE	R$ 90,00	150	R$ 13.500,00
144	174961	REGISTRO 3/4 PVC SOLDADEVEL	UNIDADE	R$ 6,57	50	R$ 328,50
145	174963	REGISTRO 50 MM SOLDADEL	UNIDADE	R$ 12,70	50	R$ 635,00
146	174783	RELE FOTOELETRICO 220 V 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 85,00	500	R$ 42.500,00
147	176436	REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA	UNIDADE	R$ 35,00	50	R$ 1.750,00
148	174989	RIPÃO 1º LINHA	METRO	R$ 2,10	600	R$ 1.260,00
149	175002	SERROTE 1º LINHA	UNIDADE	R$ 23,30	2	R$ 46,60
150	174890	SIFAO SANFONADO	UNIDADE	R$ 8,00	50	R$ 400,00
151	174968	SIKAL 20 KG 1º LINHA	UNIDADE	R$ 11,20	200	R$ 2.240,00
152	174882	SOQUETE P/ LAMPADA FLUORESCENTE1ª LINHA	UNIDADE	R$ 2,02	20	R$ 40,40
153	174882	SOQUETE P/ LAMPADA FLUORESCENTE1ª LINHA	UNIDADE	R$ 2,02	30	R$ 60,60
154	174937	TE P/ TOMADA 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 4,10	2	R$ 8,20
155	174937	TE P/ TOMADA 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 4,10	3	R$ 12,30
156	174952	TE PVC 25 MM SOLDAVEL	UNIDADE	R$ 1,17	25	R$ 29,25
157	174966	TE PVC 40 MM	UNIDADE	R$ 1,33	25	R$ 33,25
158	174954	TE PVC 50 MM SOLDAVEL	UNIDADE	R$ 4,35	25	R$ 108,75
159	174955	TE PVC RL 25 MM SOLDAVEL	UNIDADE	R$ 1,40	25	R$ 35,00
160	174978	TELHA ETERNIT 244X50X4 MM	UNIDADE	R$ 18,50	150	R$ 2.775,00
161	174977	TELHA PRAN	UNIDADE	R$ 1,09	5.000,00	R$ 5.450,00
162	174983	TIJOLINHO MACIÇO	UNIDADE	R$ 0,26	10.000,00	R$ 2.600,00
163	174981	TIJOLO 08 FUROS	UNIDADE	R$ 0,59	10.000,00	R$ 5.900,00
164	174891	TOMADA SIMPLES 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 6,17	30	R$ 185,10
165	174891	TOMADA SIMPLES 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 6,17	10	R$ 61,70
166	174900	TOMADA SISTEMA X 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 6,40	15	R$ 96,00
167	174900	TOMADA SISTEMA X 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 6,40	5	R$ 32,00
168	174879	TORNEIRA P/ BEBEDOURO 3/4	UNIDADE	R$ 4,53	50	R$ 226,50
169	174878	TORNEIRA P/ PIA COZINHA 3/4 INOX	UNIDADE	R$ 31,63	25	R$ 790,75
170	174876	TORNEIRA PARA LAVATORIO 3/4 - INOX 1º LINHA	UNIDADE	R$ 28,70	50	R$ 1.435,00
171	175027	TRATO MANUAL 5/8 1ª LINHA	UNIDADE	R$ 84,00	5	R$ 420,00
172	174897	TUBO 25 MM SOLDAVEL BARRA C/ 06 MTS	UNIDADE	R$ 14,17	50	R$ 708,50
173	174874	TUBO 40 MM P/CAIXA DE DESCARGA	UNIDADE	R$ 10,80	50	R$ 540,00
174	174997	TUBO DE COLA PARA CAIXA D'AGUA DE FIBRA	UNIDADE	R$ 19,83	20	R$ 396,60
175	174901	TUBO ESG. 100 MM BARRA 06 MTOS	UNIDADE	R$ 48,97	25	R$ 1.224,25
176	176490	TUBO ESGOTO 40 MM	UNIDADE	R$ 15,40	50	R$ 770,00
177	174899	TUBO PVC 50 MM SOLDAVEL BARRA C/ 06 MTS	UNIDADE	R$ 39,00	30	R$ 1.170,00
178	174909	VALVULA DE DESCARGA TIPO HIDRA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 102,17	20	R$ 2.043,40
179	174892	VALVULA PARA PIA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 4,83	50	R$ 241,50
180	174880	VELA P/ BEBEDOURO 1º LINHA	UNIDADE	R$ 22,00	50	R$ 1.100,00
181	175023	VENTILADOR DE PAREDE 110 V 1º LINHA	UNIDADE	R$ 183,00	25	R$ 4.575,00
182	175023	VENTILADOR DE PAREDE 110 V 1º LINHA	UNIDADE	R$ 183,00	15	R$ 2.745,00
183	175024	VENTILADOR DE TETO 220 V 1º LINHA	UNIDADE	R$ 110,00	15	R$ 1.650,00
184	175024	VENTILADOR DE TETO 220 V 1º LINHA	UNIDADE	R$ 110,00	25	R$ 2.750,00
185	174987	VIGA 5X15 6,5 MTS PLAINADA 1º LINHA	UNIDADE	R$ 13,30	500	R$ 6.650,00
				VALOR TOTAL:		**R$ 369.358,41**

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:4BF89DFC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 2º BIMESTRE

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.912.674,32	11.912.674,32	2.198.451,81	18,45	4.319.075,50	36,26	7.593.598,82
RECEITAS CORRENTES	10.484.800,00	10.484.800,00	1.948.451,81	18,58	4.069.075,50	38,81	6.415.724,50
RECEITA TRIBUTARIA	352.000,00	352.000,00	55.624,22	15,80	115.360,27	32,77	236.639,73
Impostos	298.000,00	298.000,00	27.529,11	9,24	74.824,74	25,11	223.175,26
Taxas	51.400,00	51.400,00	18.716,18	36,41	20.697,31	40,27	30.702,69
Contribuição de Melhoria	2.600,00	2.600,00	9.378,93	360,73	19.838,22	763,01	-17.238,22
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	354.000,00	354.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.000,00
Contribuições Sociais	304.000,00	304.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.000,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	165.000,00	165.000,00	30.896,36	18,73	59.375,51	35,99	105.624,49
Receitas de Valores Mobiliarios	165.000,00	165.000,00	30.896,36	18,73	59.375,51	35,99	105.624,49
RECEITA DE SERVIÇOS	389.000,00	389.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.207.000,00	9.207.000,00	1.524.595,05	16,56	3.542.516,35	38,48	5.664.483,65
Transferências Intergovernamentais	8.564.000,00	8.564.000,00	1.432.218,11	16,72	3.390.651,41	39,59	5.173.348,59
Transf. de Conv.	643.000,00	643.000,00	92.376,94	14,37	151.864,94	23,62	491.135,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.800,00	17.800,00	337.336,181.895,15		351.823,371.976,54		-334.023,37
Multas e Juros de Mora	6.600,00	6.600,00	3.266,10	49,49	7.652,12	115,94	-1.052,12
Indenizações e Restituições	2.200,00	2.200,00	16.871,14	766,87	16.871,14	766,87	-14.671,14
Receita da Divida Ativa	8.800,00	8.800,00	8.949,87	101,70	18.989,59	215,79	-10.189,59
Receitas Diversas	200,00	200,00	308.249,10574.124,54		308.3101,5524.155,26		-308.110,52
RECEITAS DE CAPITAL	1.427.874,32	1.427.874,32	250.000,00	17,51	250.000,00	17,51	1.177.874,32
ALIENAÇÃO DE BENS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Alienação de Bens Móveis	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.427.774,32	1.427.774,32	250.000,00	17,51	250.000,00	17,51	1.177.774,32
Transferências Intergovernamentais	116.061,69	116.061,69	0,00	0,00	0,00	0,00	116.061,69
Transferências de Convênios	1.311.712,63	1.311.712,63	250.000,00	19,06	250.000,00	19,06	1.061.712,63
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
Contribuições Sociais	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.258.674,32	12.258.674,32	2.198.451,81	17,93	4.319.075,50	35,23	7.939.598,82

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.258.674,32	12.258.674,32	2.198.451,81	17,93	4.319.075,50	35,23	7.939.598,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.258.674,32	12.258.674,32	2.198.451,81	17,93	4.319.075,50	35,23	7.939.598,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.399.364,32	-50.200,00	10.349.164,32	1.406.016,16	3.880.931,33	1.579.050,10	3.021.582,34	29,20	7.327.581,98
DESPESAS CORRENTES	7.135.785,00	869.840,99	8.005.625,99	1.401.128,65	3.868.781,94	1.574.162,59	3.009.432,95	37,59	4.996.193,04
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	3.567.930,00	166.800,00	3.734.730,00	883.847,56	1.649.584,25	883.701,95	1.647.417,02	44,11	2.087.312,98
JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.564.855,00	703.040,99	4.267.895,99	517.281,09	2.219.197,69	690.460,64	1.362.015,93	31,91	2.905.880,06
DESPESAS DE CAPITAL	3.208.579,32	-920.040,99	2.288.538,33	4.887,51	12.149,39	4.887,51	12.149,39	0,53	2.276.388,94
INVESTIMENTOS	3.071.908,00	-842.340,99	2.229.567,01	4.887,51	12.149,39	4.887,51	12.149,39	0,54	2.217.417,62
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	136.671,32	-77.700,00	58.971,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.971,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	299.810,00	26.200,00	326.010,00	89.106,84	171.357,68	89.106,84	171.357,68	52,56	154.652,32
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	299.810,00	26.200,00	326.010,00	89.106,84	171.357,68	89.106,84	171.357,68	52,56	154.652,32

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	299.810,00	26.200,00	326.010,00	89.106,84	171.357,68	89.106,84	171.357,68	52,56	154.652,32
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.699.174,32	-24.000,00	10.675.174,32	1.495.123,00	4.052.289,01	1.668.156,94	3.192.940,02	29,91	7.482.234,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.699.174,32	-24.000,00	10.675.174,32	1.495.123,00	4.052.289,01	1.668.156,94	3.192.940,02	29,91	7.482.234,30
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.126.135,48	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.699.174,32	-24.000,00	10.675.174,32	1.495.123,00	4.052.289,01	1.668.156,94	4.319.075,50	29,91	7.482.234,30
FONTE:									

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.399.364,32	10.349.164,32	1.406.016,16	3.880.931,33	1.579.050,10	3.021.582,34	94,63	29,20	7.327.581,98
ADMINISTRACAO	2.390.580,91	2.675.021,90	448.937,43	1.480.658,47	503.698,91	1.048.370,50	32,83	39,19	1.626.651,40
ADMINISTRACAO GERAL	2.319.124,22	2.608.565,21	439.520,14	1.466.239,52	494.281,62	1.033.951,55	32,38	39,64	1.574.613,66
Controle Interno	51.400,00	51.400,00	9.417,29	14.418,95	9.417,29	14.418,95	0,45	28,05	36.981,05
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
COMUNICAÇÃO SOCIAL	10.056,69	5.056,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.056,69
ASSISTENCIA SOCIAL	598.112,00	764.112,00	129.247,19	305.658,86	144.911,30	254.675,72	7,98	33,33	509.436,28
ASSISTENCIA AO IDOSO	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLECENTE	35.300,00	35.300,00	121,00	121,00	121,00	121,00	0,00	0,34	35.179,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	547.812,00	713.812,00	129.126,19	305.537,86	144.790,30	254.554,72	7,97	35,66	459.257,28
SAUDE	3.472.225,14	3.381.125,14	371.648,78	1.074.705,44	457.479,40	844.092,52	26,44	24,96	2.537.032,62
ADMINISTRACAO GERAL	486.000,00	802.500,00	247.902,09	650.122,05	284.096,41	508.165,26	15,92	63,32	294.334,74
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ATENCAO BASICA	2.619.625,14	2.186.925,14	62.737,56	315.266,19	95.078,29	229.024,25	7,17	10,47	1.957.900,89
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	67.400,00	82.400,00	13.568,72	41.000,72	30.864,29	38.586,53	1,21	46,83	43.813,47
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	140.000,00	140.000,00	37.671,53	42.963,66	37.671,53	42.963,66	1,35	30,69	97.036,34
VIGILANCIA EM SAÚDE	19.200,00	43.400,00	9.768,88	25.352,82	9.768,88	25.352,82	0,79	58,42	18.047,18
SANEAMENTO BASICO URBANO	100.000,00	85.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.900,00
TRABALHO	102.534,95	102.534,95	0,00	100.000,00	18.552,63	37.150,54	1,16	36,23	65.384,41
PROTEÇÃO AO BENEFICIO AO TRABALHADOR	102.534,95	102.534,95	0,00	100.000,00	18.552,63	37.150,54	1,16	36,23	65.384,41
EDUCACAO	2.414.300,00	2.490.400,00	399.914,67	793.607,34	396.484,20	714.262,31	22,37	28,68	1.776.137,69
ALIMENTACAO E NUTRICAO	57.000,00	60.000,00	23.921,51	23.921,51	8.706,51	8.706,51	0,27	14,51	51.293,49
ENSINO FUNDAMENTAL	2.049.000,00	2.127.100,00	328.569,06	695.368,41	340.353,59	631.238,38	19,77	29,68	1.495.861,62
ENSINO INFANTIL	307.300,00	302.300,00	47.424,10	74.317,42	47.424,10	74.317,42	2,33	24,58	227.982,58
EDUCACAO ESPECIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CULTURA	70.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	70.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%(b) (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.399.364,32	10.349.164,32	1.406.016,16	3.880.931,33	1.579.050,10	3.021.582,34	94,63	29,20	7.327.581,98
URBANISMO	340.000,00	221.959,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.959,01
INFRA - ESTRUTURA URBANA	340.000,00	221.959,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.959,01
HABITAÇÃO	100.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
HABITAÇÃO URBANA	100.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
SANEAMENTO	46.440,00	31.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.440,00
SANEAMENTO BASICO URBANO	46.440,00	31.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.440,00
GESTAO AMBIENETAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AGRICULTURA	201.500,00	220.500,00	56.268,09	91.301,22	57.923,66	88.030,75	2,76	39,92	132.469,25
ORDENAMENTO TERRITORIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ABASTECIMENTO	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
EXTENSAO RURAL	161.500,00	188.500,00	56.268,09	91.301,22	57.923,66	88.030,75	2,76	46,70	100.469,25
COMERCIO E SERVIÇO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
PROMOÇÃO COMERCIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ENERGIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ENERGIA ELETRICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSPORTE	325.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
SERVIÇOS URBANOS	60.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	265.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
DESPORTO E LAZER	76.500,00	51.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.500,00
DESPORTO COMUNITARIO	56.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
LAZER	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	177.171,32	132.571,32	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00	1,10	26,40	97.571,32
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	177.171,32	132.571,32	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00	1,10	26,40	97.571,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	299.810,00	326.010,00	89.106,84	171.357,68	89.106,84	171.357,68	5,37	52,56	154.652,32
ADMINISTRACAO	120.600,00	120.600,00	26.947,31	52.741,86	26.947,31	52.741,86	1,65	43,73	67.858,14
ADMINISTRACAO GERAL	117.000,00	117.000,00	25.776,27	50.688,04	25.776,27	50.688,04	1,59	43,32	66.311,96
Controle Interno	3.600,00	3.600,00	1.171,04	2.053,82	1.171,04	2.053,82	0,06	57,05	1.546,18
ASSISTENCIA SOCIAL	10.000,00	19.000,00	8.468,27	15.896,20	8.468,27	15.896,20	0,50	83,66	3.103,80
ASSISTENCIA COMUNITARIA	10.000,00	19.000,00	8.468,27	15.896,20	8.468,27	15.896,20	0,50	83,66	3.103,80
SAUDE	31.510,00	48.710,00	21.535,07	38.974,02	21.535,07	38.974,02	1,22	80,01	9.735,98

ADMINISTRACAO GERAL	20.000,00	32.300,00	17.144,36	31.016,82	17.144,36	31.016,82	0,97	96,03	1.283,18
ATENCAO BASICA	8.510,00	12.910,00	3.882,18	6.951,33	3.882,18	6.951,33	0,22	53,84	5.958,67
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
VIGILANCIA EM SAÚDE	800,00	1.300,00	508,53	1.005,87	508,53	1.005,87	0,03	77,37	294,13
EDUCACAO	129.200,00	129.200,00	29.989,73	59.941,29	29.989,73	59.941,29	1,88	46,39	69.258,71
ENSINO FUNDAMENTAL	109.100,00	109.100,00	24.741,11	50.902,87	24.741,11	50.902,87	1,59	46,66	58.197,13
ENSINO INFANTIL	20.100,00	20.100,00	5.248,62	9.038,42	5.248,62	9.038,42	0,28	44,97	11.061,58
AGRICULTURA	8.500,00	8.500,00	2.166,46	3.804,31	2.166,46	3.804,31	0,12	44,76	4.695,69
EXTENSAO RURAL	8.500,00	8.500,00	2.166,46	3.804,31	2.166,46	3.804,31	0,12	44,76	4.695,69
TOTAL (III) = (I + II)	10.699.174,32	10.675.174,32	1.495.123,00	4.052.289,01	1.668.156,94	3.192.940,02	100,00	29,91	7.482.234,30

FONTE:
1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	-25.895,30	69.438,84	28.666,94	91.120,73	-24.973,25	35.496,77	32.575,83	32.716,45	1.412.326,90	1.044.720,40	917.213,89	1.292.032,01	4.905.440,21	11.957.800,00
RECEITA TRIBUTARIA	1.493,39	321,28	240,96	381,52	240,96	342,12	120,48	60,24	24.501,25	35.234,80	20.523,52	35.100,70	118.561,22	352.000,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.977,63	17.860,77	6.893,60	8.920,52	40.652,52	59.000,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.966,40	10.831,49	3.519,71	8.195,28	28.512,88	174.000,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.659,34	0,00	0,00	5.659,34	30.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.493,39	321,28	240,96	381,52	240,96	342,12	120,48	60,24	11.557,22	883,20	10.110,21	17.984,90	43.736,48	74.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.731,88	14.747,27	14.789,93	16.106,43	59.375,51	165.000,00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.080,00	425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.505,00	389.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-27.388,69	69.117,56	28.425,98	90.739,21	-26.294,21	34.729,65	32.455,35	32.656,21	1.365.572,16	988.772,75	859.517,06	925.872,08	4.374.175,11	10.680.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	1.940.175,75	4.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	-43.208,96	-40.200,45	-55.197,73	-49.116,75	-40.337,98	-56.221,89	-45.296,19	-47.750,97	286.400,47	192.215,62	216.584,54	275.177,91	593.047,62	2.450.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.233,57	15.752,98	14.910,74	20.699,46	57.596,75	80.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.059,45	74,08	242,40	6.443,63	13.819,56	120.000,00
Outras Transferências Correntes	15.820,27	109.318,01	83.623,71	139.855,96	14.043,77	90.951,54	77.751,54	80.407,18	401.648,49	102.621,91	204.369,47	132.989,85	1.453.401,70	2.440.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.373,29	1.373,29	0,00	1.373,29	4.119,87	20.000,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.261,58	71.693,96	64.502,62	79.555,70	312.013,86	870.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.521,61	5.965,58	22.383,38	314.952,80	351.823,37	17.800,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.249,32	41.883,12	46.347,45	60.738,76	209.218,65	896.500,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231.000,00
Contrib Prev em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.213,30	41.883,12	46.347,45	60.738,76	209.182,63	533.000,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,02	0,00	0,00	0,00	36,02	500,00
Outras Contribuições Econômicas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Tranferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	-25.895,30	69.438,84	28.666,94	91.120,73	-24.973,25	35.496,77	32.575,83	32.716,45	1.352.077,58	1.002.837,28	870.866,44	1.231.293,25	4.696.221,56	11.061.300,00

FONTE:

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Fev 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.725,75	2.725,75	2.725,75
DEDUÇÕES (II)	2.402.904,10	2.888.343,13	3.156.924,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.443.342,04	2.962.813,95	3.239.033,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.437,94	74.470,82	82.108,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.400.178,35	-2.885.617,38	-3.154.198,83
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	-2.400.178,35	-2.885.617,38	-3.154.198,83
RESULTADO NOMINAL		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR		-268.581,45	-754.020,48

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA REGIME PREVIDENCIÁRIO	0,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Fev 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	—	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	12.108,98	12.108,98	12.108,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)				R$ 1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.665.800,00	1.917.555,45	4.009.699,99	3.252.440,65
Receita Tributária	352.000,00	55.624,22	115.360,27	104.739,20
I.P.T.U.	15.000,00	0,00	0,00	40,93
I.S.S.	174.000,00	11.714,99	28.512,88	47.684,58
I.T.B.I.	30.000,00	0,00	5.659,34	5.651,94
I.R.R.F.	59.000,00	15.814,12	40.652,52	32.833,58
Outras Receitas Tributárias	74.000,00	28.095,11	40.535,53	18.528,17
Receita de Contribuição	700.000,00	0,00	0,00	44.299,46
Receitas Previdenciárias	303.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	397.000,00	0,00	0,00	44.299,46
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	30.896,36	59.375,51	25.588,75
(-) Aplicações Financeiras	165.000,00	30.896,36	59.375,51	25.588,75
Transferências Correntes	9.207.000,00	1.524.595,05	3.542.516,35	3.097.361,18
F.P.M.	3.760.000,00	614.831,65	1.552.140,68	1.366.009,13
I.C.M.S.	1.960.000,00	393.410,00	776.302,90	716.887,60
Convênios	643.000,00	92.376,94	151.864,94	115.471,16
Outras Transferências Correntes	2.844.000,00	423.976,46	1.062.207,83	898.993,29
Demais Receitas Correntes	406.800,00	337.336,18	351.823,37	6.040,81
Dívida Ativa	8.800,00	8.949,87	18.989,59	3.212,64
Diversas Receitas Correntes	398.000,00	328.386,31	332.833,78	2.828,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.427.874,32	250.000,00	250.000,00	2.125,50
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	100,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.427.774,32	250.000,00	250.000,00	2.125,50
Convênios	1.311.712,63	250.000,00	250.000,00	2.125,50
Outras Transferências de Capital	116.061,69	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.427.774,32	250.000,00	250.000,00	2.125,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.093.574,32	2.167.555,45	4.259.699,99	3.254.566,15
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.331.635,99	1.663.269,43	3.180.790,63	2.905.765,91
Pessoal e Encargos Sociais	4.060.740,00	972.808,79	1.818.774,70	1.640.333,57
Juros e Encargos da Dívida (IX)	3.000,00	0,00	0,00	260,06
Outras Despesas Correntes	4.267.895,99	690.460,64	1.362.015,93	1.265.172,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.328.635,99	1.663.269,43	3.180.790,63	2.905.505,85
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.288.538,33	4.887,51	12.149,39	266.308,02
Investimentos	2.229.567,01	4.887,51	12.149,39	251.745,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	58.971,32	0,00	0,00	14.562,62
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.229.567,01	4.887,51	12.149,39	251.745,40

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	55.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	10.613.203,00	1.668.156,94	3.192.940,02	3.157.251,25
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	1.480.371,32	499.398,51	1.066.759,97	97.314,90
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00	
FONTE: NOVA BRASILANDIA, 27/05/2014				

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO	15.106,32	37.440,60	37.440,50	-	15.106,42	151.688,35	671.939,79	196.067,93	196.067,93	-	627.560,21
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	15.106,32	37.440,60	37.440,50	0,00	15.106,42	151.688,35	671.939,79	196.067,93	196.067,93	0,00	627.560,21
GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.784,30	3.784,20	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE INFLA-ESTRUTURAE SERV. URBANOS 0,00		2.552,54	2.552,54	0,00	0,00	0,00	450.038,69	210,00	210,00	0,00	449.828,69
SECRETARIA MUN. DE INFRA-ESTRUTURA SERV. URBANOS 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	149.398,27	0,00	0,00	0,00	0,00	149.398,27
SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL	0,00	5.064,54	5.064,54	0,00	0,00	0,00	2.183,43	1.440,26	1.440,26	0,00	743,17
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	1.235,94	1.235,94	0,00	0,00	0,00	43.600,00	18.300,00	18.300,00	0,00	25.300,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO	16,00	0,00	0,00	0,00	16,00	425,33	0,00	0,00	0,00	0,00	425,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	7.647,48	7.647,48	0,00	0,00	0,00	56.693,60	56.693,60	56.693,60	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESPOR8.013,19		0,00	0,00	0,00	8.013,19	242,75	0,00	0,00	0,00	0,00	242,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	5.188,99	3.467,35	3.467,35	0,00	5.188,99	1.622,00	114.352,00	114.352,00	114.352,00	0,00	1.622,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.083,15	0,00	0,00	0,00	1.083,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	804,99	7.300,57	7.300,57	0,00	804,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERV/AGRICOLA MEIO AMBIENT 0,00		2.671,20	2.671,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIO MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANCAS 0,00		3.716,68	3.716,68	0,00	0,00	0,00	5.072,07	5.072,07	5.072,07	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	15.106,32	37.440,60	37.440,50	0,00	15.106,42	151.688,35	671.939,79	196.067,93	196.067,93	0,00	627.560,21
FONTE:											

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)					R$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	269.700,00	269.700,00	36.261,42	94.436,88	35,02
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	9.000,00	9.000,00	8.160,48	17.861,09	198,46
1.1.1- IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	85,80	8,58
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	5.466,21	11.996,04	239,92
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	2.694,27	5.779,25	192,64
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.800,00	30.800,00	571,83	7.410,39	24,06
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	0,00	5.659,34	18,86
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	400,00	400,00	571,83	1.751,05	437,76
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	170.400,00	170.400,00	11.714,99	28.512,88	16,73
1.3.1- ISS	170.000,00	170.000,00	11.714,99	28.512,88	16,77
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59.000,00	59.000,00	15.814,12	40.652,52	68,90
1.4.1- IRRF	59.000,00	59.000,00	15.814,12	40.652,52	68,90
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	4.920.000,00	4.920.000,00	818.664,51	2.024.632,22	41,15

2.1- Cota-Parte FPM	4.700.000,00	4.700.000,00	768.539,53	1.940.175,75	41,28
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.700.000,00	4.700.000,00	768.539,53	1.940.175,75	41,28
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	1.373,29	4.119,87	20,60
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	_	0,00	6.455,46	8.920,29	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	6.686,03	13.819,56	11,52
2.6- Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	35.610,20	57.596,75	72,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	_	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	5.189.700,00	5.189.700,00	854.925,93	2.119.069,10	40,83

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	784.346,10	784.346,10	92.376,94	151.864,94	19,36
6.1- Transferências de Convênios	784.346,10	784.346,10	92.376,94	151.864,94	19,36
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	_	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	_	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-723.500,00	-723.500,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	60.846,10	60.846,10	92.376,94	151.864,94	249,59

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	533.000,00	533.000,00	107.086,21	209.182,63	39,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	_	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	490.000,00	490.000,00	98.352,45	194.075,64	39,61
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	274,65	823,95	27,47
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	_	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	1.337,19	2.763,88	11,52
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	7.121,92	11.519,16	71,99
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	87_0.000,00	870.000,00	144.058,32	312.013,86	35,86
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	850.000,00	850.000,00	144.058,32	312.013,86	36,71
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	_	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10) ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	317.000,00	317.000,00	36.972,11	102.831,23	32,44

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	610.000,00	610.000,00	71.681,70	71.681,70	11,75
13.1- Com Educação Infantil	260.000,00	260.000,00	28.483,65	28.483,65	10,96
13.2- Com Ensino Fundamental	350.000,00	350.000,00	43.198,05	43.198,05	12,34
14- OUTRAS DESPESAS	645.000,00	658.100,00	57.732,62	57.732,62	8,77
14.1- Com Educação Infantil	17.400,00	17.400,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	627.600,00	640.700,00	57.732,62	57.732,62	9,01
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.255.000,00	1.268.100,00	129.414,32	129.414,32	10,21

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	—
16.1 - FUNDEB 60%	—
16.2 - FUNDEB 40%	—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	129.414,32
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	22,97
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	18,50
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	58,52
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	1.297.425,00	1.297.425,00	213.731,48	529.767,28	40,83

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	327.400,00	322.400,00	28.483,65	28.483,65	8,83
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.933.100,00	1.847.200,00	106.403,73	106.403,73	5,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	977.600,00	990.700,00	100.930,67	100.930,67	10,19
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	955.500,00	856.500,00	5.473,06	5.473,06	0,64
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.260.500,00	2.169.600,00	134.887,38	134.887,38	6,22

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	102.831,23
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	_
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	_
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	_
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4	—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	_
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	102.831,23
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	32.056,15
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	1,51

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	25.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	177.000,00	180.000,00	266.734,39	614.464,06	341,37
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	202.000,00	216.000,00	266.734,39	614.464,06	284,47
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.462.500,00	2.385.600,00	401.621,77	749.351,44	31,41

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO (g) EM 2014
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-2.658,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	312.013,86	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	309.355,38	0,00

FONTE:
¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
³ Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.288.538,33	12.149,39	0,00	2.276.388,94
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.288.538,33	12.149,39	0,00	2.276.388,94

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.288.538,33	-12.149,39	-2.276.388,94
FONTE:			

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)				R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	100,00	0,00		100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	0,00		100,00
TOTAL	100,00	0,00		100,00
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)		SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00		0,00
FONTE:				

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)					R$ 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	1.748.619,14	1.920.019,14	1.113.439,99	57,99	882.827,07	45,98
Pessoal e Encargos Sociais	758.460,00	854.360,00	462.145,68	54,09	462.145,68	54,09
Outras Despesas Correntes	990.159,14	1.065.659,14	651.294,31	61,12	420.681,39	39,48
DESPESAS DE CAPITAL	1.839.116,00	1.516.116,00	239,47	0,02	239,47	0,02
Investimentos	1.755.116,00	1.509.816,00	239,47	0,02	239,47	0,02

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.839.116,00	1.516.116,00	239,47	0,02	239,47	0,02
Amortização da Dívida	84.000,00	6.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.587.735,14	3.436.135,14	1.113.679,46	32,41	883.066,54	25,70
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.587.735,14	3.436.135,14	156.635,61	14,06	155.645,69	17,63
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.096.020,14	923.620,14	51.733,80	4,65	51.733,80	5,86

Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2.491.715,00	2.512.515,00	104.901,81	9,42	103.911,89	11,77
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.587.735,14	3.436.135,14	156.635,61	14,06	155.645,69	17,63
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	957.043,85	18,35	727.420,85	8,07
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/1060]						727.420,85

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013	0,00	0,00	114.352,00	-114.352,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	114.352,00	-114.352,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
ATENCAO BASICA	2.628.135,14	2.199.835,14	322.217,52	28,93	235.975,58	26,72
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	69.600,00	84.600,00	41.000,72	3,68	38.586,53	4,37
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	140.000,00	140.000,00	42.963,66	3,86	42.963,66	4,87
VIGILANCIA EM SAÚDE	20.000,00	44.700,00	26.358,69	2,37	26.358,69	2,98
Outras Subfunções	730.000,00	967.000,00	681.138,87	61,16	539.182,08	61,06
TOTAL	3.587.735,14	3.436.135,14	1.113.679,46	100,00	883.066,54	100,00

FONTE:
[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 4Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Município de NOVA BRASILANDIA - MT
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	—	12.258.674,32
Previsão Atualizada	—	12.258.674,32
Receitas Realizadas	2.198.451,81	4.319.075,50
Déficit Orçamentário	—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	0,00
DESPESAS		
Dotação Inicial	—	10.699.174,32
Créditos Adicionais	—	-24.000,00
Dotação Atualizada	—	10.675.174,32
Despesas Empenhadas	1.495.123,00	4.052.289,01
Despesas Liquidadas	1.668.156,94	3.192.940,02
Superavit Orçamentário	—	1.126.135,48
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.495.123,00	4.052.289,01
Despesas Liquidadas	1.668.156,94	3.192.940,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		4.696.221,56
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00	0,00
Liquidadas	0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00

Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-754.020,48	0,00
Resultado Primário		0,00	1.066.759,97	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	52.546,92	0,00	37.440,50	15.106,42
EXECUTIVO	52.546,92	0,00	37.440,50	15.106,42
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	823.628,14	0,00	196.067,93	627.560,21
EXECUTIVO	823.628,14	0,00	196.067,93	627.560,21
TOTAL:	876.175,06	0,00	233.508,43	642.666,63
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		32.056,15	25%	1,51
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação				
Infantil e Ensino Fundamental		71.681,70	60%	22,97
Liquidadas		134.887,38		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Município de NOVA BRASILANDIA - MT C
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14				R$ 1,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			12.149,39	2.276.388,94
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	100,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	727.420,85		15,00	0,00
Liquidadas	727.420,85			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00	

FONTE:
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:6990D489

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.437.157,03	2.690,73
Pessoal Ativo	5.428.415,49	2.690,73
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	8.741,54	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.437.157,03	2.690,73

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.439.847,76
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	4.696.221,56
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	115,83
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	2.535.959,64
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	2.409.161,66
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	2.282.363,68
FONTE:	
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:	
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;	
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.	

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.725,75	2.725,75
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.725,75	2.725,75
Interna	2.725,75	2.725,75
Externa	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.402.904,10	3.156.924,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.443.342,04	3.239.033,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.437,94	82.108,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.400.178,35	-3.154.198,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	287.651,11	4.696.221,56
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,95%	0,06%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-834,41%	-67,16%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	345.181,33	5.635.465,87
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	310.663,20	5.071.919,28
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.725,75	2.725,75
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.725,75	2.725,75
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00
DEPÓSITOS	15.298,80	13.078,65
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	823.385,39	1.486.666,45
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO		
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	12.108,98	12.108,98
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	19.760,45	19.145,64
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	

EXTERNAS (I)	EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	287.651,11	4.696.221,56	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	63.283,24	1.033.168,74	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	56.954,92	929.851,87	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS EXTERNAS (V)	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				
FONTE:				

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/QUADRIMESTRE JANEIRO – ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.696.221,56	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	751.395,45	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	676.255,90	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	328.735,51	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
FONTE:		

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR	

	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
ORDINARIO	0,10	43.063,68	175.441,44	330.476,02	0,00	0,00
OUTROS	1.083,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.914,19	0,00	1.547,33	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIO	0,00	36.047,46	450.328,69	235.424,50	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	2.997,44	79.111,14	627.317,46	565.900,52	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.997,44	79.111,14	627.317,46	565.900,52	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:						
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.						

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7		R$ 1,00
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.439.847,76	115,83
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.535.959,64	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.409.161,66	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.154.198,83	-67,16
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.635.465,87	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.033.168,74	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	751.395,45	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	328.735,51	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	565.900,52	0,00
FONTE:		

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:4EACB780

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008/2014 PREGÃO PRESENCIAL 011/2014.

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da empresa **CLINICA NM MEDICINA E SAUDE LTDA-ME, CNPJ 19.786.721/0001-05**, vencedora dos itens de 7 a 10. Neste ato representado pelo Sr**. ROBERTO CLAUDIO CORREIA FILHO,** portador da cédula de identidade RG 00001110591 SSP/RO, e da empresa **RIOMEDICA ASSITENCIAL LTDA-EPP, CNPJ 15.061.518/0001-02**, vencedora dos itens de 1 a 4 e de 11 a 62, neste ato representado pelo representada pela Srª. **EULIDINALVA MACHADO ALCANTARA**, portadora do CPF. 888.418.417-15, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES EMERGENCIAIS, ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, AVALIAÇÕES, CONSULTAS E OUTROS SERVIÇOS MÉDICOS DIVERSOS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DE MÉDIA COMPLEXIDADE E ESPECIALIZADA PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT, conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

3.2. A presente Ata terá validade **de 12 (dose) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3. As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

ONDE DE LÊ: Secretarias Participantes:
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

LEIA-SE: Secretarias Participantes:
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

item	Qunt	DESCRIÇÃO	Und.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	100	***CONSULTAS COM MÉDICO ESPECIALISTA*** - *Medico Pediatra*	UNID	*100,00*	*10.000,00*
2	50	***CONSULTAS COM MÉDICO ESPECIALISTA*** - *Medico Cirurgião Geral*	UND	*100,00*	*5.000,00*
3	100	***CONSULTAS COM MÉDICO ESPECIALISTA*** - *Medico Ginecologista e Obstetra*	UNID	*100,00*	*10.000,00*
4	100	***CONSULTAS COM MÉDICO ESPECIALISTA*** - *Médico do trabalho*	UNID	*42,00*	*4.200,00*
11	96	***INTERNAÇÕES CLINICAS NA PROPRIA UNIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS***	*UNID.*	*2.625,00*	*252.000,00*
12	*02*	*Bartolinectomia*	*UNID.*	*1.311,69*	*2.623,38*
13	*10*	*Colpoperineoplastia Anterior*	*UNID.*	*1.931,34*	*19.313,40*
14	*10*	*Colpoperineoplastia Posterior*	*UNID.*	*1.931,34*	*19.313,40*
15	*02*	*Fistulectomia Anal*	*UNID.*	*1.635,29*	*3.270,58*
16	*02*	*Fissurectomia*	*UNID.*	*1.234,03*	*2.468,06*
17	*05*	*Hemorroidectomia*	*UNID.*	*1.739,84*	*8.699,20*
18	*10*	*Herniorrafia Inguinal Unilateral*	*UNID.*	*2.113,76*	*21.137,60*
19	*05*	*Herniorrafia Incisional*	*UNID.*	*2.349,79*	*11.748,95*
20	*05*	*Herniorrafia Epigastrica*	*UNID.*	*2.399,66*	*11.998,30*
21	*10*	*Herniorrafia Umbilical*	*UNID.*	*2.087,47*	*20.874,70*
22	*10*	*Histerectomia Total*	*UNID.*	*2.585,06*	*25.850,60*
23	*02*	*Hidrocele Unilateral*	*UNID.*	*1.007,64*	*2.015,28*
24	*02*	*Laparotomia Exploradora*	*UNID.*	*2.592,96*	*5.185,92*
25	*01*	*Ooforectomia Uni. ou Bilateral*	*UNID.*	*2.274,64*	*2.274,64*
26	*05*	*Postectomia*	*UNID.*	*1.047,79*	*5.238,95*
27	*50*	*Parto Cesariana*	*UNID.*	*2.114,32*	*105.716,00*
28	*80*	*Parto Normal*	*UNID.*	*1.608,49*	*128.679,20*
29	*10*	*Cirurgia de Varizes Bilateral*	*UNID.*	*2.955,10*	*29.551,00*
30	*10*	*Cirurgia de Varizes Unilateral*	*UNID.*	*2.208,42*	*22.084,20*
31	*50*	*Laqueadura Tubária*	*UNID.*	*1.347,55*	*67.377,50*
32	*05*	*Vasectomia*	*UNID.*	*1.266,16*	*6.330,80*
33	*15*	*Curetagem Pós Aborto*	*UNID.*	*849,04*	*12.735,60*
34	*02*	*Cisto Pilonidal/Sacro-coccigeo*	*UNID.*	*1.359,29*	*2.718,58*
35	*02*	*Liberação de Aderencias Intestinais*	*UNID.*	*3.072,60*	*6.145,20*
36	*02*	*Drenagem de Hematoma/Abscesso Retro Retal*	*UNID.*	*2.170,94*	*4.341,88*
37	*02*	*Correção Cirurgica de Varicocele*	*UNID.*	*1.643,89*	*3.287,78*
38	*02*	*Debridamento de Ulcera ou Tecido Desvitalizado*	*UNID.*	*2.715,38*	*5.430,76*
39	*02*	*Debridamento de Faceite Necrotizante*	*UNID.*	*2.608,94*	*5.217,88*
40	*02*	*Tratamento de Medio Queimado*	*UNID.*	*4.441,18*	*8.882,36*
41	*02*	*Operação de Burch*	*UNID.*	*2.644,16*	*5.288,32*
42	*02*	*Remoção Cirurgica de Fecaloma*	*UNID.*	*2.135,84*	*4.271,68*
43	*02*	*Toracostomia C/Drenagem Pleural Fechada*	*UNID.*	*5.147,18*	*10.294,36*
44	*02*	*Ressutura de Parede Abdominal*	*UNID.*	*2.546,05*	*5.092,10*
45	*02*	*Drenagem de Hematoma/Abscesso Pré-Peritoneal*	*UNID.*	*2.094,56*	*4.189,12*
46	*02*	*Drenagem de Abscesso Pelvico*	*UNID.*	*2.192,82*	*4.385,64*
47	*02*	*Exerese de nevus*	*UNID.*	*1.784,04*	*3.568,08*
48	*02*	*Fistula Vesico-Vaginal*	*UNID.*	*5.711,24*	*11.422,48*

49	02	*Nódulo mamário*	*UNID.*	*1.183,59*	*2.367,18*
50	02	*Exerese de Cisto Vaginal*	*UNID.*	*1.331,34*	*2.662,68*
51	05	*Drenagem de abcesso de mama*	*UNID.*	*950,75*	*4.753,75*
52	05	*Apendicectomia*	*UNID.*	*2.073,09*	*10.365,45*
53	30	*Rins e vias urinárias*	*UNID.*	*95,00*	*2.850,00*
54	15	*Abdômen Superior*	*UNID.*	*100,00*	*1.500,00*
55	15	*Abdômen Inferior*	*UNID.*	*100,00*	*1.500,00*
56	30	*Abdômen Total*	*UNID.*	*135,00*	*4.050,00*
57	100	*Obstétrica*	*UNID.*	*90,00*	*9.000,00*
58	100	*Transvaginal*	*UNID.*	*95,00*	*9.500,00*
59	10	*Próstata*	*UNID.*	*90,00*	*900,00*
60	50	*Pélvica*	*UNID.*	*90,00*	*4.500,00*
61	20	*Vias Biliares*	*UNID.*	*95,00*	*1.900,00*
62	05	*Morfológica*	*UNID.*	*185,00*	*925,00*

EMPRESA: CLINICA NM MEDICINA E SAUDE LTDA-ME, CNPJ 19.786.721/0001-05.
Valor de R$ 868.800,00 (oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos reais).

item	Qunt.	DESCRIÇÃO	Und.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
7	12 Meses	***MÉDICO ESPECIALISTA PARA PRONTO ATENDIMENTO NA UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT*** *- PSF Vereador Aparecido Alves*	40 HORAS SEMANAL	*8.600,00*	*103.200,00*
8	12 Meses	***MÉDICO ESPECIALISTA PARA PRONTO ATENDIMENTO NA UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT*** *- Unidade de Saúde da Família Dauri Riva*	40 HORAS SEMANAL	*8.600,00*	*103.200,00*
9	12 Meses	**PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT -** *Plantões médicos mensais de 24 horas*	*28 Atendimentos De 24:00hrs*	*33.600,00*	*403.200,00*
10	12 Meses	**PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT -** *Plantões médicos mensais de 12 horas*	*36 Atendimentos de 12:00hrs*	*21.600,00*	*259.200,00*

5. DA ENTREGA

5.1. Os itens registrados deverão ser fornecidos conforme termo de referencia do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para entrega será de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

6.11. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.12. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que

venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.7. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7. A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:
a) Por decurso de prazo de vigência;
b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o
limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Destinação:

Destinação	Dotação Orçamentária
SECRETARIA DE SAUDE.	07.001.10.122.0070.2041.339039.000000-224
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.	07.002.10.301.0071.2042.339039.000000-236
PRONTO ATENDIMENTO MEDICO.	07.002.10.302.0072.2049.339039.000000-259

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 011/2014** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer peração financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

16. DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 08 de Maio de 2014.

Município de Nova Maringá CLINICA NM MEDICINA E SAUDE LTDA-ME JOÃO BRAGA NETO ROBERTO CLAUDIO CORREIA FILHO
Contratante Contratado

RIOMEDICA ASSITENCIAL LTDA-EPP
MASSAO PAULO WATANABE
Contratado

ONDE SE LÊ:
TESTEMUNHAS:

MANOEL DA COSTA CAMPOS JONAS MAXIMO DA SILVA
Secretario Geral de Administração CPF: 631.381.071-68

LEIA-SE:
TESTEMUNHAS:

MANOEL DA COSTA CAMPOS MICHEL SOUZA CAMPOS
Secretario Geral de Administração CPF: 045.725.591-98

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:9284F2C7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2014

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARION SILVEIRA**, brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 4.131.758-2 SSP/PR e CPF/MF n.º 515.018.729-15, residente e domiciliado á Rodovia MT 208 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **NELSON DE SANTANA ALVES 09598691829**, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 03/2014 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA FABRICAÇÃO DE PONTES DE MADEIRA, POSTE/MOURÃO DE CONCRETO ARMADO E MANILHAS DIVERSAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES, SERVIÇOS URBANOS E SANEAMENTO, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 03/2014.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: NELSON DE SANTANA ALVES 09598691829
CNPJ: 19.073.079/0001-09
ENDEREÇO: AV. MATO GROSSO, S/Nº, CENTRO, NOVA MONTE VERDE-MT

Seq.	Cód.	Descrição do Item	Und	Qtd	P. Unit	P. Total
1	37979	MÃO DE OBRA DE FABRICAÇÃO DE MANILHA DE CIMENTO 0,60 CM	UND	300	35,50	10.650,00
2	37980	MÃO DE OBRA DE FABRICAÇÃO DE MANILHA DE CIMENTO 1,00 METRO	UND	500	91,00	45.500,00
3	37981	MÃO DE OBRA DE FABRICAÇÃO DE POSTE/MOURÃO DE CONCRETO ARMADO 12/12 DE 3 MTS	UND	500	12,00	6.000,00
4	37982	MÃO DE OBRA DE FABRICAÇÃO DE PONTE EM MADEIRA	METRO CORRIDO	350	1.790,00	626.500,00
TOTAL						**688.650,00**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.
5.2. Os itens licitados/serviços contratados deverão ser entregues/executados na sede, nos distritos e comunidades do município de Nova Monte Verde-MT.
5.3. A execução dos serviços deverá ser iniciada imediatamente após o recebimento da ordem de serviço. O fornecedor deverá substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, após notificação formal, os serviços entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas proposta;
5.4. As ferramentas de trabalho que serão utilizadas na prestação dos serviços é responsabilidade do detentor do preço registrado e a falta destas não justificará atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;
5.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;
5.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
5.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;
5.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
5.9. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
5.10. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.
5.11. Executar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço/Entrega;
6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;
6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;
6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;
6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado após a execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A- 5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.
7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os serviços prestados estão de acordo com as exigências contidas neste edital.
7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.
7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.
9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;
10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;
10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;
10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;
10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

10 - Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Serviços Urbanos e Saneamento
002 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PROJETOS
26 - Transporte
782 - Transporte Rodoviário
0018 - INVESTIMENTOS EM INFRA ESTRUTURA
1 034 - CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E REF. DE PONTES E BUEIR
497 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 03/2014,** seus anexos e as propostas das classificadas.
III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE,** na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 25 de março de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT
ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

NELSON DE SANTANA ALVES
09598691829
19.073.079/0001-09
Contratada

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:846B015B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: NOVA MONTE VERDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 37.465.556/0001-63
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270907590050237 3

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	**RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)**	19.547.000,00	19.547.000,00	2.515.150,04	12,87	5.727.632,11	29,30	13.819.367,89
2	**RECEITAS CORRENTES**	17.416.000,00	17.416.000,00	2.515.150,04	14,44	5.526.096,11	31,73	11.889.903,89
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	706.000,00	706.000,00	170.058,43	24,09	299.110,92	42,37	406.889,08
4	Impostos	512.000,00	512.000,00	96.104,29	18,77	197.471,80	38,57	314.528,20
5	Taxas	194.000,00	194.000,00	73.954,14	38,12	101.639,12	52,39	92.360,88
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	360.000,00	360.000,00	72.567,74	20,16	130.765,74	36,32	229.234,26
8	Contribuições Sociais	330.000,00	330.000,00	60.129,99	18,22	116.371,10	35,26	213.628,90
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	30.000,00	30.000,00	12.437,75	41,46	14.394,64	47,98	15.605,36
11	RECEITA PATRIMONIAL	454.300,00	454.300,00	83.944,90	18,48	163.082,25	35,90	291.217,75
12	Receitas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	680,00	34,00	1.340,00	67,00	660,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	445.300,00	445.300,00	83.264,90	18,70	161.742,25	36,32	283.557,75
14	Receitas de Concessões e Permissões	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	20.800,00	20.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.800,00
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.715.200,00	15.715.200,00	2.179.880,14	13,87	4.911.637,18	31,25	10.803.562,82
30	Transferências Intergovernamentais	15.236.700,00	15.236.700,00	2.155.736,14	14,15	4.883.083,18	32,05	10.353.616,82
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	473.500,00	473.500,00	24.144,00	5,10	28.554,00	6,03	444.946,00
35	Transferências para o Combate à Fome	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	159.700,00	159.700,00	8.698,83	5,45	21.500,02	13,46	138.199,98
37	Multas e Juros de Mora	47.500,00	47.500,00	1.147,86	2,42	4.007,07	8,44	43.492,93
38	Indenizações e Restituições	11.100,00	11.100,00	2.413,27	21,74	4.447,78	40,07	6.652,22
39	Receita da Dívida Ativa	96.100,00	96.100,00	2.262,20	2,35	9.709,41	10,10	86.390,59
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	5.000,00	5.000,00	2.875,50	57,51	3.335,76	66,72	1.664,24
42	**RECEITAS DE CAPITAL**	2.131.000,00	2.131.000,00	0,00	0,00	201.536,00	9,46	1.929.464,00
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	201.536,00	9,83	1.848.464,00
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital 135.000,00		135.000,00	0,00	0,00	201.536,00	149,29	-66.536,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	1.915.000,00	1.915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.915.000,00
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
62	**RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)**	393.000,00	393.000,00	85.348,75	0,00	164.700,54	0,00	228.299,46
63	RECEITAS INTRA ORÇAMENTARIAS	393.000,00	393.000,00	85.348,75	21,71	164.700,54	41,90	228.299,46
64	**SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)**	19.940.000,00	19.940.000,00	2.600.498,79	13,04	5.892.332,65	29,55	14.047.667,35
65	**OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	**SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)**	19.940.000,00	19.940.000,00	2.600.498,79	13,04	5.892.332,65	29,55	14.047.667,35
73	**DÉFICIT (VI)**	-	-	-	-	--		-
74	**TOTAL (VII) = (V+VI)**	19.940.000,00	19.940.000,00	2.600.498,79	13,04	5.892.332,65	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-

77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	**DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)**	19.387.500,00	175.000,00	19.562.500,00	2.845.753,75	6.835.828,48	2.608.279,81	5.047.974,98	25,80	14.514.525,02
79	**DESPESAS CORRENTES**	16.483.342,15	9.000,00	16.492.342,15	2.296.385,78	6.003.689,57	2.494.655,48	4.777.268,65	28,97	11.715.073,50
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.143.512,79	-128.000,00	8.015.512,79	1.304.560,23	2.575.887,15	1.312.135,79	2.556.777,93	31,90	5.458.734,86
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.334.829,36	137.000,00	8.471.829,36	991.825,55	3.427.802,42	1.182.519,69	2.220.490,72	26,21	6.251.338,64
83	**DESPESAS DE CAPITAL**	2.285.157,85	166.000,00	2.451.157,85	549.367,97	832.138,91	113.624,33	270.706,33	11,04	2.180.451,52
84	INVESTIMENTOS	2.210.157,85	205.000,00	2.415.157,85	549.367,97	796.296,60	108.807,28	253.673,00	10,50	2.161.484,85
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	75.000,00	-39.000,00	36.000,00	0,00	35.842,31	4.817,05	17.033,33	47,31	18.966,67
87	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	189.000,00	0,00	189.000,00 -	-	-	-	-	-	
88	**RESERVA DO RPPS**	430.000,00	0,00	430.000,00 -	-	-	-	-	-	
89	**DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)**	552.500,00	5.000,00	557.500,00	87.884,63	174.303,88	87.884,63	174.303,88	0,00	383.196,12
90	DESPESAS INTRA ORÇAMENTARIAS	552.500,00	5.000,00	557.500,00	87.884,63	174.303,88	87.884,63	174.303,88	31,26	383.196,12
91	**SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)**	19.940.000,00	180.000,00	20.120.000,00	2.933.638,38	7.010.132,36	2.696.164,44	5.222.278,86	25,96	14.897.721,14
92	**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	**SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)**	19.940.000,00	180.000,00	20.120.000,00	2.933.638,38	7.010.132,36	2.696.164,44	5.222.278,86	25,96	14.897.721,14
100	**SUPERÁVIT (XIII)**	-	-	-	-	-		670.053,79 -	-	
101	**TOTAL (XIV) = (XII+XIII)**	19.940.000,00	180.000,00	20.120.000,00	2.933.638,38	7.010.132,36	2.696.164,44	5.892.332,65	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	26/05/2014	(Diário Oficial, Edital, etc) SITE DA PREFEITURA, MURAL, DIARIO AMM
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.			
Fonte:			
Nota:			

NOVA MONTE VERDE, 27/05/2014

ARION SILVEIRA
Prefeito
CPF.: 515.018.729-15

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador
CRC.: MT 012883/P

DOMINGOS CARLOS PERONDI
Secretario Municipal de Administração
CPF.: 285.423.710.20

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:CE700165

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO I - BALANCO ORCAMENTARIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A ABRIL/2014									
RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)									R$ 1,00
DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	106.200.000,00	799.126,47	106.999.126,47	19.406.803,68	42.441.504,04	14.081.298,72	25.580.498,78	23,90	81.418.627,69
DESPESAS CORRENTES	83.847.901,00	1.639.301,00	85.487.202,00	15.739.377,51	37.457.282,82	13.429.777,49	24.750.299,02	28,95	60.736.902,98
Pessoal e Encargos Sociais	42.335.225,00	132.900,00	42.468.125,00	7.813.972,94	15.713.342,89	7.833.407,53	15.703.851,85	36,97	26.764.273,15
Juros e Encargos da Dívida	70.000,00	70.000,00	140.000,00	45.897,17	57.636,58	8.036,59	17.673,17	12,62	122.326,83
Outras Despesas Correntes	41.442.676,00	1.436.401,00	42.879.077,00	7.879.507,40	21.686.303,35	5.588.333,37	9.028.774,00	21,05	33.850.303,00
DESPESAS DE CAPITAL	22.142.599,00	-840.174,53	21.302.424,47	3.667.426,17	4.984.221,22	651.521,23	830.199,76	3,89	20.472.224,71
Investimentos	21.940.599,00	-1.163.974,53	20.776.624,47	3.433.541,15	4.637.223,92	553.781,65	619.347,90	2,98	20.157.276,57
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	202.000,00	323.800,00	525.800,00	233.885,02	346.997,30	97.739,58	210.851,86	40,10	314.948,14

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	209.500,00		209.500,00						209.500,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	106.200.000,00	799.126,47	106.999.126,47	19.406.803,68	42.441.504,04	14.081.298,72	25.580.498,78	23,90	81.418.627,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	106.200.000,00	799.126,47	106.999.126,47	19.406.803,68	42.441.504,04	14.081.298,72	25.580.498,78	23,90	81.418.627,69
SUPERÁVIT (XIII)						3.121.957,20	8.774.152,31		-8.774.152,31
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	106.200.000,00	799.126,47	106.999.126,47	19.406.803,68	42.441.504,04	17.203.255,92	34.354.651,09	32,10	72.644.475,38

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Sec.Economia e Planejamento

IVETE SANDI WENNING
Contadora CRC/MS-010469/O-2 T-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL/2014

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	106.200.000,00	106.200.000,00	17.203.255,92	16,19	34.354.651,09	32,34	71.845.348,91
RECEITAS CORRENTES	93.406.900,00	93.406.900,00	16.586.076,77	17,75	33.341.125,57	35,69	60.065.774,43
RECEITA TRIBUTARIA	16.004.400,00	16.004.400,00	3.661.413,39	22,87	5.979.141,73	37,35	10.025.258,27
Impostos	14.939.500,00	14.939.500,00	3.310.409,94	22,15	4.804.603,48	32,16	10.134.896,52
Taxas	1.007.400,00	1.007.400,00	329.906,36	32,74	1.132.624,77	112,43	-125.224,77
Contribuição de Melhoria	57.500,00	57.500,00	21.097,09	36,69	41.913,48	72,89	15.586,52
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.415.000,00	2.415.000,00	318.710,22	13,19	631.050,71	26,13	1.783.949,29
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	2.415.000,00	2.415.000,00	318.710,22	13,19	631.050,71	26,13	1.783.949,29
RECEITA PATRIMONIAL	1.079.158,72	1.079.158,72	216.001,36	20,01	411.462,14	38,12	667.696,58
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.079.158,72	1.079.158,72	216.001,36	20,01	411.462,14	38,12	667.696,58
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Público							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	3.036.022,04	3.036.022,04	883.236,26	29,09	1.298.602,67	42,77	1.737.419,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.264.730,00	69.264.730,00	11.096.491,34	16,02	23.756.019,50	34,29	45.508.710,50
Transferências Intergovernamentais	68.444.780,00	68.444.780,00	10.959.921,50	16,01	23.611.257,43	34,49	44.833.522,57
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	819.950,00	819.950,00	136.569,84	16,65	144.762,07	17,65	675.187,93
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.607.589,24	1.607.589,24	410.224,20	25,51	1.264.848,82	78,67	342.740,42
Multa de Juros de Mora	181.502,62	181.502,62	50.441,29	27,79	490.676,35	270,34	-309.173,73
Indenizações e Restituições	1.150,00	1.150,00	781,54	67,96	781,54	67,96	368,46
Receita da Dívida Ativa	1.050.809,30	1.050.809,30	306.920,23	29,20	652.623,16	62,10	398.186,14
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização							
Receitas Correntes Diversas	374.127,32	374.127,32	52.081,14	13,92	120.767,77	32,27	253.359,55
RECEITAS DE CAPITAL	12.793.100,00	12.793.100,00	617.179,15	4,82	1.013.525,52	7,92	11.779.574,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	678.500,00	678.500,00	97.400,00	14,35	97.400,00	14,35	581.100,00
Alienação de Bens Móveis	57.500,00	57.500,00	97.400,00	169,39	97.400,00	169,39	-39.900,00
Alienação de Bens Imóveis	621.000,00	621.000,00					621.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS			103.235,15		287.981,52		-287.981,52
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.114.600,00	12.114.600,00	416.544,00	3,43	628.144,00	5,18	11.486.456,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	12.114.600,00	12.114.600,00	416.544,00	3,43	628.144,00	5,18	11.486.456,00

Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	106.200.000,00	106.200.000,00	17.203.255,92	16,19	34.354.651,09	32,34	71.845.348,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	106.200.000,00	106.200.000,00	17.203.255,92	16,19	34.354.651,09	32,34	71.845.348,91
DÉFICIT (VI)		799.126,47	2.203.547,76	275,74	8.086.852,95	11,96	-7.287.726,48
TOTAL(VII) = (V + VI)	106.200.000,00	106.999.126,47	19.406.803,68	18,13	42.441.504,04	39,66	64.557.622,43
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Adicionais).	6.873.925,07	6.873.925,07	799.126,47	11,62	799.126,47	11,62	6.074.798,60
Superávit Financeiro	6.873.925,07	6.873.925,07	799.126,47	11,62	799.126,47	11,62	6.074.798,60
Reabertura de Créditos Adicionais							

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Sec.economia e Planejamento

IVETE SANDI WENNING
Contadora CRC/MS-010469/O-2 T-MT

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:917CA745

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO II - DESPESAS POR FUNCAO-SUBFUNCAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - MARÇO a ABRIL de 2014
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	106.200.000,00	106.999.126,47	19.406.803,68	42.441.504,04	14.081.298,72	25.580.498,78	100,00	23,90	81.418.627,69
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	3.936.000,00	3.936.000,00	549.720,51	1.377.121,36	594.442,92	1.059.339,50	4,14	26,91	2.876.660,50
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	150.000,00	150.000,00							150.000,00
ADMINISTRACAO GERAL	17.449.201,00	17.433.100,00	3.115.423,59	6.957.557,03	2.334.762,20	4.178.156,69	16,33	23,96	13.254.943,31
COMUNICACAO SOCIAL	295.000,00	295.200,00	57.593,22	116.620,32	55.672,34	104.872,32	0,40	35,52	190.327,68
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	35.000,00	35.000,00							35.000,00
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	965.000,00	965.000,00							965.000,00
PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	105.000,00	105.000,00	18.383,36	37.690,15	18.383,36	37.690,15	0,14	35,89	67.309,85
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	102.000,00	102.000,00							102.000,00
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
INFORMACAO E INTELIGENCIA	1.407.850,00	1.407.850,00	19.066,06	698.927,05	71.066,06	194.927,05	0,76	13,84	1.212.922,95
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ADMINISTRACAO GERAL	1.690.000,00	1.726.330,00	165.301,39	489.942,04	196.421,05	330.989,34	1,29	19,17	1.395.340,66
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	601.500,00	594.360,00	88.872,99	150.821,13	44.272,30	59.229,67	0,23	9,96	535.130,33
ASSISTENCIA AO IDOSO	32.000,00	52.300,00	11.116,12	26.023,87	12.302,02	15.362,02	0,06	29,37	36.937,98
ASSISTENCIA COMUNITARIA	2.281.500,00	2.289.410,00	506.332,87	831.760,16	410.429,60	683.793,32	2,67	29,86	1.605.616,68
HABITACAO URBANA	100.000,00	52.600,00							52.600,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ADMINISTRACAO GERAL	1.809.000,00	1.796.300,00	382.061,79	931.169,22	348.313,20	635.491,95	2,48	35,37	1.160.808,05
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	11.816.000,00	12.281.975,00	2.363.872,89	5.115.342,90	2.159.832,56	4.456.480,49	17,42	36,28	7.825.494,51
ATENCAO BASICA	7.521.000,00	7.445.100,00	1.274.142,11	2.995.215,81	1.264.253,68	2.529.637,55	9,88	33,97	4.915.462,45
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	891.000,00	889.200,00	108.912,31	339.881,28	136.583,76	200.751,00	0,78	22,57	688.449,00
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	680.000,00	697.000,00	112.753,96	226.149,39	97.239,92	188.584,59	0,73	27,05	508.415,41
VIGILANCIA SANITARIA	247.000,00	239.800,00	37.154,95	93.486,72	48.398,38	85.705,02	0,33	35,74	154.094,98
TRABALHO									
EDUCAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	5.045.000,00	4.888.025,00	1.028.544,00	1.891.605,31	678.547,78	1.164.224,71	4,55	23,81	3.723.800,29
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.000,00	4.000,00							4.000,00
EDUCACAO ESPECIAL	112.000,00	250.001,00		250.000,00	19.000,00	98.000,00	0,38	39,19	152.001,00
EDUCACAO INFANTIL	4.695.000,00	4.760.000,00	748.129,35	2.187.516,90	938.199,59	1.748.539,03	6,83	36,73	3.011.460,97
ENSINO FUNDAMENTAL	15.128.000,00	15.719.526,47	3.782.632,32	7.051.018,20	2.470.290,73	4.304.265,23	16,82	27,38	11.415.261,24
ENSINO PROFISSIONAL	100.000,00	107.000,00	1.424,00	61.424,00	14.132,74	19.806,29	0,07	18,51	87.193,71
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	63.000,00	63.000,00	4.858,10	15.725,18	4.206,50	13.163,58	0,05	20,89	49.836,42

CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	1.129.000,00	1.134.100,00	270.635,29	397.618,95	122.080,99	170.262,09	0,66	15,01	963.837,91
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.819.999,00	7.819.999,00	436.933,96	453.957,96	8.597,40	8.597,40	0,03	0,10	7.811.401,60
HABITAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	3.650,00	3.650,00							3.650,00
HABITACAO URBANA	37.500,00	37.500,00							37.500,00
ORDENAMENTO TERRITORIAL	3.700,00	3.700,00							3.700,00
SANEAMENTO									
ADMINISTRACAO GERAL	2.441.000,00	2.581.000,00	343.383,54	1.520.339,46	485.481,68	808.947,33	3,16	31,34	1.772.052,67
SANEAMENTO BASICO URBANO	4.364.000,00	4.853.900,00	999.362,35	3.565.505,70	439.896,91	583.568,17	2,28	12,02	4.270.331,83
GESTÃO AMBIENTAL									
CONTROLE AMBIENTAL	80.000,00	20.000,00							20.000,00
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	440.000,00	525.100,00	221.503,00	241.450,00	35.032,00	36.111,00	0,14	6,87	488.989,00
RECURSOS HIDRICOS	10.000,00	9.000,00							9.000,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ADMINISTRACAO GERAL	20.000,00	20.000,00		2.400,00					20.000,00
EXTENSAO RURAL	120.000,00	87.000,00							87.000,00
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	250.000,00	325.000,00	225.590,00	225.590,00	129.500,00	129.500,00	0,50	39,84	195.500,00
PROMOCAO INDUSTRIAL	10.000,00	4.000,00							4.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
PROMOCAO INDUSTRIAL	630.000,00	530.000,00							530.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
PROMOCAO COMERCIAL	510.000,00	450.000,00	5.373,45	7.853,45	5.373,45	7.853,45	0,03	1,74	442.146,55
PROMOCAO INDUSTRIAL	350.000,00	350.000,00							350.000,00
TURISMO	30.000,00	30.000,00							30.000,00
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	250.000,00								
SERVICOS URBANOS	550.000,00	800.000,00	267.908,00	558.404,01	181.113,59	329.664,75	1,28	41,20	470.335,25
TRANSPORTE									
TRANSPORTE AREO	150.000,00	150.000,00							150.000,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	5.394.600,00	4.704.600,00	1.784.298,00	2.112.208,38	171.140,00	327.600,38	1,28	6,96	4.376.999,62
DESPORTO E LAZER									
ADMINISTRACAO GERAL	1.094.000,00	1.109.000,00	239.796,29	499.224,35	223.074,16	375.618,29	1,46	33,87	733.381,71
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	90.000,00	90.000,00	14.146,00	16.296,00	14.146,00	16.296,00	0,06	18,10	73.704,00
DESPORTO COMUNITARIO	640.000,00	625.000,00	53.744,85	64.244,85	32.189,60	32.189,60	0,12	5,15	592.810,40
DESPORTO DE RENDIMENTO	15.000,00	15.000,00		14.457,11	13.650,00	14.457,11	0,05	96,38	542,89
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	17.000,00	17.000,00	1.140,00	1.140,00	1.140,00	1.140,00		6,70	15.860,00
LAZER	30.000,00	30.000,00	4.920,00	5.600,00	1.100,00	1.100,00		3,66	28.900,00
ENCARGOS ESPECIAIS									
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.000.000,00	1.930.000,00	163.875,89	851.170,16	301.032,25	569.538,07	2,22	29,50	1.360.461,93
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	250.000,00	250.000,00	-2.102,83	59.045,64		59.045,64	0,23	23,61	190.954,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	209.500,00	209.500,00							209.500,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 106.200.000,00	R$ 106.999.126,47	R$ 19.406.803,68	R$ 42.441.504,04	R$ 14.081.298,72	R$ 25.580.498,78	100,00	23,90	R$ 81.418.627,69

MAURO ANTONIO MANJABOSCO
Ordenador da Despesa

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Secretario de Economia e Planejamento

IVETE SANDI WENNING
Contadora

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:F93FF8FA

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO V - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á ABRIL 2014 / Bimestre MARCO-ABRIL

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1,00
Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2013 (a)	em 28/FEV/2014 (b)	em 30/ABR/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.613.904,81	1.510.429,11	1.420.726,12
DEDUÇÕES (II)	16.681.910,67	21.291.245,89	22.793.939,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.682.655,87	21.457.946,26	22.853.150,58
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	745,20	166.700,37	59.211,01
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-15.068.005,86	-19.780.816,78	-21.373.213,45
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	953.623,63	889.920,41	826.217,19
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-16.021.629,49	-20.670.737,19	-22.199.430,64
Resultado Nominal		Período de Referência	

	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-1.528.693,45	-6.177.801,15
Discriminação da Meta Fiscal		Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]		-214.557,96

Previdenciário

Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo em 31/DEZ/2013 (a)	Saldo em 28/FEV/2014 (b)	Saldo em 30/ABR/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
DEDUÇÕES (VIII)			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00
Fonte:			

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:A7912FB5

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO VII - DEM. RESTOS A PAGAR P PODER E ORGAO

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARCO-ABRIL

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V)											R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO		745,20		745,20		58.318,38	8.706.463,72	86.490,47	3.713.829,22	4.964.462,41	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	745,20	0,00	745,20	0,00	58.318,38	8.706.463,72	86.490,47	3.713.829,22	4.964.462,41	

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:1908AB6D

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO VIII - MANUTENCAO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL					
RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)					R$1,00
RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b%/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	14.110.695,00	14.110.695,00	3.091.905,10	4.555.925,34	32,29%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.323.620,00	4.323.620,00	1.440.541,86	1.586.691,05	36,70%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.750.000,00	3.750.000,00	1.432.941,90	1.433.479,02	38,23%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.370,00	4.370,00	0,00	16,84	0,39%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	517.500,00	517.500,00	148.242,72	274.271,77	53,00%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	51.750,00	51.750,00	29.853,99	49.425,93	95,51%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	(170.496,75)	(170.502,51)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.553.075,00	1.553.075,00	287.460,17	488.187,83	31,43%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.552.500,00	1.552.500,00	287.460,17	488.187,83	31,45%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	575,00	575,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.234.000,00	8.234.000,00	1.363.942,57	2.481.085,96	30,13%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.992.500,00	7.992.500,00	1.326.133,29	2.327.745,36	29,12%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	34.500,00	34.500,00	5.500,93	9.982,06	28,93%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	184.000,00	184.000,00	28.985,39	133.954,10	72,80%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	23.000,00	23.000,00	3.322,96	9.404,44	40,89%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	-39,50	-39,50	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	(39,50)	(39,50)	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	58.988.500,00	58.988.500,00	9.618.661,33	19.600.199,89	33,23%
2.1- Cota-Parte FPM	17.020.000,00	17.020.000,00	2.049.438,76	5.173.802,09	30,40%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.020.000,00	17.020.000,00	2.049.438,76	5.173.802,09	30,40%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	36.000.000,00	36.000.000,00	6.290.764,62	12.360.893,01	34,34%

2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	276.000,00	276.000,00	17.567,55	52.702,65	19,10%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	287.500,00	287.500,00	76.312,48	100.080,49	34,81%
2.5- Cota-Parte ITR	2.300.000,00	2.300.000,00	4.046,37	90.205,21	3,92%
2.6- Cota-Parte IPVA	3.105.000,00	3.105.000,00	1.180.531,55	1.822.516,44	58,70%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	73.099.195,00	73.099.195,00	12.710.566,43	24.156.125,23	33,05%
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b%/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	966.000,00	966.000,00	285.875,14	397.944,67	41,20%
5.1- Transferências do Salário-Educação	529.000,00	529.000,00	168.089,20	280.158,73	52,96%
5.2- Outras Transferências do FNDE	437.000,00	437.000,00	117.785,94	117.785,94	26,95%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS					
6.1- Transferência de Convênios					
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.541.860,00	2.541.860,00	668.178,86	3.893.245,18	153,17%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	3.507.860,00	3.507.860,00	954.054,00	4.291.189,85	122,33%
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b%/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.052.800,00	11.052.800,00	1.908.469,58	3.900.023,52	35,29%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.256.000,00	3.256.000,00	409.887,70	1.034.760,30	31,78%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	6.710.000,00	6.710.000,00	1.258.152,90	2.472.178,55	36,84%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	52.800,00	52.800,00	3.513,51	10.540,53	19,96%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	440.000,00	440.000,00	809,25	18.041,00	4,10%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	594.000,00	594.000,00	236.106,22	364.503,14	61,36%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.011.500,00	12.011.500,00	2.012.825,62	4.308.081,27	35,87%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.000.000,00	12.000.000,00	2.004.839,74	4.293.308,90	35,78%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	11.500,00	11.500,00	7.985,88	14.772,37	128,46%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	947.200,00	947.200,00	96.370,16	393.285,38	41,52%
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(f) = (e%/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.376.000,00	12.506.000,00	2.396.026,68	4.751.983,30	38,00%
13.1- Com Educação Infantil	3.752.000,00	3.752.000,00	724.698,79	1.481.000,44	39,47%
13.2- Com Ensino Fundamental	8.624.000,00	8.754.000,00	1.671.327,89	3.270.982,86	37,37%
14- OUTRAS DESPESAS	170.000,00	70.000,00			
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental	170.000,00	70.000,00			
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.546.000,00	12.576.000,00	2.396.026,68	4.751.983,30	37,79%
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					110,30
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					275,94
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2014[2]					275,94
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b%/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	18.274.798,75	18.274.798,75	3.177.641,61	6.039.031,31	33,05%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(f) = (e%/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.695.000,00	4.760.000,00	938.199,59	1.748.539,03	36,73%
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.752.000,00	3.752.000,00	724.698,79	1.481.000,44	39,47%
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	943.000,00	1.008.000,00	213.500,80	267.538,59	26,54%
24- ENSINO FUNDAMENTAL	15.128.000,00	15.719.526,47	2.470.290,73	4.304.265,23	27,38%
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.794.000,00	8.824.000,00	1.671.327,89	3.270.982,86	37,07%
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.334.000,00	6.895.526,47	798.962,84	1.033.282,37	14,98%
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	70.000,00	70.000,00	14.132,74	19.806,29	28,29%
28- OUTRAS	5.224.000,00	5.205.026,00	701.754,28	1.275.388,29	24,50%
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	25.117.000,00	25.754.552,47	4.124.377,34	7.347.998,84	28,53%
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					393.285,38
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					14.772,37
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					408.057,75
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.644.746,51
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,37
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(f) = (e%/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%

41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO(40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	25.117.000,00	25.754.552,47	4.124.377,34	7.347.998,84	28,53%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	275,94	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.293.308,90	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.751.983,30	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	14.772,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-443.626,09	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 Caput do art. 212 da CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

MAURO ANTONIO MANJABOSCO
Ordenador da Despesa

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Secretario de Economia e Planejamento

IVETE SANDI WENNING
Contadora

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:AD0BE0B2

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO XIII - DEMONST. PARCEIRAS PUBLICO PRIVADAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 - 2º Bimestre - Março/Abril

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS				
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2014)	2015	2016	2017	2018
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	87.005.501,11	96.433.645,93				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					
Nota:					

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

AURISMAR ZONATO
Sec.Economia e Planejamento

VALDILANE MARIA DE BRITO TASCA
Contadora CRC/MT 007977/P-4

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:CF6526E2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º QUADRIMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 04.214.704/0001-18			
Exercício: 2014			
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.			
CVA: 201405271723100010128 6			
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	4.903.968,99	0,00
2	Pessoal Ativo	4.788.830,19	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	115.138,80	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) =(6+7+8+9)	115.138,80	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	115.138,80	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.788.830,19	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		4.788.830,19
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		12.190.998,23
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) =(IV/V)*100		39,28
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		6.583.139,04
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) -(51,30%)		6.253.982,09
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		5.924.825,14
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir 27/05/2014 MURAL DA UG		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.			
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE			
Nota:			

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. de Finanças
CPF.: 918.960.881.04

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO										
CNPJ: 04.214.704/0001-18										
Exercício: 2014										
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014										
CVA: 201405271723100010128 6										
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO										
CAMPO	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.										
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE										
Nota:										

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. de Finanças
CPF.: 918.960.881.04

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 04.214.704/0001-18			
Exercício: 2014			
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014			
CVA: 201405271723100010128 6			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	0,00	0,00
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	0,00	0,00
4	Interna	0,00	0,00
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	3.753.387,56	4.745.419,07
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	3.806.619,70	4.745.419,07
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	53.232,14	0,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-3.753.387,56	-4.745.419,07
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.136.375,02	12.190.998,23
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-33,70	-38,93
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL -120%		14.629.197,88
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%		13.166.278,09
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	0,00	0,00
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	0,00	0,00
21	De Tributos	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	0,00	0,00
23	Previdenciárias	0,00	0,00
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		--

33	DEPÓSITOS	0,00	0,00
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	0,00
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
37	Passivo Atuarial	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	3.228.093,55	3.465.866,11
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	6.458,74	41.783,94
41	Investimentos	3.221.634,81	3.424.082,17
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	-3.228.093,55	-3.465.866,11

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE

Nota:

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. de Finanças
CPF.: 918.960.881.04

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT
012635/O-4

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 04.214.704/0001-18

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 201405271723100010128 6

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
1	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
CAMPO	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO											
3	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
CAMPO	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE

Nota:

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. de Finanças
CPF.: 918.960.881.04

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

TRAJETÓRIA DE AJUSTE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201405271723100010128 6

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO						
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE
Nota:

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. de Finanças
CPF.: 918.960.881.04

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL 2014
CVA: 201405271723100010128 6
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) — R$ 1,00

CAMPO	CONCEDIDAS GARANTIAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.136.375,02	12.190.998,23

9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL -(22%)	2.450.002,50	2.682.019,61
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	2.205.002,25	2.413.817,65
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 Até o 1º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :		
[1] Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.			
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE			
Nota:			

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. de Finanças
CPF.: 918.960.881.04

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 04.214.704/0001-18			
Exercício: 2014			
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.			
CVA: 20140527172310001012 86			
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) =(2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.190.998,23 -	
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III,			R$ 1,00

alínea "c")			
	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO		
39	FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.950.559,72	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	1.755.503,75	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	853.369,88	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE			
Nota:			

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. de Finanças
CPF.: 918.960.881.04

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 04.214.704/0001-18			
Exercício: 2014			
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014			
CVA: 201405271723100010128 6			
RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	4.788.830,19	39,28
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	6.583.139,04	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	6.253.982,09	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-4.745.419,07	-38,93
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.629.197,88	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.682.019,61	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	1.950.559,72	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	853.369,88	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE			
Nota:			

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. de Finanças
CPF.: 918.960.881.04

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:1BF892D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.770.000,00	12.770.000,00	1.960.895,52	15,36	4.478.498,50	35,07	8.291.501,50
2	RECEITAS CORRENTES	11.307.000,00	11.307.000,00	1.937.895,52	17,14	4.394.227,89	38,86	6.912.772,11
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	540.000,00	540.000,00	101.848,39	18,86	371.069,25	68,72	168.930,75
4	Impostos	490.000,00	490.000,00	91.911,26	18,76	356.078,78	72,67	133.921,22
5	Taxas	50.000,00	50.000,00	9.937,13	19,87	14.990,47	29,98	35.009,53
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	290.000,00	290.000,00	64.985,99	22,41	127.785,26	44,06	162.214,74
8	Contribuições Sociais	230.000,00	230.000,00	58.062,09	25,24	113.444,61	49,32	116.555,39
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	60.000,00	60.000,00	6.923,90	11,54	14.340,65	23,90	45.659,35
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	301.000,00	301.000,00	68.189,38	22,65	131.544,74	43,70	169.455,26
12	Receitas Imobiliárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	290.000,00	290.000,00	68.189,38	23,51	131.544,74	45,36	158.455,26
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	113.000,00	113.000,00	26.708,40	23,64	53.567,56	47,40	59.432,44
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.994.000,00	9.994.000,00	1.667.400,20	16,68	3.694.869,94	36,97	6.299.130,06
30	Transferências Intergovernamentais	9.724.000,00	9.724.000,00	1.584.927,51	16,30	3.576.520,45	36,78	6.147.479,55
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	260.000,00	260.000,00	82.472,69	31,72	118.349,49	45,52	141.650,51
35	Transferências para o Combate à Fome	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.000,00	69.000,00	8.763,16	12,70	15.391,14	22,31	53.608,86
37	Multas e Juros de Mora	25.000,00	25.000,00	3.817,62	15,27	5.635,17	22,54	19.364,83
38	Indenizações e Restituições	7.000,00	7.000,00	187,97	2,69	623,72	8,91	6.376,28
39	Receita da Dívida Ativa	27.000,00	27.000,00	4.728,81	17,51	8.249,89	30,56	18.750,11
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	28,76	0,29	882,36	8,82	9.117,64
42	RECEITAS DE CAPITAL	1.463.000,00	1.463.000,00	23.000,00	1,57	84.270,61	5,76	1.378.729,39
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.428.000,00	1.428.000,00	23.000,00	1,61	84.270,61	5,90	1.343.729,39
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	118.000,00	118.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.000,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	1.310.000,00	1.310.000,00	23.000,00	1,76	84.270,61	6,43	1.225.729,39
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	230.000,00	230.000,00	58.062,36	0,00	113.444,88	0,00	116.555,12
63	RPPS	230.000,00	230.000,00	58.062,36	25,24	113.444,88	49,32	116.555,12
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	13.000.000,00	13.000.000,00	2.018.957,88	15,53	4.591.943,38	35,32	8.408.056,62
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	13.000.000,00	13.000.000,00	2.018.957,88	15,53	4.591.943,38	35,32	8.408.056,62
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	--	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	13.000.000,00	13.000.000,00	2.018.957,88	15,53	4.591.943,38	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	374.388,81	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	374.388,81	-	-	0,00	-	-

77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.318.000,00	24.750,00	13.342.750,00	2.436.037,12	4.714.958,45	2.030.992,43	3.627.473,17	27,19	9.715.276,83
79	DESPESAS CORRENTES	11.309.830,00	89.734,41	11.399.564,41	2.152.008,96	4.334.452,96	1.827.515,94	3.327.519,35	29,19	8.072.045,06
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.794.000,00	-67.670,00	5.726.330,00	956.672,88	1.844.435,41	937.355,50	1.822.993,59	31,84	3.903.336,41
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.515.830,00	157.404,41	5.673.234,41	1.195.336,08	2.490.017,55	890.160,44	1.504.525,76	26,52	4.168.708,65
83	DESPESAS DE CAPITAL	1.732.300,00	-64.984,41	1.667.315,59	284.028,16	380.505,49	203.476,49	299.953,82	17,99	1.367.361,77
84	INVESTIMENTOS	1.732.300,00	-64.984,41	1.667.315,59	284.028,16	380.505,49	203.476,49	299.953,82	17,99	1.367.361,77
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	275.870,00	0,00	275.870,00 -	-	-	-	-	-	
88	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00 -	-	-	-	-	-	
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	297.000,00	3.000,00	300.000,00	41.392,75	142.056,02	51.092,27	103.257,93	36,74	177.742,07
90	RPPS	297.000,00	3.000,00	300.000,00	41.392,75	142.056,02	51.092,27	103.257,93	36,74	177.742,07
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	13.615.000,00	27.750,00	13.642.750,00	2.477.429,87	4.857.014,47	2.082.084,70	3.730.731,10	27,35	9.912.018,90
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	13.615.000,00	27.750,00	13.642.750,00	2.477.429,87	4.857.014,47	2.082.084,70	3.730.731,10	27,35	9.912.018,90
100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	861.212,28 -	-	
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	13.615.000,00	27.750,00	13.642.750,00	2.477.429,87	4.857.014,47	2.082.084,70	4.591.943,38	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DA PUBLICAÇÃO DATA	MEIO DA PUBLICAÇÃO(Diário Oficial, Edital, etc)
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	23/05/2014	MURA

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE

Nota:

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
SEC. DE FINANÇAS
CPF.: 918.960.881.04

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.000.000,00	13.027.750,00	2.477.429,87	4.857.014,47	2.082.084,70	3.730.731,10	100,00	28,64	9.297.018,90
2	00001	Legislativa	615.000,00	615.000,00	83.534,37	256.063,32	98.454,65	205.065,07	5,50	33,34	409.934,93
3	01031	Ação Legislativa	615.000,00	615.000,00	83.534,37	256.063,32	98.454,65	205.065,07	5,50	33,34	409.934,93
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	2.110.000,00	2.108.130,00	474.761,51	1.022.359,58	353.024,85	660.649,07	17,71	31,34	1.447.480,93
12	04121	Planejamento e Orçamento	60.000,00	60.000,00	9.400,00	17.540,00	9.400,00	17.540,00	0,47	29,23	42.460,00
13	04122	Administração Geral	1.300.000,00	1.324.000,00	410.080,08	713.710,04	240.835,78	458.021,70	12,28	34,59	865.978,30
14	04123	Administração Financeira	350.000,00	350.000,00	50.571,43	184.544,66	84.081,07	134.514,49	3,61	38,43	215.485,51
15	04124	Controle Interno	100.000,00	97.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.330,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	80.000,00	79.300,00	0,00	502,25	0,00	502,25	0,01	0,63	78.797,75
17	04126	Tecnologia da Informação	90.000,00	65.000,00	3.710,00	5.010,00	3.710,00	5.010,00	0,13	7,71	59.990,00

18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	1.000,00	19.048,63	1.270,00	17.968,63	0,48	35,94	32.031,37
23	04062	Defesa do Interesse Público no Processo	80.000,00	82.500,00	0,00	82.004,00	13.728,00	27.092,00	0,73	32,84	55.408,00
24	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	00006	Segurança Pública	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
29	06181	Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06182	Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	00008	Assistência Social	745.000,00	754.650,00	146.293,04	224.900,04	128.866,90	193.266,62	5,18	25,61	561.383,38
36	08241	Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
37	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	12.900,00	6.527,29	7.920,47	6.845,67	7.676,94	0,21	59,51	5.223,06
39	08244	Assistência Comunitária	725.000,00	731.750,00	139.765,75	216.979,57	122.021,23	185.589,68	4,97	25,36	546.160,32
40	00009	Previdência Social	713.000,00	713.000,00	41.392,75	142.056,02	51.092,27	103.257,93	2,77	14,48	609.742,07
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	713.000,00	713.000,00	41.392,75	142.056,02	51.092,27	103.257,93	2,77	14,48	609.742,07
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	00010	Saúde	2.560.000,00	2.560.000,00	534.633,37	986.485,71	429.393,73	766.887,21	20,56	29,96	1.793.112,79
46	10301	Atenção Básica	2.380.000,00	2.327.931,00	368.631,45	796.971,70	369.000,77	683.629,20	18,32	29,37	1.644.301,80
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	140.000,00	192.069,00	154.801,26	175.854,13	48.545,26	69.598,13	1,87	36,24	122.470,87
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	30.000,00	30.000,00	8.698,26	8.876,70	8.876,70	8.876,70	0,24	29,59	21.123,30
49	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	10305	Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	2.502,40	4.783,18	2.971,00	4.783,18	0,13	47,83	5.216,82
51	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	00011	Trabalho	127.700,00	127.700,00	0,00	50.000,00	16.325,47	35.865,17	0,96	28,09	91.834,83
53	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	127.700,00	127.700,00	0,00	50.000,00	16.325,47	35.865,17	0,96	28,09	91.834,83
54	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	00012	Educação	2.732.000,00	2.753.000,00	628.389,31	1.012.306,56	453.053,51	774.059,47	20,75	28,12	1.978.940,53
58	12361	Ensino Fundamental	2.102.000,00	2.071.000,00	406.650,73	728.331,55	348.523,15	607.292,68	16,28	29,32	1.463.707,32
59	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12364	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12365	Educação Infantil	470.000,00	472.000,00	95.543,68	152.211,07	74.335,46	131.002,85	3,51	27,75	340.997,15
63	12366	Educação de Jovens e Adultos	90.000,00	90.000,00	6.194,90	11.763,94	6.194,90	11.763,94	0,32	13,07	78.236,06
64	12367	Educação Especial	70.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	24.000,00	24.000,00	0,64	20,00	96.000,00
65	00013	Cultura	85.000,00	85.000,00	904,00	1.017,00	904,00	1.017,00	0,03	1,20	83.983,00
66	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	13392	Difusão Cultural	85.000,00	85.000,00	904,00	1.017,00	904,00	1.017,00	0,03	1,20	83.983,00
68	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	00015	Urbanismo	552.300,00	492.300,00	25.496,44	89.676,71	4.155,94	60.884,12	1,63	12,37	431.415,88
73	15451	Infra-Estrutura Urbana	442.300,00	382.300,00	0,00	54.180,27	0,00	54.180,27	1,45	14,17	328.119,73
74	15452	Serviços Urbanos	110.000,00	110.000,00	25.496,44	35.496,44	4.155,94	6.703,85	0,18	6,09	103.296,15
75	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00016	Habitação	75.000,00	93.100,00	18.055,00	18.055,00	18.055,00	18.055,00	0,48	19,39	75.045,00
77	16481	Habitação Rural	0,00	18.100,00	18.055,00	18.055,00	18.055,00	18.055,00	0,48	99,75	45,00
78	16482	Habitação Urbana	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
79	00017	Saneamento	250.000,00	250.700,00	80.217,40	162.603,48	55.424,44	115.657,11	3,10	46,13	135.042,89
80	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	17512	Saneamento Básico Urbano	250.000,00	250.700,00	80.217,40	162.603,48	55.424,44	115.657,11	3,10	46,13	135.042,89
82	00018	Gestão Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	18542	Controle Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	685.000,00	692.000,00	87.617,17	177.829,82	90.491,64	168.101,08	4,51	24,29	523.898,92
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	615.000,00	595.000,00	87.617,17	152.176,41	90.491,64	142.447,67	3,82	23,94	452.552,33
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
98	20606	Extensão Rural	50.000,00	77.000,00	0,00	25.653,41	0,00	25.653,41	0,69	33,32	51.346,59
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	100.000,00	138.000,00	85.531,00	103.294,63	85.531,00	103.294,63	2,77	74,85	34.705,37
104	22661	Promoção Industrial	100.000,00	138.000,00	85.531,00	103.294,63	85.531,00	103.294,63	2,77	74,85	34.705,37
105	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
110	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
115	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00025	Energia	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
121	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	00026	Transporte	1.280.000,00	1.275.170,00	250.891,64	568.658,05	275.246,37	487.514,68	13,07	38,23	787.655,32
124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	1.280.000,00	1.275.170,00	250.891,64	568.658,05	275.246,37	487.514,68	13,07	38,23	787.655,32
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	270.000,00	270.000,00	19.712,87	41.708,55	22.064,93	37.156,94	1,00	13,76	232.843,06
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	270.000,00	270.000,00	19.712,87	41.708,55	22.064,93	37.156,94	1,00	13,76	232.843,06
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
142		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172		TOTAL (III) = (I + II)	13.000.000,00	13.027.750,00	2.477.429,87	4.857.014,47	2.082.084,70	3.730.731,10	100,00	28,64	9.297.018,90
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.											
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE											
Nota:											

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
SEC. DE FINANÇAS
CPF.: 918.960.881.04

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: MAI/2013 a ABR/ 2014
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Maio 2013	Junho 2013	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	1.188.044,78	1.022.364,74	970.440,45	1.039.006,22	1.290.764,31	1.114.225,18	1.116.196,68
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	159.837,28	90.924,71	67.669,45	83.594,30	367.950,49	50.522,01	107.378,65
3	IPTU	21.690,22	16.015,99	815,46	1.113,02	568,32	711,74	235,98
4	ISS	5.092,02	6.586,97	53.182,98	68.853,44	120.525,70	12.867,64	5.692,48
5	ITBI	106.774,65	48.958,38	100,00	262,93	243.619,68	8.176,81	89.949,70
6	IRRF	14.616,58	12.650,79	12.039,92	12.040,60	1.509,71	27.894,68	11.162,47
7	Outras Receitas Tributárias	11.663,81	6.712,58	1.531,09	1.324,31	1.727,08	871,14	338,02
8	Receita de Contribuições	22.754,57	26.724,90	22.865,84	26.341,73	22.878,91	31.794,28	25.168,98
9	Receita Patrimonial	2.372,04	1.149,08	31.809,43	13.140,23	34.854,62	26.401,44	18.076,06
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	9.055,59	32.745,52	12.369,43	14.293,34	16.082,64	15.630,59	13.092,90
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	988.575,26	863.329,60	831.934,83	895.890,12	844.833,32	977.955,98	946.726,85
14	Cota-Parte do FPM	516.189,30	430.652,90	306.679,83	400.978,97	331.862,72	331.867,80	461.621,39
15	Cota-Parte do ICMS	207.366,31	192.927,99	264.902,21	235.718,62	193.588,03	269.817,33	217.383,22
16	Cota-Parte do IPVA	22.671,30	23.327,89	10.282,39	6.454,34	7.851,84	4.201,31	741,21
17	Cota-Parte do ITR	233,28	36,10	729,29	343,25	12.821,13	89.808,60	17.852,83
18	Transferências da LC 87/1996	1.338,20	1.338,20	1.338,20	1.338,20	1.338,20	1.338,20	1.338,20
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	136.894,70	115.883,60	135.240,88	131.139,77	109.740,71	145.347,69	125.415,00
21	Outras Transferências Correntes	103.882,17	99.162,92	112.762,03	119.916,97	187.630,69	135.575,05	122.375,00
22	Outras Receitas Correntes	5.450,04	7.490,93	3.791,47	5.746,50	4.164,33	11.920,88	5.753,24
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	168.819,64	149.006,21	136.122,99	147.739,61	129.299,98	163.690,86	161.298,81
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	19.260,09	19.349,67	19.336,68	18.772,99	19.807,68	24.284,30	21.511,51
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	149.559,55	129.656,54	116.786,31	128.966,62	109.492,30	139.406,56	139.787,30
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	1.019.225,14	873.358,53	834.317,46	891.266,61	1.161.464,33	950.534,32	954.897,87
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	1.351.222,89	1.583.677,80	1.213.785,33	1.003.136,23	1.258.720,88	14.151.585,49	13.012.000,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	37.515,22	189.035,04	80.185,62	28.008,17	73.840,22	1.336.461,16	540.000,00
30	IPTU	1.324,64	259,22	0,00	0,00	706,99	43.441,58	55.000,00
31	ISS	8.504,45	175.341,11	43.885,58	6.594,85	11.071,31	518.198,53	60.000,00
32	ITBI	2.706,00	1.196,87	19.902,98	6.658,41	44.414,70	572.721,11	200.000,00
33	IRRF	24.499,09	11.133,90	12.447,66	11.089,65	11.375,35	162.460,40	175.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	481,04	1.103,94	3.949,40	3.665,26	6.271,87	39.639,54	50.000,00
35	Receita de Contribuições	47.747,11	30.747,30	32.051,97	61.735,30	61.312,78	412.123,67	290.000,00
36	Receita Patrimonial	28.274,50	13.759,32	49.596,04	29.089,46	39.099,92	287.622,14	301.000,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	14.134,19	14.488,26	12.370,90	12.620,23	14.088,17	180.971,76	113.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	1.213.539,25	1.332.687,76	1.035.912,74	865.587,53	1.067.712,17	11.864.685,41	11.699.000,00
41	Cota-Parte do FPM	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	5.416.438,80	5.500.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	229.164,08	293.147,91	200.279,69	225.670,97	286.722,53	2.816.688,89	2.600.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	2.163,69	4.698,60	21.958,30	21.600,54	22.900,72	148.852,13	150.000,00
44	Cota-Parte do ITR	10.961,73	11.072,11	0,00	2.215,04	418,23	146.491,59	30.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	1.338,20	1.430,91	1.430,91	0,00	1.430,91	14.998,33	15.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	134.816,20	162.694,12	122.366,03	110.091,92	135.784,24	1.565.414,86	1.500.000,00
48	Outras Transferências Correntes	138.685,21	293.048,80	84.836,90	147.101,77	210.823,30	1.755.800,81	1.904.000,00
49	Outras Receitas Correntes	10.012,62	2.960,12	3.668,06	6.095,54	2.667,62	69.721,35	69.000,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	184.134,29	202.180,73	194.332,55	150.787,83	173.173,76	1.960.587,26	1.893.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	40.182,99	26.791,82	28.590,70	29.109,17	28.952,92	295.950,52	230.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	143.951,30	175.388,91	165.741,85	121.678,66	144.220,84	1.664.636,74	1.663.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	1.167.088,60	1.381.497,07	1.019.452,78	852.348,40	1.085.547,12	12.190.998,23	11.119.000,00
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE								
Nota:								

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
SEC. DE FINANÇAS
CPF.: 918.960.881.04

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO						
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	483.000,00	483.000,00	114.860,85	225.441,40	99.970,02
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	483.000,00	483.000,00	114.860,85	225.441,40	99.970,02
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	230.000,00	230.000,00	58.062,09	113.444,61	76.829,43
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	230.000,00	230.000,00	58.062,09	113.444,61	76.829,43
5	Ativo	228.000,00	228.000,00	58.062,09	113.444,61	76.829,43
6	Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	250.000,00	250.000,00	56.798,76	111.996,79	23.140,59
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	250.000,00	250.000,00	56.798,76	111.996,79	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	23.140,59
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	230.000,00	230.000,00	58.062,36	113.444,88	76.169,03
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	713.000,00	713.000,00	172.923,21	338.886,28	176.139,05
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	455.130,00	316.401,30	51.092,27	103.257,89	80.882,56
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	140.130,00	1.401,30	12.243,56	23.777,51	20.763,47
30	Despesas Correntes	140.130,00	1.401,30	12.243,56	23.777,51	20.763,47
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	315.000,00	315.000,00	38.848,71	79.480,38	60.119,09
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	315.000,00	315.000,00	38.848,71	79.480,38	60.119,09
34	Aposentadorias	100.000,00	100.000,00	10.928,77	21.654,77	20.134,04
35	Pensões	100.000,00	100.000,00	9.489,36	18.978,68	14.885,90
36	Outros Benefícios Previdenciários	115.000,00	115.000,00	18.430,58	38.846,93	25.099,15
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	455.130,00	316.401,30	51.092,27	103.257,89	80.882,56
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	257.870,00	396.598,70	121.830,94	235.628,39	95.256,49
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					P REVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor					225.870,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS			Em Mar/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
					Em. Abr/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA			0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO			39.689,52	41.783,94	6.458,74

59	INVESTIMENTOS			3.360.750,44	3.424.082,17	3.221.634,81
60	OUTROS BENS E DIREITOS			0,00	0,00	0,00
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	230.000,00	230.000,00	58.062,36	113.444,88	76.169,03
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	230.000,00	230.000,00	58.062,09	113.444,61	76.169,03
63	Patronal = (64+68)	230.000,00	230.000,00	58.062,09	113.444,61	76.169,03
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	230.000,00	230.000,00	58.062,09	113.444,61	76.169,03
65	Ativo	230.000,00	230.000,00	58.062,09	113.444,61	76.169,03
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,27	0,27	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	230.000,00	230.000,00	58.062,36	113.444,88	76.169,03
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLANO FINANCEIRO					
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor					0,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS			Em Mar/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
					Em. Abr/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA			0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO			0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS			0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS			0,00	0,00	0,00
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE						
Nota:						

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. De Finanças
CPF.: 918.960.881.04

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)	R$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 28/Fev/2014 (b)	Em. 30/Abr/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	3.806.619,70	1.359.751,85	1.288.993,06
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	3.806.619,70	1.377.829,23	1.288.993,06
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	18.077,38	0,00
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.806.619,70	-1.359.751,85	-1.288.993,06
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.806.619,70	-1.359.751,85	-1.288.993,06

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	70.758,79	2.517.626,64

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 28/Fev/2014	Em. 30/Abr/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	3.228.093,55	3.384.320,49	3.465.866,11
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	6.458,74	40.018,54	41.783,94
17	Investimentos	3.221.634,81	3.344.301,95	3.424.082,17
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-3.228.093,55	-3.384.320,49	-3.465.866,11
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-3.228.093,55	-3.384.320,49	-3.465.866,11

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE

Nota:

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. De Finanças
CPF.: 918.960.881.04

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	11.017.000,00	1.926.504,90	4.374.679,94	3.439.564,71
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	540.000,00	101.848,39	371.069,25	136.484,65
3	IPTU	55.000,00	706,99	966,21	1.017,65
4	ISS	60.000,00	17.666,16	236.893,05	16.206,09
5	ITBI	200.000,00	51.073,11	72.172,96	49.528,00
6	IRRF	175.000,00	22.465,00	46.046,56	57.676,61
7	Outras Receitas Tributárias	50.000,00	9.937,13	14.990,47	12.056,30
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	290.000,00	121.784,75	239.782,05	180.370,47
9	Receitas Previdenciárias	230.000,00	114.860,85	225.441,40	152.998,46
10	Outras Receitas de Contribuições	60.000,00	6.923,90	14.340,65	27.372,01
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	11.000,00	0,00	0,00	23.140,59
12	Receita Patrimonial	301.000,00	68.189,38	131.544,74	34.753,18
13	(-) Aplicações Financeiras	290.000,00	68.189,38	131.544,74	11.612,59
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	9.994.000,00	1.667.400,20	3.694.869,94	3.049.270,78
15	FPM	5.500.000,00	768.539,53	1.940.175,75	1.366.009,13
16	ICMS	2.600.000,00	512.393,50	1.005.821,10	687.167,61
17	Convênios	270.000,00	82.472,69	118.349,49	0,00
18	Outras Transferências Correntes	1.624.000,00	303.994,48	630.523,60	996.094,04
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	182.000,00	35.471,56	68.958,70	50.298,22
20	Dívida Ativa	27.000,00	4.728,81	8.249,89	7.990,61

21	Diversas Receitas Correntes	155.000,00	30.742,75	60.708,81	42.307,61
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	1.463.000,00	23.000,00	84.270,61	185.158,53
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	30.000,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	1.428.000,00	23.000,00	84.270,61	185.158,53
27	Convênios.	1.310.000,00	23.000,00	84.270,61	185.158,53
28	Outras Transferências de Capital	118.000,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	1.433.000,00	23.000,00	84.270,61	185.158,53
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	12.450.000,00	1.949.504,90	4.458.950,55	3.624.723,24
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	10.632.434,41	2.203.101,23	4.515.061,88	2.918.568,35
33	Pessoal e Encargos Sociais	5.377.330,00	986.032,23	1.950.366,09	1.599.712,56
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	5.255.104,41	1.217.069,00	2.564.695,79	1.318.855,79
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	10.632.434,41	2.203.101,23	4.515.061,88	2.918.568,35
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	1.632.315,59	284.028,16	380.505,49	328.356,98
38	Investimentos	1.632.315,59	284.028,16	380.505,49	328.356,98
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	1.632.315,59	284.028,16	380.505,49	328.356,98
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00 -	-	-	
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	12.314.750,00	2.487.129,39	4.895.567,37	3.246.925,33
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	135.250,00	-537.624,49	-436.616,82	377.797,91
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -	-		0,00	0,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-330.000,00
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE					
Nota:					

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. De Finanças
CPF.: 918.960.881.04

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL
DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	53.232,14	53.232,14	0,00	0,00	121.314,20	29.591,00	65.885,96	65.885,96	0,00	85.019,24
2	EXECUTIVO	0,00	53.232,14	53.232,14	0,00	0,00	121.314,20	29.591,00	65.885,96	65.885,96	0,00	85.019,24
3	PREFEITURA MUNICIPAL	0,00	53.232,14	53.232,14	0,00	0,00	121.314,20	29.591,00	65.885,96	65.885,96	0,00	85.019,24
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	TOTAL (III) = (I +II)	0,00	53.232,14	53.232,14	0,00	0,00	121.314,20	29.591,00	65.885,96	65.885,96	0,00	85.019,24
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE												
Nota:												

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. De Finanças
CPF.: 918.960.881.04

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)							R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO		SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS E 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)	
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)		0,00	0,00	0,00	0,00	
2	Direitos Futuros		0,00	0,00	0,00	0,00	
3	Ativos Contabilizados na SPE		0,00	0,00	0,00	0,00	
4	Contrapartida para Provisões de PPP		0,00	0,00	0,00	0,00	
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)		0,00	0,00	0,00	0,00	
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	
7	Contrapartida para Ativos da SPE		0,00	0,00	0,00	0,00	
8	Provisões de PPP		0,00	0,00	0,00	0,00	
9	GARANTIAS DE PPP (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)		0,00	0,00	0,00	0,00	
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)		0,00	0,00	0,00	0,00	
12	Contraprestações Futuras		0,00	0,00	0,00	0,00	
13	Riscos Não Provisionados		0,00	0,00	0,00	0,00	
14	Outros Passivos Contingentes		0,00	0,00	0,00	0,00	
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)		0,00	0,00	0,00	0,00	
16	Serviços Futuros		0,00	0,00	0,00	0,00	
17	Outros Ativos Contingentes		0,00	0,00	0,00	0,00	
CAMPO	DESPESAS DE PPP		2013	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)		11.136.375,02	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)		0,00	0,00	0,00		0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023	
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE							
Nota:							

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Sec. De Finanças
CPF.: 918.960.881.04

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: NOVA SANTA HELENA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.214.704/0001-18
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201405270921390050246 2

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)					R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS			-	-
2	Previsão Inicial			-	13.000.000,00
3	Previsão Atualizada			-	13.000.000,00
4	Receitas Realizadas			2.018.957,88	4.591.943,38
5	Déficit Orçamentário			-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			-	0,00
7	DESPESAS			-	-
8	Dotação Inicial			-	13.615.000,00
9	Créditos Adicionais			-	27.750,00
10	Dotação Atualizada			-	13.642.750,00
11	Despesas Empenhadas			2.477.429,87	4.857.014,47
12	Despesas Liquidadas			2.082.084,70	3.730.731,10
13	Superávit Orçamentário			-	861.212,28
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas			2.477.429,87	4.857.014,47
15	Despesas Liquidadas			2.082.084,70	3.730.731,10
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida				12.190.998,23
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social			-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)			-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores			-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO			-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)			172.923,21	338.886,28
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)			51.092,27	103.257,89
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)			121.830,94	235.628,39
26	PLANO FINANCEIRO			-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)			0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)			0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)			0,00	0,00
CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal		0,00	2.517.626,64	0,00
31	Resultado Primário		-330.000,00	-436.616,82	132,31
CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	53.232,14	0,00	53.232,14	0,00
33	Poder Executivo	53.232,14	0,00	53.232,14	0,00
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	150.905,20	0,00	65.885,96	85.019,24
36	Poder Executivo.	150.905,20	0,00	65.885,96	85.019,24
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	204.137,34	0,00	119.118,10	85.019,24

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	917.841,43	25%	26,86
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	323.170,99	60%	60,87
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00
CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito		-	-
44	Despesa de Capital Líquida		-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-
CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre no Exercício	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar Até o Bimestre	% Aplicado
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	766.887,21	15,00	15,72
CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)			0,00

[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 2º BIMESTRE

Nota:

NOVA SANTA HELENA, 27/05/2014

DORIVAL LORCA
Prefeito
CPF.: 363.046.381-91

ELIDIANA PIRES DE OLIVEIRA
Contadora
CRC.: MT 012635/O-4

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
SEC. DE FINANÇAS
CPF.: 918.960.881.04

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:26514ACF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

DIVISAO DE PESSOAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2014

DECRETO N.º 2.371, DE 29 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 005/2014, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **decreta**:

Art. 1º Homologar em todos os seus termos o **Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 005/2014**, de acordo com Relatório Final emitido pela Comissão Organizadora.

Art. 2º Os candidatos aprovados no ***Processo Seletivo Simplificado n.º 005/2014***, são os constantes da relação em anexo, que ficam fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do prefeito Municipal, Nova Xavantina, 29 de maio de 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

ANEXO I

RESULTADO FINAL

CARGO: PROFESSOR 6º AO 9º ANO – ZONA RURAL

ORD	INSC.	NOME	RG	NOTA PROVA	NOTA TÍTULO	NOTA FINAL	RESULTADO
01	023	Fernando Pereira dos Santos	2267816-6 SSP-MT	62,50	5,00	67,50	Aprovado
02	002	Rosilaine Ribeiro da Costa Terebinto	17918715-5 SSP MT	57,50	9,00	66,50	Aprovado
03	029	Arisneide Simone Alves Damasceno	8.655.411 PCJD-MG	57,50	5,00	62,50	Classificado
04	013	Paola Pereira dos Santos	2160627-7 SSP-MT	55,00	5,00	60,00	Classificado
05	015	Arlene Barbosa Ferreira Zampieri	1502554-3 SSP-MT	57,50	2,50	60,00	Classificado
06	017	Sandra de Melo Lourenço	923490 SSP-MT	55,00	4,50	59,50	Classificado
07	028	Maria Gleide Alves Damasceno	4.189.182 PCJD-MG	45,00	0,00	45,00	Desclassificado
08	012	Jesiane Pinele de Lima	1656212-7 SSP-MT	40,00	0,00	40,00	Desclassificado
09	026	Maria Aparecida Felizardo Galvão	972.257 SSP-MT	40,00	0,00	40,00	Desclassificado
10	003	Tacila Zuchetto	1868917-5 SSP-MT	37,00	0,00	37,00	Desclassificado
11	001	Franciela Inacio Ferreira	5104386 SSP-GO	32,50	0,00	32,50	Desclassificado
12	019	Edigelcio de Araujo Oliveira	001077965 SSP-MS	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	Desclassificado
13	024	Lorrana Martins Bertoluci	2036156-4 SSP-MT	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	Desclassificado
14	005	Luana Camila Silva Gonçalves Caixeta	15929225 SSP-MG	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

ORD	INSC.	NOME	RG	NOTA PROVA	NOTA TÍTULO	NOTA FINAL	RESULTADO
01	011	Idemaura Aparecida Martins Primo	2.411.421 SSP-GO	60,00	4,00	64,00	Aprovada
02	008	Waldirene Terezinha de Melo	3941895 2° VIA DGPC-GO	57,50	4,92	62,42	Aprovada
03	014	Jovita Silva Rosa	2164028-9 SSP-MT	50,00	3,67	53,67	Aprovada
04	016	Kattya Regina Marques Alves	2666433/2 VIA DGPC-GO	45,00	0,00	45,00	Desclassificada
05	010	Maria Regina Vieira	5.267.865 SSP-SP	42,50	0,00	42,50	Desclassificado
06	006	Haydee Moyses	1254669-0 SSP-MT	45,00	0,00	45,00	Desclassificado
07	004	Indiamara Garai	7526859-9 SSP-PR	35,00	0,00	35,00	Desclassificado
08	009	Cristiane Maria dos Santos	1315655-1 SSP-MT	0,00	0,00	0,00	Desclassificada

09	007	Edilene Ferreira Fonseca	1473699-3 SSP-MT	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	Desclassificado
10	027	Edna Selma da Silva	3565450-9086730 SSP - GO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	Desclassificado
11	020	Elivaine Fernandes de Almeida Farias	2632232-3 SSP-MT	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	Desclassificado
12	018	Iracy Matos de Andrade	0695519-3 SSP-MT	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	Desclassificado
13	021	Júnia Viviane de Sousa	2.095.898 SSP-GO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	Desclassificado

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MOTORISTA

ORD	INSC.	NOME	RG	NOTA PROVA	RESULTADO
01	025	Osvaldo Candido Manoel Junior	7.553.013 3°VIA SSP-MG	60,00	Aprovado
02	022	José Dama de Oliveira Filho	888.782 SSP-MT	AUSENTE	Desclassificado

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:9FB320FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
BALANCO ORÇAMENTÁRIO JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRENOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Dez 2013 (c)	(c%/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	52.925.000,00	53.220.250,00	6.312.443,45	11,86	34.233.800,69	64,32	18.986.449,31
1.0.0.0.00.00- RECEITAS CORRENTES	35.010.000,00	35.050.250,00	6.208.411,45	17,71	31.963.745,40	91,19	3.086.504,60
1.1.0.0.00.00- RECEITA TRIBUTÁRIA	3.123.243,00	3.123.243,00	534.808,78	17,12	3.602.095,92	115,33	-478.852,92
1.1.1.0.00.00- Impostos	2.830.993,00	2.830.993,00	508.257,58	17,95	3.349.170,18	118,30	-518.177,18
1.1.2.0.00.00- Taxas	292.250,00	292.250,00	26.551,20	9,09	252.925,74	86,54	39.324,26
1.1.3.0.00.00- Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.834.500,00	2.834.500,00	442.437,83	15,61	2.096.272,61	73,96	738.227,39
1.2.1.0.00.00- Contribuições Sociais	1.972.000,00	1.972.000,00	246.780,36	12,51	1.107.979,32	56,19	864.020,68
1.2.2.0.00.00- Contribuições Econômicas	862.500,00	862.500,00	195.657,47	22,68	988.293,29	114,58	-125.793,29
1.3.0.0.00.00- RECEITA PATRIMONIAL	2.478.250,00	2.518.500,00	191.082,01	7,59	833.873,96	33,11	1.684.626,04
1.3.1.0.00.00- Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00- Receitas De Valores Mobiliários	304.750,00	304.750,00	26.700,50	8,76	151.341,03	49,66	153.408,97
1.3.3.0.00.00- Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00- Outras Receitas Patrimoniais	0,00	5.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.750,00
1.4.0.0.00.00- RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00- Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00- Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00- Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00- RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00- Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00- Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00- Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00- RECEITA DE SERVIÇOS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	1.251,56	31,29	2.748,44
1.7.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.885.507,00	25.885.507,00	4.871.316,78	18,82	24.757.879,05	95,64	1.127.627,95
1.7.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	24.918.507,00	24.918.507,00	4.736.148,26	19,01	24.141.099,75	96,88	777.407,25
1.7.3.0.00.00- Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00- Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00- Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00- Transferências De Convênios	967.000,00	967.000,00	135.168,52	13,98	616.779,30	63,78	350.220,70
1.7.7.0.00.00- Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	684.500,00	684.500,00	168.766,05	24,66	672.372,30	98,23	12.127,70
1.9.1.0.00.00- Multas E Juros De Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00- Indenizações E Restituições	11.500,00	11.500,00	27.663,36	240,55	29.263,36	254,46	-17.763,36
1.9.3.0.00.00- Receita Da Dívida Ativa	613.000,00	613.000,00	120.469,67	19,65	592.291,05	96,62	20.708,95
1.9.9.0.00.00- Receitas Correntes Diversas	60.000,00	60.000,00	20.633,02	34,39	50.817,89	84,70	9.182,11
2.0.0.0.00.00- RECEITAS DE CAPITAL	17.915.000,00	18.170.000,00	104.032,00	0,57	2.270.055,29	12,49	15.899.944,71
2.1.0.0.00.00- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00- Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00- Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00- ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	255.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00
2.2.1.0.00.00- Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00- Alienação De Bens Imóveis	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
2.3.0.0.00.00- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00- Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.915.000,00	17.915.000,00	104.032,00	0,58	2.270.055,29	12,67	15.644.944,71
2.4.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	42.352,52	0,00	-42.352,52
2.4.3.0.00.00- Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00- Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00- Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00- Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00- Transferências De Convênios	17.915.000,00	17.915.000,00	104.032,00	0,58	2.227.702,77	12,43	15.687.297,23
2.4.8.0.00.00- Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00- Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00- Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00- Receitada dívida ativa proveniente da amortização 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00- Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00- Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	3.820.000,00	3.820.000,00	345.072,25	9,03	1.588.864,02	41,59	2.231.135,98

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.745.000,00	57.040.250,00	6.657.515,70	11,67	35.822.664,71	62,80	21.217.585,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	56.745.000,00	57.040.250,00	6.657.515,70	11,67	35.822.664,71	62,80	21.217.585,29
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	56.745.000,00	57.040.250,00	6.657.515,70	11,67	35.822.664,71	62,80	21.217.585,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	35.600.996,90	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	No Bimestre (f)	Jan a Dez 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	51.159.700,00	-79.000,00	51.080.700,00	2.945.842,16	33.130.583,37	5.187.126,19	32.970.102,64	64,55	18.110.597,36
DESPESAS CORRENTES	26.215.800,00	11.310.714,78	37.526.514,78	3.070.794,45	29.402.596,75	4.526.813,64	29.270.475,96	78,00	8.256.038,82
Pessoal e Encargos Sociais	14.003.300,00	5.276.589,93	19.279.889,93	2.679.752,94	16.586.629,51	2.778.940,48	16.586.764,51	86,03	2.693.125,42
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.212.500,00	6.034.124,85	18.246.624,85	391.041,51	12.815.967,24	1.747.873,16	12.683.711,45	69,51	5.562.913,40
DESPESAS DE CAPITAL	20.344.900,00	-9.509.714,78	10.835.185,22	-124.952,29	3.727.986,62	660.312,55	3.699.626,68	34,14	7.135.558,54
Investimentos	19.944.900,00	-10.501.214,78	9.443.685,22	-160.248,12	3.232.371,51	581.706,70	3.232.371,51	34,23	6.211.313,71
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizaçãoda Dívida	400.000,00	991.500,00	1.391.500,00	35.295,83	495.615,11	78.605,85	467.255,17	33,58	924.244,83
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.430.000,00	-1.860.000,00	-430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-430.000,00
RESERVA DO RPPS	3.169.000,00	-20.000,00	3.149.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.149.000,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.840.300,00	79.000,00	1.919.300,00	190.711,34	1.263.146,20	190.711,34	1.263.146,20	65,81	656.153,80
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	53.000.000,00	0,00	53.000.000,00	3.136.553,50	34.393.729,57	5.377.837,53	34.233.248,84	64,59	18.766.751,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização daDívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização daDívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTALCOM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	53.000.000,00	0,00	53.000.000,00	3.136.553,50	34.393.729,57	5.377.837,53	34.233.248,84	64,59	18.766.751,16
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	1.589.415,87	-	-
TOTAL(XIV) = (XII + XIII)	53.000.000,00	0,00	53.000.000,00	3.136.553,50	34.393.729,57	5.377.837,53	35.822.664,71	67,59	17.177.335,29
FONTE:									

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:25ACC02B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
DEM DESPESA POR FUNCAO E SUB FUNCAO JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II									LRF-Cidadão - 9.31 - 31/01/14
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	58.500.000,00	53.000.000,00	3.136.548,50	34.393.724,57	5.377.837,53	34.233.248,84	100,00	64,59	18.766.751,16
LEGISLATIVA	3.000.000,00	1.500.000,00	261.696,37	1.454.244,55	282.065,49	1.454.244,55	4,25	96,95	45.755,45
Ação Legislativa	3.000.000,00	1.500.000,00	261.696,37	1.454.244,55	282.065,49	1.454.244,55	4,25	96,95	45.755,45
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.063.000,00	4.290.624,85	124.365,58	4.609.383,95	647.747,15	4.561.528,52	13,32	106,31	-270.903,67
Planejamento e Orçamento	1.363.000,00	1.450.624,85	107.514,30	1.383.568,64	214.992,72	1.335.570,12	3,90	92,07	115.054,73
Administração Geral	2.160.500,00	2.255.500,00	204.417,38	2.294.494,67	346.258,88	2.294.637,76	6,70	101,74	-39.137,76
Administração de Receitas	509.500,00	554.500,00	58.007,66	610.938,66	86.495,55	610.938,66	1,78	110,18	-56.438,66
Comunicação Social	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	-245.573,76	320.381,98	0,00	320.381,98	0,94	0,00	-320.381,98
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.978.600,00	2.015.600,00	130.929,28	1.009.858,82	165.950,66	1.009.858,82	2,95	50,10	1.005.741,18
Assistência ao Idoso	241.100,00	243.100,00	22.243,89	150.397,38	22.243,89	150.397,38	0,44	61,87	92.702,62
Assistência ao Portador de Deficiência	38.400,00	38.400,00	-4.100,00	45.100,00	8.200,00	45.100,00	0,13	117,45	-6.700,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Assistência Comunitária	1.649.100,00	1.684.100,00	112.785,39	814.361,44	135.506,77	814.361,44	2,38	48,36	869.738,56
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.000.000,00	4.000.000,00	186.794,67	1.314.031,32	207.978,98	1.314.036,32	3,84	32,85	2.685.963,68
Administração Geral	6.714.000,00	2.907.000,00	8.698,37	347.958,15	29.882,68	347.963,15	1,02	11,97	2.559.036,85
Previdência do Regime Estatutário	1.286.000,00	1.093.000,00	178.096,30	966.073,17	178.096,30	966.073,17	2,82	88,39	126.926,83
SAÚDE	9.802.000,00	10.277.000,00	1.241.935,22	10.158.462,10	1.545.088,42	10.095.057,87	29,49	98,23	181.942,13
Atenção Básica	5.461.000,00	5.601.000,00	579.012,84	4.081.831,37	722.536,63	4.081.081,65	11,92	72,86	1.519.918,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.841.000,00	4.156.000,00	614.039,30	5.778.936,49	773.643,71	5.716.281,98	16,70	137,54	-1.560.281,98
Suporte Profilático e Terapêutico	141.000,00	141.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.000,00
Vigilância Sanitária	246.300,00	266.300,00	48.883,08	296.524,74	48.908,08	296.524,74	0,87	111,35	-30.224,74
Vigilância Epidemiológica	54.000,00	54.000,00	0,00	645,00	0,00	645,00	0,00	1,19	53.355,00

Alimentação e Nutrição	58.700,00	58.700,00	0,00	524,50	0,00	524,50	0,00	0,89	58.175,50
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	10.345.900,00	9.547.275,15	961.466,79	7.160.677,84	1.251.847,46	7.141.199,08	20,86	74,80	2.406.076,07
Alimentação e Nutrição	165.000,00	165.000,00	34.046,39	98.349,31	34.046,39	98.349,31	0,29	59,61	66.650,69
Ensino Fundamental	7.148.900,00	6.456.275,15	697.656,51	5.533.091,63	974.033,07	5.513.970,44	16,11	85,40	942.304,71
Ensino Superior	575.000,00	579.000,00	35.592,65	258.000,64	46.132,65	257.643,07	0,75	44,50	321.356,93
Educação Infantil	2.285.000,00	2.175.000,00	183.475,26	1.210.036,62	186.939,37	1.210.036,62	3,53	55,63	964.963,38
Educação Especial	72.000,00	72.000,00	10.695,98	61.199,64	10.695,98	61.199,64	0,18	85,00	10.800,36
Desenvolvimento Científico	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
CULTURA	688.300,00	688.300,00	179,08	264.386,17	6.898,08	264.188,17	0,77	38,38	424.111,83
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Difusão Cultural	638.300,00	638.300,00	179,08	264.386,17	6.898,08	264.188,17	0,77	41,39	374.111,83
DIREITOS DA CIDADANIA	208.500,00	213.500,00	9.490,97	63.142,73	11.054,47	63.197,73	0,18	29,60	150.302,27
Assistência à Criança e ao Adolescente	208.500,00	213.500,00	9.490,97	63.142,73	11.054,47	63.197,73	0,18	29,60	150.302,27
URBANISMO	9.118.000,00	9.007.000,00	-23.529,77	2.389.670,63	374.475,43	2.389.670,63	6,98	26,53	6.617.329,37
Infra-estrutura Urbana	5.100.000,00	4.929.000,00	-662,24	607.319,54	86.981,55	607.319,54	1,77	12,32	4.321.680,46
Serviços Urbanos	1.518.000,00	1.578.000,00	180.374,44	1.208.303,85	187.565,49	1.208.303,85	3,53	76,57	369.696,15
Turismo	2.500.000,00	2.500.000,00	-203.241,97	574.047,24	99.928,39	574.047,24	1,68	22,96	1.925.952,76
HABITAÇÃO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Habitação Urbana	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	4.000,00	4.000,00	0,00	1.030,00	0,00	1.030,00	0,00	25,75	2.970,00
Extensão Rural	4.000,00	4.000,00	0,00	1.030,00	0,00	1.030,00	0,00	25,75	2.970,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.906.500,00	2.921.500,00	41.244,36	1.390.633,11	99.673,15	1.390.153,11	4,06	47,58	1.531.346,89
Administração Geral	66.500,00	66.500,00	10.329,17	65.854,08	10.666,67	65.854,08	0,19	99,03	645,92
Promoção Comercial	57.000,00	57.000,00	-8.043,05	30.956,95	4.760,92	30.956,95	0,09	54,31	26.043,05
Turismo	2.783.000,00	2.798.000,00	38.958,24	1.293.822,08	84.245,56	1.293.342,08	3,78	46,22	1.504.657,92
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	4.234.200,00	4.334.200,00	141.926,99	3.560.144,58	655.837,87	3.559.385,21	10,40	82,12	774.814,79
Administração Geral	2.984.200,00	3.084.200,00	141.926,99	2.876.845,00	403.837,87	2.876.085,63	8,40	93,25	208.114,37
Infra-estrutura Urbana	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
Transporte Rodoviário	900.000,00	900.000,00	0,00	683.299,58	252.000,00	683.299,58	2,00	75,92	216.700,42
DESPORTO E LAZER	1.166.000,00	1.166.000,00	46.229,02	333.844,30	49.558,02	333.844,30	0,98	28,63	832.155,70
Desporto de Rendimento	839.000,00	839.000,00	39.313,02	295.635,48	42.642,02	295.635,48	0,86	35,24	543.364,52
Desporto Comunitário	327.000,00	327.000,00	6.916,00	38.208,82	6.916,00	38.208,82	0,11	11,68	288.791,18
ENCARGOS ESPECIAIS	555.000,00	605.000,00	13.819,94	684.214,47	79.662,35	655.854,53	1,92	108,41	-50.854,53
Refinanciamento da Dívida Interna	545.000,00	595.000,00	13.819,94	684.214,47	79.662,35	655.854,53	1,92	110,23	-60.854,53
Serviço da Dívida Interna	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.430.000,00	1.430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.430.000,00
Reserva de Contingência	1.430.000,00	1.430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.430.000,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	58.500.000,00	53.000.000,00	3.136.548,50	34.393.724,57	5.377.837,53	34.233.248,84	99,9998	64,591	18.766.751,16
FONTE:									

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:6CD5A15A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
RESTOS A PAGAR JAN A DEZ 2013

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS APAGAR POR PODEREÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 31/01/14

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	APagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	APagar
	Exercícios Anteriores	2012							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	145.645,86	35,55	145.610,31	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
EXECUTIVO	0,00	145.645,86	35,55	145.610,31	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
Administração Direta	0,00	145.645,86	35,55	145.610,31	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	19.997,22	0,00	19.997,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	125.648,64	35,55	125.613,09	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	145.645,86	35,55	145.610,31	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
FONTE:									

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:6CC10FCE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR N° 007/2014 DO CONCURSO PUBLICO N° 001/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ
PRAÇA DA MATRIZ, Nº 344, CENTRO, POCONÉ/MT, CEP. 78.175-000, FONE (65) 3345-1519
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007
O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Poconé – MT, nos termos dos itens 9.8 e 9.10.1 do Edital de Abertura
nº 001/2014, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,
Considerando a apreciação dos recursos oferecidos quanto à divulgação do gabarito preliminar pela Banca Examinadora,
RESOLVE:
I – Divulgar o resultado do julgamento dos recursos apresentados pelos candidatos, conforme segue abaixo:

ENSINO SUPERIOR				
Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Yann Diego Souza Timotheo de Almeida - 00127 Viviean Louyse Leite Albuquerque - 00080	Advogado	20	Os candidatos solicitam anulação da questão, legando que a mesma não possui lternativa a ser assinalada pois todas as opções são causas justificadoras da inexecução de um contrato administrativo.	Recurso sem provimento. Em suas argumentações os candidatos alegam que álea econômica extraordinária seria uma causa justificadora da inexecução de um contrato administrativo. Deste modo, passamos a fundamentar: Primeiramente é salutar transcrevermos o significado da palavra álea: Álea é um termo jurídico que significa literalmente a possibilidade de prejuízo simultaneamente à de lucro - ou, em outras palavras, risco (HOUAISS, verbete "álea"). Assim sendo, álea econômica extraordinária ensejaria a possibilidade de reequilíbrio econômico de contrato administrativo e não de inexecução de contrato, conforme jurisprudência abaixo: CONTRATO ADMINISTRATIVO. QUEBRA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO - ALÉA EXTRAORDINÁRIA SUPORTADA PELA ADMIISTRAÇÃO. RETARDAMENTO DA OBRA - PREÇO PAGO QUE NÃO CORRESPONDE AO VALOR DO EMPREENDIMENTO.CORREÇÃO MONETÁRIA. - O pagamento de correção monetária em decorrência de valor pago que não se identifica com o verdadeiro empreendimento contratado e realizado é inarredável e traduz forma lícita e justa de alcançar o equilíbrio financeiro do contrato. (TRF-4 - AC: 55368 PR 96.04.55368-2, Relator: JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, Data de Julgamento: 17/05/2006, QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 26/07/2006 PÁGINA: 865) Assim, de modo que a questão trazia como opções corre as, ou seja, que ensejariam causas justificadoras da inexecução de um contrato, que poderia ser alegada pela contratada para ausência de aplicação de sanções as que seguem: 1. fato da administração; 2. fato do príncipe; 3. caso fortuito e de força maior. A única incorreta, ou seja, que não ensejaria a inexecução do contrato era a alternativa "D" - álea econômica extraordinária. Portanto, gabarito mantido.
Yann Diego Souza Timotheo de Almeida - 00127 Elis Karem Cerutti - 00298	Advogado	25	Alegam os candidatos que a alternativa correta seria a Letra "D" e não a "C" como consta no gabarito preliminar, pois não há alternativa correta.	Recurso com provimento. Assiste razão aos candidatos. Houve um erro de digitação no gabarito preliminar e constou a alternativa "C" como correta, quando deveria ter constado a alternativa "D". Portanto, gabarito alterado para alternativa "D".
Yann Diego Souza Timotheo de Almeida - 00127	Advogado	32	Alega o candidato que o gabarito preliminar deve ser alterado da Alternativa "A" para alternativa "B".	Recurso sem provimento. Em sua argumentação o candidato questiona a veracidade do item III, qual seja: III - As normas constitucionais de eficácia limitada não são autoaplicáveis, dependendo plenamente de ato infraconstitucional posterior para inteira aplicabilidade. Passamos a demonstrar e fundamentar: As normas constitucionais de eficácia limitada são normas cuja aplicabilidade é mediata, indireta e reduzida. Dependem da emissão de uma normatividade futura, em que o legislador, integrando-lhes a eficácia mediante lei, dê-lhes capacidade de execução dos interesses visados. Nas palavras do professor Marcelo Novelino: "salvo na hipótese de recepcionar uma legislação precedente, não possuem eficácia positiva desde sua entrada em vigor, mas são dotadas de eficácia negativa, ab-rogando a legislação anterior incompatível e impedindo a edição de normas em sentido oposto. São espécies das normas de eficácia limitada a norma de princípio institutivo e a norma de princípio programático. Fonte: Novelino, Marcelo. Direito Constitucional. São Paulo: Editora Método, 2009, 3ª ed. p. 68. Portanto, recurso improvido, gabarito mantido.

ENSINO MÉDIO				
Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Lidenilson Francisco de Oliveira - 00044	Assistente Administrativo	12	Alega o candidato que o jogo de sinais não corresponde ao resultado do gabarito oficial por que não tem como fazer os jogos de sinais sendo que -8,35 esta no nível do mar se estivesse acima seria o sinal positivo, portanto o resultado teria que ser - 6,87 não + 6,87, pois o valor de -8,35 tem que subtrair com -1,48.	Recurso sem provimento. Ao resolver situações problemas que envolvem operações com números inteiros é necessário entender o que é solicitado. Distância é o espaço percorrido, sendo impossível existir espaço, comprimento, área, volume etc. com valor negativo, portanto, quando se trata de distancia deve-se considerar o valor absoluto do número. Matematicamente temos: Distancia final – distancia inicial (- 1,48) – (- 8,35) - 1,48 + 8,35 = 6,87 Portanto o gabarito está correto, não havendo alterações.

Graciele Cecilia da Silva Santos - 00106	Assistente Administrativo	22	Com base em informações históricas sobre o processo de colonização do município, o candidato afirma que todas as alternativas da questão nº 22 estão incorretas. O candidato argumenta que o processo de ocupação da região de Poconé se deu em 1777, através de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador da Capitania.	Recursos com provimento. A questão foi anulada por erro de digitação/formulação da pergunta. Na alternativa da letra "C" deveria constar o ano de 1777 e não 1977. Na década de 1970 foram colonizados os municípios na região Norte do estado, Poconé faz parte da colonização pioneira.

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos na esfera administrativa nos termos do Edital de Abertura nº 001/2014.

Poconé, em 27 de maio de 2014.

GONÇALO DE CAMPOS CURADO
Presidente da Câmara Municipal

BENEDITO NORBERTO DA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2014

Publicado por:
Haroldo Gonçalves do Prado
Código Identificador:2B284FDA

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR N° 008/2014 DO CONCURSO PUBLICO N° 001/2014

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008
DIVULGA GABARITO OFICIAL
O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Poconé – MT, nos termos dos itens 9.8 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2014, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,
RESOLVE:
I – Divulgar o gabarito oficial das provas do Concurso Público n° 001/2014, conforme anexo único que integra este Edital Complementar;
II – Informar que o referido gabarito se encontra à disposição dos interessados no site www.acpi.com.br

Poconé – MT, 27 de Maio de 2014.

GONÇALO DE CAMPOS CURADO
Presidente da Câmara Municipal

BENEDITO NORBERTO DA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público Nº 001/2014

NÍVEL SUPERIOR																			
CARGO: 001 – CONTADOR																			
LÍNGUA PORTUGUESA										DIREITO ADMINISTRATIVO									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	B	C	D	D	B	A	C	B	A	D	B	C	D	A	C	C	B	D
DIREITO TRIBUTÁRIO										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	D	D	B	C	D	B	A	A	C	D	A	B	B	A	C	D	B
CARGO: 002 – ADVOGADO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										DIREITO ADMINISTRATIVO									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	B	C	D	D	B	A	C	B	A	D	B	C	D	A	C	C	B	D
DIREITO TRIBUTÁRIO										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	D	D	B	C	D	B	A	B	A	D	C	D	B	B	A	D	C
NÍVEL MÉDIO																			
CARGO: 003 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	D	C	B	A	A	D	C	D	C	A	B	D	C	B	D	A	B
CONHECIMENTOS GERAIS										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	NULA	C	A	B	D	B	A	C	A	B	D	D	C	A	B	D	C	A	B

Publicado por:
Haroldo Gonçalves do Prado
Código Identificador:6C2A8435

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR N° 009/2014 DO CONCURSO PUBLICO N° 001/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014
EDITAL COMPLEMENTAR N° 009
DIVULGA CLASSIFICAÇÃO

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Poconé – MT, nos termos dos itens 9.8 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2014, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando aplicação das provas objetivas no dia 18 de maio de 2014,
Considerando o julgamento dos recursos administrativos apresentados em relação à divulgação do gabarito preliminar das provas,
RESOLVE:
I – Divulgar a Classificação Geral do Concurso Público nº 001/2014, conforme este Edital Complementar, de inteira responsabilidade da ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática Ltda.;
II – Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos, pelo Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico www.acpi.com.br e seguir as instruções ali contidas, contado da data de publicação deste Edital Complementar, considerados como tal os dias 28 e 29/05/2014..

Poconé – MT, 27 de maio de 2014.

GONÇALO DE CAMPOS CURADO
Presidente da Câmara Municipal

BENEDITO NORBERTO DA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público Nº 001/2014

CLASSIFICAÇÃO							
Cargo					Vagas	Class.	Disc.
CONTADOR (1)					1		04
Ordem	Candidato	Inscrição	MT	NP	PT	MF	Resultado
1	JOÃO BATISTA PRETTO ROLIM	00144	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
2	RENATO LUCIO DA CONCEIÇAO E SILVA	00100	3,50	0,00	0,00	3,50	REP
3	FELIPE BORGES DE CARVALHO	00241	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
	NÃO HOUVE APROVADO						
Cargo					Vagas	Class.	Disc.
ADVOGADO (2)					1	20	4
Ordem	Candidato	Inscrição	MT	NP	PT	MF	Resultado
1	ELIS KAREM CERUTTI	00298	9,25	0,00	0,00	9,25	APR
2	DOUGLAS NUNES VASCONCELOS	00227	8,25	0,00	0,00	8,25	RES
3	RICARDO CORREA MARQUES	00321	8,00	0,00	0,00	8,00	RES
4	YANN DIEGGO SOUZA TIMOTHEO DE ALMEIDA	00127	7,75	0,00	0,00	7,75	RES
5	MARINALVA LENIR LEITE DE SOUZA	00014	7,75	0,00	0,00	7,75	RES
6	VIVIEAN LOUYSE LEITE ALBUQUERQUE	00080	7,50	0,00	0,00	7,50	RES
7	BRUNO CÉSAR DOS SANTOS PEREIRA	00334	7,25	0,00	0,00	7,25	RES
8	ANILDO GONÇALO COELHO	00339	7,25	0,00	0,00	7,25	RES
9	WEBERT CLINK DE CAMPOS ARRUDA	00343	7,25	0,00	0,00	7,25	RES
10	JANDER TADASHI BABATA	00359	6,75	0,00	0,00	6,75	RES
11	LILIAN CALDAS RODRIGUES	00337	6,75	0,00	0,00	6,75	RES
12	MÁRCIO RAHAL COSTA	00112	6,75	0,00	0,00	6,75	RES
13	KLAYNNER QUEIROZ DE MIRANDA	00177	6,50	0,00	0,00	6,50	RES
14	RELINDES GOMES DA SILVA MAGALHAES	00296	6,50	0,00	0,00	6,50	RES
15	LOURIVAL ALVES SOARES	00330	6,00	0,00	0,00	6,00	RES
16	ELYSSON GALVAO DE SENA	00354	6,00	0,00	0,00	6,00	RES
17	DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR	00189	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
18	LUCIANO CARVALHO DO NASCIMENTO	00319	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
19	TATIANA MENDES DE OLIVEIRA	00338	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
20	VIVIANY CECILIA ASSIS DIAS	00138	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
21	PATRICIA CRISTINA PEREIRA LEITE	00294	5,50	0,00	0,00	5,50	REP
22	ÁRLAN LINO DE DEUS	00126	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
23	EVAN CORREA DA COSTA	00123	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
24	EVERALDODOS SANTOS DUARTE	00031	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
25	ELZA MARIA BOTELHO BERNARDES	00152	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
Cargo					Vagas	Class.	Disc.
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (3)					1	17	4
Ordem	Candidato	Inscrição	MT	NP	PT	MF	Resultado
1	ERIKA SAYURI SUZUKI FILIPIN	00355	7,50	0,00	0,00	7,50	APR
2	ISANA LIVIA ALMEIDA GAIO	00238	7,25	0,00	0,00	7,25	RES
3	CLAUDIVAN DUARTE SILVA	00328	6,75	0,00	0,00	6,75	RES
4	EDSON MATSUBARA	00192	6,25	0,00	0,00	6,25	RES
5	RODRIGO JACKS SILVA NUNES	00057	6,00	0,00	0,00	6,00	RES
6	DENNER EMANUELL DA SILVA LOBO	00255	6,00	0,00	0,00	6,00	RES
7	JORGE VINICIUS PANOZO	00147	6,00	0,00	0,00	6,00	RES
8	GRAZIANNI MARCEL SILVA RONDON	00117	6,00	0,00	0,00	6,00	RES
9	TELMA APARECIDA PALMA FERNANDES DA SILVA	00198	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
10	CHARLES BRONSON BULHÕES	00274	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
11	TARCIANA MARIA PAES DE ARRUDA	00124	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
12	ADÃO GREGÓRIO DE OLIVEIRA	00277	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
13	ZIRLENE DA CONCEIÇÃO ALMEIDA RODRIGUES	00224	5,75	0,00	0,00	5,75	RES
14	ORLANDO JOSE GONZALES NEVES	00046	5,50	0,00	0,00	5,50	RES
15	JENIFER CRISTINA DA SILVA	00015	5,50	0,00	0,00	5,50	RES
16	MORGANA DO AMARAL REIS	00219	5,50	0,00	0,00	5,50	RES
17	SUELEM CORREA DE ALMEIDA	00079	5,25	0,00	0,00	5,25	RES
18	LIDENILSON FRANCISCO DE OLIVEIRA	00044	6,75	0,00	0,00	6,75	REP
19	GENIANE DE ARRUDA RONDON	00108	6,00	0,00	0,00	6,00	REP
Legenda: MT=MédiaTeórica |NP=NotaPrática |PT=PontoTítulo |MF=MédiaFinal |AUS = Ausente | APR = Aprovado | RES = Cadastro Reserva | REP = Reprovado | CLS = Classificado							
CLASSIFICAÇÃO							
Cargo					Vagas	Class.	Disc.
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (3)					1	17	4
Ordem	Candidato	Inscrição	MT	NP	PT	MF	Resultado
20	CLEBER CESAR GUIMARÃES DOS SANTOS	00069	5,75	0,00	0,00	5,75	REP
21	FAGNER CÉSAR DOS SANTOS	00326	5,75	0,00	0,00	5,75	REP
22	IRES DONATO DA SILVA	00261	5,75	0,00	0,00	5,75	REP
23	MARIA HELENA MENDES DE SOUZA ALMEIDA	00161	5,75	0,00	0,00	5,75	REP
24	NAIANY GISELLE DA COSTA GOMES	00049	5,50	0,00	0,00	5,50	REP
25	JOELSON ELIAS DE ARRUDA	00345	5,50	0,00	0,00	5,50	REP

26	FRANCISCO ALBERTO DE SIQUEIRA CAMPOS	00156	5,50	0,00	0,00	5,50	REP
27	NELSON DIAS DE ARRUDA JUNIOR	00220	5,50	0,00	0,00	5,50	REP
28	RODRIGO CESAR DA SILVA	00186	5,50	0,00	0,00	5,50	REP
29	JACKIELLEN DAYANNY DE ALMEIDA E SILVA	00314	5,50	0,00	0,00	5,50	REP
30	BARBARA CECILIA CORREA DE ALMEIDA	00234	5,50	0,00	0,00	5,50	REP
31	GRACIELE CECILIA DA SILA SANTOS	00106	5,25	0,00	0,00	5,25	REP
32	DALILA MONGE DA SILVA	00091	5,25	0,00	0,00	5,25	REP
33	GISELE DA CUNHA LIMA ADVINCULA DA SILVA	00204	5,25	0,00	0,00	5,25	REP
34	CLAUDENICE FERREIRA DA SILVA	00315	5,25	0,00	0,00	5,25	REP
35	JOANADARK JAINE LACERDA DE MORAES	00200	5,25	0,00	0,00	5,25	REP
36	ALICE NORBERTA DA COSTA ARRUDA	00081	5,25	0,00	0,00	5,25	REP
37	JOÃO BATISTA DE ARRUDA FIALHO COSTA	00149	5,00	0,00	0,00	5,00	REP
38	ADRIANE DE LIMA MARTINS	00055	5,00	0,00	0,00	5,00	REP
39	IVY ANNE TIECHER MACIEL SANTOS	00067	5,00	0,00	0,00	5,00	REP
40	JOELCIO JOSE DE AMORIM	00310	5,00	0,00	0,00	5,00	REP
41	YGOR ALBUQUERQUE MATTOS	00268	5,00	0,00	0,00	5,00	REP
42	SOLANGE MARIA GOMES DE SOUZA	00148	5,00	0,00	0,00	5,00	REP
43	GUIDO MARIA DA SILVA MORAES	00331	5,00	0,00	0,00	5,00	REP
44	LUIZ GUILHERME PEREIRA DA SILVA	00333	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
45	GLEIDSON MICHEL GAIVA DA SILVA	00259	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
46	ADILSON NORBERTO DA SILVA	00341	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
47	VANDERCESAR DA SILVA	00024	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
48	IVAN DE SOUZA DONATO	00201	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
49	TAILMARA MARIA DELMAO DE ARRUDA	00309	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
50	RONNI GLEYSAN PIRASSOLO RAMOS SALLES	00249	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
51	QUEILA FERREIRA DA GLORIA	00347	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
52	JESSICA DOS SANTOS SILVA	00273	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
53	ROSANE FATIMA PEREIRA LEITE	00099	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
54	JACQUELINE CARLA COUTO DIAS	00022	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
55	EONAN SILVA DUARTE	00047	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
56	DHAYNER VIEIRA DOS SANTOS	00072	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
57	JOCILENE CORREA ROCHA	00170	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
58	DAIANE APARECIDA DA SILVA ALMEIDA	00045	4,75	0,00	0,00	4,75	REP
59	LEONARDO SILVA FERREIRA	00357	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
60	ROSINETE DA SILVA	00041	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
61	JANINE CRISTINA RODRIGUES ROCHA	00221	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
62	CASSIA LUCIA DE OLIVEIRA	00075	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
63	ADRIANA MARIA DE SOUSA	00187	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
64	SHERLLY DANIELLY DA SILVA COSTA	00019	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
65	BENEDITA MIRIAN GOMES DOS SANTOS	00076	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
66	MIKAELLEN RODRIGUES DA SILVA	00167	4,50	0,00	0,00	4,50	REP
67	ANGELA PATRYCIA DE AQUINO NUNES	00131	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
68	ELLEN CRISTINA MATTOS SANTOS	00097	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
69	DANYELLA APARECIDA LOURENÇO VIEIRA	00340	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
70	CLAUDETE FERREIRA DA SILVA	00322	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
71	MARCELLE RODRIGUES CONCEIÇÃO	00151	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
72	MAYKON DIEGO FERREIRA RONDON	00034	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
73	GRACILE DE MORAES SOUZA	00109	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
74	GENESIO EVANGELISTA DE ALMEIDA	00248	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
75	IGOR KENEDY CORREA DE SOUZA	00278	4,25	0,00	0,00	4,25	REP

Legenda: MT=MédiaTeórica |NP=NotaPrática |PT=PontoTítulo |MF=MédiaFinal |AUS = Ausente | APR = Aprovado | RES = Cadastro Reserva | REP = Reprovado | CLS = Classificado

CLASSIFICAÇÃO

Cargo	Vagas	Class.	Disc.
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (3)	1	17	4

Ordem	Candidato	Inscrição	MT	NP	PT	MF	Resultado
76	ADRIANA CRISTINA LACERDA CINTRA	00325	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
77	DANIELA SALVE DA SILVA	00025	4,25	0,00	0,00	4,25	REP
78	ELIANAIDE ILSA DE ARRUDA BARRETO	00098	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
79	APARECIDA CRISTINA SOUZA E SILVA	00133	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
80	EMANUELI BERNARDES DA SILVA	00185	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
81	VITOR HENRIQUE DA SILVA CAMPOS	00336	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
82	JOCILMA ALVES RIBEIRO	00073	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
83	KÁLITA MARTINS GOMES DE OLIVEIRA	00159	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
84	LAURIANE MARIA DE ARRUDA ROSA	00215	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
85	THALES DANILO DA SILVA	00213	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
86	VALERIA NUNES RIBEIRO CORREA	00260	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
87	NAIRA RAQUEL DOS SANTOS	00107	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
88	ANDREA BERNARDA DE SOUZA	00240	4,00	0,00	0,00	4,00	REP
89	LAURICE GONCALINA DE MORAIS CURADO	00235	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
90	LUCIANO ROBERTO DIAS RONDON	00199	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
91	CLAUDINEIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	00211	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
92	VAGNA GOMES DOS SANTOS	00077	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
93	TEREZINHA DE JESUS CORREA DE ALMEIDA	00275	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
94	MARIANE GONÇALINA BARROS DE ARRUDA	00160	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
95	ANA CARLA DA CUNHA SOUZA	00195	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
96	ELIANE DA SILVA AIRES	00262	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
97	GISANE MINAS NOVAS CAMPOS	00063	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
98	GEOVANIA DO NASCIMENTO MENDES	00013	3,75	0,00	0,00	3,75	REP
99	MARIA JOSE DOS SNATOS	00114	3,50	0,00	0,00	3,50	REP
100	JESSICA GONÇALVES FONTES	00210	3,50	0,00	0,00	3,50	REP
101	JOCILENE FRANCISCA DOS SANTOS	00239	3,25	0,00	0,00	3,25	REP
102	MARCIA DOS SANTOS	00020	3,25	0,00	0,00	3,25	REP
103	MARILUCE CORREA DE ALMEIDA	00066	3,25	0,00	0,00	3,25	REP
104	RAISSA GABRIELE LOBO DE ALMEIDA	00040	3,25	0,00	0,00	3,25	REP
105	LUCYANA APARECIDA DOS SANTOS	00078	3,00	0,00	0,00	3,00	REP
106	ERIKA AUXILIADORA CAMPOS E SILVA	00088	3,00	0,00	0,00	3,00	REP
107	TIAGO LEPES RIBEIRO	00027	3,00	0,00	0,00	3,00	REP
108	MARICELMA PEREIRA DA SILVA	00090	3,00	0,00	0,00	3,00	REP
109	RENATA KARINE DA SILVA	00205	3,00	0,00	0,00	3,00	REP

110	JOICYELLEN DARIANY DE ALMEIDA SILVA	00312	3,00	0,00	0,00	3,00	REP
111	REBECA FABRIN DA SILVA	00265	2,75	0,00	0,00	2,75	REP
112	VALDEMAR FERREIRA MENDES	00084	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
113	AMARIZA ALVES LIMA	00232	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
114	HELENA BARBA RODRIGUEZ	00028	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
115	JOSELINA SAMUEL DE PAULA	00125	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
116	VERALUCIA DE ALMEIDA COSTA	00208	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
117	TIANY R. TAQUES	00225	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
118	EDMARA DE ARRUDA E SILVA	00218	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
119	ROBÉRIO RODRIGUES DE SOUSA	00284	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
120	VANDA ALVES DA SILVA	00092	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
121	JOELINE ARRUDA DE OLIVEIRA	00026	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
122	ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA	00023	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
123	GERTRUDES DE SOUZA	00130	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
124	RENATA GONÇALINA PRADO E SILVA	00293	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
125	JUSCILENE LUCIA DA CRUZ	00087	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
126	FRANCISCA MOTA DA SILVA	00155	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
127	JOCINETE BEATRIZ DA SILVA	00018	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
128	MARIA ISA DE SOUZA	00122	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
129	CIBELE MARGARIDA DE SOUZA	00135	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
130	JOSE ANDREI AGUERO CARDOSO	00060	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
131	JUCIANE CRIS DE OLIVEIRA DE MORAES	00096	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS

Legenda: MT=MédiaTeórica |NP=NotaPrática |PT=PontoTítulo |MF=MédiaFinal |AUS = Ausente | APR = Aprovado | RES = Cadastro Reserva | REP = Reprovado | CLS = Classificado

CLASSIFICAÇÃO

Cargo	Vagas	Class.	Disc.
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (3)	1	17	4

Ordem	Candidato	Inscrição	MT	NP	PT	MF	Resultado
132	DENIO UCHIYAMA RIBEIRO	00329	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
133	JORDANA CAMPOS DE OLIVEIRA	00094	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
134	LEANDRO SILVA DE ARAUJO	00197	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
135	KEDULI ALENCAR RODRIGUES	00242	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
136	MARLI GROSS RONDON	00086	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
137	JOILSON DE ALMEIDA	00129	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
138	GRACIELLE ESCOLASTICA GOMES DOS SANTOS	00153	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
139	AVA CRISTINA ALENCAR CUENCA	00202	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
140	ANDRE LUIS MOTA DA SILVA	00154	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
141	TIANA SILVA ROSA	00207	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
142	TATIANE RODRIGUES DE SOUZA	00349	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
143	JULIANA CURVO SANTOS	00212	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
144	DEUZINEIA ARAUJO DA SILVA	00085	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
145	AUDILENE CONCEICAO DA SILVA	00264	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
146	REGINALDO ANTONIO ASSIS GUIMARAES	00350	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
147	POLIANA PATRICIA GOMES DE CAMPOS ARRUDA	00011	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
148	LUCAS MATHEUS MASCHIO	00287	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
149	ANNNE MIRELLA DE ARRUDA	00214	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
150	WESLEY FILIPE OLIVEIRA DA GAMA	00303	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
151	BRUNA ELIZABETH DA SILVA COSTA BRANDALISE	00223	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
152	ANDRESSA FIRMINO JOSE	00246	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
153	ADRIELLY LUCIANA DE ARRUDA MENDES	00083	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
154	ANA PAULA VENANCIO SILVA	00342	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
155	DANIELE CRISTIAN SANTOS MARQUES	00116	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
156	KEYLISANGELA CRISTINA DA SILVA	00039	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
157	MICHELE QUENIA DE PAULA DA SILVA	00128	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
158	DARLLAN DAMACENO DE OLIVEIRA E SILVA	00119	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
159	KAROLYNE GISELY SANTOS DA COSTA	00068	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
160	PHILLIPE SILVA NASCIMENTO	00320	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
161	DANIELLE TAQUES CORTES	00203	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
162	LENIELE MAYRA DE CAMPOS	00217	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
163	VLADIMIR DA COSTA LIMA	00150	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
164	WELLINTON JONNY DE ARRUDA COSTA	00042	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS
165	PAULO VICTOR DE MORAES	00158	0,00	0,00	0,00	0,00	AUS

Legenda: MT=MédiaTeórica |NP=NotaPrática |PT=PontoTítulo |MF=MédiaFinal |AUS = Ausente | APR = Aprovado | RES = Cadastro Reserva | REP = Reprovado | CLS = Classificado

Publicado por:
Haroldo Gonçalves do Prado
Código Identificador:4FA25D80

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2014

Processo Seletivo Simplificado 001/2014

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT **CONVOCA** os candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 realizado em 11/05/2014, para comparecerem no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I, bem como realizar exame médico admissional conforme Anexos II deste edital, a fim de serem contratados nos respectivos cargos no prazo acima estabelecido:
Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato convocado que não se apresentar no prazo fixado por este edital; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação solicitada e/ou considerado inapto no exame admissional, podendo a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 27 de Maio de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

CANDIDATOS CONVOCADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT:

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA – PCCS GERAL
CARGO: GARI – 40 HORAS SEMANAL
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovado	**Mike Douglas M. Da Silva**	**048**	**08**	**12**	**54**	**74**
Aprovado	**Marcio Batista Da Silva**	**019**	**04**	**08**	**48**	**60**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – PCCS GERAL
CARGO: SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS SEMANAL
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovada	**Ellen Priscila Ramos**	**087**	**16**	**04**	**48**	**68**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – PCCS GERAL
CARGO: OPERADOR DE SANEAMENTO – 40 HORAS SEMANAL
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovado	**Leandro Xiqueto Pereira**	**044**	**08**	**12**	**48**	**68**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PCCS SAÚDE
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS SEMANAL
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovado	**Gilmar Silva Dos Santos**	**022**	**12**	**08**	**42**	**62**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PCCS SAÚDE
CARGO: DENTISTA – 40 HORAS SEMANAL
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovada	**Thais Priscilla Fernandes Zolin**	**015**	**16**	**16**	**42**	**74**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: PROFESSOR – 20 HORAS SEMANAL
LOCAL: CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRÍNCIPE

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Títulos	Total
Aprovada	**Mariluce Dos Santos Silva**	**079**	**12**	**08**	**42**	**12,0**	**74**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: PROFESSOR – 20 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL “GUSTAVO ADOLFO WILKE”

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Títulos	Total
Aprovada	**Stefania Rafaela da Silva**	**060**	**16**	**12**	**48**	**7,0**	**83,0**
Aprovada	**Soeli Andrade Ronnau**	**069**	**16**	**08**	**48**	**9,0**	**81,0**
Aprovada	**Luciane Marinete Jesus da Silva Fidelis**	**092**	**12**	**12**	**48**	**8,0**	**80,0**
Aprovada	**Flávia Moraes Rosa**	**073**	**20**	**12**	**42**	**5,0**	**79,0**
Aprovada	**Mirian Cristiane Misiak**	**035**	**16**	**04**	**48**	**9,0**	**77,0**
Aprovada	**Nagila Daiane Politowski**	**065**	**20**	**08**	**42**	**7,0**	**77,0**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: PROFESSOR – 30 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL “GUSTAVO ADOLFO WILKE”

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Títulos	Total
Aprovada	**Vera Lucia Dominhaki**	**038**	**12**	**16**	**48**	**7,0**	**83,0**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 24 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL “GUSTAVO ADOLFO WILKE”

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Títulos	Total
Aprovada	**Vera Lucia Souza Fischer**	**007**	**16**	**04**	**60**	**3,57**	**83,57**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – E – 20 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL “GUSTAVO ADOLFO WILKE”

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovada	**Katia Karina Elliot da Costa**	**020**	**12**	**16**	**60**	**88**
Aprovada	**Emanuele Ribeiro Veber**	**059**	**12**	**16**	**48**	**76**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – E – 20 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL “CORGÃO”

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total

Aprovada	**Marinete Miranda da Silva**	**074**	**16**	**08**	**42**	**66**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – A – 30 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL "GUSTAVO ADOLFO WILKE"

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovada	**Rosenilda Aparecida Correia**	**089**	**12**	**16**	**54**	**82**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – B – 20 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL "GUSTAVO ADOLFO WILKE"

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovada	**Claudia Moreira dos Santos**	**042**	**12**	**04**	**60**	**76**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – C – 30 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL "GUSTAVO ADOLFO WILKE"

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovado	**Luis Ricardo de Sousa Rezer**	**043**	**12**	**16**	**48**	**76**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZANTE 30 HORAS SEMANAL
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL "GUSTAVO ADOLFO WILKE"

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Espec.	Total
Aprovada	**Ana Cristina de Oliveira**	**010**	**16**	**08**	**36**	**60**

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

ANEXO I
DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

(FOTOCÓPIAS)

Ø CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG).
Ø CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF).
Ø TÍTULO DE ELEITOR
Ø COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.
Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO (se casado, cópia CPF do cônjuge)
Ø CARTEIRA DE TRABALHO
Ø PIS OU PASEP
Ø NUMERO DE TELEFONE PARA CONTATO
Ø COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (HISTÓRICO/ATESTADO E OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO)
Ø COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA
Ø CERTIDÃO E CARTEIRA DE VACINAÇÃO DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS
Ø CARTEIRA DE VACINAÇÃO
Ø OBRIGATÓRIO PARA O SEXO MASCULINO
Ø RESERVISTA -
OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS.
Ø CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.
OBRIGATÓRIO PARA PROFISSIONAL LIBERAL.
Ø CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE CLASSE.
OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE DENTISTA.
Ø PLANEJAMENTO ANUAL DAS COMPETÊNCIAS DE ACORDO COM A PORTARIA GM 2488/2011.

(ORIGINAIS)
Ø ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.
Ø CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.
Ø DECLARAÇÃO DE BENS.
Ø DECLARAÇÃO QUE NÂO POSSUI OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

ANEXO II
MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33
Nome do servidor:
Identidade nº ___ Data de nascimento
Função que irá exercer:

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:
( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO
( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional
( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

Observações:

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:
( ) Apto
( ) Inapto

Riscos Ocupacionais
( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos
( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:
( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

Declaro ter recebido em ___/___/____ PORTO, _____/_____/_____.
A segunda via deste atestado.
Nome :

Assinatura Servidor Carimbo e Assinatura Médico/CRM

Página 01 do Anexo II

ÓRGÃO EMPREGADOR:
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33
Nome do Servidor:
Identidade nº _____ Idade: ___ Estado Civil:
Função que irá exercer: _____ Naturalidade:
Antecedentes: Já teve ou tem?
( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma
( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes
Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( )
Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( )
Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente
Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL
Empregos Anteriores – Empresa:
Função: _____ Tempo na empresa: ___Turno:
Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )
Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )
Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )
Urinário ( ) Outros ( )
Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )
Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )
Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )
Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )
Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO
Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras:
Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso:
P.A: _____ mmHg
Cabeça – Face ____Dentes
Tórax Tipo: _____F.R.____Asculta
Ap. Circ. Asculta
Abdomem Tipo: _____Palpação
Ap. Genito Urinário:
Coluna Vertebral
Membros
Sistema Nervoso
Exames Complementares

Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

Página 02 do Anexo II

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:F7E8C7A7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ANEXO DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 08/20213

RESULTADO FINAL (Concorrência Plena) Cargo: Contador
ANEXO DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 08/2013

Insc. E Nome do Candidato	C. Especif.	Português	Mat.	C. Gerais	P. Obetiva	P. Titulo	Resultado	Data Nasc.	Classificação
10 JOSE PAULO CAMILO DA SILVA	**40,00**	**12,00**	**10,00**	**18,00**	**80,00**		**80,00**	**09/02/1984**	**1º Aprovado**
53 VIVIANE PEREIRA DOS SANTOS	40,00	10,00	8,00	14,00	72,00		72,00	24/12/1978	2º Classificado
71 FÁBIO JOSE DE OLIVEIRA	32,00	14,00	10,00	16,00	72,00		72,00	12/08/1981	3º Classificado
5 EDIMAR FERREIRA DOS ANJOS	28,00	10,00	18,00	14,00	70,00		70,00	14/02/1985	4º Classificado
15 HIDILENE NUNES DE OLIVEIRA	36,00	6,00	10,00	14,00	70,00		70,00	14/02/1985	5º Classificado
32 ELEANDRO MACHADO DA VEIGA	32,00	10,00	12,00	12,00	66,00		66,00	16/091983	6º Classificado
54 ADALIA PEREIRA IRMÃ	32,00	14,00	6,00	8,00	60,00		60,00	21/03/1957	7º Classificado
55 LEYDIANE VIEIRA CORRÊA	24,00	8,00	12,00	10,00	54,00		54,00	30/06/1993	8º Classificado
24 JOSE LUIZ DOS SANTOS	24,00	6,00	8,00	10,00	48,00		48,00	26/08/1986	9º Classificado
9 JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE AS	24,00	4,00	8,00	10,00	46,00		46,00	09/07/1978	10º Classificado
18 PAULO SÉRGIO LINO	8,00	12,00	12,00	14,00	46,00		46,00	11/08/1985	11º Classificado
49 JOSÉ ALVES DA MATA	24,00	2,00	10,00	6,00	42,00		42,00	11/071963	12º Classificado
75 GLESTON LAURENTINO CAMPOS	12,00	6,00	12,00	12,00	42,00		42,00	24/08/1980	13º Classificado
79 ANDRESSA XAVIER SANTOS	16,00	4,00	12,00	8,00	40,00		40,00	09/07/1974	14º Classificado
3 ANA ANISIA SANTOS DE ALMEIDA	12,00	12,00	8,00	8,00	40,00		40,00	05/07/1974	15º Classificado
51 LUCIA CARDOSO DE ALMEIDA	20,00	6,00	6,00	6,00	38,00		38,00	14/02/1982	16º Classificado
98 DIEGO RODRIGUES LOPES AMORIM	4,00	6,00	10,00	12,00	32,00		32,00	22/04/1992	17º Classificado
58 MARIA VALDINEIDE DE MENDONÇA	16,00	2,00	6,00	6,00	30,00		30,00	13/09/1982	18º Classificado
87 KEILA OLIVEIRA MOREIRA	16,00	2,00	6,00	4,00	28,00		28,00	21/07/1981	19º Classificado
28 DIONISIO FERREIRA LIMA	12,00	4,00	6,00	4,00	26,00		26,00	12/12/1972	20º Classificado
31 ANDRESSA FEITOSA ALMEIDA -					ausente				
94 KELLY DAIANE PEREIRA DO SANTOS					ausente				
22 HELCIAS ALVES RODRIGUES					ausente			02/07/1956	
81 ROSIVALDO RIBEIRO DE SOUZA					ausente			20/05/1957	
23 CLEOMAR DE LIMA CARVALHO					ausente			19/07/1969	
76 DOMINGOS BARBOSA SANTOS					ausente			02/03/1972	
42 FATIMA MARIA DE SOUZA					ausente			20/06/1972	
66 SELMA HELENA DE ANDRADE					ausente			16/06/1973	
63 DOZOLINA PINHEIRO MAYCÁ					ausente			02/07/1973	
38 MARCELO SILVA DA GUIA					ausente			02/08/1974	
92 CLAUDINEI NOEL SILVA					ausente			25/05/1975	
29 JANES MARQUES BENEDITO					ausente			25/05/1975	
74 LUCINEIDE MARTINS DE OLIVEIRA					ausente			30/11/1975	
36 KATIENE ARAUJO DE ALMEIDA					ausente			18/01/1976	
25 CLADSON PEREIRA DOS SANTOS					ausente			30/06/1976	
100 VANUSA VIEIRA DA SILVA					ausente			13/09/1977	
1 GLEISON SILVA BROCUA					ausente			05/10/1977	
67 MARLUCIA SILVA DE SOUZA					ausente			26/10/1977	
17 MARINETE DE MORAES					ausente			08/06/1978	
8 VANDERLEIA APARECIDA KLEIN					ausente			12/07/1978	
26 MARLI ANACLETO DA SILVA					ausente			16/08/1979	
12 MARIA APARECIDA DA SILVA					ausente			04/05/1980	
7 MACIELI MAIARA BENITES CORRÊA					ausente			18/02/1981	
33 RHEYGSON JOSE DOS REIS					ausente			17/02/1982	
65 JORGE ALENCAR DA SILVA					ausente			13/03/1982	
60 EDINEIA MARQUES DE SOUZA					ausente			10/05/1982	
82 VALDINO DUARTE ALECRIM II					ausente			28/05/1982	
45 VIRGILIANA CHAVES DELGADO					ausente			18/11/1982	
99 EDFRANCES OLIVEIRA FLAUZINO					ausente			23/11/1982	
95 ELISANGELA DE MATOS MONTEIRO					ausente			07/12/1982	
89 PAULA DOS ANJOS PIRES MOREIRA					ausente			17/09/1983	
39 LUIS ALVES DE SOUZA NETO					ausente			22/12/1983	
20 ERICO GUSTAVO TOMAZ DA SILVA					ausente			22/12/1983	
77 DENISE MARTOS DA SILVA					ausente			21/03/1984	
72 GLAYCIELLE CRISTINE BOZZA					ausente			12/04/1984	
70 LEDILAURA P DE PAULA DOS ANJOS					ausente			22/07/1984	
63 DOZOLINA PINHEIRO MAYCÁ					ausente			02/07/1973	
38 MARCELO SILVA DA GUIA					ausente			02/08/1974	
92 CLAUDINEI NOEL SILVA					ausente			03/04/1975	
29 JANES MARQUES BENEDITO					ausente			25/05/1975	
74 LUCINEIDE MARTINS DE OLIVEIRA					ausente			30/11/1975	
36 KATIENE ARAUJO DE ALMEIDA					ausente			18/01/1976	
25 CLADSON PEREIRA DOS SANTOS					ausente			30/06/1976	
100 VANUSA VIEIRA DA SILVA					ausente			13/09/1977	
1 GLEISON SILVA BROCUA					ausente			05/10/1977	
67 MARLUCIA SILVA DE SOUZA					ausente			26/10/1977	
17 MARINETE DE MORAES					ausente			08/06/1978	
8 VANDERLEIA APARECIDA KLEIN					ausente			12/07/1978	
26 MARLI ANACLETO DA SILVA					ausente			16/08/1979	
12 MARIA APARECIDA DA SILVA					ausente			04/05/1980	
7 MACIELI MAIARA BENITES CORRÊA					ausente			18/02/1981	
33 RHEYGSON JOSE DOS REIS					ausente			17/02/1982	

65 JORGE ALENCAR DA SILVA					ausente			13/03/1982	
60 EDINEIA MARQUES DE SOUZA					ausente			10/05/1982	
82 VALDINO DUARTE ALECRIM II					ausente			28/05/1982	
45 VIRGILIANA CHAVES DELGADO					ausente			18/11/1982	
99 EDFRANCES OLIVEIRA FLAUZINO					ausente			23/11/1982	
95 ELISANGELA DE MATOS MONTEIRO					ausente			07/12/1982	
89 PAULA DOS ANJOS PIRES MOREIRA					ausente			17/09/1983	
39 LUIS ALVES DE SOUZA NETO					ausente			22/12/1983	
20 ERICO GUSTAVO TOMAZ DA SILVA					ausente			19/02/1984	
77 DENISE MARTOS DA SILVA					ausente			21/03/1984	
72 GLAYCIELLE CRISTINE BOZZA					ausente			12/04/1984	
70 LEDILAURA P DE PAULA DOS ANJOS					ausente			22/07/1984	
97 VITOR MARTINS SANTANA					ausente			16/07/1990	
64 MAURICIO O. QUARESMA DA SILVA					ausente			01/08/1990	
43 THIAGO PEREIRA DIAS					ausente			31/08/1990	
11 DANILO PARDIM BIAVA					ausente			06/09/1990	
48 ERNANI PLUMER SANTOS PINTO					ausente			12/12/1990	
80 NELYANE DA SILVA NUNES SALES					ausente			02/05/1991	
86 MARIA ELISA PORTEIRO CHRISPIM					ausente			16/10/1991	
52 MARIANE DOS SANTOS REAL					ausente			28/11/1991	
88 PAMELA CAMILA MARTINS DA HUNGRIIA					ausente			02/02/1992	
13 LAIS ALVES CASTELHANO					ausente			17/09/1992	

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:FCC90042

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LISTA DE INSCRITOS PROCESSO SELETIVO

LISTA GERAL DOS CANDIDATOS

AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)

Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000446	ANALINE RODRIGUES DE SOUZA	RG	23491310	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000319	CLEIDYANE DESIDERIO PERES	RG	16778996	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000748	CRISTIANE DE SOUSA GOMES	RG	25024981	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000548	DEVANA OLIVEIRA SALES	RG	18802222	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000628	DEVANEIDE OLIVEIRA SALES	RG	21535230	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000872	DIVINA SOARES DA SILVA	RG	731000	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000870	ELIENE RABELO DOS SANTOS	RG	13515802	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000708	FLAVIANE FERREIRA LOPES	RG	19848781	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000659	FRANCIELY RODRIGUES DE ALECRIM	RG	16246837	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000794	INDIAMARA RAMOS SOUZA	RG	11752840	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000883	ISABEL GOMES BARBOSA	RG	16860901	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000591	JANETE DORNELIAS PEREIRA	CNH	05100859807	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000360	JAQUELINE SOUZA DIAS	RG	23044950	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000321	JEAN CAMPOS DE OLIVEIRA	RG	23233087	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000476	JEOVANIA BONFIM RUICCI	RG	13135226	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000362	JOELMA RODRIGUES ROSA	RG	22761136	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000282	JOVINA MARTA DE SOUZA OLIVEIRA	RG	13326490	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000182	KEVELLYN MARIA DE BRITO PERIN	RG	17495407	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000396	LENICE ROCHA DE ARAUJO	RG	24571156	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000775	LUCIANA FRANCISCA DE MELO	RG	733246	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000226	LUZIMAR PEREIRA ALVES DE SOUZA	RG	13527207	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000635	MADALENA CONCEIçãO OLIVEIRA	RG	13818511	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000586	MARIA BEATRIZ DE MORAES	RG	702447	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000376	MARIA CRISTINA TEREZA DE ANDRADE	RG	15254763	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000770	MARIA DALVA DE ASSIS	RG	729684	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000603	MARIA JOSÉ MACEDO DE SOUZA FREITAS	RG	15104834	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000155	MARLEI DIAS DE OLIVEIRA	RG	36790708	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000826	MATEUS RUMMENIGGE OLIVEIRA DA SILVA	RG	24036218	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000294	MAURA HELENA DO NASCIMENTO	RG	16282434	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000859	MONICA ALVES DA COSTA SANTANA	RG	25879162	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000861	NIZIA BALBIN LIMA	RG	12811602	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000447	PATRICIA LAIS VIEIRA SILVA	RG	24956430	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000545	QUELI REGINA LOPES DE SANTANA	RG	16209168	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000342	SCARLAT AMANDA FIGUEIREDO SILVA	RG	18554679	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000161	THAINá RAIANE FIGUEIREDO SILVA	RG	18554601	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000169	THAMIRYS SILVA OLIVEIRA JUVENCIO	RG	20589956	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000463	VANUSA GALVãO DE SOUSA	RG	1004805	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)
000434	WANDERSON CAVALCANTE FERREIRA DE OLIVEIRA	RG	16941543	AGENTE COM. SAÚDE (ESF01)

AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)

Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000373	ANGELA MARIA DE SOUSA SANTOS ROSA	RG	09826840	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000647	DALVA DE JESUS NASCIMENTO	RG	07464350	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000286	ELIANE FERREIRA COSTA	RG	14634490	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000491	ELZA CARDOSO DE ALMEIDO MAGALHÃES	RG	14687542	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000171	KELLE CRISTINA SOUZA DE MORAES GUIMARAES	CNH	679469378	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000267	MARIA APARECIDA FERREIRA PASSOS LOPES	RG	11777192	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000293	MARIA DE SOUSA FERREIRA	RG	16822790	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000754	ROSE KELI DE MATOS RAIMUNDO	RG	16860020	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000186	TAYNARA DE SOUZA RODRIGUES	RG	19819803	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000696	THAIS BORGES DE SIQUEIRA	RG	21179482	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)
000263	VALERIA FERREIRA SANTOS PASSOS	RG	07335881	AGENTE COM. SAÚDE (ESF02)

AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)

Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000690	ALINE CRISTINA FARIAS MAIA	RG	19003005	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000239	ANACLEIA FERREIRA DIAS	RG	21295668	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000620	DELIANE FERREIRA MENDES	RG	00178374	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)

000295	FRANCIELLI PRICILA PIMENTEL DA SILVA	RG	22890963	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000796	ISABELLA ROCHA LIMA	RG	22310843	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000597	JANAINA APARECIDA DE SOUZA NERY	RG	21536660	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000809	LUSINIR MARIA CORREA	RG	04601041	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000453	LUZIA PEREIRA DO NASCIMENTO	RG	24857840	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000318	LUZIVANI DESIDERIO PERES ALVES	RG	13546899	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000567	MARILZA BATISTA DA SILVA	RG	19367384	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000482	MARLI DOS SANTOS IBIAPINO	RG	11828862	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000181	NATHANY PEREIRA DE SOUZA	RG	22454772	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000413	NUBIA GONCALVES VIEIRA	RG	479133	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000509	ROBERTA ROMARIA FERREIRA GALVAO	CNH	04436763065	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000510	SIMONE FERREIRA SANTOS	RG	26355957	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000165	SUELEN CRISTINA CARDOSO DE SOUZA	RG	22278511	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
000288	WESLAINE FRANCISCA DE SOUZA	RG	22891951	AGENTE COM. SAÚDE (ESF03)
AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000787	ADEMILSOM CARVALHO DE BRITO	RG	4233117	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000328	ALINE RODRIGUES PARREIRA	RG	21777217	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000572	AMANDA DE ALCâNTARA FARIAS	RG	21778035	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000162	ARIELLE APARECIDA ROCHA AIRES DA SILVA SANTOS	RG	11477750	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000700	CLéIA ADRIANA SANTANA DA SILVA	RG	14928981	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000576	DAIANE DE CASTRO ALVES	RG	26359308	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000664	ELY CARDOSO DE ALMEIDA	RG	610901	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000345	ERIVELTON LOPES AMORIM	RG	23950676	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000575	IVINA NATTIELE CAMPOS COUTINHO	RG	25328344	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000320	LUCAS CIRILO DA COSTA	RG	22647490	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000709	LUCAS DOS ANJOS AGUIAR	RG	24604003	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000653	MARTA VALéRIA DE ALMEIDA PEREIRA	RG	20741545	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000721	MIRELLY CRISTIANE OLIVEIRA NASCIMENTO	RG	19124317	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000284	PATRICIA DE LARA FERREIRA	RG	20644264	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000716	PATRYCIA RODRIGUES RANGEL	RG	20565755	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000806	PRISCILA ADRIELLI RODRIGUES RANGEL	RG	20565607	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000304	UDSON DANILO FERREIRA DO NASCIMENTO	RG	21499993	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
000106	VANETE DA SILVA BARRETO	RG	21079510	AGENTE COM. SAÚDE (ESF04)
AGENTE COM. SAÚDE (ESF05)				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000492	EDMA DIAS TERRA	RG	730972	AGENTE COM. SAÚDE (ESF05)
000480	JOSIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	RG	1085213	AGENTE COM. SAÚDE (ESF05)
000565	MARLY RODRIGUES DE SOUZA	RG	21950253	AGENTE COM. SAÚDE (ESF05)
000300	NILSON BALBINO DE LIMA	RG	12805750	AGENTE COM. SAÚDE (ESF05)
000506	SHEILA DE SOUZA MATOS	RG	23278056	AGENTE COM. SAÚDE (ESF05)
000805	SONILDA DE FATIMA BARBOSA DOS SANTOS	RG	26946785	AGENTE COM. SAÚDE (ESF05)
AGENTE ENDEMIAS				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000185	ANAIA MARQUES GUSMAO NASCIMENTO	RG	22846832	AGENTE ENDEMIAS
000559	ANGELA MARIA TAVARES	RG	16822749	AGENTE ENDEMIAS
000585	CLAUDIA CRISTINA DE OLIVEIRA	RG	13524321	AGENTE ENDEMIAS
000847	ELIETH SOARES VIEIRA DOS ANJOS	RG	13303678	AGENTE ENDEMIAS
000613	ELISANGELA GOMES DE ABREU	RG	25653296	AGENTE ENDEMIAS
000240	GEISIANE LOPES DE OLIVEIRA	RG	20792271	AGENTE ENDEMIAS
000697	JOSIMAR PEREIRA DIAS	RG	15141160	AGENTE ENDEMIAS
000478	LUCIMAR ALMEIDA DOS SANTOS	RG	24452785	AGENTE ENDEMIAS
000173	LUZIA FERREIRA DOS SANTOS	RG	578904	AGENTE ENDEMIAS
000514	MARIA LUIZA PEREIRA ALVES	RG	35997324	AGENTE ENDEMIAS
000644	MARIA PAULA DE OLIVEIRA SILVA ALVES	RG	14265346	AGENTE ENDEMIAS
000679	MARINALVA DE ARAUJO SILVA	RG	13515250	AGENTE ENDEMIAS
000860	PATRICIA CASTORINO DA CONCEIÇÃO	RG	35301309	AGENTE ENDEMIAS
000813	REMO DOS SANTOS LEITE	RG	18197639	AGENTE ENDEMIAS
000691	SHEILA DA CRUZ CIRILO ARAúJO	CTPS	95136	AGENTE ENDEMIAS
000633	SONIA APARECIDA ROCHA DOS SANTOS	RG	868657	AGENTE ENDEMIAS
000500	YNACELINY ESTEFANY NARCIZA	RG	38728649	AGENTE ENDEMIAS
APOIO OPERACIONAL				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000279	ALCY CLEIA CAMPOS DOS SANTOS	RG	13076710	APOIO OPERACIONAL
000423	ANA LUCIA GOMES PEREIRA	RG	17111862	APOIO OPERACIONAL
000354	APARECIDA LOPES RODRIGUES PERES	RG	883861	APOIO OPERACIONAL
000588	APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA	RG	22076590	APOIO OPERACIONAL
000704	ARILDO FEITOSA FERNANDES	RG	355889	APOIO OPERACIONAL
000783	BERBIANE DE OLIVEIRA NOGUEIRA	RG	5321466	APOIO OPERACIONAL
000656	CECI FELIZARDO DE ALENCAR	RG	20135327	APOIO OPERACIONAL
000422	CRISTIANE XAVIER SANTANA RODRIGUES	RG	18830366	APOIO OPERACIONAL
000595	DEIVITY ROGÉRIO PEREIRA MARTINS	RG	23950935	APOIO OPERACIONAL
000469	DEUZILMA ARAUJO MEIRELES	RG	17495024	APOIO OPERACIONAL
000652	ELAINE APARECIDA ALMEIDA DA SILVA	RG	03937003	APOIO OPERACIONAL
000670	ELIZABETE ROSA DE PAULA	RG	830029	APOIO OPERACIONAL
000450	EULICIO DIAS DOS SANTOS	RG	225787	APOIO OPERACIONAL
000573	FABIANA DE SOUZA REGES	RG	1853743	APOIO OPERACIONAL
000418	FRANCIELY FERNANDA SOUZA SILVA	RG	21257671	APOIO OPERACIONAL
000410	FRANCISCA DE SOUZA REGO	RG	610158	APOIO OPERACIONAL
000264	ILDA SIQUEIRA DELMONDES	RG	400343	APOIO OPERACIONAL
000297	JANY LUCY LACERDA	RG	13516776	APOIO OPERACIONAL
000127	JAQUELINE ALVES MAGALHAES	RG	17908035	APOIO OPERACIONAL
000761	JONISCLEI LOPES PEREIRA	RG	17866499	APOIO OPERACIONAL
000661	JOSÉ ALELEMAR PESSOA	RG	467600	APOIO OPERACIONAL
000844	JUSCELIA ROSA DA SILVA	RG	18151493	APOIO OPERACIONAL
000189	JUSCINEIDE LEITE PEREIRA SILVA	RG	07180810	APOIO OPERACIONAL
000641	KELLY REGINA PADILHA ALVES	RG	13444450	APOIO OPERACIONAL
000523	LEILA MARA KLOCZINSKI	RG	13189930	APOIO OPERACIONAL
000776	LUZIA BATISTA DE OLIVEIRA	RG	1676737	APOIO OPERACIONAL

000404	MARIA APARECIDA FERREIRA LEITE DE PAULA	RG	12847402	APOIO OPERACIONAL
000529	MARIA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	RG	12957380	APOIO OPERACIONAL
000741	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	RG	19159790	APOIO OPERACIONAL
000884	MARIA FLAVIA ALVES DA SILVA COSTA	RG	19389264	APOIO OPERACIONAL
000541	MARILENE DOS SANTOS IBIAPINO SILVA	RG	13526944	APOIO OPERACIONAL
000438	MARLI ROSA MENDES	RG	962106	APOIO OPERACIONAL
000538	NILVANIR ALVES DE SOUZA	RG	12157260	APOIO OPERACIONAL
000582	RAQUEL GOMES DE OLIVEIRA	RG	21576297	APOIO OPERACIONAL
000254	RONIVAN FIGUEIREDO DE CARVALHO	RG	12799580	APOIO OPERACIONAL
000465	SELMA FERREIRA LEMES	RG	821065	APOIO OPERACIONAL
000631	SEVERINA HENRIQUE SARDINHA	RG	624022	APOIO OPERACIONAL
000512	SIRLEY FERREIRA LEITE	RG	13515705	APOIO OPERACIONAL
000407	VALDEMIRA REGO DOS SANTOS	RG	16421728	APOIO OPERACIONAL
000689	VALERIA FRANCISCA DA SILVA	RG	16427661	APOIO OPERACIONAL
000866	VANUSA FRANCISCA DA SILVA	RG	21481164	APOIO OPERACIONAL
ASSISTENTE SOCIAL				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000099	CARIN CRISTINA GUNSCH	RG	00069104	ASSISTENTE SOCIAL
000764	CARMEM CRISTINNE ALVES VALUZ	RG	15160729	ASSISTENTE SOCIAL
000180	DANIELE DA CRUZ	RG	17437814	ASSISTENTE SOCIAL
000110	ELIMA CONCEIçãO RODRIGUES SILVA	RG	10748121	ASSISTENTE SOCIAL
000607	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS SILVA	RG	15303896	ASSISTENTE SOCIAL
000124	ELY XAVIER DE SOUZA	RG	16583884	ASSISTENTE SOCIAL
000119	FERNANDA VALéRIA CURSINO DE ARAúJO	RG	2467542	ASSISTENTE SOCIAL
000604	FLAVIA CRISTINA DE SOUSA VIEIRA	RG	12898163	ASSISTENTE SOCIAL
000104	GLEIDSON MIRANDA AZEVEDO DA ANUNCIAÇÃO	RG	19529171	ASSISTENTE SOCIAL
000505	KESIA PERIN MARTINES	RG	12511897	ASSISTENTE SOCIAL
000703	LUCINEIDE DOS SANTOS SIMBAIBA TRAMPUSCH	RG	0497350	ASSISTENTE SOCIAL
000766	MARIA APARECIDA FERNANDES FERREIRA	RG	587513	ASSISTENTE SOCIAL
000677	MARIA ROSA CAVALCANTE DE SOUZA	RG	13443712	ASSISTENTE SOCIAL
000366	MARIALVES MENDES DE OLIVEIRA	RG	16927036	ASSISTENTE SOCIAL
000737	ROZELI ALMEIDA DA SILVA	RG	01343892	ASSISTENTE SOCIAL
ATENDENTE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000645	AMANDA IZABELLA FELIX DE ALMEIDA	RG	23662522	ATENDENTE
000141	CARLA APARECIDA RAMOS DE SOUZA VIEIRA CÉLIO	RG	18414907	ATENDENTE
000619	CLAUDIA DOS REIS MATOS	RG	22086374	ATENDENTE
000397	CLAUDINEIA QUEIROZ DA COSTA	RG	20932766	ATENDENTE
000426	CRISTIANE DIAS DOS REIS	RG	18389660	ATENDENTE
000593	DOUGLAS DE OLIVEIRA SANTOS	RG	23952210	ATENDENTE
000771	ELIANE DE OLIVEIRA SILVA	RG	1933525	ATENDENTE
000710	JOSIANE ARAUJO LEITE	RG	19582498	ATENDENTE
000681	KÉZIA LOPES DA SILVA	RG	4596074	ATENDENTE
000394	KEZIA LUCIA DE SOUZA	RG	21234485	ATENDENTE
000731	LETICIA PEREIRA ALVES	RG	18414400	ATENDENTE
000574	MARILUCY VIEIRA DE OLIVEIRA	RG	12758523	ATENDENTE
000868	MYLENA BARRETO RODRIGUES	RG	25389645	ATENDENTE
000571	PAULA ALMEIDA CARVALHO	RG	13190121	ATENDENTE
000115	RUTH ELIETE NUNES SILVA	RG	10798684	ATENDENTE
000516	TACIANNY ALCANTARA MAZETTO	RG	25682970	ATENDENTE
000308	THANIA ROBERTA LOPES VILELA	RG	21895228	ATENDENTE
BIOLOGO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000486	YARA SANTOS BORGES	RG	4945973	BIOLOGO
	COORDENADOR SIS PETI			
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000335	FABIANY DE QUEIROZ PAIM	RG	18874614	COORDENADOR SIS PETI
000378	INGLA CRISTIANE BATISTA DOS SANTOS	RG	17075610	COORDENADOR SIS PETI
000303	TAYSSA APARECIDA SOARES ROCHA	RG	20516205	COORDENADOR SIS PETI
ENFERMEIRO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000658	ADELIA ROCHA INACIO DE MORAES	RG	12580325	ENFERMEIRO
000511	ANA CAROLINE DE LARA	RG	20497350	ENFERMEIRO
000497	ANDERSON APARECIDO DA SILVA	RG	01621632	ENFERMEIRO
000317	ANGELA DE LIMA RAMOS	RG	17602831	ENFERMEIRO
000817	BRUNA VIEIRA TOMICHA	RG	16855035	ENFERMEIRO
000370	CAMILLA VILELA DO NASCIMENTO	RG	19567162	ENFERMEIRO
000590	CAROLINE SOUZA REBELATO	CNH	04816661580	ENFERMEIRO
000566	CATIA LINA SOUZA LINO	RG	17221048	ENFERMEIRO
000468	CLAUDIA DOURADO DE SOUSA	RG	25908154	ENFERMEIRO
000793	EDENILSON ALVES VIEIRA	RG	622446	ENFERMEIRO
000669	ELIZANGELA DE SOUSA SANTOS	RG	17092990	ENFERMEIRO
000773	FÁBIO VINICIUS DE OLIVEIRA SOUZA	RG	21079609	ENFERMEIRO
000339	GABRIEL NOLETO ROCHA DO NASCIMENTO	RG	17261228	ENFERMEIRO
000400	GéSSICA FERNANDA COLNAGO DE LIMA	RG	21674485	ENFERMEIRO
000464	GESSIELDA PATRICIA ALMEIDA SILVA	RG	14322541	ENFERMEIRO
000206	GISLAINE CLARICE MATEUS SOARES PINTO	RG	10322930	ENFERMEIRO
000843	IRINA COUTINHO MARTINS DE SIQUEIRA	RG	15242340	ENFERMEIRO
000798	ISMAEL FERREIRA DOS SANTOS	RG	11877146	ENFERMEIRO
000232	IVANIA PEREIRA DE MACEDO	RG	1697785	ENFERMEIRO
000163	JACQUELINE TREMURA FIGUEIREDO	RG	22068791	ENFERMEIRO
000495	JANETE GOMES DE ARAUJO	RG	21468613	ENFERMEIRO
000680	KARLONY RODRIGUES DE OLIVEIRA	CNH	05016628906	ENFERMEIRO
000147	LEDIANNE GONÇALVES FIGUEIREDO LAGO	RG	17594057	ENFERMEIRO
000432	LUANA LAURA VIEIRA DA SILVA	RG	1474043	ENFERMEIRO
000209	LUANA LETICIA RODRIGUES REYNAUD	RG	17676037	ENFERMEIRO
000420	MARCELA TEODORO DE REZENDE E SILVA	RG	21758239	ENFERMEIRO
000734	MIRALDO DOS SANTOS IBIAPINO	RG	859720	ENFERMEIRO
000821	MONISE COUTINHO MARTINS DE SIQUEIRA	RG	15905721	ENFERMEIRO

000260	NILDA VERGINIA DE SOUZA BUENO	RG	19824041	ENFERMEIRO
000562	PATRICIA APARECIDA DE SOUZA NERY	RG	15749282	ENFERMEIRO
000334	PATRICIA CRISTINA PEREIRA DE ARAUJO	RG	11464160	ENFERMEIRO
000458	RAQUEL DE OLIVEIRA NUNES NEVES	RG	20135270	ENFERMEIRO
000414	THAíS NAYARA DE MATOS ALMEIDA	RG	118974	ENFERMEIRO
000736	VIVIANE COLI	RG	10029854	ENFERMEIRO
FISCAL TRIBUTARIO BALANCA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000219	ADRIANO FERNANDES DE SOUZA	CNH	04744924325	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000841	ALEXANDRE DIAS MIOLLI NETO	RG	20611730	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000694	ALEXANDRE PINTO	RG	5214204	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000667	ANDREIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA	RG	1798545	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000333	CARLOS MáRCIO DE OLIVEIRA SILVA	RG	12861499	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000807	CARLOS RAFAEL DE OLIVEIRA	RG	14579847	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000829	CLEIDE NALVA DA SILVA	RG	13516027	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000612	CLEONICE ANTONIA DA SILVA	RG	13527150	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000632	CLEONISIO AUTO DE OLIVEIRA NETO	RG	12747459	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000811	CRIOSLAINE RODRIGUES PEREIRA	RG	17304709	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000268	DENILSON FAUSTO NUNES PEREIRA	RG	17112311	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000233	DIVINO PIRES DE SOUZA	RG	13777483	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000606	EDILSON BATISTA DAMASCENA SILVA	RG	00195070	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000536	EDINEY DE BRITO	RG	121466	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000440	EGON HENRIQUE MENDES OLIVEIRA	RG	24956384	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000357	ELENIR AUXILIADORA DE OLIVEIRA	RG	6819737	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000109	ETEVALDO TEIXEIRA DA SILVA	CNH	00713514462	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000442	FERNANDA ELAINE RODRIGUES	RG	26358190	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000237	GLEIDSON NATAL ALVES BORGES	RG	16025067	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000842	HUMBERTO DA SILVA OLIVEIRA VILELA	RG	14481499	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000227	INALDIO CAVALCANTE SILVA	RG	23119101	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000848	JERRY ADRIANI SIMONCELOS DO NASCIMENTO	RG	18222358	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000727	JHONNATAN LUCAS DE ALMEIDA RODRIGUES	RG	23952059	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000854	JOELMA LOURENÇO DE SOUZA	RG	722509	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000769	JOSE ANTONIO BENEDITO SOARES DA SILVA	RG	15762688	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000755	JOSé REINALDO CAMPOS	RG	15358852	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000502	KENIO DA SILVA RAMOS	RG	12157884	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000674	LEANDRO DE SOUZA STEFFENI	RG	20270364	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000768	LUCAS EMANUEL TEIXEIRA DE ALMEIDA	RG	19141793	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000725	LUCAS VINICIUS DE ALBUQUERQUE SANTOS	RG	25146815	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000564	LUZIANE DIAS SOARES	RG	19880413	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000863	MAISA ALVES LEITE	RG	16582179	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000867	MARCELO ALEXANDER LEITE MAGALHAES	RG	23953020	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000151	MARCOS AURéLIO ROCHA MURTA	RG	16582713	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000749	MAURO DE SOUSA GOMES	RG	20135971	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000686	MICHELLE DAYANNE FAGUNDES DOS SANTOS	RG	21766649	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000655	MôNICA DE ALMEIDA PEREIRA	RG	21480656	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000132	MURILO DE SOUSA PEREIRA	RG	20742037	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000875	NEIDE SALETE BATTISTI XAVIER	RG	528240	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000235	ONILDO NASCIMENTO PEREIRA FILHO	RG	22735267	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000881	PATRICIA GOMES LOPES	RG	17042119	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000877	PAULA CAROLINE LOPES NUNES ROCHA	RG	17437717	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000337	RENATA DE JESUS ARAUJO	RG	16554892	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000822	RENATA TEIXEIRA GUIMARãES	RG	19002904	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000614	RIVALDO SOUZA BARBOSA	RG	06109098	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000729	RODRIGO CAMARãO DE OLIVEIRA	RG	21077513	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000135	RODRIGO SOUSA TUNES	CNH	05678979195	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000638	ROZANA MARIA DOS SANTOS	RG	13514997	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000692	SAMUEL MARTINS RODRIGUES	RG	21499969	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000846	SANDRA DELMON DE ALMEIDA SILVA	RG	13515233	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000395	SANDRA ROSÂNGELA NOGUEIRA DA SILVA	RG	471527	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000350	TALYS LUCAS FERREIRA DO NASCIMENTO	RG	24549967	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000577	TANIA K. C. SANTOS	RG	25131230	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000424	THIERRES DE JESUS ALVES	RG	19658702	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000152	TIAGO RODRIGUES DE ASSIS	RG	23466332	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000685	VALMIR JUNIO DE SOUSA PEREIRA	RG	13515314	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000287	VANDERLEIA FRANCISCA DA SILVA	RG	5662616	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000733	VERA LUCIA DE SOUSA	RG	3695997	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000782	WALTEYR RODRIGUES BARBOSA	RG	24168815	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
000262	YANE KAROLINE BARBOSA XAVIER	RG	23952261	FISCAL TRIBUTARIO BALANCA
FISIOTERAPEUTA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000460	FLáVIA RODRIGUES NASCIMENTO SOARES	RG	16422040	FISIOTERAPEUTA
000103	FRANNCOISE CRISTHINNE MAZZETTO DE CASTRO	CTPS	79902	FISIOTERAPEUTA
000596	HELDICELY JANAINA DE CARVALHO OLIVEIRA	RG	17989108	FISIOTERAPEUTA
000245	MARCIANE BREITEMBACH AZEVEDO	RG	13142747	FISIOTERAPEUTA
000507	MARíLIA GIMENES RODRIGUES DA SILVA	CNH	04579025273	FISIOTERAPEUTA
000837	PAULA CRISTINA MOURA DE SANTANA	RG	17722098	FISIOTERAPEUTA
000693	WANESSA XAVIER DE PIETRO	RG	16941977	FISIOTERAPEUTA
INSTRUTOR DE ARTESANATO EDUCACIONAL				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000698	CLEIDE MARIA MORAES	RG	690588	INSTRUTOR DE ARTESANATO EDUCACIONA
000778	IRENE APARECIDA ALVES DE ARAUJO	RG	20692536	INSTRUTOR DE ARTESANATO EDUCACIONA
INSTRUTOR DE DANCA E TEATRO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000241	EDILAINE FERREIRA DE LANA	RG	23326433	INSTRUTOR DE DANCA E TEATRO
	INSTRUTOR DE ESPORTE EDUCACIONAL			
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000157	JOSSIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA	RG	20397330	INSTRUTOR DE ESPORTE EDUCACIONAL
000784	ZENILDA ROSA DE PAULA	RG	844191	INSTRUTOR DE ESPORTE EDUCACIONAL
INSTRUTOR DO PETI-JARUDORE				

Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000678	BRUNA MORGANA PEREIRA FLORENTIM	RG	24982970	INSTRUTOR DO PETI-JARUDORE
000540	CLARICE SOUZA DE OLIVEIRA	RG	498655	INSTRUTOR DO PETI-JARUDORE
000780	GELZIENE TANAJURA RODRIGUES	RG	12799220	INSTRUTOR DO PETI-JARUDORE
000772	RIVANI MARIA DE OLIVEIRA PIRES	RG	15349462	INSTRUTOR DO PETI-JARUDORE
INSTRUTOR DO PETI-ZONA URBANA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000356	APARECIDA DE LOURDES GOMES BARBOSA	RG	10874852	INSTRUTOR DO PETI-ZONA URBANA
000751	PLINIO MATHEUS DE OLIVEIRA	RG	19141530	INSTRUTOR DO PETI-ZONA URBANA
INSTRUTOR ESPORTE EDUCACIONAL-CAPOEIRA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000428	JEAN DIAS DOS REIS	RG	16422449	INSTRUTOR ESPORTE EDUCACIONAL-CAPO
000699	ROSINEI DA SILVA SOUZA	RG	15469417	INSTRUTOR ESPORTE EDUCACIONAL-CAPO
INSTRUTOR INSTRUMENTO MUSICAL-P.SOCIAL				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000501	MATHEUS FERREIRA BARBOSA	RG	23932643	INSTRUTOR INSTRUMENTO MUSICAL-P.SOC
INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-EDUCAÇÃO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000675	DENIVALDO OLIVEIRA	RG	24084212	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-EDUCAÇ
000683	MACIEL PEREIRA FLORENTIM	RG	20001266	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-EDUCAÇ
000718	MANOEL OTONI DOS REIS JúNIOR	RG	464451	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-EDUCAÇ
INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-P. SOCIAL				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000518	DEVAIR OLIVEIRA SALES	RG	16618734	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-P. SOCIA
000314	EDIENE PINHEIRO NERY	RG	20270402	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-P. SOCIA
000142	EDUARDO BRITO VAILLANT	RG	17003180	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-P. SOCIA
000158	JAIME WILLIAN CARVALHO VIEIRA	RG	24162094	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-P. SOCIA
000258	MARCELO MARQUES BARBOSA DE SOUZA	CNH	05678973849	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-P. SOCIA
000665	RAFAEL DE SOUZA ALVES	RG	24161683	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-P. SOCIA
000221	THAYS FERNANDA LOPES VILELA	RG	20692447	INSTRUTOR LABOR. INFORMATICA-P. SOCIA
INSTRUTOR LABOR.INFORMATICA-EDUC-SEDE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000885	JOHN MAYCO SILVA	RG	25643827	INSTRUTOR LABOR.INFORMATICA-EDUC-SE
000712	LEONARDO KLEIN REZENDE	RG	18930948	INSTRUTOR LABOR.INFORMATICA-EDUC-SE
000602	MONICA LEIDIANE HENRIQUE ALVES DOS ANJOS	RG	1988121	INSTRUTOR LABOR.INFORMATICA-EDUC-SE
000408	TIMOTHEO ELIAS JOSé BATISTA	CNH	05121396827	INSTRUTOR LABOR.INFORMATICA-EDUC-SE
INSTRUTOR PRATICAS ARTESANAIS				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000479	MARIA OLGA FONSECA	RG	291066	INSTRUTOR PRATICAS ARTESANAIS
000520	SUELY NERY DE SOUZA	RG	873339	INSTRUTOR PRATICAS ARTESANAIS
MERENDEIRA INDIGENA-ALDEIA ESIMI ESUTE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000788	MARIA APARECIDA RETATA TSIMITSUTE	RG	23326140	MERENDEIRA INDIGENA-ALDEIA ESIMI ESU
MERENDEIRA INDIGENA-ALDEIA NHOWI				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000409	OSCARINA TSINHOTSE EDZARETSETSE OWETE	RG	21795568	MERENDEIRA INDIGENA-ALDEIA NHOWI
MERENDEIRA INDIGENA-ALDEIA NOVO MUNDO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000168	MARIA MADALENA RO ODZARORI	RG	15477509	MERENDEIRA INDIGENA-ALDEIA NOVO MU
MERENDEIRA-ALDEIA DOM BOSCO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000818	CENITA ELBA UTOMOTSIWETE	RG	26980777	MERENDEIRA-ALDEIA DOM BOSCO
MERENDEIRA-ASSENT. PONTAL DA AREIA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000889	DALVAIR BISPO DE OLIVEIRA	RG	04631145	MERENDEIRA-ASSENT. PONTAL DA AREIA
000498	FRANCISCA MICELANGE BARBOSA DE FREITAS	RG	23949929	MERENDEIRA-ASSENT. PONTAL DA AREIA
000735	LINDINALVA PEREIRA RAMOS DE AMEILDA BRANCO	RG	12814636	MERENDEIRA-ASSENT. PONTAL DA AREIA
000882	LUCINEIDE RODRIGUES DA SILVA	RG	17074878	MERENDEIRA-ASSENT. PONTAL DA AREIA
000496	MARIA NILCE BARBOSA FREITAS	RG	1708223	MERENDEIRA-ASSENT. PONTAL DA AREIA
000580	NAYANE CASTRO DE SALES	RG	24744913	MERENDEIRA-ASSENT. PONTAL DA AREIA
MERENDEIRA-ASSENTAMENTO ALMINHAS				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000831	LEIDIA MATOS FERREIRA	RG	5128223	MERENDEIRA-ASSENTAMENTO ALMINHAS
MERENDEIRA-DISTRITO PARAISO DO LESTE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000706	MOEMIA SILVA DOURADO	RG	5442653	MERENDEIRA-DISTRITO PARAISO DO LESTE
MERENDEIRA-JARUDORE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000687	CLEIDE LUCIA DE OLIVEIRA SANTOS	RG	20381492	MERENDEIRA-JARUDORE
000617	FLORIZA ROSA DE ARAUJO	RG	12805416	MERENDEIRA-JARUDORE
000301	JUSCINEIDE HONORATO DOS SANTOS	RG	11886145	MERENDEIRA-JARUDORE
000668	LUZINER DOS REIS TOMAZ	RG	17193869	MERENDEIRA-JARUDORE
MERENDEIRA-ZONA URBANA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000278	ALESSANDRA CAMPOS DOS SANTOS	RG	09091181	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000313	ALEXSANDRA CARLOTA RODRIGUES DA SILVA	RG	13516957	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000475	DAGMAR SOUZA FERNANDES	RG	00104885	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000196	ELIANE LINDINALVA DE LARA PINHO	RG	744971	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000190	ELIS REGINA BELO DO NASCIMENTO	RG	16442523	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000228	ELIZABETH LACERDA MOURA	RG	13530194	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000283	EVANILCE MARTINS DE MORAES	RG	13515284	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000840	LEONICE IBANEZ DE JESUS	RG	16282000	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000368	LIANE DESIDéRIO PERES	RG	12580341	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000153	LUCIANA CAMPOS FERREIRA	RG	13516434	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000309	MARIA LUZIA PEREIRA LIMA	RG	954539	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000646	MARIA APARECIDA ALVES GOVEIA	RG	05964784	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000543	MARIA APARECIDA LOPES	RG	399073	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000216	MARIA APARECIDA SOUSA GOMES	RG	20565569	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000828	RAQUEL FREITAS DIAS	RG	19243340	MERENDEIRA-ZONA URBANA

000470	ROSELI DOS SANTOS DE SOUZA	RG	19880944	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000762	SIMONE BARBOSA FERREIRA	RG	16207459	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000299	SOLANGE MARTA BATISTA	RG	15067092	MERENDEIRA-ZONA URBANA
000759	SULEIR MARIA DE ARAUJO	RG	16231163	MERENDEIRA-ZONA URBANA
MONITOR DE CRECHE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000292	ADRIELE DE PAULA PEREIRA	RG	40066873	MONITOR DE CRECHE
000367	ALINE ALVES DE CARVALHO	RG	22846760	MONITOR DE CRECHE
000808	ALINE LOPES DOS ANJOS ALVES	RG	21587523	MONITOR DE CRECHE
000558	AMANDA ANDRE CELESTINO SOUZA	RG	22705970	MONITOR DE CRECHE
000251	CéLIA ALVES BORGES	RG	16940946	MONITOR DE CRECHE
000517	CREUZA EVANGELISTA DE ALCANTARA	RG	775861	MONITOR DE CRECHE
000666	DEBORA ANDRESSARODRIGUES DA SILVA	RG	23952300	MONITOR DE CRECHE
000834	DEBORA BARBOSA DA SILVA	RG	23044918	MONITOR DE CRECHE
000145	DEBORA LETICIA RAPOSO	RG	41371427	MONITOR DE CRECHE
000781	ELISSANDRA IMBURANA CARDOSO	RG	20397119	MONITOR DE CRECHE
000812	ELZENY OLIVEIRA XAVIER	RG	95945539	MONITOR DE CRECHE
000383	ESLANY DE SOUZA ARAUJO	RG	20397518	MONITOR DE CRECHE
000371	GEANANCI FERNANDES DE OLIVEIRA	RG	23418303	MONITOR DE CRECHE
000790	GLáUCIA PAULINO DA SILVA	RG	24073210	MONITOR DE CRECHE
000349	ISAURA GOMES DE JESUS MOREIRA	RG	19917643	MONITOR DE CRECHE
000441	JAYLMA DIAS MARINHO	RG	21198950	MONITOR DE CRECHE
000256	JESSICA TAIS MENDES DE SOUZA	RG	21623163	MONITOR DE CRECHE
000154	JEYNNIFFER XAVIER SOUZA DA SILVA	RG	21895708	MONITOR DE CRECHE
000220	JOELMA LELIS NORBERTO	RG	16618130	MONITOR DE CRECHE
000257	JOICY THAMILLIS DE SOUZA LOPES	RG	24603660	MONITOR DE CRECHE
000377	JOSIANE SOUZA RAMOS	RG	20253230	MONITOR DE CRECHE
000763	JOSIELE CURSINO NUNES SEIBT	RG	23949503	MONITOR DE CRECHE
000801	KAMILLA DI PAULA SOARES DA SILVA	RG	21490430	MONITOR DE CRECHE
000515	KATIANA PINTO REIS DA SILVA	RG	21587159	MONITOR DE CRECHE
000203	KELLY GRACIELLE LELIS GONçALVES	RG	23581760	MONITOR DE CRECHE
000713	KêNIA SAMER DA COSTA LEMES	RG	14748665	MONITOR DE CRECHE
000316	LAURA APARECIDA MATOS DE PAULA	RG	20741669	MONITOR DE CRECHE
000521	LUCELIA FERREIRA	RG	13077449	MONITOR DE CRECHE
000457	LUCILENE PEREIRA DOMINGOS	CNH	04184646895	MONITOR DE CRECHE
000230	LYDDYSSEN GEANNES DA SILVA FERREIRA	RG	21149925	MONITOR DE CRECHE
000756	MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA XAVIER NASCIMENTO	RG	12519014	MONITOR DE CRECHE
000767	MARILAINE CAMPOS DE ALMEIDA	RG	20807660	MONITOR DE CRECHE
000252	MARILIA RODRIGUES SANTOS FERREIRA	RG	18414761	MONITOR DE CRECHE
000799	NEIDE DELMONDES PANTALEAO	RG	23949511	MONITOR DE CRECHE
000584	RAFAEL PATRICK SOUSA SILVA	RG	20135262	MONITOR DE CRECHE
000624	ROSANE RODRIGUES SILVA	RG	10974172	MONITOR DE CRECHE
000701	SANDRA CARDOSO DA SILVA	RG	17773814	MONITOR DE CRECHE
000651	SELENE CAVALCANTE DE ALMEIDA	RG	4431056	MONITOR DE CRECHE
000382	SIRLANIA MACIEL LACERDA	RG	3049618	MONITOR DE CRECHE
000560	SUZINEIDE SOUZA DE OLIVEIRA	RG	1991537	MONITOR DE CRECHE
000537	TERESINHA DE JESUS PEREIRA DE MIRANDA	RG	733590	MONITOR DE CRECHE
000148	VANIUZA GALVãO DE ARRUDA	RG	682020	MONITOR DE CRECHE
000324	YANE KAROLINE	RG	19698739	MONITOR DE CRECHE
000296	ZENAIDE TELES VASCO	RG	12799769	MONITOR DE CRECHE
MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000715	AILSON LEITE GALVAO	RG	16421434	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000403	AJACKSON NASCIMENTO CUNHA	RG	16941004	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000208	ALESSANDRO NASCIMENTO NUNES ROCHA	RG	06100929	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000238	CARLOS CESAR AIRES DA SILVA	RG	441005	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000503	CARLOS RODRIGUES VIEIRA	RG	17830688	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000430	DURVALINO CARVALHO REIS	RG	56168	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000551	EDMAR JESUS SOARES	CNH	04093744508	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000265	ELIVELTON SOUZA XAVIER	RG	21766533	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000526	GERALDO DE ARAUJO MARTINS	RG	2890051	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000398	HENRIQUE CAMPOS NASCIMENTO	RG	4335728	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000583	IGOR HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA	RG	18478506	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000513	JEFERSON ALVES DE SOUZA	RG	12957313	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000862	JOAO CARLOS DA SILVA	RG	659855	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000744	JOHN LENNO SANTANA BRITO	CNH	04670398837	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000415	JONIERE ROCHA MARQUES	RG	21080542	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000530	JULEI RODRIGUES DA SILVA	RG	03927881	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000886	LUIZ GONZAGA SILVA DA COSTA	RG	775563	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000535	MANOEL DOS ANJOS SILVA	RG	072924	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000550	OSVALDO RODRIGUES DE MELO	RG	932486	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000626	PAULA LUANA DOS SANTOS RODRIGUES	RG	17494168	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000611	THESCOM OLIVEIRA SILVA	RG	19712286	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000684	TIAGO RODRIGUES GONçALVES LEãO	RG	4149790	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
000452	WENDER	CNH	05191581536	MOTORISTA (VEÍCULO LEVE)
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R. BROTAO/JARUDORE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000326	CARLOS ALVES DE SOUZA	RG	570422	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R. BROTAO/JARUD
000795	JOSE CARLOS DA SILVA	RG	12799106	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R. BROTAO/JARUD
000719	MARCELO FREITAS SOUZA	RG	12625915	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R. BROTAO/JARUD
000298	MISAEL DE SOUZA MIRANDA	RG	18830307	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R. BROTAO/JARUD
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.BEIRA RIO/AP.LESTE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000814	ALONSO DIAS VIEIRA	RG	664038	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.BEIRA RIO/AP.LE
000374	EDSON ALVES BORGES	RG	610066	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.BEIRA RIO/AP.LE
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.BONANZA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000448	CELSO PEREIRA LOPES	RG	21536937	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.BONANZA
000261	JONNIVON ALVES NOVAIS	RG	13514580	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.BONANZA

MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.BURITIZAL				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000269	VALDEMIR BARBOSA PEREIRA	RG	487027	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.BURITIZAL
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.CANTA GALO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000164	JOSIMAR TORRES DIAS	RG	984956	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.CANTA GALO
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.CORGINHO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000179	AMILSON ROCHA DE MACEDO	RG	570465	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.CORGINHO
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.JOÃO DE BARRO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000176	AGDON DA SILVA BARROS	RG	21623327	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.JOÃO DE BARRO
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.MAJOR/ALTO COITE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000880	CLAUDIO CHAGAS LOPES	CNH	02819217932	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.MAJOR/ALTO CO
000192	GEVALE BATISTA DE JESUS	RG	2272378	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.MAJOR/ALTO CO
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.POCO FUNDO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000277	SINVALDO VIEIRA BATISTA	RG	207589	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.POCO FUNDO
MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.SERRADINHO/APARECIDA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000229	ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	RG	485065	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.SERRADINHO/AP
000311	JOSE DIAS VIEIRA	RG	00233374	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.SERRADINHO/AP
000853	RODINALDO TAVARES BORGES	CTPS	80649	MOTORISTA(T.ESCOLAR)R.SERRADINHO/AP
MOTORISTA(T.ESCOLAR)ZONA URBANA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000128	ELY VIEIRA CÉLIO NETO	RG	20396937	MOTORISTA(T.ESCOLAR)ZONA URBANA
000416	JURACY DE OLIVEIRA GOVEIA	RG	13118188	MOTORISTA(T.ESCOLAR)ZONA URBANA
000765	PEDRO ANTONIO PEREIRA SOARES	RG	18359477	MOTORISTA(T.ESCOLAR)ZONA URBANA
000726	VICENTE BISPO MARIANO	CNH	00062549080	MOTORISTA(T.ESCOLAR)ZONA URBANA
NUTRICIONISTA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000210	CECíLIA LOPES ARAúJO MIRANDA	RG	15884090	NUTRICIONISTA
OPERADOR MAQUINAS-I(OP.RETRO-ESCAVADEIRA)				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000609	JOSE ANTONIO FERREIRA DE SOUZA	RG	14423677	OPERADOR MAQUINAS-I(OP.RETRO-ESCAVA
000615	MANOEL MISSIAS GOMES DOS SANTOS	RG	16356454	OPERADOR MAQUINAS-I(OP.RETRO-ESCAVA
OPERADOR MAQUINAS-II(OP.TRATOR ESTEIRA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000454	JOSE LOPES DOS ANJOS	CNH	04477691584	OPERADOR MAQUINAS-II(OP.TRATOR ESTEI
OPERADOR MAQUINAS-III(OP.PA CARREGADEIRA)				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000873	EDSON BORGES DOS ANJOS	RG	06953549	OPERADOR MAQUINAS-III(OP.PA CARREGA
000483	IRINEU PEREIRA DE CAMPOS	RG	16583159	OPERADOR MAQUINAS-III(OP.PA CARREGA
000508	JEREMAIS OLIVEIRA MACEDO	RG	12782106	OPERADOR MAQUINAS-III(OP.PA CARREGA
OPERADOR MAQUINAS-V(OP.MOTO-NIVELADORA)				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000835	EDVALDO COELHO DE SOUZA	RG	178818	OPERADOR MAQUINAS-V(OP.MOTO-NIVELA
ORIENTADOR SOCIAL				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000869	DIVINA DA SILVA BARROS	RG	16282078	ORIENTADOR SOCIAL
000534	FABIANA SANTOS FERREIRA	RG	08762015	ORIENTADOR SOCIAL
000662	LARISSA TAUANY IZIDORIO DE OLIVEIRA	RG	23234733	ORIENTADOR SOCIAL
000852	NAYANY ALVES FERREIRA	RG	2321919	ORIENTADOR SOCIAL
PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000874	DENISE BATTISTI XAVIER	RG	19641117	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA
000172	PABLO BATEMARQUE PEREIRA	RG	14729385	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA
PROFESSOR I - ASSENT. ALMINHAS				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000797	FLEIK IMONE GONÇALVES NUNES	RG	888946	PROFESSOR I - ASSENT. ALMINHAS
PROFESSOR I - ASSENTAMENTO ALTO COITE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000643	ADRIELLE DOS SANTOS COSTA	RG	22720545	PROFESSOR I - ASSENTAMENTO ALTO COIT
000649	CHARLINE DO AMARAL PINHEIRO	RG	19760639	PROFESSOR I - ASSENTAMENTO ALTO COIT
000625	DAYANE LINDAURA KUDREK	RG	25878050	PROFESSOR I - ASSENTAMENTO ALTO COIT
000802	GLEICY PAULINO DA SILVA	RG	21079773	PROFESSOR I - ASSENTAMENTO ALTO COIT
000753	GRAZIELE CORREA DUARTE	RG	19582340	PROFESSOR I - ASSENTAMENTO ALTO COIT
000695	ROSIMARIA SANTOS DE OLIVEIRA	RG	20396880	PROFESSOR I - ASSENTAMENTO ALTO COIT
PROFESSOR I-ASSENT. PONTAL AREIA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000876	ANTôNIO PEREIRA DA SILVA	RG	907822	PROFESSOR I-ASSENT. PONTAL AREIA
000742	MARIA DE FáTIMA LEMES BORGES	RG	152651	PROFESSOR I-ASSENT. PONTAL AREIA
PROFESSOR I-DISTRITO JARUDORE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000474	ROSILENE LOPES DE FARIAS	RG	11811951	PROFESSOR I-DISTRITO JARUDORE
000473	SANDRA CAVALCANTE COSTA	RG	10566910	PROFESSOR I-DISTRITO JARUDORE
PROFESSOR I-ZONA URBANA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000553	ALZIRAM MOREIRA DA PAZ RODRIGUES	RG	04869320	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000739	DIONE DOS SANTOS DE SANTANA	RG	22274731	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000270	DIONIZIA MESSIAS DOS SANTOS	RG	07884117	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000402	EDIVIRGENS ALVES DE ALMEIDA	RG	1002632	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000412	ELENIR PAIM	RG	10049886	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000760	IVETE SOUSA ARAUJO BRITO	RG	903045	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000878	LIANE ANTONIA KLEIN REZENDE	RG	05828341	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000477	LIZETE XAVIER CARDOSO	RG	02438330	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000561	LUANA CAROLINA SANTOS	RG	21674558	PROFESSOR I-ZONA URBANA

000200	LUCIANA XAVIER ALVES	RG	11354658	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000100	MáRCIA ADRIANA NUNES DE ALMEIDA OLIVEIRA E SI	RG	6119387	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000810	MARIA APARECIDA CAVALCANTE DE SOUZA	RG	13526987	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000401	MARINALVA DE SOUZA GALVÃO LEITE	RG	13740458	PROFESSOR I-ZONA URBANA
000490	NEUZA FERREIRA DE ARAúJO	RG	759364	PROFESSOR I-ZONA URBANA
PROFESSOR II-CIENCIAS-ZONA URBANA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000532	HUGNEIA OLIVEIRA FARIA	RG	23953985	PROFESSOR II-CIENCIAS-ZONA URBANA
PROFESSOR II-LETRAS-ZONA URABANA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000671	JUNIO DIAS DA COSTA	RG	4742368	PROFESSOR II-LETRAS-ZONA URABANA
000542	URANO AUGUSTO LOPES FERREIRA DA SILVA	RG	16616928	PROFESSOR II-LETRAS-ZONA URABANA
PROFESSOR II-MATEMATICA-ZONA URBANA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000387	ELIZABETH BELLIDO MARTINS	RG	33179790	PROFESSOR II-MATEMATICA-ZONA URBANA
PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ALDEIA ESIMI ESUTE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000789	JOSE MARIA TSIRUIPI TSIMITSUTE	RG	4849370	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ALDEIA ESIMI
PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ASSEN.P.AREIA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000266	LUZIENE ZENAIDE CONCEIçãO DE ARRUDA LANDIM	RG	06378587	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ASSEN.P.AREIA
000499	MILTON ALVES DO REGO	RG	391308	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ASSEN.P.AREIA
000702	NIVIA SIBELE DE OLIVEIRA FERNANDES	RG	13213628	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ASSEN.P.AREIA
PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ASSENT. ALTO COITE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000845	ROSELENA ALVES LIMA	RG	10816917	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ASSENT. ALTO
000777	ROSINEY BRAGANÇA LOPES	RG	12837822	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ASSENT. ALTO
PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DIST.APAREC.LESTE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000820	JACQUELINE CORREIA DOS SANTOS VIEIRA	RG	19020562	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DIST.APAREC.LE
000557	ZILMA ALVES DA COSTA	RG	12158372	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DIST.APAREC.LE
PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DISTRITO JARUDORE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000149	CHARLEIDE PEREIRA DO PRADO	RG	12804754	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DISTRITO JARUD
000724	LUCINEIDE ALVES DA SILVA	RG	11212160	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DISTRITO JARUD
000421	MARIA LUCIA GOMES SANTOS	RG	859535	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DISTRITO JARUD
PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DISTRITO PARAISO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000610	LAUDCÉIA CARLOS DE ASSIS	RG	562832	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-DISTRITO PARAI
PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000451	ALESSANDRA CRISTINA SANTOS DE ALMEIDA	RG	13516388	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000134	BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA	RG	11153547	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000639	CLAUDIA SILVA DO PRADO	RG	13619519	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000682	DANIELLE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	RG	5097798	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000871	FERNANDA KASSIANA DO NASCIMENTO GONçALVES	RG	5307446	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000864	IRACI PEREIRA NATAL MACEDO	RG	07309490	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000431	JEFERSON SANTANA	RG	24279816	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000129	LAURA GIOVANA SILVA BRITO	RG	10400705	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000832	LáZARA MORAES DA SILVA PAIM	RG	878179	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000622	LEIDENAURA ALVES REGO SILVA	RG	1490094	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000425	MARIA BENEDITA DE SOUSA BARCELOS	RG	08761990	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000305	MARIA EUNICE DA SILVA OLIVEIRA	RG	044746	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000375	MARIA ROSA GOMES DA SILVA	RG	07403968	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000444	MARILEIDE LEITE SILVA	RG	546325	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000437	OLINDINA DA ROCHA PERES	RG	266105	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000865	ROSILENE LUIZA MIRANDA	RG	1352155	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000340	SULENY MESSIAS PEREIRA	RG	395529	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000323	VANUZETE FRANCISCA DA SILVA	RG	14756404	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
000194	ZIZIANE SUHELEN GOMES DOS SANTOS	RG	13103903	PROFESSOR II-PEDAGOGIA-ZONA URBANA
PROFESSOR INDIGENA-DOM BOSCO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000819	ARQUIMEDES UNE WEREE	RG	734372	PROFESSOR INDIGENA-DOM BOSCO
PROFESSOR INDIGENA-NOVO MUNDO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000167	JOSUE DUPTUWE TEWATE	RG	11611502	PROFESSOR INDIGENA-NOVO MUNDO
PSICOLOGO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000555	ANA KELLY RODRIGUES DE OLIVEIRA	RG	14048850	PSICOLOGO
000272	ARíCIA LAíS LéLIS SILVA	RG	16940750	PSICOLOGO
000592	CELMA DE OLIVEIRA MARTINS	RG	27537277	PSICOLOGO
000738	ISABEL JAINE DOS SANTOS DE SANTANA	RG	22277021	PSICOLOGO
000113	JANETE ARAUJO RAMOS	RG	04846818	PSICOLOGO
000143	REJANE REGENOLD	RG	13255819	PSICOLOGO
TECNICO ENFERMAGEM-ASSOC. GARIMPEIROS				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000594	AGUIMAR FELIS DA SILVA	RG	07884060	TECNICO ENFERMAGEM-ASSOC. GARIMPEIR
000358	DORILENE MACIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE	RG	11771216	TECNICO ENFERMAGEM-ASSOC. GARIMPEIR
000539	JOSE NUNES DA MATA JUNIOR	RG	4321287	TECNICO ENFERMAGEM-ASSOC. GARIMPEIR
TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000634	ADILSON ALVES PEREIRA	RG	06101542	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000243	ANA MARIA RIBEIRO SOUZA	RG	867073	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000144	CLÁUDIA REGINA RAMOS DE SOUZA SANTOS LEMES	RG	14838562	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000481	ELIONETH SOARES VIEIRA DOS ANJOS	RG	12356360	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000618	IDA FERREIRA ARAUJO CARVALHO	RG	09930256	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000578	IEDA CASTRO CELESTINE	RG	10204563	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000445	JANETE FLORINDA DA ROCHA MOURA	CTPS	40353	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000830	LAILA SUELI PEREIRA DOS ANJOS	RG	22691545	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE

000800	LUIZ HENRIQUE ALVES PEREIRA	RG	993143	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000385	MARIA APARECIDA DE ALMEIDA	RG	503657	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000579	MARIA JOSE VIEIRA DOS ANJOS	RG	00098322	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000302	MARIA OLGA RODRIGUES DE MELO	RG	11607831	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
000858	REGINA FERREIRA DE ARAUJO	RG	387771	TECNICO ENFERMAGEM-SECRET. SAÚDE
TECNICO HIGIENE DENTAL				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000650	CLEIDILENE ALMEIDA LOPES	RG	16255380	TECNICO HIGIENE DENTAL
000166	NISLENE MARIA DOS SANTOS	RG	15166520	TECNICO HIGIENE DENTAL
VETERINARIO				
Inscrição	Candidato	Documento	Número	Cargo
000672	JONATHAN DE VASCONCELOS BARROS	RG	10798668	VETERINARIO
000752	RAQUEL GIACHINI	RG	16070054	VETERINARIO
000391	RENATA DI CARLO NERY MANDU SILVA E SILVA	RG	13946617	VETERINARIO

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:B9C52C53

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-2014 - PREGÃO PRESENCIAL N° 011-2014

Processo Licitatório nº 019/2014. Modalidade de Licitação: Pregão nº 011/2014 na forma Presencial. **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais para prática esportiva a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura Esportes e Lazer de Santa Cruz do Xingu/MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo V) do edital, por um período de 12 (doze) meses. *Órgão Gerenciador*: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu - PMSCX/MT. Conforme segue:

EMPRESA: ROUZANI RODRIGUES CORREA - ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o n° 07.371.550/0001-66.

Item	Descrição	Marca	Unid.	Qdte.	R$Unit.	R$Total
1	Bola tipo futebol de campo profissional adulto	TOPPER	UND	20	116,99	2.339,80
2	Bola tipo futebol de campo profissional infantil	TRAINER	UND	16	82,56	1.320,96
4	Uniforme completo tipo profissional para pratica de jogos de futebol de campo, adulto, de cor vermelha, com 22 camisas, com 22 calções e com 22 meiões, tamanho grande.	GIANNINI	JOGO	1	1.069,99	1.069,99
5	Uniforme completo tipo profissional para pratica de jogos de futebol de campo, adulto, de cor branca, com 22 camisas, com 22 calções e com 22 meiões, tamanho grande.	GIANNINI	JOGO	1	998,00	998,00
6	Uniforme completo tipo profissional para pratica de jogos de futebol de campo, infantil, de cor vermelha, com 22 camisas, com 22 calções e com 22 meiões, tamanho médio.	GIANNINI	JOGO	1	1.069,90	1.069,90
31	Bola tipo futsal profissional Max 300	TOPPER	UND	5	140,00	700,00
34	Saco para transporte de bolas de 10 vagas	TOPPER	UND	3	30,99	92,97
VALOR TOTAL:						R$ 7.591,62

EMPRESA: VERA CRUZ COMERCIO DE ELETRONICOS E MOVEIS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.330.005/0001-50.

Item	Descrição	Marca	Unid.	Qdte.	R$Unit.	R$Total
7	Uniforme completo tipo profissional para pratica de jogos de futsal, de cor branca, com 14 camisas, com 14 calções e com 14 meiões, tamanho grande.	TUBARÃO	JOGO	2	599,00	1.198,00
8	Uniforme completo tipo profissional para pratica de jogos de futsal, de cor vermelha, com 14 camisas, com 14 calções e com 14 meiões, tamanho grande.	TUBARÃO	JOGO	3	690,00	2.070,00
9	Uniforme completo tipo profissional para pratica de jogos de voleibol, de cor branca, com 14 camisas, 14 calções e 14 meias, tamanho grande.	TUBARÃO	JOGO	3	599,00	1.797,00
10	Uniforme completo tipo profissional para pratica de jogos de voleibol, de cor vermelha, com 14 camisas, 14 calções e 14 meias, tamanho grande	TUBARÃO	JOGO	3	759,00	2.277,00
14	Camisa tipo treinador, malha esportiva, de cor azul, tamanho extra-grande.	TUBARÃO	UND	1	22,00	22,00
15	Camisa tipo treinador, malha esportiva, de cor branca, tamanho extra-grande.	TUBARÃO	UND	1	15,00	15,00
16	Camisa tipo treinador, malha esportiva, de cor preta, tamanho extra-grande.	TUBARÃO	UND	1	22,00	22,00
17	Camisa tipo treinador, malha esportiva, de cor azul, tamanho médio.	TUBARÃO	UND	1	22,00	22,00
18	Camisa tipo treinador, malha esportiva, de cor branca, tamanho médio.	TUBARÃO	UND	1	15,00	15,00
19	Camisa tipo treinador, malha esportiva, de cor preta, tamanho médio.	TUBARÃO	UND	1	22,00	22,00
20	Camisa tipo treinador, malha esportiva, de cor azul, tamanho grande.	TUBARÃO	UND	3	22,00	66,00
21	Camisa tipo treinador, malha esportiva, de cor branca, tamanho grande.	TUBARÃO	UND	3	15,00	45,00
39	Camiseta pratica esportiva de jogo de bocha, de cor vermelha, tipo uniforme, tamanho médio.	TUBARÃO	UND	40	22,00	880,00
VALOR TOTAL:						R$ 8.451,00

EMPRESA: VALMIR DAL DEGRAN - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 13.145.343/0001-96.

Item	Descrição	Marca	Unid.	Qdte.	R$Unit.	R$Total
23	Colete de treino, de cor amarelo, tamanho pequeno.	KANGA SPORT	UND	11	12,48	137,28
24	Colete de treino, de cor azul, tamanho pequeno.	KANGA SPORT	UND	11	12,48	137,28
25	Colete de treino, de cor amarelo, tamanho médio.	KANGA SPORT	UND	35	12,49	437,15
26	Colete de treino, de cor azul, tamanho médio.	KANGA SPORT	UND	35	12,49	437,15
27	Colete de treino, de cor amarelo, tamanho grande.	KANGA SPORT	UND	30	12,49	374,70
28	Colete de treino, de cor azul, tamanho grande.	KANGA SPORT	UND	30	12,49	374,70
38	Bandeira tipo profissional para futebol de campo	PHYSICUS	JOGO	1	155,90	155,90
VALOR TOTAL						R$ 2.054,16

NOME: ROUZANI RODRIGUES CORREA – ME, CNPJ: 07.371.550/0001-66
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.302.579-9
ENDEREÇO: RUA 21 DE ABRIL S/N° CENTRO CANABRAVA DO NORTE – MT
TELEFONE: (66) 8448-5101 – 3577-1113

E-MAIL: rosanirc@yahoo.com.br
REPRESENTANTE LEGAL: EDNOR FERNANDES VIEIRA (PROCURADOR DA EMPRESA), PORTADOR DO RG: 4.797.191 SSP/MT, CPF: 452.826.841-87.

NOME: VERA CRUZ COMERCIO DE ELETRONICOS E MOVEIS EIRELI – ME, CNPJ: 15.330.005/0001-50
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.450586-7
ENDEREÇO: AV. GENERAL MELLO 3255/B JARDIN CALIFORNIA CUIABA - MT
TELEFONE: (65) 3052-7255
E-MAIL: veracruz@veracruz.adm.br
REPRESENTANTE LEGAL: LUCINÉIA MASCENA CRUZ (PROCURADORA DA EMPRESA) PORTADOR DO RG: 1180413-0 SSP/MT, CPF: 834.552.721-34.

NOME: VALMIR DAL DEGRAN – ME, CNPJ: 13.145.343/0001-96
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13413448-6
ENDEREÇO: RUA LUIZ GONZAGA DE SOUZA S/N° CENTRO SÃO FELIX DO ARAGUAIA
TELEFONE: (66) 3522-1010
E-MAIL: multicoisaspapelaria@yahoo.com.br
REPRESENTANTE LEGAL: VALMIR DAL DEGRAN (DONO DA EMPRESA), PORTADOR DO RG: 402334 SSP/MS, CPF: 500.552-591-20.

Santa Cruz do Xingu/MT, 27 de Maio de 2014.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Pereira da Silva
Código Identificador:56C1A66A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS
ANEXOS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2014 RGF

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2014 A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	138.694.290,34	-
Pessoal Ativo	129.489.371,89	
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.142.251,53	-
Aposentadorias	2.502.660,80	
Pensões	867.055,81	
Salário Familia	13.571,08	
Outros Beneficíos	2.758.963,84	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.062.666,92	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.291.424,23	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.125.261,33	-
Decorrentes de Decisão Judicial	15.571,68	-
Despesas de Exercícios Anteriores	8.339,69	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.142.251,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	130.402.866,11	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	130.402.866,11	130.402.866,11
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		229.238.252,44
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		56,89%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54 %		123.788.656,32
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %		117.599.223,50
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60 %		111.409.790,69
FONTE: Duralex, Prefeitura Municipal de Sinop, Contabilidade, Data da emissão 20/05/2014, hora da emissão 17:17.		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:		
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;		
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.		
Notas: Nas Outras despesas de pessoal decorrentes de Tercerização fora considerados conforme art. 122, da IN RFB 971/2009 quando não estiver estipulado em contrato, a base de cálculo corresponderá, no mínimo 50% para Serviços em geral; 30% de Transporte de Passageiro;		

Tabela 1.2

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2013			2014			2014		
3º Quadrimestre			1º Quadrimestre			2ª Quadrimestre		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
54%	55,46%	1,46%	0,004866667	54,97%	56,89%			
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.								

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI
Controle Interno

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2014 A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.579.939,30	6.479.349,10	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	7.550.891,12	6.450.300,92	0,00	0,00
Interna	7.550.891,12	6.450.300,92	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 5.5.2000 (inclusive) - Vencidos e ñ pagos	29.048,18	29.048,18	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	20.682.074,72	44.258.964,12	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.156.557,40	40.525.297,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	7.982.007,38	4.557.397,57	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	12.456.490,06	823.730,45	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (III) = (I - II)	-13.102.135,42	-37.779.615,02	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	216.579.913,14	229.238.252,44	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	3,50	2,83	#DIV/0!	#DIV/0!
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(6,05)	(16,48)	#DIV/0!	#DIV/0!
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL 120	259.895.895,77	275.085.902,93		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 108	233.906.306,19	247.577.312,64		
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	7.550.891,12	6.450.300,92	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	458.288,78	117.004,70	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	458.288,78	117.004,70	0,00	0,00
Demais Contribuções Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituições Não Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	7.004.243,73	6.262.223,58	0,00	0,00
Interna	7.004.243,73	6.262.223,58	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	88.358,61	71.072,64	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05.05.2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIS FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	2.906.306,16	3.725.114,15	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.196.103,14	5.278.612,75	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIARIA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	194.644.732,61	194.644.732,61	0,00	0,00
Passivo Atuarial	194.644.732,61	194.644.732,61	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)[1]	128.928.134,68	137.439.569,21	0,00	0,00
Disponibilida de Caixa Bruta	57.318,51	54.935,24	0,00	0,00
Investimentos	128.896.846,05	137.384.866,64	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	26.029,88	232,67	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	35.050,21	26.138,50	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOL. LÍQ. DO RPPS (XI) = (IX-X)	65.716.597,93	57.205.163,40	0,00	0,00
FONTE: Duralex, Prefeitura Municipal de Sinop, Contabilidade, Data da emissão 21/05/2014, hora da emissão 08:28.				
'Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se p total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar				
Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "insuficiência Financeira", das obrigações não integrantes da Divida Consolidada - DC. Assim quando o calculo de Deduções (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.				
Nota: Na publicação referente ao 3º quadrimestre de 2013 foi publicado um valor de R$ 8.750.039,66 na Divida Contratual Interna, onde o valor correto é R$ 7.550.891,12.				
Nota: Devido a um erro de interpretação não consta somas referente a Câmara Municipal de Sinop. A correção foi realizada no 1º quadrimestre de 2014.				

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI
Controle Interno

MUNICÍPIO DE SINOP
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2014 A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF 1	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF 1	-			-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	216.579.913,14	229.238.252,44	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,0	0,0	#DIV/0!	#DIV/0!
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (%)	22	22	22	22
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
GARANTIAS EXTERNAS (V)	0	0	0	0
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF 1				
GARANTIAS INTERNAS (VI)	0	0	0	0
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF 1				
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII) = (V + VI)	0	0	0	0
FONTE: Duralex, Prefeitura Municipal de Sinop, Contabilidade, Data da emissão 21/05/2014, hora da emissão 09:04.				
Nota 1: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.				
Nota: O Município de Sinop não possui contrato sendo aval ou fiador, o erro foi identificado após o fechamento do 3º quadrimestre de 2013.				

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI
Controle Interno

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2014 A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna		
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	-	-
<Tipo de operação>	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	229.238.252,44	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	36.678.120,39	16%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	16.046.677,67	7%

TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	-	-
FONTE: Duralex, Prefeitura Municipal de Sinop, Contabilidade, Data da emissão 27/01/2014, hora da emissão 16:35.		
Nota: O valor sujeito ao Limite de Contratação é referente a operações de crédito para Programa de Saneamento.		
Nota: O valor não sujeito ao Limite refere-se à Parcelamento de Dívida com o INSS.		
1 Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.		

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI
Controle Interno

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2014 A DEZEMBRO DE 2014

LRF, art. 48 - Anexo 7		R$
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com Pessoal - TDP	130.402.866,11	56,89%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%	123.788.656,32	54%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,3%	117.599.223,50	51,30%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-37.779.615,02	-16,48%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	275.085.902,93	120,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	36.678.120,39	16,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	16.046.677,67	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	0,00
FONTE: Duralex, Prefeitura Municipal de Sinop, Contabilidade, Data da emissão 26/05/2014, hora da emissão 07:33.		

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI
Controle Interno

Publicado por:
Cristiane Treder
Código Identificador:F8C8C824

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO – ANEXO I (LRF, ART. 52, INCISO I, ALINEAS "A" E "B" DO INCISO II E § 1º - ANEXO I)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A ABRIL/2014									
RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I)									R$ 1,00
DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	% (j / f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	199.573.000,00	-360.000,00	199.213.000,00	29.909.242,42	77.129.874,61	26.647.564,01	49.055.684,87	24,62	150.157.315,13
DESPESAS CORRENTES	147.912.994,00	-680.000,00	147.232.994,00	28.216.254,96	66.396.944,09	25.481.624,73	46.355.841,47	31,48	100.877.152,53
Pessoal e Encargos Sociais	65.920.890,00	585.000,00	66.505.890,00	13.320.901,12	26.304.737,97	12.533.903,64	24.746.988,09	37,21	41.758.901,91
Juros e Encargos da Dívida	40.000,00		40.000,00		9.658,56	1.273,79	2.829,90	7,07	37.170,10
Outras Despesas Correntes	81.952.104,00	-1.265.000,00	80.687.104,00	14.895.353,84	40.082.547,56	12.946.447,30	21.606.023,48	26,77	59.081.080,52
DESPESAS DE CAPITAL	51.560.006,00	320.000,00	51.880.006,00	1.692.987,46	10.732.930,52	1.165.939,28	2.699.843,40	5,20	49.180.162,60
Investimentos	50.645.000,00	320.000,00	50.965.000,00	1.692.987,46	9.887.723,00	1.017.857,52	2.398.579,48	4,70	48.566.420,52
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	915.006,00		915.006,00		845.207,52	148.081,76	301.263,92	32,92	613.742,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00		100.000,00						100.000,00
RESERVA DO RPPS									

DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	5.427.000,00	360.000,00	5.787.000,00	1.319.855,45	4.724.713,45	891.023,85	3.104.074,06	53,63	2.682.925,94
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	205.000.000,00		205.000.000,00	31.229.097,87	81.854.588,06	27.538.587,86	52.159.758,93	25,44	152.840.241,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	205.000.000,00		205.000.000,00	31.229.097,87	81.854.588,06	27.538.587,86	52.159.758,93	25,44	152.840.241,07
SUPERÁVIT (XIII)						1.322.589,14	9.608.605,37		-9.608.605,37
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	205.000.000,00		205.000.000,00	31.229.097,87	81.854.588,06	28.861.177,00	61.768.364,30	30,13	143.231.635,70

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	% (j / f)	
DESPESAS CORRENTES (I)	5.427.000,00	360.000,00	5.787.000,00	1.319.855,45	4.724.713,45	891.023,85	3.104.074,06	53,63	2.682.925,94
Pessoal e Encargos Sociais	5.427.000,00	360.000,00	5.787.000,00	1.319.855,45	4.724.713,45	891.023,85	3.104.074,06	53,63	2.682.925,94
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	5.427.000,00	360.000,00	5.787.000,00	1.319.855,45	4.724.713,45	891.023,85	3.104.074,06	53,63	2.682.925,94
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)	5.427.000,00	360.000,00	5.787.000,00	1.319.855,45	4.724.713,45	891.023,85	3.104.074,06	53,63	2.682.925,94

DILCEU ROSSATTO
Prefeito

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora/ CRC-MT 0052520/MT

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:4553AD18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO – ANEXO I (LRF, ART. 52, INCISO I, ALINEAS "A" E "B" DO INCISO II E § 1º - ANEXO I)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL/2014

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) — R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	205.000.000,00	205.000.000,00	28.861.177,00	14,07	61.768.364,30	30,13	143.231.635,70
RECEITAS CORRENTES	173.587.450,00	173.587.450,00	28.861.177,00	16,62	61.498.720,53	35,42	112.088.729,47
RECEITA TRIBUTARIA	40.286.000,00	40.286.000,00	5.119.528,65	12,70	10.592.928,56	26,29	29.693.071,44
Impostos	35.800.000,00	35.800.000,00	4.685.578,34	13,08	9.226.044,97	25,77	26.573.955,03
Taxas	4.486.000,00	4.486.000,00	433.950,31	9,67	1.366.883,59	30,46	3.119.116,41
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.500.000,00	3.500.000,00	518.322,82	14,80	1.210.227,66	34,57	2.289.772,34
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas	3.500.000,00	3.500.000,00	518.322,82	14,80	1.210.227,66	34,57	2.289.772,34
RECEITA PATRIMONIAL	650.000,00	650.000,00	130.283,54	20,04	240.795,09	37,04	409.204,91
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	650.000,00	650.000,00	130.283,54	20,04	240.795,09	37,04	409.204,91
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	220.000,00	220.000,00	1.060,64	0,48	1.918,65	0,87	218.081,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	126.531.150,00	126.531.150,00	22.718.435,29	17,95	48.708.364,21	38,49	77.822.785,79
Transferências Intergovernamentais	125.981.150,00	125.981.150,00	22.538.485,61	17,89	48.366.628,27	38,39	77.614.521,73
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	550.000,00	550.000,00	179.949,68	32,71	341.735,94	62,13	208.264,06
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.400.300,00	2.400.300,00	373.546,06	15,56	744.486,36	31,01	1.655.813,64
Multa de Juros de Mora	853.000,00	853.000,00	118.862,23	13,93	246.521,74	28,90	606.478,26
Indenizações e Restituições	105.300,00	105.300,00	25.058,34	23,79	49.217,76	46,74	56.082,24
Receita da Dívida Ativa	1.242.000,00	1.242.000,00	143.919,54	11,58	335.811,48	27,03	906.188,52
Receitas Diversas	200.000,00	200.000,00	85.705,95	42,85	112.935,38	56,46	87.064,62
RECEITAS DE CAPITAL	31.412.550,00	31.412.550,00			269.643,77	0,85	31.142.906,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00					200.000,00
Operações de Crédito Internas	200.000,00	200.000,00					200.000,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	250.000,00	250.000,00					250.000,00
Alienação de Bens Móveis	200.000,00	200.000,00					200.000,00

Alienação de Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00					50.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.962.550,00	30.962.550,00			269.643,77	0,87	30.692.906,23
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	30.962.550,00	30.962.550,00			269.643,77	0,87	30.692.906,23
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	205.000.000,00	205.000.000,00	28.861.177,00	14,07	61.768.364,30	30,13	143.231.635,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	205.000.000,00	205.000.000,00	28.861.177,00	14,07	61.768.364,30	30,13	143.231.635,70
DÉFICIT (VI)			2.367.920,87		20.086.223,76		-20.086.223,76
TOTAL(VII) = (V + VI)	205.000.000,00	205.000.000,00	31.229.097,87	15,23	81.854.588,06	39,92	123.145.411,94
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Adicionais)							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)	5.427.000,00	5.787.000,00	1.319.855,45	22,80	4.724.713,45	81,64	1.062.286,55
TOTAL (V) = (III + IV)	5.427.000,00	5.787.000,00	1.319.855,45	22,80	4.724.713,45	81,64	1.062.286,55

DILCEU ROSSATTO
Prefeito

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora/ CRC-MT 0052520/MT

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:64414132

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO – ANEXO X (LDB, ART. 72)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL					
RREO – Anexo X (LDB, Art. 72)					R$1,00
RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b%/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	32.789.000,00	32.789.000,00	4.117.965,98	8.147.168,00	24,85%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.135.000,00	7.135.000,00	137.385,70	240.761,07	3,37%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	50.669,84	131.580,93	2,19%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	80.000,00	80.000,00	648,83	1.007,67	1,26%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	800.000,00	800.000,00	60.670,49	68.466,06	8,56%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	25.396,54	39.706,41	13,24%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(45.000,00)	(45.000,00)	0,00	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.500.000,00	4.500.000,00	806.277,34	1.412.903,27	31,40%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.500.000,00	4.500.000,00	806.277,34	1.412.903,27	31,40%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	21.154.000,00	21.154.000,00	3.174.302,94	6.493.503,66	30,70%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	20.800.000,00	20.800.000,00	3.125.577,35	6.380.905,27	30,68%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	80.000,00	80.000,00	30.483,82	59.438,75	74,30%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	300.000,00	300.000,00	12.697,17	40.863,87	13,62%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	5.544,60	12.295,77	10,25%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	(146.000,00)	(146.000,00)	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	90.305.000,00	90.305.000,00	17.088.011,80	33.983.121,84	37,63%
2.1- Cota-Parte FPM	23.000.000,00	23.000.000,00	3.791.020,15	8.868.110,52	38,56%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	23.000.000,00	23.000.000,00	3.791.020,15	8.868.110,52	38,56%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	55.000.000,00	55.000.000,00	10.065.722,57	19.717.734,43	35,85%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	305.000,00	305.000,00	28.109,48	84.328,44	27,65%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	122.106,03	158.259,25	52,75%
2.5- Cota-Parte ITR	3.500.000,00	3.500.000,00	45.246,92	127.323,46	3,64%
2.6- Cota-Parte IPVA	8.200.000,00	8.200.000,00	3.035.806,65	5.027.365,74	61,31%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	123.094.000,00	123.094.000,00	21.205.977,78	42.130.289,84	34,23%
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b%/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.780.000,00	2.780.000,00	748.170,13	1.371.759,42	49,34%
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.500.000,00	1.500.000,00	485.159,05	817.826,86	54,52%
5.2- Outras Transferências do FNDE	1.260.000,00	1.260.000,00	256.489,79	543.408,66	43,13%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	20.000,00	20.000,00	6.521,29	10.523,90	52,62%
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	550.000,00	550.000,00	105.757,14	265.381,86	48,25%
6.1- Transferência de Convênios	550.000,00	550.000,00	105.757,14	265.381,86	48,25%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00			
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	3.530.000,00	3.530.000,00	853.927,27	1.637.141,28	46,38%
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b%/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	16.221.000,00	16.221.000,00	3.301.044,51	6.672.835,68	41,14%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.300.000,00	4.300.000,00	666.067,55	1.681.485,58	39,10%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	9.660.000,00	9.660.000,00	2.013.144,49	3.943.546,84	40,82%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	61.000,00	61.000,00	5.621,89	16.865,67	27,65%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	560.000,00	560.000,00	9.049,36	25.464,64	4,55%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.640.000,00	1.640.000,00	607.161,22	1.005.472,95	61,31%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	35.050.000,00	35.050.000,00	5.711.347,62	12.219.330,95	34,86%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	35.000.000,00	35.000.000,00	5.692.233,98	12.188.104,36	34,82%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	19.113,64	31.226,59	62,45%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	18.779.000,00	18.779.000,00	2.391.189,47	5.515.268,68	29,37%
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(f) = (e%/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental					
14- OUTRAS DESPESAS					
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental					
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE					VALOR

20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2014[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b%/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	30.773.500,00	30.773.500,00	5.301.494,45	10.532.572,46	34,23%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(f) = (e%/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL					
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	5.515.268,68
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	31.226,59
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	5.546.495,27
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	-5.546.495,27
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	-13,17

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(f) = (e%/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO(40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.188.104,36	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	31.226,59	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	12.219.330,95	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 Caput do art. 212 da CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

DILCEU ROSSATTO
Prefeito

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora/ CRC-MT 0052520/MT

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:85562FBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO - ANEXO IX (LRF, ART. 53, INCISO V)

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARCO-ABRIL

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO		1.017.721,64		914.239,50	103.482,14	284.690,70	2.471.763,32	138.209,37	2.212.099,59	406.145,06

TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.017.721,64	0,00	914.239,50	103.482,14	284.690,70	2.471.763,32	138.209,37	2.212.099,59	406.145,06

DILCEU ROSSATTO
Prefeito

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora/ CRC-MT 0052520/MT

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:DD01F7A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO – ANEXO XVII (LEI Nº 11.079, DE 30.12.2004, ARTS. 22, 25 E 28)

CNPJ: 03239076000162				
Avenida0002525Centro				
Telefone 06635454700				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
2014 - 2º Bimestre - Março/Abril				
RREO – Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO TOTAL DE ATIVOS	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2014)	2015	2016	2017	2018
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	68.171.556,21				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						
DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023	
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)						
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						
Nota:						

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:2AE0D484

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF, ART. 52, INCISO II, ALÍNEAS "C" - ANEXO II

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO									
BIMESTRE MARÇO a ABRIL de 2014									
LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II									
FUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	192.262.500,00	191.902.500,00	29.909.242,42	77.129.874,61	26.647.564,01	49.055.684,87	94,04	25,56	142.846.815,13
LEGISLATIVA									
JUDICIÁRIA	585.000,00	585.000,00	92.845,09	191.117,24	91.687,14	185.733,79	0,35	31,74	399.266,21
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO	18.796.045,00	18.988.045,00	3.326.057,67	7.063.882,46	2.454.254,89	4.786.535,03	9,17	25,20	14.201.509,97
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA	1.742.000,00	1.742.000,00	43.264,46	115.709,45	36.745,54	78.210,17	0,14	4,48	1.663.789,83
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.393.321,00	9.393.321,00	1.733.412,84	3.202.944,20	989.935,24	1.887.087,72	3,61	20,08	7.506.233,28
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE	38.792.600,00	39.098.600,00	9.253.005,12	21.594.528,12	7.691.606,65	14.866.675,07	28,50	38,02	24.231.924,93
TRABALHO									
EDUCAÇÃO	51.221.534,00	50.818.534,00	9.706.382,30	25.977.884,60	9.430.004,36	16.358.963,95	31,36	32,19	34.459.570,05

CULTURA	670.000,00	480.000,00	51.469,85	85.299,35	24.872,37	47.961,91	0,09	9,99	432.038,09
DIREITOS DA CIDADANIA	10.000,00	10.000,00							10.000,00
URBANISMO	20.449.000,00	20.151.000,00	2.909.938,58	9.970.406,22	3.305.067,05	5.917.079,92	11,34	29,36	14.233.920,08
HABITAÇÃO	280.000,00	280.000,00							280.000,00
SANEAMENTO	400.000,00	400.000,00							400.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	484.000,00	534.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,09	9,36	484.000,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA	25.753.000,00	25.703.000,00	691.031,69	1.446.336,17	466.816,59	890.823,76	1,70	3,46	24.812.176,24
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA	6.310.000,00	6.310.000,00	155.994,82	586.176,89	164.498,92	300.247,24	0,57	4,75	6.009.752,76
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.640.000,00	2.023.000,00	232.097,05	704.764,99	300.904,06	491.355,61	0,94	24,28	1.531.644,39
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA	1.800.000,00	1.720.000,00		1.020.354,70	57,58	277.597,71	0,53	16,13	1.442.402,29
TRANSPORTE	7.050.000,00	6.780.000,00	883.943,37	1.641.987,21	752.591,73	1.354.756,99	2,59	19,98	5.425.243,01
DESPORTO E LAZER	4.506.000,00	4.506.000,00	767.025,60	1.345.848,95	628.386,24	1.066.775,29	2,04	23,67	3.439.224,71
ENCARGOS ESPECIAIS	2.280.000,00	2.280.000,00	12.773,98	2.132.634,06	260.135,65	495.880,71	0,95	21,74	1.784.119,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00							100.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.227.000,00	5.587.000,00	1.319.855,45	4.724.713,45	891.023,85	3.104.074,06	5,95	55,55	2.482.925,94
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 197.489.500,00	R$ 197.489.500,00	R$ 31.229.097,87	R$ 81.854.588,06	R$ 27.538.587,86	R$ 52.159.758,93	100,00	26,41	R$ 145.329.741,07

DILCEU ROSSATTO
Prefeito

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora/ CRC-MT 0052520/MT

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6AB56AB9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009/2014 CONVOC. FARM. POPULAR E MOTOR. SAMU

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009/2014
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2013

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **José Pereira Filho,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n°. 001/2013, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº. 001/2013:

I – Para que compareçam no Departamento de Pessoal, situado à Avenida Brasil, 2350, Jardim Europa, 1º piso, nos dias **30/05/2014 e 02/06/2014**, **das 09:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas.**

CARGO: 511 - AUXILIAR DE GESTÃO - FARMACIA POPULAR						
N°.	N°. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA DE TÍTULOS	TOTAL	RESULTADO
12	300358	MONICA APARECIDA BURGOS ALEXANDRE PINTO	54	8	62	CLASSIFICADO
13	300058	SIMONE DOS SANTOS ARANTES	58,5	0	58,5	CLASSIFICADO
14	300101	EDUARDO BROCK	58,5	0	58,5	CLASSIFICADO

CARGO: 504 - MOTORISTA - SAMU						
N°.	N°. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA DE TÍTULOS	TOTAL	RESULTADO
15	301108	ROGERIO PRADO DE MORAES	58,5		58,5	CR.

II - Munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:
a) Comprovante de Escolaridade;
b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**
c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);
f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);
g) Cópia do CPF do pai, da mãe e cônjuge;
i) Comprovante de residência;
j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;
k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;
l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);
m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);
n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;
o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;
r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2012);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função.

Art. 2° - Prazo de Apresentação

O prazo de apresentação é no Maximo de 02 (dois) dias úteis conforme o inciso I deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida à ordem de classificação. Sendo considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 3° - Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida do artigo 1º;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 29 de Maio de 2014.

ME. JOSÉ PEREIRA FILHO
Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Secretário Municipal de Administração

KLEITON DA COSTA MERLO
Secretário Municipal de Sáude Interino

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:85598868

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO DO ANEXO DE METAS FISCAIS

RETIFICAÇÃO DO ANEXO DE METAS FISCAIS PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2014
R$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	Valor Previsto para 2014			Valor Realizado 1º Quadrimestre		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b/PIB)x100
Receita Total	225.397	202.258	0,309	64.410	62.561	0,008
Deduções da Receita	2.643	2.489	0,004	1.425	1.384	0,002
Receitas Primárias	222.753	209.768	0,306	62.984	61.089	0,086
Despesa Total	217.675	204.986	0,299	57.526	55.875	0,079
Deduções da Despesa	2.547	2.398	0,003	2.039	1.981	0,002
Despesas Primárias	215.127	202.587	0,295	55.487	53.894	0,076
Resultado Primário	7.625	7.181	0,010	7.497	7.282	0,010
Dívida Consolidada	19.384	18.254	0,027	21.765	21.141	0,029
Resultado Nominal	-3.952	-3.722	-0,005	-17.803	-17.292	-0,024
Deduções da Dívida	30.856	29.057	0,042	52.627	51.116	0,072
Dívida Consolidada Líquida	-11.472	-10.803	-0,016	-30.862	-29.976	-0,042

Cenário Macroeconômico/Metodologia de Cálculo	2014
PIB Real (crescimento % Anual)	3,50
Câmbio	1,85
Inflação Média do período (Jan/Abril)	2,87
Taxa Realizado Dívida PIB	30,00
Projeção do PIB do Estado - R$ milhões	72.856.000.

Publicado por:
Mara Lucia Boligon Medeiros
Código Identificador:1C2764D1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO - 2º BIMESTRE 2014 - ANEXO III

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.31 - 29/05/14

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ATUALIZADA (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO 2014
	Mai/ 13	Jun/ 13	Jul/ 13	Ago/ 13	Set/ 13	Out/ 13	Nov/ 13	Dez/ 13	Jan/ 14	Fev/ 14	Mar/ 14	Abr/ 14		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.658.291,53	2.804.283,37	2.308.806,46	2.561.409,47	2.041.277,99	3.164.351,91	2.856.291,29	3.564.478,24	3.560.986,58	2.743.304,16	2.877.386,00	3.620.526,64	34.761.393,64	35.043.637,00
Receitas Tributária	175.224,45	234.969,30	163.943,94	456.052,00	143.799,95	246.527,35	175.949,16	825.746,82	325.710,43	215.674,37	255.931,79	829.150,89	4.048.680,45	2.639.000,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	28.546,61	61.367,27	20.770,82	63.919,18	17.369,59	48.697,03	23.603,71	23.647,07	0,00	0,00	0,00	0,00	287.921,28	1.100.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	28.762,98	49.875,73	22.112,01	259.610,66	21.959,89	70.185,01	19.180,50	620.387,00	29.075,39	17.807,83	41.243,85	43.760,01	1.223.960,86	350.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	71.245,68	77.184,79	71.259,93	70.997,94	58.890,01	72.472,99	76.929,91	97.693,23	57.961,90	66.622,40	85.650,07	102.552,51	909.461,36	550.000,00
Outras Receitas Tributárias	46.669,18	46.541,51	49.801,18	61.524,22	45.580,46	55.172,32	56.235,04	84.019,52	238.673,14	131.244,14	129.037,87	682.838,37	1.627.336,95	639.000,00
Receitas de Contribuições	44.638,76	56.012,32	56.527,68	60.011,30	58.097,86	53.511,99	59.889,12	98.625,93	5.895,40	51.720,14	53.964,65	52.631,03	651.526,18	883.781,00
Receita Patrimonial	67.607,69	50.522,71	140.418,02	91.813,54	85.252,68	162.087,63	49.773,61	98.860,01	28.633,22	88.599,57	108.574,06	159.647,86	1.131.790,60	954.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serv iços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf erências Correntes	2.291.746,83	2.395.098,76	1.894.121,68	1.844.286,51	1.692.837,01	2.635.714,60	2.449.285,91	2.463.110,00	3.151.178,04	2.352.127,45	2.417.495,13	2.530.941,59	28.117.943,51	29.879.000,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	780.561,12	666.090,98	497.414,49	548.886,44	480.267,56	509.825,70	689.113,19	778.910,39	944.325,52	1.008.401,54	598.178,81	682.720,40	8.184.696,14	9.000.000,00
Cota Parte do ICMS	629.804,53	559.072,37	568.022,69	536.782,39	546.808,16	726.356,83	674.319,33	572.989,20	819.825,34	558.209,97	628.979,31	799.139,28	7.620.309,40	8.200.000,00
Cota Parte do IPVA	127.982,39	94.346,11	74.651,22	61.332,36	35.737,53	31.197,11	22.390,91	10.917,61	51.634,69	152.576,98	109.604,14	136.101,89	908.472,94	900.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	403.012,37	344.737,07	319.795,02	310.723,53	292.349,10	395.518,01	380.639,38	344.048,78	482.178,24	367.420,23	330.565,59	407.710,34	4.378.697,66	5.247.500,00
Outras Transferências Correntes	350.386,42	730.852,23	434.238,26	386.561,79	337.674,66	972.816,95	682.823,10	756.244,02	853.214,25	265.518,73	750.167,28	505.269,68	7.025.767,37	6.531.500,00
Outras Receitas Correntes	79.073,80	67.680,28	53.795,14	109.246,12	61.290,49	66.510,34	121.393,49	78.135,48	49.569,49	35.182,63	41.420,37	48.155,27	811.452,90	687.856,00
DEDUÇÕES (II)	346.634,74	301.664,86	267.115,44	270.587,10	252.427,45	324.256,78	318.994,73	354.945,44	373.599,13	399.545,91	325.383,76	380.276,72	3.915.432,06	4.089.181,00
Contribuição Plano Seg. Social do Serv idor	39.189,56	37.766,33	39.101,62	41.198,29	38.108,53	37.852,28	37.743,33	79.061,25	5.895,40	51.720,14	53.964,65	52.631,03	514.232,41	638.781,00
Serv idor	39.189,56	37.766,33	39.101,62	41.198,29	38.108,53	37.852,28	37.743,33	79.061,25	5.170,90	50.995,64	53.240,15	51.925,03	511.352,91	638.781,00
Compensação Financ. entre Regimes Prev idenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	307.445,18	263.898,53	228.013,82	229.388,81	214.318,92	286.404,50	281.251,40	275.884,19	367.703,73	347.825,77	271.419,11	327.645,69	3.401.199,65	3.450.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**2.311.656,79**	**2.502.618,51**	**2.041.691,02**	**2.290.822,37**	**1.788.850,54**	**2.840.095,13**	**2.537.296,56**	**3.209.532,80**	**3.187.387,45**	**2.343.758,25**	**2.552.002,24**	**3.240.249,92**	**30.845.961,58**	30.954.456,00

FONTE:

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:42E59DF4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO III - RECEITA CORRENTE LIQUIDA

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NOVA MUTUM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	MAI/13	JUN/13	JUL/13	AGO/13	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14		
RECEITAS CORRENTES (I)	9.494.019,07	6.528.907,82	7.530.005,08	6.492.823,68	6.490.776,27	8.475.664,68	6.828.611,47	7.768.901,89	9.673.883,53	7.081.165,27	6.931.311,44	9.654.765,33	92.950.835,53	115.512.500,00
Receita Tributária	3.846.065,36	1.181.605,11	1.669.083,42	976.970,07	1.258.033,75	1.482.924,16	1.014.595,99	1.441.782,23	1.032.622,28	1.285.100,30	1.077.540,17	2.413.336,97	18.679.659,81	16.004.400,00
IPTU	2.720.216,36	321.997,94	127.216,54	127.708,96	139.040,73	109.684,34	38.582,49	112.110,11	143,38	387,98	42.831,48	1.219.613,67	4.959.533,98	3.750.000,00
ISS	666.392,88	481.679,41	630.322,96	582.964,34	759.840,83	631.167,42	575.582,03	923.605,88	377.023,13	624.588,94	615.359,13	710.774,16	7.579.301,11	7.992.500,00
ITBI	175.500,31	213.069,05	701.489,99	86.599,95	181.166,41	553.183,53	118.281,61	184.552,34	128.227,57	72.500,09	94.894,63	192.565,54	2.702.031,02	1.552.500,00
IRRF	118.318,52	103.928,51	161.359,67	128.278,24	128.013,03	152.675,52	216.602,04	168.695,08	145.411,25	145.905,44	128.968,92	134.905,66	1.733.061,88	1.644.500,00
Outras Rec. Tributarias	165.637,29	60.930,20	48.694,26	51.418,58	49.972,75	36.213,35	65.547,82	52.818,82	381.816,95	441.717,85	195.486,01	155.477,94	1.705.731,82	1.064.900,00
Receita Contribuições	123.797,52	100.292,99	140.337,79	153.194,36	146.499,24	152.161,63	163.007,88	157.069,31	155.445,51	156.894,98	156.082,78	162.627,44	1.767.411,43	2.415.000,00
Receita Patrimonial	74.019,70	83.599,97	95.320,08	94.734,86	97.343,48	112.638,20	115.487,48	86.335,27	90.640,37	104.589,05	102.870,04	113.131,32	1.170.709,82	1.079.158,72
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	189.627,67	297.244,53	283.318,10	265.313,52	304.104,21	317.744,01	254.045,81	246.847,39	197.344,40	218.022,01	333.078,05	550.158,21	3.456.847,91	3.036.022,04
Transferências Correntes	5.008.630,84	4.744.182,72	5.223.010,18	4.843.854,37	4.537.284,74	6.306.588,84	5.143.247,53	5.712.759,13	7.965.113,58	5.118.942,28	5.097.115,41	6.203.247,06	65.903.976,68	91.370.330,00
Cota Parte do FPM	1.101.203,86	918.726,20	654.250,31	855.421,82	707.973,82	707.984,68	984.792,30	1.603.158,15	1.208.736,71	1.290.754,02	765.668,91	873.882,15	11.672.552,93	20.276.000,00
Cota Parte do ICMS	2.069.608,11	1.925.507,29	2.643.841,92	2.352.576,81	1.932.094,78	2.692.897,19	2.169.581,30	2.287.159,62	2.889.001,35	1.967.101,39	2.216.488,64	2.816.123,08	27.961.981,48	42.710.000,00
Cota Parte do IPVA	376.205,28	338.066,42	153.010,87	143.570,44	149.790,79	82.084,61	54.924,47	62.621,21	135.020,37	378.567,60	462.027,98	482.397,35	2.818.287,39	3.699.000,00
Cota Parte do ITR	6.516,68	20.276,05	4.834,04	7.660,62	128.456,73	1.131.501,74	134.478,26	79.217,65	68.661,08	266,01	2.095,14	1.141,98	1.585.105,98	2.740.000,00
Transf. LC 87/1966	13.355,81	13.355,81	13.355,81	13.355,81	13.355,81	13.355,81	13.355,81	13.355,81	14.054,04	14.054,04		14.054,04	149.008,60	328.800,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	891.813,28	964.649,20	904.644,38	877.043,75	733.973,22	972.153,09	838.820,76	901.706,51	1.290.713,94	997.755,22	897.673,91	1.107.165,83	11.378.113,09	12.000.000,00
Outras Transf. Correntes	549.927,82	563.601,75	849.072,85	594.225,12	871.639,59	706.611,72	947.294,63	765.540,18	2.358.926,09	470.444,00	753.160,83	908.482,63	10.338.927,21	9.616.530,00
Outras Receitas Correntes	251.877,98	121.982,50	118.935,51	158.756,50	147.510,85	103.607,84	138.226,78	124.108,56	232.717,39	197.616,65	164.624,99	212.264,33	1.972.229,88	1.607.589,24
DEDUÇÕES (I)														
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB														
RECEITA CORRENTE														
LIQUIDA(III) = (I - II)	9.494.019,07	6.528.907,82	7.530.005,08	6.492.823,68	6.490.776,27	8.475.664,68	6.828.611,47	7.768.901,89	9.673.883,53	7.081.165,27	6.931.311,44	9.654.765,33	92.950.835,53	115.512.500,00

MAURO ANTONIO MANJABOSCO
Ordenador da Despesa

AGENOR DARCI PRZENDZIUK
Secretario de Economia e Planejamento

IVETE SANDI WENNING
Contadora

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:BEB2C718

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
RECEITA CORRENTE LIQUIDA JAN A DEZ 2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTELIQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 31/01/14

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)															
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DARECEITAREALIZADANOS ÚLTIMOS 12 MESES													TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jan/ 13	Fev/ 13	Mar/ 13	Abr/ 13	Mai/ 13	Jun/ 13	Jul/ 13	Ago/ 13	Set/ 13	Out/ 13	Nov/ 13	Dez/ 13			
RECEITAS CORRENTES (I)	2.629.855,03	2.728.464,86	2.626.369,58	3.298.634,77	3.032.540,90	2.676.403,09	2.922.465,72	2.732.697,91	2.683.134,85	3.407.559,20	2.895.281,58	3.988.610,35		35.622.017,84	38.646.658,00
Receitas Tributária	222.122,33	268.129,44	334.647,01	521.942,86	427.850,35	220.741,47	248.687,86	309.893,71	243.970,10	269.302,01	234.441,78	300.367,00		3.602.095,92	3.123.243,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	14.517,41	22.614,01	45.239,71	206.110,94	210.789,43	9.325,84	15.879,14	18.419,81	10.019,30	3.959,25	3.176,59	11.463,11		571.514,54	484.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	49.524,00	40.910,70	88.456,10	105.916,70	22.826,89	30.738,11	56.873,30	100.844,91	60.211,17	70.890,80	44.158,74	54.529,25		725.880,67	687.918,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	94.256,11	90.845,52	103.273,04	87.546,83	108.990,06	99.164,29	101.457,44	113.366,38	98.295,19	121.723,81	121.114,01	144.952,18		1.284.984,86	886.075,00
Outras Receitas Tributárias	63.824,81	113.759,21	97.678,16	122.368,39	85.243,97	81.513,23	74.477,98	77.262,61	75.444,44	72.728,15	65.992,44	89.422,46		1.019.715,85	1.065.250,00
Receitas de Contribuições	153.151,28	39.692,54	72.944,79	269.803,14	159.265,78	168.455,58	254.481,49	101.327,92	195.166,72	239.545,54	138.533,79	303.904,04		2.096.272,61	2.834.500,00
Receita Patrimonial	80.367,53	-101.294,07	11.796,07	232.319,59	10.496,06	18.769,38	156.193,84	37.164,92	65.251,66	131.726,97	41.251,21	149.830,80		833.873,96	2.518.500,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.251,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1.251,56	4.000,00
Transferências Correntes	2.135.471,65	2.472.094,28	2.166.168,95	2.193.616,19	2.381.677,38	2.222.640,83	2.215.411,90	2.239.252,01	2.123.695,74	2.719.325,30	2.435.558,78	3.111.238,48		28.416.151,49	29.481.915,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	864.205,55	1.162.696,14	669.626,62	718.494,27	1.032.378,61	861.305,78	613.359,63	801.957,95	663.725,43	663.735,62	923.242,76	1.392.820,28		10.367.548,64	10.300.000,00
Cota Parte do ICMS	609.167,27	523.686,14	495.681,34	556.349,01	523.011,65	486.595,86	668.126,55	594.520,80	488.260,59	680.523,33	548.275,93	702.013,81		6.876.212,28	6.500.000,00
Cota Parte do IPVA	0,00	109.834,73	82.322,90	128.247,78	94.124,72	104.934,06	47.903,99	52.661,76	52.211,86	37.894,86	20.038,44	23.824,68		753.999,78	575.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	200.677,06	315.199,72	377.265,36	304.163,82	318.552,90	286.162,00	314.704,39	305.242,07	255.608,88	338.466,04	292.082,86	313.959,30		3.622.084,40	3.507.500,00
Outras Transferências Correntes	461.421,77	360.677,55	541.272,73	486.361,31	413.609,50	483.643,13	571.317,34	484.869,43	663.888,98	998.705,45	651.918,79	678.620,41		6.796.306,39	8.599.415,00
Outras Receitas Correntes	38.742,24	49.842,67	40.812,76	79.701,43	53.251,33	45.795,83	47.690,63	45.059,35	55.050,63	47.659,38	45.496,02	123.270,03		672.372,30	684.500,00
DEDUÇÕES (II)	382.289,04	393.538,37	257.135,38	484.188,75	402.599,25	375.053,82	431.931,27	293.364,97	347.765,39	476.124,68	356.272,58	565.988,26		4.766.251,76	5.343.408,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	74.501,55	30.942,01	5.406,91	153.974,09	70.581,15	66.163,88	164.163,57	2.506,85	100.445,27	142.005,49	36.802,62	209.977,74		1.057.471,13	1.914.000,00
Servidor	74.501,55	30.942,01	5.406,91	153.974,09	70.581,15	66.163,88	164.163,57	2.506,85	100.445,27	142.005,49	36.802,62	209.977,74		1.057.471,13	1.914.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	1.974,46	2.096,83	2.096,83	44.340,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		50.508,19	58.000,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	305.813,03	360.499,53	249.631,64	285.874,59	332.018,10	308.889,94	267.767,70	290.858,12	247.320,12	334.119,19	319.469,96	356.010,52		3.658.272,44	3.371.408,00
RECEITACORRENTE LÍQUIDA(III) = (I - II)	2.247.565,99	2.334.926,49	2.369.234,20	2.814.446,02	2.629.941,65	2.301.349,27	2.490.534,45	2.439.332,94	2.335.369,46	2.931.434,52	2.539.009,00	3.422.622,09		30.855.766,08	33.303.250,00
FONTE:															

Publicado por:
Marta Moreira Pinto
Código Identificador:24D9D0C6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS
ANEXOS DO 2º BIMESTRE DE 2014 RREO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXC.INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	326.066.101,00	326.066.101,00	53.326.564,75	0,16	100.132.273,06	0,3	225.933.827,94
RECEITAS CORRENTES	262.438.983,00	262.438.983,00	51.262.709,99	0,20	97.396.270,82	0,4	165.042.712,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	56.569.096,00	56.569.096,00	17.649.897,72	0,31	26.014.277,62	0,5	30.554.818,38
Impostos	45.390.489,00	45.390.489,00	16.500.221,62	0,36	22.314.615,94	0,5	23.075.873,06
Taxas	5.131.920,00	5.131.920,00	829.678,90	0,16	3.367.334,79	0,7	1.764.585,21
Contribuição de Melhoria	6.046.687,00	6.046.687,00	319.997,20	0,05	332.326,89	0,1	5.714.360,11

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	14.448.810,00	14.448.810,00	2.689.291,21	0,19	4.805.048,90	0,3	9.643.761,10
Contribuições Sociais	9.166.292,00	9.166.292,00	1.478.573,77	0,16	2.898.628,45	0,3	6.267.663,55
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	5.282.518,00	5.282.518,00	1.210.717,44	0,00	1.906.420,45	0,4	3.376.097,55
RECEITA PATRIMONIAL	28.686.223,00	28.686.223,00	3.443.912,17	0,12	7.899.223,45	0,3	20.786.999,55
Receitas Imobiliárias	94.235,00	94.235,00	9.226,72	0,10	32.598,44	0,3	61.636,56
Receitas de Valores Mobiliários	28.591.988,00	28.591.988,00	3.434.685,45	0,12	7.866.625,01	0,3	20.725.362,99
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Rec. Decor. do Direito de Explor. de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.526,00	2.526,00	678,00	0,00	1.993,00	0,0	533,00
Receita da Produção Vegetal	2.526,00	2.526,00	678,00	0,00	1.993,00	0,0	533,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.544.022,00	13.544.022,00	2.461.287,89	0,18	4.309.582,69	0,3	9.234.439,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	140.186.653,00	140.186.653,00	23.693.159,86	0,17	51.129.851,56	0,4	89.056.801,44
Transferências Intergovernamentais (dedução)	138.440.202,00	138.440.202,00	23.323.111,94	0,17	50.446.373,35	0,4	87.993.828,65
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Transferências de Convênios	1.746.451,00	1.746.451,00	370.047,92	0,00	683.478,21	0,4	1.062.972,79
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.001.653,00	9.001.653,00	1.324.483,14	0,15	3.236.293,60	0,4	5.765.359,40
Multas e Juros de Mora	3.093.072,00	3.093.072,00	522.898,67	0,17	971.654,24	0,3	2.121.417,76
Indenizações e Restituições	365.549,00	365.549,00	17.272,61	0,05	113.205,97	0,3	252.343,03
Receita da Dívida Ativa	5.346.479,00	5.346.479,00	758.460,98	0,14	2.099.351,70	0,4	3.247.127,30
Rec.Decor. Aportes Períod. para Amortiz.Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
Receitas Correntes Diversas	196.553,00	196.553,00	25.850,88	0,13	52.081,69	0,3	144.471,31
RECEITAS DE CAPITAL	63.627.118,00	63.627.118,00	2.063.854,76	0,03	2.736.002,24	0,0	60.891.115,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	45.500.000,00	45.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0	45.500.000,00
Operações de Crédito Internas	45.500.000,00	45.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0	45.500.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	6.972.903,00	6.972.903,00	0,00	0,00	0,00	0,0	6.972.903,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
Alienação de Bens Imóveis	6.972.903,00	6.972.903,00	0,00	0,00	0,00	0,0	6.972.903,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,0	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.154.215,00	11.154.215,00	2.063.854,76	0,19	2.736.002,24	0,2	8.418.212,76
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	140.574,66	#DIV/0!	226.574,66	#DIV/0!	-226.574,66
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Transferências de Convênios	11.154.215,00	11.154.215,00	1.923.280,10	0,17	2.509.427,58	0,2	8.644.787,42
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.577.000,00	12.577.000,00	2.230.928,70	0,18	4.259.394,76	0,3	8.317.605,24
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	338.643.101,00	338.643.101,00	55.557.493,45	0,16	104.391.667,82	0,3	234.251.433,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00

Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	338.643.101,00	338.643.101,00	55.557.493,45	0,16	104.391.667,82	0,3	234.251.433,18
DÉFICIT (VI)			0,00			0,0	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	338.643.101,00	338.643.101,00	55.557.493,45	0,16	104.391.667,82	0,3	234.251.433,18
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	–		–		10.752.663		-10.752.663,40
Superávit Financeiro –					10.752.663,40		-10.752.663,40
Reabertura de Créditos Adicionais –			–				0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS									
(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	326.066.101,00	21.685.602,55	347.751.703,55	36.562.817,25	99.235.576,99	35.393.831,65	64.250.995,73	1,21	283.500.707,82
DESPESAS CORRENTES	209.693.989,00	6.385.133,09	216.079.122,09	30.597.525,35	91.298.903,44	32.719.248,54	60.365.725,76	0,68	155.713.396,33
PESSOAL EENCARGOS SOCIAIS	134.155.258,00	1.182.565,22	135.337.823,22	21.506.162,58	43.847.223,31	21.515.852,95	43.797.758,75	0,32	91.540.064,47
JUROS EENCARGOS DA DÍVIDA	2.027.990,00	181.484,00	2.209.474,00	195.661,77	404.519,16	154.054,09	320.256,12	0,14	1.889.217,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.510.741,00	5.021.083,87	78.531.824,87	8.895.701,00	47.047.160,97	11.049.341,50	16.247.710,89	0,21	62.284.113,98
DESPESAS DECAPITAL	75.575.990,00	16.011.646,46	91.587.636,46	5.965.291,90	7.936.673,55	2.674.583,11	3.885.269,97	0,53	87.702.366,49
INVESTIMENTOS	73.824.205,00	16.266.084,46	90.090.289,46	5.698.842,15	7.021.876,78	2.308.666,22	3.137.847,58	0,03	86.952.441,88
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.751.785,00	-254.438,00	1.497.347,00	266.449,75	914.796,77	365.916,89	747.422,39	0,50	749.924,61
RESERVA DECONTINGÊNCIA	1.138.871,00	-441.177,00	697.694,00	0,00		0,00		0,00	697.694,00
RESERVA DO RPPS	39.657.251,00	-270.000,00	39.387.251,00	0,00		0,00		0,00	39.387.251,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	12.577.000,00	190.540,00	12.767.540,00	2.036.448,40	4.430.426,71	2.103.428,98	4.139.557,88	0,32	8.627.982,12
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	338.643.101,00	21.876.142,55	360.519.243,55	38.599.265,65	103.666.003,70	37.497.260,63	68.390.553,61	0,19	292.128.689,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. /									
REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	195.687,00	195.687,00	0,00	192.303,38	64.527,36	192.303,38	0,98	3.383,62
Amortização da Dívida Interna	0,00	195.687,00	195.687,00	0,00	192.303,38	64.527,36	192.303,38	0,98	3.383,62
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	195.687,00	195.687,00	0,00	192.303,38	64.527,36	192.303,38	0,98	3.383,62
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	338.643.101,00	22.071.829,55	360.714.930,55	38.599.265,65	103.858.307,08	37.561.787,99	68.582.856,99	0,19	292.132.073,56
SUPERÁVIT (XIII)				0,00	0,00	17.995.705,46	35.808.810,83	0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	338.643.101,00	22.071.829,55	360.714.930,55	38.599.265,65	103.858.307,08	55.557.493,45	104.391.667,82	0,29	256.323.262,73

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	12.577.000,00	12.577.000,00	2.230.928,70	0,18	4.259.394,76	0,3	8.317.605,24
Receita de Contribuições	12.182.000,00	12.182.000,00	2.004.188,96	0,16	3.913.994,94	0,3	8.268.005,06
Receita de Serviços	395.000,00	395.000,00	28.366,82	0,07	28.776,00	0,1	366.224,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	198.372,92	#DIV/0!	316.623,82	#DIV/0!	-316.623,82
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
ALIENAÇÃO DEBENS	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,0	0,00
OUTRAS RECEITAS DECAPITAL	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
Outras Receitas - SAAES	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
TOTAL	12.577.000,00	12.577.000,00	2.230.928,70	0,18	4.259.394,76	0,3	8.317.605,24

DESPESAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.577.000,00	190.540,00	12.767.540,00	2.036.448,40	4.430.426,71	2.103.428,98	4.139.557,88	#DIV/0!	8.627.982,12
DESPESAS CORRENTES	12.577.000,00	190.540,00	12.767.540,00	2.036.448,40	4.430.426,71	2.103.428,98	4.139.557,88	#DIV/0!	8.627.982,12
PESSOAL EENCARGOS SOCIAIS	12.182.000,00	190.340,00	12.372.340,00	2.036.448,40	4.081.036,71	2.040.706,99	4.062.557,40	0,33	8.309.782,60
JUROS EENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		#DIV/0!	0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	395.000,00	200,00	395.200,00	0,00	349.390,00	62.721,99	77.000,48	0,19	318.199,52
DESPESAS DECAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00
RESERVA DECONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	12.577.000,00	190.540,00	12.767.540,00	2.036.448,40	4.430.426,71	2.103.428,98	4.139.557,88	0,32	8.627.982,12
FONTE:DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 19/05/2014,hora da emissão 11:07									

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/ BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a Liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o bimestre	No bimestre	Até o bimestre(b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (I)	326.066.101,00	347.947.390,55	36.562.817,25	99.427.880,37	35.458.359,01	64.443.299,11	100,00	0,19	283.504.091,44
LEGISLATIVA	8.026.933,00	8.026.933,00	1.565.492,18	2.901.138,26	1.124.491,38	2.246.394,59	3,3	28,0	5.780.538,41
Ação Legislativa	8.026.933,00	8.026.933,00	1.565.492,18	2.901.138,26	1.124.491,38	2.246.394,59	3,3	28,0	5.780.538,41
JUDICIÁRIA	163.200,00	163.200,00	104.278,76	132.125,52	12.905,76	20.677,52	0,0	12,7	142.522,48
Ação Judiciária	163.200,00	163.200,00	104.278,76	132.125,52	12.905,76	20.677,52	0,0	12,7	142.522,48
Defesa do Interesse Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.095.597,00	1.218.597,00	215.989,28	445.869,29	217.031,35	425.897,41	0,6	34,9	792.699,59
Defesa da Ordem Jurídica	1.095.597,00	1.218.597,00	215.989,28	445.869,29	217.031,35	425.897,41	0,6	34,9	792.699,59
ADMINISTRAÇÃO	32.960.507,00	32.876.815,00	5.562.897,93	12.130.698,61	4.500.281,54	8.359.283,09	12,2	25,4	24.517.531,91
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	0,00
Administração Geral	24.919.111,00	24.262.929,00	4.398.730,13	9.000.717,76	3.396.361,83	6.426.665,69	9,4	26,5	17.836.263,31
Administração Financeira	4.742.974,00	5.141.123,00	635.811,36	1.969.090,98	765.769,95	1.468.917,39	2,1	28,6	3.672.205,61
Tecnologia da Informação	899.789,00	1.320.762,00	338.650,22	651.511,64	105.319,23	113.319,23	0,2	8,6	1.207.442,77
Formação de Recursos Humanos	403.642,00	280.010,00	22.439,77	46.322,52	26.240,27	43.365,23	431,9	15,5	236.644,77
Administração de Receitas	1.253.558,00	1.130.558,00	39.962,16	246.770,29	78.628,52	91.910,68	0,1	8,1	1.038.647,32
Controle Interno	741.433,00	741.433,00	127.304,29	216.285,42	127.961,74	215.104,87	#DIV/0!	29,0	526.328,13
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	176.500,00	176.500,00	6.765,64	10.672,64	1.760,64	1.760,64	0,0	1,0	174.739,36
Administração Geral	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	55.000,00
Formação de Recursos Humanos	4.000,00	4.000,00	1.055,04	1.055,04	1.055,04	1.055,04	0,0	26,4	2.944,96
Policiamento	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	102.000,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	0,00
Assistência Comunitária	15.500,00	15.500,00	5.710,60	9.617,60	705,60	705,60			
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.485.825,00	8.283.712,97	1.345.687,75	3.058.252,65	1.027.900,26	1.767.502,40	2,6	21,3	6.516.210,57
Formação de Recursos Humanos	63.877,00	115.981,48	24.007,72	24.222,72	24.007,72	24.222,72	0,0	20,9	91.758,76
Assistência ao Idoso	191.231,00	266.094,00	4.581,35	175.400,86	4.861,25	9.795,00	0,0	3,7	256.299,00
Assistência ao Portador de Deficiência	129.793,00	129.793,00		95.792,80	21.498,20	21.498,20	0,0	16,6	108.294,80
Assistência a Cç. E ao Adolescente	517.229,00	517.229,00	28.243,51	316.428,96	72.382,43	104.225,67	0,2	20,2	413.003,33
Assistência Comunitária	1.641.300,00	3.182.220,49	565.953,99	917.004,87	162.528,41	198.451,14	0,3	6,2	2.983.769,35
Tecnologia da Informação	24.013,00	34.013,00	4.864,29	10.124,63	0,00	0,00	0,0	0,0	34.013,00
Administração Geral	3.918.382,00	4.038.382,00	718.036,89	1.519.277,81	742.622,25	1.409.309,67			
PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	9.292.188,00	9.562.188,00	1.191.670,56	2.953.336,21	1.291.963,62	2.517.767,72	3,7	26,3	7.044.420,28
Administração Geral	2.076.412,00	2.346.412,00	112.644,04	855.027,47	210.303,80	438.014,56	0,6	18,7	1.908.397,44
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	0,00
Formação de Recursos Humanos	59.900,00	59.900,00	3.288,40	9.982,21	3.288,40	9.982,21	0,0	16,7	49.917,79
Previdência do Regime Estatutário (exceto intra)	7.155.876,00	7.155.876,00	1.075.738,12	2.088.326,53	1.078.371,42	2.069.770,95	3,0	28,9	5.086.105,05
Infra Estrutura Urbana							0,0	#DIV/0!	0,00
SAÚDE	52.447.816,00	68.664.367,53	8.887.500,40	23.010.449,39	9.869.960,84	18.103.437,12	26,4	26,4	50.560.930,41
Formação de Recursos Humanos	5.700,00	5.700,00					0,0	0,0	5.700,00
Atenção Básica	23.843.019,00	34.166.478,80	3.881.185,30	9.606.533,16	4.232.702,34	7.958.774,61	11,6	23,3	26.207.704,19
Assistência Hosp. E Ambulatorial	22.725.079,00	27.747.942,46	4.150.714,80	10.910.640,56	4.703.582,81	8.380.488,48	12,2	30,2	19.367.453,98

Suporte Profilático e Terapêutico	2.038.502,00	2.188.444,61	221.344,99	1.042.949,79	307.197,57	537.569,77	0,8	24,6	1.650.874,84
Vigilância Sanitária	754.939,00	785.031,20	99.132,34	224.480,84	101.950,20	221.482,31	0,3	28,2	563.548,89
Vigilância Epidemiológica	3.080.577,00	3.770.770,46	535.122,97	1.225.845,04	524.527,92	1.005.121,95	1,5	26,7	2.765.648,51
Assistência aos Povos Indigenas									
Outros Encargos									
TRABALHO	478.262,00	664.059,59	7.157,63	153.291,02	41.192,31	103.712,81	0,2	15,6	560.346,78
Empregabilidade	63.452,00	63.452,00	1.504,10	56.737,49	7.378,78	9.299,28	0,0	14,7	54.152,72
Fomento ao Trabalho	414.810,00	600.607,59	5.653,53	96.553,53	33.813,53	94.413,53	0,1	15,7	506.194,06
EDUCAÇÃO	60.282.455,00	63.500.356,13	11.474.892,85	24.380.565,08	8.465.849,18	16.133.218,62	23,5	25,4	47.367.137,51
Administração Geral	4.165.781,00	4.145.781,00	819.007,59	1.920.653,37	861.204,16	1.711.535,76	2,5	41,3	2.434.245,24
Tecnologia da Informação	63.150,00	63.150,00	4.864,29	13.349,43			0,0	0,0	63.150,00
Alimentação e Nutrição	3.531.070,00	3.552.468,30	1.520.342,23	1.643.837,03	368.787,23	416.733,03	0,6	11,7	3.135.735,27
Formação de Recursos Humanos	185.110,00	185.110,00	13.988,98	90.094,46	28.492,03	33.944,28	0,0	18,3	151.165,72
Ensino Fundamental	33.803.969,00	35.626.189,97	6.657.486,05	14.303.971,89	4.656.207,00	9.090.680,32	13,3	25,5	26.535.509,65
Ensino Superior	166.882,00	159.882,00					0,0	0,0	159.882,00
Educação Infantil	17.738.887,00	18.266.850,22	2.421.792,78	6.292.670,21	2.509.889,21	4.789.213,31	7,0	26,2	13.477.636,91
Educação de Jovens e Adultos	283.106,00	529.674,64	34.490,23	88.386,09	35.765,31	84.045,96	0,1	15,9	445.628,68
Educação Especial	344.500,00	971.250,00	2.920,70	27.602,60	5.504,24	7.065,96	0,0	0,7	964.184,04
Infra Estrutura Urbana									
Serviço da Dívida Interna									
Outros Encargos									
CULTURA	1.803.213,00	1.493.213,00	179.746,40	430.048,33	173.509,82	314.643,23	0,5	21,1	1.178.569,77
Administração Geral	1.178.725,00	1.178.725,00	161.332,27	335.045,88	134.468,58	266.505,54	0,4	22,6	912.219,46
Tecnologia da Informação	12.264,00	12.264,00	35,38	4.072,52	35,38	35,38	0,0	0,3	12.228,62
Formação de Recursos Humanos	3.353,00	3.353,00					0,0	0,0	3.353,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	41.387,00	41.387,00	465,18	29.933,89	5.999,68	8.633,90	0,0	20,9	32.753,10
Difusão Cultural	567.484,00	257.484,00	17.913,57	60.996,04	33.006,18	39.468,41	0,1	15,3	218.015,59
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	0,00
URBANISMO	39.191.628,00	39.712.628,25	186.769,47	7.596.722,06	1.556.602,90	2.263.583,83	3,3	5,7	37.449.044,42
Normatização e Fiscalização	0,00						0,0	#DIV/0!	0,00
Tecnologia da Informação	0,00						0,0	#DIV/0!	0,00
Infra-estrutura Urbana	29.708.507,00	29.959.507,25	30.401,20	58.377,60	46.601,20	46.601,20	0,1	0,2	29.912.906,05
Serviços Urbanos	9.463.121,00	9.733.121,00	156.368,27	7.538.344,46	1.510.001,70	2.216.982,63	3,2	22,8	7.516.138,37
Transportes Coletivos Urbanos	20.000,00	20.000,00					0,0	0,0	20.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00						0,0	#DIV/0!	0,00
FONTE:DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 19/05/2014,hora da emissão 16:16.									
[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.									
HABITAÇÃO	757.964,00	758.107,72	29,80	477.803,76	27.746,20	54.959,92	0,1	7,2	703.147,80
Habitação Urbana	757.964,00	758.107,72	29,80	477.803,76	27.746,20	54.959,92	0,1	7,2	703.147,80
SANEAMENTO	44.191.470,00	44.431.470,00	3.140.564,75	9.622.962,71	4.337.463,37	7.109.217,37	10,4	16,0	37.322.252,63
Tecnologia da Informação	116.000,00	116.000,00					0,0	0,0	116.000,00
Formação de Recursos Humanos	36.500,00	36.500,00	2.290,00	10.040,00	2.290,00	10.040,00	0,0	27,5	26.460,00
Saneamento Básico Urbano	43.723.970,00	43.963.970,00	2.998.438,24	9.470.655,60	4.195.336,86	6.956.910,26	10,1	15,8	37.007.059,74
Comunicaçao Social	315.000,00	315.000,00	139.836,51	142.267,11	139.836,51	142.267,11	0,2	45,2	172.732,89
GESTÃO AMBIENTAL	2.516.578,00	3.326.603,71	237.124,05	699.379,48	291.000,54	549.502,66	0,8	16,5	2.777.101,05
Administração Geral	1.333.629,00	1.333.629,00	230.593,02	557.336,82	223.004,11	450.654,26	3,3	33,8	882.974,74
Tecnologia da Informação	200.000,00	80.000,00		5.149,14			0,0	0,0	80.000,00
Formação de Recursos Humanos	21.200,00	21.200,00					0,0	0,0	21.200,00
Infra estrutura Urbana	17.049,00	17.049,00					0,0	0,0	17.049,00
Preservação e Conservação Ambiental	929.700,00	1.859.725,71	6.531,03	136.893,52	67.996,43	98.848,40	0,0	5,3	1.760.877,31
Controle Ambiental	0,00						0,0	#DIV/0!	-
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	15.000,00							
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	-
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	#DIV/0!	-
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
AGRICULTURA	1.881.989,00	2.081.605,19	195.106,23	540.945,62	207.091,27	393.579,70	0,6	18,9	1.688.025,49
Administração Geral	1.387.708,00	1.387.708,00	180.814,83	421.983,85	185.283,80	354.145,28	0,5	25,5	1.033.562,72
Tecnologia da Informação	54.221,00	54.221,00	4.864,29	11.570,23			0,0	0,0	54.221,00
Formação de Recursos Humanos	23.700,00	23.700,00					0,0	0,0	23.700,00
Promoção da Produção Vegetal	280.760,00	316.989,42	-4.282,89	93.681,54	8.097,47	25.724,42	0,0	8,1	291.265,00
Abastecimento	0,00						0,0	#DIV/0!	-

Extensão Rural	128.880,00	292.266,77	13.710,00	13.710,00	13.710,00	13.710,00	0,0	4,7	278.556,77
Irrigação	6.720,00	6.720,00					0,0	0,0	6.720,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	-
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	-
INDÚSTRIA	4.947.547,00	4.907.747,00	507.267,37	708.036,04	215.141,34	323.784,86	0,5	6,6	4.583.962,14
Administração Geral	1.102.424,00	1.062.624,00	106.403,08	302.912,21	132.632,83	241.276,35	0,4	22,7	821.347,65
Tecnologia da Informação	26.318,00	26.318,00	4.864,29	9.123,83			0,0	0,0	26.318,00
Formação de Recursos Humanos	24.500,00	24.500,00					0,0	0,0	24.500,00
Comunicação Social	0,00						0,0	#DIV/0!	-
Fomento ao Trabalho	0,00						0,0	#DIV/0!	-
Promoção Industrial	3.794.305,00	3.794.305,00	396.000,00	396.000,00	82.508,51	82.508,51	0,1	2,2	3.711.796,49
Mineração	0,00						0,0	#DIV/0!	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.011.234,00	1.011.234,00	12.228,38	409.556,16	68.600,80	97.606,07	0,1	9,7	913.627,93
Turismo	910.634,00	910.634,00	12.228,38	384.147,80	60.341,69	85.077,05	0,1	9,3	825.556,95
Promoção Comercial	100.600,00	100.600,00		25.408,36	8.259,11	12.529,02			
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	-
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	-
TRANSPORTE	7.438.339,00	6.563.939,00	691.626,43	4.691.910,36	553.299,48	747.136,40	1,1	11,4	5.816.802,60
Infra Estrutura Urbana	5.629.375,00	4.754.975,00	81.953,01	4.051.263,43	405.807,13	568.670,54	0,8	12,0	4.186.304,46
Serviços Urbanos	100.000,00	100.000,00					0,0	0,0	100.000,00
Transporte Aéreo	1.444.964,00	1.444.964,00	549.083,42	580.056,93	113.472,35	144.445,86	0,2	10,0	1.300.518,14
Transporte Rodoviário	264.000,00	264.000,00	60.590,00	60.590,00	34.020,00	34.020,00	0,0	12,9	229.980,00
DESPORTO E LAZER	3.841.959,00	4.107.660,46	560.778,41	1.404.207,20	560.810,30	1.049.273,52	1,5	25,5	3.058.386,94
Desporto Comunitário	3.830.959,00	4.096.660,46	560.778,41	1.404.207,20	560.810,30	1.049.273,52	1,5	25,6	3.047.386,94
Formação de Recursos Humanos	11.000,00	11.000,00							
ENCARGOS ESPECIAIS	6.208.775,00	6.331.508,00	489.242,98	3.669.909,98	913.756,11	1.860.359,63	2,7	29,4	4.471.148,37
Serviços da Dívida Interna	5.908.775,00	6.031.508,00	462.111,52	3.611.619,31	886.624,65	1.802.068,96	2,6	29,9	4.229.439,04
Outros Encargos Especiais	300.000,00	300.000,00	27.131,46	58.290,67	27.131,46	58.290,67	0,1	19,4	241.709,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.796.122,00	40.084.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	40.084.945,00
Reserva de Contingência	1.138.871,00	697.694,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	697.694,00
Reserva de Contingência do PREVI	39.657.251,00	39.387.251,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	39.387.251,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (II)	12.577.000,00	12.767.540,00	2.036.448,40	4.430.426,71	2.103.428,98	4.139.557,88	6,0	32,4	8.627.982,12
TOTAL (III) = (I+II)	338.643.101,00	360.714.930,55	38.599.265,65	103.858.307,08	37.561.787,99	68.582.856,99	106,0	19,0	292.132.073,56
FONTE:DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 19/05/2014,hora da emissão 16:16									
[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.									

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/ BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a Liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o	No bimestre	Até o bimestre(b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (I)	12.577.000,00	12.767.540,00	2.036.448,40	4.430.426,71	2.103.428,98	4.139.557,88	100,00	32,4	8.627.982,12
LEGISLATIVA	223.067,00	223.067,00	36.242,46	74.268,72	36.242,46	74.268,72	1,79	33,3	148.798,28
Ação Legislativa	223.067,00	223.067,00	36.242,46	74.268,72	36.242,46	74.268,72	1,79	33,3	148.798,28
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
ESSENCIAL À JUSTIÇA	4.096,00	17.596,00	2.696,64	5.160,30	2.696,64	5.160,30	0,1	29,3	12.435,70
Defesa da Ordem Jurídica	4.096,00	17.596,00	2.696,64	5.160,30	2.696,64	5.160,30	0,1	29,3	12.435,70
ADMINISTRAÇÃO	1.825.003,00	1.825.203,00	302.256,68	630.214,88	305.094,07	617.594,57	14,92	130,21	1.207.608,43
Administração Geral	1.495.760,00	1.478.588,00	245.870,01	507.825,37	248.351,00	496.950,46	12,0	33,6	981.637,54
Administração Financeira	244.330,00	261.702,00	43.666,14	95.543,76	43.784,94	94.521,96	2,3	36,1	167.180,04
Administração de Receitas	1.200,00	1.200,00	0,00	1.080,00	237,60	356,40	0,0	29,7	843,60
Controle Interno	83.713,00	83.713,00	12.720,53	25.765,75	12.720,53	25.765,75	0,6	30,8	57.947,25
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	395.730,00	395.730,00	64.356,42	134.659,22	65.980,23	129.907,63	3,1	32,8	265.822,37

Assistência a Cç. E ao Adolescente	778,00	778,00	0,00	720,00	118,80	178,20	0,0	22,9	599,80
Assistência ao Idoso	777,00	777,00	0,00	720,00	118,80	178,20	0,0	22,9	598,80
Assistência Comunitária	5.183,00	5.183,00	0,00	4.770,00	1.238,22	1.594,62	0,0	30,8	3.588,38
Administração Geral	388.992,00	388.992,00	64.356,42	128.449,22	64.504,41	127.956,61	0,0	32,9	261.035,39
PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	64.449,00	64.449,00	0,00	30.600,00	4.258,59	12.120,69	0,29	18,81	52.328,31
Administração Geral	64.449,00	64.449,00	0,00	30.600,00	4.258,59	12.120,69	0,3	18,8	52.328,31
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
SAÚDE	4.146.978,00	4.323.818,00	680.207,90	1.417.809,98	693.687,24	1.371.915,24	33,1	31,7	2.951.902,76
Atenção Básica	1.999.562,00	2.034.204,00	322.906,85	675.673,47	331.082,40	648.753,87	15,7	31,9	1.385.450,13
Assistência Hosp. E Ambulatorial	1.745.012,00	1.876.210,00	293.611,73	612.836,26	298.757,80	594.724,00	14,4	31,7	1.281.486,00
Suporte Profilático e Terapêutico	17.819,00	28.819,00	4.512,32	7.702,62	4.670,04	6.839,74	0,2	0,0	21.979,26
Vigilância Sanitária	86.623,00	86.623,00	13.317,45	28.221,27	13.317,45	28.221,27	0,7	32,6	58.401,73
Vigilância Epidemiológica	297.962,00	297.962,00	45.859,55	93.376,36	45.859,55	93.376,36	2,3	31,3	204.585,64
Assistência aos Povos Indigenas									-
TRABALHO	778,00	778,00	0,00	720,00	118,80	178,20	0,0	22,9	599,80
Empregabilidade	778,00	778,00	0,00	720,00	118,80	178,20	0,0	22,9	599,80
EDUCAÇÃO	5.285.126,00	5.285.126,00	845.817,11	1.900.480,37	887.453,42	1.715.168,97	41,4	32,5	3.569.957,03
Administração Geral	440.891,00	440.891,00	93.126,58	185.943,81	93.245,38	185.402,01	4,5	42,1	255.488,99
Ensino Fundamental	2.954.007,00	2.954.007,00	495.568,89	1.065.432,02	520.118,46	999.291,25	24,1	33,8	1.954.715,75
Educação Infantil	1.850.883,00	1.850.883,00	251.961,88	637.713,79	268.929,82	519.084,96	12,5	28,0	1.331.798,04
Educação de Jovens e Adultos	36.545,00	36.545,00	5.159,76	11.390,75	5.159,76	11.390,75	0,3	31,2	25.154,25
Formação de Recursos Humanos	2.140,00	2.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	2.140,00
Educação Especial	660,00	660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	660,00
CULTURA	56.137,00	56.137,00	9.247,34	21.437,47	9.759,42	19.027,21	0,5	33,9	37.109,79
Administração Geral	54.019,00	54.019,00	9.247,34	19.517,47	9.366,14	18.495,67	0,4	34,2	35.523,33
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	780,00	780,00	0,00	720,00	216,10	275,50	0,0	35,3	504,50
Difusão Cultural	1.338,00	1.338,00	0,00	1.200,00	177,18	256,04	0,0	19,1	1.081,96
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
URBANISMO	4.600,00	4.600,00	0,00	3.360,00	475,20	712,80	0,0	15,5	3.887,20
Serviços Urbanos	4.600,00	4.600,00	0,00	3.360,00	475,20	712,80	0,0	15,5	3.887,20
FONTE:PMS - Contabilidade									
¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.									
HABITAÇÃO	778,00	778,00	0,00	720,00	118,80	178,20	0,0	22,9	599,80
Habitação Urbana	778,00	778,00	0,00	720,00	118,80	178,20	0,0	0,0	599,80
SANEAMENTO	126.530,00	126.530,00	22.765,60	45.625,57	22.765,60	45.625,57	1,1	0,0	80.904,43
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
Saneamento Básico Urbano	126.530,00	126.530,00	22.765,60	45.625,57	22.765,60	45.625,57	1,1	0,0	80.904,43
Comunicaçao Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
GESTÃO AMBIENTAL	71.000,00	71.000,00	17.991,09	38.999,27	18.466,29	37.012,07	0,9	0,0	33.987,93
Administração Geral	70.000,00	70.000,00	17.991,09	38.279,27	18.347,49	36.833,87	0,9	0,0	33.166,13
Preservação e Conservação Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	720,00	118,80	178,20	0,0	0,0	821,80
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
AGRICULTURA	89.127,00	89.127,00	14.080,06	27.592,46	14.198,86	26.990,66	0,7	0,0	62.136,34
Administração Geral	89.127,00	89.127,00	14.080,06	27.592,46	14.198,86	26.990,66	0,7	0,0	62.136,34
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
INDÚSTRIA	41.906,00	41.906,00	5.784,67	12.311,75	5.903,47	11.709,95	0,3	0,0	30.196,05
Administração Geral	41.906,00	41.906,00	5.784,67	12.311,75	5.903,47	11.709,95	0,3	0,0	30.196,05
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	1.000,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	1.000,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
TRANSPORTE	18.199,00	18.199,00	3.741,82	5.979,94	3.741,82	5.979,94	0,1	0,0	12.219,06
Transporte Aéreo	18.199,00	18.199,00	3.741,82	5.979,94	3.741,82	5.979,94	0,1	0,0	12.219,06
DESPORTO E LAZER	222.496,00	222.496,00	31.260,61	80.486,78	32.468,07	66.007,16	1,6	0,0	156.488,84
Desporto Comunitário	222.496,00	222.496,00	31.260,61	80.486,78	32.468,07	66.007,16	1,6	0,0	156.488,84
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
Serviços da Dívida Interna			0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-

Reserva de Contingência do PREVI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	-
TOTAL	12.577.000,00	12.767.540,00	2.036.448,40	4.430.426,71	2.103.428,98	4.139.557,88	100,0	100,0	8.627.982,12

FONTE:DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 19/05/2014,hora da emissão 16:16

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Maio 13	Junho 13	Julho 13	Agosto 13	Setembro 13	Outubro 13	Novembro 13	Dezembro 13	Janeiro 14	Fevereiro 14	Março 14	Abril 14		
RECEITAS CORRENTES (I)	19.253.777,98	18.678.411,11	21.177.955,66	18.069.519,59	14.926.663,14	21.835.392,27	18.079.212,97	19.706.241,90	25.097.705,18	24.316.626,10	20.215.509,89	34.203.707,24	255.560.723,03	280.667.090,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.760.485,89	3.897.977,69	4.233.282,83	3.509.761,16	3.569.716,63	4.383.988,74	3.774.592,59	3.541.709,04	4.336.284,83	4.028.095,07	3.712.665,95	13.937.231,77	56.685.792,19	56.569.096,00
IPTU	785.744,70	728.188,77	411.973,96	330.966,45	307.571,87	350.853,83	179.155,52	79.879,85		-2.402,12	495.426,91	9.803.085,49	13.470.445,23	12.844.756,00
ISS	1.762.756,60	1.819.904,29	1.986.866,12	1.801.021,00	1.857.020,72	1.927.159,93	2.015.930,02	1.983.560,60	1.818.149,08	1.829.258,04	1.739.724,70	2.014.680,90	22.556.032,00	20.484.400,00
ITBI	335.896,49	448.646,02	955.042,64	518.113,89	602.164,62	902.970,52	670.228,28	715.729,16	447.637,12	467.449,69	460.222,41	754.051,23	7.278.152,07	5.558.047,00
IRRF	555.219,00	575.673,10	559.638,46	565.532,19	569.659,66	588.599,61	653.240,73	549.740,97	686.935,43	567.367,08	612.776,32	620.253,66	7.104.636,21	6.503.286,00
Outras Receitas Tributárias	320.869,10	325.565,51	319.761,65	294.127,63	233.299,76	614.404,85	256.038,04	212.798,46	1.383.563,20	1.166.422,38	404.515,61	745.160,49	6.276.526,68	11.178.607,00
Receita de Contribuições	1.015.844,77	1.061.263,44	1.057.035,03	1.096.697,85	1.064.907,28	1.071.529,67	1.084.032,35	1.243.472,15	1.011.607,93	1.104.149,76	1.060.833,69	1.628.457,52	13.499.831,44	14.448.810,00
Receita Patrimonial	161.737,73	188.483,01	1.648.050,80	248.543,15	-1.522.886,47	-616.035,16	-846.445,54	356.260,21	359.994,20	4.095.317,08	1.429.002,26	2.014.909,91	7.516.931,18	28.686.223,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	523,00	1.017,00	298,00	379,00	299,00	2.516,00	2.526,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.203.674,66	1.173.104,43	1.354.589,77	1.306.568,72	1.279.775,84	1.362.621,42	1.219.257,73	1.253.960,93	770.223,49	1.078.071,31	1.204.392,28	1.256.895,61	14.463.136,19	13.544.022,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.412.228,05	11.820.306,59	12.387.407,60	11.520.631,57	10.206.834,67	13.107.530,42	12.049.411,11	12.917.370,08	17.410.017,63	13.307.444,52	12.179.363,49	14.670.303,51	153.988.849,24	158.414.760,00
Cota-parte do FPM	2.925.072,71	2.440.366,40	1.737.852,31	2.272.214,17	1.880.555,35	1.880.584,22	2.615.854,49	3.946.324,12	3.210.706,79	3.428.565,25	2.033.807,98	2.321.249,38	30.693.153,17	31.427.824,00
Cota-parte do ICMS	3.306.421,02	3.076.204,49	4.223.821,15	3.758.493,89	3.086.728,71	4.302.192,19	3.466.138,92	3.653.982,88	4.316.641,37	2.884.196,70	3.249.852,41	4.129.046,38	43.453.720,11	45.522.747,00
Cota-parte do IPVA	1.724.137,61	1.678.176,47	913.594,36	770.631,92	760.149,09	453.375,84	289.107,95	304.109,17	632.614,89	1.853.901,44	1.874.811,45	2.149.898,62	13.404.508,81	13.184.929,00
Cota-parte do ITR	3.643,77	2.940,54	11.585,40	2.340,80	36.115,77	443.616,08	74.930,20	45.195,89	33.925,39	2.088,93	291,64	2.972,76	659.647,17	503.586,00
Transferências da LC 87/96	21.337,34	21.337,34	21.337,34	21.337,34	21.337,34	21.337,34	21.337,34	21.337,34	20.606,27	20.606,27	0,00	20.606,27	232.517,53	256.048,00
Transferências da LC 61/89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.277,00	0,00	0,00	0,00	27.277,00	114.689,00
Transferências do Fundeb	2.815.873,40	2.898.458,00	2.839.796,81	2.754.594,78	2.306.735,87	3.054.413,61	2.635.865,98	2.833.272,57	3.864.152,54	2.966.011,74	2.668.501,43	3.291.254,98	34.928.931,71	34.244.071,00
Outras Tranferências Correntes	1.615.742,20	1.702.823,35	2.639.420,23	1.941.018,67	2.115.212,54	2.952.011,14	2.946.176,23	2.113.148,11	5.304.093,38	2.152.074,19	2.352.098,58	2.755.275,12	30.589.093,74	33.160.866,00
Outras Receitas Correntes	699.806,88	537.275,95	497.589,63	387.317,14	328.315,19	2.525.757,18	798.364,73	392.946,49	1.208.560,10	703.250,36	628.873,22	695.609,92	9.403.666,79	9.001.653,00
DEDUÇÕES (II)	2.246.773,72	2.202.666,05	2.137.664,25	2.099.438,99	1.876.926,31	2.175.275,79	2.026.662,73	2.221.156,71	2.301.457,08	2.399.368,05	2.162.205,04	2.472.875,87	26.322.470,59	27.594.399,00
Contrib. Plano Prev. Assist. Social Servidor	650.651,35	716.959,72	728.091,94	720.468,32	719.950,99	720.618,42	719.124,89	876.618,68	658.558,23	761.496,45	730.452,46	748.121,31	8.751.112,76	9.166.292,00
Comp.Financ. entre Regimes Previd.	0,00	41.901,42	27.934,28	13.967,14	0,00	34.434,53	14.064,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.301,53	200.000,00
Dedução de Rec. para Form. do FUNDEB	1.596.122,37	1.443.804,91	1.381.638,03	1.365.003,53	1.156.975,32	1.420.222,84	1.293.473,68	1.344.538,03	1.642.898,85	1.637.871,60	1.431.752,58	1.724.754,56	17.439.056,30	18.228.107,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	17.007.004,26	16.475.745,06	19.040.291,41	15.970.080,60	13.049.736,83	19.660.116,48	16.052.550,24	17.485.085,19	22.796.248,10	21.917.258,05	18.053.304,85	31.730.831,37	229.238.252,44	253.072.691,00

FONTE: DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 14/05/2014,hora da emissão 08:35

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RRE - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o bimestre	Mar. a Abr./ 13
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.831.888,00	36.831.888,00	4.608.888,62	10.172.830,88	5.453.521,61
RECEITAS CORRENTES (I)	36.831.888,00	36.831.888,00	4.608.888,62	10.172.830,88	5.453.521,61
Receita de Contribuições dos Segurados	9.166.292,00	9.166.292,00	1.478.573,77	2.898.628,45	2.524.922,21
Pessoal Civil	9.166.292,00	9.166.292,00	1.478.573,77	2.898.628,45	2.524.922,21
Ativo	9.159.370,00	9.159.370,00	1.477.944,37	2.897.467,10	2.524.155,58
Inativo	3.461,00	3.461,00	508,98	980,72	766,63
Pensionista	3.461,00	3.461,00	120,42	180,63	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	27.460.596,00	27.460.596,00	3.130.209,87	7.274.097,45	2.864.958,20
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	27.460.596,00	27.460.596,00	3.130.209,87	7.274.097,45	2.864.958,20
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Seviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	205.000,00	205.000,00	104,98	104,98	63.641,20
Compensação Previdenciária entre RGPS para o RPPS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	63.641,20
Demais Receitas Correntes	5.000,00	5.000,00	104,98	104,98	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTARIA) (II)	12.182.000,00	12.182.000,00	2.004.188,96	3.913.994,94	2.530.847,98
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)	49.013.888,00	49.013.888,00	6.613.077,58	14.086.825,82	7.984.369,59

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			EM No bimestre	2014 Até o bimestre	Jan. a Abr. 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS)IV	48.949.439,00	48.949.439,00	1.291.963,62	2.517.767,72	1.879.616,60
ADMINISTRAÇÃO	2.146.512,00	2.414.512,00	213.592,20	447.996,77	311.048,54
Despesas Correntes	1.905.915,00	2.173.915,00	209.594,20	443.998,77	309.603,54
Despesas de Capital	240.597,00	240.597,00	3.998,00	3.998,00	1.445,00
PREVIDÊNCIA	7.145.676,00	7.147.676,00	1.078.371,42	2.069.770,95	1.561.961,26
Pessoal Civil	7.145.676,00	7.147.676,00	1.078.371,42	2.069.770,95	1.555.354,46
Aposentadorias	2.860.000,00	2.860.000,00	423.620,01	829.158,98	645.523,22
Pensões	1.132.676,00	1.132.676,00	148.118,45	293.269,09	220.792,38
Outros Benefícios Previdenciários	3.153.000,00	3.155.000,00	506.632,96	947.342,88	689.038,86
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	39.657.251,00	39.387.251,00	0,00	0,00	6.606,80
Compensação Previdenciária de Aposentadorias entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	39.657.251,00	39.387.251,00	0,00	0,00	6.606,80
DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (V)	64.449,00	64.449,00	4.258,59	12.120,69	6.678,32
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)	49.013.888,00	49.013.888,00	1.296.222,21	2.529.888,41	1.886.294,92
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	5.316.855,37	11.556.937,41	6.098.074,67

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREV.DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o bimestre	Jan.a Fev/ 13
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					
Plano Financeiro					
Recursos para Cobertura de Insuficências Financeiras					
Recursos para Formação de Reserva					
Outros Aportes para RPPS					
Plano Previdenciário					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro					
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial					
Outros Aportes para RPPS					

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

BENS E DIRETOS DO RPPS	MARÇO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		ABRIL	2013
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	140.012,81	54.935,24	57.318,51
INVESTIMENTOS	98.621.662,48	101.652.473,55	128.896.846,05

OUTROS BENS E DIREITO	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTARIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o bimestre	Jan.e Fev. 13
RECEITAS CORRENTES VIII)	12.182.000,00	12.182.000,00	2.004.188,96	3.913.994,94	2.530.847,98
Receita de Contribuições	12.182.000,00	12.182.000,00	2.004.188,96	3.913.994,94	2.530.847,98
Pessoal Civil	10.516.663,00	10.516.663,00	2.004.188,96	3.913.994,94	2.530.847,98
Ativo	10.508.723,00	10.508.723,00	2.003.383,58	3.912.466,11	2.530.081,35
Inativo	3.970,00	3.970,00	641,58	1.283,14	766,63
Pensionista	3.970,00	3.970,00	163,80	245,69	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.665.337,00	1.665.337,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS REC.PREV.INTRA-ORÇAMENTARIAS (XI)=(VIII+IX-X)	12.182.000,00	12.182.000,00	2.004.188,96	3.913.994,94	2.530.847,98

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			EM 2013		Janeiro a Abril
			No bimestre	Até o bimestre	2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	64.449,00	64.449,00	4.258,59	12.120,69	6.678,32
Despesas Correntes	64.449,00	64.449,00	4.258,59	12.120,69	6.678,32
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESP.PREV.INTRA-ORÇAMENTARIAS (XIII)=(XII)	64.449,00	64.449,00	4.258,59	12.120,69	6.678,32
FONTE: DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 19/05/2014,hora da emissão 09:02					

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Dezembro/2013 (a)	Janeiro/Fevereiro/2014 (c)	Março/Abril/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.579.939,30	6.986.655,47	6.479.349,10
DEDUÇÕES (II)	20.682.074,72	30.627.528,01	44.258.964,13
Disponibilidade de Caixa bruta	25.156.557,40	28.322.243,65	40.525.297,00
Demais Haveres Financeiros	7.982.007,38	4.557.397,57	4.557.397,57
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	12.456.490,06	2.252.113,21	823.730,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-13.102.135,42	-23.640.872,54	-37.779.615,03
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	546.647,39	358.719,38	188.077,34
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-13.648.782,81	-23.999.591,92	-37.967.692,37

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-13.968.100,45	-24.318.909,56

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	84.040.022,22

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Dezembro 2013 (a)	Janeiro/ Fevereiro 2014 (b)	Março/Abril 2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	194.644.732,61	194.644.732,61	194.644.732,61
Passivo Atuarial	194.644.732,61	194.644.732,61	194.644.732,61
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	128.928.134,68	132.650.746,36	137.439.569,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	57.318,51	79.010,36	54.935,24
Investimentos	128.896.846,05	132.571.865,73	137.384.866,64
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	26.029,88	129,73	232,67
DÍVIDA CONS. LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	65.716.597,93	61.993.986,25	57.205.163,40
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	65.716.597,93	61.993.986,25	57.205.163,40
FONTE: DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 20/05/2014,hora da emissão 08:40.			
Nota: Na publicação deste anexo no 1º bimestre de 2014 não consta descriminado os Restos a Pagar Procesados referente ao Regime Previdenciário, o valor de R$ 26.029,88 estava incluso na soma dos Restos a Pagar Processados na tabela acima.			

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

DINÁ BORDULIS
Resp. Contabilidade

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)				R$ 1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Janeiro a Abril 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	246.423.995,00	50.058.953,24	93.789.040,57	84.055.460,04
Receitas Tributárias*	56.569.096,00	17.649.897,72	26.014.277,62	22.460.024,01
IPTU	12.844.756,00	10.298.512,40	10.296.110,28	10.104.622,13
ISS	20.484.400,00	3.754.405,60	7.401.812,72	6.298.908,05
ITBI	5.558.047,00	1.214.273,64	2.129.360,45	1.413.568,79
IRRF	6.503.286,00	1.233.029,98	2.487.332,49	1.817.843,95
Outras Receitas Tributária	11.178.607,00	1.149.676,10	3.699.661,68	2.825.081,09
Receitas de Contribuições	26.630.810,00	4.693.480,17	8.719.043,84	6.912.774,44
Receitas Previdenciárias**	21.348.292,00	3.482.762,73	6.812.623,39	5.055.770,19
Outras Receitas de Contribuições	5.282.518,00	1.210.717,44	1.906.420,45	1.857.004,25
Receita Patrimonial Líquida	94.235,00	9.226,72	32.598,44	4.230.166,29
Receita Patrimonial	28.686.223,00	3.443.912,17	7.899.223,45	7.284.295,39
(-) Aplicações Financeiras	28.591.988,00	3.434.685,45	7.866.625,01	3.054.129,10
Transferências Correntes	140.186.653,00	23.693.159,86	51.129.851,56	44.216.014,11
Convênios	1.746.451,00	370.047,92	683.478,21	2.729.548,72
Outras Transferências Correntes****	138.440.202,00	23.323.111,94	50.446.373,35	41.486.465,39
Demais Receitas Correntes	22.943.201,00	4.013.188,77	7.893.269,11	6.236.481,19
Dívida Ativa	5.346.479,00	956.833,90	2.415.975,52	1.045.566,71
Diversas Receitas Correntes	17.596.722,00	3.056.354,87	5.477.293,59	5.190.914,48

RECEITAS DE CAPITAL (II)	63.627.118,00	2.063.854,76	2.736.002,24	8.183.457,90
Operações de Crédito (III)	45.500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	6.972.903,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	11.154.215,00	2.063.854,76	2.736.002,24	8.183.457,90
Convênios	11.154.215,00	1.923.280,10	2.509.427,58	7.273.114,53
Outras Transferências de Capital	0,00	140.574,66	226.574,66	910.343,37
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	11.154.215,00	2.063.854,76	2.736.002,24	8.183.457,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	257.578.210,00	52.122.808,00	96.525.042,81	92.238.917,94

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Janeiro a Abril 2014	Janeiro a Abril 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	228.846.662,09	34.822.677,52	64.505.283,64	55.508.385,81
Pessoal e Encargos Sociais	147.710.163,22	23.556.559,94	47.860.316,15	39.755.859,34
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.209.474,00	154.054,09	320.256,12	238.840,06
Outras Despesas Correntes	78.927.024,87	11.112.063,49	16.324.711,37	15.513.686,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	226.637.188,09	34.668.623,43	64.185.027,52	55.269.545,75
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	91.783.323,46	2.739.110,47	4.077.573,35	4.376.397,06
Investimentos	90.090.289,46	2.308.666,22	3.137.847,58	3.889.312,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.693.034,00	430.444,25	939.725,77	487.084,19
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	90.090.289,46	2.308.666,22	3.137.847,58	3.889.312,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	697.694,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	39.387.251,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	356.812.422,55	36.977.289,65	67.322.875,10	59.158.858,62
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-99.234.212,55	15.145.518,35	29.202.167,71	33.080.059,32
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	–	–	9.039.156,16	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(44.344.217,00)

FONTE: DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 19/05/2014,hora da emissão 10:09.

Notas Explicativas:

* Nas receitas foram deduzidas a renuncia de receita prevista no Orçamento.

** Nas Receitas Previdenciarias está incluso as Receitas Intra-Orçamentarias.

*** Nas despesas estão incluídas as despesas intra orçamentárias.

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

DINÁ BORDULIS
Resp. Contabilidade

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO-PROCESSADOS						
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Liquidados	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	1.436.288,59	9.888.226,46	-	10.705.537,15	618.977,90	3.611.758,02	4.570.001,57	3.117.243,28	1.861,60	2.912.258,07	5.267.639,92

EXECUTIVO	1.408.516,52	9.888.226,46	-	10.705.537,15	591.205,83	3.611.758,02	4.570.001,57	3.117.243,28	1.861,60	2.912.258,07	5.267.639,92
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.408.516,52	9.521.695,42	-	10.339.006,11	591.205,83	3.611.758,02	4.556.039,19	3.108.512,42	-	2.903.759,88	5.264.037,33
GABINETE DO PREFEITO	965.934,49	1.383.067,95		1.822.002,48	526.999,96	223.356,81	454.978,91	85.250,13		85.250,13	593.085,59
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	-	150.021,51		150.021,51	-	285,45	39.643,10	35.634,37		35.265,15	4.663,40
SEC. DE PLANEJ., FINANÇAS E ORÇAMENTO		137.468,79		137.468,79	-	-	225.986,49	223.743,46		223.743,46	2.243,03
SEC. DA DIVERSIDADE CULTURAL	-	25.588,06		25.588,06	-	-	30.054,84	28.481,40		28.481,40	1.573,44
SEC. DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE	-	49.350,68		47.334,68	2.016,00	-	15.040,02	11.014,70		11.014,70	4.025,32
SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	-	2.755.386,48		2.728.886,48	26.500,00	187.054,95	1.247.180,99	788.730,75		746.932,39	687.303,55
SEC. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO	-	249.479,68		249.479,68	-	-	14.203,51	13.168,71		13.168,71	1.034,80
SEC. DE AGRICULTURA	146.000,00	30.189,18		176.189,18	-	206.827,23	12.840,07	11.920,10		11.920,10	207.747,20
SEC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUST.	-	113.451,50		112.682,30	769,20	-	8.110,48	7.833,87		7.833,87	276,61
SEC. DE EDUCAÇÃO	92.823,60	1.919.382,02		1.982.579,84	29.625,78	2.421.121,41	693.912,99	678.829,69		557.722,74	2.557.311,66
SEC. DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABIT.	-	554.848,97		549.944,68	4.904,29	438.477,69	509.078,94	231.599,76		192.744,08	754.812,55
SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MIN. -		38.443,28		38.443,28	-	26.856,12	663.141,85	430.447,61		430.447,61	259.550,36
SEC. DE SAÚDE	203.758,43	1.845.176,31		2.048.544,14	390,60	107.778,36	584.634,65	507.971,47		505.349,14	187.063,87
SEC. DE PLANEJ., CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	269.841,01		269.841,01	-		57.232,35	53.886,40		53.886,40	3.345,95
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	366.531,04		366.531,04	-		13.962,38	8.730,86	1.861,60	8.498,19	3.602,59
INSTITUTO DE PREV. MUNICIPAL-PREVI SINOP	-	26.029,88		26.029,88	-		13.962,38	8.730,86	1.861,60	8.498,19	3.602,59
SERV. AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	-	340.501,16		340.501,16	-						
LEGISLATIVO	27.772,07	-		-	27.772,07	-					-
CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP	27.772,07				27.772,07						-
RESTOS A PAGAR INTRA-ORÇAMENTARIOS (II)	15.069,67	1.142.935,22		1.158.004,89	-	-	28.305,93	13.730,51	-	13.730,51	14.575,42
TOTAL (III) = (I+II)	1.451.358,26	11.031.161,68	-	11.863.542,04	618.977,90	3.611.758,02	4.598.307,50	3.130.973,79	1.861,60	2.925.988,58	5.282.215,34

PODER / ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO-PROCESSADOS					
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Liquidados	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro 2013				
RESTOS A PAGAR INTRA-ORÇAMENTARIOS	15.069,67	1.142.935,22	-	1.158.004,89	-	-	28.305,93	13.730,51	-	13.730,51	14.575,42
EXECUTIVO	15.069,67	1.142.935,22	-	1.158.004,89	-	-	28.305,93	13.730,51	-	13.730,51	14.575,42
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	15.069,67	1.142.935,22	-	1.158.004,89	-	-	28.305,93	13.730,51	-	13.730,51	14.575,42
GABINETE DO PREFEITO	193,00	24.388,98		24.581,98	-		348,68	317,74		317,74	30,94
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	-	25.924,91		25.924,91	-		607,00	284,43		284,43	322,57
SEC. DE PLANEJ., FINANÇAS E ORÇAMENTO	112,80	19.242,93		19.355,73	-		239,00	178,20		178,20	60,80
SEC. DA DIVERSIDADE CULTURAL	271,80	6.013,99		6.285,79	-		275,61	167,19		167,19	108,42
SEC. DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE	695,76	28.551,80		29.247,56	-		838,81	594,00		594,00	244,81
SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	261,22	56.604,02		56.865,24	-		417,00	416,60		416,60	0,40
SEC. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO	51,90	19.110,15		19.162,05	-		119,00	118,80		118,80	0,20
SEC. DE AGRICULTURA	51,50	6.249,56		6.301,06	-		60,00	59,40		59,40	0,60
SEC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUST.	194,11	10.098,75		10.292,86	-		248,43	237,60		237,60	10,83
SEC. DE EDUCAÇÃO	9.483,68	556.030,58		565.514,26	-		18.921,68	6.046,72		6.046,72	12.874,96
SEC. DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABIT.	637,70	36.771,24		37.408,94	-		863,00	682,59		682,59	180,41
SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MIN. 48,60		3.066,14		3.114,74	-		60,00	59,40		59,40	0,60
SEC. DE SAÚDE	3.067,60	347.760,05		350.827,65	-		5.283,76	4.567,84		4.567,84	715,92
SEC. DE PLANEJ., CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	3.122,12		3.122,12	-		23,96	-		-	23,96
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA											
INSTITUTO DE PREV. MUNICIPAL-PREVI SINOP	-										
SERV. AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	-										
LEGISLATIVO											
CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP											
TOTAL	15.069,67	1.142.935,22	-	1.158.004,89	-	-	28.305,93	13.730,51	-	13.730,51	14.575,42

FONTE: DURALEX SISTEMAS, Contabilidade, Data da emissão 19.05.2014, hora da emissão 13:15 hs.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/ BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO	

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	51.371.324,00	51.371.324,00	17.492.374,35	24.035.542,41	46,79
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	16.562.600,00	16.562.600,00	11.183.088,69	11.716.656,57	70,74
1.1.1- IPTU	16.406.583,00	16.406.583,00	12.857.805,56	12.857.805,56	78,37
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	113.863,00	113.863,00	3.110,87	3.110,87	2,73
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.352.446,00	2.352.446,00	544.354,57	892.336,79	37,93
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Enc. da Dívida Ativa do IPTU	1.819.249,00	1.819.249,00	389.958,55	614.128,57	33,76
1.1.5- (–) Deduções da Receita do IPTU	4.129.541,00	4.129.541,00	2.612.140,86	2.650.725,22	64,19
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	5.558.047,00	5.558.047,00	1.214.273,64	2.129.360,45	38,31
1.2.1- ITBI	5.564.281,00	5.564.281,00	1.214.273,64	2.157.210,31	38,77
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.2.5- (–) Deduções da Receita do ITBI	6.234,00	6.234,00	-	27.849,86	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	22.747.391,00	22.747.391,00	3.861.982,04	7.702.192,90	33,86
1.3.1- ISS	22.047.462,00	22.047.462,00	3.891.129,12	7.541.845,56	34,21
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	51.949,00	51.949,00	7.910,85	20.472,77	39,41
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.566.943,00	1.566.943,00	67.638,12	186.444,53	11,90
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.319.125,00	1.319.125,00	44.117,46	119.439,25	9,05
1.3.5- (–) Deduções da Receita do ISS	2.238.088,00	2.238.088,00	148.813,51	166.009,21	7,42
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	6.503.286,00	6.503.286,00	1.233.029,98	2.487.332,49	38,25
1.4.1- IRRF	6.503.286,00	6.503.286,00	1.233.029,98	2.491.462,75	38,31
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.5- (–) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	4.130,26	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	-	-	0,00
1.5.1- ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.5- (–) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	91.140.535,00	91.140.535,00	15.872.049,38	32.306.280,23	35,45
2.1- Cota-Parte FPM	31.427.824,00	31.427.824,00	4.355.057,36	10.994.329,40	34,98
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	31.113.545,76	31.113.545,76	4.355.057,36	10.994.329,40	35,34
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	314.278,24	314.278,24	-	-	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	45.522.747,00	45.522.747,00	7.378.898,79	14.579.736,86	32,03
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.048,00	256.048,00	20.606,27	61.818,81	24,14
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	245.401,00	245.401,00	89.512,49	119.890,04	48,85
2.5- Cota-Parte ITR	503.586,00	503.586,00	3.264,40	39.278,72	7,80
2.6- Cota-Parte IPVA	13.184.929,00	13.184.929,00	4.024.710,07	6.511.226,40	49,38
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	142.511.859,00	142.511.859,00	33.364.423,73	56.341.822,64	39,53

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	103.941,00	103.941,00	648,60	1.354,56	1,30
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.273.138,00	4.273.138,00	1.423.774,64	1.801.559,80	42,16
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.102.861,00	2.102.861,00	485.782,56	832.064,51	39,57
5.2- Outras Transferências do FNDE	2.082.996,00	2.082.996,00	902.122,35	902.122,35	43,31
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	87.281,00	87.281,00	35.869,73	67.372,94	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.523.660,00	1.523.660,00	200.285,52	328.285,95	21,55
6.1- Transferências de Convênios	1.486.660,00	1.486.660,00	193.864,88	315.385,68	21,21
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	37.000,00	37.000,00	6.420,64	12.900,27	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	5.900.739,00	5.900.739,00	1.624.708,76	2.131.200,31	36,12

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre	%

		(a)		(b)	(c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	18.165.251,35	18.165.251,35	3.174.409,88	6.461.256,05	35,57
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	6.222.709,15	6.222.709,15	871.011,47	2.198.865,88	35,34
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	9.104.549,40	9.104.549,40	1.475.779,76	2.915.947,37	32,03
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.209,60	51.209,60	4.121,25	12.363,76	24,14
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	49.080,20	49.080,20	17.902,50	23.978,01	48,85
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 + 2.5))	100.717,20	100.717,20	652,88	7.855,74	7,80
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	2.636.985,80	2.636.985,80	804.942,01	1.302.245,28	49,38
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	34.263.883,00	34.263.883,00	5.999.543,72	12.849.195,40	37,50
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	34.244.071,00	34.244.071,00	5.959.756,41	12.789.920,69	37,35
11.2- Complementação da União ao FUNDEB		--	-	-	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	19.812,00	19.812,00	39.787,31	59.274,71	299,19
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1-10)	16.078.819,65	16.078.819,65	2.785.346,53	6.328.664,64	39,36
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS		% (f) = (e/d)x100
			No Bim.	Até o Bim (e)	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.522.773,00	31.522.773,00	4.835.021,33	9.654.641,71	30,63
13.1- Com Educação Infantil	10.986.522,00	10.986.522,00	1.522.512,65	2.831.260,36	25,77
13.2- Com Ensino Fundamental	20.536.251,00	20.536.251,00	3.312.508,68	6.823.381,35	33,23
14- OUTRAS DESPESAS	2.741.110,00	2.741.110,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	1.096.444,00	1.096.444,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.644.666,00	1.644.666,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	34.263.883,00	34.263.883,00	4.835.021,33	9.654.641,71	28,18

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 60%	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB 60%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	-
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	75,14

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE <EXERCÍCIO >2	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)3	35.627.964,75	35.627.964,75	8.341.105,93	14.085.455,66	39,53483102
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS		% (f) = (e/d)x100
			No Bim.	Até o Bim (e)	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	19.589.770,00	19.342.362,00	2.765.582,29	5.295.061,53	27,38
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.082.966,00	12.082.966,00	1.522.512,65	2.831.260,36	23,43
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	7.506.804,00	7.259.396,00	1.243.069,64	2.463.801,17	33,94
24- ENSINO FUNDAMENTAL	37.758.190,00	38.639.348,00	5.726.791,76	11.475.920,93	29,70
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	22.180.917,00	22.180.917,00	3.312.508,68	6.823.381,35	30,76
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	15.577.273,00	16.458.431,00	2.414.283,08	4.652.539,58	28,27
25- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-		--	-	0,00
28- OUTRAS	-		--	-	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	57.347.960,00	57.981.710,00	8.492.374,05	16.770.982,46	28,92

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	6.328.664,64

31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	59.274,71
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4	-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
VINCULADOS AO ENSINO - (46 g)	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	6.387.939,35
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	10.383.043,10
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	18,43%

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS		% (f) = (e/d)x100
			No Bim.	Até o Bim (e)	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	228.222,00	228.222,00	1.778,58	2.667,87	1,17
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.102.861,00	2.106.640,93	477.126,00	524.764,50	24,91
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	#DIV/0!
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.888.538,00	8.468.909,20	382.023,97	549.972,77	6,49
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA					
FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	8.219.621,00	10.803.772,13	860.928,55	1.077.405,14	9,97
45 - TOTAL GERAL DAS DESPESA COM MDE	65.567.581,00	68.785.482,13	9.353.302,60	17.848.387,60	25,95

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2012 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR
	FUNDEB (h)
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	925.519,38
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.789.920,69
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	9.393.309,43
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	59.274,71
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.381.405,35
FONTE: DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 15/05/2014,hora da emissão 10:16.	
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.	
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.”	
3 Caput do artigo 212 da CF/1988	
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.	
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.	

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

DINÁ BORDULIS
Resp. Contabilidade

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (ADCT, art. 77)			R$ 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS

	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	51.371.324,00	51.371.324,00	24.035.542,41	46,79
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	12.844.756,00	12.844.756,00	10.296.110,28	80,16
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	5.558.047,00	5.558.047,00	2.129.360,45	38,31
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	20.484.400,00	20.484.400,00	7.401.812,72	36,13
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.503.286,00	6.503.286,00	2.487.332,49	38,25
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	165.807,00	165.807,00	22.382,90	13,50
Dívida Ativa dos Impostos	3.916.739,00	3.916.739,00	1.078.781,32	27,54
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	1.898.289,00	1.898.289,00	619.762,25	32,65
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	91.140.535,00	91.140.535,00	32.306.280,23	35,45
Cota-Parte FPM	31.427.824,00	31.427.824,00	10.994.329,40	34,98
Cota-Parte ITR	503.586,00	503.586,00	39.278,72	7,80
Cota-Parte IPVA	13.184.929,00	13.184.929,00	6.511.226,40	49,38
Cota-Parte ICMS	45.522.747,00	45.522.747,00	14.579.736,86	32,03
Cota-Parte IPI - Exportação	245.401,00	245.401,00	119.890,04	48,85
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	256.048,00	256.048,00	61.818,81	24,14
Desoneração ICMS(LC 87/96)	256.048,00	256.048,00	61.818,81	24,14
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS REC.P/APURAÇÃO DA APLIC.AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III)=I+II	142.511.859,00	142.511.859,00	56.341.822,64	39,53

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS	23.391.830,00	23.391.830,00	7.310.330,26	31,25
Provenientes da União	22.137.884,00	22.137.884,00	7.214.549,86	32,59
Provenientes dos Estados	1.253.946,00	1.253.946,00	95.780,40	7,64
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAUDE	137.032,00	137.032,00	113.028,40	82,48
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	23.528.862,00	23.528.862,00	7.423.358,66	31,55

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	55.676.540,00	62.211.148,75	24.085.039,14	38,71	19.315.806,21	31,05
Pessoal e Encargos Sociais	44.580.706,00	45.825.167,22	15.632.392,41	34,11	15.632.392,41	34,11
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.095.834,00	16.385.981,53	8.452.646,73	51,58	3.683.413,80	22,48
DESPESAS DE CAPITAL	918.254,00	10.777.036,78	343.220,23	3,18	159.546,15	1,48
Investimentos	918.254,00	10.777.036,78	343.220,23	3,18	159.546,15	1,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	56.594.794,00	72.988.185,53	24.428.259,37	33,47	19.475.352,36	26,68

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/ivf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/ivg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	23.528.862,00	39.550.883,53	11.434.056,57	46,81	6.854.901,36	35,20
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	23.391.830,00	33.205.621,14	11.335.656,57	46,40	6.832.265,75	35,08
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	137.032,00	6.345.262,39	98.400,00	0,40	22.635,61	0,12
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROC. INSC.INDEVIDAMENTE NO EXERC.SEM DISP.FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUST.COM DISP.CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST.COM REC.VINC.À PARCELA DO PERC.MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADAEXERC. ANT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	23.528.862,00	39.550.883,53	11.434.056,57	46,81	6.854.901,36	35,20

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)=(IV-V)	33.065.932,00	33.437.302,00	12.994.202,80		12.620.451,00	

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%)=(Vlh/IIIbx100) - LIMITE COSNTITUCIONAL 15%	22,40
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII-15)/100xIIIb]	4.169.177,60

EXEC.DE RESTOS A PAGAR NÃO PROC. INSCRITOS C/ DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANC./PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARC.CO NSIDERA DA NO LIMITE
Inscrito em <Exercicío de Referência>					
Inscrito em <Exercicío de Referência -4>					
Inscrito em <Exercicíos anteriores do de Referência -4 (somatório)>					
TOTAL					

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º	RESTO A PAGAR CANCELADOS OU PRESC.		
	Saldo Inicial	Desp. Cust. exc.	No Saldo (não aplicado)
Restos a pagar Cancelados ou Prescrito em < Exercicío de Referência>			
Restos a pagar cancelados ou Prescrito em <Exercicíos anteriores do de Referência -4 >			
Restos a pagar cancelados ou Prescrito em <Exercicíos anteriores do de Referência -4 (Somatório) >			
Total (VIII)			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MINIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIO ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Desp. Cust. No exc. Referência (K)	Saldo (não aplicado)
Diferença de Limite não cumprindo em < Exercicío de Referência -1>			
Diferença de Limite não cumprindo em < Exercicío de Referência -5>			
Diferença de Limite não cumprindo em < Exercicío de Anteriores ao de Referência - 5 (Somatório)>			
TOTAL (IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/t l) x 100	Até o Bimestre % (m)	(m/t m)x100
Atenção Básica	25.842.581,00	36.200.682,80	10.282.206,63	42,09	8.607.528,48	44,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.470.091,00	29.624.152,46	11.523.476,82	47,17	8.975.212,48	46,08
Suporte Profilático e Terapêutico	2.056.321,00	2.217.263,61	1.050.652,41	4,30	544.409,51	2,80
Vigilância Sanitária	841.562,00	871.654,20	252.702,11	1,03	249.703,58	1,28
Vigilância Epidemiológica	3.378.539,00	4.068.732,46	1.319.221,40	5,40	1.098.498,31	5,64
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	5.700,00	5.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	56.594.794,00	72.988.185,53	24.428.259,37	100,00	19.475.352,36	100,00
FONTE: DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 15/05/2014,hora da emissão 16:34.						
[1] Essa linha apresenta´ra valor somente no Relatório Resumido da Execução do último bimestre do exercício.						
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".						
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".						
Limite anual minímo a ser cumprido no encerramento do exercicío.						
Durante o exercicío esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.						

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

DINÁ BORDULIS
Resp. Contabilidade

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/ BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM <EXERCÍCIO>		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS				
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-				
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC +	<EC + 6>	<EC +	<EC +	<EC + 9>
Do Ente Federado											
Das Estatais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	216.579.913,14	229.238.252,44									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)											
Nota:											
FONTE: DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 23/05/2014,hora da emissão 07:44.											
Nota: Não houve contratação de PPP até o 2° bimestre de 2014.											

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Adm. Financeira

DINÁ BORDULIS
Resp. Contabilidade

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre	Até o bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	338.643.101,00	338.643.101,00
Previsão Atualizada	338.643.101,00	338.643.101,00
Receitas Realizadas	55.557.493,45	104.391.667,82
Déficit Orçamentário	-	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-
DESPESAS		
Dotação Inicial	338.643.101,00	338.643.101,00
Créditos Adicionais	22.071.829,55	22.071.829,55

Dotação Atualizada	360.714.930,55	360.714.930,55
Despesas Empenhadas	38.599.265,65	103.858.307,08
Despesas Executadas	37.561.787,99	68.582.856,99
Superávit Orçamentário	17.995.705,46	35.808.810,83
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No bimestre	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	38.599.265,65	103.858.307,08
Despesas Liquidadas	37.561.787,99	68.582.856,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre
Receita Corrente Líquida		229.238.252,44
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No bimestre	Até o bimestre
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Executadas (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	6.613.077,58	14.086.825,82
Despesas Previdenciárias Executadas (V)	1.296.222,21	2.529.888,41
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	5.316.855,37	11.556.937,41

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no (a)	Resultado Apurado (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	84.040.022,22	-24.321.730,50	(28,9)
Resultado Primário	-44.344.217,00	29.202.077,21	(65,9)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o	Pagamento até o	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	12.482.519,94	0,00	11.863.542,04	618.977,90
Poder Executivo	12.454.747,87	0,00	11.863.542,04	591.205,83
Poder Legislativo	27.772,07	0,00	0,00	27.772,07
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	8.210.065,52	1.861,60	2.925.988,58	5.282.215,34
Poder Executivo	8.210.065,52	1.861,60	2.925.988,58	5.282.215,34
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.692.585,46	1.861,60	14.789.530,62	5.901.193,24

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar	% Aplicado até 2º bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	10.383.043,10	25%	18,43%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério c/ Ensino Fundamental e Médio	-	-	-
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério c/ Educação Infantil e Ensino Fundamental	9.654.641,71	60%	75,14%
Complementação da União ao FUNDEB			

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL *	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA *	Exercício em	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (I - II)				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)				
Despesas Previdenciárias (IV)				
Resultado Previdenciário (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS *	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar

Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.620.451,00	15%	22,40%
DEPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP*		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas / RCL (%)		0	
FONTE: DURALEX SISTEMAS,Contabilidade,Data da emissão 26/05/2014,hora da emissão 17:07.			
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são támbem consideradas executadas. Dessa forma, para maior trânsparencia, as despesas executas estão segregadas em:			
a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas Empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exércicio, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64. * 6º bimestre			

JUAREZ ALVES DA COSTA
Resp. Poder Executivo

TEODORO MOREIRA LOPES
Resp. Administração Financeira

DINÁ BORDULIS
CRC-MT 00100/0-5
Resp. Contabilidade

Publicado por:
Cristiane Treder
Código Identificador:15E9E7AA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO - ANEXO III (LRF, ART. 53, INCISO I)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	MAI/13	JUN/13	JUL/13	AGO/13	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14		
RECEITAS CORRENTES (I)									20.403.846,34	15.605.488,36	14.954.194,41	17.208.027,10	68.171.556,21	190.027.300,00
Receita Tributaria									2.624.708,89	2.848.691,02	2.613.236,97	2.506.291,68	10.592.928,56	40.286.000,00
IPTU									40.527,42	40.383,67	29.962,33	20.707,51	131.580,93	6.000.000,00
ISS									1.711.335,21	1.543.992,71	1.687.765,72	1.437.811,63	6.380.905,27	20.800.000,00
ITBI									226.896,45	379.729,48	272.091,52	534.185,82	1.412.903,27	4.500.000,00
IRRF									264.547,59	333.054,10	345.687,81	357.366,00	1.300.655,50	4.500.000,00
Outras Receitas Trib.									381.402,22	551.531,06	277.729,59	156.220,72	1.366.883,59	4.486.000,00
Receita Contribuicoes									285.586,45	406.318,39	301.713,28	216.609,54	1.210.227,66	3.500.000,00
Receita Patrimonial									49.625,59	60.885,96	61.407,76	68.875,78	240.795,09	650.000,00
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos									413,30	444,71	998,32	62,32	1.918,65	220.000,00
Transf. Correntes									17.257.073,58	12.104.646,51	11.815.675,68	14.203.804,12	55.381.199,89	142.971.000,00
Cota-Parte do FPM									2.455.246,36	2.621.844,01	1.555.264,92	2.235.755,23	8.868.110,52	23.000.000,00
Cota-Parte do ICMS									5.717.613,96	3.934.397,90	4.433.197,11	5.632.525,46	19.717.734,43	55.000.000,00
Cota-Parte do IPVA									444.314,90	1.547.244,19	1.508.939,97	1.526.866,68	5.027.365,74	8.200.000,00

Cota-Parte do ITR									77.998,11	4.078,43	42.145,78	3.101,14	127.323,46	3.500.000,00
Transf. LC 87/1996									28.109,48	28.109,48		28.109,48	84.328,44	305.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB									3.662.997,39	2.832.872,99	2.548.717,35	3.143.516,63	12.188.104,36	35.000.000,00
Outras Transf. Corr.									4.870.793,38	1.136.099,51	1.727.410,55	1.633.929,50	9.368.232,94	17.966.000,00
Outras Receitas Corr.									186.438,53	184.501,77	161.162,40	212.383,66	744.486,36	2.400.300,00
DEDUCOES (II)														
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.														
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB														
RECEITA CORRENTE														
LIQUIDA(III) = (I - II)									20.403.846,34	15.605.488,36	14.954.194,41	17.208.027,10	68.171.556,21	190.027.300,00

DILCEU ROSSATTO
Prefeito

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora/ CRC-MT 0052520/MT

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:93FB4C75

